Historia do Café no Brasil




DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

AFFONSO DE E. TAUNAY
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

HISTORIA DO CAFÉ NO BRASIL

VOLUME QUARTO

NO BRASIL IMPERIAL

1822 — 1872

(TOMO II)



Edição do
DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ
Rio de Janeiro 1939





SEGUNDA PARTE

Influencia preponderante do surto cafeeiro sobre o regimen financeiro nacional, o Cambio Internacional e a Economia do Imperio

CAPITULO XXXIX

As condições do thesouro nacional em 1822 — Aperturas extraordinarias — Reducção de despesas — Preponderancia economica da região fluminense devida ao café — Commentarios de Horacio Say e Agenor de Roure — O desapparecimento dos metaes nobres da circulação — Persistencia do cobre — Recusa da acceitação do papel moeda — Casos pittorescos

Escreve o Senador Liberato de Castro Carreira em sua prestante obra *Historia financeira e orçamentaria do Imperio do Brasil*:

"Proclamada a Independencia do Brasil, foi, por actos do poder executivo, constituindo-se a organização da administração do Paiz, adoptando-se algumas leis reguladoras das tabellas de rendas e outras contribuições que as necessidades exigiam, e promulgando-se aquellas que de momento se tornavam mais urgentes, até que se reunisse o parlamento convocado por decreto de 3 de junho de 1822, para o dia 3 de maio de 1823.

Por decreto de 11 de dezembro de 1822, foi autorisado o sequestro de todas as mercadorias existentes nas alfandegas do Imperio pertencentes aos subditos portuguezes; as mercadorias ou suas importancias em poder dos negociantes portuguezes, todos os pedidos rusticos e urbanos que possuiam; finalmente as embarcações ou parte dellas pertencentes a negociantes portuguezes; sendo exceptuadas deste sequestro as acções do Banco Nacional, as das casas de seguros e as da fabrica de ferro da villa de Sorocaba."

O decreto de 30 de dezembro de 1822 estabeleceu o imposto de 24 % para o rapé extrangeiro assim como o dos generos e mercadorias portuguezas, pagando os vinhos, licores, aguardentes, azeite e vinagre sómente os direitos de importação, a saber por pipa de vinho 12$, do branco, 24$, azeite 7$, vinagre 2$, aguardente 36$, licor 36$, vinho tinto por duzia

de garrafas 400 réis, dito branco 800 réis, licor e aguardente 1$200.

O decreto de 4 de fevereiro de 1823 criou uma administração junto ao Consulado, incumbida da cobrança, além dos 2 % de exportação dos generos do paiz, do dizimo do café e miunças, e de 4$ por pipa de aguardente para consumo; do dizimo de assucar; de 1$ por pipa de aguardente fabricada no paiz; de 20 réis de subsidio litterario por medida fabricada na provincia; de 1$600 de subsidio por pipa que entrasse na cidade; de 400 réis por arroba de tabaco em corda; da siza dos bens de raiz; de meia duzia de escravos; do imposto sobre botequins, tabernas, etc.

Ao abrir o parlamento a 3 de maio de 1823 teve D. Pedro I a coragem de, com a mais rude franqueza, declarar que as circumstancias do Thesouro publico eram as peiores possiveis.

Reduzira as despesas da Casa Imperial á quarta parte da antiga dotação da Casa Real; grande fôra a compressão geral dos gastos mas assim mesmo, como não affluissem ao Thesouro senão as receitas da Provincia do Rio de Janeiro, e uma outra mais, temivel era a penuria dos cofres publicos.

O ministro da Fazenda Manuel Jacintho Nogueira da Gama, futuro Marquez de Baependy, declarava que a receita do exercicio transacto fôra de 3.802:434$204 rs. e a despesa de 4.702:434$206 rs. donde um deficit de 900 contos de réis coberto pela obtenção de diversos recursos.

Interessante o quadro sobre a vida financeira das provincias naquelle millesimo.

Transcrevemol-o desprezando as fracções de conto de réis:

Provincias	*Receita*	*Despesa*
	contos	*contos*
Rio de Janeiro	6.580	6.336
Bahia	1.644	1.595
Pernambuco	1.436	1.321
Maranhão	767	749
Rio Grande do Sul	530	434
Cisplatina	456	437
Pará	332	312
S. Paulo	279	265
Parahyba	247	217

Ceará	138	104
Alagôas	123	114
Matto Grosso	117	116
Piauhy	72	58
Goyaz	56	54
Rio Grande do Norte . .	42	39
Sergipe	34	32
S. Catharina	29	107
Espirito Santo	17	66

Curioso que o quadro não mencione os dados financeiros sobre Minas Geraes.

A enorme superioridade financeira do Rio de Janeiro sobre as outras circumscripções do Imperio já em parte provinha do café, não só pela arrecadação dos impostos do dizimo como pelas contribuições indirectas decorrentes da prosperidade por elle determinadas em districtos recem-desbravados.

Nos annos immediatos o movimento orçamentario do Imperio veio a ser o seguinte:

	Receita ordinaria	*Despesa*
1824	5.788	9.618
1825	4.472	8.357
1826	5.206	9.408
Totaes. . . .	15.466	27.383

Donde um deficit no triennio de 11.917 contos de réis, coberto por operações de credito.

E' preciso lembrar porém, que se pagara grande somma de despesas militares além da indemnisação determinada pelo tratado de reconhecimento da Independencia do Brasil. Mais 5.500 contos haviam sido pagos pela importancia da frota portugueza incorporada á marinha de guerra imperial e as propriedades particulares deixadas no Brasil por S. M. Fidelissima.

Em nossos *Subsidios para a historia do café no Brasil colonial*, deixamos frisado quão grande é o valor do bello livro de finanças e economia politica da lavra do illustre economista Horacio Say: *Histoire des Rélations Commerciales entre la France et le Brésil* (Pariz, 1839).

Neste volume tivemos o ensejo de aproveitar de tão bella

e prestante obra quanto foi possivel relacionado ao periodo que historiamos.

Prosseguindo no exame deste prazo vamos agora continuar a inspecção do livro de Say. Para os primeiros annos do Brasil imperial é simplesmente precioso.

Diz Horacio Say que a satisfação do já secular ideal da politica bragantina a saber a incorporação, ao Brasil, da Banda Oriental do Uruguay, a custa de prodigiosos gastos militares, valera á monarchia lusitana a quase ruina financeira do Brasil.

Destruiu-se o bello systema monetario colonial anterior a 1808; alteraram-se as moedas effectivas preludiando-se a nova bancarrota completa, por meio de verdadeiro papel moeda.

As grandes variações que as medidas financeiras governamentaes trouxeram ao valor do agente das trocas, da moeda, constituiram um dos maiores entraves á prosperidade commercial do Brasil.

Não só taes variações influiram poderosamente sobre os cambios extrangeiros como trouxeram inconvenientes locaes em toda a parte.

A enorme extensão do Brasil, a difficuldade e morosidade dos transportes, na época, entre os pontos principaes do paiz, impediam que as medidas tomadas no Rio de Janeiro poudessem ter simultaneidade.

A moeda embora submettida á mesma designação tinha valores variados, em larguissima escala, segundo o momento e os lugares.

Assim, por exemplo, praças houvera em que, com intervallos de poucos mezes, o mil réis valera ora cinco, ora tres francos! E differenças não menores haviam sido assignaladas, no mesmo momento, entre os valores monetarios cotados no Rio de Janeiro, na Bahia, no Maranhão. Imagine-se a balburdia, o transtorno commercial dahi decorrente!

Já em 1811 commettera o governo de D. João VI o grave erro de alterar o valor da moedagem da prata, recunhando a piastra hespanhola a que arbitrariamente augmentara a valia de vinte por cento.

Em Pernambuco, pouco depois, um capitão general assim procedera tambem com a moeda de cobre.

As coisas iam de mal a peior e a criação do primeiro Banco do Brasil se effectuara quasi que sob a imposição do poder absoluto de D. João VI pela pressão effectuada sobre os capitalistas.

Começaram a apparecer as notas do novo Banco, e, como sempre, realizou-se o que prevê a famosa lei da concurrencia das moedas boa e má, evaporou-se a boa. De 1819 em deante desappareceram, como por encanto, as pratas de tres patacas (960 rs.) que depois de terem tido agio foram exportadas do Brasil.

A' bella moeda de ouro de 1808 succedera a moeda de prata de 1811 e esta, em 1819, fôra substituida por tristes trapos de papel cuja garantia dos valores nelles designados era o credito de um governo insolvavel!

Lembra Horacio Say que se tornava preciso fazer justiça proclamando-se quanto herdara o governo de D. Pedro do seu augusto progenitor pessimas finanças.

E vira-se depois nas duras contingencias do *primo vivere* para alcançar a independencia do Brasil defendendo-se de Portugal.

Ameaçado pela guerra com a antiga metropole tivera de fazer enormes sacrificios; as despesas ultrapassaram immenso as receitas mal arrecadadas e até em largas zonas do Imperio não cobradas em virtude dos acontecimentos politicos.

Redobrara pois o ardor do fabrico da moeda de cobre e das notas bancarias. Mas como o publico lhes manifestasse a maior aversão a baixa de seus valores nominaes de dia a dia se accentuara.

Em fins de 1824 o thesouro imperial devia cerca de vinte mil contos, quantia enorme para os seus recursos. Lançou mão do recurso aos emprestimos externos para fazer frente ao deficit e trazer á circulação do paiz a moeda metallica.

Os banqueiros inglezes forneceram-lhe £ 3.686.000 a taxa de 5 % e sob o typo de 80 por cento, o que produzira 16.561 contos de réis. Mas em dois annos este dinheiro se evaporara.

Peior quando o Brasil precisara pagar a Portugal a indemnisação decorrente do tratado de reconhecimento de sua independencia. E muito peior ainda quando decorreram as operações militares que trouxeram a independencia do Uruguay.

Houve emprestimo negociado ao typo de 65 em que para receber seis mil e quinhentos contos de réis o Brasil declarou-se devedor de dez mil!

Ainda Ministro da Fazenda do Principe obtivera Martim Francisco 400:000$ de um emprestimo interno a juros de 6 %.

Diz Agenor de Roure em sua brilhante monographia *Historia Economica e Financeira do Brasil até* 1922.

"Martim Francisco quiz significar, com o adverbio *livremente* que o seu emprestimo não se parecia com os "donativos voluntarios" da época colonial. No Brasil independente, o adjectivo "voluntario" só teve a significação de acto praticado contra a vontade, quando se deu a apanha de soldados para a guerra do Paraguay.

O emprestimo foi subscripto *livremente*. O appello patriotico, feito em momento tão opportuno, deu bom resultado, pois o decreto de 21 de outubro, já proclamada a Independencia, "mandou receber as quantias offerecidas, mesmo depois de completa a importancia dos 400:000$000, "augmentadas proporcionalmente as entradas da Alfandega para o cofre de amortização e juros. Assim foi que o emprestimo realizado subiu aos 437:178$000, que o *deficit* orçamentario de 1823 devorou logo!

Era porém insignificante a somma para acudir ás exigencias do paiz que acabava de se constituir em Nação independente.

No anno seguinte, 1824 foi o *defict* coberto com parte do producto do emprestimo externo de £ 3.000.000. Em 1825 gastaram-se mais 3.608:561$589 tirados do mesmo emprestimo externo."

Em 1826 começou-se a se fazer a discriminação das despesas do Imperio sob rubricas diversas das anteriormente adoptadas. Casa Imperial, Thesouro, Repartição de Guerra, Repartição da Marinha. Desta data em deante os titulos passaram a ser Casa Imperial e os nomes dos seis ministerios: Imperio, Justiça, Fazenda, Marinha, Guerra, Extrangeiros.

Na demonstração da receita e despesa do Thesouro Nacional para o anno de 1827 redigida por Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro marquez de Abrantes, e então ministro da Fazenda, se diz que neste exercicio haviam concorrido para os cofres nacionaes, para uma receita total de 5.870:282$198 réis arrecadados.

O café com	387:489$000
A meia siza de escravos com . .	283:379$000
O assucar com	230:637$000

Na Bahia a taxa para a importação de africanos era de 20$400 por cabeça, em Pernambuco 21$100. O deficit do exercicio fôra de 5.759:037$000.

No anno seguinte o relatorio do Ministerio da Fazenda era assignado ainda por Miguel Calmon. Estava o paiz em deploraveis condições financeiras.

Para o exercicio anterior fôra a receita de 21.673 contos de que resultara o deficit de 7.387 contos.

Corriam os annos maus da guerra do Prata.

Em 1827, foi preciso que o Banco vendesse brilhantes e barras de oiro e ainda retirasse do deposito de bens de defuntos e ausentes o necessario, para completar os 5.000:000$ exigidos pela imperiosidade do desequilibrio. No exercicio de 1828-1829 consolidando-se a divida fluctuante e autorizada a emissão de 12.000:000$000 em apolices, o Governo com estes recursos pagou cerca de 4.500:000$000 de despesas ordinarias graças a esta receita extraordinaria. Mas ainda tomou a Thomaz Wilson & Comp. as £ 400.000 do emprestimo externo de 1829, com as quaes satisfez compromissos do de 1824.

Desápparecidos da circulação os metaes nobres que se tinham tornado absolutamente invisiveis só corria o cobre.

O publico rceusava-se a acceitar o papel moeda imperial; os mineiros então mostravam-se a tal respeito inflexiveis.

Refere Walsh em suas *Notices of Brasil* que precisou arranjar tres arrobas de cobre para, em sua travessia do territorio de Minas Geraes, poder contar com dinheiro. Levou uma besta de cangalha, especialmente, para o transporte deste enorme peso do metal vil, em vintens, obedecendo a um conselho sensato de patricios seus, residentes nas minas de Morro Velho e Passagem.

"No exercicio de 1829-1830 — diz Agenor de Roure, o Thesouro lançou mão, para supprir *deficits* dos recursos costumeiros: quasi 2.000:000$000 de emissão de moedas de cobre e quase 4.000:000$000 de apolices. Finalmente, no exercicio de 1830-1831, e emissão do cobre subiu a quase ..... 3.000:000$, recorrendo-se ainda a 2.000:000$000 de movimento de fundos."

Em 1828-1829 a renda ordinaria do Imperio attingiu a 8.874:433$000 e a extraordinaria a 5.404:141$000 ou seja um total de 14.278:574$000 conta o relatorio do Ministro da Fazenda Miguel Calmon. Ha entre estes dados e os de Castro Carreira uma differença embora não muito consideravel. Assim refere o senador cearense, para este exercicio, que o total das receitas, ordinaria e extraordinaria, fôra de ...... 14.406:240$205 ou seja uma majoração de mais de 124 contos de réis.

Os direitos sobre o café montaram a 365:320$000 e os

do assucar a 294:038$000. Copiosa a renda das contribuições sobre escravos importados, 932:624$000!

No anno anterior a taxação sobre os africanos entrados no porto da Bahia produzira 111:900$000 o que correspondia a 5.048 escravos. Em 1829, diz Walsh, com as noticias aliás muito exaggeradas de desordens graves em Pernambuco e Maranhão, aggravadas pela difficuldade das communicações lançou D. Pedro I umas proclamações sobremodo violentas que alarmaram os meios financeiros. Reflectiu-se este mal estar immediatamente sobre o meio circulante. O cobre, o unico metal que então corria, teve uma alta de agio immediato, de 32 para 45 por cento!

Deu-se então enorme depreciação do papel moeda. O agio do ouro e da prata e do cobre que em 1828 haviam sido de 100,48 e 20 por cento subiu a 190,80 e 40 e o cambio sobre Londres cahiu de 32 a 20 d.

Resolveu o governo reduzir a circulação incinerando o papel moeda o que pittorescamente se realizou, a vista do publico, em pleno dia, e plena rua Direita para se tapar a bocca aos maledicentes e aos scepticos.

A malignidade publica acusava de deshonesto o processo affirmando que maços e mais maços de notas sahiam do Thesouro para a incineração e a caminho eram desviados para uma casa da rua da Alfandega a que se dava o nome de *Casa de papel*.

"Resumindo: escreve A. de Roure, em 10 annos do reinado de Pedro I, os tres emprestimos feitos no extrangeiro (considerada como tal a responsabilidade que assumimos para a indemnização a Portugal) crearam para o Thesouro a divida de 18.957:155$554 externa; a emissão de apolices de 6 % subiu a 12.808:200$000 a divida ao Banco approximara-se muito de 20.000:000$000, segundo o marquez de Barbacena; os juros das dividas externa e interna consumiam quase Rs. 2.000:000$000 annualmente. Da somma total de 88.000:000$ attribuidos á receita, mais de 30.000:000$ provinham de emprestimos, e só assim a media annual de *deficit* pôde ser reduzida aos 400:000$000, apurados por Castro Carreira e aos quaes é justo accrescentar, pelo menos, de 2.000:000$000 de juros annuaes dos emprestimos contrahidos."

No periodo angustiado do Primeiro Imperio crescera notavelmente a producção cafeeira do Brasil, como se evidencia do quadro de Porto Alegre. E graças a ella não avultara o desequilibrio financeiro. Assim se computava:

Annos	Saccas de cinco arrobas
1822	97.981
1823	95.338
1824	99.822
1825	101.410
1826	105.873
1827	280.321
1828	349.587
1829	398.200
1830	484.222
1831	549.427

Assim passara a ser quase cinco e meia vezes maior. Oscillara muito o preço por arroba neste interim. Se em maio de 1821 attingira a um maximo de 6.800 já a primeiro de janeiro de 1822 se cotava a 5.600 para dahi a um anno cahir a 5.400. E a 3.900 em 1 de janeiro de 1824, a metade do que valia dois annos antes ! e a 3.200 réis em 1 de janeiro de 1825. Neste anno, a 1.º de julho, reagira subindo a 3.500 réis já a 1.º de janeiro de 1826 se cotara a 3.100 e a 2.900, dahi a um anno subindo novamente a 3.500 em maio de 1827 para em janeiro de 1828 valer 3.100 de novo.

Em maio de 1829 valia 4.700 para em 1.º de janeiro de 1830 cotar-se por 3.500, preço que se conservava inalteravel a 1.º de janeiro de 1831.

Interpretando um diagramma de Horacio Say sobre os valores das arrobas de café e de assucar, sob o primeiro Imperio, chegamos a estes resultados approximados, relativos a 1.º de janeiro e 1.º de julho de cada anno.

	Café	Assucar	Cambio medio
1822 — jan.	5.600	2.600	48 d.
jul.	5.300	2.100	49 d.
1823 — jan.	5.400	2.000	47 d.
jul.	5.000	2.300	51 d.
1824 — jan.	3.700	1.900	49 d.
jul.	3.200	2.000	47 d.
1825 — jan.	3.100	2.100	46 d.
jul.	3.500	2.500	51 d.
1826 — jan.	3.000	2.500	53 d.

	jul.	2.900	2.600	49 d.
1827 —	jan.	2.900	2.800	43 d.
	jul.	3.400	3.500	35 d.
1828 —	jan.	3.000	3.800	31 d.
	jul.	3.000	4.100	33 d.
1829 —	jan.	3.000	3.600	28 d.
	jul.	4.600	4.000	26 d.
1830 —	jan.	3.500	3.900	24 d.
	jul.	3.700	3.900	22 d.
1831 —	jan.	3.500	3.700	20, ½ d.
	jul.	4.100	3.200	25

A depressão maxima da curva assucareira no periodo assignala-o Say para 1.º de novembro de 1824 (1800 réis por arroba) e o apice para 1.º de abril de 1828 (4.150).

Quanto á curva cambial a depressão maxima corresponde a 1.º de outubro de 1820 em que a taxa andou pelas vizinhanças de 20 dinheiros por mil réis.

Tratando da abdicação de D. Pedro 1.º expende Horacio Say a opinião de que se o impetuoso monarcha não houvesse desanimado e querido contemporisar fazendo concessões á opinião publica ter-se-ia mantido no throno.

Imparcialmente falando acha que poderia ter prestado ao Brasil muitos serviços.

Precisaria porém resignar-se a não querer humilhar os brasileiros attribuindo os principaes cargos do governo a portuguezes renunciando tambem aos seus pendores para o favoritismo e a camarilha.

Esquece-se porém da causa psychologica, principal determinante da abdicação de 1831 o desapego cada vez mais forte, de anno para anno manifestado, pelo soberano, ás coisas do Imperio, por elle fundado e o desesperó que o levava a querer retomar das mãos do irmão o sceptro que este usurpara da sobrinha.



CAPITULO XL

O pesado legado financeiro do Primeiro Imperio — As oscillações cambiaes de 1808 a 1831 — Cambio e café — Progressão das receitas, oriundas do dizimo do café. Os esforços patrioticos e ingentes dos estadistas das Regencias para o restabelecimento do credito nacional — Resultados obtidos — Commentarios de Horacio Say e de Castro Carreira — A capacidade administrativa de Manuel do Nascimento Castro e Silva

Quando Dom Pedro I deixou a Guanabara era esta a situação financeira do paiz no dizer de Horacio Say.

	Contos de réis
Divida bancaria	18.000
Cedulas para o resgate do cobre . . .	10.000
Dividas de exercicios findos	3.000
Divida fluctuante	31.000
Divida consolidada	20.000
Total da divida interna	51.000
Primeiro emprestimo inglez (1824)	£ 3.686.000
Segundo emprestimo inglez (1826)	£ 769.000
Emprestimo portuguez encampado pelo Brasil (1826).	£ 1.400.000
Juros atrazados deste emprestimo suspenso desde a incorporação de D. Miguel.	£ 400.000
	£ 6.255.000 ou

37.530 contos de réis.

Total da divida brasileira 88.350 contos de réis. Isto equivale as receitas integraes de seis exercicios financeiros. Já porém em 1830 fizera a camara dos Deputados o maior esforço no sentido de equilibrar o orçamento.

Um graphico magnifico acompanha a obra de Horacio Say: *Quadro synoptico do curso dos cambios e das mercadorias no Rio de Janeiro de* 1808 *e* 1839, cujas coordenadas são uma o eixo dos tempos representado por abcissas annuaes e outra o dos valores em que as ordenadas representam dinheiros esterlinos e réis.

Cinco curvas se traçam sobre o quadro, as do cambio inglez, francez e hespanhol e as cotações do café e do assucar.

Este quadro o economista o traçou com o fito de demonstrar, á primeira vista, pela simples inspecção, as variações altistas e baixistas do cambio e das cotações das mercadorias. As ordenadas não indicam de modo absoluto as variações dos valores reportados a uma base fixa representando variações nos preços nominaes. Assim o alteiamento da curva pode ter sido causado tanto pela alta real da mercadoria como pela baixa do valor da moeda pelo qual era o preço expresso.

Assim só pelo conjuncto do quadro se poderão avaliar as variações tão grandes quanto prejudiciaes que á moeda brasileira affectavam.

O alteiamento da curva do cambio sobre Londres entre 1810 e 1814 explicava-se pela suspensão dos pagamentos em especie por parte do Banco da Inglaterra. Ao passo que o mil réis subira de 72 d. a 95 d. o café cahira de 3.300 a 1.200!

Provinha isto da perturbação universal do commercio produzida pelos ultimos annos do periodo napoleonico. Mas a Inglaterra reagira retomando os pagamentos em especie em 1814. Tambem deste millesimo a 1817 o mil réis vira a sua depreciação de 95, 1/4 a 55, ½ d.

De 1817 a 1821 houvera verdadeira fome de café no mundo todo. Dahi a alta notavel do grão, e o açodamento pelo qual a capitania do Rio de Janeiro, cada vez mais, se cobrira de cafezaes o que tambem se dera em Cuba e outras zonas productoras.

Viera a superproducção e a baixa das cotações na Europa entre 1821 a 1826. E, como reflexo, a baixa tambem, no Rio de Janeiro, maior até do que deveria ser, porque a moeda brasileira começara a se depreciar. Os tres mil réis, por arroba, em 1825, já não valiam tanto quanto os mesmos tres mil réis de 1817. Equivaliam a uma variação entre 62 d. e 46 d.

Tudo se complicara ainda por causa da alteração dos valores da prata, base da moedagem brasileira.

Assim, de 1826 a 1827, a tendencia para os cambios brasileiros, sobre Londres e Paris, fôra a baixa acentuada quando a piastra hespanhola de prata subira.

Os cambios extremos haviam sido entre 1826 e 1829:

Sobre Londres de 53 d. a 25 d. por mil réis.

Sobre Paris de 410 a 425 réis.

A piastra subira de 1.050 a 2.400 réis!

Não se elevara o preço das mercadorias, comtudo, em relação ao aviltamento do papel moeda. Apesar do alteiamento nominal as mercadorias haviam sido realmente vendidas mais barato do que anteriormente.

Ia cada vez mais avultando a contribuição do café para o accrescimo das rendas nacionaes.

Assim o Marquez de Barbacena, no relatorio do Ministerio da Fazenda, a 15 de maio de 1830, assignalava que o dizimo do café produzira 365:320$000 réis ao passo que o do assucar orçava por 294:038$000.

Nos relatorios de 1831 a 1832 de José Ignacio Borges e de Bernardo de Vasconcellos não surgem referencias especiaes ao café.

O segundo assignala a grande falta de braços que havia no Imperio e faz recriminações ao dolo dos exportadores, provocador da evasão, das rendas publicas.

A receita para o exercicio de 1831-1832 attingira a 16:064$336. No anno seguinte ocupava Candido José de Araujo Vianna a pasta da Fazenda. Segundo Liberato de Castro Carreira a receita orçada para este exercicio foi de quinze mil contos de réis e os dizimos produziram:

Do café	730:852$000
Do assucar	505:818$000
Do algodão	353:683$000
Do arroz	90:671$000
Do fumo	19:358$000
Do gado	212:728$000
Do miunças	178:584$000
Total	2.091:622$000

Diz Horacio Say que os homens da Regencia esforçaram-se desde os primeiros dias por melhorar a desordem monetaria do paiz, e restabelecer-lhe as finanças.

Trabalho ingente, a cada passo perturbado pelas desordens politicas e os esforços para a desaggregação do paiz, representados pelas revoluções do Pará, do Maranhão, da Bahia e do Rio Grande do Sul.

Como reflexo desta tentativa subira a cotação dos titulos da divida brasileira na Europa e nos Estados Unidos e subira igualmente a taxa cambial.

A liquidação do Banco do Brasil determinada por lei de 1829, a intenção manifestada pelo Governo de pagar as dividas pelo resgate das notas do Banco, sobre a base de nova fixação do padrão monetario, a esperança no reapparecimento de moeda metalica valorisara o mil réis, de 1830 a 1833. Subira o cambio e as mercadorias e a prata baixaram.

A obra dos ministros da Fazenda da Regencia fôra com effeito duramente levada a cabo.

Já a 3 de maio de 1831, menos de um mez apos a abdicação de D. Pedro I, dizia o ministro da Fazenda José Ignacio Borges com a maior severidade:

"Por duas vezes conquistamos a nossa emancipação, a primeira no dia 7 de setembro de 1822, e a segunda no dia 7 de abril do corrente anno. Naquella ganhámos o Imperio, com o legado de uma administração ressentida dos defeitos do feudalismo e já viciada, mas não carregada de embaraços financeiros por que não tinhamos divida interna ou externa; a que nos pesava era de pouca monta, e tanto que o ministro da Fazenda de então pôde, sem o soccorro das provincias, nem operações de ruidosos emprestimos extrangeiros, occorrer ás despesas do estado, que aliás não foram pequenas.

Agora ganhamos a causa da nacionalidade, e tanto basta para soffrer de bom grado os sacrificios que convem fazer, para o fim de restabelecer a nossa independencia illudida e abafada por uma divida de 55.980:344$600 interna e externa, que nos faz experimentar a calamidade de ver substituidas as especies metalicas por um papel depreciado, e por uma moeda fraca, que tem provocado a immoralidade da falsificação até dos extrangeiros, resultando uma tal crise, que leva a proclamar a miseria publica."

Calculava-se assim o orçamento para o exercicio de 1832 a 1833:

Receita	11.573:002$000
Despesa	11.698:750$187
Deficit	125:757$187

Commenta Liberato de Castro Carreira:

Congratulou-se o ministro com o Parlamento por este resultado, porque, comparando-se este orçamento com os anteriores, vê-se que os *deficits* destes não eram de dezenas, nem centenas de contos mas de milhares, quer o Brasil estivesse no remanso da paz, quer em plena guerra. Mostrava-se convencido de que, cortando-se disperdicios e prevaricações, com que tanto se tinham apurado os soffrimentos da nação, com certeza o orçamento apresentaria saldos.

Accrescentou ainda que se a receita não apresentava augmento relativo ao progresso do paiz, era isto devido ao desleixo e prevaricação de muitos agentes da administração pela sua impunidade, acobertados com o systema mysterioso e obscuro da escripturação do thesouro e thesourarias de tal sorte enredados que não era facil comprehender qual o systema economico que a regia, e qual o principio de vitalidade que a animava e punha em movimento esta machina. Observou que com pequenas pagas não se convidava a quem tenha prestimo. Introduz nas repartições publicas quem não tinha aptidão era perturbar o serviço dos que podiam prestar.

Em 1832 o illustre Bernardo Pereira de Vasconcellos, em seu relatorio ministerial, dizia ser preciso não se illudir o Parlamento com apregoados saldos, resultantes do movimento de fundos, e com os saldos antecedentes e outros artigos que não constituiam propriamente renda, e tanto que o balanço de 1831 a 1832, que dava a receita de 16.034:336$000 e a despesa de 14.044:159$000 com um saldo de 2.020:177$000, não traduzia a expressão da verdade.

Tratando da divida do estado accrescentava que a passiva interna fundada montava a 13.327:600$000 comprehendendo-se as apolices de 5 %. Amortisara-se a importnacia de 614:600$000.

A passiva fluctuante era de 1.000:000$000 e a activa de 6.248:718$100 sendo em grande parte incobravel, pelo que seria conveniente marcar prazo para a sua prescripção, e admittir em pagamento, por outra parte, apolices de fundos publicos ao par.

A divida externa continuava a ser de £ 4.031.700, a amortização até então realizada importava em £ 423.700, pouco mais de dez por cento portanto. Esta amortização não tinha tido augmento regular na forma dos contractos, havia o Brasil porém pago os juros do que devia no Exterior, com toda a pontualidade.

Os nossos titulos haviam soffrido grande baixa com as noticias aterradoras propaladas pelos inimigos da prosperidade do paiz: todavia iam-se reanimando pois que de 47 tinham subido a 62, 1/4.

Em 1833 no relatorio com que o conselheiro Candido José de Araujo Vianna, futuro Marquez de Sapucahy ministro da Fazenda, dava ao Parlamento conta do estado financeiro do paiz, annunciava-se entre outras noticias, a da melhor fiscalização na arrecadação das rendas publicas, assim como o melhoramento na escripturação, o que já habilitava para com fundamento, fazerem-se as observações sobre o estado das despesas.

Assim, já se podia distinguir a despesa do material da administração da que era puramente pessoal. Chamou a attenção do Parlamento para o que dizia respeito aos funccionarios em actividade, e aos pensionistas e aposentados, assumpto em que o abuso ia sendo pesado aos cofres publicos. Dos funccionarios em actividade não comprehendidos o exercito e armada, subia o numero a cerca de 8.000 e custavam á nação, annualmente, 5.000:000$000, sendo a media 625$000 para cada empregado. Com os pensionistas e aposentados, cujo numero já se elevava a 3.100 despendia a Nação 768:000$000, o que dava para cada individuo 247$000.

Em 1889 commentava o Senador Castro Carreira desalentadamente:

"Infelizmente não é de esperar remedio para este grande mal: é um vicio de caracter canceroso; que necessariamente ha de progredir á medida que for augmentando o numero de protectores e protegidos. "O desenvolvimento da historia financeira do Brasil o demonstrava aliás.

A divida activa era então de 6.428:718$109 e passiva de 4.680:373$315, a interna de 15.927:600$000. A externa não tivera alteração.

A' sessão extraordinaria do Parlamento Nacional em 1833 apresentava o ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda do Terceiro Gabinete da Regencia, o de 13 de setembro de 1832, o seu *Relatorio sobre o melhoramento do Meio Circulante*.

Era elle Candido José de Araujo Vianna então deputado mais tarde senador do Imperio em 1839, por Minas Geraes, Visconde e Marquez de Sapucahy (em 1854 e 1872).

Ha neste trabalho, valioso para a historia financeira do paiz, uma tabella cambial da equivalencia do mil réis até aquella data.

De 1811 a 1821	52, ¼ d.
Em 1822	48, ½ d.
Em 1823	50, ¼ d.
Em 1824	48, d.
Em 1825	51, 1/8 d.
Em 1826	47, 1/16 d.
Em 1827	35, 5/8 d.
Em 1828	32, 3/4 d.
Em 1829	25, 1/8 d.
Em 1830	23, d.
Em 1831	24, 5/8 d.
Em 1832	35, 13/16 d.

De 1833 a 1838, como todos sabem, ia o Brasil passar por graves provações de ordem politica, prenunciadores, para muitos, de sua fatal desaggregação. Dahi nova depreciação de sua moeda, reflexo destes annos de perturbações e violencias assignalados sobretudo pela explosão da *Guerra dos Farrapos* e da *Sabinada*.

Em 1834 referindo-se aos deficits successivos com que tinham sido encerrados os orçamentos, ainda era Candido José de Araujo Vianna quem dava conta ao Parlamento do estado financeiro do paiz. Dizia que nem era elle para admirar e nem tão pouco para assustar, attendendo-se á sua naturalidade, desde que na fixação das despesas eram estas pagas juntamente com outras pertencentes a annos anteriores, para o que deveria haver verba especial, e á crescente e progressiva despesa de um paiz novo. Limitado aos recursos ordinarios, tinha para, a ellas occorrer, a urgente necessidade de augmentar convenientemente a renda publica com a criação de novos impostos ou alargamento dos existentes, afim de mais approximal-os a importancia annual dos gastos do Estado.

O cerceamento das despesas nos diversos ramos do serviço publico era um meio applicavel nos paizes chegados quase a um estado estacionario; naquelles porém em que apenas se principiava a organização e se tinha necessidade de dar desenvolvimento á industria, fonte da riqueza com que se devia contar, seria semelhante meio não só nocivo como quase impraticavel.

Terminava com este preceito de incontestavel applicação:

"Não é o severo regimen da dieta, aliás recommendavel para a conservação das forças do homem de idade avançada, o meio mais proprio para desenvolver as faculdades physicas, na juventude e conservar-lhe o vigor."

Os relatorios de 1835, 1836 e 1837 do Ministerio da Fazenda tiveram todos a assignatura do Conselheiro Manuel do Nascimento Castro e Silva, cearense illustre que ao Brasil prestou notaveis serviços. Ministro do ultimo gabinete da segunda regencia trina serviu no primeiro, segundo e terceiro ministerios de Feijó, desde 7 de outubro de 1834 até 16 de maio de 1837.

Funccionario publico, deputado ás Côrtes de Lisboa, deputado pela provincia natal ás quatro primeiras legislaturas, presidente do Rio Grande do Norte em 1825, acabaria, em 1841, no Senado do Imperio.

Mostrou-se optimo organizador.

Recorramos novamente ás boas e honestas paginas de Castro Carreira:

"No seu relatorio a Assembléa Geral dizia tratando da questão dos recursos dados ás provincias, pela lei de 3 de outubro de 1834, que estas não podiam continuar nesse estado de tutela financeira, com a qual não podiam obter os melhoramentos a que tinham o direito de esperar das suas Assembléas Legislativas: A renda provincial por ella marcada não satisfazia ás despesas que lhes eram incumbidas. Esta questão de impostos convinha que fosse resolvida, designando-se aquelles que devessem ser applicados ás despesas provinciaes."

Observa o autor a que vimos acompanhando:

"Isto foi dito ha 52 annos, logo no seguinte áquelle em que foi promulgada a lei de 12 de agosto; quantas vezes não tem sido repetido este reclamo, que ainda não teve solução!"

Chamou especialmente a attenção da Assembléa Geral para o meio circulante, representado por um papel fiduciario, que substituia a fraca moeda de cobre com não menos inconveniente para o estado financeiro do paiz, e que já avultava em importancia superior a trinta mil contos, inundando as provincias, com manifesta perturbação de suas transações.

A' vista disto, era de urgente necessidade, occorrer com medidas legislativas ao meio circulante, sendo as principaes: extinguir a moeda de cobre, substituindo-a, para os trocos miudos, por outra de metal precioso, e tambem substituir a circulação das notas do Governo pelas de um Banco com fundo metallico. Sendo isto então inexequivel, todavia fazia todos os esforços para a realização do que estava determinado por lei.

Dava um plano geral, e circumstanciado, para a reforma do Thesouro, e das thesourarias nas provincias, e alfandegas e mesas de rendas prevalecendo-se da autorização da lei de 15 de novembro de 1831 e outras. Na reforma approvada por de-

creto de 17 de novembro de 1834, reduzia o pessoal, dividindo os vencimentos dos empregados em ordenado, gratificação e quota correspondente á receita. Com este systema teve em vista, interessando o empregado na renda, activar a sua fiscalização; o ordenado fixo servia para a aposentadoria e licenças, a gratificação obrigava ao comparecimento.

Ainda foram por ella criadas as Recebedorias da Côrte e das provincias, montadas com a maior economia, aproveitando-se os empregados habilitados das extinctas repartições.

Regulamentos e instrucções da mais alta importancia sobre o serviço aduaneiro expediu-os o conselheiro Castro e Silva. Não sendo estadista de largos conhecimentos nem vasta illustração, era todavia dotado de alto senso pratico, methodico e regular nos estudos e conhecimentos. Seus trabalhos larga e longamente consultados serviam de base a reformas e melhoramentos que as circumstancias do paiz exigiam.

Continuando Manoel do Nascimento Castro e Silva na afanosa tarefa de regulamentar o systema de fiscalização na arrecadação das rendas publicas, expedia, entre outras instrucções explicativas, sobre a materia, os decretos de 28 de maio e 22 de junho; chamou a attenção do corpo legislativo sobre o meio circulante pedindo a fixação legal de perfeito systema monetario, sem o qual a circulação do representativo de valores, qualquer que fosse, carecia de base e estabilidade, tanto mais necessarias quanto era conveniente a extincção parcial da moeda-papel, sem o que, emquanto esta durasse por maior que fosse a abundancia de metaes preciosos, nunca entrariam os aludidos valores espontaneamente na circulação.

No relatorio com que dava conta ao Parlamento da gestão dos negocios da Fazenda, na sessão de 1837, dizia o ministro que o incremento da receita era manifesto, apesar dos embaraços politicos com que luctava a administração. Tinham impedido, em alguns pontos do Imperio, o desenvolvimento da industria e o trabalho além de perturbar a segurança interna.

No emtanto offerecia-se risonho porvir logo que cessassem as perturbações e se pudesse concentrar a attenção publica e governamental nos melhoramentos sobretudo das communicações e transportes, principal meio de augmento de productos e riqueza.

Deu circumstanciada conta dos emprestimos externo e interno, da divida activa, passiva e fluctuante. E ainda tratando do meio circulante affirmava: "E' preciso que entrem na circulação os metaes preciosos, cunhados conforme um

perfeito systema monetario, e que á proporção da sua massa em gyro se vá recolhendo e extinguindo o actual papel-moeda, o que não se poderá conseguir ainda obrigando a circulação dos metaes preciosos." Para chegar a este resultado lembrou o expediente de se fazerem, e receberem-se, os pagamentos com a obrigação de ser metade em moeda de ouro ou prata, e a outra metade em notas de papel moeda; e desenvolvia um plano de amortização e aproveitavel, mas comtudo nunca posto em execução.

Tambem deu noticias do apparecimento de notas falsas; estas e o cobre falsificado constituiram aliás duas pragas assoladoras do paiz no principio de sua vida autonoma.

Tratando da criação da recebedoria, pela qual fôra censurado tornava patente que a utilidade e vantagem de tal criação não podia ser contestada, á vista dos resultados que della já tirara o Thesouro. A experiencia de mais de dois annos justificava a esperança concebida em sua organização. A receita, no anno financeiro de 1835 a 1836, fôra de .... 832:693$949 quase o duplo do que era arrecadado por meio de collectores dispersos. Desde a criação da Recebedoria a 1.º de janeiro de 1835 a março de 1837 arrecadara .... 1.822:808$613 regulando a sua despesa 3 % do rendimento.

De anno para anno se justificaram as previsões do conselheiro Manuel do Nascimento, commenta Castro Carreira a Recebedoria passou a ser uma das primeiras repartições de arrecadação, e a sua renda avultou em muitos milhares de contos de réis.

Tratando da reforma das alfandegas expendia o criterioso ministro que os bons effeitos desta medida eram inquestionaveis; augmento consideravel das rendas, simplicidade nos despachos e expediente, systema de contabilidade mais claro, seguros e explicitas vantagens que jamais se poderiam contestar.

CAPITULO XLI

Apreciações de J. J. Sturz sobre as finanças brasileiras em 1837 — Critica acerba aos Governos de D. João VI e de D. Pedro I — Applausos á obra reconstructiva da Regencia

De J. J. Sturz existe, publicada em 1837, uma obra que bem pouco vemos hoje citada: *A review financial, statistical and commercial of the Empire of Brazil and its resources.* (Londres, Effingham Wilson).

A este estudo acompanha: *A suggestion of the expediency and mode of admitting brazilian and other foreign sugars into Great Britain for refining and exportation.*

Sobre este J. J. Sturz pouco conseguimos descobrir além do que se lê no *Diccionario* do Sacramento Blake. Vemol-o muitas vezes citado nos relatorios do Governo Imperial como João Diogo Sturz (John James) e encarregado de negocios commerciaes do Brasil no Exterior. Parece ter sido personagem de largo credito entre os governantes do paiz.

Era prussiano e brasileiro naturalisado, escreveu em portuguez, inglez e allemão. Na Bahia imprimiu, em 1846, uma *Memoria sobre diversos ramos de agricultura, commercio e industria* declarando-se, na folha de rosto, cidadão brasileiro.

Já em 1835 imprimira no Rio de Janeiro opusculos sobre os *Effeitos beneficos das machinas e do combustivel e Effeitos das machinas e suas vantagens na riqueza publica e necessidade de sua introducção no Brasil.*

Em 1848 sempre se assignando João Diogo Sturz publicaria outro fasciculo: *Emigração para o Brasil,* impresso na Bahia.

Além do livro em inglez, acima citado, apparece-nos J. J. Sturz como autor de outro, em allemão, datado de 1865 *Neue Beitrage über Brasilien und die La Plata Lander* (Berlin, 1865) e ainda, tres annos depois, com outro trabalho em allemão *Die deutsche Auswanderung und die Verschleppung deutscher Answanderer* (Berlin 1868).

Diz Sacramento Blake que Sturz era prussiano nascido em 1800 e fallecido em avançada idade.

No prefacio de sua *A review financial, statistical and commercial of the Empire of Brazil and its resources* expende J. J. Sturz a sua convicção profunda de que grandioso futuro se reservava ao Brasil, cujas possibilidades, como hoje se diria, mostravam-se tamanhas que bastariam para supprir todas as exigencias do commercio europeu. Era positivo o seu progresso e a sua população crescia rapidamente não só pelo coeficiente vegetativo como devido á emigração europea.

Não havia duvida que o paiz estava bastante em desordem mas aos seus governantes inspirava real espirito de patriotismo. Como prova de tal ahi estava a pontualidade do pagamento dos juros das suas dividas nacionaes, jamais protelado.

Pedia o nosso autor, aos governantes dos paizes do Universo, que lessem as suas paginas e sobre ellas meditassem. Nellas encontrariam mais um documento comprobatorio de quanto é perniciosissimo aos regedores de povos lançarem mão de meios attentatorios ás regras da experiencia financeira e economica, deteriorando ou depreciando o meio circulante.

A protecção destas sábias regras se devia sobretudo a situação que forçara. D. Pedro I a abdicar. Affirmava o nosso economista que no momento em que escrevia (1837) era o Brasil regido por um governo amigo da poupança, regrado e democratico.

Descrevendo o meio circulante brasileiro colonial, todo elle metallico, declara Sturz que fôra o mais sadio. Perturbara a esta bella ordem a chegada da côrte emigrada em 1808. D. João VI, premido pela necessidade, começara a carimbar moedas hespanholas majorando-lhes os valores de vinte por cento, operação de 40 milhões de cruzados realizada na mais larga escala, e de que tinham provindo muitas fraudes.

Haviam vindo depois as guerras do Sul trazendo novas e enormes despesas. O cambio cahira bastante, sobretudo depois que a Inglaterra, liberta de Napoleão, retomara o rythmo de sua riqueza. Os financeiros portuguezes, conselheiros de D. João, affirma Sturz tinham-se em conta de meras aves migratorias sem o menor cuidado pelos interesses da colonia.

Dahi a emissão de papel moeda inconvertivel. O Banco do Brasil inundara o paiz com suas notas quando o seu lastro era apenas um decimo do total da emissão. Afinal ainda o governo do soberano exilado de 1807 realizara terceira e desastrosissima operação a da especulação sobre a moeda de cobre, verdadeiro recurso de rei moedeiro falso medieval.

A libra de cobre que custava 400 réis era amoedado para se lhe dar o valor de 1.280 réis!

E como coroamento da obra desastrosa em 1821, retirando-se para a Europa, raspara o soberano o thesouro, o Banco do Brasil e até o Museu Real, futuro Museu Nacional, "ultima prova da régia e paterna solicitude do principe em relação aos seus leaes e affectuosos subditos brasileiros."

Synthetisando a historia financeira dos treze annos philosopha Sturz:

"A' chegada de D. João corriam abundantes o ouro e a prata. De cobre havia em circulação quantidade sufficiente e o meio circulante era exclusivamente metallico. A' sahida deixava os metaes nobres quase totalmente ausentes da circulação, o paiz abarrotado de papel moeda e dinheiro de cobre aviltado.

Cahira o cambio de 84 a 48 d. e o ouro e a prata haviam adquirido largo agio. Até o proprio cobre valia muito mais do que o papel moeda."

Descrevendo a gestão financeira do primeiro imperador reconhece Sturz que elle tivera muitas difficuldades com a proclamação da Independencia, o pagamento da indemnização a Portugal, a despesa com a guerra platina, a importação de soldados mercenarios etc.

Mas ao mesmo tempo verbera-lhe a prodigalidade despachando á Europa missões, e mais missões diplomaticas, custosas, sustentando portuguezes emigrados antimiguelistas, subsidiando os partidarios de sua filha, a rainha D. Maria II e afinal gastando largamente para negociar o seu segundo casamento com a bella Amelia de Leuchtemberg; ressabiados como estavam as côrtes europeas com os seus antigos desmandos conjugaes.

A tal proposito refere o nosso autor boatos injuriosos relativos a pagamento de commissões a agenciadores de taes nupcias.

Falando de emprestimos externos realizados pelo primeiro Imperio affirma que o Brasil fôra largamente explorado pelos banqueiros.

Em certa occasião haviam os Rotschild desdenhosamente recusado tomar um destes emprestimos, offerecido a typo miseravel. Ao saberem porém que os Baring delle se encarregariam haviam se apresentado melhorando muito o lance! A emissão de apolices continuamente sobrecarregava o depauperado Thesouro brasileiro. Cunhava-se cobre a valer, clandes-

tinamente, assim como se augmentava a emissão de papel moeda.

No emtanto os ministros de estado esforçavam-se por melhorar a situação e augmentar a arrecadação fiscal. Louva Sturz os esforços de ministros como Barbacena, Abrantes, de parlamentares como Bernardo de Vasconcellos, Manuel do Nascimento Castro e Silva e Manuel Alves Branco. Nada mais pernicioso do que a continua mudança dos ministros de estado. Nada menos de quinze em dez annos! E o Imperador, em materia financeira, era quanto se podia taxar de desrespeitador da constituição por elle proprio outhorgada e jurada.

Alludia depois o nosso autor á acção do Chalaça e outros bajuladores. E no emtanto era o monarcha homem de habitos singelos, real bondade e honestidade além de muito intelligente. O mal é que se deixava influenciar, demais, por validos portuguezes, sem escrupulos.

Deixara, pois, D. Pedro I as finanças do Brasil em pessimo estado.

Elogiando a obra realizada em seis annos pelas regencias, mau grado a terrivel tarefa dos annos da anarquia que precisara jugular affirmava Sturz, em 1837, que ellas haviam conseguido os seguintes e beneficos resultados.

1) A revisão completa do apparelhamento financeiro do paiz, distribuição mais racional dos impostos e maior economia em sua arrecadação, reforma salutar das alfandegas e thesourarias e melhoria enorme de sua contabilidade.
2) Optima liquidação do primeiro Banco do Brasil.
3) Notavel melhoria no estudo e confecção dos orçamentos nacionaes, agora effectuada com muito maior clareza.
4) Revisão e melhoria do meio circulante metallico.
5) Retirada gradual e diminuição consideravel da enxurrada de cobre que innundara o paiz.
6) Criação do fundo de amortização da divida publica.
7) Idem do Monte de Soccorro e Caixa Economica.
8) Fundação de novo Banco do Brasil.

Ingente e benemerita obra a dos valentes estadistas da Regencia!

Em seus ultimos cinco annos fizera D. Pedro I cunhar perto de dez mil contos de cobre. Havia uma circulação empirica no Brasil avaliada em 24.900 contos dos quaes 8.300 de moeda falsa!

Em 1835 estava o cobre reduzido a 14.775 contos. E me-

didas severas haviam sido tomadas para impedir a emissão de mais papel moeda.

Manifestava Sturz a maior fé nos recursos do Brasil. Sua producção cafeeira crescia do modo mais notavel e o paiz tinha immensuravel capacidade productora de algodão.

As receitas do Thesouro imperial cresciam muito, as principaes difficuldades a vencer residiam no expurgo do cobre e na revalorização do papel moeda. Ia o paiz vencendo galhardamente os sérios transtornos impostos á sua vida, evitando, com afinco, acompanhar as normas das republicas americanas que não ligavam importancia á honestidade de sua palavra em relação ás transacções e compromissos com os extrangeiros.

E a tal proposito frisara Sturz quanto tivera Feijó um grande ministro da fazenda na pessoa de Manuel do Nascimento Castro e Silva que presidira, durante mais de dois annos, aquelle departamento de estado "with great credit to himself and benefit to the revenue."

As exportações britannicas encaminhavam-se cada vez mais para o Brasil attrahidas pela confiança. Bastava examinar o quadro de taes valores:

Exportação para a America hespanhola, para o Brasil e para os Estados Unidos, respectivamente

Annos			
1832	£ 2.127.344	£ 144.903	£ 5.468.272
1833	£ 2.263.716	£ 2.575.680	£ 7.579.099
1834	£ 2.716.992	£ 2.460.670	£ 6.844.898
1835	£ 2.256.301	£ 2.630.767	£ 10.568.455

Nada mais expressivo do que este confronto em que as cifras do commercio do Brasil chegavam varias vezes a superar as do commercio global com o Mexico, Argentina, Chile, Perú, Uruguay, Colombia e America Central.

A fundação da caixa economica do Rio de Janeiro fôra das coisas mais salutares. Bastava lembrar que os depositos, em 1831, haviam sido apenas de 17:964$000 para, em 1833, chegarem a 291:801$000 e em 1936 a 720:452$000!

Convinha recordar quanto avultara no ultimo decennio a exportação cafeeira quando no emtanto a assucareira e a de couros se tinham mantido a primeira estacionaria e a segunda em decrescimo devido a Guerra dos Farrapos e já antes dos embarques directos para a Europa.

Annos	*Café arrobas*	*Assucar*	*Couros*
1827 . . .	350.000	19.644	329.320
1828 . . .	69.147	19.035	207.268
1829 . . .	375.107	18.864	351.853
1830 . . .	391.785	22.484	266.119
1831 . . .	448.249	22.004	342.385
1832 . . .	478.950	16.645	263.657
1833 . . .	563.195	16.840	137.530
1834 . . .	651.133	—	—
1835 . . .	538.694	19.227	154.545
1836 . . .	704.245	17.889	146.757
1837 . . .	666.496	—	—

Estas cifras divergem um pouco das de Paulo Porto Alegre para alguns destes annos civis sobretudo para os tres ultimos.

E' digno de nota o confronto das opiniões de Sturz e de Horacio Say. Ambos estes autores exararam os mais concordantes elogios á obra dos estadistas das Regencias como veremos pouco adeante.

CAPITULO XLII

A regencia do Marquez de Olinda — Propostas de Miguel Calmon — Melhoria evidente de situação — A influencia preponderante e salvadora do café para o vencimento da crise — Recursos por elle fornecidos ao governo central para a repulsa ás tentativas desaggregadoras — Optimismo acerca do futuro financeiro do Brasil decorrente das condições do paiz em 1839

O Conselheiro Miguel Calmon du Pin e Almeida (depois Visconde e Marquez de Abrantes), no relatorio em que em 1838 deu conta á Assembléa Geral dos negocios de sua pasta, recorda Castro Carreira reconheceu quanto eram penosos para o paiz os emprestimos externos obrigando a remessa de importantes quantias para satisfazer juros e amortizações, influindo consideravelmente no movimento dos cambios. Propoz o alvitre de converter a divida externa em apolices da divida interna. Se com a pequena despesa provinda de dois emprestimos já se tornava sensivel o sacrificio do paiz, quanto não influiriam os debitos elevados a mais do decuplo dessa quantia?

Calculava a somma do papel-moeda em circulação em 35.000:000$000 comprehendendo todas as emissões desde o troco das notas do extincto Banco do Brasil e acreditava na conveniencia de melhorar o meio circulante, dizendo que só se poderia chegar a este resultado por meio de medidas legislativas, que tivessem por fim: 1.°, diminuir a remessa annual de fundos para o extrangeiro; 2.°, augmentar o credito das apolices da divida publica interna; 3.°, difficultar desde logo a falsificação das notas em circulação; 4.°, promover a alliança do interesse privado com o publico para o indispensavel fim do resgate das mesmas notas em espaço dado; 5.°, conseguir a effectiva cobrança das rendas. Dava noticia de nova introducção de cedulas falsas do valor de 50$000, fabricadas

nos Estados Unidos, e tão perfeitas que era difficil descobrir-lhes a falsificação.

Tratando da divida do Estado annunciava que a externa era nessa data de £ 5.231.700 o que ao cambio de 431/5 dava 29.064:999$990. As amortizações atrazadas importavam em £ 581.685 o que ao mesmo cambio equivalia a 3.231:586$111.

Haviam sido pagos os juros do emprestimo portuguez de julho de 1828 a junho de 1835, na importancia de £ 487.500, e amortizaram-se £ 300.000, indemnisando-se o governo portuguez de £ 138.400, que pagara e mais de £ 350.000, saldo de custas com o mesmo governo.

Todas estas verbas constituiam a divida fluctuante externa. As despezas annuaes de juros e amortização dos emprestimos externos importavam em £ 369.000, que deviam ser remettidas para Londres, e esta circumstancia principiou a influir na baixa do cambio, por serem essas remessas superiores ás necessidades da importação, insistindo por isso na idéa de se irem convertendo as apolices da divida externa em interna.

Esta montava a 23.000:000$000 a emissão do papel moeda a 36.000:000; e a divida activa a 7.005:990$000.

Sendo o total da divida do Estado 54.547:876$550, comparada com a sua renda, excedia cinco vezes a esta; resultado animador em relação a outras nações, por exemplo, a Hespanha, onde o excesso era de 40 vezes, a Inglaterra de 15 vezes, e aos Estados Unidos de 17 vezes, etc.

O conselheiro Candido Baptista de Oliveira, no relatorio de 1839 sobre os negocios da pasta da Fazenda, frisava que, depois da consideração referente aos recursos financeiros do paiz, era sem duvida objecto que reclamava todos os cuidados do corpo legislativo a circulação monetaria.

A substituição do cobre estando quase concluida, bem como a das notas do extincto Banco do Brasil convinha tratar quanto antes da instituição de outro Banco bem organizado que poudesse obstar ao mal que se lhe antolhava; porém para se conseguir tal rseultado era preciso, antes de tudo ,operar-se a transformação da circulação fiduciaria em outra real.

Lembrava, como medida provisoria, a provincialização das notas para melhorar a circulação monetaria, podendo-se associar, quanto a esta, aquellas provincias que estivessem em maior contacto.

Até aquella data haviam sido contrahidos tres emprestimos externos.

Em 1824	£	3.000.000
Em 1825	£	1.500.000
Em 1829	£	400.000

Realizou o regente Araujo Lima o quarto a 5 de de fevereiro de 1839 na importancia de £ 312.500.

Commentando a situação financeira do Brasil em 1839 expendia o honesto e sincero Horacio Say:

"As revoltas do Pará e do Rio Grande do Sul teriam provocado deficit se a suspensão da arrecadação nas provincias convulsionadas não fosse largamente compensada pelo accrescimo das rendas de outras zonas do paiz."

Era o café que produzia esta majoração salvadora. Nestas provincias a prosperidade não cessava de incrementar-se.

Durante as regencias segundo ainda Liberato de Castro Carreira foram estes os balanços do Thesouro:

Exercicios	*Receitas*	*Despezas*
1831 a 1832	15.439	12.798
1832 a 1833	20.199	15.808
1833 a 1834	12.471	11.477
1834 a 1835	13.386	13.879
1835 a 1836	14.135	14.339
1836 a 1837	14.477	13.979
1837 a 1838	12.671	18.919
1838 a 1839	14.970	18.131
1839 a 1840	15.947	24.968

Houvera assim um deficit nos nove exercicios de 10.633 contos de réis. Verdade é que se haviam emittido 18.968 contos de papel moeda e 15.779 contos de apolices de 5 por cento ao anno augmentando-se dest'arte os encargos do paiz. Isto sem contar o emprestimo externo de 1839 de £ 312.500 ou, ao cambio de 30 d., 2.500 contos de réis.

Segundo o diagramma de Say foram estas as occillações cambiaes no periodo regencial dos oito annos de 1831 a 1839:

Em 1831 — 20 d. em abril
30 d. em outubro
Em 1832 — 26, ½ d. em janeiro
30 d. em abril
Em 1833 — 35 d. em janeiro
32 d. em abril

Em 1834 — 41 d. em janeiro
36, ½ d. em outubro
Em 1835 — 36 d. em janeiro
41 d. em outubro
Em 1836 — 40 d. em janeiro
38 d. em julho
Em 1837 — 30, ½ d. em janeiro
29 d. em outubro
Em 1838 — 28, ½ d. em janeiro
27 d.em julho
Em 1839 — 29 d. em janeiro
30 d. em abril

Assim o confronto com o periodo de D. Pedro I era muito favoravel á regencia pois, em 1840, ao se proclamar a maioridade de D. Pedro II andava o cambio sobre Londres entre 30 e 32, ½ ao passo que a primeira regencia encontrara a 23 d. em 1831.

Nos annos regenciaes foram estes os valores das ordenadas da curva do café segundo ainda Horacio Say.

Em 1831 (janeiro) 6.200.

Occorrera durante todo o anno uma baixa progressiva de modo que em 1832 (janeiro) a cotação era de 5.600 por arroba.

Durante todo o anno accentuara-se a depressão de modo que em 1833 (janeiro) o preço cahira a 4.000 réis.

Este anno continuara a ser de grande baixa. Chegaria ao auge em janeiro de 1834 (3.600) reagindo para 3.700 em janeiro de 1835. Subira a 3.800 em julho deste anno tivera pequena inflexão para baixo (3.750), em janeiro de 1836, para, em principios de 1837, attingir 4.000 réis novamente.

Dahi douvera alta continua durante todo o anno. Em janeiro de 1838 estava a 4.900 attingindo a 5.100 em janeiro de 1839.

E se com effeito por vezes houvera depressões de preço eram estas compensadas pelo avolumamento notavel da exporção, cada vez maior. Quase dobrara de 1831 a 1839 conforme indica o quadro abaixo expresso em saccas de cinco arrobas.

1831	549.427
1832	586.791
1833	687.139
1834	689.561

1835	791.394
1836	849.900
1837	751.599
1838	974.142
1839	1.009.723

Em 1839 notava-se perspectiva muito mais risonha, com os planos do governo de resgate do papel moeda e da criação de novo padrão de moeda metallica.

"Um graphico mais de que qualquer raciocinio declara H. Say mostra como devia ser difficil, para os commerciantes. avaliar exactamente valores diversos no meio de tantas variações, tão subitas e tão complexas, oriundas de causas tão diversas.

A incerteza do valor das moedas que regulavam estipulações e os mercados foram o obice mais real opposto a uma prosperidade certamente muito maior que o Brasil, certamente, tambem, teria attingido muito mais cedo."

Peior porém, muito peior o caso argentino.

Em 1826 valia o mil réis 53 d. e a piastra 40 d. Em 1831 baixara o primeiro a 22 d. e a segunda a 6 d.!

A alta sobre os cambios extrangeiros não pudera deixar de produzir perturbações nos negocios commerciaes. Muitos negociantes deixaram de pagar pontualmente suas compras nos prazos que lhes eram concedidos de quatro e seis mezes. E outros, vendo os negocios atrapalhados fizeram objecções ao receberem as mercadorias coisa que nunca lhes succedera. Chegaram mesmo alguns a suspender inteiramente pagamentos.

Entende Horacio Say que os estadistas brasileiros procederam com o maior criterio ao enfrentarem a pessima situação de 1831 determinando em principio a fixação do novo padrão monetario.

Segundo esta base a moeda antiga portugueza de 20 patacas (6.400 rs.) passava a respresentar dez mil réis da nova moeda brasileira.

Procedera-se á liquidação do Banco do Brasil com muito bom senso e tomaram-se sábias medidas para a regularização do systema monetario. Decidira-se que a moeda de cobre excedente da necessidade da circulação seria resgatada por meio de uma emissão de cedulas, graças ás quaes o governo se declarava devedor dos valores retirados da circulação.

Ao escrever em 1839 dizia o abalisado economista francez que havia esperanças de se restabelecer no Brasil a circulação metallica. Emquanto tal não se dava parte da divida conso-

lidada fôra amortizada por meio de pagamentos effectuados pelos fundos da caixa de depositos e consignações do Rio de Janeiro e parte por acquisição da Caixa Economica da mesma cidade, estabelecimento que se inaugurara com muito exito.

O regimen de arrecadação melhorara muito e fizera-se positiva ou antes larga compressão de despesas. Uma dellas provinha da prohibição de promoções nas forças armadas.

E ao mesmo tempo nova ordem se introduzia no exercito cuja desorganização em 1834 attingira ao auge. Affirma Say que nesta época contavam-se tres mil officiaes para oito mil praças de pret!

Calculava o enconomista a população do Brasil em .... 3.040.000 individuos livres, 2.000.000 de escravos e ...... 260.000 indios não civilizados o que dava portanto um total de 5.300.000 almas. A seu ver assim se distribuia a população livre:

Pará e Amazonas.	110.000	Bahia	400.000
Maranhão . . .	120.000	Espirito Santo .	40.000
Piauhy	30.000	Rio de Janeiro .	320.000
Ceará	150.000	Minas Geraes . .	600.000
R. G. do Norte. .	30.000	S. Paulo	270.000
Parahyba . . .	100.000	S. Catharina . .	40.000
Pernambuco . . .	400.000	R. G. do Sul . .	160.000
Alagoas	100.000	Goyaz	50.000
Sergipe	50.000	Matto Grosso. .	70.000

Quanto ás rendas provinciaes eram ellas:

	Contos de réis		*Contos de réis*
Rio de Janeiro . .	5.435	Alagoas	139
Bahia.	2.396	Parahyba	137
Pernambuco . . .	1.490	Ceará	122
Minas Geraes . .	746	Matto Grosso. . .	110
R. G. do Sul . .	600	Espirito Santo . .	79
Maranhão	585	S. Catharina. . .	57
Pará	262	R. G. do Norte . .	29
S. Paulo	261	Goyaz	29
Sergipe	186	Piauhy	27

Notavel progresso fizera pois o Brasil cuja população em 1818 se avaliava em 3.600.000 almas. Assim crescera de um terço em vinte annos e, sobretudo, achava-se agora melhor

apparelhado sob todos os pontos de vista dos elementos civilizadores.

Certamente poderia ter progredido mais accentuadamente mas convinha lembrar que realizara sua independencia politica. O futuro agora se lhe antolhava desassombrado.

Para o concerto das finanças do Imperio figurava em primeiro lugar o accrescimo das receitas, sobretudo da renda alfandegaria fluminense e esta tinha como causa primordial o augmento da producção cafeeira.

"A confiança na administração imperial propagou-se pela Europa, os titulos da divida publica do Brasil elevaram-se a uma cotação que só attingiram porque passaram a ser um ensejo de applicação procurado pelos capitaes do Velho Mundo."

Encerrando a sua historia financeira do Brasil por um rapto de positivo optimismo frisava Say que se o observador fizesse um retrospecto dos ultimos trinta annos de existencia do imperio americano notaria que os governantes daquella nação recem independente haviam timbrado em offerecer aos economistas os exemplos indesmentiveis de todas as consequencias oriundas de alteração da moeda, dos abusos bancarios, dos desastres do papel moeda e dos emprestimos utilisados até os ultimos excessos.

Consolava porém a reflexão de que todas estas experiencias arriscadas haviam sido feitas com um povo que possuia bastantes recursos para vencer taes obstaculos.

Crescia-lhe a população, cultivava-se-lhe cada vez mais o sólo de que provinha producção sempre avantajada.

Afinal haviam os governantes brasileiros comprehendido a necessidade de deter a marcha do mal e tratado de o reparar.

Tudo levava a crer que os encargos acabrunhadores fataes aos brasileiros se sua nação permanecesse estacionaria seriam facilmente supportados por um povo cada vez mais numeroso e mais rico. Era frisante a inspecção do quadro:

Exercicios	*Receitas*	*Despesas*
1823-1824 . . .	3.802	4.702
1824-1825 . . .	9.618	9.618
1825-1826 . . .	4.749	8.357
1826-1827 . . .	12.068	11.642
1827-1828 . . .	14.406	13.911
1828-1829 . . .	23.761	18.213
1829-1830 . . .	22.141	19.778
Totaes . . .	90.545	86.421

Houvera assim um saldo apparente de 4.124 contos de réis mas sahido da receita extraordinaria proveniente dos emprestimos de 1824, 1825, 1829 no valor de £ 6.255.000 e accrescimo da divida interna (20.000) a fluctuante.

Montava tudo em 7 de abril de 1831 como já vimos a 55.980:344$643 ao cambio de 23 d. por mil réis o que correspondia a um deficit effectivo de 51.796 contos de réis.



CAPITULO XLIII

Applausos de Horacio Say á obra realizada pelos estadistas da regencia — As difficuldades da administração do Brasil decorrente da área enorme do paiz e a lentidão das communicações — Condições do commercio brasileiro — Os grandes generos da exportação brasileira — Supremacia incontrastavel da região fluminense — O enorme movimento da navegação na Guanabara — Processos commerciaes complicados e defeituosos

Depois de ter novamente frisado que os ministros da Fazenda da regencia haviam realizado obra notavel de patriotismo, intelligencia e bom senso expende Horacio Say, em seu excellente livro, uma série de considerações de ordem economica tendentes a dar a conhecer ao publico francez as condições da vitalidade financeira do Brasil.

Fazia notar que depois de 1822 o desenvolvimento do paiz não se processara homogeneamente. As provincias septentrionaes pareciam estacionarias ao passo que as do Sul viam augmentar rapidamente a população e ao mesmo tempo accrescer-se-lhes notavelmente a agricultura, commercio e riqueza publica.

Ao observador superficial causaria extranheza estas differenças do progresso entre as diversas regiões de um paiz homogeneo em suas instituições e onde a população apresentava uma similitude assaz completa de costumes e cultura. Não se attribuisse o progresso do Sul á presença do governo no Rio de Janeiro pois no Brasil, mais ainda talvez do que em qualquer parte do mundo, o governo vivia do paiz e não o paiz do governo.

As provincias do Norte soffriam, desde 1822 até 1839, tal depressão economica que não só não podiam contribuir com as suas quotas orçamentarias para os cofres nacionaes como até precisavam que estes as soccorresem para lhes subsidiar as despesas de administração local.

Tal depressão não provinha comtudo da sobrecarga dos impostos que as impedisse de prosperar. Outras as causas de semelhante disparidade.

A explicação mais plausivel deste phenomeno social residia na natureza dos productos de cada zona e nas condições sob as quaes se offereciam ao commercio internacional.

O Brasil era exclusivamente agricola, nelle ninguem encontraria, uma unica manufactura digna de tal nome. O clima, a área, a presença de enorme população servil haveriam de assim o conservar por muito tempo ainda.

As colheitas continuariam a fornecer um superavit incomparavelmente superior ás exigencias locaes. Seria vendendo este excesso que os brasileiros conseguiriam adquirir os artigos manufacturados de que precisavam para as exigencias do seu progresso e civilização incipiente.

Os grandes exitos do commercio internacional provinham da supremacia mantida no offerecimento dos artigos, regra simplissima e inexoravel ante as exigencias da concurrencia.

Toda a nação que por motivo da falta de actividade, ordem e economia deixasse escapar esta superioridade technica decahiria fatalmente do nivel de outróra, passando a vegetar.

Assim acontecera com Portugal, a Hespanha, e a Italia que agora viam as sedas de Granada, os galões de Padua, os tafetás de Napoles produzidos em França e na Allemanha e na Suissa, embora conservando as antigas denominações. Estes nomes inscriptos nas etiquetas das mercadorias eram como que tropheus e bandeiras tomados em batalhas economicas.

O mesmo se dava com as materias primas que a Europa requisitava do Novo Mundo. A concurrencia começava a estabelecer-se entre os mercados productores de café, assucar, algodão, cacáu, arroz.

Com a maior sabedoria exclamava o illustre economista: "todos os paizes de producção cara ficarão distanciados! Irá o commercio universal procurar alhures os productos que outróra lhes offereciam e alhures levará a mercadoria que lhes era destinada em intercambio.

Num paiz da vastidão da do Brasil, com communicações internas difficeis, cada porto só podia apresentar aos exportadores os productos da região de que era a capital geographico-commercial.

Assim por exemplo o Maranhão, Pernambuco e Bahia não iam ao Rio de Janeiro e a S. Paulo procurar carga com que lotassem de retorno os navios que lhes haviam trazido os productos manufacturados da Europa. Sob o ponto de vista do

commercio externo cada provincia, ou antes, cada zona do Brasil podia ser considerada como se um paiz autonomo fôra.

Na Amazonia havia apenas pouco mais de uma escassa centena de milhares de civilizados. Quando muito podia valer-se de um pouco de cacáu e de productos da industria extractiva.

Uma industria agricola verdadeira alli ainda estava por nascer; a raça europea parecia quando muito acampada num littoral selvatico.

Poucas localizações havia comtudo tão felizes quanto a de Belém. E dia chegaria em que a navegação a vapor dos numerosos caudaes da Amazonia traria gigantesco surto de progresso áquella enorme área condemnada a estacionar até aquella occasião.

Do Maranhão á Bahia só existia um producto digno de apreço do commercio internacional — o algodão. Era bom, optimo, mesmo, mas produzido muito caro, mal cultivado, muito mal beneficiado. Já chegava muito caro aos cáes de embarque.

Infelizmente os calculos de producção não deviam basear-se sobre o preço do custo e sim exclusivamente nos valores das cotações de venda.

Não podia o Brasil luctar com concurrentes dispondo de mão de obra barata como a Turquia, o Egypto e os Estados Unidos sobretudo, onde o cultivo da malvacea cobria de anno para anno, extensões cada vez maiores. Dahi a decadencia da producção algodoeira do Brasil.

"Entretanto tinha terra mais fertil do que o da Confederação Americana, clima mais salubre, sol mais poderoso; o algodão crescia com facilidade sobre o seu sólo privilegiado, amadurecia sempre bem, sua paina era fina e fibrosa. O defeito provinha do facto de que os agricultores brasileiros não sabiam tirar partido das vantagens pela Natureza prodigalisadas.

Se o Norte do Brasil produzisse algodão barato ganharia immenso, por exemplo commerciando com a França. Este producto além de tudo não se via gravado pela taxação como o café e o assucar no Rio de Janeiro.

Emquanto a Bahia e Pernambuco iam mal, mantendo a custo o nivel de seu passado commercial tomava o Rio de Janeiro notavel incremento como importancia e actividade. Crescia-lhe constantemente a população e seu porto via-se, de anno para anno, mais procurado pelos navios de todas as bandeiras.

Segundo Walsh fôra este o movimento de navios no Porto do Rio de Janeiro:

Annos	Inglezes	Americanos	Francezes	Suecos
1815	80	—	—	—
1816	130	—	—	9
1817	147	—	—	14
1818	160	—	—	8
1819	153	62	29	16
1820	173	73	31	12
1821	204	97	38	19
1822	190	99	37	25
1823	224	104	23	15
1824	249	159	41	30
1825	222	93	35	29
1826	156	118	37	16
1827	211	138	39	24
1828	266	151	39	14

Os navios de bandeira hollandeza eram mais ou menos, em numero, igual aos suecos.

Pelo exame do quadro verificamos o notavel augmento da navegação americana todo elle devido ao accrescimo da exportação cafeeira.

Assignala Walsh as exportações fluminenses dos principaes generos além do café nos primeiros annos do Imperio.

	Assucar Arrobas	Fumo Arrobas	Algodão Arrobas	Pelles e couros
1823	1.206.250	61.860	35.592	273.540
1825	1.116.900	48.541	13.604	261.910
1826	1.025.250	62.247	17.796	384.178
1828	1.062.609	56.626	19.760	207.277

Do Rio ainda se exportavam cerca de 50.000 arrobas, annuaes, de assucar vindo de Santos o assucar era remettido em caixões de 50 arrobas, caixas de 20 a 25 arrobas, e barris de 6 a 8 arrobas. Ia o fumo em rolos de 75 libras (2 arrobas e 11 libras) e o algodão em surrões de 4 arrobas.

A exportação assucareira de Santos fôra em arrobas:

1824	450.000
1825	550.000
1826	600.000

O assucar santista era mal reputado. Do principio ao meiado do exercicio vinha bem branco, na proporção de tres quartas partes; no terceiro trimestre salvava-se a metade e para o fim apenas um terço escasso.

Fôra o seguinte em 1828 o commercio do porto do Rio mostrando a grande preponderancia do café:

EXPORTAÇÃO

Café, ar.	1.839.730	5.121:244$000
Assucar, ar. . . .	1.010.000	3.607:800$000
Algodão, ar. . . .	11.080	55:400$000
Pelles	207.227	1.243:662$000
Chifres	365.288	73:055$000
Total		10.131:161$000

Excluiu Walsh da sua estatistica o arroz e o fumo porque suas remessas eram feitas para o Sul e compensadas pela dos couros, pelles e chifres.

Haviam sido as importações:

Da Grã Bretanha	£	2.200.000
Da França	£	350.000
Dos Estados Unidos	£	150.000
Da Allemanha	£	60.000
De Portugal e Mediterraneo . .	£	300.000

O total attingira a £ 3.060.000 ou, a oito mil réis por libra, 24:480$000. Assim houvera um saldo devedor de .... 14.348:839$000 correspondente ao movimento de fundos.

As remessas dos tres portos do Rio, Bahia, e Pernambuco para o pagamento de juros da divida publica nacional e despesas das missões na Europa haviam subido a £ 595.000 ou 4.500:000$000. A guerra no Prata custava cerca de 450 contos mensaes.

Falando das importações expendia o autor das *Notices of Brasil* a opinião de que o seu computo era conjectural. Geralmente se julgava que um terço das importações inglezas se destinava a manter o trafico africano. Cessando este haveria o declinio fatal daquellas, talvez compensado parcialmente pelas exigencias do maior conforto das populações.

Tambem se esperava que com a queda do trafico haveria o encarecimento dos generos coloniaes na Europa e portanto um augmento de valor da exportação brasileira. Fosse como fosse era evidente a todos que o governo do Rio de Janeiro não podia augmentar despesas, por minimas que fossem, sem impor aos contribuintes encargos verdadeiramente oppressores.

Crescera em dezeseis annos o movimento da Guanabara de cincoenta por cento. E as tonelagens dos ultimos exercicios haviam sido — dizia Horacio Say em 1839:

Em 1834	131.479
Em 1835	128.106
Em 1836	148.398
Em 1837	138.212

Isto só para os navios vindos do extrangeiro. O numero de vapores (não se computando ahi os vasos de guerra, os navios de passageiros e de malas do correio e os de cabotagem) subira sempre. Fôra de 438 em 1822 e 693 em 1837.

Já a Guanabara era visitada por tantos navios quantos dois portos da importancia de Bordeus e Nantes juntos. E o movimento commercial fluminense andava pelas vizinhanças do do Havre.

Assim as rendas alfandegarias do Rio de Janeiro tambem cresciam de anno para anno. E nellas encontrara o governo da regencia os recursos principaes para enfrentar a guerra civil, as ameaças da desaggregação nacional, além dos elementos para proceder ao saneamento das finanças brasileiras.

Não sómente era o Rio o entreposto geral de todo o Sul do Brasil como um porto intermedio entre a Europa e o Pacifico; já as suas relações com o Cabo da Boa Esperança e as Indias iam tomando importancia. Embora a navegação moderna fizesse diminuir o numero de malas, a felicissima situação da Guanabara incrementara as communicações activas com todos os portos do Universo.

Fôra o café o autor desta transformação toda, desta prosperidade notavel.

A provincia do Rio de Janeiro além do grão da rubiacea

produzia o assucar em abundancia. Mas este genero, pesado como era, e deterioravel facilmente, não permittia, como o café, o transporte em dorso de mula. Precisava vir por via maritima. Dahi o commercio com a foz do Parahyba, escoadouro da região campista, e Santos.

Nos ultimos trinta annos fôra o assucar o genero brasileiro de cotações mais estaveis. Os gastos da producção apesar da maior valia do preço dos escravos haviam decrescido pois a elevação nominal do preço de venda mantivera-se constantemente abaixo daquillo que deveria ter attingido em virtude da depreciação da unidade monetaria brasileira.

Como exemplo serviam os seguintes termos comparativos para o assucar mascavo, por arroba.

	Réis
Em 1816	1.700
Em 1826	1.900
Em 1829	3.400
Em 1837	2.400

Mas as equivalencias em moeda extrangeira corrigiam a illusão desta alta. Para 100 kilos de assucar os preços haviam sido:

Em 1816	79.10 francos
Em 1826	66.40! francos
Em 1829	48.80 !!
Em 1837	56 francos

Assim o poder acquisitivo internacional das safras assucareiras do Brasil declinara sempre para reagir um pouco nos ultimos annos.

Com o café succedera peior. As variações de preço mais violentas se tinham apresentado, o que decorria de duas causas diversas: a alta real do producto e as oscillações de alta e baixa do valor monetario.

Haviam sido estas as cotações por arroba:

	Réis
Em 1816	2.400
Em 1820	6.800
Em 1826	2.800
Em 1829	4.800

Correspondiam por cem kilogrammas:

Em 1816 a 112 francos
Em 1820 254 francos
Em 1826 95 francos!
Em 1829 69 francos!!

Com effeito a alta do café, em 1820, fôra geral no mundo commercial; proviera dos esforços de producção em attender aos reclamos do consummo. Com a paz universal de 1815 o consummo do grão na Europa augmentara muito. Houvera procura grande e de todos os lados. Ora a rubiacea produzia devagar. Precisava de tres annos para dar a primeira colheita.

Assim a alta de 1820 attingindo nivel absolutamente tentador para os productores determinara colossal alargamento das lavouras nos arredores do Rio de Janeiro. O solo das montanhas das circumvizinhanças da cidade era muito favoravel a tal cultura. Os cannaviaes encheram os vargedos e os cafezaes os outeiros, onde se compraziam como os vinhedos na Europa.

Todo o custeio se resumia á carpa dos cafezaes e á colheita. Assim todas as emprezas de tal genero haviam sido felizes. Exprobavam os consumidores ao café fluminense ligeiro gosto terroso; mas isto provinha da secca em eiras de terra argilosa. Seria portanto facil, com alguma industria obviar a tal inconveniente. Dos sessenta milhões de kilogrammas de café exportados pelo Brasil nada menos de cincoenta e cinco, ou fossem noventa e dois e meio por cento sahiram da Guanabara.

Esta producção decuplicara em vinte annos e assim contribuira immenso á prosperidade do Imperio.

Immenso tambem podia servir tal abundancia ao commercio francez não fôra a politica aduaneira vesga do governo da França que impunha enorme taxação ao café brasileiro sob o pretexto de proteger as minusculas colheitas de suas colonias antilhanas.

Os negocios mais vultosos do porto do Rio com o exterior eram trinta e tres milhões de francos de importação ingleza e apenas nove de franceza! Tambem a exportação para a França correspondia só a 2.400.000 francos!

Que differença de visão tinham os Estados Unidos! Exportavam para o Rio 4 milhões de francos e importavam nove, quase tudo em café. O mesmo se dava com as cidades hanseaticas que vendiam seis milhões e compravam nove.

Criticando a sua politica nacional dizia o sábio economista:

"A França acharia favoravel escoadouro para as suas mercadorias no Rio de Janeiro de onde apenas recolhe artigos de exportação correspondentes a uma quarta parte de suas remessas. Assim deve receber de alguma outra procedencia uma compensação completa para o seu commercio. Mas ella é paga pelo Rio de Janeiro só por intermedio de verdadeiras delegações sobre aquellas dentre as nações commerciaes que tem a intelligencia de reclamar para o seu consumo os gneros produzidos abundantemente pelo Brasil.

Em vez de comprar café no Brasil directamente o commercio francez precisava abastecer-se alhures. O seu governo forçava-o a recorrer a intermediarios.

O lucro de tal politica cabia comtudo a um paiz extrangeiro, á antiga colonia franceza rebellada contra a metropole o Haití. Não se comprehendia porque se empenhava o governo francez em favorecer aquella republica negra attribuindo aos seus cafés as regalias de que gozavam os das legitimas colonias francezas!

Attribuia Say tal disparidade a alguma causa sentimental, uma especie de persistencia tenaz contra um facto consummado como a independencia do ex-imperio dos Dessalines e dos Christovãos e republica dos Petions e dos Boyer, que já aliás em 1825 a França reconhecera livre.

Era este o quadro de intercambio em francos:

Annos	*Exportações brasileiras em França*	*Importações brasileiras em França*
1827	13.152.414	11.435.908
1832	5.913.505!	9.397.304
1836	10.034.472	25.220.789

Quanto aos recebimentos de café haviam sido em kilogrammos:

	Do Brasil	*De Haití*	*Das Antilhas e Bourbon*
Em 1827	2.568.100	7.264.086	4.125.876
Em 1831	707.193!	2.875.774	1.865.567!
Em 1837	1.562.074	4.947.262	1.401.896!

Grosso modo e desprezando as fracções eram estes os dados das importações cafeeiras em onze exercicios, de 1827 a 1837, em kilogrammos.

Do Brasil	18.580.000
Das Colonias antilhanas e da Ilha Bourbon. .	31.685.000
Do Haití	48.500.000!

E ainda succedia que o café do Haití se mostrava bem inferior ao do Brasil. Entende Horacio Say que tambem em relação ao assucar revelava-se muito vesga a politica aduaneira franceza.

Fazendo o resumo da historia das relações economicas franco brasileiras indicava Horacio Say aos governantes do seu paiz a necessidade vehemente de uma reforma commercial.

E terminava por estas palavras: A America por toda a parte se arroteia, os povos que a habitam cada vez mais avultam pedindo á Europa os productos variados de sua industria. Os brasileiros entre todos elles desejam e pedem os artigos francezes. O desenvolvimento e a prosperidade do commercio externo da França dependerá, pois, unicamente, das vias entre as quaes quererá ella entrar e das reformas que souber introduzir no seu systema commercial obsoleto.

Quadro precioso acompanha a obra de Say o que compendia o curso do cambio entre o Rio de Janeiro, Londres e Paris e o preço dos artigos de exportação, de 1807 a 1839.

Falando da questão dos prazos de venda, longos demais, concedidos pelos fornecedores europeus e seus clientes brasileiros e suas desvantagens lembra Horacio Say o que presenciara no Rio de Janeiro.

Os negociantes europeus alli estabelecidos recebendo os artigos francezes e inglezes viam-se forçados, sob pena de entregarem suas casas ás moscas, de conceder aos revendedores nacionaes prazos de quatro e seis mezes.

Assim haviam constantemente perdido com todas as depreciações de moeda brasileira. A's vezes, em certos annos de 10 a 20 por cento. Sobre cada transacção perdia o vendedor cinco ou dez por cento menos do que esperavam receber.

Esta differença consumia o lucro possivel e até o transformava em perda. Os varegistas, pelo contrario, pagavam com quantias inferiores ao que haviam estipulado, ao mesmo tempo que os freguezes lhes compravam a mercadoria a vista. Assim sua posição era mais favoravel.

Ao lucro das vendas ajuntava-se, de cada vez, um ganho igual á perda que seus vendedores soffriam em virtude da oscillação da moeda. Durante vinte annos haviam os varegistas, pois, sempre prosperado, multiplicado e por vezes attingido um florescimento comparado ao das casas congeneres da Europa. Os negociantes que não podiam deixar de vender a credito as mercadorias européas, viam-se pelo contrario forçados a se apresentarem armados de numerario para os pagamentos a vista, afim de adquirirem os generos do paiz destinados á exportação. A tal proposito relata o economista um facto interessante que se dava com o commercio de café.

Chegavam á rua Direita no Rio de Janeiro á porta dos compradores as filas de bestas de cangalha com o grão ethyopico. Os arreieiros descarregavam os animaes, empilhavam os saccos e sentavam-se sobre elles. E só entregavam a mercadoria quando o exportador lhes pagava a importancia do lote, em moeda *sonnante et trébuchante.*

Ha nestas considerações do ilustre economista francez uma circumstancia de que se esqueceu em materia de prazos commerciaes.

Não decorria assim tão rapida, outr'ora, a recuperação das vendas, por parte dos varegistas como elle affirma, pelo que viu no Rio de Janeiro. No interior o caso era diverso. E com effeito nas cidades da zona cafeeira vinha a ser pratica corrente o facto dos varegistas apresentarem as contas do anno todo, aos seus clientes, por occasião das grandes festas do Natal e Anno Bom.

Commentando este duplo systema de transacções, tão perturbadoras de um commercio bem equilibrado expende Say mais alguns conceitos. Das praticas mercantis viciosas resultara que o Brasil, durante vinte annos, fizera bancarrota gradual e constante em relação a Europa. E quasi se era levado a crer que a Nação tolerara tanto tempo os erros de seus governantes porque uma parte maxima de consequencias funestas, provenientes das más medidas financeiras, haviam recahido sobre os extrangeiros.

Os inglezes tinham luctado contra tal estado de coisas com rara perseverança e coragem. Já antes da paz de 1814 atulhavam o Rio de Janeiro com os productos de suas manufacturas vendendo-as em baixa e esperando compensar tal depreciação graças á taxa cambial elevada. O mil réis subira de 70 a 96 pences mas quando a remessa chegava á Europa era satisfeita pela moeda aviltada do Banco da Inglaterra. Mais

tarde a libra reagira e a moeda brasileira decahira a ponto do mil réis passar a valer pouco mais de vinte dinheiros.

Conta-nos Say que neste periodo a correspondencia commercial era o indice de quanto os mercadores procuravam illudir-se.

Para explicar os continuos fracassos que lhes iam acompanhando os negocios recorriam a uma série de argumentos por vezes insustentaveis. Ora attribuiam a depressão cambial á morte da Imperatriz Leopoldina para depois recorrerem aos pretextos da guerra platina, etc. etc.

Mas fizera-se a paz e a baixa persistia. Dizia-se então que seria passageira, coisa provocada pelas remessas de dinheiro para Londres momentaneas e assim por deante. Varias casas inglezas haviam pago com a fallencia e veleidade e as esperanças fagueiras e illusorias de negociarem no Brasil. Só as mais prudentes tinham conseguido aguentar-se. E algumas prosperado até, atravez das provações de rude selecção.

CAPITULO XLIV

A gestão financeira dos primeiros ministerios de Dom Pedro II — O movimento geral da importação e da exportação — A marcha ascencional da exportação cafeeira — A pacificação geral do paiz e a melhoria de suas condições financeiras — Augmento das rendas do Imperio — Despezas com grandes serviços publicos — A circulação monetaria e Salles Torres Homem

Em 1840, como ninguem ignora, cessou o periodo do governo regencial, entrando D. Pedro II, maior por acto legislativo, verdadeiro golpe de estado, na effectividade de suas funcções magestaticas, aliás sem alteração alguma na organização politica ou administrativa do paiz.

Observa Castro Carreira:

"As forças productivas do paiz preparadas para grandes commetimentos, só esperavam do patriotismo e illustração daquelles, que tinham o dever de zelar pelo bem estar e progresso da nação, toda a coadjuvação e criterio nos meios de promover o engrandecimento da patria."

"Monarcha novo, mas intelligente e animado do amor da patria, não podia, illustrado desde os primeiros passos pela experiencia dos seus conselheiros, deixar de tornar o seu reinado, como foi, altamente benefico e pujante de gloria."

Propôz Manuel Alves Branco que o Estado puzesse todo o empenho em pagar pontualmente os juros da divida publica e reduzisse a circulação do papel moeda.

Tambem se abrisse mão da metade da divida activa por incobravel.

A renda das alfandegas era a mais promissora. Não fosse o periodo torvo das luctas politicas regionaes e talvez só ellas bastassem á despesa do Imperio.

O balanço de 1840-1841 dera: 16.310:575$000 para a

receita ordinaria e extraordinaria, 22.773:185$000 para a despesa donde um defciit de 6.461:610$000.

Em 1841 era novamente ministro da fazenda, o illustre Abrantes, recem agraciado a 18 de julho com o viscondado na chamada "Fornada da Maioridade" glorificado pela presença de Caxias. Olinda e diversos outros grandes vultos.

No seu relatorio ás Camaras acreditava, que apesar do constante augmento das rendas publicas, era forçoso fazerem-se sacrificios para se augmentarem as fontes da receita do Estado: paiz novo cuja organização ainda não estava completa, tinha o Brasil necessidades crescentes e não devia com successivos emprestimos, ordinariamente desvantajosos, procurar satisfazer os seus encargos; julgava, porém que restaurada a tranquillidade publica, ainda perturbada em algumas provincias, reduzindo-se as despesas da marinha e guerra, sempre accrescidas por tal motivo, seriam os *deficits* menos onerosos.

Tratando do meio circulante, assegurava que se tinha feito com toda a pontualidade a amortização do papel-moeda. Estava de accordo, porém, com um dos seus antecessores em que, em logar da queima do papel. fosse a renda, applicada para este fim, convertida em metaes preciosos; assim como insistia na provincialização das notas.

Continuava o regimen deficitario.

Receita ordinaria e extraordinaria	16.318:537$577
Despesa	27.483:018$370
Deficit	11.164:480$793

Em 1842 era ainda o Visconde de Abrantes quem se dirigia ás Camaras como ministro da Fazenda.

Insistia na conveniencia de se alargarem as fontes da receita publica para poderem acompanhar a crescente necessidade das despesas, consequencia necessaria do desenvolvimento do paiz; não era possivel esperar, que só por effeito da fiscalização e do augmento da producção se chegasse em poucos annos a fazer face ás precisões do Estado.

"Não illudamos a Nação, dizia, deixemos os paliativos, que alliviam por momento, e afinal exacerbam o mal; o augmento razoavel da receita é uma necessidade publica a que devemos curvar-nos; si nos traz passageiro sacrificio da nossa popularidade, ha de suceder-lhe o reconhecimento dos nossos concidadãos."

Prosseguira o deficit a afligir as finanças brasileiras como constava do quadro.

Receita ordinaria e extraordinaria	15.493:112$393
Despesa	29.113:263$471
Deficit	13.620:151$078

Novas causas perturbadoras da economia nacional haviam surgido: as revoluções liberaes de Minas e S. Paulo.

O conselheiro Joaquim Francisco Vianna, deputado pelo Rio de Janeiro e mais tarde senador pelo Piauhy, dava em seu relatorio circumstanciada noticia dos compromissos do Brasil communicando a elevação da divida externa na importancia de £ 622.702, emprestimo negociado em Londres ao preço de 85, o que dava o valor nominal de £ 732.600, ao juro de 5 % e amortização em 20 annos sob a mesma taxa.

Fôra contrahido em julho de 1842, para pagamento das £ 622.702, das quaes o Brasil se reconhecia devedor a Portugal no ajuste de contas dos dois milhões esterlinos, do chamado emprestimo da Independencia, em agosto de 1825.

Reconhecia-se que a amortização dos emprestimos externos estipulada nos contractos estava em atrazo na importancia de £ 1.883.030 ou em 10.461:333$382 ao cambio par de 43,1/5, que aliás não era o que regulava nessa data, e sim o de 25, 1/8, o que elevaria esta somma a 18.536:702$560. Pagara-se porém até então e com toda a pontualidade os juros dos mesmos emprestimos.

Reclamava o ministro a proposito da necessidade do augmento de empregados no thesouro geral e thesourarias provinciaes. E ao mesmo tempo que pedia a suppressão de diversas alfandegas cujas rendas eram insignificantes como as do Piauhy, Rio Grande do Norte, Espirito Santo e S. José do Norte, mostrava a ausencia por assim dizer completa da importação directa de generos nestes portos, suppridos de generos pelas praças de Pernambuco, Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro por meio da navegação de cabotagem.

Tratando do meio circulante, insistia o conselheiro Vianna na necessidade da provincialização das notas, com zona de circulação limitada, para obstar ao abuso da falsificação, que se tornara muito frequente, tomando-se, porém, providencias para facilitar o movimento de fundos de umas para outras provincias.

O desenvolvimento do paiz impunha a seu ver a persis-

tencia do deficit que convinha, comtudo, combater energicamente.

Apesar de todos os esforços figurava no exercicio de 1843-1844 como demonstra o quadro:

Receita ordinaria e extraordinaria	21.350:970$709
Despesa	25.947:239$689
Deficit	4.596:268$980

Em 1844 o então titular da pasta da Fazenda, conselheiro Manuel Alves Branco, mais tarde Visconde de Caravellas, tratando da divida externa, communicava que continuara suspensa a amortização dos seus titulos. Não era isto inconveniente; pensava mesmo que não se devia ella realizar emquanto se não equilibrasse a despesa com a receita como estava previsto no contracto, e sendo, como tinham sido, pagos com toda a pontualidade os juros a elles relativos continuavam estes titulos a gozar de confiança e elevada cotação na praça de Londres.

Quanto á divida interna, elevara-se a 43.196:820$000 em apolices de 6 %. Deste accrescimo haviam provindo os recursos para a satisfação da maior parte dos creditos votados pelo Parlamento. Lastimava o ministro que estes titulos, apesar das providencias tomadas para se lhes alargar a circulação, nas provincias, não se tivessem generalizado, podendo-se dizer que o ambito de suas transacções limitava-se á Côrte.

Falando da falsificação notada no papel moeda insistia na provincialização das notas pequenas, deixando as de grande valor com curso geral para facilidade das transacções nas provincias.

Conseguira-se o pequeno deficit de 830 contos de réis.

A importancia total do quinquiennio de 1840-1845 fôra:

para a receita de	94.266:747$017
e para a despesa	130.950:333$675
Deficit	136.672:586$658

dando a média annual para a

Receita	18.855:548$403
Despesa	26.190:066$735

A porcentagem do augmento neste quinquiennio, em relação ao precedente fôra:

para a receita	30,57
e para a despesa	44,95

differença para a

1.ª	22.075:008$059
a 2.ª	40.610:468$617

O movimento commercial fôra o seguinte em contos de réis:

	Importação	*Exportação*
1840-1841	57.727	41.671
1841-1842	56.040	39.084
1842-1843	50.639	41.039
1843-1844	55.289	43.800
1844-1845	57.228	47.054
Totaes	276.923	212.648

Houvera pois uma differença de 54.275 contos a favor da importação que não se reflectira pouco na taxa cambial como vemos.

			Réis
1840	30, 15/16	£ a	7$757
1841	30, 1/4	£ a	7$933
1842	26, 3/4	£ a	8$971
1843	25, 3/4	£ a	9$320
1844	25, 1/8	£ a	9$552
1845	25, 3/8	£ a	9$458

Era este o estado das dividas:

Interna	48.529:200$000
Externa	59.098:701$600

Prosseguia a exportação cafeeira do Imperio a sua marcha ascencional.

	Saccas
1840	1.037.981
1841	1.258.892
1842	1.410.998
1843	1.426.938
1844	1.509.327
1845	1.458.768

Houvera, pois quase um augmento de 50 por cento na producção.

Em 1845 e 1846, sempre ministro da Fazenda Manuel Alves Branco obtiveram-se notaveis triumphos como se deprehende das cifras orçamentarias.

Exercicios	*Receitas*	*Despesas*	*Saldos*
1845-1846	26.199	24.463	1.735
1846-1847	27.627	25.221	2.405

Em 1847 era ministro da Fazenda Hollanda Cavalcanti, visconde de Albuquerque.

No relatorio por elle apresentado ao corpo legislativo, a ocupar-se do serviço da divida do paiz, acreditava que era tempo de se cuidar na amortização da divida externa, inalterada no seu total desde 1830. Seus titulos deviam ser resgatados ao par em 1853. Tornava-se pois necessario o cumprimento deste compromisso quando se approximava o vencimento do primeiro emprestimo. Era verdade que os juros deste haviam sido pagos com toda a pontualidade, perfeitamente desempenhado o contracto feito pelo Governo Imperial. Esgotado o seu prazo inicial de cinco annos ia continuando, e era provavel fosse renovado, mas com algumas modificação favoravel.

A divida interna se avolumara com a emissão de ...... 196:400$000 em apolices de 6 % para pagamento da divida de exercicios findos.

Encarecia o ministro a affluencia com que tinham corrido para o thesouro capitaes a juros. As letras do erario nacional eram na praça preferida ás das melhores firmas; nada disto era para admirar, visto como não existiam estabelecimentos de credito onde se depositassem as sobras do commercio.

A moeda circulante em notas não parecia excessiva, á

vista da subida do cambio; e a baixa da moeda metallica indicava que não era superior ás necessidades da circulação.

Reapparecera o deficit mas pequeno.

Receita	24.732
Despesa	25.372
Deficit	640

Já no anno seguinte avultaria, conforme frisava Antonio Paulino Limpo de Abreu, futuro Visconde de Abaeté.

Assim explicava pela paralização das rendas publicas, especialmente nas principaes fontes da receita, a importação e exportação. Isto atribuia, com todo o fundamento, á crise commercial da Inglaterra, e, não menos, á influencia, fatalmente duradoura, por algum tempo, dos acontecimentos politicos da França. As consequencias destas perturbações se haviam feito sentir em outras nações não só no que dizia respeito á politica como ao commercio.

A receita subira a 26.163 contos e a despesa a 28.209, occorrendo pois um deficit de 2.126 contos.

Em 1849 o illustre Rodrigues Torres, depois visconde de Itaborahy um dos mais reputados financistas do Brasil dizia á Camara dos Deputados que as condições do paiz eram animadoras. Houvesse paz e o paiz cresceria rapida e notavelmente.

"Procuremos pôr termo ás comoções intestinas, que tão grandes males nos tem feito, e que tanto tem enfraquecido as forças productivas da nação, expendia o eminente estadista e caminhará ella a passos rapidos para a prosperidade que lhe asseguram os seus immensos recursos." Admittia certa decadencia da industria agricola a precisar dos favores da lei para a sua animação. Por isso não vacillava em aconselhar a suppressão dos direitos de exportação apesar de constituirem verba importante de receita.

Não acreditava comtudo que a sua suppressão compromettesse o estado do Thesouro. Animada a exportação, avultaria fatalmente a importação.

Apologista dos bancos, desejaria o illustre ministro vel-os installados em todas as provincias a movimentar os capitaes dormentes e inactivos, concorrendo assim para fecundar a industria e enriquecer o paiz. Funccionassem simplesmente porém, como bancos de depositos e descontos; não concebia a sua utilidade como bancos de emissão, e nem a sua existen-

cia se coadunava á necessidade da diminuição da massa do papel circulante. Discordava da opinião dos que acreditavam na vantagem de um banco de emissão como auxiliar do governo e encarregado do resgate do papel-moeda. Isto só se conseguiria com grandes onus para o thesouro, fazendo continuar a circulação de notas, o que se procurava evitar. Tal estabelecimento seria conveniente quando se tivesse conseguido a reducção do meio circulante a ponto de que não pudesse exceder as necessidades das transacções, nem mesmo em épocas de crises commerciaes.

O deficit reapparecera, mas moderado. Fôra a receita de 25.717 contos e a despesa de 26.802 donde um deficit de 1.085 contos.

O quinquiennio de 1845-1846 a 1849-1850 cada vez mais firmara a solidez das finanças brasileiras.

Haviam as receitas sido de Rs.	132.922:424$028
e as despesas de Rs.	132.297:005$966
dando um saldo de Rs.	625:428$062

A balança commercial melhorara muito tambem em relação ao Brasil como se via do quadro expresso em contos de réis.

	Importação	*Exportação*
1845-1846 . . .	52.193	53.630
1846-1847 . . .	55.740	52.449
1847-1848 . . .	47.349	57.925
1848-1849 . . .	51.569	56.289
1849-1850 . . .	59.165	55.632
Totaes . . .	266.016	275.325

Saldo em favor da exportação 9.309 contos de réis.

Em 1845	1.458.768 saccas (de cinco arrobas)
Em 1846	1.849.833 "
Em 1847	2.009.833
Em 1848	2.093.369
Em 1849	1.786.744
Em 1850	1.644.648

E as taxas cambiaes haviam-se mantido numa estabilidade esplendida.

			Réis
1845	25, 3/4	£ a	9$458
1846	26, 7/8	£ a	8$930
1847	27, 15/16	£ a	8$590
1848	24, 15/16	£ a	9$624
1849	25, 13/16	£ a	9$297
1850	28, 11/16	£ a	8$366

Commentava o ministro que não fôra sem doloroso sacrificio de despesas improductivas que o paiz atravessara o periodo encetado a 7 de setembro de 1822. E historiando taes dispendios começava lembrando do que por mal entendida represalia decretara-se o confisco e sequestro da propriedade portugueza. Posteriormente celebrara-se o tratado com a Inglaterra para a repressão do contrabando dos africanos. As reclamações provenientes desses actos haviam custado ao paiz nada menos de 10.565:445$230.

Depois haviam surgido as numerosas dissenções politicas por vezes gravissimas de que haviam resultado as rebelliões de Pernambuco, Alagoas e Bahia, Pará, Maranhão e Piauhy. Estas desordens e as guerras civis de 1842 e 1848 em São Paulo, Minas e Pernambuco e a do Rio Grande do Sul, haviam trazido ao paiz o avultado sacrificio de 35.561:950$000. Taes acontecimentos, além do dispendio inutil, tinham causado o sacrificio de vidas, e do bem estar, soccêgo e tranquillidade dos povos, com manifesto detrimento do progresso e adiantamento da Nação, paralizando a industria e estacando as fontes de rendas publicas.

Desanuviado o caminho que o Brasil trilhara apresentava-se o futuro cada vez mais promissor ao Imperio americano.

Em 1850 e 1851, 1852-1853 mais quatro vezes portanto, foi Rodrigues Torrem quem — como ministro da Fazenda do gabinete de 29 de setembro de 1848 (Visconde de Olinda) e presidente do Conselho do gabinete de 11 de maio de 1852 em que geria a pasta da Fazenda — apresentou relatorios ás Camaras sobre os negocios de sua secretaria de Estado.

São estas as cifras de taes documentos:

	1850-51	1851-52	1852-53	1853-54
Receita orçada.	27.200	27.200	30.500	32.353
Receita arrecadada . . .	32.896	35.786	36.391	34.516
Despesa orçada	26.275	26.275	27.482	29.633
Despesa effectuada . . .	33.224	42.754	31.653	36.234

Assim houvera:

Em 1850-1851 um deficit effectivo de 527 contos de réis
Em 1851-1852 um deficit effectivo de 6967 contos de réis
Em 1853-1854 um deficit effectivo de 1718 contos de réis

ou um total de 9.202 mas como o balanço de 1852-1853 accusasse um saldo de 4.737 contos o deficit do quatriennio baixara a 4.475 contos de réis.

Em julho de 1852 fizera-se um emprestimo de .... £ 1.040.600 com A. M. Rothschild and Sons com o qual se resgatara o resto dos compromissos de 1823, do emprestimo portuguez.

Em 1853 quem relatava ás Camaras os negocios da pasta da Fazenda era o visconde do Paraná, presidente do Conselho do famoso gabinete de 6 de setembro de 1853, o "Ministerio das aguias". Fazendo retrospecto do quinquiennio 1850-1851 e 1854-1855 alinhava as seguintes cifras.

Receita do Imperio	176.376:689$984
Despesa do Imperio	182.607:683$897
Deficit do quiquiennio	6.230:993$913

Haviam sido estes os resultados do intercambio commercial.

	Importação	*Exportação*
1850-1851	76.918	67.788
1851-1852	92.860	66.640
1852-1853	87.332	73.644
1853-1854	85.838	76.842
1854-1855	85.171	90.699
Totaes	428.119	375.613

Assim havia uma differença contra o Brasil de 42.506 contos de réis. O movimento commercial fôra feito por ..... 25.184 navios de longo curso com 7.992 toneladas e 32.793 de cabotagem com 3.633.519 toneladas. Mas o cambio não oscillara muito. Nunca desde muito tempo estivera até tão favoravel como em 1851.

Em 1850	28, 11/16	£ a	8$366
Em 1851	29, 11/16	£ a	8$258

Em 1852	27, 3/8	£ a	8$767
Em 1853	28, 9/16	£ a	8$439
Em 1854	28, 9/16	£ a	8$707
Em 1855	27, 1/2	£ a	8$727

Os ultimos emprestimos externos eram relativamente pequenos, tomados cautelosamente como se verificava da tabella:

	Réis
Emprestimo de 1824	28.204:797$000
Emprestimo de 1829	5.311:177$500
Emprestimo de 1839	3.477:376$800
Emprestimo de 1842	5.999:186$000
Emprestimo de 1852	9.249:893$800
	52.242:430$800

A divida interna orçava por pouco mais a 4,5 e 6 por cento 59.615:500$000.

Em 1855 coube ao marquez do Paraná então no fastigio de sua influencia politica expor ao Parlamento e á Nação as condições financeiras do Brasil.

O orçamento votado pelo parlamento para o exercicio de 1855-1856 admittia uma receita de 34 mil contos e uma despesa de 32.441 contos e fracções donde um superavit de 1548 contos e fracção.

Entretanto o balanço de 1855-1856 assim se discriminava:

Receita ordinaria e extroardinaria	38.634:356$105
Despesa	40.242:648$707
Deficit	1.608:292$602

Dizia Paraná que infelizmente não correspondera a espectativa o funccionamento das agencias do Banco do Brasil em Minas Geraes, S. Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Maranhão.

Um quadro interessante é o das receitas provinciaes orçadas para 1856.

	Receita Provincial	Receita Municipal	Total
Municipio do Rio de Janeiro .		482:664$000	482:664$000
Rio de Janeiro	1.845:676$000	261:129$381	2.106:805$381
Bahia	980:176$178	87:606$567	1.067:782$745
Pernambuco	895:783$999	115:511$012	1.011:295$011
S. Pedro	687:164$000	101:891$100	789:055$100
Maranhão	319:465$000	50:537$881	370:002$881
S. Paulo	547:808$100	105:791$814	653:599$914
Minas Geraes	598:523$333	88:925$790	687:449$123
Pará	670:000$000	107:217$676	777:217$676
Alagoas	331:497$000	15:070$046	346:567$046
Ceará	195:804$000	28:736$374	224:540$374
Parahyba	150:000$000	16:521$000	166:521$000
Sergipe	246:049$143	29:271$018	275:320$164
Goyaz	54:699$983	4:560$463	59:260$446
Matto Grosso	43:992$913	9:170$745	53:163$658
Espirito Santo	67:120$160	7:974$000	75:091$160
Rio Grande do Norte	75:788$000	5:069$447	80:857$447
Piauhy	177:581$116	15:772$298	193:353$414
Santa Catharina	171:054$000	25:861$000	196:915$000
Amazonas	41:055$000	9:165$000	50:220$000
Pará	229:792$000	34:404$685	264:196$685
	8.329:029$925	1.602:848$297	9.931:878$222

A preponderancia da região cafeeira cada vez mais se acentuava nesse reflexo das receitas, assignalando sobretudo o extraordinario destaque da zona fluminense cuja renda equivalia á das duas principaes provincias assucareiras.

No anno seguinte 1856 assignalava Paraná que as rendas do Imperio iam no mais futuroso augmento. Esperava-se que em 1857 subissem a 36.450 contos de réis. O orçamento para 1856-1857 admittia uma receita de 34 mil contos e uma despesa de 33.785, e fracção, havendo portanto um saldo pequeno de 214 contos e fracção.

O balanço do thesouro de 1856 a 1857 accusava uma receita de 49.156, uma despesa de 40.373 e um saldo de 8.782 desprezando-se fracções.

Mas o facto auspicioso era que só a importação rendera 32.856 contos e a exportação 6.910. Propoz o illustre marquez a elevação dos direitos de exportação de sete por cento e a duplicação dos da taxa de escravos.

No dia 3 de setembro deste anno desapparecia Honorio Hermeto sempre á testa da presidencia do Conselho. Por alguns mezes teria seu gabinete como presidente o glorioso Caxias. Deixava em situação magnifica o thesouro nacional. Seu successor o eminente Bernardo de Souza Franco, ministro da fazenda do gabinete de 4 de maio de 1857, presidido pelo marquez de Olinda dizia ás Camaras que se achava animado, como seu antecessor, com o estado lisongeiro das finanças do paiz, porque se achavam pagas todas as suas despesas, existiam nos cofres do thesouro, e thesourarias de algumas provincias, avultados saldos, e não havia em circulação bilhetes do thesouro, o que significava a não existencia de divida fluctuante.

Orçando a receita em 39.000:000$000 e a despesa em 37.613:469$840, esperava-se que se desse um saldo de .... 1.386:540$160 si por ventura despesas extraordinarias não perturbassem esta perspectiva, como acontecera no exercicio passado, no qual só a verba socorros publicos, por occasião da tremenda epidemia de cholera-morbus, montara a ..... 2.211:362$815.

Communicava Souza Franco que a divida externa fôra reduzida na importancia de 1.269:333$333, correspondente á amortização de £ 142.800 dos emprestimos em circulação, continuando estes titulos a ser cotados na praça de Londres por alto preço, sendo esta a expressão do credito do paiz.

A divida interna, esta não tivera alteração.

O orçamento votado pelas Camaras para 1857-1858 foi timidamente fixado em 35.500 contos de réis, admittindo-se um saldo de quatro mil réis. O balanço de 1857-1858 accusou uma arrecadação de 49.747 contos dos quaes 48.827 pertenciam a receita ordinaria. Houve porém um deficit de 2.008 contos pois a despesa subira a 51.755 contos.

No relatorio de 1858 ainda da lavra do futuro Visconde de Souza Franco dizia este ministro que continuava lisonjeado com a perspectiva do augmento da receita, orçando a deste anno em 45.000:000$000. Ainda assim recommendava o maior cuidado na decretação de despesas, attendendo-se á

eventualidade de algum acontecimento grave no Sul do Imperio, á necesidade de auxilios ás companhias de estradas de ferro e rodagem, e á navegação, bem como á colonização, objecto este do maior interesse para o paiz.

O parlamento menos optimista previa uma receita de 39.428 contos e um deficit de 669 contos. Mas o balanço de 1858 a 1859 mostrou que se a renda subira, ainda acima das previsões do ministro, a 46.919 contos, a despesa tivera de ser majorada para 52.718 contos o que produzira um deficit de 5.798 contos.

As enormes obras da Pedro II exigiam um appello aos capitaes extrangeiros dahi o levantamento do emprestimo de 19 de maio de 1858 na importancia de £ 1.425.000.

O successor de Souza Franco na pasta da Fazenda em 1859 por occasião da abertura do parlamento era Francisco de Salles Torres Homem, de tão illustre memoria.

Falando ao parlamento calculava a receita em .... 46:000$000, confiado na progressão crescente das rendas publicas. Era bem exacto que no exercicio anterior não haviam tido o augmento esperado. Assim pedia ao Parlamento a continuação da cobrança dos 2 % sobre a exportação, recurso de que por emquanto o Thesouro não podia abrir mão attendendo-se ás necessidades do progressivo augmento de despesas, especialmente com a colonização e vias de transporte, que correspondiam a beneficios directos feitos á lavoura.

A proposito do estado da circulação monetaria, pouco animador fez o futuro Visconde de Inhamirim as seguintes considerações incisivas:

"A existencia de papel inconvertivel, como meio circulante de um paiz, só pode ser toleravel em circumstancias anormaes e emquanto perdurem as causas de sua existencia, que devem ser logo superadas, para a volta ao regimen da circulação metallica ou mixta, como remedio radical ás grandes fluctuações dos valores, sem o que a industria e a prosperidade não podem progredir, pois que lhes falta a estabilidade do valor no instrumento da circulação dos seus productos.

Não é sómente o commercio que soffre as consequencias do papel-moeda, todas as classes da população estão sujeitas á sua perniciosa influencia.

O governo é o primeiro que sente a influencia da depreciação da moeda, quer como credor, quer como consumidor; como credor, fica sujeito á sorte commum; como consumidor, é obrigado a despender mais para adquirir a mesma somma de

productos, e consideravelmente é prejudicado nas remessas de fundos para pagamentos de seus compromissos no exterior."

A criação do Banco do Brasil armado de faculdades emissoras não satisfazia ás necessidades da circulação, pois lhes faltava a base metallica, e ainda menos com a concurrencia de outros Bancos com a mesma faculdade, impossibilitando a regularização da emissão, em relação ao movimento das transacções ou conveniencia publica. Outróra lembrava o ministro, era conhecida e determinada a quantidade do papel emittido agora estava tal limite fóra de toda a previsão. Podiam os Bancos elevar a sua emissão á altura do capital social sem restricção do fundo disponivel, uma vez que possuissem titulos da divida publica ou acções de estradas de ferro garantidas.

Este estado de coisas em presença de qualquer crise monetaria ou commercial superveniente constituia perigo imminente, pois as notas sem garantia sufficiente de convertibilidade immediata depreciavam-se ou porque os titulos que as garantiam não achavam compradores ou porque haviam cahido em ruinosa depreciação.

Em vista deste inconveniente, o governo expediu um decreto revogando o de 5 de fevereiro de 1856, que autorizava o triplo da emissão do Banco do Brasil e das caixas filiaes, reduzindo-a ao duplo do capital disponivel.

Critica Liberato de Castro Carreira a actuação de Torres Homem:

"As idéas restrictivas do Visconde de Inhomirim não estavam de accordo com as necessidades de um paiz novo que tem previsão de liberdade para o seu progresso; nas suas proprias observações se acham argumentos contrarios ás suas conclusões, etc.; foram retirados 6.000:000$000, papel do governo, ao mesmo tempo que 50.000:000$000 de outro papel tambem irrealizavel occupou o espaço que aquelle deixara na circulação; houve um augmento de 76,47 %; o movimento industrial, representado pelo valor da importação e exportação, foi de 161.703:303$000 no exercicio de 1853 a 1854; no emtanto que no de 1857 a 1858 foi de 262.407:322$000; a differença é de 40 %.

O augmento não poderia ser proporcional, pois o instrumento circulatorio não augmenta na razão aritmetica do accrescimo dos productos que faz circular, porque as revoluções da moeda são muito mais numerosas e rapidas que as do producto."

A politica financeira externa do Brasil continuava firme honrando os compromissos nacionaes. Liquidara-se o emprestimo de 1829 sob optimas condições.

CAPITULO XLV

As finanças imperiaes de 1859 a 1864 — Marcha ascendente da receita — Notavel alargamento da producção cafeeira — Collisão de dados estatisticos — Um periodo de grande movimentação financeira

O orçamento para 1859-1860 votado pelo Parlamento previa uma receita de 45.000 contos e um deficit de 3.302 contos. Mas a arrecadação ficou aquem da estimativa attingindo 43.807 contos e a despesa se majorou notavelmente de modo que o deficit chegou a 8.789 contos.

No quinquiennio de 1855 a 1860 as receitas haviam attingido 228.265 contos de réis e fracção e as despesas a 237.677 donde um deficit de 9.431, desprezando-se fracções. As receitas do Brasil neste quinquiennio haviam tido em sua porcentagem de augmento sobre o precedente 29,42 as despesas 29,80.

As rendas publicas no quinquiennio haviam seguido a mesma marcha ascendente dos exercicios anteriores, acompanhando o movimento progressivo do paiz; no exercicio porém de 1859 a 1860 tiveram decrescimo motivado por causas reconhecidamente accidentaes, mas, dissipadas estas, tomaram seu curso ordinario.

O movimento commercial assim se representava:

	Importação	*Exportação*
1855-1856	92.778	94.432
1856-1857	125.351	114.553
1857-1858	130.440	96.247
1858-1859	127.722	106.805
1859-1860	113.027	112.957
Totaes	589.318	524.994

Houvera pois uma differença contra o Brasil de 64.324 contos explicavel pela necessidade com que o paiz se via compellido á acquisição de elementos indispensaveis ao seu progresso e civilização.

Cada vez mais preponderava a valia da exportação cafeeira, no quinquiennio de 1851-1855. Fôra o total da producção brasileira de 12.680.460 saccas no quinquiennio seguinte attingiria 12.671.796 apesar dos estragos formidaveis causados nos cafezaes pela terrivel borboletinha que reduziria immenso as colheiras da Provincia do Rio o principal baluarte cafeeiro.

Mas a producção paulista subira muito. O triennio..... 1855-1857 havia dado 2.321.569 arrobas e o immediato ... 3.692.628 o que correspondia a um accrescimo de mais de cincoenta por cento. Minas tambem tivera notavel majoração.

Nada mais sensato do que estes conceitos de Castro Carreira.

Quem presta attenção ao movimento progressivo das nossas rendas publicas, reconhece que o seu augmento acompanha o progresso de um paiz novo que se vae constituindo com as suas proprias forças, sem aquelle desenvolvimento rapido, nos seus differentes ramos da industria e do commercio, que poderia ter, si porventura uma forte corrente da immigração procurasse aproveitar os poderosos elementos que offerece a natureza, proporcionando larga compensação ao trabalho, não só pela fertilidade de seus campos, como pela abundancia das riquezas que encerra o seu sólo."

O decreto de 28 de agosto de 1830, tendo em vista animar e incentivar o trabalho, estabelecera a concessão de privilegio e premio a todo aquelle que descobrisse, inventasse ou melhorasse uma industria util.

De 1830 a 1840 haviam-se concedido vinte e quatro privilegios, a maior parte dos quaes relativos á mineração. Não se tinham executado, o que tambem quasi acontecera com doze autorizações do mesmo periodo concedidas para a organização de emprezas industriaes, e incorporação de tres companhias de pequena navegação a vapor, só muito tempo depois levadas a effeito. De 1840 a 1850 ainda mais escassa fôra a iniciativa para o desenvolvimento do trabalho industrial, pois neste periodo apenas se concederam oito privilegios, e autorização para uma companhia de navegação assim como para o funccionamento do Banco Commercial do Maranhão.

O anno de 1850 marcou o inicio de uma éra nótavel, e da maior importancia para o Brasil, immortalizando o nome

de Euzebio de Queiroz Mattoso que com a sua energia e força de vontade, como ministro da justiça, promulgara e fizera cumprir o decreto de 14 de outubro de 1850, em virtude do qual deixaram de entrar novos escravos no Brasil.

Ou porque o grande capital empregado no trafico tivesse outra applicação, ou pelo concurso de outras circumstancias, a tendencia ás emprezas animara as forças inactivas do paiz. Era incontestavel que da extincção do trafico dos africanos datava a iniciativa e desenvolvimento do espirito de associação no paiz, das estradas de ferro, telegrapho electrico, illuminação a gaz etc. a ponto tal que se haviam excedido os limites da prudencia e da reflexão, sendo necessaria a intervenção dos poderes publicos para cohibir desmandos.

De 1850 a 1860 concederam-se setenta e um privilegios para diversas industrias e invenções; além da autorização para a organização de sessenta e duas emprezas industriaes, incorporação de quatorze bancos de depositos e descontos, e alguns de emissão; criaram-se tres caixas economicas; organizaram-se vinte companhias de navegação a vapor; fundaram-se vinte e tres companhias de seguros, quatro de colonização, oito de estradas de ferro, e duas de rodagem e quatro de carris urbanos com tracção animada, oito de mineração, tres de transportes e duas de gaz.

Operara-se verdadeira transformação; parecia que o povo acordava de um lethargo; mas, faltando-lhe ainda a experiencia surgiram e avultaram as especulações inconsideradas, d'ahi resultando a perda de capitaes valiosos.

Promulgou o Governo a lei de 22 de agosto de 1860, pondo entraves a taes desmandos.

"O que acabamos de historiar em largos traços, conclue o senador cearense, tem relação com a parte administrativa do Imperio, que até então pode-se dizel-o só se occuparia com a sua organização.

Quem recorrer a nossa legislação verá que grande parte da receita do paiz se applicou a despesas de organização dos serviços publicos."

O quadro em contos de réis que acompanha o estudo do orçamento nacional no relatorio de Salles Torres Homem mostra quanto o progressivo alargamento dos cafezaes ia enricando as provincias do sul ao passo que as demais, alheias ao surto cafeeiro, ficavam em geral muito menos aquinhoadas.

	1856	1859
Municipio Neutro	482	482
Rio de Janeiro	2.106	2.621
S. Paulo	653	1.160
Minas Geraes	687	930
Espirito Santo	75	78
Bahia	1.067	1.401
Pernambuco	1.011	1.011
Rio Grande do Sul	789	1.023
Pará	777	777
Maranhão	370	476
Alagoas	331	316
Sergipe	246	271
Parahyba	166	166
Rio Grande do Norte . .	75	80
Paraná	264	375
Santa Catharina	196	288
Piauhy	193	193
Amazonas	50	50
Matto Grosso	53	53
Goyaz	50	74
Santa Catharina	196	288
Piauhy	193	193
Amazonas	50	50
Matto Grosso	53	53
Goyaz	50	74

Assim no Brasil cafeeiro houvera um accrescimo de rendas no valor approximadamente de 30 por cento e na zona assucareira apenas de 13 por cento.

Na obra de Liberato de Castro Carreira ha um quadro demonstrativo do valor official da importação e exportação do Imperio que para os primeiros annos collide com os dados do relatorio de Salles Torres Homem. Qual dos dois será o exacto? E' o que não nos aventuramos a dizer. Castro Carreira aliás compendia neste quadro os dados parciaes da analyse dos diversos relatorios ministeriaes.

Annos financeiros	IMPORTAÇÃO Torres Homem	IMPORTAÇÃO Castro Carreira	EXPORTAÇÃO Torres Homem	EXPORTAÇÃO Castro Carreira
1831-1832	23.658	21.446		
1832-1833	35.276		20.987	—
1833-1834	36.463	36.237	33.395	33.011
1834-1835	36.858	36.557	33.191	32.998
1835-1836	41.712	41.495	42.128	41.442
1836-1837	45.632	45.191	34.602	34.182
1837-1838	41.798	40.759	36.204	33.511
1838-1839	50.307	49.446	41.799	41.598
1839-1840	52.368	52.358	43.192	43.192
1840-1841	57.727	57.727	41.671	41.671
1841-1842	56.040	56.040	39.084	39.084
1842-1843	50.639	50.639	41.039	41.039
1843-1844	55.289	55.289	43.800	43.800
1844-1845	57.228	57.228	47.054	47.054
1845-1846	52.193	52.193	53.630	53.630
1846-1847	55.740	55.740	52.449	52.449
1847-1848	47.349	47.349	57.925	57.925
1848-1849	51.569	51.569	56.289	56.289
1849-1850	59.165	59.165	55.032	55.032

Assim vemos que a coincidencia dos dados occorre de 1839 em diante.

Para os demais annos ha divergencias.

Annos	Importação (TH)	Exportação (TH)	Importação (CC)	Exportação (CC)
1850-1851	76.918	67.788	76.918	67.788
1851-1852	92.860	66.640	92.860	66.640
1852-1853	87.332	73.644	87.332	73.644
1853-1854	84.854	76.842	85.838	76.842
1854-1855	84.829	90.698	85.171	90.699
1855-1856	92.786	94.431	92.778	94.432
1856-1857	123.855	114.503	125.351	114.553
1857-1858	130.207	96.199	130.440	96.247

Como vemos os dados divergem mais para a exportação do que para a exportação.

Interessante é um quadro do relatorio de Salles Torres Homem.

PROVINCIAS	Renda média do quinquiennio conforme os balanços geraes	Renda propria das provincias segundo o seu consumo	Razão em que concorrem as provincias para a renda geral do Imperio por %
Rio de Janeiro e Municipio	22.146:521$296	13.551:921$296	32, 26
Bahia	5.876:098$657	5.641:198$657	13, 53
Pernambuco	6.086:388$331	5.404:488$331	12, 96
Rio Grande do Sul	2.126:294$527	3.777:594$527	9, 1
Pará	1.374:388$890	1.304:488$890	3, 12
Maranhão	1.157:214$203	1.125:714$203	2, 7
S. Paulo	885:595$112	3.285:595$112	7, 88
Paraná	179:004$152	560:604$152	1, 34
Ceará	355:900$375	436:900$375	1, 05
Parahyba	244:280$378	433:880$378	1, 04
Alagoas	227:695$010	534:595$010	1, 27
R. Grande do Norte	124:828$637	196:828$637	0, 49
Piauhy	98:680$824	313:080$824	0, 75
S. Catharina	85:427$139	261:227$139	0, 62
Sergipe	134:530$285	392:530$285	0, 94
Espirito Santo	34:801$824	120:001$824	0, 28
Matto Grosso	32:388$012	332:388$012	0, 79
Minas Geraes	491:545$643	3.791:545$643	9, 1
Goyaz	13:749$752	168:749$752	0, 4
Amazonas	11:127$482	161:127$482	0, 38
	41.691:460$583	41.691:460$538	100, 00

Em 1860 caberia ao conselheiro Angelo Muniz da Silva Ferraz, futuro barão de Uruguayana falar como ministro da Fazenda do estado financeiro do paiz.

Ao Parlamento communicou as suas impressões do momento.

Era sobretudo notavel a diminuição no movimento commercial, que por diversas razões havia tomado grande extensão, observando-se abatimento, escassez de capital fluctuante, morosidade nos pagamentos e não pequeno numero de quebras.

Esta scausas haviam produzido approximadamente uma diminuição de 4.000:000$000 nas rendas publicas.

Acreditava o ministro porém que algumas destas causas fossem transitorias. Outras appareceriam concorrendo para augmento da receita. Jamais aconselharia o recurso do emprestimo quer externo quer interno, sendo necessario cortar em todas as despesas, das quaes sem prejuizo do serviço publico se pudesse prescindir.

A politica do Imperio no Prata obrigava o paiz a sacrificios; deviam-lhe as republicas castelhanas 6.719 contos.

Achava Silva Ferraz má a politica bancaria brasileira.

Não estava de accordo com a faculdade emissora concedida aos Bancos, baseada sobre titulos publicos e papel do governo, geral. Embora inspirasse toda a confiança, todavia a emissão se depreciava, desde que excedesse o limite das necessidades publicas, visto como tal emissão traria a multiplicação do papel inconvertivel que, occupando todos os canaes da circulação acarretaria infallivelmente a sua depreciação.

Dahi a alta do preço da moeda metallica e o abaixamento do cambio com o necessario corollario de emigração do dinheiro metallico para paizes extrangeiros.

A base dos titulos publicos ainda era mais precaria pois em occasião de crise, além da sua alta depreciação, tornavam-se elles de difficil venda.

Além disto a ruina de um Banco construido sobre taes bases podia ser facilmente determinada pelo espirito de rivalidade, o que era frequente em outros paizes.

Convinha muito tambem substituir a moeda de cobre por outra de outra liga. Continuando a sua exposição profligara o futuro Barão de Uruguayana o desenvolvimento que, desde certa época tomava o espirito de especulação, criando empresas mal calculadas, exagerando-se as posses dos empresarios, excitando o luxo e dando expansão á ambição geral do rapido enriquecimento e sem grande trabalho.

Nesse movimento febril as despesas augmentavam, grande parte do capital fluctuante se immobilisava; as forças productivas se enfraqueciam. Já a hora do desengano soara para muitas empresas; os apertos e apuros commerciaes surgiam redobrando com a repercussão da crise commercial dos Estados Unidos.

Impunham-se medidas que atalhassem o progresso do mal ou pelo menos atenuassem e o ministro pessimistamente exprimia: "non solum calamitate, sed etiam calamitatis metu."

O orçamento de 1859-1860 foi prorrogado para o seguinte exercicio prevendo-se uma receita de 45 mil contos de réis e um deficit de 3.302 contos mas o balanço de 1860 a 1861 apontava uma receita de 50.051 contos e um deficit de 2.306.

A phase das construcções das estradas de ferro impunha grandes onus ao thesouro. A crise assignalada em 1860 por Silva Ferraz persistia no anno seguinte, affirmava o glorioso Rio Branco ao apresentar o seu relatorio de ministro da Fazenda do gabinete de 2 de março daquelle anno (Caxias) ao Parlamento a 3 de maio de 1861.

Principiou-o notando a estagnação, si não o decrescimo das rendas publicas, attribuindo-a ás mesmas causas de que se ocupara o seu antecessor; acreditava porém que as medidas tomadas no novo orçamento concorressem para restabelecer a continuação de seu progresso, principalmente pelo desapparecimento de circumstancias accidentaes, que por algum tempo haviam perturbado o equilibrio das transacções commerciaes.

Tambem notava que o progresso da despesa acompanhava o desenvolvimento moral e material do paiz, que não pudera estacionar. Lembrava porém que os avultados gastos a que obrigavam os melhoramentos emprehendidos, e o desequilibrio, que elles tinham produzido no estado financeiro nos ultimos annos, impunham o dever de guardar a mais severa economia, cerceando-se as despesas, e procedendo-se, com todo o escrupulo, na decretação de novos serviços, por mais uteis que parecessem tendo-se em attenção que, apesar de se contar com o augmento da receita havia uma divida fluctuante de 12.123:461$000 tomadas do emprestimo das companhias da Estrada de Ferro D. Pedro II, e União Industria, e de..... 4.599:500$000 de bilhetes do Thesouro, que podiam ser exigidos no seu vencimento.

No anno seguinte ainda caberia a Paranhos fazer a resenha dos acontecimentos da pasta da fazenda. Falando ao Parlamento dizia:

Animado pelo crescimento que iam tendo as rendas publicas, acreditava que, mediante a mais rigorosa economia que as camaras e governo deviam observar, em curto prazo ficariam as circumstancias do paiz mais lisongeiras, apesar dos grandes encargos contrahidos a bem do progresso moral e material do paiz.

Phenomenos accidentaes e transitorios tinham interrom-

pido a crescente progressão do paiz em sua marcha ascendente; e não se desconheciam os que ultimamente tinham preponderado. A crise commercial de 1857 nos Estados Unidos, o vulto crescente das especulações mercantis e industriaes, nem sempre bem calculadas, e o rigor das estações em algumas provincias do Norte, claramente explicavam as perturbações por que tinham passado as rendas publicas.

O estado do Thesouro dir-se-ia normal ou mesmo prospero si obrigações de alta importancia não pesassem além das despesas ordinarias. Proximo se achava o vencimento do emprestimo de 1843 e bem assim do de 1824, para o qual sem duvida teria o governo de lançar mão de operações de credito, já autorisadas, para o seu pagamento; circumstancias estas que, por mais lisonjeiro que fosse o incremento das rendas publicas, impunham cautela e parcimonia no emprego dos recursos do Thesouro.

Na gestão Rio Branco estes haviam sido os dados orçamentarios:

Exercicios	*Receita*	*Despesa*	*Deficit*
1861-1862. . . .	49.659:651$	51.313:939$	1.654:348$

Prorrogou-se o orçamento deste anno para o immediato, os balanços dos dois exercicios deram no emtanto:

1861-1862.	52.488:898$	53.049:731$	560:833$
1862-1863.	48.619:648$	57.000:122$	8.380:474$

Em maio de 1862 occorreu a crise politica que trouxe a accusação ao poder do ephemero gabinete de 24 de maio presidido por Zacharias de Goes e Vasconcellos. Já a 30 de maio estava substituido pelo decimo oitavo gabinete (Marquez de Olinda, a cujo ministro da Fazenda, o Marquez de Abrantes, coube apresentar ao Parlamento o relatorio de 1863. Lamentou o illustre Calmon que não houvesse continuado no ultimo exercicio o augmento da renda verificado no passado, não excedendo, segundo os dados existentes no thesouro, a .... 47.000:000$000. Esta circumstancia explicava a necessidade do augmento da emissão dos bilhetes do thesouro, e o emprestimo de 200.000 £ contrahido com o London & Brazilian Bank.

Attenuava porém esta desagradavel noticia a considera-

ção de que esta operação de credito tivera por fim satisfazer despesas já realizadas pelo Banco do Brasil para pagamento das presas hespanholas, e á estrada de ferro de D. Pedro II.

E fazendo ver quanto qualquer alteração na capacidade productiva do café tinha o mais grave reflexo sobre a economia nacional declarava:

Cria-se geralmente que a diminuição de renda era toda excepcional. devida especialmente á escassez das duas safras do principal producto de exportação, motivada pelo mal que atacara o cafeeiro. Este porém, tendo desapparecido, deixava esperar abundante colheita no corrente anno, apesar da sensivel diminuição de braços soffrida pela lavoura, pelas duas calamidades ultimamente desabadas sobre o paiz: a febre amarella e o cholera.

O orçamento votado para o exrecicio de 1863-1864 admittia uma receita de 51.500 contos de réis e um deficit de 2.378 contos e fracção.

No emtanto o balanço de 1863 e 1864 assim se cifrava.

Receita ordinaria e extraordinaria	54.801:409$895
Despesa	56.494:440$045
Deficit	1.693:030$150

A 12 de maio de 1863 dissolveu o Imperador a Camara dos Deputados que movia intensa opposição ao governo.

A 15 de janeiro de 1864 era o gabinete Olinda substituido pelo segundo gabinete de Zacharias de Goes cujo ministro da Fazenda foi o senador pelo Maranhão José Pedro Dias de Carvalho.

Mostrou-se no relatorio de sua pasta apprehensivo como os seus antecessores pelo decrescimo das rendas publicas, apesar de acreditar, que, devido a causas especiaes fosse de esperar o progressivo desenvolvimento da receita. Todavia achava conveniente toda a prudencia na decretação das despesas.

A' progressiva elevação da despesa não acompanhara um augmento correspondente na receita, mas tendo-se em vista que o decrescimo desta não provinha de causas permanentes, era de esperar-se uma reacção favoravel, que viria restituir ao estado anterior as principaes fontes de renda do paiz.

Passara o pesadello do flagello da terrivel borboletinha desnudadora dos cafezaes. Assim a esperança do ministro fundava-se na maior colheita do principal producto de expor-

tação, o café, e no desenvolvimento de outros ramos da industria agricola, como o fumo e o algodão, que tinham apresentado grande incremento pela escassez consideravel deste ultimo producto em virtude da guerra civil dos Estados Unidos. Não se podia porém com certeza determinar até que ponto estas causas influiriam no crescimento das rendas. Assim pela incerteza de um futuro desconhecido, cumpria aconselhar toda a prudencia e cautela.

Apesar das melhores intenções do corpo legislativo para cortar despesas, reduzindo-as ás convenientes proporções do serviço publico, ainda assim não se poderia fazer face ao avultado *deficit* anunciado.

Outra causa de mal estar occorria: a aggravação da situação internacional platina provocada pelas convulsões continuas da Argentina e a anarchia em que cahira o Uruguay.

Fazendo o balanço quinquiennal de 1860-61 a 1864-1865 frisava o ministro que a receita do imperio neste periodo fôra de 262.957:589$252 e a despesa de 302.248:871$048 réis donde um deficit de 39.291:281$796 réis.

O movimento commercial cifrava-se em contos de réis:

Exercicios	*Importação*	*Exportação*
1860-1861	123.720	123.171
1861-1862	110.531	120.719
1862-1863	99.172	122.479
1863-1864	125.685	130.565
1864-1865	138.746	141.068
Totaes	590.854	638.002
Medidas.	118.170	127.600

Jamais houvera tão auspiciosos resultados dando a balança commercial saldos tão acentuados em favor da exportação. Desde 1861 começara a balança a pender francamente para o lado do Imperio, cifrando-se este superavit do quinquiennio em 17.148 contos de réis.

O facto não podia deixar de ser assignalado jubilosamente.

E com effeito haviam sido estas as médias e os saldos em favor da exportação.

Quinquiennios		*Importação*	*Exportação*	
1835-1836 a 1839-1840	. .	52.358	43.192	9.166
1840-1841 a 1841-1845	. .	55.384	42.529	12.855
1845-1846 a 1849-1850	. .	53.201	55.065	11.864
1850-1851 a 1854-1855	. .	85.622	75.122	90.500
1855-1856 a 1859-1860	. .	117.863	104.998	12.865
1860-1861 a 1864-1865	. .	118.170	127.600	9.430

Dahi em diante não só se manteria a differença dos saldos positivos da exportação como o seu avantajamento.

Apesar do flagello do terrivel lepidoptero a exportação quinquiennal do café não afrouxara graças ao desenvolvimento das lavouras.

As safras quinquiennaes havia sido:

1821-1825	. . . .	487.594	saccas de 5 arrobas
1826-1830	. . . .	1.618.202	" " " "
1831-1835	. . . .	3.304.312	" " " "
1836-1840	. . . .	4.623.345	" " " "
1841-1845	. . . .	7.064.913	" " " "
1846-1850	. . . .	9.383.937	" " " "
1851-1855	. . . .	12.680.466	" " " "
1856-1860	. . . .	12.671.796	" " " "
1861-1865	. . . .	12.014.542	" " " "

CAPITULO XLVI

A fallencia famosa das casas bancarias em 1864 — A "quebra do Souto" — Explicações de Ramalho Ortigão quanto ás causas desta grave crise — O relatorio da commissão de syndicancia nomeado pelo Governo Imperial — Pequena repercussão nas praças do Norte — Irrupção da guerra do Paraguay — O papel do café na economia nacional durante a campanha dos cinco annos

Para os fins do anno de 1864 ia o Brasil soffrer a grave crise financeira que em nossos fastos financeiros ficou assignalada sob a denominação popular de "quebra do Souto" do nome do grande banqueiro José Alves Souto então fallido. Crise esta cuja memoria perduraria do modo mais fundo e mais forte na imaginação popular. Pouco se reflectiu em summa sobre as finanças nacionaes. Os titulos de divida publica nem oscillariam quase mas os prejuizos dos bancos foram grandes e por alguns dias o cambio vacilou bastante. A crise circumscreveu-se quase que só a região fluminense. Ferreira Soares affirmou que na Bahia e Pernambuco por exemplo, quase não se fez sentir.

Para Ramalho Ortigão em sua bella memoria *A circulação, Evolução das leis monetarias. Crises de* 1857 *e* 1864 filiou-se este krach á brusca inflação papelista tendo raizes já em 1853. A circulação monetaria brasileira era então de Rs. 46.684:317$000 em 1856 attingia 95.216:425$000. Mais do que 51.539:550$000 em notas do Banco do Brasil.

Escreve o nosso abalisado financista:

Esta primeira inflação de papel circulante, produzindo os naturaes e conhecidos effeitos, a principio de excitação e depois de depressão, determinou a primeira perturbação grave que o paiz experimentou, conhecida na nossa historia economica e financeira por crise de 1857.

Durante a phase de expansão cresceram seguidamente as rendas publicas, augmentou o movimento do commercio ex-

terior, desenvolveram-se internamente os negocios, reduziram-se as taxas de juros e descontos, o credito tornou-se abundante e facil até o ponto de dar lugar a operaçoes que entravam abertamente pelo terreno da aventura. Todos os valores se manifestavam em alta; dir-se-ia que uma prosperidade sem limites despontara para os homens e as coisas do Brasil. E até a despesa publica influiu tambem, gerando de anno em anno deficits successivos, com os quaes, de resto, ninguem se incommodava em presença de uma situação auspiciosa.

Logo, porém, que essa phase se approximou do seu termo, phenomenos oppostos começaram a fazer-se sentir, desde os primeiros mezes de 1857 a taxa de descontos do Banco do Brasil apresentou oscillações que na opinião da commissão de inquerito de 1865, eram signaes evidentes de difficuldades em que se achava esse estabelecimento em consequencia de ter-se escoado o seu fundo disponivel em ouro.

Os principaes productos de exportação influenciados pela crise que lavrava nos mercados europeus e americanos, experimentaram consideraveis baixas de preços.

Mas o anno, ainda assim, era considerado prospero "não só pelo augmento progressivo da renda publica sem o soccorro de novos impostos, como pelas projectadas, e em parte executadas estradas de ferro em diversas provincias, e medidas tendentes a desenvolver a emigração europea.

O cambio oscillou e as más noticias de crise europea causaram muito damno ao mercado financeiro do Brasil.

A grande casa bancaria, Alves Souto e o Banco do Brasil soffreram graves corridas a que puderam resistir. Grandes quantidades de ouro foram passadas para a Europa e a taxa de descontos passou a ser elevadissima (onze por cento). Houve prejuizos orçados em quinze mil contos de réis.

A' casa bancaria Mauá, Mac Gregor & C. coube assignalado papel para o vencimento da crise.

Deu-se a reacção contra o inflacionismo encabeçada por Salles Torres Homem em 1858. Assim em 1862 o meio circulante brasileiro se reduzia a 79.063:744$000. Mas apesar de tudo occorreu o krack inevitavel.

Escreve Ramalho Ortigão:

Dizem referencias dos tempos em que estes factos se passaram que o anno de 1863 correu prospero como o que o precedera, e assim tambem mais de metade do de 1864. Mas, compulsando a estatistica do commercio exterior, vê-se que o valor da importação, tendo diminuido nos dois annos seguintes a 1858 e depois tendo novamente começado a elevar-se em

1861, decaiu de 123.720:000$000 em 1861 para .... 110.531:000$000 em 1862 e ainda para 99.172:000$000 em 1863, apresentando assim uma differença de quase .... 25.000:000$000 ou 20 % em dois annos.

E' evidente, nestes termos, que os recursos disponiveis do paiz escasseavam ou havia compromissos a solver no exterior, que absorviam boa parte do valor da exportação; parecendo mais admissivel a segunda hypothese, porque a exportação, pelo seu lado, não diminuiu de valor senão apenas um pouco mais de 2.000:000$000 de 1861 para 1862, differença que, além disso, foi logo recuperada no anno seguinte, pois que o valor registrado em 1863 foi quase igual ao de 1861. E é ainda de notar que nos tres annos subsequentes a 1859 o valor da exportação se tinha progressivamente elevado de 96.247:000$ a 123.171:000$ cerca de 27.000:000$ ou quase 30 %.

Com o declinio da importação, coincidiu certa pressão monetaria que entretanto, se dissipou. E o anno de 1864 apresentou-se com melhor aspecto, pois que o valor da importação se elevou a 123.045:000$000, emquanto o da exportação tambem crescia para 129.470:000$000.

O cambio, outro indice da situação, foi cotado quase sempre acima do par, nos mezes de 1864 decorridos até setembro.

"O Governo — diz o relatorio sobre o inquerito de 1865 — não achava difficuldades em suas transacções, as remessas de fundos necessarios para pagamento dos juros e para amortização da divida externa se operavam com facilidade. As differentes casas bancarias recebiam em deposito a juros sommas avultadas e, assim como os bancos, pareciam caminhar regularmente."

Linhas abaixo informa o mesmo relatorio que a "taxa do banco continuava inalterada na razão de 8 %, e o estado da praça inspirava tanta confiança que foi objecto na Directoria respectiva, talvez em mais de uma sessão, de propostas e discussões para baixa desta taxa, o que era solicitado por muitos, havendo, todavia, opposição da parte de alguns homens prudentes e talvez de alguns interessados na conservação da mesma taxa, que desejavam, por méras conveniencias proprias, o seu augmento.

No ambiente assim seguro e tranquillo é que explodiu subitamente, em 10 de setembro a crise de 1864.

Narra o relator da commissão nomeada pelo Governo Imperial para esclarecer as causas do krack.

"O dia 9 de setembro nesta praça do Rio de Janeiro correu bem — menciona o já citado documento — todos que go-

savam dessa posição calma seguiram para a Europa no paquete de 8 do mesmo mez. Nada augurava pressão ou outra qualquer perturbação. Nenhuma fallencia de casa notavel havia apparecido, nem suspeitas disso se davam. Os negocios do Sul, ainda em começo quase nenhuma impressão causavam. As fallencias nesse anno, até 9 de setembro, nesta Côrte, orçavam por 112.

Não se divisava ou se observava signal algum de proxima tempestade nem prodromo da grave molestia que com violencia nos acommetteu. Parecia tudo correr suavemente até o alvorecer do dia 10 de setembro de 1864.

"Na manhã desse dia a casa de A. J. A. Souto & C. não obstante nos dias anteriores terem sem tropel concorrido ao seu escriptorio muitos de seus clientes em demanda de pagamento de seus recibos, o que de ordinario, e principalmente depois de 1863 se dava ou para depositarem a juros seus capitaes, ou para reformarem seus titulos, e fazerem as transacções do costume, sendo a concurrencia do dia 9 maior e os pagamentos mais importantes, recebeu até pouco depois de 10 horas dinheiros, os quaes montaram á somma de 475:219$340, e pagou até a importancia de 793:838$760. Nenhuma suspeita havia na praça e muito menos em algum outro angulo desta cidade, do mal que estava imminente.

"Depois dessa hora, o chefe principal da referida casa ordenou que se fechasse a escripturação, se suspendesse o movimento das suas caixas, e abandonou o seu escriptorio, ao qual não voltou senão depois do começo da liquidação da mesma casa. Este facto, que consternou a todos em geral por motivos differentes, que assustou a um grande numero de pessoas que com esta importante casa tinham trnasacções de debito e credito, criou um panico de caracter desanimador e sem exemplo da nossa historia commercial e communicando-se desde logo a noticia deste successo, como por um movimento electrico, por toda a parte chegou de prompto até aos mais longinquos bairros e arredores desta Côrte e da cidade visinha"

"Qual a razão deste facto? Era a pergunta que naturalmente se faziam todos quantos a iam recebendo, e a resposta que de prompto occorria era a do boato que vagava — de que o Banco do Brasil se recusara a fornecer-lhe fundos sob caução de titulos e descontos de letras, como lhe fora proposto para acudir a certos pagamentos do dia, e o procedimento desse Banco tambem de prompto era profligado com severidade."

Narra Castro Carreira a descrever o panico havido no Rio de Janeiro.

"Todos se apressavam a salvar os seus capitaes, que para muitos eram os unicos recursos accumulados á custa dos mais penosos sacrificios.

Ás tres horas da tarde enorme era a massa do povo que invadia as casas Gomes & Filhos, Montenegro & Lima, Oliveira & Bello, Fortinho & Muniz, Brazilian Portuguese e Bank, London and Brazilian Bank, Bahia & Irmãos, sendo preciso collocar força policial nas suas portas para evitar as bruscas invasões.

No dia 14 as casas de Gomes & Filhos, Montenegro & Lima, Oliveira & Bello, suspenderam os pagamentos depois de haverem pago, a 1.ª 4.314:778$718, a 2.ª 4.776:458$300, e a 3.ª 424:975$000.

Os Bancos mutuamente soccorreram-se, sendo o do Brasil o centro de todas as operações, não só para os seus congeneres como para casas bancarias e commerciaes.

Nestas circumstancias foram tomadas as medidas contidas nos já citados decretos de 17 e 20 de setembro, continuando entretanto as corridas mais ou menos numerosas até o dia 25 em que foi apparecendo a calma e restabelecendo-se a confiança, tomando os negocios a sua marcha regular, e flucuando o cambio entre 26 % e 27. Neste interim porém não se deixaram de fazer pagamentos de maxima importancia.

Esta crise accarretou a fallencia de 95 casas commerciaes com um activo de 93.340:575$000, e passivo de .... 110.111:678$246, não se contando 22 casas cujo passivo se ignorava.

Nas casas que fizeram concordatas o prejuizo foi de Rs. 16.000:000$000, as perdas provenientes da fallencia das cinco casas bancarias calcularam-se em 53.154:010$000 e si a estas quantias juntarem-se os prejuizos resultantes das casas fallidas, cujo activo e passivo não eram conhecidos, não é exagerado calcular o prejuizo total em 70.000:000$000!

A liquidação da casa bancaria de Antonio José Alves Souto & C. cujo passivo era de 41.187:911$912, deu 25 % aos seus credores.

A de Gomes & Filhos, cujo passivo era de 20.218:988$, deu aos seus credores 41 %.

A de Montenegro & Lima, cujo passivo era de .... 11.831:285$850, deu 30 %.

A de Oliveira & Bello, cujo passivo era de 4.069:711$729 deu 5% por concordata feita com os credores!

A liquidação destas casas, feitas pela administração dos commissarios autorisados pelos decretos de 17 e 20 de setem-

bro, não correspondeu á expectativa publica, que levantou clamores contra as suas deliberações, sendo crença geral que teria sido mais vantajosa para os credores se se tivessem seguido os transmites regulares do codigo do commercio.

As perdas provenientes da crise não se limitaram ás cifras então conhceidas .Em quanto importariam as perdas provenientes da baixa dos immoveis? Os titulos da divida publica não se depreciaram, porém as acções dos Bancos e Companhias soffreram grandes baixas; as do Brasil que se cotavam a 240$ e 250$ foram vendidas a 200$ e mesmo abaixo do par, as do Rural que se cotavam a 275$ chegaram a 220$, e as do Banco Mauá de 1:000$ venderam-se a 750$, as libras esterlinas chegaram a ser vendidas a 10$200; o cambio que fluctuava entre 27 e 27,5/8 baixou a 24; a exportação do ouro foi de 5.663:988$803.

Nas provincias não deixou de produzir effeito a crise da praça do Rio de Janeiro; em Santos, na Bahia, e em Pernambuco alguns estabelecimentos bancarios soffreram corridas mais ou menos intensas. Tambem em Londres duas casas relacionadas com a casa de Souto & C. suspenderam os seus pagamentos.

Os titulos em liquidação no Banco do Brasil chegaram á enorme cifra de 10.159:172$670; no Banco Rural a ...... 2.981:102$390. A somma do dinheiro em deposito no Banco do Brasil, que era de 10.843:166$506, foi reduzida a ...... 4.978:128$098; e no Banco Rural, onde era de .... 20.931:586$113, foi reduzida a 11.123:219$214. O Banco do Brasil elevou a sua emissão a quase o quintuplo do seu fundo disponivel. O valor das letras protestadas attingiu a somma de 17.588:606$. De setembro a dezembro o movimento commercial paralisou, a exportação e importação diminuiram; as rendas publicas decresceram. Taes foram as fataes consequencias deste acontecimento cuja noticia terminou com a seguinte estatistica.

Depositos retirados e pagamentos feitos durante a crise:

J. Alves Souto & C.	793:838$760
Gomes & Filhos	4.314:778$728
Montenegro & Lima	4.776:458$800
Oliveira & Bello	242:975$000
Bahia & Irmãos	16.000:000$000
Fortinho & Muniz	949:853$000
Banco Rural e Hypothecario . .	15.000:000$000
	42.259:903$688

Commenta Ramalho Ortigão a profligar as medidas do Governo Imperial que bem mais consideraveis, ainda assim, foram os damnos, de immediata e de remota influencia, que provieram das medidas adoptadas para superar a crise, intervindo o Governo na ordem economica e juridica com medidas discricionarias como o decreto de 13 de setembro que permittiu ao Banco do Brasil elevar ao triplo a emissão (o que foi ainda muito excedido, como vimos), o decreto n. 3.307 de 14 de setembro dando curso forçado ás notas desse banco, o decreto n. 3.309, de 17 do mesmo mez, que, por sua vez, mandava observar diversas disposições extraordinarias durante a crise.

A circulação fiduciaria que em 1862 tinha ficado reduzida ao total de 79.063:744$, achava-se elevada, em 1864, a ..... 99.543:755$, em que as notas do Thesouro entravam sómente na importancia de 29.094:440$000. E essa massa já avultada de papel circulante tinha-se tornado inconversivel e de curso forçado, puro e simples papel moeda.

Logo depois irrompia a terrivel guerra que a tyrannia lopezca desencadeara e duraria cinco longos annos.

Além dos emprestimos externos enormes que viriam pesar sobre o paiz faria augmentar a massa de papel moeda em circulação de 112.864 contos em 1866 e 192.526 em 1870.

Naturalmente reflectiu de modo poderoso a grande crise de 1864 sobre a economia agricola brasileira affectando o commissariado de café do Rio de Janeiro em cujas casas os fazendeiros tinham depositos.

Ia o Brasil entrar numa phase de formidaveis sacrificios para salvar a dignidade nacional e derrocar o poder do ambicioso e tresvariado inimigo arrazador do povo a quem tyrannisou.

E' o que mostra a eloquencia das cifras abaixo do balanço do quinquiennio de 1865-1867 (em contos de réis, desprezando-se frações).

Exercicios	*Receitas*	*Despesa*	*Deficit*
1865-1866	58.523	121.856	63.333
1866-1867	64.776	120.889	56.113
1867-1868	71.200	165.984	94.784
1868-1869	87.542	150.894	63.352
1869-1870	94.847	141.594	56.747

Neste quinquiennio sinistro foram as cifras:

Da receita	376.891:018$911
Da despesa . . .	701.219:505$486
Do deficit	324.328:486$575

Providencialmente porém haviam as rendas publicas subido de modo notavel mais de 60 por cento e este superavit se devia sobretudo ao excesso tambem notavel da exportação sobre a importação devido á producção cafeeira.

Assim haviam sido estas as cifras da balança commercial brasileira nos cinco exercicios de 1865-1866 e 1869 a 1870.

Exercicios	*Importação*	*Exportação*	*Saldos*
1865-1866	137.777	157.017	19.240
1866-1867	145.002	153.253	8.251
1867-1868	140.611	185.270	44.659
1868-1869	168.510	207.723	39.213
1869-1870	155.687	200.235	44.548

Assim houvera um total de saldos no valor de 151.911 contos realmente notavel para o tempo.

As colheitas de café haviam permittido a exportação em

1865 de	3.197.164	saccas de 5 arrobas
1866 de	2.368.653	" " " "
1867 de	3.255.980	" " " "
1868 de	3.772.999	" " " "
1869 de	3.139.789	" " " "
Total	15.734.585	saccas de 5 arrobas

Ora no quinquiennio anterior occorrera uma exportação de 12.019.535 houvera portanto um acrescimo de pouco mais de trinta e um por cento sobre os dados anteriores.

Os diversos ministros da Fazenda que apresentaram relatorios ao Parlamento Carneiro de Campos (Visconde de Caravellas) em 1865, Carrão em 1866, Zacharias de Goes e Vasconcellos em 1867 e 1868 o Visconde de Itaborahy em 1869 e 1870 fizeram a resenha eloquente dos terriveis sacrificios impostos ao Brasil pela bravura com que se defendia e ia vencendo o adversario inopinado e poderoso que tanto se va-

lera da confiança depositada pelo Imperio na persistencia da paz continental.

Frisante em sua eloquente singeleza a pagina em que Castro Carreira ao estudar o relatorio de Itaborahy em 1869 analysou as consequencias da campanha dos cinco annos. Sábiamente procurava o Governo Imperial não recorrer aos mercados externos senão quando de todo impossivel lhe fôra angariar recursos no proprio paiz para a prosecução da guerra.

A guerra do Paraguay custou grandes e incalculaveis sacrificios ao Brasil, principiando pela perda de mais de cem mil vidas roubadas ás familias, á industria e ao trabalho.

O sacrificio pecuniario, segundo a liquidação do thesouro subiu á somma de 613.183:262$695, assim distribuida pelos seguintes ministerios: Justiça 412:328$574, Marinha 89.014:249$060, Guerra 306.214:424$519, Fazenda .... 216.270:948$503.

Nenhum paiz atravessa phase desta natureza sem abalo na sua vida intima; os sacrifciios são geraes e de maxima importancia; as necessidades imperiosas, que se apresentam com a força de prompta execução exigem recursos extraordinarios, que se devem procurar nas forças productivas do paiz.

Foi assim que o governo appellando para o patriotismo da nação, exigiu dos contribuintes o sacrificio de alguns novos impostos e o augmento de outros.

Ao ser declarada a guerra em 1865, o cambio regulava entre 27 e 25; baixou a 23 e 22 e assim se manteve até o exercicio de 1867 a 1868, tendo no ultimo semestre uma baixa rapida e chegou em fevereiro a 14, conservando-se entre 17 a 19 o fim da guerra subindo até 1872, tomando dahi em diante as proporções de um cambio regular entre 24 e 26.

Os exercicios de 1865 a 1870 liquidaram-se com o *deficit* de 385.336:149$000 que foi preenchido pelos seguintes recursos extraordinarios, para os quaes foi o governo autorisado:

Depositos	8.505:452$000
Emprestimo externo	49.416:275$000
Emprestimo nacional	27.000:000$000
Emissão de apolices.	141.828:268$000
Emissão de papel-moeda . . .	124.074:698$000
Bilhetes do thesouro	53.090:745$000

Como se vê, á excepção da quantia de 49.416:275$000, que foi o governo procurar no extrangeiro, todos os recursos para o custeio da guerra foram obtidos no paiz.

E ainda isto não é tudo; nenhum dos seus serviços foi interrompido ou paralysado, o progresso material do paiz continuou sempre nas mesmas proporções, os encargos do thesouro na Europa em relação aos seus compromissos foram todos satisfeitos com a maior pontualidade; as estradas de ferro, telegrapho electrico e todas as mais obras em andamento não tiveram interrupção, sendo pagos os contractos e as garantias de juros estipulados. Concluiu-se a Casa da Moeda, na qual se gastou a quantia de 1.732:800$000, as obras d'Alfandega da Côrte tiveram andamento regular, despendendo-se neste quinquiennio 3.767:138$667; a despesa com o abastecimento d'agua custou 2.115:915$875; com o serviço da colonização despendeu-se 727:158$243; e com a subvenção ás companhias de navegação a vapor .... 12.416:008$170.

As rendas publicas tiveram notavel incremento, o exercicio de 1864-1865 encerrou-se com a receita de .... 56.935:928$628, o de 1869-1870 com a de 94.847:342$301, tendo o augmento de 37.851:413$673 ou 61,4. E 'verdade que foram criados alguns impostos e augmentados outros, o que sem duvida concorreu para o augmento da receita; porém o movimento commercial demonstra que, independente dessa circumstancia, não só o commercio não paralysou as suas transacções, como teve sempre desenvolvimento correspondente.

Da lavoura de café mais do que a qualquer outra fonte de riqueza haurira o Governo Imperial forças para vencer a guerra paraguaya.

E esta conclusão se concretisa com a phase synthetica outróra corrente "foi o Valle (s. c. do Parahyba) quem sustentou a campanha do Paraguay."

QUADRO DAS FLUCTUAÇÕES CAMBIAES BRASILEIRAS SOBRE LONDRES DE 1812 A 1872

Annos	*Cambio médio*	*Valor da £*
1812	74 d	3$245
1813	77, 3/4	3$086
1814	85, 1/2	2$817
1815	73, 3/4	3$255
1816	58, 1/4	4$120
1817	64, 1/2	3$720
1818	71, 9/16	3$346
1819	66	3$636
1820	57	4$210
1821	51, 1/2	4$660
1822	49	4$897
1823	50, 3/4	4$729
1824	48, 1/4	4$974
1825	51, 7/8	4$626
1826	48, 1/8	4$987
1827	35, 1/4	6$808
1828	31, 1/16	7$595
1829	24, 5/8	9$713
1830	22, 13/16	10$520
1831	25	9$600
1832	35, 1/8	6$421
1833	37, 3/8	6$228
1834	38, 3/4	6$195
1835	39, 3/16	6$124
1836	38, 3/8	6$254
1837	28, 1/2	8$135
1838	28	8$571
1839	31, 3/16	7$852
1840	30, 15/16	7$757
1841	30, 1/4	7$933
1842	26, 3/4	8$971
1843	25, 3/4	9$320
1844	25, 1/8	9$552
1845	25, 3/8	9$458
1846	26, 1/8	8$930
1847	27, 15/16	8$590

Annos	Cambio médio	Valor da £
1848	24, 15/16	9$624
1849	25, 13/16	9$297
1850	28, 11/16	8$366
1851	29, 11/16	8$258
1852	27, 3/8	8$767
1853	28, 11/16	8$439
1854	28, 9/16	8$707
1855	27, 1/2	8$727
1856	27, 1/2	8$727
1857	26, 9/16	9$035
1858	25, 1/2	9$411
1859	25	9$600
1860	25, 3/4	9$320
1861	25, 1/2	9$411
1862	25, 1/4	9$504
1863	27, 3/16	7$827
1864	26, 11/16	8$992
1865	24, 15/16	9$624
1866	24, 3/16	9$022
1867	22, 3/8	10$726
1868	16, 5/16	14$169
1869	18, 3/4	12$800
1870	22	10$909
1871	23, 31/32	10$013
1872	24, 15/16	9$624

VARIAÇÕES CAMBIAES DE 1823 A 1839, SOBRE LONDRES E PARIS

Annos	*Mezes*	*Cambio Brasileiro*	*Libra e Franco*	*Franco e mil réis*
1823	junho	52	25, 60	180
	setembro.	50	25, 70	186
1824	maio	48	25, 10	199
1825	janeiro	47	25	204
	abril	50 1/2	24, 90	190
	setembro. . . .	53	24, 90	181
1826	fevereiro. . . .	53 1/2	25, 40	176
	maio	48	25, 50	196
	agosto	46	25, 60	203
	dezembro. . . .	42	25, 40	225
1827	janeiro	39	25, 40	242
	março	38	25, 40	248
	abril.	35	25, 40	269
	17 de julho. . .	31	25, 30	306
	26 de julho. . .	38	25, 30	249
1828	março.	31 1/2	25, 20	303
	agosto.	30 1/2	25, 20	312
	dezembro	28 1/2	25, 20	334
1829	fevereiro. . . .	26 1/2	25, 20	359
	março	20	25, 30	474
	maio.	26 1/2	25, 30	358
	junho	23 1/2	25, 40	402
	setembro	26	25, 50	310
1830	março	24	25, 60	390
	julho	22	25, 40	429
	novembro. . . .	21	25, 20	453
	dezembro. . . .	22	25, 20	432
1831	fevereiro	21 1/2	25, 10	444
	abril.	20	25	480
	junho	24 1/2	25	392
	setembro	26 1/2	25	362
	outubro	30	25	320
1831	dezembro	26	25, 20	366
1832	fevereiro	30	25, 30	316
	abril	34	25, 50	276

Annos	*Mezes*	*Cambio Brasileiro*	*Libra e Franco*	*Franco e mil réis*
	junho	40	25, 60	234
	setembro. . . .	46	27, 70	203
	outubro	34	25, 75	275
1833	janeiro	32 1/4	25, 60	290
	abril	36	25, 70	259
	junho	38 1/2	25, 70	242
	agosto	41 1/2	25, 60	226
	outubro.	39	25, 70	239
	novembro. . . .	41	25, 60	228
1834	janeiro	39 1/2	25, 60	235
	março	40 1/2	25, 70	230
	abril	40	25, 25	237
	agosto	39 1/2	25, 20	241
	dezembro. . . .	36 1/2	25, 20	260
1835	março	39	25, 40	242
	maio	37 1/2	25, 40	252
	agosto	41 3/4	25, 50	225
1836	janeiro	39 1/2	25, 40	240
	julho	39 1/2	25, 50	238
1837	fevereiro	33	25, 30	290
	maio	30 1/2	25, 35	308
	outubro	28 1/2	25, 50	330
	dezembro. . . .	27 1/2	25, 40	345
1838	março	28 1/2	25. 55	335
	julho	27 3/4	25, 45	335
	dezembro	29	25, 15	330
1839	fevereiro	30 1/4	25, 20	320

CURSO DA PIASTRA HESPANHOLA DE PRATA, DE 1823 A 1839, SEGUNDO HORACIO SAY

Annos	Mezes	Piastra Hespanhola e mil réis	Agio sobre o cobre	Agio sobre o ouro
1823	junho. . . .	990	—	—
	setembro. . .	995	—	4 1/2
1824	maio	—	—	7
1825	janeiro. . . .	1.010	—	6
	abril	1.025	—	5 1/2
	setembro. . .	1.008	—	5 3/4
1826	fevereiro. .	1.012	—	5
	maio	1.035	—	6
	agosto	1.060	—	6
	dezembro. . .	1.200	—	12 1/2
1827	janeiro. . . .	1.250	—	18
	março	1.450	14	35
	abril	1.550	6	36 1/2
	17 de julho. .	1.500	17	44 1/2
	26	1.000	15	40
1828	março	1.800	20	60
	agosto. . . .	1.770	40	58
	dezembro . .	1.700	31	65
1829	fevereiro . . .	1.850	34	84
	março	2.400	50	130
	maio	1.900	36	80
	junho	2.000	33	98
	setembro . . .	1.850	29	87
1830	março	2.000	30	106
	junho	2.200	33	117
	novembro. . .	2.300	34	126
	dezembro. . .	2.150	39	122
1831	fevereiro . . .	2.180	37	123
	abril	2.800	37	154
	junho	2.200	31	115
	setembro . . .	1.900	35	96
	outubro. . . .	1.800	36	80
1831	dezembro. . .	2.000	30	100
1832	fevereiro. . .	1.700	30	75
	abril	1.500	18	55
	junho	1.250	17	30

Annos	*Mezes*	*Piastra Hespanhola e mil réis*	*Agio sobre o cobre*	*Agio sobre o ouro*
	setembro . . .	1.240	11	30
	outubro . . .	1.400	5	40
1833	janeiro	1.460	9	50
	abril.	1.365	5	39
	junho	1.280	3	33
	agosto	1.300	par	36
	outubro. . . .	1.330	—	39 1/2
	novembro. . .	1.300	5	38
1834	janeiro	1.300	7	39
	março	1.350	8	42
	abril	1.350	8	42
	agosto	1.360	8	41
	dezembro . .	1.365	18	42 1/2
1835	março	1.370	8	47
	maio	1.450	8	56
	agosto	1.400	11	42
1836	janeiro. . . .	1.350	—	—
	julho	1.435	—	—
1837	fevereiro . . .	1.555	—	—
	maio	1.600	par	68
	outubro . . .	1.720	—	—
	dezembro. . .	1.740	—	77
1838	março. . . .	1.740	—	77
	julho	1.805	—	82
	dezembro . .	1.810	—	88
1839	fevereiro . . .	1.860	—	92

CAPITULO XLVII

A exportação do café no Brasil colonial — Informes de Manuel Barata — Deficiencia das estatisticas contemporaneas — As diversas fontes informativas — Disparidade de dados por vezes muito consideravel — Commentarios discutiveis de Varnhagen sobre a exportação brasileira de principios do seculo

Nunca vimos, até hoje, quadro geral algum abrangendo os dados referentes á sahida do café no Brasil Colonial. Vamos procurar esboçal-o, lançando mão de quantos informes nos foi possivel angariar, elementos, as mais das vezes deficientes, se não deficientissimos pois a estatistica, na época a que nos referimos não era sciencia que no Brasil florescesse, parece obvio recordal-o.

As achegas aqui e acolá recolhidas contradizem-se numerosas vezes. Ha autores de grande autoridade que ennunciam, a proposito da exportação do café, verdadeiros disparates como no caso de Monsenhor Pizarro, a declarar que em 1800, a producção do Rio de Janeiro apenas fôra de cincoenta arrobas.

Isto quando o precioso *Almanach* de Duarte Nunes nos ensina que em 1798 o districto fluminense dera uma colheita de 1.118 arrobas e Balbi autoridade de incontestavel peso, garante que em 1796 o Rio produzira 8.493 arrobas. E Eschwege em 1809 verificara que só o districto da Ilha Grande colhera 22.000 arrobas!

Assim os dados são contradictorios, por vezes extraordinariamente contradictorios até.

Nenhum valor pretende assumir o nosso tentamen que não passa de mera coordenação de elementos esparsos em numerosos logares.

O mais velho documento de que temos noticia sobre a nossa exportação cafeeira, é um topico da *Gazeta de Lisboa* de 25 de janeiro de 1731, anunciando a chegada, ás aguas do

Tejo, de uma partida de café do Pará. Era minuscula, apenas sete libras 3.213 grammas menos de um quarto de arroba! "Sete libras da deliciosa frutinha vermelha, amostra do café plantado no Pará e considerado de melhor qualidade que o do Levante, escreve Theodoro Braga.

Introduzido o cafeeiro em Belém, no anno de 1727, por Francisco de Mello Palheta, como tanto é sabido, começaram a apparecer na Europa as primeiras demonstrações da nova cultura que dentro em um seculo passaria a ser o esteio de nossa economia nacional, o *pivot* da riqueza brasileira: *Coffea Brasiliae columen.*

Sobre os primeiros annos setecentistas da exportação cafeeira possuimos dados de inestimavel valor compendiados por Manuel Barata, mediante a compulsa de numerosas fontes, taes como a correspondencia dos Governos do Pará com a Côrte e os Livros da Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus dominios e nações extrangeiras.

Façamos porém, uma resenha dos numeros obtidos para a avaliação das exportações brasileiras de café, de 1731 a 1822.

1731

Sete libras ou 3.213 grammas ("Gazeta de Lisboa", de 25 de janeiro deste anno) Vd. Theodoro Braga: *Coffea Brasiliae fulcrum.*

1732 e 1733

Nada sabemos acerca da exportação destes dois annos.

1734

Tres mil arrobas (Freire Allemão)

1735

Doze arrobas a rs. 1$800 por unidade. Procede este informe de um trabalho de Joaquim de Almeida Genú, autor paraense que aliás, segundo nos consta, não goza de inatacavel credito.

1736-1739

Não temos dados relativos a este quadriennio.

1740

Setenta e tres arrobas, segundo o documento assignado por João de Almeida da Matta. A este depoimento contradiz aliás uma informação do Capitão General João de Abreu Castello Branco a D. João V "Quanto á quantidade que a terra produz de café, acho por estimativa dos praticos que serão neste anno quatrocentas a quinhentas arrobas (3 de setembro de 1740).

1741

Quatrocentos e vinte arrobas procedentes do Pará; informação da Secretaria do Conselho Ultramarino Manuel Caetano Lopes de Lavra, ao Ministro Diogo de Mendonça Côrte Real (22 de fevereiro de 1741). Era esta colheita sufficiente para todas as exigencias do consummo do Reino.

1742-1748

Nada sabemos sobre este heptennio.

1749

Arrobas 4.835 do Pará e Ap. "Gazeta de Lisboa" de 29 de dezembro de 1750.

1750

Arrobas 2.384 do Pará a rs. 2$800 (Genú).

1751-1759

Não temos informações alguma sobre este largo periodo.

1760

Arrobas 2.647 do Pará a 2$780 (Genú).

1761-1764

Nada sabemos sobre este quatriennio.

1765

Tres mil arrobas (cf. *Os portuguezes em Africa, Azia, America e Oceania*, vol. 7 p. 235).

1766-1769

Nada sabemos sobre este periodo.

1770

Arrobas 3.700 do Pará a 2$800.

1771-1772

Não temos dados sobre este biennio.

1773

Arrobas 14.273 e 24 libras do Pará (Ap. Manuel Barata).

1774

Cento e quarenta e uma arrobas, e duas libras. Esta disparidade entre os dados deste anno e os dos millesimos anteriores e posterior não a explica Barata. Provavelmente não pôde o erudito pesquizador paraense encontrar elementos sufficientes para avaliar a exportação de 1774 e limitou-se a transcrever os dados fragmentarios que conseguira angariar.

1775

Arrobas 4.464 do Pará (Barata). Refere o Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio que neste anno a capitania de S. José do Rio Negro (hoje Amazonas) produziu 470 arrobas de café. Provavelmente estão incluidas as cifras no total dado por Barata.

1776

Arrobas, 4.792 do Pará (Barata).

1777

Arrobas, 3.542 do Pará (Barata).

1778

Arrobas, 6.579 e tres libras do Pará (Barata).

1779

Arrobas, 4.518 e 18 libras, do Pará (Barata) e 57 do Rio de Janeiro (cf. *Memorias publicadas e economicas da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice Rei, Luiz de Vascooncellos*) *Total* 4.570.

1780

Arrobas, 3.122 e 15 libras do Pará (Barata). Vendidas entre 3$000 e 2$400 (Barata) a 2$840 (Genú).

1781

Arrobas 2.838 e 6 libras do Pará (Barata).

1782

Não menciona Barata dados para este anno. Refere Gayoso que nelle sahiram do Maranhão para o Reino quatorze arrobas (cf. *Compendio historico politico dos principios da lavoura do Maranhão*).

1783

Não conhecemos dado algum sobre a exportação deste millesimo.

1784

Arrobas, 1.796 e 14 libras do Pará, vendidas entre 2$600 e 4$000 (Barata).

1785

Arrobas, 1.683 e 20 libras vendidas entre 4$000 e 4$200 (Barata). Mais duzentos arrobas do Amazonas (cf. Arthur C. Ferreira Reis, *Historia do Amazonas*).

1786

Arrobas, 1.282 e dez libras do Pará, vendidas entre 4$200 e 3$600 (Barata).

1787

Barata não aponta dados relativos a este millesimo. Ale-

xandre Rodrigues Ferreira affirma que nelle o Amazonas produziu 810 arrobas (cf. *Viagem philosophica*).

1788

Não conhecemos dados para este anno, no Pará. O Maranhão exportou 30 arrobas (Gayoso).

1789

Tambem não temos dados para este millesimo.

1790

Arrobas, 3.695 do Pará vendidas a 2$500 rs. (Almeida Genú).

1791

Não ha dados para este anno.

1792

Arrobas, 160 do Rio de Janeiro (Freire Allemão).

1793

Não conhecemos dados para este anno.

1794

Arrobas 2.811 e 19 libras do Pará a 2$360 (Barata); 1250 do Rio de Janeiro (Tuckey) Total arrobas 4.061.

1795

Não temos dados para este anno.

1796

Arrobas 4.042 do Pará (Barata) a 3$410 e mais 8.495 do Rio de Janeiro a 3$200 (Balbi) ou 8.302 ½ do Rio de Janeiro (Rev. do Inst. t. 46 p. 1 pag. 195 et pass.).

1797

Arrobas 3.576 de 3$000 a 3$500 (Barata). E ainda 8.302 do Rio de Janeiro a 3$200 (Moura Brasil) e 1.924 de Santos a 3$200 (Antonio Piza) Total 13.802.

1798

Arrobas 5.019 do Pará a 3$500 do Pará (Barata) 1.270 da Bahia (Vilhena cf. *Noticias soteropolitanas*) 1.118 do Rio de Janeiro a 3$200 (Antonio Duarte Nunes *Almanac* e 31 de Santos a 3$200 (Piza) Total 7.438.

1799

Não ha dados para este anno, salvo quanto a Bahia, affirma Balthazar da Silva Lisboa (cf. *Informações sobre a agricultura, commercio e população da Comarca do Ilhéos*) que o porto de Camamú exportou neste millesimo 5.000 arrobas de café.

1800

Arrobas, 4.990 do Pará, a 2$630 (Barata e Almeida Genú) 50 apenas! do Rio de Janeiro ap. Monsenhor Pizarro (*Memorias*) o que repetiram a Associação Commercial do Rio de Janeiro e muitos outros informantes mais até. Paulo Porto Alegre já em 1878, affirmou que a exportação do Brasil neste millesimo fôra de 13 saccas (65 arrobas).

1801

Arrobas, 2.562 a 2$400 do Pará (Barata) 132 de Santos a 3$200 (Piza).

1802

Arrobas 4.793 a 1$700 do Pará (Barata) 116 de Santos a 2$000 (Piza) 25 do Rio de Janeiro (J. H. Tuckey) cf. *An account of a voyage to Port Philipp*).

1803

Não ha dados para o Pará. Arrobas 675 de Santos a 2$400 (Doc. do Archivo do Estado de S. Paulo, publicado por Antonio Piza).

1804

Deste anno sabemos que sahiram 1.243 arrobas de Santos pelos *Documentos Interessantes* publicados por Piza, regulando o preço médio 3$000 por arroba, o que confirmam os dados fornecidos a Spix e Martius, pelo mais tarde Marechal Daniel Pedro Müller.

1805

Os unicos dados que conhecemos sobre este millesimo são os de Spix e Martius relativos a Santos; 954 arrobas a quatro mil réis.

1806

Neste anno, declara Balbi, o Brasil exportou 82.245 arrobas de café pelo preço médio de 4$000, cifra provavelmente elevada. De Santos sahiram 1.060 tambem a quatro mil réis segundo informam Spix e Martius.

1807

Sahiram de Santos 1.270 arrobas, dizem Spix e Martius, a 3$900, segundo Antonio Piza.

1808

Do Rio de Janeiro sahiram 30.000 arrobas, affirma Raffard em suas *Pessoas e coisas do Brasil*. Esta mesma cifra consigna Antonio da Silveira Caldeira em sua *Memoria*. De S. Paulo 4.867 a 2$200 infroma Eschwege em pequena memoria do precioso *Journal von Brasilien*.

1809

Nos primeiros passos do Brasil economico obra de Henrique Pinheiro de Vasconcellos encontramos alguns dados para este millesimo. Assim a praça de Lisboa remetteu para a Inglaterra 1.823 arrobas de café ao preço médio de 5$000 e a do Porto 115 pelo mesmo preço; para a Italia foram, de Lisboa, 3.034 arrobas tambem a 5$000. Só o districto da Ilha Grande produziu neste millesimo 23.000 arrobas vendidas a 2$000 informa von Eschwege no *Journal von Brasilien*.

1810

Exportou o Pará 2.498 arrobas, segundo Barata a 3$200 e 2.534 segundo Genú ao preço de rs. 1$940. Produziu Santa Catharina 15.192 arrobas declara Paulo José Miguel de Brito em sua *Memoria Politica*.

1811

A producção do Pará subiu a 4.174 arrobas a 3$000 (Barata).

1812

Produziu o Pará 1.544 arrobas a 1$600 (Barata) e Santa Catharina 12.592 (Spix e Martius). No emtanto affirma Paulo Porto Alegre, em 1878, que a exportação total do Brasil neste millesimo fôra de 60 arrobas!

1813

Os unicos dados que conhecemos para a producção deste anno são as de Eschwege, 9.223 arrobas para S. Paulo, 60 arrobas para o Rio de Janeiro (Associação Commercial do Rio de Janeiro). Paulo Porto Alegre fala-nos em 85 arrobas como total do Brasil!

1814

Não temos dados sobre este millesimo.

1815

Tambem nada sabemos da producção deste millesimo.

1816

A exportação do Pará foi de 1.074 arrobas (Barata) o preço por arroba regulou por 2$600 (cf. Horacio Say *Histoire des rélations commerciales entre la France et le Brésil*).

1817

O Pará exportou arrobas 4.531 a 2$400 (Barata). A Bahia, 10.000 a 5$000 segundo Spix e Martius. O Rio

de Janeiro 298.999 a 2$400 segundo Spix e Martius; tambem 318.932 no dizer de Monsenhor Pizarro, a 4$000 (Say); 371.235 segundo Horacio Alexandrino da Costa Santos, (cf. *O nosso café*) 319.830 (Associação Commercial do Rio de Janeiro) e 334.925 (Porto Alegre) para todo o Brasil aliás.

1818

Exportou o Pará 4.267 arrobas, a 4$800 (Barata). O Rio de Janeiro 371.345 (Pizarro) ou 346.135 (Spix e Martius) ou 371.072 (Calogeras) sem indicação documental ou ainda 371.235 (Costa Santos e Associação Commercial) Walsh dá-nos 371.072 nas *Notices of Brazil*. Preço médio 5$700 (Say) Porto Alegre para todo o Brasil dá apenas 321.605 arrobas.

1819

Exportou o Rio de Janeiro arrobas 268.761 (Walsh) ou 268.767 (Calogeras) ou 269.574 (Pizarro) ou 252.726 (Spix e Martius) ou 366.570 (Costa Santos e Associação Commercial) Producção de Minas Geraes 9.907 segundo Eschwege e do Brasil todo 441.520 arrobas segundo affirma Porto Alegre.

1820

Producção do Pará 44.173 arrobas a 4$000 (Genú) do Rio de Janeiro; 465.945 (Calogeras e Walsh) ou 539.000 (Pizarro) 230.000 (Raffard) 487.500 (Costa Santos e Associação Commercial. Preço médio 6$400 (Say). Para o Brasil todo 487.490 avança Porto Alegre.

1821

Maranhão, 1.020 arrobas, a 3$200 segundo Mrs. Graham (*Journal of a voyage to Brazil*) Rio de Janeiro 526.934 (Calogeras) ou 525.687 (Walsh) ou 526.930 (Costa Santos e Associação Commercial) das quaes 22.000 de Minas Geraes (Aristoteles Alvim). Porto Alegre reduz a exportação de todo o Brasil para 465.240 arrobas. Preço médio 6$800 (Say).

1822

Rio de Janeiro, 759.947 (Walsh e Calogeras) ou 760.240 arrobas (Costa Santos e Associação Commercial do Rio de

Janeiro) das quaes 28.900 de Minas Geraes (Aristoteles Alvim). Preço médio 5$300 (Say). Porto Alegre reduz a exportação total do Brasil a 489.905 arrobas apenas.

Os dados apresentados pelo autor da *Monographia do Café* (historia, cultura e producção) obteve-os elle, segundo declara, do redactor dos *Retrospectos Commerciaes* annuos do "Jornal do Commercio". Ha entre elles e os das demais fontes citadas, por vezes, os mais notaveis desaccordos.

Provavelmente jamais se achará a verdade dos factos relativos á producção de café no Brasil em seu ultimo quartel de vida colonial, tão defeituosas, tão imperfeitas as estatisticas do tempo.

De quanto a nossa historia economica até bem pouco vivia envolta em obscuridades de todo o genero, por culpa da pesquisa deficientissima dos acervos documentaes e a informação indispensavel das fontes subsidiarias, temos cabal demonstração num trecho typico do grande Varnhagem.

Ao expor as condições economicas do Brasil, em principios do seculo XIX e vizinhanças de 1808, escreveu o illustre sorocabano:

"O Brasil, todo, contava então escassamente uns tres milhões de habitantes, dos quaes quase a terça parte eram escravos.

A sua exportação se reduzia: 1.º, á do assucar, pelo menos do Rio nove mil caixas, da Bahia vinte mil, de Pernambuco quatorze mil, e de Santos mil; 2.º setenta mil saccas de algodão, sendo quarenta mil de Pernambuco; dezeseis mil, de Maranhão, dez mil da Bahia, e quatro mil do Pará e Rio; 3.º noventa e tantas mil arrobas de café, quase todo produzido no Pará, pois do Rio de Janeiro apenas se contavam tres mil e duzentos arrobas; 4.º oitocentas e tantas mil arrobas de cacáu; 5.º duzentos e quarenta mil couros de boi; 6.º cem mil saccas de arroz; 7.º cinco mil e seiscentas arrobas de anil; além do tabaco de fumo, do páu de tinturaria e madeiras de construcção, alguma salsaparrilha, copahiba, gomma e outros artigos de menos monta.

O ouro cobrado no seculo anterior, em virtude do tributo do quinto, montava a seis mil arrobas, o que attendendo-se ao contrabando constante faz crer que só do Brasil haviam passado para a circulação universal talvez perto de dez mil quintaes, ou mais de sessenta milhões de libras esterlinas deste metal.

Os diamantes, extrahidos das minas até então, poderiam juntos pesar arriba de tres quintaes.

Sem nos responsabilizarmos pela exactidão escrupulosa destas avaliações, que transcrevemos, taes como as achamos em um papel do tempo, preferimos os algarismos que resultam dos balanços officiaes da exportação, que vimos dos annos de 1799 e seguintes. No primeiro desses annos (1799), o valor total da exportação (comprehendendo o ouro excedeu a 26 milhões de pesos); em 1800 a 18 milhões, em 1801 a dezeseis milhões; ao passo que a importação de Portugal orçava apenas em 1800 no valor duns dez milhões de pesos."

Estes dados, quanto ao café pelo menos, collidem gravemente com os ensinamentos das estatisticas antigas hoje ministradas pela maior amplidão das informações regionaes devidas ao desvendamento das fontes e effectuadas por pesquisadores honestos.

Como acabamos de ver com notavel abundancia, graças aos trabalhos de Barata, a maxima exportação de café do Pará, foi a de 1773: a saber, 14.273 arrobas. A média andou sempre por 3.000 arrobas, se tanto.

Estes informes de Varnhagem são ainda contestados em muitos pontos por diversos autores antigos. Assim, por exemplo nos diz que o Maranhão produziu 16.000 saccos de algodão e no emtanto Gayoso relata que de São Luiz se haviam exportado, em 1782, quase 50.000 fardos. A ribeira do Itapicurú, no quinquiennio de 1801-1805, teve uma média de producção de 50.000 fardos. A média de exportação de quadriennio de 1809-1812, segundo Henry Koster, foi de 52.500 fardos, o triplo do que Porto Seguro affirma ter sido.

Descrevendo a tributação dos generos exportados pelo Brasil informa ainda o Visconde de Porto Seguro:

Cumpre advertir que todos os artigos de producção do paiz estavam tão sobrecarregados de direitos, e estes subdivididos de um modo tal, que nem o mesmo fisco sabia bem quanto arrecadava, nem os productores quanto tão complexamente pagavam.

O assucar, tabaco, algodão, café, aguardente, gados e outros generos, além da dizima, em caso de exportação, estavam onerados ainda quando consumidos no paiz, do dizimo.

O assucar e o tabaco estavam além disso sujeitos: 1.º ao donativo de 1662; 2.º ao do subsidio de 1799; e 3.º (com outros generos mais) ao do terremoto de 1755, abusivamente conservados, ainda depois da independencia, durante o reinado do primeiro imperador! — O assucar tinha além disso, para a sahida, de imposto e peso 480 réis por caixa, ou 240 em feixo.

Cada pipa de aguardente pagava de subsidio 2$600 rs. além do subsidio literario de mais 30 réis por canada. O direito sobre o vinho do mel, de que resulta um producto de mais de duzentos contos afora a dizima de direitos.

O gado pagava tambem, além do dizimo, o quinto dos couros, embora os animaes ainda estivessem vivos, e meio real em libra de carne verde e mais 5 réis em cada couro, e um tributo de subsidio e outro sobre as carnes seccas importadas, resultando, só do gado e seus productos, um tributo de mais de duzentos contos de réis. As rendas que deviam proceder dos direitos de importação, antes de 1803 cobravam-se na metropole; mas havia além das de exportação, os direitos de *internação* cobrados em geral por meio de arrematações, e incluindo o dos escravos para terras mineraes, passagens de rios etc. rendiam mais de 230 contos. O fisco cobrava além disso mais de cem contos nos direitos chamados territoriaes, nos de chancellaria, donativos dos officios meio soldo das patentes militares, sello, terça parte dos officios, etc.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO XLVIII

A ausencia de dados estatisticos relativos ao commercio nos primeiros annos do Imperio — Embates de informes, contradicções frequentes e vultosas — Informações dos relatorios dos ministros da Fazenda — Balanços commerciaes do Imperio de 1833 a 1864 — Influencia crescente da exportação cafeeira

São a cada passo tão deficientes e contradictorios os dados sobre a importação e exportação do Imperio, na primeira década de nossa vida nacional, que Liberato de Castro Carreira julgou prudente deixar em branco as duas columnas a ella referentes no Quadro Geral de sua conscienciosa e minudente *Historia Financeira e Orçamentaria do Imperio do Brasil*.

Os primeiros que consigna reportou-se ao exercicio de 1833-1834.

Segundo refere foram estas as cifras de 1833-1834 a 1840-1841:

Annos	*Importação*	*Exportação*
1833-1834	36.237:000$000	33.011:000$000
1834-1835	36.577:000$000	32.998:000$000
1835-1836	41.195:000$000	41.442:000$000
1836-1837	45.319:000$000	34.182:000$000
1837-1838	40.757:000$000	33.511:000$000
1838-1839	49.446:000$000	41.598:000$000
1839-1840	32.358:000$000	43.192:000$000
1840-1841	57.727:000$000	41.671:000$000
1841-1842	56.040:000$000	39.085:000$000
1842-1843	50.639:000$000	41.039:000$000
Totaes	446.885:000$000	381.729:000$000

Assim houvera um deficit na balança commercial brasileira de 65.056 contos de réis.

Em 1840 e a proposito dos direitos de sete por cento cobrados para a exportação do café dizia o ministro da Fazenda Manuel Alves Branco futuro visconde de Caravellas:

"Posto que a progressiva prosperidade da cultura do café atteste que elle póde supportar o imposto comtudo não deduzo dahi que a sua quota deve ser augmentada. Antes quizera vel-a diminuida. O mesmo direito do assucar que está estacionario."

No exercicio de 1842-1843 dizia Alves Branco, em seu relatorio de ministro da Fazenda, em 1844, concorrera o porto do Rio de Janeiro com mais de cincoenta por cento da exportação total do Imperio: 22.220:309$000. Assim estavam representados os tres principaes generos:

Café	5.841.486 arrobas no valor de .	16.929:581$000
Assucar	535.342 arrobas no valor de .	1.066:282$000
Couros	203.884 arrobas no valor de .	1.168:342$000

No seu relatorio de 1846 apresentou Manuel Alves Branco ao Parlamento um quadro estatistico abrangendo o valor das rendas da exportação brasileira em oito exercicios de 1836 a 1837 e 1843 a 1844 segundo as diversas provincias.

	36-37	37-38	38-39	39-40
Rio de Janeiro . . .	1.253.013	1.398.622	1.595.166	2.003.553
Bahia	525.405	418.783	804.817	524.736
Pernambuco	409.746	512.752	538.960	523.732
Maranhão	215.415	183.698	187.733	110.563
Pará	60.058	60.746	65.400	95.594
Rio Grande do Sul .	78.974	92.718	93.158	159.623
S. Paulo	76.099	64.717	76.221	70.738
Parahyba	76.078	68.405	52.462	53.348
Ceará.	38.724	40.400	22.100	22.500
Alagoas	7.800	13.129	23.867	34.345
S. Catharina	7.425	13.168	13.141	10.027

	40-41	41-42	42-43	43-44
Rio de Janeiro. . .	1.823.002	1.837.764	1.709.583	1.825.914
Bahia	567.668	455.530	492.838	574.028
Pernambuco . . .	496.235	397.140	489.631	502.154
Maranhão	164.760	163.631	140.887	154.100
Pará	92.521	90.427	71.567	89.524
Rio Grande do Sul .	109.254	267.000	183.978	162.460
S. Paulo	85.792	62.270	39.487	81.471
Parahyba	59.326	38.955	66.283	60.370

Ceará.	20.500	18.600	19.600	27.400
Alagoas	44.642	36.065	48.845	45.867
Sergipe	14.400	17.697	15.422	16.819

A renda das alfandegas acompanhava muito de perto os valores dos dizimos da exportação em suas diversas procedencias.

	36-37	37-38	38-39	39-40
Rio de Janeiro . . .	4.386.250	4.143.431	5.818.162	6.294.794
Bahia	1.389.281	1.043.728	1.665.866	1.611.715
Pernambuco	1.212.318	1.195.081	1.513.975	1.814.218
Maranhão	622.273	492.513	472.838	465.942
Pará	130.947	113.613	182.302	204.606
S. Paulo	58.829	41.560	57.770	74.628
Ceará.	57.415	53.119	40.835	40.774
S. Catharina	14.972	15.735	23.081	30.475
Alagoas	15.720	9.038	16.343	33.568
Rio Grande do Sul .	92.837	60.800	9.000	151.741

	40-41	41-42	42-43	43-44
Rio de Janeiro . . .	7.336.258	7.437.256	6.520.241	7.002.936
Bahia	1.486.237	1.621.773	1.736.718	1.860.384
Pernambuco	1.756.610	1.582.671	1.524.020	1.799.057
Maranhão	645.086	598.142	488.738	576.036
Pará	237.275	250.136	227.923	270.678
Santos	75.715	75.715		76.203
Ceará.	63.373	63.373	61.000	69.100
S. Catharina. . . .	38.969	38.969	34.031	28.576
Alagoas	33.568	28.682	13.485	24.418
Rio Grande do Sul .	92.691	300.000	299.051	299.716

No decennio de 1843-1844 a 1853-1854 as cifras referentes á exportação foram no dizer de Castro Carreira em contos de réis e desprezadas as fracções.

Annos	*Importação*	*Exportação*
1843-1844	55.289	43.800
1844-1845	57.228	47.054
1845-1846	52.193	53.630
1846-1847	55.740	52.449
1847-1848	47.349	57.925
1848-1849	51.569	56.289
1849-1850	59.165	55.032
1850-1851	76.918	67.788
1851-1852	92.860	66.640
1852-1853	87.332	73.644
1853-1854	85.838	76.842
Totaes	721.481	651.093

Assim nestes onze exercicios a balança commercial accusava um deficit de 70.388 contos de réis provocado pelas exigencias imperiosas da Nação que desbravava terras virgens, civilizava-se portanto e precisava recorrer á industria européa.

Abrindo-se a segunda sessão da nona legislatura a 3 de maio de 1854 apresentava o illustre Honorio Hermeto Carneiro Leão então ainda Visconde de Paraná, presidente do Conselho do gabinete de 6 de setembro de 1853 e ministro da fazenda o relatorio de sua pasta á Assembléa Nacional.

Nelle occorre o seguinte quadro sobre os principaes artigos de exportação do Brasil no ultimo quinquiennio.

Exercicios	*Café*	*Assucar*	*Algodão*
1847-1848	25.159:331$	14.121:178$	3.587:867$
1848-1849	21.513:315$	15.884:640$	3.298:091$
1849-1850	22.838:071$	14.932:908$	5.768:106$
1850-1851	32.603:951$	15.779:080$	5.690:900$
1851-1852	32.954:510$	13.511:683$	4.288:302$
1852-1853	32.611:674$	17.511:794$	5.094:332$

Além destes productos figuram em destaque os seguintes:

Exercicios	*Fumo*	*Couros*
1847-1848	789:250$000	3.908:979$000
1848-1849	935:028$000	3.946:883$000
1849-1850	119:976$000	3.651:248$000
1850-1851	1.757:700$000	4.473:482$000
1851-1852	1.851:804$000	4.504:381$000
1852-1853	1.204:604$000	4.855:875$000

Os totaes da exportação brasileira no quinquiennio haviam sido:

Em 1847-1848	57.293:799$000
Em 1848-1849	56.267:177$000
Em 1849-1850	55.094:261$000
Em 1850-1851	67.788:170$000
Em 1851-1852	66.640:304$000
Em 1852-1853	71.537:498$000

Estas cifras differem das de Castro Carreira com maior ou menor latitude, ás vezes coincidem, como em 1850-1851 e

1851-1852 mas ás vezes tambem divergem bastante como em 1852-1853.

	C. Carreira	*Rel. de* 1854
Em 1847-1848	57.925:000$000	57.293:000$000
Em 1848-1849	56.925:000$000	56.287:000$000
Em 1849-1850	55.032:000$000	55.094:000$000
Em 1850-1851	67.788:000$000	67.788:000$000
Em 1851-1852	66.640:000$000	66.640:000$000
Em 1852-1853	73.644:000$000	71.537:000$000

Os preços médios por arroba de café haviam sido, segundo Paraná:

Em 1850-1851	3.016 rs.
Em 1851-1852	3.453 rs.
Em 1852-1853	3.416 rs.

Segundo os relatorios de Paraná de 1855-1856 ao se abrir o Parlamento na 3.ª e na 4.ª sessões da nova legislatura os valores exportados em café haviam sido:

De 1853 a 1854 — 33.344:668$000 a 4.076 rs. médios por ar.
De 1854 a 1855 — 48.490:995$000 a 3.722 rs. médios por ar.

Como a exportação total do paiz no ultimo exercicio ascendera a 90.570:635$000 vê-se que o café correspondera a cerca de 55 % deste computo.

A' primeira sessão da decima legislatura (1857) o relatorio apresentado pelo ministro da Fazenda não trouxe mais a assignatura do illustre Honorio Hermeto, recem-fallecido, a 3 de setembro de 1856, como presidente do conselho e substituido por outro grande homem de estado — Cotegipe.

Este relatorio trouxe informes importantes. Entre elles o seguinte, de confronto entre os principaes portos cafeeiros:

Exercicios	*Rio de Janeiro*	*Santos*	*Bahia*
	arrobas	*arrobas*	*arrobas*
1851-1852	8.976.088	454.196	110.483
1852-1853	9.416.232	381.854	102.401
1853-1854	8.063.034	518.953	110.922
1854-1855	11.900.971	846.184	266.635
1855-1856	10.597.449	796.868	246.590

Estes haviam sido os totaes de exportação e as médias dos preços:

Exercicios	Rio de Janeiro	
1851-1852.	31.055:234$	(3.459)
1852-1853.	32.180:092$	(3.417)
1853-1854.	32.828:328$	(4.070)
1854-1855.	44.471:628$	(3.737)
1855-1856.	43.807:854$	(4.133)

Exercicios	Santos		Bahia	
1851-1852	1.523:992$	(3.355)	360.882$	(3.266)
1852-1853	1.294:656$	(3.390)	348:949$	(3.407)
1853-1854	2.099:884$	(4.046)	493:199$	(4.446)
1854-1855	2.960:758$	(3.499)	1.066:986$	(3.776)
1855-1856	3.129:799$	(3.027)	1.028:169$	(4.163)

Na 2.ª sessão da 10.ª legislatura expunha o ministro da Fazenda do gabinete de 4 de maio de 1857 (Marquez de Olinda) os dados sobre o exercicio cafeeiro de 1856-1857. Era elle o illustre Bernardo de Souza Franco (Visconde de Souza Franco em 1872) — deputado pela sua provincia natal do Pará de 1838 a 1852, senador do Imperio em 1855.

O Rio de Janeiro exportara .	12.002.623 ar.	a 4.156 rs.
Santos	746.673 ar.	a 4.020 rs.
Bahia	273.782 ar.	a 4.446 rs.

O resultado destas exportações havia sido para:

Rio de Janeiro . . .	49.873:177$000
Santos.	3.001:918$000
Bahia	1.217:291$000

A 12 de dezembro de 1858 substituia o 14.º gabinete de D. Pedro II, presidido pelo Visconde de Abaeté, ao que tivera como chefe o Marquez de Olinda.

Coubera a pasta da Fazenda a Francisco de Salles Torres Homem o famoso homem de estado, então deputado pouco depois senador do Imperio e em 1872 visconde com grandeza de Inhomerim. Dizia elle ao Parlamento que no exercicio de 1857-1858 o preço médio por arroba de café fôra de 4.475 réis e a exportação pelos principaes portos.

Rio de Janeiro	8.680.237 de ar. a 4.489 réis
Santos	778.537 de ar. a 4.846 réis
Bahia	245.846 de ar. a 4.203 réis

O resultado destas safras assim se computava:

Rio de Janeiro . . .	38.970:346$000
Santos	3.272:321$000
Bahia	1.191:405$000

Indice expressivo do enriquecimento que o café trazia ao Imperio era tambem a demonstração dos emprestimos feitos ao cofre dos orphãos de 1.º de janeiro de 1839 a 31 de dezembro de 1858 que Salles Torres Homem assignalava no relatorio de 1859.

Para um total de depositos equivalente a 12.460:719$611 a zona cafeeira do paiz contribuira com as seguintes quotas:

Provincia do Rio de Janeiro	2.145:893$693
Municipio da Côrte	2.867:622$186
Provincia de S. Paulo	1.608:073$769
Provincia de Minas Geraes	560:426$017
Provincia do Espirito Santo	287:666$580
Total	7.469:682$245

ou fossem mais de sessenta por cento dos quaes quase dois terços cabiam á região fluminense.

Ainda avultava a quota da Bahia (2.609:434$516) sendo as demais pequenas e afinal minimas.

Assim se dava tambem com os bens de defuntos e ausentes em cujo deposito total, 3.426:588$225, quase 2.400 contos de réis cabiam ao Municipio da Côrte e á Provincia do Rio de Janeiro.

A 4.ª sessão da decima legislatura expunha em 1860 Angelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguayana em 1866) presidente de Conselho do 15.ª gabinete de D. Pedro II (10 de agosto de 1859) e ministro da Fazenda os seguintes dados sobre a exportação cafeeira no exercicio de 1858 a 1859.

Rio de Janeiro	9.972.347 ar. a 4.539 réis
Santos	922.293 ar. a 4.042 réis
Bahia	233.904 ar. a 3.989 réis

O valor desta exportação fôra para:

Rio de Janeiro . . .	45.269:413$000
Santos	3.728:437$000
Bahia	933:168$000

e os preços médios do genero para todo o Brasil no ultimo quinquiennio:

Em 1854-1855	3.722 réis
Em 1855-1856	4.120 réis
Em 1856-1857	4.153 réis
Em 1857-1858	4.472 réis
Em 1858-1859	4.489 réis

Os dois relatorios da Fazenda apresentados á primeira e á segunda sessão da 11.ª legislatura (1861-1864) trazem a assignatura do immortal Rio Branco.

São estes os dados que elle aponta para a exportação do café em 1859-1861.

Rio de Janeiro . .	8.573.063 ar. a 5$986	em 1859-1860
Rio de Janeiro . .	13.054.061 ar. a 5$508	em 1860-1861
Santos	922.293 ar. a 4.042	em 1859-1860
Santos	1.481.730 ar. a 5$145	em 1860-1861
Bahia	199.638 ar. a 5$121	em 1859-1860
Bahia	198.304 ar. a 5$098	em 1860-1861

O valor destas exportações fôra:

	1859-1860	1860-1861
Rio de Janeiro.	51.319:178$000	71.908:314$000
Santos	3.728:427$000	7.623:652$000
Bahia	1.001:812$000	1.011:074$000

As médias dos preços do café para todo o Brasil haviam sido no quinquiennio ultimo:

Em 1856-1857	4.153 rs. por ar.
Em 1857-1858	4.475 rs. por ar.
Em 1858-1859	4.489 rs. por ar.
Em 1859-1860	5.844 rs. por ar.
Em 1860-1861	5.469 rs. por ar.

O movimento de importação e da exportação do Imperio nos dez exercicios de 1854-1855 a 1863-1864 havia sido, segundo os dados de Castro Carreira (em contos de réis e desprezadas fracções de contos).

Exercicios	*Importação*	*Exportação*
1854-1855	85.171	90.699
1855-1856	92.778	94.432
1856-1857	125.351	114.553
1857-1858	130.440	96.247
1858-1859	127.722	106.805
1859-1860	113.027	112.957
1860-1861	123.720	123.171
1861-1862	110.531	120.719
1862-1863	99.172	122.479
1863-1864	125.685	130.565
	1.133.597	1.013.627

Ainda se verificava um deficit em nossa balança commercial de 119.970 contos de réis, provocada sobretudo pelo inicio do surto ferroviario. Assim portanto nos exercicios financeiros de 1833-1834 a 1863-1864 haviam sido estes os totaes da importação e exportação do Brasil.

Exercicios	*Importação*	*Exportação*
1833-1834 a 1842-1843 . . .	446.885	381.729
1843-1844 a 1853-1854 . . .	721.481	651.093
1854-1855 a 1863-1864 . . .	1.133.597	1.013.627
	2.301.963	2.046.449

Verificava-se pois um deficit de 255.514 contos de réis em trinta e um exercicios.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO XLIX

A exportação brasileira de café para os Estados Unidos — Seu augmento constante — Alargamento do consumo na Confederação Americana — O relatorio do consul Ferreira de Aguiar em 1845

Da exportação brasileira enorme quota de ha muito se encaminha para os Estados Unidos como ninguem ignora. Desde os primeiros annos a porcentagem correspondente ao consummo norte americano se tornou notavel.

Dizem os autores que o primeiro café expedido do Brasil directamente para os Estados Unidos sahiu do Rio de Janeiro em 1809 numa pequena partida.

Escrevendo em 1844 á Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional este augmento frisava o nosso consul em Nova York, Luiz H. Ferreira de Aguiar.

Segundo o seu dizer cada vez mais augmentava o consummo do café na Republica.

	lbs.
De 1825 a 1829 fôra de . . .	238.000.000
De 1830 a 1834 fôra de . . .	405.000.000
De 1835 a 1839 fôra de . . .	479.000.000
De 1840 a 1844 fôra de . . .	573.000.000

Em 1832 haviam sido abolidos aliás os impostos de entrada sobre o genero.

Do Brasil tinham sido importados:

De 1825 a 1829 . . .	36.788.028
De 1830 a 1834 . . .	111.074.342
De 1835 a 1839 . . .	192.627.601
De 1840 a 1844 . . .	319.044.568

Ou mais pormenorisadamente:

	lbs.		lbs
1825. . . .	2.708.775	1835. . . .	35.774.876
1826. . . .	2.859.075	1836. . . .	46.840.219
1827. . . .	4.841.943	1837. . . .	33.906.246
1828. . . .	15.246.299	1838. . . .	27.411.986
1829. . . .	11.131.936	1839. . . .	48.694.294
1830. . . .	14.593.232	1840. . . .	47.412.756
1831. . . .	14.686.986	1841. . . .	59.575.722
1832. . . .	25.733.532	1842. . . .	61.248.942
1833. . . .	29.489.224	1843. . . .	49.515.666
. . . .		1844. . . .	95.291.482

Ou reduzindo-se as arrobas:

	ar. ou sejam	*saccas de cinco ar.*
Em 1825	84.649	16.925
Em 1830	456.038	91.207
Em 1835	1.117.964	223.592
Em 1840	1.481.648	296.329
Em 1844	2.977.859	595.571

Estas quantidades representavam:

	da producção brasileira
Em 1825	23 %
Em 1830	23 %
Em 1835	28 %
Em 1840	27,5 %
Em 1844	39 %

As cifras seguintes apontadas pelo consul eram as mais significativas acerca da importação e consumo do café nos Estados Unidos especificando-se o contingente brasileiro em lbs.

Annos	*Importação*	*Rexp.*	*Consumo*	*Quota*
1823 a 1832 .	540.420.294	206.677.139	333.743.155	97.214.143
1833 a 1842 .	982.922.390	132.345.789	850.576.601	416.925.633
Augmento em dez annos . .	442.502.096	74.331.350	516.833.446	319.711.490

Este prodigioso augmento não era apenas devido ao da população e sim á elevação da quota per capita.

Annos	*População*	*Imp. por hab.*	*Imp. do Brasil*
1821	9.600.000	2 lb. 30	1 onça
1831	12.800.000	6 lb. 60	1 lb.
1841	17.000.000	6 lb. 12	3 lb. 80
1844	18.000.000	8 lb. 12	5 lb. 40

Se a Inglaterra, a França e os paizes do Zollverein bebessem café brasileiro como os Estados Unidos não haveria o que lhes chegasse e o consumo seria de:

Paizes	*População*	*Importação*	*Café brasileiro*
Inglaterra	27.000.000	25.300.000	141.000.000
França	34.000.000	295.000.000	178.000.000
Zollverein	27.500.000	238.000.000	144.000.000

Assim teria o Brasil mercados para 463.000.000 de libras ou fossem 2.893.750 saccas de cinco arrobas. Ora naquelle anno de 1844 o Imperio apenas produzira 1.509.317 saccas. E se o resto da Europa acompanhasse estes tres grandes nucleos nada seria que o Brasil exportasse quatro milhões de saccas por anno que a tres mil réis por arroba dariam um valor acrescido á nossa exportação de 60 mil contos annuaes.

Concluindo dizia o consul que suas palavras não deviam causar admiração alguma, pois os Estados Unidos, em 1844, haviam exportado, sómente em algodão bruto, o valor de 54 milhões de dolares ou ao cambio de 2.000 o dolar 108 mil contos de réis. E com quanto esta exportação brasileira não se houvesse realizado em consequencia do consummo dos outros paizes não ser igual ao dos Estados Unidos, restava-nos a lisongeira esperança de que o consummo do nosso artigo deveria ter grande incremento, como acontecera depois do estabelecimento das Sociedades de Temperança. E que o Brasil seria o fornecedor da maior parte do globo não restava duvida alguma, com resultados utilissimos ao Imperio diminuindo-se a pesadissima taxa que então pagava o genero na sua exportação, taxa que elle, consul, julgava contraria aos interesses da Nação, sendo de opinião que os generos de exportação deviam ser livres como mui judiciosamente se observava nos Estados Unidos. Adoptando o Brasil o systema de direitos baixos na importação dos generos dos paizes extrangeiros estava elle certo de que seus rendimentos dariam sufficientemente para as despesas de um Governo economico, mormente

se suas rendas fossem bem arrecadadas, o que duvidava muito occorresse na occasião em que escrevia.

Em 1843 affirma Kidder em seus *Sketches of Brazil* que versando as melhores informações officiaes podia avaliar-se a população brasileira em cerca de 4.200.000 de almas o que certamente era um computo baixo.

Apresenta o seguinte quadro para o principal commercio do Rio de Janeiro no exercicio de 1842-1843.

Paizes	*Importações contos de réis*	*Exportações contos de réis*
Grã Bretanha	13.697	3.920
Estados Unidos . . .	4.028	6.005
França.	3.985	1.118
Portugal	1.912	1.912
Rio da Prata.	2.484	1.359
Cidades Hanseaticas. .	1.596	3.360
Austria		2.050
Total	31.265	22.220

Em 1841-1842 num total de 23.614 contos de réis exportados o café concorrera com 18.002, o assucar com 878, o ouro com 832, os couros com 916.

Interessante é o quadro dos portos de destino do café inserto pelo autor americano e referente á sahida de saccas (de cinco arrobas).

Portos	1841	1842	1843
Estados Unidos	431.222	351.522	548.011
Hamburgo	197.560	183.586	184.523
Portos do Canal da Mancha	62.779	194.920	80.318
Trieste	62.202	111.607	73.501
Varios portos da França .	56.318	27.203	20.797
Dinamarca	47.640	32.021	39.773
Bremen	32.746	12.342	26.890
Suecia	26.514	31.324	21.461
Portos do Mediterraneo. .	24.595	76.934	102.850
Portugal	12.694	43.643	14.044
Veneza	10.158	2.550	9.050
Hollanda	4.755	9.141	382
Diversos	1.988	5.008	3.439

Totaes:

1841	1.013.915
1842	1.179.731
1843	1.189.523

Estas cifras differem um pouco dos dados officiaes da Associação Commercial do Rio de Janeiro publicados em 1881 que são os seguintes:

1841	1.028.368
1842	1.152.608
1843	1.165.631

ora para mais ou para menos como vemos.

Outra estatistica interessante de Kidder é o quadro do commercio do Brasil com os Estados Unidos em 22 exercicios.

Mostra o augmento progressivo deste intercambio.

Annos	*Exportações do Brasil dollars*	*Exportações dos Estados Unidos dollars*
1821	605.126	1.381.760
1825	2.166.707	2.393.754
1830	2.491.460	1.843.238
1835	5.574.466	2.608.658
1840	4.927.296	2.506.574
1842	5.948.814	2.601.502

O acrescimo dos numeros da primeira columna devia-se exclusivamente ao café.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO L

A obra honesta e bem informada de van der Straten Ponthoz — O estudo do orçamento do Brasil em 1846 — Os recursos do Imperio — Exportação e importação brasileiras — Deficiencia estatistica — Preponderancia do café — O Brasil e os Estados Unidos

Em 1854 imprimiu-se em Paris alentada obra em tres volumes composta de mais de mil paginas recheiadas de quadros estatisticos e acompanhadas de mappas geographicos.

Consagra-se exclusivamente ao estudo do orçamento brasileiro.

Le Budget du Brésil ou recherches sur les ressources de cet Empire dans leurs rapports avec les interêts européens du Commerce et de l'Émigration.

Foi seu autor um diplomata belga o conde Augusto van der Straten Ponthoz, que datou o seu prefacio de Petropolis e de novembro de 1847.

Pela primeira vez surgia tão volumosa analyse sobre a vida financeira do Brasil realizada por extrangeiro e a sua apparição constituiu positivo indice do interesse crescente que o Imperio ia despertando á Europa.

No primeiro volume occupa-se o conde de Straten Ponthoz em estudar a despesa do Imperio no exercicio de 1846 a 1847 num total de 24.116:835$569 assim distribuida pelas seis pastas:

Fazenda	9.801:228$997
Guerra	5.803:308$491
Marinha	3.445:396$493
Imperio	2.942:790$000
Justiça	1.574:371$588
Extrangeiros . . .	549:740$000

Ao mesmo tempo havia sido a despesa das dezoito provincias a seguinte:

Rio de Janeiro. .	1.069:074$751
Bahia.	694:714$586
Pernambuco . . .	576:471$090
Rio Grande do Sul	566:932$760
S. Paulo	446:745$512
Minas Geraes . . .	421:555$133
Pará	333:391$539
Maranhão	241:279$862
Sergipe	156:890$215
Alagoas	144:947$580
Piauhy	132:597$660
Ceará	124:441$000
Parahyba	99:377$439
S. Catharina. . .	74:420$000
Rio G. do Norte .	60:465$235
Goyaz	35:000$000
Matto Grosso . .	33:649$095
Espirito Santo . .	30:545$200

Item por item expõe o diplomata as despesas dos diversos ministerios a começar pela dotação da casa Imperial, os subsidios parlamentares, o Conselho de Estado, as presidencias provinciaes etc. passando depois ás da instrucção publica, congruas, gastos militares, percepção da receita, subsidio da magistratura etc, etc. Com extrema minucia acompanha o autor capitulo orçamentario por capitulo, da despesa geral.

Quanto as das provincias mostra-se mais deficiente. Apenas apresenta os quadros referentes a metade destas circumscripções deixando de lado algumas das mais importantes como a Bahia, o Rio Grande do Sul, o Maranhão.

Para fazer frente ás despesas orçara o Imperio a sua renda em vinte e cinco mil cintos de réis dos quaes 20.369 deviam provir das alfandegas num total de 23.678 de impostos directos e indirectos.

Dois terços do segundo volume da obra estão occupados pelo estudo do movimento da navegação e do commercio nos portos do Brasil. Profusamente documentada começa a obra pela apresentação das fluctuações cambiats no octennio de 1840 a 1847 a saber:

Annos	*Londres*	*Paris*
1840	31.1/16	312
1841	30.3/5	313
1842	27.1/6	352
1843	25.3/4	367
1844	25.1/6	374
1845	25.1/4	366
1846	27.1/6	346
1847	27.5/8	339

Crescia sensivelmente o movimento dos portos brasileiros. Fôra este o movimento de um hexennio em tonelagem.

1839-1840	1.417.491
1840-1841	1.596.370
1841-1842	1.506.226
1842-1843	1.555.966
1843-1844	1.694.490
1844-1845	1.554.108
1845-1846	1.857.326

Destas tonelagens proporções enormes cabiam aos inglezes, americanos e suecos como se póde ver do quadro:

	Inglezes	*Americanos*	*Suecos*
1843-1844	237.837	189.875	84.432
1844-1845	274.082	192.994	96.856

A proporção brasileira era muito inferior a esta seguindo-se a dos suecos 50.138 em 43-44 e 69.779 em 44-45.

Longas e longas paginas consagra o nosso diplomata autor a estudar as procedencias de grande quantidade dos principaes artigos manufacturados e a situação dos paizes manufactureiros nos mercados do Brasil quanto a uma infinidade de generos. Isto em enorme latitude que vae das sedas e dos perfumes aos oleos e queijos, do ferro e do aço á folha de Flandres e assim por deante.

Passando a estudar a exportação brasileira chama von Straten Ponthoz a attenção de seus leitores para uma circumstancia apparentemente muito desfavoravel á economia do Imperio.

No hexennio de 1839-1840 a 1844-1845 verificara-se o seguinte desequilibrio:

Exercicios	*Importação*	*Exportação*
1839-1840	52.368:603$000	43.192:548$000
1840-1841	57.727:179$000	41.671:791$000
1841-1842	56.040:800$000	39.084:298$000
1842-1843	50.639:007$000	41.039:629$000
1843-1844	55.289:343$000	43.800:284$000
1844-1845	57.228:020$000	47.054:398$000
Totaes	329.292:952$000	255.842:948$000

Assim a balança commercial brasileira accusava um deficit nestes seis exercicios de 73.450:004$000 ou seja uma média annual de 10.575:000$000. Assim de accordo com as cifras officiaes, e como o Brasil não tivesse capitaes empregados no exterior o deficit de sua balança representava um acrescimo notavel da divida.

Tratava o Conde de Straten Ponthoz de dissipar o mau effeito causado entre os leitores pelo exame do quadro acima.

"Os resultados deste não parecem poder combinar com a força das coisas e como este desaccordo enfraqueceria o credito a attribuir-se a estatistica official é necessario prevenir contra a exageração das interpretações possiveis. Se esta se desse teria de se aniquilar deante das asserções da economia politica.

A avaliação das exportações de um paiz deve ser tomada pelo que realmente representa o registro de quantidades e a base da fiscalização. Em suas relações com o total das importações pode ser uma informação approximada.

Aqui o capital em moeda deve dar lugar ao capital em trabalho. E' facil reconhecer que a avaliação das exportações deve desprezar todas as circumstancias accessorias que para o trabalho nacional apresentam um supplemento de valor pelo qual se approxima do que deve ás mercadorias extrangeiras. A avaliação official das importações não fornece apenas o preço da mercadoria no paiz de sua procedencia.

Comprehende os diversos acrescimos que concorrem para

remunerar todas as operações em virtude das quaes o producto extrangeiro chega a ser depositado no littoral brasileiro para encontrar mercado cujo feliz exito constitue por si novos valores.

Os elementos numerosos de tal avaliação se concentram na média dos preços correntes commerciaes e constituem a base da tarifa das alfandegas do Imperio e de sua estatistica.

Era preciso além disto attender a outra particularidade da maior importancia a deficiencia de informações das estatisticas brasileiras pois os productos do Brasil não eram acompanhados do desenvolvimento dos valores pelos quaes chegavam aos paizes extrangeiros para alli pagarem o valor das importações brasileiras.

Os calculos officiaes detinham-se no ponto em que taes productos embarcavam para a Europa e os Estados Unidos.

Assim a somma de trablaho que a importação representava apparecia expressa completamente ao passo que a somma de trabalho da exportação só o era parcialmente.

E havia outra deficiencia por parte dos dados do Brasil: a falta de fiscalização na sahida de parte dos metaes e pedras preciosas. Factos abundantes concorriam pois com as theorias economicas para tirar da avaliação das exportações o caracter de prova incontestavel do deficit prejudicial ao Brasil.

Outros factos, ainda não menos dignos de attenção, demonstravam que as mesmas avaliações estabeleciam a mais forte preoccupação da insufficiencia da producção brasileira para saldar o debito de suas importações. Neste numero destacava-se o abuso dos creditos do commercio extrangeiro.

Quando o Brasil abrira os portos ás mercadorias extrangeiras faltavam os mercados. O Brasil paiz novo offerecia vasto campo á especulação e ao espirito aventureiro. A medida das necessidades reaes do paiz não refreava a extensão das offertas extrangeiras. A Europa soffria da plethora de suas fabricas. As riquezas futuras do Brasil passavam a ser como uma ensancha para contrabalançar a insufficiencia de consummo regular. Assim o mercado brasileiro de anno para anno ficara em situação desfavoravel.

A producção do Imperio devia ser o objecto de duas ordens de pesquisas: uma destinada a verificar o que o paiz entregava ao consummo do extrangeiro e outra a examinar a abundancia dos recursos do paiz.

Os principaes generos de exportação dividiu-os Straten Ponthoz em quatro categorias.

Na primeira figuravam: o café, o algodão, o assucar, os couros seccos e salgados e as moedas de ouro e prata.

A preponderancia do café no total da exportação era preponderante senão já notavel. Fôra em

1839-1840 de 46 %
1840-1841 de 43 %
1841-1842 de 47 %
1842-1843 de 41,5 %
1843-1844 de 41,5 %
1844-1845 de 38 %

Citando dados da memoria de Antonio da Silveira Caldeira, publicada no Rio de Janeiro em 1843, informava o Conde de Straten Ponthoz umas tantas coisas não muito exactas sobre os primordios do café no Brasil.

E fornecia um quadro demonstrativo sobre as exportações cafeeiras no triennio de 1842-1845 expresso em libras (uma arroba equivale a 32 libras). Haviam sido estes os principaes consumidores:

	1842 — 1843	1843 — 1844	1844 — 1845
Estados Unidos	64.434.994	102.236.736	79.911.761
Cidades hanseaticas . . .	36.434.124	21.411.500	37.401.939
Inglaterra	26.792.328	32.486.934	29.964.582
Austria	22.259.488	11.123.356	8.447.541
França	9.386.559	8.745.001	15.974.173

Podia-se assimilar o caso do café brasileiro ao do algodão dos Estados Unidos.

Ainda em 1785 tinham alguns americanos apenas uns tantos pés da malvacea em seus quintaes cuja producção correspondia a cifra minuscula de 62 arrobas. Em 1840 dera a colheita dos Estados Unidos 25.000.000 de arrobas!

Mas os americanos haviam encontrado as maiores facilidades para levar a tal ponto os prodigios de seu trabalho. Em primeiro lugar a venda da escravatura dos estados do Norte

aos fazendeiros do Sul, depois as leis da abolição entre aquelles afinal o enorme desenvolvimento da industria manufactureira no Universo com a éra do vapor.

Assim a industria européa encontrara nos Estados Unidos a materia prima exigida pelos acrescimos demographicos do continente e a machina a vapor.

Dentro em breve a organização manufactureira da Europa transportara-se além Atlantico. Estabelecera-se ao lado dos algodoaes que achavam novos mercados pela impulsão de um progresso universal, cujos reclamos cresciam sem diminuir de intensidade.

Procurava o Conde Ponthoz estabelecer um paralelo entre o caso americano e o brasileiro, entre o do algodão e o do café.

"Emquanto a revolução maxima por que passara a condição physica dos povos e seu trabalho favorecia os plantadores dos Estados Unidos os fazendeiros do Brasil apenas podiam contar como estimulo para a sua cultura do café de mediocre qualidade a lenta melhoria da sorte das classes medias. Os braços que no sul dos E. Unidos haviam dobrado em proveito de cultura algodoeira faltavam á industria brasileira. O escravo era desviado da terra pelos preconceitos inferiores de uma sociedade colonial em que qualquer trabalho manual era deprimente. O trafico africano incentivou-se mas dentro em pouco soffria muitos contratempos fornecendo aos fazendeiros agentes de trabalho insufficientes e dispendiosos.

Apesar de tudo a producção cafeeira do Brasil superara todos estes obstaculos para occupar na America do Sul a proeminencia que o algodão conquistara na America Septentrional.

Estas duas mercadorias não podiam mais deixar de figurar entre os artigos de consummo mundial.

A tal proposito expendeu o conde diplomata considerações bem pouco acertadas em relação a concurrencia que ameaçava o producto da rubiacea do Brasil e da malvacea norte americana.

Os Estados Unidos pela sua população, clima, condições de sólo, área, conservariam fatalmente o monopolio algodoeiro que nada perigava.

O Brasil pelo contrario tinha um mundo de rivaes. Entre estes a Africa portugueza, o Mexico, as Indias batavas etc. Se elle triumphara até agora devia-o ás cotações baixas de seus cafés. Produzisse mais caro e veria a sua hegemonia derrocada. O monopolio que lhe coubera não tinha pois causas im-

mutaveis. A cada avanço de população e trabalho por parte de seus competidores corresponder-lhe-ia um retrocesso.

Concluindo dizia o escriptor belga: "Seja qual for a importancia de semelhantes eventualidades, para um povo que, divisando o futuro, deve notar a presença de sombras no de sua condição actual que o futuro expõe a perigos devemos reconhecer que a producção do café resalta no conjuncto dos negocios do Imperio e no seu commercio exterior, revestida de caracteres capitaes.

Esta mercadoria passou a ser o regulador do credito nacional e ao mesmo tempo o movel da politica mercantil do Estado.

O consumo crescente do grão nos Estados Unidos reforçava os caracteres da mercadoria no conjuncto dos interesses geraes do paiz. Augurava Straten Ponthoz ainda preponderancia cada vez mais notavel do café sobre o assucar, tanto mais quanto o seu beneficiamento, o seu preparo era muito mais barato.

O do assucar cada vez mais se aperfeiçoava ante os reclamos do consummo exigindo usinas sempre mais dispendiosas e technica cada vez mais rigorosa. Ora os capitaes escasseiavam no Brasil onde quase não havia mecanicos capazes nem esta classe de operarios para a qual a rotina servida pela intelligencia se convertia em maior aptidão para o aperfeiçoamento dos officios.

Assim era o café o alvo para o qual se norteavam os negocios do Brasil, sobretudo agora em que tinha deante de si aquelle mercado admiravel dos Estados Unidos onde o habito se arraigava do consummo, tres vezes diario, da infusão arabica.

Empilhavam-se as saccas do café brasileiro em Nova York e na Nova Orleans, penetravam no vale do Mississipi e na região dos grandes Lagos.

Os americanos estimulavam a producção brasileira pela exigencia de seu systema de operações por achar no Rio o pagamento a vista das farinhas alli importadas e trocadas pelo café.

A tal proposito relata o escriptor diplomata o modo interessante pelo qual os yankees, procediam.

"Emquanto o commercio não americano regateia com os fazendeiros consultando as cotações de Antuerpia e de Hamburgo cujos pedidos são limitados e a especulação prudente é muito amarrada o americano do norte correndo quaesquer riscos, enche de café os navios que acabam de descarregar."

Converte o grão em uma mercadoria americana cujo preço de compra se tornou um elemento secundario devido ás ensanchas incalculaveis do conjuncto das transacções successivas das regiões a que vae entregar a carga de retorno. De modo que a rapidez do ajuste de contas de seus negocios e a extensão de seus escoadouros são vantagens permanentes com as quaes alimenta, sem descontinuidade, o arrojo de sua empresa.

O progresso e a importancia do consummo do café brasileiro na America do Norte vinham pois fornecer ao principio da alliança do Imperio e da Republica sem colonias a mais brilhante sancção.

Acontecera porém que os factos encontraram na propria regularidade e amplidão a ruina de consequencias naturaes que delles se devia tirar para passar da theoria a uma politica de applicação.

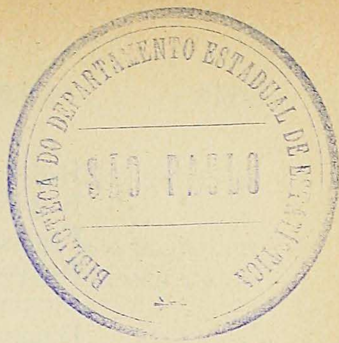
Os Estados Unidos nada pediam ao Brasil em troca dos serviços prestados ao seu commercio cafeeiro. Tal o açodamento do povo americano pelo consummo que as populações da bacia do Mississipi inscreviam no programma de suas campanhas eleitoraes a exigencia para a entrada livre do café no territorio da Confederação.

Assim encontrara o Brasil verdadeiro campo providencial para o escoamento de seu principal producto. E isto gratuitamente sem o menor sacrificio a fazer em compensação.

Desde então e do modo mais natural recusara o Imperio encetar uma politica commercial cuja maioria de vantagens lhe era gratuitamente offerecida pela America do Norte, quando teria de as pagar na Europa. E pelo preço que lhe fosse imposto ver-se-ia na obrigação de taxar o commercio da Inglaterra e da França —. Ora isto trazia complicação e perigos ao lado dos quaes os favores concedidos pelos americanos não deixavam lugar a compensações sufficientes.

O Brasil não modificara pois a sua politica commercial decidida a conceder em seus portos os mesmos direitos a todos os pavilhões. Dahi decorrera que os estados europeus, desprovidos de colonias, (especialmente os do grupo allemão, cuja confederação commercial encontraria importante extensão ligando-se ao Brasil por intermedio de uma tarifa differencial), d'ahi proviera a circumstancia de que taes estados haviam sido forçados a renunciar de fazer prevalecer um systema que as coisas da Europa sanccionariam mas que os americanos libertos de perigos e de peas desdenhavam applicar.

Providencial pois para o Brasil esta influencia dos Estados Unidos como compradores de seu café. Num só golpe se definira a posição do Imperio no Universo. Dera-lhe a independencia commercial em relação á Europa.



CAPITULO LI

O papel notabilissimo do café no computo da riqueza do Brasil segundo Straten Ponthoz — Os principaes clientes do café brasileiro em 1846 — A extensão da cultura cafeeira e a recrudescencia do trafico — Conselhos a que se intensificasse a producção cafeeira — A necessidade da colonização européa ante a diminuição continua da escravatura

Propheticamente annunciava o Conde de Straten Ponthoz:

"Não é sómente no conjuncto da producção de que decorre, e incrementa-se a riqueza do Brasil que ao café cabe a primeira plana.

O mesmo lugar deve-lhe ser attribuido, no presente e no futuro, entre os motivos da attracção que o Brasil exerce sobre o commercio dos demais paizes e entre os interesses que fundaram as tradicções mercantis de seu governo.

No conjuncto quase infinito das industrias do Imperio, dos elementos de seu credito e dos negocios que entretem em todo o Globo, o capital do café surge no centro de immenso mecanismo como regulador do impulso poderoso que lhe imprime."

As cifras constituiam o mais eloquente testemunho do vigor das transacções que para o Brasil advinham da exportação cafeeira, das vantagens directas e indirectas que os diversos paizes encontrariam nos mercados brasileiros abrindo escoadouros ao principal artigo da producção nacional brasileira.

Em 1841 avaliava-se o valor do consummo do café pelos diversos paizes clientes do Brasil nas seguintes sommas, approximadas.

	Contos de réis
Os Estados Unidos	8.693
Cidades hanseaticas.	3.654

Inglaterra	3.360
Belgica	1.722
França.	1.134
Austria	882
Suecia e Noruega	504
Dinamarca	462
Portugal	252

Assim a exportação para o Estados Unidos attingia a mais de 42 por cento do total de 20.664.

O assucar collocava-se abaixo do café na exportação do Brasil. Concorrera em 1844-1845 com 17.640 contos. O algodão com 4.200 approximadamente, os couros seccos com 3.528 e os salgados com 2.940.

Em largo quadro expoz Straten Ponthoz o conjuncto das operações do intercambio commercial brasileiro com o Universo, paiz por paiz. No anno financeiro de 1844-1845 subira a importação a 57.228 contos de réis e a exportação a 47.054 contos de réis, donde um deficit de 10.174 contos que naquella data valiam 29.922.414 francos. Mas este deficit devia diminuir em virtude de operações que a estatistica não attingia.

Fosse como fosse pesava sobre as praças brasileiras verdadeira divida flutuante, exigivel legalmente e de facto inexigivel.

Proviera do accumulo, durante annos e annos, dos avanços da industria e do commercio inglezes aos nossos mercados nacionaes.

As manufacturas inglezas produziam de mais, tinham os seus depositos abarrotados. Valendo-se da abertura dos portos de um paiz novo, instigados pelo espirito de aventura e especulação fructo de propensão natural do caracter inglez e as ensanchas da exploração dos metaes e das pedrarias vira o commercio britannico no Brasil um mercado de operações aleatorias. E precipitara-se a conquistal-o. Dahi uma situação mercantil irregular na qual a procura decorrente das necessidades reaes do paiz não medira a extensão dos offerecimentos exteriores. Uma vez perlustrando esta via os negocios tenderam sem cessar a se restaurarem pela propria extensão do mal que os arruinava.

Assim accommodando-se os saldos dos fornecimentos afoitos, desde 1808, era de crer que os inglezes fossem credores das praças brasileiras em mais de 20.000 contos de réis, em grande parte de difficil cobrança.

Esta circumstancia influia desfavoravelmente sobre o commercio das outras nações.

Haviam as firmas britannicas sido levadas a estabelecer nos portos brasileiros representantes encarregados destas liquidações penosas.

Em menor escala tambem tinham assim procedido os allemães. Dest'arte as agglomerações extrangeiras nos portos brasileiros eram realmente uma especie de instituição de mão morta mercantil sob os auspicios da qual os commerciantes encontravam successores sem dever fazer com os brasileiros um ajuste do passado o que arrastaria a ruina de uns sem proveito para os demais.

Era pois com o continuador da firma, geralmente antigo socio, interessado, ou empregado de confiança, que o passado se liquidava por meio de transacções ou estipulações em virtude das quaes o commerciante em liquidação de casa participava dos resultados aleatorios dos resultados definitivos.

Assim o Brasil se alliviava do peso do passivo do consumo pelo sacrificio do credor que se retirava e acabava eclipsado a conformar-se com o interesse de seu successor em ser paciente para favorecer as transacções correntes.

Era deste modo, pelo continuo renovamento do pessoal activo, e dotado de espirito de iniciativa, do commercio extrangeiro, que o Brasil embora gravado, podia estender os seus pedidos á importação.

Mudando de mãos a conta do passado diminuia embora deixando um meio de preponderancia para o credor que passava a detel-o.

Com a clarividencia habitual e o profundo instincto commercial comprehendera a Inglaterra as circumstancias que regiam os mercados brasileiros. Dahi a media intelligentissima, e sobremodo prudente, que promovia a entrega dos interesses locaes de sua industria a gerentes de sua nação.

E emquanto isto não se estancando o fornecimento de artigos, graças oas quaes se civilizava o Brasil havia probabilidades muito fortes para que a sua producção cada vez mais se avolumasse provocando favoravel encontro de contas.

A divida fluctuante do commercio brasileiro não só favorecera a immigração de elementos extrangeiros valiosos em suas cidades maritimas como provocara como que em favor da Inglaterra uma preponderancia que traduzia um monopolio de facto.

O alargamento de credito ainda concorrera para fortificar esta situação pois as casas inglezas eram ao mesmo tempo

manufactureiras e commerciantes. Já porém ia declinando tal superioridade.

Endividando-se collocara o Brasil os seus negocios geraes num pé de excepcional situação e o seu commercio importador numa situação falsa.

A mesma causa tivera notaveis resultados em relação á producção do paiz relativamente ainda ao trafico dos escravos e a navegação em geral.

A offerta continua dos productos extrangeiros e a divida fluctuante atrazada deviam exercer influencia sobre o trabalho nacional, uma regular outra forçada.

O consummidor das mercadorias importadas tinha que aproveitar as condições favoraveis de sua abundancia.

Instigado á compra e a levantar o seu padrão de vida tambem se via instigado a produzir proporcionalmente.

Este estado de coisas aggravara-se com a especulação dos negreiros.

Offerecer a um mercado, já submettido a um fardo de pesados debitos exteriores, a continua abundancia de productos que o consummo extrangeiro solicitava, era aproveitar de todas as complicações em que se debatia um devedor atenazado incessantemente pelos reclamos do pagamento. E igualmente do credor obrigado a defender o fabricante contra o excesso da lentidão dos ajustes de contas no Brasil.

O saldamento só podia ser feito por meio dos productos agricolas. Por mais que a cultura do café se alargasse, o conjuncto das fazendas não estava organizado para corresponder ao acrescimo de producção que os especuladores desejavam e do qual precisavam.

Fôra ahi que a extensão tomada pelo trafico de escravos procurara restabelecer o equilibrio.

Viu-se então toda a energia e todo o capital de que podia o paiz lançar mão engolfarem-se no sinistro trafico africano para, por meio da importação intensa de escravos, incrementar a producção nacional, amontoando café nos portos e criando uma navegação barata pelo appello a todos os carreteiros oceanicos.

Entende o diplomata que as forças empregadas em tal empresa poderiam ter dotado o Brasil com avultada marinha mercante, affirmação contestavel, ao nosso ver. Para tanto lhe bastaria alguma protecção official apenas, affirma. Assim os fazendeiros teriam continuado os seus progressos regulares.

A abundancia de producção abriu outras vias. Secundou por meio de irresistiveis interesses a politica da admissão nos

portos do Brasil de todos os pavilhões do mundo, e sob as mesmas condições que regiam o nacional.

Uma conjunctura premente entregara os destinos da marinha mercante ás eventualidades do tempo.

Achava o Conde que a verdadeira politica do Imperio e dos paizes manufactureiros devia ser, procurar o mais possivel augmentara o numero dos plantadores de café.

Era o modo mais seguro de impellir a producção a satisfazer as exigencias do commercio impedindo o de privar de sua parte da vitalidade o resto da organização economica do paiz.

Não se alarmassem os governos europeus com a idéia de possivel surto proximo manufactureiro no imperio americano. Muito diversas as condições que o regiam e aos Estados Unidos. Na grande confederação septentrional o clima, a raça, o vulto das populações, os inexgotaveis recursos mineraes, approximados por maravilhosas vias de communicação o acrescimo vegetativo demographico eram outros tantos factores para a emancipação fabril da Republica, dentro de curto prazo. Ora quase tudo isto faltava ainda ao Brasil. Alli só occorreria o phenomeno muito mais tarde.

A importancia dos interesses do provimento industrial do Imperio pelo trabalho europeu não superaria tão cedo a resistencia opposta pelo imperativo de sua vocação agricola.

A sua inaptidão manufactureira procedia de longa e facil submissão colonial ao regimen prohibitivo da metropole. A queda do systema colonial e a Independencia não haviam mudado uma situação que não dependia da vontade humana. Procurara o Governo imperial fomentar, aqui e acolá, certo desenvolvimento fabril, ás vezes até com sacrificios como era o caso da aliás pertinaz siderurgia do Ipanema que no fim de contas redundara em fragoroso fracasso.

Pela força das coisas as fabricas custariam ao Brasil carissimo. Era paiz de vias difficeis de transporte; assim a diffusão dos productos fabricados pelos mercados internos seria onerosa, e quanto aos externos incapaz de sustentar a concurrencia européa ou norte americana.

Só um vehiculo pratico existia no Brasil de 1845 a besta de carga, trazendo ao littoral os productos de agricultura e voltando aos mercados internos com os artigos manufacturados transoceanicos.

A politica imperial sabiamente orientada não podia encorajar o desenvolvimento fabril de um paiz que vantajosamente ainda só podia produzir materias primas.

O trabalho manufactureiro num meio tão falho de braços tenderia a restringir as exportações uteis trazendo como resultado inestimavel e simultaneo a diminuição do consummo de productos muito superiores aquelles que a technica rudimentar do paiz conseguiria fornecer.

Os elementos de progresso e incrementação de riqueza e do poderio do Brasil residiam latentemente no arroteiamento do sólo.

Assim propugnava o Conde de Straten Ponthoz por uma politica alargadora, em grande escala, da lavoura cafeeira, sobretudo.

A área immensa do Imperio devia ser, mais annos menos annos, o habitat das grandes sobras europeas da população.

O interesse da Europa conjugado ao da monarchia representativa brasileira era incrementar a grande obra deste transporte de massas humanas.

Piedosamente concluia o diplomata economista: "Sabe a mão de Deus entulhar os abysmos. A cada progresso do Brasil elle approxima das solidões sul americanas aquelles humanos que por si por sua posteridade padecem no Velho Mundo."

Consagrou van der Straten Ponthoz o terceiro tomo de sua volumosa obra: *Le brudget du Brésil* ás pesquisas, sobre os recursos do Imperio em relação aos interesses europeus do commercio e da immigração. A esta terceira parte intitulou: *as riquezas latentes.*

Numerosas paginas deste tomo alentado, de quase quatrocentas paginas in 4, referem-se á questão do arroteamento e da utilização das terras devolutas. Compara o systema de distribuição de terras no Brasil, segundo as normas das concessões de sesmarias, ao dos Estados Unidos cuja legislação analysa acabando pela conclusão de que eram sobremodo defeituosas as leis de terras em nosso paiz. Faltavam, aos que quizessem lavrar o sólo, as garantias da propriedade. Quanto eram estas precarias! ficava o agricultor sujeito ás incertezas de vida daquelles proprietarios cujas posses se fundam em titulos discutiveis e discutidos pela cobiça dos aventureiros.

A primeira garantia que o Imperio devia offerecer aos immigrantes europeus era pois uma boa lei de terras publicas e este primeiro penhor offerecido á Europa constituia a condição essencial para o desbravamento do sólo, rapido e civilizador de que aliás dependia todo o destino do paiz e do Estado.

Estudando algumas condições de aclimação do europeu no Brasil entendia o conde belga que a gente de Europa nao

devia de forma alguma procurar localizar-se acima do parallelo 16, linha geographica que entra quase no extremo sul da Bahia, exclue o extremo norte de Minas Geraes, passa pela cidade de Goyaz e um pouco ao sul de Cuybá excluindo portanto tres quartas partes do territorio goyano e dois terços do matto-grossense.

E assim mesmo os europeus não procurassem senao as terras do planalto.

Do littoral se afastassem terminantemente até a fronteira do Paraná e Santa Catharina.

Aliás com o cafe, sobretudo, era o Sul tão mais importante que o Norte que as massas de immigrantes para elle deviam encaminhar-se. E o Rio de Janeiro, residencia do soberano e metropole commercial do Imperio exercia natural poderio de attracção consequencia de sua riqueza.

Entendia o diplomata que a má distribuição da fortuna publica brasileira poderia ser fatal á unidade do paiz.

O Rio de Janeiro absorvia sem restituir. Magnifica feitoria de colonia ou capital de uma federação não satisfazia ás exigencias de irradiação imposta á capital da monarchia americana afim de que se mantivesse a cohesão de todas as partes desta.

O mal do Brasil ao ver do conde Straten Ponthoz nós traduziremos por simples consideração de ordem geographica. O mal do Brasil era ser um paiz esparramado em latitude e não em longitude. Em outros termos expendia o diplomata o Rio de Janeiro e o Pará deviam unir-se pela actividade continental como já o eram pela maritima.

Longas paginas empregou o autor belga em historiar os primordios da colonização européa no Brasil em Nova Friburgo, em Petropolis, cuja fundação critica assaz vivamente, ao passo que elogiava a de S. Leopoldo.

Estuda depois, longamente, o caso de Ibicaba onde o senador Vergueiro realizava notavel ensaio.

Em 1847, nesta grande fazenda, tinha 300 escravos, colhera 12.000 arrobas de café e fizera 8.000 outras arrobas de assucar. Mas plantava cafezal para ter dentro em breve 40.000 arrobas.

Alli no mesmo anno introduzira 400 colonos allemaes. Haviam estes gasto quatorze dias para vencer os 230 kilometros de estrada de Santos á fazenda com uma tropa de 200 mulas carregando-lhes as bagagens e servindo de montaria áss mulheres fracas, crianças e enfermos. Houvera bastante mor-

talidade entre os recem-vindos inadaptados ainda ao clima e aos pratos da culinaria brasileira.

Mas Vergueiro lhes dera de inicio arrhas de seu grande espirito. Fizera-os comparticipar da colheita que estava prestes a se fazer, dezeseis mil arrobas. Este café valera aos recem-vindos quinze mil francos de salarios.

Não houvera como nas demais colonias a imposição de derrubada de matta, penosa, asperrima, a europeus recem-chegados.

Puderam logo os immigrantes semear as roças de que iriam viver, trabalhar numa colheita que lhes forneccia o dinheiro para se abastecerem. Assim prosperara a iniciativa do illustre regente do Imperio em 1831, apesar de varios vicios de organização aliás inevitaveis.

Em 1849 estavam os allemães acclimados e tomavam conta de mil cafeeiros por pessoa e o cafezal não exigia trabalho tão aspero como por exemplo a cultura do linho na Europa.

Além de tudo proporcionava-lhes sombra. Não tinham que supportar o sol abrazador dos cannaviaes. E o beneficiamento do grão se fazia sob coberta. Um fazendeiro paulista estabelecera interessante parallelo entre duas especulações a da compra de africanos e o do contracto de colonos europeus.

No interior de S. Paulo um africano ficava mais ou menos em seiscentos mil réis em termo médio.

No primeiro anno o seu trabalho era por assim dizer infructifero, dominado como se achava pela nostalgia, as difficuldades de adaptação. Occorriam então, neste periodo inicial, innumeros casos de lethalidade que redundavam na destruição de um capital elevado. Em termo médio podia se ter como certo que o fazendeiro tinha que renovar sua escravatura de dez em dez annos.

Os nascimentos não compensavam os obitos embora na provincia de S. Paulo não se verificasse mortalidade infantil tão alta quanto na do Rio de Janeiro.

Os fazendeiros não facilitavam a reproducção de seus servos, o que os privava de trabalho das negras, dando-lhes crianças cujo sustento precario absorvia até a idade do rendimento pelo trabalho, um capital equivalente ao preço de um africano.

Assim comprando escravos devia o fazendeiro fazer o possivel para em dez annos cobrir-se do desembolso, havendo comtudo ahi muitas ensanchas desfavoraveis.

Importando colonos só empregava a quarta parte do capi-

tal necessario á compra dos negros. Pelos dados da experiencia do Ibicaba verificava-se que em menos de cinco annos poderia o lavrador ter amortizado capital e juros.

Não havia duvida que ao senhor de escravos cabiam as vantagens de uma estabilidade de trabalhos que só a morte podia prejudicar. Suas lavouras mantinham-se integras por meio de uma infiltração insensivel ao passo que o chefe de uma colonia via-se exposto ao abandono subito do pessoal se os seus colonos encontrassem melhores contractos de locação de serviços.

Occorria tambem outra circumstancia desfavoravel, os prazos dos colonos findavam ao mesmo tempo de modo que o fazendeiro podia de um momento para outro, ver suas lavouras sem obreiros muitas vezes em estação e em região onde lhe seria impossivel encontrar-lhes substitutos.

Estes perigos eram incontestaveis mas diminuiriam de importancia desde que a área colonizada pelos europeus se desenvolvesse e houvesse maior copia de braços disponiveis.

A corrente immigratoria traria aos lavradores os recursos que o trafico africano offerecia aos senhores de escravos.

A solução do problema economico em suas circumstancias humanas apresentava difficuldade e lentidão sérias.

CAPITULO LII

Primeiros ensaios sérios de uma estatistica geral brasileira — Ferreira Soares e a sua actuação — Os quadros por elle organnizados — A sua catalogação especiosa das provincias pela importancia financeira respectiva — Exame das dividas hypothecarias — Consequencias da abolição do trafico africano

Desde 1848, affirma Sebastião Ferreira Soares, principiou-se no Brasil a cuidar de Estatistica o que nos primeiros tempos trouxe trabalho insano pela inopia e sobretudo a espalha e desorganização dos dados officiaes.

Em todo o paiz havia a maior deficiencia de informações e as principaes personalidades parlamentares discutiam as maiores questões nacionaes debatendo-se num mar de probabilidades, sem poder firmar os seus argumentos em base solida por falta de recursos estatisticos.

As questões do credito trouxeram, como consequencia, as da producção agricola, e as sessões do pralamento, em 1859 e 1860, refere ainda Ferreira Soares, tornaram-se por demais animadas.

Os contendores mostraram-se muito versados nas theorias economicas, mas, força é confessar, pouco inteirados dos factos sociaes do paiz.

E, por consequencia, expressando-se por fórma a deleitar o espirito, dos ouvintes, nada concluiram de positivo em relação á applicação dessas theorias ao paiz, para o qual legislavam. A maior parte dos argumentos produzidos fundavam-se em factos relativos a outros Estados, e por inducção e analogia pretendiam concluir com os mesmos resultados para o Brasil.

Mas este modo de discutir era o mais defeituoso e os argumentos por analogia não podiam esteiar cousa alguma.

Em 1859, no recinto da camara temporaria, declarou-se que o paiz, marchava para um abysmo, no qual infallivel-

mente teria de despenhar-se. Parlamentares autorizados pelos reconhecidos talentos affirmaram que a producção agricola nacional definhava por falta de braços, depois da cessação do trafico dos africanos; e garantiam, até, que as fontes da riqueza, praticular e publica, tendiam a, dentro em breve, esgotar-se.

Estas inconsideradas proposições, lançadas no calor dos debates, por certa fórma haviam abalado o credito do Brasil no exterior. Como consequencia de tão arrebatadas palavras tinham os fundos publicos nacionaes baixado muito nas cotações da bolsa de Londres.

Rebatera Ferreira Soares então, pela imprensa, diversas dessas asseverações destituidas de base, obtendo o applauso de varios homens de valor.

Este estado de coisas o levara a emprender a confecção dos *Elementos de estatistica comprehendendo a theoria da sciencia e a applicação á estatistica commercial do Brasil,* obra publicada pela imprensa então Typographia Nacional, em 1865, sob os auspicios do conselheiro Paula Souza, ministro da Agricultura.

Depois de expor os seus modos de ver e as definições geraes da sciencia, tão pouco sabida ainda no paiz, e os principios fundamentaes da Estatistica Commercial traçou o "esboço estatistico" do Imperio do Brasil.

Poderia a monarchia americana em seu territorio conter, sem o menor inconveniente, mais de 100 milhões de humanos. Conforme os melhores calculos porém, apenas contava ..... 11.780.000 habitantes, dos quaes 10.380.000 livres. Eram os escravos portanto 1.400.000 individuos, computando-se no numero dos livres 500.000 indigenas, errantes nos sertões do Imperio.

A seu ver abrigava o paiz doze milhões de almas e um milhão de escravos. Falando das provincias distribuia-as Ferreira Soares em quatro categorias, segundo a importancia de seu commercio geral no decennio de 1854-1855 a 1863-1864.

		Provincias	1854 — 1855	1863 — 1864
Provincias maritimas	De 1.ª ordem	Rio de Janeiro . . .	114.934:000$000	150.797:000$000
		Pernambuco	27.418:000$000	32.583:000$000
		Bahia	28.277:000$000	40.574:000$000
		Rio Grande do Sul .	15.726:000$000	22.538:000$000
	De 2.ª ordem	Maranhão	6.031:000$000	14.995:000$000
		Pará	9.325:000$000	13.513:000$000
		S. Paulo	11.044:000$000	17.826:000$000
		Alagoas	2.426:000$000	10.434:000$000
		Parahyba.	2.347:000$000	9.310:000$000
		Ceará	2.232:000$000	6.400:000$000
	De 3.ª ordem	Sergipe	1.377:000$000	4.949:000$000
		Paraná	2.868:000$000	3.358:000$000
		S. Catharina	1.368:000$000	2.096:000$000
		Rio Grande do Norte	572:000$000	1.902:000$000
		Piauhy	258:000$000	1.493:000$000
		Espirito Santo . . .	439:000$000	1.214:000$000
Interiores	De 4.ª ordem	Matto Grosso . . .	1.500:000$000	1.951:000$000
		Amazonas	1.000:000$000	2.034:000$000
		Minas Geraes . . .	8.700:000$000	10.500:000$000
		Goyaz	3.000:000$000	4.500:000$000
			239.842:000$000	372.967:000$000

Recapitulação:

	1854 — 1855	1863 — 1864
Provincias maritimas. .	225.642:000$000	353.982:000$000
Provincias do interior .	14.200:000$000	18.985:000$000
	239.842:000$000	372.967:000$000

E' muito especiosa esta classificação. Ha por exemplo flagrante injustiça em relação a S. Paulo e Minas Geraes, cuja exportação, parcial e totalmente escoada pelos portos do Rio de Janeiro e cuja importação, recebida na Guanabara, avolumavam muito largamente, a cifra dos negocios fluminenses.

Apesar de tal circumstancia ainda seria justiça que o Rio de Janeiro figurasse em classe a parte tal a sua preponderancia no conjuncto da balança commercial brasileira.

Verdadeiro absurdo que não sabemos como não haja saltado aos olhos de Ferreira Soares certa attribuição de tão insignificante cifra ao commercio mineiro. Continúa aliás esta praxe a ser seguida, incomprehensivelmente, e nos quadros de nossas estatisticas os valores do intercambio mineiro jamais se discriminaram dos fluminenses o que apparentemente confere a Minas Geraes um aspecto de pauperismo aos olhos de quem é pouco versado nas coisas nacionaes.

O confronto dos dois totaes é que se apresentava o mais expressivo: nestes dez exercicios de 1854-1855 a 1863-1864.

O commercio total do Imperio subira de 239.842 contos de réis a 372.967 o que correspondia a mais de cincoenta e cinco por cento de majoração.

Um bom indice para a analyse da distribuição dos recursos economicos do paiz era o exame dos cartorios de hypothecas. Realizou-o Ferreira Soares organizando, um quadro da divida hypothecaria do Imperio de 1855 a 1859.

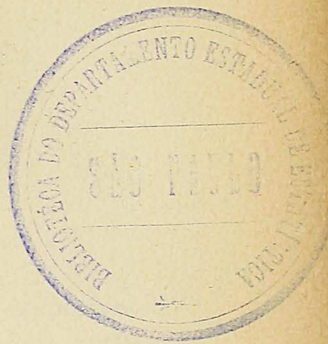
Provincias	*Urbana*	*Rural*	*Sobre bens diversos*	*Totaes*
Municipio neutro	11.231:495$	913:256$	5.051:660$	17.196:411$
Rio de Janeiro.	3.142:206$	13.568:241$	4.813:046$	21.523:493$
Amazonas	60:008$	3:080$	2:753$	65:841$
Pará	783:511$	284:827$	108:278$	1.176:616$
Maranhão.	419:883$	409:378$	310:710$	1.139:971$
Rio Grande do Norte . .	42:541$	83:266$	22:560$	148:367$
Parahyba	120:179$	185:085$	132:701$	437:965$
Pernambuco	879:440$	912:430$	602:298$	2.394:168$
Alagoas	103:885$	143:083$	117:472$	364:440$
Sergipe	251:645$	404:370$	136:567$	792:591$
Bahia	2.983:709$	2.360:284$	567:746$	5.911:739$
Espirito Santo	110:571$	202:983$	57:524$	371:078$
S. Paulo	1.161:408$	3.305:314$	707:517$	5.174:239$
Paraná	93:755$	121:241$	130:935$	345:931$
S. Catharina	180:247$	165:518$	19:055$	364:820$
Rio Grande do Sul . . .	1.566:406$	1.251:377$	1.860:951$	4.678:734$
Goyaz	23:844$	828$	45:850$	70:522$
Minas Geraes.	396:987$	2.490:073$	1.838:360$	4.725:420$
Matto Grosso	78:673$	7:380$	28:220$	114:273$
Piauhy	61:860$	71:943$	67:648$	201:451$
Ceará	121:592$	444:802$	108:563$	674:957$
	23.813:845$	27.328:759$	16.730:423$	67.873:027$

Começara, depois da cessação do trafico africano, a emigração dos escravos do norte para o sul do Imperio, isto é, para o Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas, provincias que em maior escala cultivavam o cafeeiro e por isto como se via da tabella as hypothecas ruraes se elevavam na 1.ª a 13.568:241$ para a provincia, e, para o municipio da Côrte a 913:256$ perfazendo 14.481:497$; e para S. Paulo a 3.305:314$; pessoas bem informadas porém calculavam estes encargos num total superior a 4.000:000$. A Bahia, Pernambuco, Minas e Rio Grande do Sul tambem tinham elevado muito as suas hypo-

thecas ruraes sendo estes os prodromos latentes da grande crise bancaria operada em 10 de setembro de 1864; porquanto as taxas dos dinheiros tomados sobre hypotheca eram excessivas, e computavam-se em termo médio annual, acima de 18 % havendo algumas transacções com premios de 2,½ a 5 % ao mez! Seria impossivel mais clara demonstração da mais real usura.

Os escravos importados da Africa entre 1840 e 1851 numa méd a annual de 33.482, perfaziam o total de 361.625: Cessado o trafico occorrera a emigração dos escravos do Norte para o Rio de Janeiro que se elevara a 27.441 entre 1852 e 1859, além de muitos captivos vindos em companhia de seus senhores, e não incluidos no computo dos que tinham sido trazidos afim de se mercarem. Cumpria observar que a maior parte desta categoria de escravos havia sido vendida nas provincias do norte para saldar dividas dos lavradores.

	Importados da Africa
1840	30.000
1841	16.000
1842	17.435
1843	19.095
1844	22.849
1845	19.463
1846	50.324
1847	56.172
1848	60.000
1849	54.000
1850	23.000
1851	3.287
Somma . . .	371.625



	Remettidos do Norte para o Sul do Imperio
1852	4.409
1853	2.909
1854	4.418
1855	3.532
1856	5.006
1857	4.211
1858	1.993
1859	963
Somma . . .	27.441

o preço de um escravo moço, e robusto, de 1852 a 1859, oscillava entre 1:000$000 e 2:000$000. Tomando-se o preço médio de 1:500$000, notava-se que os 27.441 escravos importados do Norte do Imperio para a Provincia do Rio de Janeiro representavam um valor de 41.161:500$000, importancia que de alguma forma, demonstrava a causa da latitude tomada pelas hypothecas ruraes nas provincias do Rio de Janeiro, Minas, S. Paulo e Rio Grande do Sul, num total de ..... 35.799:795$000 em 1859.

Uma divida hypothecaria de 67.873:027$000, contrahida em cinco annos, ao juro médio annual de 18 % revelava a mais requintada usura por parte dos mutuantes assim como por parte dos mutuarios e o abandono total de toda e qualquer previsão e economia; porquanto, ainda mesmo que se procedesse a uma amortização annual de vinte por cento do capital e juros (como se deduzia dos dados officiaes do Ministerio da Justiça que demonstravam haver-se do emprestimo contrahido, de 1855 a 1859, amortizado o total de 6.970:812$000) semelhante encargo era por demais ruinoso, visto como, para se realizar tal amortização fôra preciso pagar aos credores, em cinco annos a enorme somma de 65.117:744$000. Ainda assim ficariam devendo os mutuarios 60.902:215$000.

Demonstrava-se, com evidencia, que a divida hypothecaria do Brasil de 1855 a 1859 era mais que sufficiente para, por si só, causar tremenda crise sobretudo quando ao seu lado coexistiam muitos outros elementos nefastos como fossem negocios e empresas intentadas e postas em vias de execução sem a menor base, ou probabilidade de lucros para solver as despesas indispensaveis, e os juros e amortizações dos emprestimos contrahidos sob a ampla liberdade do credito.

CAPITULO LIII

As provincias cafeeiras no conjuncto das dividas hypothecarias do paiz — Notavel augmento de encargos — A emigração dos escravos nortistas para as lavouras cafeeiras do Sul — Difficuldades financeiras dos fazendeiros — Desregramento e retracção do credito após a grande crise de 1864

Analysando o quadro organizado por Ferreira Soares para 1859 notamos que para um total geral de credito hypothecario de 27:873 contos de réis cabiam ás lavouras das provincias cafeeiras.

	contos de réis
Do Rio de Janeiro	13.568
De São Paulo	3.305
De Minas Geraes.	2.490
Do Municipio Neutro . . .	913
Do Espirito Santos	202
	20.478

Assim, sobre 27.328 contos de réis tocavam ao Brasil cafeeiro mais de dois terços do total.

Em 1864 deviam os lavradores das tres provincias principaes, acima de quarenta mil contos de réis! Dobrara o total dos encargos em cinco annos!

O nordeste rural, assucareiro por excellencia, tinha compromissos notavelmente menores como se deduzia do quadro:

	conto de réis
Bahia	2.360
Pernambuco	912
Sergipe	404
Parahyba	185
Alagoas	143
Rio Grande do Norte. . .	83
	4.087

Assim os encargos das provincias assucareiras vinham a ser menos de um quinto dos das cafeeiras.

Começara, e cada vez mais volumosa, a emigração de africanos e creoulos para o sul, escravos cada vez mais caros.

As provincias do Norte defendiam o seu operariado lançando grandes taxas, pesadas, de capitação sobre a sahida de seus servos.

Mas debalde! Continuava o exodo, cada vez mais accentuado. Ao mesmo tempo, desenvolvia-se, immenso, a pratica da usura.

Não havia industria, por mais rendosa que fosse, capaz de satisfazer ás exorbitantes exigencias de desapiedada ganancia. A mais requintada avidez dos credores correspondia por parte dos devedores ao abandono total de toda e qualquer noção de senso economico.

Fôra este desrespeito completo ás mais comesinhas noções de economia a causa da grave crise provocada pelo abuso inconsciente e desregrado do credito e da inesperada e explosiva retracção do mesmo credito.

A commissão encarregada pelo governo Imperial de relatar as causas e consequencias do krach de 1864 apurara quanto os balanços dos bancos fallidos eram ficticios. Faziam figurar nas contas de capital importancias avultadas que deviam inscrever-se nas columnas de lucros e perdas ou quando muito nas das dividas cada vez mais depreciadas.

A esta situação penosa haviam vindo aggravar os annos de decrescimo das colheitas, decorrentes da invasão da terrivel borboletinha desnudadora dos cafazaes. Por occasião das grandes fallencias de 1864 casas bancarias houvera diz Ferreira Soares, que mal poderiam reembolsar cinco e dez por cento de seus debitos. A mais importante de todas J. Alves Souto & C. tivera perdas no valor de 75 por cento. Nem todas

assim estavam, porém, como por exemplo Gomes e Filhos cujas perdas provaveis haviam sido de trinta por cento.

Já aliás em 1858 teria occorrido a crise arrastando Souto & C. não fôra o auxilio por esta casa recebido do Banco do Brasil.

Commentando as consequencias da catastrophe financeira notava Ferreira Soares quanto convinha observar que o commercio da praça do Rio de Janeiro, em geral, effectuava as suas transacções, baseando-se no credito. Os importadores vendiam as mercadorias a prazo de 4 a 12 mezes, recebendo em pagamento letras, ou, então, contas assignadas, com obrigação de premio, no caso de excedencia do prazo de vencimento.

As letras e as contas assignadas eram caucionadas ou descontadas pelos bancos e banqueiros, embolsando os importadores a importancia de suas entregas dentro de curto lapso, e com pequenos descontos, o que antes da existencia de bancos não podiam realizar.

Os negociantes intermediarios, ou atacadistas, vendiam as mercadorias para fóra das provincias ou para serem revendidas, a varejo, na praça, tambem a credito, com o prazo geralmente de um anno, ou de seis mezes as fazendas seccas, e os molhados de quatro a oito mezes. Os compradores assignavam contas, ou, por excepção, passavam letras; umas e outras caucionadas ou descontadas, com as firmas dos vendedores nos seus banqueiros. Vinha afinal, e em ultima analyse, a repousarem as transacções sobre o credito.

Os generos do paiz — café, assucar, fumo e algodão vendiam-se á vista, com uma espera, de cortezia, de trinta dias. Estes generos eram, em geral, remettidos pelos productores aos seus commissarios e freguezes no tempo das safras. Já porém haviam, anteriormente, os lavradores saccado as sommas correspondentes ao computo de suas colheitas ou safras. Resultava dahi virem indirectamente os productores a exercer grande pressão nas transacções de credito do mercado; porquanto os commissarios tomavam os capitaes, de que precisavam, de seus banqueiros, e, como garantia, carregavam aos productores mais dois por cento além do juro corrente.

Assim os saques da lavoura, impaciente de receber o valor de seus productos vinha perturbar o rythmo dos negocios. E uma das causas das antecipações da receita solicitadas pelos fazendeiros de café era sobretudo a ancia por elles demonstrada em renovar as suas escravaturas adquirindo captivos do Norte por preço dia a dia mais elevados.

A praça do Rio de Janeiro desde tempos remotos gozava de bem merecidos fóros de cumpridora de deveres e contractos. Muito raro o negocainte que suspendesse pagamentos, e rarissimas as fallencias commerciaes antes de 1854. Desta época em diante a má direcção do credito provocara completa transformação na marcha anterior do commercio e as quebras se tornaram muito communs.

A liberdade do credito, philosophava Ferreira Soares, não era certamente o abuso e sim e tão sómente a facilidade que dentro dos limites, legaes e razoaveis, deviam os bancos offerecer aos commerciantes para effectuarem transacções.

Seria mui conveniente á regularidade das transacções que a praça do Rio de Janeiro e todas as outras do Brasil estabelecessem a regra de que todas as compras e vendas realizadas a credito fossem feitas por meio de letras, de conformidade com o Codigo Commercial do Imperio.

Desta forma haveria mais segurança nas operações intentadas, e as letras de favor, um dos males principaes da má distribuição do credito, desappareciam em grande parte do mercado.

Circumscrevera-se por assim dizer, aliás, a crise de 1864 á zona cafeeira, sobretudo á fluminense, affectando algum tanto a mineira e a paulista.

A repercussão da "quebra do Souto" sobre o norte do Brasil, frisa o nosso estatista, foi diminuta; á praça do Recife causou "poucos transtornos commerciaes."

"Poucos embaraços tambem determinou na Bahia cujo corpo commercial, cumpridor de seus contractos, embora fundasse em grande parte as suas operações sobre o credito nem por isto abusara deste elemento do progresso e riqueza das nações, quando bem dirigido.

No Recife o commercio regularmente methodico não se aventurara a especulações arriscadas sendo o credito geralmente bem dirigido nàquella praça."

Em relação ao movimento exterior importações e exportações directas em 1863-1865 são estas as cifras de Ferreira Soares:

	Importações	Exportações	Saldos	Deficits
Rio de Janeiro	70.633	54.225		16.408
Pernambuco	18.397	18.453	56	
Bahia	16.130	13.058		3.045
Rio Grande do Sul	4.780	6.921	1.853	
Maranhão	5.064	7.247	2.183	
Pará	5.244	5.830	586	
S. Paulo	1.472	6.240	4.760	
Alagoas	46	6.593	6.547	
Parahyba	54	5.819	5.765	
Ceará	1.496	2.676	1.180	
Sergipe	29	1.201	1.172	
Paraná	20	1.267	1.177	
S. Catharina	444	153	291	
Rio Grande do Norte	186	414	228	
Piauhy	137	246	109	
Espirito Santo	2	87	85	

Destes confrontos decorriam os seguintes resultados differentes saldos positivos e negativos entre o commercio exterior e o interior das diversas provincias.

	Contos de réis
Rio de Janeiro	4.773
Pernambuco	2.019
Bahia	2.610
Rio Grande do Sul	3.994
Maranhão	2.089
Pará	69
S. Paulo	3.700
Alagoas	6.600
Parahyba	6.132
Ceará	1.816
Sergipe	1.489
Paraná	516
S. Catharina	596

Em relação ao movimento inter-provincial assim avaliava Ferreira Soares cifras dos exercicios de 1863-1864:

Contos de réis

	Importação de cabotagem	*Exportação de cabotagem*	*Saldos*	*Deficit*
Rio de Janeiro .	7.425	18.510	11.081	
Pernambuco. . .	8.904	6.829		2.075
Bahia	6.089	6.524	435	
Rio G. do Sul .	4.517	6.370	1.853	
Maranhão. . . .	1.389	1.215		94
Pará	1.478	961		517
S. Paulo. . . .	9.290	4.524		4.766
Alagoas	1.841	1.954		113
Parahyba. . . .	1.535	1.902	307	
Ceará	796	1.432	632	
Sergipe.	1.703	2.016	313	
Paraná.	1.847	154		1.693
S. Catharina. . .	902	597		305
Rio G. do Norte	495	807	312	
Espirito Santo. .	649	431	263	
Matto Grosso. .	668	75	—	593

Pouco aliás significam estes numeros. Como vemos as provincias mais pobres as que menos capitalizavam são exactamente as que apresentam saldos maiores a seu favor.

ESTATISTICAS DE CASAS COMMERCIAES, FABRIS E INDUSTRIAES

	1854-1855			1863-1864		
	Totaes	*Nacionaes*	*Extrangeiros*	*Totaes*	*Nacionaes*	*Extrangeiros*
Municipio neutro	6.876	1.285	5.591	7.224	1.373	5.851
Pernambuco	2.846	1.598	1.248	2.887	1.685	1.202
Bahia	3.785	2.789	1.006	3.813	2.538	1.275
Rio Grande do Sul	3.342	1.593	1.749	3.809	1.614	2.195
Maranhão	1.639	1.054	585	1.605	1.086	519
Pará	898	285	613	959	328	631
S. Paulo	3.893	3.185	708	4.633	3.476	1.167
Alagoas	826	694	132	903	702	201
Parahyba	415	311	104	519	356	163
Ceará	1.622	1.281	341	1.484	1.333	151
Sergipe	528	392	136	650	564	86
Paraná	591	316	275	547	395	152
S. Catharina	495	301	194	599	435	164
Rio G. do Norte	123	98	25	130	112	18
Piauhy	298	235	63	419	378	41
Espirito Santo	226	149	77	449	351	98
Minas Geraes	5.128	4.195	933	5.605	4.703	902
Goyaz	389	301	88	603	489	165
Matto Grosso	256	134	122	573	399	174
Amazonas	123	73	50	118	64	54

Os nossos documentos antigos officiaes são, como geralmente se sabe, quase sempre muito parcos em dados estatisticos. Valendo-nos dos relatorios dos ministros da Fazenda, mais generosos em cifras, sobre a producção nacional e o commercio internacional do Brasil, aqui deixamos alguns dados significativos sobre a posição do café no conjuncto de nossas exportações durante o octennio de 1843-1851.

Quadro da exportação nacional de 1843 a 1851 por procedencias segundo os dados dos relatorios dos ministros da

Fazenda Visconde de Abaeté em 1848 e Visconde de Itaborahy em 1852 (em contos de réis, desprezadas as fracções).

Exercicios	*Rio de Janeiro*	*Bahia*	*Pernambuco*	*Maranhão*
1843-1844 . . .	23.991	6.310	5.839	1.752
1844-1845 . . .	22.599	8.460	6.602	1.714
1845-1846 . . .	26.303	9.504	7.044	1.845
1846-1847 . . .	25.944	8.490	6.967	2.106
1847-1848 . . .	31.027	6.643	7.474	2.094
1848-1849 . . .	27.328	8.547	9.637	1.644
1849-1850 . . .	26.342	9.033	7.466	2.304
1850-1851 . . .	35.794	9.854	7.618	2.735

Exercicios	*Pará*	*Rio G. do Sul*	*S. Paulo*	*Ceará*
1843-1844 . . .	988	2.319	1.305	291
1844-1845 . . .	927	2.468	1.489	256
1845-1846 . . .	1.244	3.788	1.975	209
1846-1847 . . .	1.293	3.779	1.967	121
1847-1848 . . .	1.129	3.191	1.972	155
1848-1849 . . .	1.311	3.054	2.052	174
1849-1850 . . .	1.484	3.054	1.668	232
1850-1851 . . .	1.982	3.790	1.303	319

Exercicios	*Parahyba*	*S. Catharina*	*Alagoas*	*Sergipe*
1843-1844 . . .	723	105	548	250
1844-1845 . . .	828	132	925	234
1845-1846 . . .	564	158	484	179
1846-1847 . . .	664	143	662	256
1847-1848 . . .	745	128	1.118	237
1848-1849 . . .	1.225	92	1.170	225
1849-1850 . . .	1.136	114	1.431	303
1850-1851 . . .	1.116	60	1.248	268

A exportação do Rio Grande do Sul se refere á da cidade do Rio Grande, S. José do Norte, Porto Alegre e São Borja; a de S. Paulo á de Santos e Paranaguá; a do Ceará á da Fortaleza e Aracaty. As exportações do Espirito Santo ainda eram nullas por assim dizer.

Os totaes para este octennio foram de accordo com outros quadros.

1843-1844	44.420:283$000
1844-1845	47.054:398$000
1845-1846	53.630:000$000
1846-1847	52.449:755$000
1847-1848	57.924:910$000
1848-1849	56.267:197$000
1849-1850	55.094:260$000
1850-1851	66.120:604$000

Estas cifras geralmente divergem um pouco dos resultados parcellares e conferem com as de Castro Carreira, ha entre umas e outras pequenas divergencias salvo quanto ao exercicio ultimo em que o senador cearense accusa um total de 67.788 contos ou sejam mais 1.668 contos de réis.

Como vemos ha enorme preponderancia financeira do Rio de Janeiro sobre os demais grandes nucleos do paiz. Nos valores da exportação fluminense conglobam-se os de Minas Geraes e do Norte de S. Paulo. A exportação paulista comprehendendo a paranaense ainda não avultava porque ainda não se dava o grande *rush* cafeeiro em direcção ás terras occidentaes.

Segundo os dalos officiaes fôra esta a importancia em peso da exportação dos nossos tres principaes productos de 1840-1841 a 1854-1855 refere Fletcher no seu *Brazil and the Brazilians.*

	Café	*Assucar*	*Algodão*
Exercicios	*arrobas*	*arrobas*	*arrobas*
1840-1841	5.059.223	6.698.391	691.875
1841-1842	5.565.325	4.817.577	639.580
1842-1843	5.897.555	5.209.721	685.149
1843-1844	6.294.281	5.682.980	814.255
1844-1845	6.229.277	7.476.286	826.445
1845-1846	7.034.582	7.110.804	646.345
1846-1847	7.947.753	6.963.960	606.282
1847-1848	9.307.292	7.409.349	639.288
1848-1849	8.354.840	8.801.616	849.416
1849-1850	5.935.817	7.993.586	1.109.314
1850-1851	10.149.268	9.907.806	883.440
1851-1852	9.544.858	7.480.099	989.250
1852-1853	9.923.982	10.681.344	997.908
1853-1854	8.698.036	8.258.378	898.273
1854-1855	13.027.526	7.951.422	869.960

Estes dados foram-lhe fornecidos pelo Consulado do Imperio em Nova York e apresentam divergencias não consideraveis da tabella da Associação Commercial do Rio de Janeiro. E' verdade que estas se referem ás exportações do Porto do Rio de Janeiro nos annos successivos completos ao passo que os de Fletcher se reportam aos annos commerciaes, aos exercicios cafeeiros de 1.º de julho a 30 de junho.

Quadro da renda da importação nacional de 1843 a 1851 segundo os dados dos relatorios dos ministros da Fazenda de Abaeté em 1848 e Visconde de Itaborahy em 1852 (em contos de réis desprezadas as fracções).

Exercicios	*Rio de Janeiro*	*Bahia*	*Pernambuco*	*Maranhão*
1843-1844 . . .	6.988	1.854	1.774	574
1844-1845 . . .	7.809	2.470	2.314	630
1845-1846 . . .	8.455	3.218	1.954	581
1846-1847 . . .	8.315	3.363	2.252	766
1847-1848 . . .	6.995	2.765	2.072	594
1848-1849 . . .	8.826	2.296	2.251	598
1849-1850 . . .	8.685	2.852	3.524	673
1850-1851 . . .	10.017	3.585	3.718	855

Exercicios	*Pará*	*Rio G. do Sul*	*S. Paulo*	*Ceará*
1843-1844 . . .	270	774	79	74
1844-1845 . . .	302	1.029	85	88
1845-1846 . . .	326	1.085	106	42
1846-1847 . . .	405	1.129	129	65
1847-1848 . . .	323	1.161	124	56
1848-1849 . . .	307	954	98	45
1849-1850 . . .	400	1.126	161	42
1850-1851 . . .	655	1.275	129	147

Exercicios	*Parahyba*	*S. Catharina*	*Alagoas*	*Sergipe*
1843-1844 . . .	15	28	23	10
1844-1845 . . .	12	37	12	7
1845-1846 . . .	5	36	24	8
1846-1847 . . .	8	24	23	12
1847-1848 . . .	12	33	33	13
1848-1849 . . .	50	35	15	12
1849-1850 . . .	30	14	29	18
1850-1851 . . .	20	11	17	20

A importação do Rio Grande do Sul se refere a renda das alfandegas do Rio Grande, S. José do Norte, Porto Alegre e S. Borja; as de S. Paulo, ás de Santos, a do Ceará, as de Fortaleza e Aracaty.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO LIV

As cifras da exportação total cafeeira do Brasil de 1852-1853 a 1871-1872 — Dados officiaes e particulares — Discordancia das estatisticas

Valendo-se das *Propostas para o Orçamento* dos Ministros da Fazenda organizou Van Delden Laerne excellente "quadro da exportação brasileira por provincias", valendo-se, exclusivamente, de dados officiaes.

Na columna da exportação pela Guanabara virtualmente se engloba a dos cafés de procedencia mineira, espirito santense, do norte de S. Paulo, alguns de Santa Catharina e da Bahia (de Caravellas sobretudo).

Annos	Exportação do Rio de Janeiro	Exportação de Santos	Exportação da Bahia	Exportação do Ceará	Exportação de diversas provincias
	arrobas	*arrobas*	*arrobas*	*arrobas*	*arrobas*
1852-1853	9.416.232	381.854	102.401	—	—
1853-1854	8.063.034	518.953	110.929	—	—
1854-1855	11.900.971	846.184	266.635	—	—
1855-1856	10.597.449	796.359	246.590	—	—
1856-1857	12.002.623	746.673	273.782	—	—
1857-1858	8.680.238	778.537	245.846	—	—
1858-1859	9.972.347	922.293	233.904	—	—
1859-1860	8.573.063	1.481.730	195.638	—	—
1860-1861	13.054.061	1.288.604	198.304	44.146	143
1861-1862	8.162.195	1.371.729	198.313	147.939	648
1862-1863	6.891.872	1.390.804	286.167	147.777	216
1863-1864	6.810.343	1.062.686	187.432	109.976	1.796
1864-1865	8.791.247	1.672.486	309.599	31.115	1.153
1865-1866	8.292.171	1.253.827	330.063	74.819	22.140
1866-1867	11.482.583	1.166.957	325.801	66.617	1.381
	kilos	*kilos*	*kilos*	*kilos*	*kilos*
1867-1868	177.220.275	28.086.252	6.457.724	812.687	—
1868-1869	188.318.998	34.741.084	4.930.169	50.800	—
1869-1870	147.310.121	32.808.267	5.842.326	877.523	—
1870-1871	192.949.565	29.134.225	3.178.018	560.289	12.391
1871-1872	108.448.403	23.105.083	5.108.270	311.888	2.627

A exportação total e sua conversão em saccas modernas de 60 kilos é a seguinte:

Annos	*Exportação total arrobas*	*Exportação em saccas*
1852-1853	9.900.487	2.475.021
1853-1854	8.692.916	2.423.640
1854-1855	13.013.790	2.128.026
1855-1856	11.640.398	3.185.776
1856-1857	13.023.078	2.849.570
1857-1858	9.704.621	3.188.045
1858-1859	11.128.544	2.375.691
1859-1860	10.250.431	2.724.268
1860-1861	14.585.258	2.509.306
1861-1862	9.880.824	3.570.471
1862-1863	8.716.836	2.418.825
1863-1864	8.172.233	2.133.881
1864-1865	10.805.600	2.000.563
1865-1866	9.973.019	2.645.211
1866-1867	13.043.339	2.441.395
1867-1868	213.646.938	3.193.009
1868-1869	228.041.051	3.560.782
1869-1870	186.838.237	3.800.684
1870-1871	225.834.488	3.113.970
1871-1872	136.976.271	3.763.908

Curiosa é a demonstração das discordancias apontadas por Van Delden Laerne para a exportação do Rio de Janeiro em saccas de sessenta kilos. Cotejou relatorios da Associação Commercial do Rio de Janeiro o *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* e os dados de uma das maiores casas cafeeiras do mundo, Phillipps Brothers & C.

A estes dados ainda ajuntemos os de Porto Alegre que se diz informado officialmente.

Annos	*Associação Commercial*	*Retrospecto Commercial*	*Phillipps Prothers*	*Porto Alegre*
1853	2.005.169	2.005.441		
1854	2.433.553	2.433.084	1.963.509	2.006.168
1855	2.947.705	2.858.107	2.344.188	3.433.532
1856	2.568.334	2.570.016	2.915.040	2.947.704
1857	2.570.130	2.570.480	2.470.399	2.546.300

1858	2.240.456	2.230.759	2.525.527	2.570.130
1859	2.485.045	2.485.384	2.182.206	2.240.455
1860	2.603.716	2.825.157	2.385.094	2.485.844
1861	2.533.223	2.533.534	2.450.322	2.603.715
1862	1.817.909	1.819.656	2.529.767	2.534.022
1863	1.652.533	1.652.259	1.762.707	1.817.908
1864	1.811.685	1.811.929	1.539.035	1.652.533
1865	2.205.589	3.197.464	1.732.066	1.811.684
1866	2.360.313	2.368.635	2.180.806	2.205.589
1867	3.255.538	3.255.980	2.193.106	2.368.312
1868	2.772.586	2.772.929	3.090.346	3.255.537
1869	3.139.529	3.139.789	2.661.204	2.772.586
1870	2.704.374	2.704.742	3.050.780	3.384.329
1871	2.886.144	2.884.626	2.523.863	2.704.373
1872	2.461.584	2.460.351	2.851.743	2.886.144

A média das tres primeiras columnas estabelecida por Van Delden Laerne é a seguinte:

Annos civis	*Medias de exportação pela Guanabara*	*Medias quinquiennaes*
1853	1.991.373	
1854	2.403.942	
1855	2.906.951	2.478.779
1856	2.536.250	
1857	2.555.379	
1858	2.217.807	
1859	2.451.841	
1860	2.626.398	2.325.662
1861	2.532.175	
1862	1.800.090	
1863	1.614.609	
1864	1.785.227	
1865	2.194.620	2.221.019
1866	2.310.018	
1867	3.200.621	
1868	2.735.573	
1869	3.110.033	
1870	2.644.326	2.754.703
1871	2.874.171	
1872	2.409.410	

Segundo os exercicios de 1.º de julho a 30 de junho é este o quadro de Van Delden Lerne para saccas de 60 kilos.

Exercicios	*Segundo os dados officiaes*	*Segundo o Retrospecto commercial*	*Media*	*Medias quinquennaes*
1852-1853	2.305.094	2.155.909	2.230.501	
1853-1854	1.973.831	1.966.992	1.970.411	
1854-1855	2.913.358	1.642.849	2.278.103	2.403.536
1855-1856	2.594.256	2.575.110	2.584.683	
1856-1857	2.938.242	2.969.724	2.953.983	
1857-1858	2.124.992	2.110.398	2.117.660	
1858-1859	2.441.231	2.432.419	2.436.825	
1859-1860	2.098.686	2.050.248	2.074.467	2.394.677
1860-1861	3.195.634	3.185.091	3.190.362	
1861-1862	1.998.105	2.310.036	2.154.070	
1862-1863	1.687.130	1.736.923	1.712.026	
1863-1864	1.667.172	1.661.270	1.664.221	
1864-1865	2.152.097	1.209.620	2.180.859	2.052.341
1865-1866	2.029.924	1.983.360	2.006.642	
1866-1867	2.810.936	2.584.978	2.697.957	
1867-1868	2.954.838	2.849.798	2.902.318	
1868-1869	3.138.650	1.940.334	2.539.492	
1869-1870	2.455.169	3.190.243	2.822.706	2.690.238
1870-1871	3.215.826	3.237.935	3.226.880	
1871-1872	1.807.473	2.112.113	1.959.793	

Mas o que demonstra a divergencia dos dados officiaes provindos do Governo Imperial e os dos Governos provinciaes vem a ser o confronto que vamos estabelecer.

Exercicios	*Van Delden Laerne*	*Retrospecto*	*Dados officiaes fluminenses*
1852-1853	2.305.094	2.155.909	2.038.197
1857-1858	2.124.922	2.110.398	2.308.780

1862-1863	1.687.130	1.736.923	1.698.197
1867-1868	2.954.838	2.849.798	2.790.690
1871-1872	1.807.473	2.112.113	2.469.968

Como vemos ha notaveis divergencias entre estes dados. Em relação a Santos o quadro de Van Delden Laerne se apoia nos relatorios officiaes, da *Associação Commercial de Santos* e em duas grandes firmas cafeeiras como Ed. Johnston and C. e Zerrener Bulow assim como na estatistica de um negociante de prestigio W. F. Wright bem como na do jornal anglo brasileiro *The Rio News.*

Exercicios	*Relatorios*	*Associação Commercial*	*Ed. Johnston & C.*	*W. Wright*	*Zerrener Bulow*	*Rio News*
1852-1853	93.478	—	—	—	—	—
1853-1854	127.040	—	—	—	—	—
1854-1855	207.146	—	—	—	—	—
1855-1856	194.949	—	—	—	—	—
1856-1857	182.781	—	—	—	—	—
1857-1858	190.586	—	—	—	—	—
1858-1859	225.777	—	—	—	—	—
1859-1860	315.450	—	319.666	322.726	—	—
1861-1862	335.799	—	363.762	344.816	—	—
1862-1863	340.469	—	346.648	347.282	—	—
1863-1864	260.146	—	262.316	260.630	—	—
1864-1865	409.425	—	442.532	400.835	—	—
1865-1866	306.937	338.722	338.722	308.207	—	—
1866-1867	285.671	317.302	317.302	273.821	—	—
1867-1868	468.104	458.733	458.733	470.045	—	—
1868-1869	579.018	631.666	631.666	554.062	—	—
1869-1870	546.804	596.504	596.505	571.248	—	—
1870-1871	485.570	543.425	434.786	479.761	—	519.413
1871-1872	385.085	475.269	491.156	416.577	489.589	500.684

De accordo com estes dados as médias foram:

Exercicios	*Medias annuaes*	*Medias quinquennaes*
1852-1853	93.478	
1853-1854	127.040	
1854-1855	207.146	161.079
1855-1856	194.949	
1856-1857	182.781	
1857-1858	190.586	
1858-1859	225.777	
1859-1860	362.728	289.299
1860-1861	319.281	
1861-1862	348.126	
1862-1863	344.800	
1863-1864	261.031	
1864-1865	417.597	329.020
1865-1866	323.147	
1866-1867	298.524	
1867-1868	463.904	
1868-1869	599.103	
1869-1870	577.763	520.629
1870-1871	502.649	
1871-1872	459.727	

Mas os dados officiaes se contradizem como expuzemos em lugar opportuno. Sobre a exportação da Bahia avisa o autor hollandez que os respectivos dados elle os tirou dos relatorios officiaes.

Exercicios	*Relatorios geraes*	*Relatorios provinciaes*	*Medias*	*Medias quinquennaes*
1852-1853	25.068	—	25.068	48.976
1853-1854	27.155	—	27.155	
1854-1855	65.272	—	65.272	
1855-1856	60.365	—	60.365	
1856-1857	67.022	—	67.022	
1857-1858	60.183	—	60.183	52.485
1858-1859	57.260	—	57.260	
1859-1860	47.892	—	47.892	
1860-1861	48.545	—	48.545	
1861-1862	48.547	—	48.547	
1862-1863	70.053	—	70.053	70.456
1863-1864	45.883	—	45.883	
1864-1865	75.790	—	75.790	
1865-1866	80.799	—	80.799	
1866-1867	79.756	—	79.756	
1867-1868	107.629	—	107.629	85.053
1868-1869	82.169	82.169	82.169	
1869-1870	97.372	97.372	97.372	
1870-1871	52.959	52.959	52.959	
1871-1872	85.138	85.138	85.138	

Curioso é que Van Delden Laerne não haja organizado quadro relativo ao Espirito Santo cuja exportação já tanto se avantajava quando elle esteve no Brasil. No emtanto occupou-se com a do Ceará incomparavelmente menor.

Exercicios	*Relatorios geraes*	*Relatorios provinciaes*	*Dr. Nicolau Moreira*	*Medias*
1852-1853	—	—	4.516	4.516
1853-1854	—	1.494	—	1.494
1854-1855	—	6.826	—	6.826
1855-1856	—	1.607	—	1.607
1856-1857	—	1.306	—	1.306
1857-1858	—	1.525	—	1.525
1858-1859	—	15.923	—	15.923
1859-1860	—	14.460	—	14.460
1860-1861	10.807	—	—	10.807
1861-1862	36.215	—	—	36.215
1862-1863	36.176	—	36.175	36.175
1863-1864	26.922	—	37.168	32.045
1864-1865	7.617	—	17.127	12.372
1865-1866	18.315	25.308	25.310	22.978
1866-1867	16.308	18.948	16.308	17.188
1867-1868	30.211	32.166	20.084	27.487
1868-1869	847	1.296	778	940
1869-1870	14.625	17.062	13.426	15.038
1870-1871	9.338	13.258	20.678	14.425
1871-1872	5.198	30.107	—	17.652

Estabelecendo as medias dos principaes portos exportadores Rio, Santos, Bahia e Fortaleza apresenta Van Delden Laerne o confronto seguinte das exportações medias de vinte exercicios.

Exercicios	*Rio*	*Santos*	*Bahia*	*Ceará*
1852-1853	2.230.501	93.478	25.068	4.516
1853-1854	1.970.411	127.040	27.155	1.494
1854-1855	2.278.103	207.146	65.272	6.826
1855-1856	2.584.683	194.949	60.365	1.607
1856-1857	2.953.983	182.781	67.022	1.306
1857-1858	2.117.660	190.586	60.183	1.525
1858-1859	2.436.825	225.777	57.260	15.923
1859-1860	2.074.467	362.728	47.892	14.460
1860-1861	3.190.362	319.281	48.545	10.807
1861-1862	2.154.070	348.126	48.547	36.215
1862-1863	1.712.026	344.800	70.053	36.175
1863-1864	1.664.221	261.031	45.883	32.045
1864-1865	2.180.859	417.597	75.790	12.372
1865-1866	2.006.642	323.147	80.799	22.978
1866-1867	2.697.957	298.524	79.756	17.188
1867-1868	2.902.318	463.904	107.629	27.487
1868-1869	2.539.492	599.103	82.169	940
1869-1870	2.822.706	577.763	97.372	15.038
1870-1871	3.226.880	502.649	52.959	14.425
1871-1872	1.959.793	459.727	85.138	17.652

As médias quinquennaes e proporções são pois as seguintes (sempre em saccas de 60 kilos).

Medias	Totaes	Rio	Santos	Bahia	Ceará
1852 a 1857 . . .	2.616.741	91,98	6,16	1,87	0,12
1857 a 1862 . . .	2.752.247	87,01	10,51	1,91	0,57
1862 a 1867 . . .	2.475.968	82,89	13,30	2,84	0,97
1867 a 1872 . . .	3.311.028	81,25	15,72	2,57	0,46

Explica depois a divergencia entre os seus dados e os dos relatorios officiaes em relação á exportação total brasileira.

Exercicios	Totaes	Totaes officiaes
1852-1853	2.353.563	2.423.640
1853-1854	2.126.100	2.128.026
1854-1855	2.557.347	3.185.776
1855-1856	2.841.604	2.849.570
1856-1857	3.205.092	3.188.045
1857-1858 . . .	2.369.954	2.375.691
1858-1859	2.735.785	2.724.268
1859-1860	2.499.547	2.509.306
1860-1861	3.568.995	3.570.471
1861-1862	2.586.958	2.418.825
1862-1863	2.163.054	2.133.881
1863-1864	2.003.180	2.000.563
1864-1865	2.688.618	2.645.211
1865-1866	2.433.566	2.441.395
1866-1867	3.093.425	3.193.009
1867-1868	3.501.338	3.560.782
1868-1869	3.221.704	3.800.684
1869-1870	3.512.879	3.113.970
1870-1871	3.796.913	3.763.908
1871-1872	2.522.310	2.282.938

E' interessante examinarmos o conjuncto dos valores da exportação nacional dos ultimos dezoito exercicios distribuidos pelas diversas regiões do paiz verificando-se a notavel preponderancia da exportação fluminense que além de comprehender as safras da Provincia do Rio de Janeiro ainda conglobava as remessas mineiras e espiritosantenses cada vez maiores e a larga producção do norte paulista tambem então muito consideravel e em ascenção.

EXPORTAÇÃO

	54—55	55—56	56—57	57—58	58—59	59—60
Rio de Janeiro . . .	51.710	49.176	55.171	44.471	51.974	57.592
Bahia	11.782	12.860	17.863	13.419	13.465	10.822
Pernambuco	9.372	11.504	15.263	14.259	14.005	11.105
Maranhão	2.017	2.133	2.234	2.770	2.454	2.511
Pará.	3.854	3.567	4.070	3.549	3.917	5.912
Rio G. do Sul	4.045	4.045	4.485	6.869		7.801
S. Paulo (Santos) . .	3.367	3.299	3.152	3.278	3.733	7.633
Paraná.	811	1.660	2.238	1.991	1.135	1.702
Parahyba	1.610	2.394	3.624	3.139	2.897	3.385
Ceará.	564	636	726	1.141	1.291	1.356
S. Catharina	266	219	99	127	120	202
Alagoas.	1.189	1.578	1.024	2.121	2.248	1.606
Sergipe.	421	608	800	715	929	479
Rio G. do Norte. . .	185	243	469	374	244	678
Piauhy.	37	62	86	73	93	159
Matto Grosso	—	—	—	—	—	—
Espirito Santo	—	—	—	—	—	—

EXPORTAÇÃO

	60—61	61—62	62—63	63—64	64—65	65—66
Rio de Janeiro . . .	79.083	57.845	52.810	54.224	62.572	60.628
Bahia.	8.422	16.791	18.029	13.058	14.083	19.247
Pernambuco	7.444	12.339	12.471	18.453	18.997	26.084
Maranhão	2.049	2.757	4.722	7.247	5.582	6.183
Pará	5.912	4.604	5.573	5.829	5.840	6.952
Rio G. do Sul	7.682	7.529	6.640	7.060	7.176	6.985
S. Paulo (Santos) . .	7.633	8.549	8.412	6.239	9.107	7.870
Paraná	1.166	1.052	1.258	1.267	966	1.568
Parahyba	2.030	2.969	3.897	5.819	5.604	6.695
Ceará	1.254	2.032	2.283	2.675	2.504	3.178
S. Catharina.	142	83	107	153	281	518
Alagoas	1.317	3.011	4.765	6.593	6.273	2.582
Sergipe	222	788	1.106	1.201	682	1.391
Rio G. do Norte . . .	328	197	472	827	1.107	1.353
Piauhy	201	201	223	246	239	248
Matto Grosso	—	51	49	134	—	—
Espirito Santo	—	—	52	87	46	15
Totaes	224.893	120.804	122.479	131.120	141.068	157.016

EXPORTAÇÃO

	66—67	67—68	68—69	69—70	70—71	71—72
Rio de Janeiro. . . .	73.844	85.821	89.221	71.075	78.202	66.077
Bahia	16.202	22.264	21.547	19.762	18.181	22.531
Pernambuco	22.463	20.744	23.507	30.940	15.172	28.349
Maranhão	4.509	4.488	6.078	6.723	4.398	5.347
Pará	8.619	7.137	10.746	13.345	12.177	12.645
Rio G. do Sul	7.745	9.514	12.757	12.039	8.871	10.993
S. Paulo (Santos) . .	6.713	12.277	17.770	18.006	12.959	17.882
Paraná	2.099	3.379	2.660	4.162	1.893	3.868
Parahyba	4.204	3.429	5.078	4.197	4.387	3.148
Ceará	3.102	4.094	4.876	6.400	5.312	5.794
S. Catharina.	490	415	360	557	319	503
Alagoas	4.106	4.895	8.456	6.691	3.733	9.185
Sergipe	1.233	1.610	2.223	1.482	745	2.078
Rio G. do Norte . . .	630	1.286	1.844	1.253	1.151	1.648
Piauhy	288	390	592	423	511	467
Matto Grosso	—	—	—	—	—	—
Espirito Santo	—	—	—	—	—	—

Valendo-nos do quadro de autoria de Castro Carreira, organizado com os dados officiaes do Ministerio da Fazenda e relativos a exportação brasileira e das cifras referentes ás nossas remessas cafeeiras para o extrangeiro e das cotações medias annuaes do producto chegamos a estabelecer os seguintes dados approximados, sem pretenção alguma a uma exactidão que seria impossivel obter-se dada a deficiencia dos elementos de informação e suas frequentes contradicções.

Exercicios	*Exportações em milhares de contos de réis*	*Exportações de café em milhares de contos de réis*	*Porcentagens relativas ao café*
1833-1834	33.011	13.055	36,5 %
1834-1835	32.998	12.452	37,7 %
1835-1836	41.442	13.849	33,1 %
1836-1837	34.182	13.078	38,2 %
1837-1838	33.511	13.002	38,9 %
1838-1839	41.598	15.216	36,5 %
1839-1840	43.192	17.398	40,2 %
1840-1841	41.671	19.355	46,4 %
1841-1842	39.084	22.584	57,8 %
1842-1843	41.039	23.852	58,1 %
1843-1844	43.800	22.003	50,2 %
1844-1845	47.054	21.311	45,3 %
1845-1846	53.630	21.312	39,7 %
1846-1847	52.449	28.308	53,9 %
1847-1848	57.925	25.159	43,9 %
1848-1849	56.289	21.513	38,2 %
1849-1850	55.032	22.838	41,4 %
1850-1851	67.788	32.603	48,0 %
1851-1852	66.640	32.954	49,4 %
1852-1853	73.644	32.611	44,2 %
1853-1854	76.842	33.344	43,3 %
1854-1855	90.699	48.490	53,5 %
1855-1856	94.432	48.013	50,8 %
1856-1857	114.553	54.107	46,3 %
1857-1858	96.247	43.502	45,1 %
1858-1859	106.865	50.138	46,9 %
1859-1860	112.957	60.238	53,3 %
1860-1861	123.171	79.663	64,7 %
1861-1862	120.719	58.747	48,7 %
1862-1863	122.479	56.574	46,2 %
1863-1864	130.565	54.130	41,4 %

1864-1865	141.068	64.144	48,4 %
1865-1866	157.017	61.156	39,2 %
1866-1867	153.253	69.782	44,6 %
1867-1868	185.270	77.941	42,0 %
1868-1869	207.723	71.522	34,4 %
1869-1870	200.235	80.716	40,3 %
1870-1871	166.949	83.836	50,2 %
1871-1872	193.418	69.758	36,0 %

Uma estatistica de Hans Scherrer, datada de 1919, e publicada nos *Weltwirtschafliches Archiv* num estudo sobre as valorizações cafeeiras do Brasil (*Die Kafeevalorisation und Valorisationsversuche in anderem Welt handelsartikeln*) citado no livro do Sr. J. F. Normano (?) *Brazil a study of economic types,* 1935) traz uma estimativa das porcentagens do café produzido no Brazil em relação á producção universal.

1820-1829 . . .	18.18
1830-1839 . . .	29.70
1840-1849 . . .	40.00
1850-1859 . . .	52.09
1860-1869 . . .	49.07

Assim vemos que as quotas brasileiras haviam sempre subido desde 1820, ás vezes notavelmente. Um ligeiro retrocesso se operara na década de 1860-1869 que podemos attribuir á praga da *Elaiotes coffeela.*

Dahi a ascensão se operaria cada vez mais accentuada até 1904 como verificamos do resto da tabella.

1870-1879 . . .	49.09
1880-1889 . . .	56.63
1890-1894 . . .	59.20
1895-1899 . . .	66.68
1900-1904 . . .	75.64


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO LV

A producção do café no Universo nos seculos XVIII e XIX — Declinio das Indias Hollandezas e ascensão do Brasil — A producção antilhana — Os dados erroneos de Porto Alegre — Porcentagens da producção brasileira em relação á mundial

A producção de café no Universo no seculo XVIII foi insignificante se a compararmos com o que se tornou no seculo XIX e o que é hoje. A principio provinha de duas procedencias principaes: das Indias Neerlandezas e das Antilhas.

Valendo-nos dos dados de Ukers n aprimeira edição do *All about coffee* alinhemos algumas cifras acerca da producção da Malasia e sua exportação para a Hollanda.

		Libras
Em 1711	. . . .	894
Em 1716	. . . .	216.000
De 1721 a 1730	. . . .	25.048.000
De 1731 a 1740	. . . .	36.843.000
De 1771 a 1780	. . . .	51.319.000

Assim vemos que as Indias hollandezas, no fim do seculo XVIII, quando o Brasil, praticamente, nada produzia, fornecia ao mundo uma media annual superior a cinco milhões de arrobas ou arredondando a conta 1.250.000 de nossas saccas actuaes sendo que a sacca javaneza é de um picol (61.760 grammas).

Valendo-nos de um quadro de Van Delden Laerne em sua monumental monographia *Le Bresil et Java* verifiquemos o confronto entre a producção brasileira e malaia.

As saccas brasileiras eram de cinco arrobas (73.440 grammas) as hollandezas de um picol (61.760) e foram reduzidas a saccas de 60 kilogramas. Porto Alegre apresenta em

seu livro dados diversos de Laerne que certamente não tem grande autoridade.

Não sabemos onde os colheu pois não lhes indica a procedencia ao passo que Laerne os extrahiu das fontes mais acreditadas.

Annos	Brasil	Indias hollandezas (Laerne)	(P. Alegre)
1825	201.977	284.660	307.698
1826	286.000	384.680	—
1827	385.000	409.687	—
1828	400.561	426.722	—
1829	326.617	288.082	—
1830	430.463	296.062	320.022

Assim com o enorme surto cafeeiro do Brasil a immensa desproporção entre as exportações brasileiras e malaia viera rapidamente reduzindo-se a ponto de em 1827 e 1828 quase ficarem do nivel e afinal em 1830 chegar o Brasil a sobrepujar os concurrentes do Extremo Oriente.

O quinquiennio seguinte consagra a estrondosa victoria brasileira:

	Brasil	Indias Batavas (Laerne)	(P. Alegre)
1831	604.379	269.092	—
1832	645.701	306.668	—
1833	755.852	322.137	294.857
1834	758.517	369.296	516.582!
1835	870.533	478.706	517.448!

De 1835 a 1844 cresceria notavelmente a producção malaia mas a brasileira se conservou sempre a distancia como mostra o quadro.

Annos	Brasil	Indias hollandezas (Laerne)	(P. Alegre)
1837	826.758	702.310	776.273
1840	1.141.779	1.161.081	1.476.150
1844	1.660.248	1.271.460	1.388.592

De 1845 a 1854 a producção hollandeza se manteria quase estacionaria em torno de um milhão de saccas ao passo que a brasileira se avantajaria sempre.

1845	1.504.644	1.031.697	1.115.193
1851	2.748.894!	1.241.690	771.233!
1854	2.126.100	1.043.392	876.983!

As medias subiram um pouco, para perto de 1.300.000 saccas, nas Indias hollandezas, mantendo-se constantes durante decennios no Brasil.

Assim entre 1855 e 1872 assignalemos algumas cifras:

		(*Laerne*)	(*P. Alegre*)
1855	3.143.917	1.506.674	1.008.350
1863	2.163.054	1.490·310	1.288.885
1872	2.706.276	1.408·068	422.918!

(Houve anno de 811.546 saccas como em 1864).

Declara Porto Alegre que de 1865 em deante declinou a exportação da Malasia o que de todo não é exacto como se vê do quadro de Van Delden Laerne.

	Saccas
1872-1873	1.343.403
1876-1877	1.554.786
1879-1880	1.602.138
1882-1883	1.650·000

Subiu pelo contrario a media de producção. Além deste grande concurrente o Brasil teve no periodo de 1822 a 1872 outros muitos, importantes como Ceylão, as Antilhas, a Venezuela e a Colombia e no fim do meio seculo que nos occupa a America Central e a India Ingleza.

A Venezuela que em 1784 exportava cerca de 7.500 libras elevara a sua producção a 25.454.000 em 1830-1831 e a 83.717.000 em 1850-1851.

A Colombia que na década de 1852-1853 a 1861-1862 dera para a exportação uma media de 940.000 libras no seguinte chegaria a 5.700.000!

A America Central e o Mexico entraram tarde nos mercados.

Guatemala exportou em 1860 cerca de 140.000 libras (4·375 arrobas) dava 1.800.000 em 1863 e 7.590.000 em 1870.

Costa Rica passava d e7.823.000 libras em 1845 a 11.143.000 em 1865 (348.258 arrobas) como vemos fracos concurrentes.

O Mexico affirma Ukers apparece realmente como paiz cafeeiro de 1870 em deante.

As Antilhas francezas teem grande passado cafeeiro e muitos autores affirmam que foi a ruina das lavouras haitienses provocada pela revolta dos escravos contra os francezes a verdadeira causa do exito do surto cafeeiro do Brasil. Valendo-se do *Annuaire de l'Economie Politique* de 1853 das obras do Abbade Raynal na *Histoire des Établissements des Européens et de Dictionnaire du Commerce et de la Navigation* organizou Paulo Porto Alegre uns quadros de producção antilhana. O Haiti até a época da Revolução franceza produziria immenso.

Annos	*Saccas de* 60 *k.*
1775	459.339
1789	595.591!
1791	531.250

Sobreviera depois o largo periodo convulsionador que o arruinara completamente e de que se valera o Brasil. Em 1804 produzia menos de mil saccas! Assim mesmo em 1824 exportara mais de que o Brasil no dizer de Porto Alegre o que é duvidoso. Apesar de tudo manteve alta producção relativamente a sua área minuscula. Cuba depois de produzir bastante vira sua lavoura decahir e muito o que não se deu com Porto Rico productor de excellentes qualidades.

Os dados que Porto Alegre publica não nos parecem fazer fé á vista do que apresenta a monographia de Van Delden Laerne.

Cotejemol-os em expressos em saccas de 60 kilos.

Annos	*Cuba*	*P. Rico*	*Haiti*	*Antilhas Francezas (sem a Martinica)*	*Totaes*
1850	540.000	981.793	296.875	399.600	2.218.268!
1855	168.183	1.136.850	287.897	690.525	2.283.455!

Para estes dois exercicios de 1855 dá Van Delden Laerne 319.370 saccas para toda a America antilhana.

Aliás se acompanharmos a estatistica de Porto Alegre nos arriscamos a serios erros.

Senão vejamos o que elle declara ter sido a producção de 1855:

Brasil	2.858.107
Antilhas	2.283.455
Indias hollandezas . . .	1.008.350
Ceylão	483.205
Venezuela	384.298
Phillipinas	250.000
Costa Rica	56.567

Só ahi temos um total de 7.323.982 de saccas de 60 kilos para o anno dè 1855 quando sabemos pelas estatisticas mais autorizadas que a producção mundial deste exercicio foi apenas de 5.218.000 saccas.

A tal proposito é interessante sabermos qual haja sido a producção cafeeira do Universo no periodo de 1852-1872 em que as estatisticas já se mostram muito mais approximadas da verdade. Vamos nos valer dos excellentes quadros de Van Delden Laerne que lançou mão, para os organizar das melhores fontes. Começemos pelos grandes productores em saccas de 60 kilogramos.

Exercicios	Brasil	Indias hollandezas	Antilhas	Ceylão
1852-1853	2.353.563	1.190.543	332.075	277.720
1853-1854	2.126.100	1.209.012	291.093	345.456
1854-1855	2.557.347	1.473.505	319.370	428.891
1855-1856	2.841.604	1.402.318	215.012	373.244
1856-1857	3.205.092	1.176.373	246.577	509.941
1857-1858	2.369.954	1.374.421	225.982	461.145
1858-1859	2.735.785	1.197.194	312.832	499.555
1859-1860	2.499.547	1.101.044	390.036	535.499
1860-1861	3.568.995	1.254.563	278.163	550.628
1861-1862	2.586.958	1.204.161	296.402	512.856
1862-1863	2.163.054	1.143.644	343.135	701.568
1863-1864	2.003.180	1.287.789	244.061	568.785
1864-1865	2.686.618	1.053.052	328.882	786.762
1865-1866	2.433.566	1.276.396	344.227	761.595
1866-1867	3.093.425	1.368.847	308.242	798.946
1867-1868	3.501.338	1.145.167	414.752	853.038
1868-1869	3.221.704	1.189.052	256.293	779.149
1869-1870	3.512.879	1.450.826	389.247	892.454
1870-1871	3.796.913	1.211.716	262.922	800.857
1871-1872	2.522.310	1.227.993	334.462	612.215

Annos	Venezuela e Colombia	Indias inglezas	Philippinas	America Central
1852-1853	172.332	59.462	19.000	2.000
1853-1854	168.884	60.765	19.065	3.000
1854-1855	196.196	56.033	19.000	6.000
1855-1856	209.578	69.597	20.000	8.500
1856-1857	172.876	76.994	22.228	10.000
1857-1858	200.223	46.295	25.866	9.000
1858-1859	229.231	88.411	24.000	14.500
1859-1860	170.610	108.453	24.000	73.000
1860-1861	220.148	144.537	25.000	57.000
1861-1862	213.258	162.581	26.000	64.000
1862-1863	166.502	159.102	27.000	67.000
1863-1864	245.454	201.976	39.907	112.000
1864-1865	191.060	244.849	39.638	84.000
1865-1866	234.557	262.329	35.810	149.000
1866-1867	293.073	133.350	38.400	137.000
1867-1868	327.932	250.906	38.400	192.000
1868-1869	312.580	361.277	38.400	210.000
1869-1870	158.956	272.768	36.052	181.000
1870-1871	410.127	255.650	56.277	294.000
1871-1872	443.040	429.531	46.000	220.000

Com os dados de Van Delden Laerne organizamos outro quadro relativo aos pequenos productores.

Annos	Arabia	Guyana hollandeza	Mexico	Ilhas Sandwich
1852-1853	—	5.489	181	—
1853-1854	—	5.931	2.228	—
1854-1855	—	3.785	680	—
1855-1856	—	3.160	390	—
1856-1857	—	5.901	15	—
1857-1858	—	1.104	224	—
1858-1859	—	5.478	725	—
1859-1860	—	4.019	4.876	—
1860-1861	—	1.151	3.754	340
1861-1862	—	1.038	54	?
1862-1863	—	2.318	7.073	?
1863-1864	—	1.491	89	2.350
1864-1865	—	1.956	4	?
1865-1866	—	232	3.967	?
1866-1867	—	153	7.072	?
1867-1868	—	345	7.015	?
1868-1869	—	127	2.328	2.578
1869-1870	—	138	2.017	3.138
1870-1871	20.419	67	3.980	355
1871-1872	42.371	15	14.321	3.917

A Africa pouco produzia; havia um pouco de café nas possessões portuguezas e inglezas, conforme este quadro que organizamos ainda com os dados de Van Delden Laerne.

Annos	Possessões portuguezas	Possessões inglezas
1852-1853	21.000	—
1853-1854	21.000	—
1854-1855	23.000	—
1855-1856	23.000	—
1856-1857	25.000	—
1857-1858	25.500	—
1858-1859	27.500	—
1859-1860	27.500	—
1860-1861	28.500	—
1861-1862	28.500	—
1862 1863	30.000	—
1863-1864	30.000	—
1864-1865	33.615	nihil
1865-1866	29.423	3.033
1866-1867	32.511	5.148
1867-1868	39.565	2.004
1868-1869	46.800	3.127
1869-1870	50.494	4.553
1870-1871	46.965	3.984
1871-1872	68.605	3.589

Além destas fontes principaes, em evidencia, o autor hollandez menciona outras, esparsas, que assim se avaliam:

Annos	*Da America*	*Da Asia*	*Da Africa*
1852-1853	50.360	83.275	21.000
1853-1854	50.764	83.702	21.000
1854-1855	50.622	83.571	23.000
1855-1856	50.756	83.840	23.000
1856-1857	50.539	83.464	25.000
1857-1858	50.513	80.273	26.000
1858-1859	50.449	80.841	28.000
1859-1860	50.912	80.004	28.000
1860-1861	50.789	80.932	29.000
1861-1862	50.200	80.402	29.000
1862-1863	45.918	70.686	31.000
1863-1864	45.725	68.193	31.000
1864-1865	45.480	70.699	34.000
1865-1866	45.451	70.870	33.000
1866-1867	45.035	60.457	38.000
1867-1868	45.618	60.489	42.000
1868-1869	45.968	50.544	50.000
1869-1870	45.763	50.762	56.000
1870-1871	45.991	726	51.000
1871-1872	45.852	919	73.000

As producções totaes assim se computam para a America, Asia, Africa:

Annos	*America*	*Asia*	*Africa*
1852-1853	2.916.000	1.630.000	21.000
1853-1854	2.648.000	1.718.000	21.000
1854-1855	3.134.000	2.061.000	23.000
1855-1856	3.329.000	1.949.000	23.000
1856-1857	3.691.000	1.869.000	25.000
1857-1858	2.857.000	1.988.000	26.000
1858-1859	3.349.000	1.890.000	28.000
1859-1860	3.193.000	1.849.000	28.000
1860-1861	4.180.000	2.056.000	29.000
1861-1862	3.212.000	1.986.000	29.000
1862-1863	2.795.000	2.102.000	31.000
1863-1864	2.652.000	2.169.000	31.000
1864-1865	3.338.000	2.195.000	34.000
1865-1866	3.211.000	2.407.000	33.000
1866-1867	3.884.000	2.400.000	38.000
1867-1868	4.489.000	2.348.000	42.000
1868-1869	4.049.000	2.421.000	50.000
1869-1870	4.290.000	2.706.000	56.000
1870-1871	4.814.000	2.346.000	51.000
1871-1872	3.580.000	2.363.000	73.000

E as medias quinquiennaes:

Exercicios	*America*	*Asia*	*Africa*
1852-1853 a 1856-1857	3.143.600	1.845.400	22.600
1857-1858 a 1861-1862	3.358.200	1.953.800	28.000
1862-1863 a 1866-1867	3.176.000	2.254.600	33.400
1867-1868 a 1871-1872	4.244.400	2.436.800	53.200

Assim a producção mundial fôra a seguinte na opinião do autor hollandez que apresenta aliás divergencias não muito consideraveis com a estimativa de seus patricios os famosos commerciantes de Rotterdam G. Duuring e Filho.

Annos	*America*	*Asia*	*Africa*	*Total em saccas*	*Media em 5 anons*	*Progresso em 5 annos*
1852-53	2.916.000	1.630.000	21.000	4.567.000		
54	2.648.000	1.718.000	21.000	4.387.000	25.058.000	
55	3.134.000	2.061.000	23.000	5.218.000		
56	3.329.000	1.949.000	23.000	5.301.000	5.011.600	
57	3.691.000	1.869.000	25.000	5.585.000		
58	2.857.000	1.988.000	26.000	4.871.000		
59	3.349.000	1.890.000	28.000	5.267.000	26.700.000	
60	2.193.000	1.849.000	28.000	5.070.000		
61	4.180.000	2.056.000	29.000	6.265.000	5.340.000	6,55 %
62	3.212.000	1.986.000	29.000	5.227.000		
1862-63	2.795.000	2.102.000	31.000	4.928.000		
64	2.652.000	2.169.000	31.000	4.852.000	27.320.000	2,32 %
65	3.338.000	2.195.000	34.000	5.567.000		
66	3.211.000	2.407.000	33.000	5.651.000	5.464.000	
67	3.884.000	2.400.000	38.000	6.322.000		
68	4.489.000	2.348.000	42.000	6.879.000		
69	4.049.000	2.421.000	50.000	6.520.000	33.678.000	23,27 %
70	4.290.000	2.706.000	56.000	7.052.000		
71	4.814.000	2.346.000	51.000	7.211.000	6.735.600	
72	3.580.000	2.363.000	73.000	6.016.000		

Fazia Van Delden Laerne notar a extensão extraordinaria tomada pela cultura cafeeira no quinquiennio de 1867-1868 a 1871-1872.

Assim nos exercicios de 1852-1853 a 1871-1872 fôra esta proporção da producção brasileira em face da producção mundial.

Exercicios	*Brasil*	*Universo*
1852-1853	2.353.563	4.567.000
1853-1854	2.126.100	4.387.000
1854-1855	2.557.347	5.218.000
1855-1856	2.841.604	5.301.000
1856-1857	3.205.092	5.585.000
1857-1858	2.369.954	4.871.000
1858-1859	2.735.785	5.267.000
1859-1860	2.499.547	5.070.000
1860-1861	3.568.995	6.265.000
1861-1862	2.586.958	5.227.000
1862-1863	2.163.054	4.928.000
1863-1864	2.003.180	4.852.000
1864-1865	2.686.618	5.567.000
1865-1866	2.433.566	5.651.000
1866-1867	3.093.425	6.322.000
1867-1868	3.501.338	6.879.000
1868-1869	3.221.704	6.520.000
1869-1870	3.512.879	7.052.000
1870-1871	3.796.913	7.211.000
1871-1872	2.522.310	6.016.000

As quotas brasileiras foram pois:

	Do total da producção mundial
Em 1852-1853	51,5 %
Em 1853-1854	48,4 %
Em 1854-1855	49,0 %
Em 1855-1856	48,2 %
Em 1856-1857	51,4 %
Em 1857-1858	48,6 %
Em 1858-1859	51.9 %
Em 1859-1860	49,3 %
Em 1860-1861	56.9 %
Em 1861-1862	49,4 %
Em 1862-1863	43,8 %
Em 1863-1864	41,2 %

Em 1864-1865	48,2 %
Em 1865-1866	43,0 %
Em 1866-1867	48,9 %
Em 1867-1868	50,8 %
Em 1868-1869	49,2 %
Em 1869-1870	49,7 %
Em 1870-1871	52,6 %
Em 1871-1872	41,9 %

Como vemos as quotas brasileiras nestes vinte annos oscillaram entre 41,2 e 56,9.

Não estava porém muito afastado o inicio da época em que a porcentagem da nossa producção attingiria cifra sempre superior á metade da safra mundial.

COTAÇÕES DO CAFÉ, DO ASSUCAR E DOS COUROS DE 1808 A 1839

Annos	*Mezes*	*Café do melhor typo por anno*	*Assucar de 1.ª por arroba*	*Assucar bruto por arroba*	*Courôs por £ de peso*
1808	agosto	1.800	1.200	900	
1809	janeiro	2.650	1.300	900	35 a 40
	maio	2.650	1.450	1.100	50 a 55
1810	janeiro	2.500	1.800	1.200	50 a 55
	julho	3.300	1.450	800	55 a 60
	outubro	2.800	1.600	900	50
1811	janeiro	2.640	1.800	1.200	50 a 55
	junho	2.600	1.800	1.200	50 a 55
1812	agosto	1.250	1.600	1.000	40 a 45
	novembro. . . .	1.280	1.600	1.000	44 a 45
1813	janeiro	1.150	1.600	1.000	42 a 44
	maio	1.920	1.900	1.200	50
	dezembro	2.200	2.360	1.500	57 a 60
1814	maio	—	3.000	—	80
1815	março	—	3.200	2.400	—
1816	novembro	2.500	—	—	—
	junho	2.400	3.000	1.650	100 a 105
	setembro	2.400	3.000	1.800	100
	dezembro	2.600	2.800	2.000	95
1817	março.	3.000	2.700	1.800	90
	agosto	3.000	2.500	1.700	80
1818	março	4.100	2.800	1.800	70
	julho.	4.410	2.700	1.950	80
	outubro	5.700	2.600	1.550	80
1819	abril	5.750	2.600	1.600	86 a 87
	setembro	5.000	2.350	1.300	90 a 93
	dezembro	4.700	2.350	1.300	95 a 98

Annos	*Mezes*	*Café do melhor typo por anno*	*Assucar de 1.ª por arroba*	*Assucar bruto por arroba*	*Couros por £ de peso*
1820	abril.	5.250	2.100	1.100	100
	junho.	5.300	2.100	1.100	102 a 104
	agosto	5.600	2.100	1.000	110 a 112
	dezembro	6.100	2.600	1.600	120
1821	março	6.800	2.750	1.700	146 a 150
	agosto	6.000	2.850	1.800	150
1822	fevereiro	5.200			153
	dezembro	5.400	1.900	1.000	165 a 170
1823	junho	5.250	2.300	1.100	170
		4.600	1.850	1.000	155
1824	maio.	3.200	1.900		145
1825	janeiro	3.100	2.000	1.300	160
	abril	3.500	2.500	1.800	170
	setembro	2.850	2.500	1.900	165
1826	fevereiro	2.800	2.500	1.900	170
	maio	2.850	2.400	1.800	175 a 180
	agosto	2.740	2.200	1.100	160 a 170
	dezembro	3.000	2.500	1.900	175
1827	janeiro.	3.050	2.800	2.200	178 a 185
	março	3.500	3.000	2.400	200
	abril.	3.100	3.200	2.600	215 a 225
	julho	3.250	3.400	2.800	220
		2.950	2.900	2.200	220
1828	março	3.100	4.050	3.150	270
	agosto	3.000	4.609	3.100	280 a 290
	dezembro	2.150	3.600	2.700	220
1829	fevereiro. . . .	3.400	3.900	2.900	245
	março	4.800	4.400	3.400	320
	maio	3.350	4.000	3.000	250
	junho	3.800	3.800	2.800	280
	setembro	3.350	3.600	2.600	275
1830	março	3.450	3.800	2.400	290
	julho	3.650	3.800	2.200	295
	novembro. . . .	3.450	3.600	2.000	300
	dezembro	3.500	3.500	2.000	310
1831	fevereiro. . . .	4.000	3.500	2.000	315
	abril.	4.400	3.400	2.000	320
	junho	3.800	2.800	1.500	280
	setembro	3.500	2.600	1.200	250
	outubro	3.600	2.300	1.200	215
	dezembro	4.600	2.700	1.600	275
1832	fevereiro	4.850	2.600	1.600	245
	abril	4.100	2.800	1.700	240
	junho	3.500	2.700	1.700	175
	setembro	3.200	2.400	1.400	140
	outubro.	4.600	2.500	1.500	180
1833	janeiro	4.300	2.600	1.600	190
	abril	3.600	2.200	1.300	100

Annos	Mezes	Café do melhor typo por anno	Assucar de 1.a por arroba	Assucar bruto por arroba	Couros por £ de peso
	junho	3.400	1.900	1.200	150
	agosto	3.300	1.800	1.200	150
	outubro	4.000	2.200	1.600	155
	novembro	3.800	2.500	1.800	160
1834	janeiro	3.800	2.000	1.400	160
	março	3.750	2.100	1.600	175
	abril	3.800	2.000	1.500	170
	agosto	3.500	2.300	1.700	160
	dezembro	3.300	2.400	1.800	160
1835	março	3.300	2.500	1.900	160
	maio	3.700	2.600	1.800	160
	agosto	3.400	2.400	1.800	150
1836	janeiro	3.500	2.600	2.000	150
	julho	3.650	3.200	2.300	150
1837	fevereiro	3.900	3.500	2.400	190
	maio	4.200	3.100	2.000	195
	outubro.	3.400	2.600	1.400	175
	dezembro	3.400	2.600	1.500	180
1838	março.	3.800	3.200	2.000	185
	julho	3.800	3.000	1.800	190
	dezembro	4.100	2.900	1.900	200
1839	fevereiro	3.800	3.000	2.000	200

PREÇOS MÉDIOS DA ARROBA DE CAFÉ EM CONFRONTO COM OS DA LIBRA ESTERLINA DE 1820 A 1872

Annos	*Arroba*	*Libra*
1820	6$400	4$210
1821	6$800	4$666
1822	5$300	4$897
1823	4$900	4$729
1824	3$200	4$974
1825	3$150	4$626
1826	2$850	4$987
1827	3$150	6$808
1828	2$600	7$595
1829	3$700	9$713
1830	3$500	10$520
1831	4$100	9$600
1832	4$000	6$421
1833	3$800	6$228
1834	3$600	6$195

Annos	*Arroba*	*Libra*
1835	3$500	6$124
1836	3$550	6$254
1837	3$460	8$135
1838	3$124	8$571
1839	3$466	7$852
1840	3$623	7$757
1841	3$588	7$933
1842	3$381	8$971
1843	3$084	9$320
1844	2$824	9$552
1845	2$912	9$458
1846	3$064	8$930
1847	2$718	8$590
1848	2$599	9$624
1849	2$492	9$297
1850	3$884	8$366
1851	3$097	8$258
1852	3$396	8$767
1853	3$764	8$439
1854	3$896	8$707
1855	3$890	8$727
1856	4$031	8$727
1857	4$627	9$035
1858	4$167	9$411
1859	5$199	9$600
1860	5$824	9$320
1861	5$501	9$411
1862	6$440	9$504
1863	6$739	7$827
1864	6$468	8$992
1865	6$285	9$624
1866	5$670	9$022
1867	5$513	10$726
1868	6$099	14$169
1869	6$164	12$800
1870	6$301	10$709
1871	6$064	10$013
1872	7$694	9$624

Os dados de que nos valemos para a organização deste quadro são os que occorrem na obra de Horacio Say *Les relations commerciales entre la France et le Brésil,* livro de

grande autoridade e os relatorios provinciaes do Rio de Janeiro do Visconde do Rio Bonito em 1852 e do Director da Fazenda Provincial Dr. Paulo José Pereira de Almeida Torres ao presidente Visconde de Prados em 1878.

Divergencias se notam entre estes dados officiaes e outros tambem officiaes esparsos pelos relatorios dos ministerios por exemplo.

Assim, por exemplo, os que occorrem no relatorio apresentados pelos futuros Marquez do Paraná, Visconde de Souza Franco, Barão de Uruguayana e Visconde do Rio Branco, como ministro da Fazenda ao Parlamento Imperial e segundo os quaes os preços médios do café haviam sido:

	Réis
Em 1850-1851	3.016
Em 1851-1852	3.453
Em 1852-1853	3.416
Em 1853-1854	3.722
Em 1854-1855	4.120
Em 1855-1856	4.153
Em 1856-1857	4.475
Em 1857-1858	4.889
Em 1858-1859	5.844
Em 1859-1860	5.469

Em 1847 o Visconde de Albuquerque assignala para os exercicios de

	Por arroba
1839-1840	3$577
1844-1845	2$853

Como vemos ha divergencias maiores e menores por vezes assignaladas entre os dados destas diversas fontes officiaes. Nota-se aliás que os relatorios se contradizem. Os proprios ministros da fazenda invalidam embora ligeiramente os numeros apresentados por seus antecessores.

Tal por exemplo o caso de Uruguayana e Souza Franco corrigindo os de Paraná.

E' natural que os dados mais recentes sejam os mais apreciaveis pelo facto de que correspondem á apreciação de maior numero de elementos.

Aliás o quadro que organizamos refere-se ao Rio de Janeiro cuja posição de preço predominante no mercado cafeeiro era então a mais notavel como sabemos.

As medias variavam e deviam certamente fazel-o nas diversas provincias como assignalavam diversos ministros em seus relatorios.

Assim por exemplo Bernardo de Souza Franco, Francisco de Salles Torres Homem, Angelo Muniz da Silva Ferraz, Rio Branco nos relatorios á segunda, terceira e quarta sessões da decima legislatura em 1858, 1859, 1860 e 1.ª e 2.ª da undecima em 1861 e 1862, apresentam as seguintes médias para diversos exercicios.

Souza Franco (1856-1857) Rio de Janeiro 4.156 rs. Santos 4.020, Bahia 4.460.

Inhomerim (1857-1858) Rio de Janeiro 4.489, Santos 4.203, Bahia 4.846.

Uruguayana (1858-1859) Rio de Janeiro 4.539, Santos 4.042, Bahia 3.989.

Rio Branco (1859-1860) Rio de Janeiro 5.986, Santos 4.042, Bahia 5.121.

Rio Branco (1860-1861) Rio de Janeiro 5.508, Santos 5.145, Bahia 5.098.

TERCEIRA PARTE

O problema do aprovisionamento de braços para a lavoura cafeeira



CAPITULO LVI

Imperiosidade do trafico africano no Brasil e na America — A accommodação portugueza ante o regimen servil africano — Crescimento da população servil brasileira com o augmento da producção assucareira — A grande phase da mineração do ouro — Preços excessivos dos escravos nas Minas Geraes

Explicando a imperiosidade do estabelecimento do regimen servil na America enunciou um autor francez, de principios do seculo XIX, um conceito pittoresco, paraphrastico de famoso proloquio mercenario militar:

Pas de nègres pas de colonies!

E, realmente, para o europeu colonizador dos primeiros seculos, inevitavel se impunha logo a associação de idéas entre as exigencias do trabalho rude do afeiçoamento do sólo americano e a sua realização por meio dos homens de pelle escura.

Negros chamavam os antigos portuguezes a todos os aborigenes da Africa e da America. No Brasil estabeleceu-se logo a distincção corrente entre *negros do gentio da terra* e *negros do gentio de Guiné,* como tanto é sabido.

Verificou-se porém e dentro em pouco, desde os albores do povoamento, que as *peças da terra* eram escravos muito menos aptos do que as *peças de Guiné.*

Dahi o empenho em se promover o trafico africano e sua intensificação progressiva.

O indio a cada passo reagia ao captiveiro praticando, em desespero de causa, como que uma "*greve* da morte." Os grandes rebanhos de aprezados do sertão minguavam a olhos vistos, devorados pelo traumatismo moral. Tinham os seus sobreviventes mais energicos e seleccionados o remedio da evasão cheia de recursos, innumeros e seguros, em paiz desertico de tamanha vastidão.

O africano transplantado com estes não podia contar:

ficava entre a desmisericordia do branco e a hostilidade do indigena, que na integra praticava a feroz maxima primitiva do *hospes hostis, como* expressivamente recorda Rocha Pombo.

E além de tudo, muito mais affeiçoado ao captiveiro pelo regime de sobismo miliar de seu continente, e a intranquillidade da razzia arabe, feroz, resignava-se incomparavelmente mais, ao que delle exigia o branco, do que o americano habituado ao codigo patriarchal e igualitario de seus costumes.

Escrever alguem a historia do café no Brasil e deixar de se referir largamente ás coisas do trafico do regimen servil é realizar obra onde occorre lacuna da maior importancia, exigindo severo reparo dos seus leitores.

Nada mais expressivo do que estes esplendidos conceitos de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala.*

"Quando, em 1532, se organizou, economica e civilmente, a sociedade brasileira, já foi depois de um seculo inteiro de contacto dos portuguezes com os tropicos; de demonstrada na India e na Africa sua aptidão para a vida tropical. Mudado em São Vicente e em Pernambuco o rumo da colonização portugueza do facies mercantil, para o agricola; organizada a sociedade colonial sobre base mais solida e em condições mais estaveis que na India, ou nas feitorias africanas no Brasil é que se realizaria a prova definitiva daquella aptidão. A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarchal da familia, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do portuguez com a mulher india, incorporada assim á cultura economica e social do invasor.

Formou-se na America tropical uma sociedade agraria na estructura, escravocrata na technica de exploração economica, hybrida de indio — e mais tarde de negro — na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciencia de raça, quase nenhuma no portuguez cosmopolita e plastico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em systema de prophylaxia social e politica. Menos pela acção official do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espirito politico e de realismo economico e juridico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro seculo elemento decisivo de formação nacional.

A singular predisposição do portuguez para a colonização hybrida e escravocrata dos tropicos, explica-a em grande parte o seu passado ethnico ou antes cultural, de povo indefinido entre a Europa e a Africa. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas."

O perigo da revolta geral das grandes massas servis con-

tra os seus relativamente muito pouco numerosos oppressores apresentou-se sempre grave aos colonos desde os primeiros seculos. E estes muito mais bem armados de que seus servos o encaravam destemerosamente, conscios da sua superioridade racial organizada, sobre os infelizes submettidos ao seu dominio de ferrea contenção.

Ainda, em meiados do seculo XVII, quando em torno de São Paulo só havia, por assim dizer, servos vermelhos, além de um ou outro tapanhuno, diversas revoltas graves arrebentaram, como por exemplo a de 1651 em que pereceu o grande bandeirante Antonio Pedroso de Barros, homem de ferro, no emtanto, e habituado a reger centenas de escravos vermelhos, a de 1660 no districto de Juquery, em que perderam a vida numerosos fazendeiros brancos etc.

Os africanos se concentraram desde os primeiros annos nas regiões assucareiras, parece quase inutil lembral-o.

Já em 1516 partira da costa angoleza para o Brasil um navio negreiro recorda Pedro Calmon, citando o Visconde de Paiva Manso.

Seja-nos permittido aqui recordar outros e lucidos conceitos de Gilberto Freyre.

"Diante do successo alcançado pelo esforço dos primeiros senhores de engenho, é que a Corôa comprehendeu as possibilidades de riqueza colonial pela producção do assucar.

Como observa João Lucio de Azevedo "o privilegio, outorgado ao donatario, de só elle fabricar e possuir moendas e engenhos de agua, denota ser a lavoura do assucar a que se tinha especialmente em mira introduzir".

E as concessões todas e, mais tarde o *Regimento* de Thomé de Souza, affirmam a mesma politica de prestigiar-se a cultura do assucar na pessoa do senhor de engenho.

Claro que dahi só poderia resultar o que resultou; de vantajoso o desenvolvimento da iniciativa particular estimulada nos seus instinctos de posse e de mando; de malefico, a monocultura desbragada. O mandonismo dos proprietarios de terras e escravos. Os abusos e violencias dos autocratas das casas grandes. O exaggerado privatismo ou o individualismo dos sesmeiros.

Mesmo assim, a economia colonial praticada no Brasil durante os primeiros dois seculos restituiu a Portugal cores de saude ha muito desaparecidas sob a furia morbida de exploração de riqueza, de rapina, de saque. Nos fins do proprio seculo XVI já havia em Portugal quem sentisse a superioridade do methodo de colonização adoptado no Brasil sobre o

seguido na India e na Mina; e o quizesse generalizar ás outras terras da Corôa."

Cresciam as lavouras assucareiras e com ellas o affluxo africano. Nucleos negros, volumosissimos, para a escassez numerica de seus dominadores, adensaram-se sobretudo na tira uberrima do massapé pernambucano e na fimbria não menos fertil do Reconcavo bahiano.

Já em 1610 espantava-se Pyrard de Laval do enorme numero de africanos que, nos domingos e dias santificados, enchiam as ruas e praças da cidade d'O Salvador, dançando e folgando, com permissão de seus senhores.

Visitou engenhos do Reconcavo cuja opulencia lhe causou pasmo. Viviam os seus proprietarios como legitimos grandes barões medievaes, cheios de servos e agregados. Causou-lhe verdadeira admiração a riqueza do tratamento de Balthazar de Aragão, o celebre *Bángala*, que lhe apresentou uma banda de musica de trinta figuras, todas negras, e cujo regente era um francez provençal.

Cerca de quarenta mil escravos negros havia em 1647, nos engenhos de assucar, do Rio Grande do Norte ao São Francisco, affirma Nieuhof.

"Eram tratados e batidos do modo mais miseravel pelos portuguezes. Mas valesse a verdade! era isto absolutamente necessario para a manutenção da disciplina, pois se tratava de gente cheia de velhacaria, superstição e no mais alto grau amante de feitiços."

E' frequentemente citada celebre pagina de Gandavo sobre os primeiros annos do regime servil nas terras brasileiras.

"Os moradores desta Costa do Brasil todos tem terras de Sesmarias dadas e repartidas pelos Capitães da terra e a primeira coisa que pretendem alcançar são escravos para lhes fazerem e grangearem suas roças e fazendas, porque sem elles não se podem sustentar na terra; e uma das coisas porque o Brasil não floresce muito mais é pelos escravos que se alevantaram e fugiram para suas terras e fogem cada dia; e se estes indios não foram tão fugitivos e mudaveis não tivera comparação e riqueza do Brasil."

Explica o bom Pero de Magalhães singelamente o que o pavoroso parasitismo desses homens brancos que viviam honradamente do labor dos miseros servos, regra aliás universal daquella época do *poignez villain!*

"As pessoas que no Brasil querem viver, tanto que se fazem moradores da terra, por pobres que sejam, se cada um alcançar dois pares ou meia duzia de escravos (que pode um

pro outro custar pouco mais ou menos até dez cruzados) logo tem remedio para sua sustentação; porque uns lhe pescam e caçam outros lhe fazem mantimentos e fazenda e assim pouco a pouco enriquecem os homens e vivem honradamente na terra com mais descanso que neste Reino, porque os mesmos escravos indios da terra buscam de comer para si e para os senhores, e desta maneira não fazem os homens despeza com seus escravos em mantimentos nem com suas pessoas."

Explicava depois o luso flamengo amigo de Camões que já em 1567 havia muitos africanos no Brasil, gente mais segura por temer fugir para a floresta apinhada de indios seus infalliveis trucidadores, o que aliás, em 1610, confirmara Pyrard de Laval.

"E assim ha tambem muitos escravos de Guiné; estes são mais seguros que os indios da terra porque nunca fogem nem teem para onde."

Recorda Gilberto Freyre um trecho não menos documentador de Manuel da Nobrega.

"Os homens que aqui vêm, não acham outro modo de viver sinão do trabalho dos escravos que pescam e vão buscar-lhes os alimentos e tanto os domina a preguiça e são dados ás coisas sensuaes e vicios diversos que nem curam de estar excommungados possuindo os ditos escravos."

Em fins do seculo XVIII no dizer de Antonil em sua preciosissima *Cultura e opulencia do Brasil suas drogas e minas,* attingiam a um total de 528 os engenhos brasileiros. Os da Bahia eram 146, os de Pernambuco 246, os do Rio de Janeiro 136. Os de Pernambuco mais numerosos eram comtudo menores que os bahianos.

Quanto á producção assim se distribuia:

	Caixas
Bahia	14.500
Pernambuco	12.300
Rio de Janeiro	10.220
Exportavam na Bahia . . .	14.000
Pernambuco	12.100
Rio de Janeiro	10.100

As restantes 820 serviam para o consumo interno.

O total da producção brasileira chegava a 37.020 caixas. Estas caixas, immensas, irracionalmente pesadas, exigiam enormes sacrificios de seus transportadores naquelles tempos

em que não havia senão motores humanos. Cada qual pesava 35 arrobas! cerca de 520 kilogrammas!

Assim pois o total da producção brasileira seria de .... 1.295.700 arrobas. Neste computo só incluiu Antonil a producção dos tres grandes nucleos assucareiros. E' que se mostrava insignificante o que rendia a lavoura do Espirito Santo, de São Vicente, do Maranhão. Incluia-se na contribuição pernambucana naturalmente a de Alagoas, Parahyba e Rio Grande do Norte. Na bahiana a de Sergipe.

Se tomarmos por base o que o Padre Estevam Pereira conta do engenho de Cerigipe onde 80 escravos produziam dez mil arrobas annualmente teremos um total de 10.365 captivos para todo o pessoal de trabalhadores de engenho em principios do seculo XVIII.

Mas este calculo tem que ser majorado certamente porque nelle não incluimos os escravos dos que trabalhavam em partidos de canna e eram os fornecedores dos engenhos.

O proprio Antonil nos conta que os maiores engenhos empregavam de 150 a 200 peças contando as dos partidos. Se dermos uma média geral de cem escravos para os 528 engenhos do Brasil veremos 52.800 trabalhadores, cifra bem mais razoavel. Mesmo a 80 peças por engenho, numero ainda moderado, poderemos contar com 42.240 pessoas. Cerca de sete por cento morriam anualmente segundo o calculo do Padre Pereira, o que nos dá um total de 2.956 individuos.

Segundo ainda um topico de Antonil, aliás obscuro, um partido de mil pães de assucar demandava de trinta a quarenta enxadeiros e foiceiros. O pão de assucar, ou forma, de accordo com o Padre Pereira correspondia a uma arroba.

Assim as 1.295.700 arrobas da producção brasileira exigiriam 45.349 escravos agricultores da gramminea, se admittirmos que um partidista de mil pães podia trabalhar com 45 escravos de enxada e foice, termo medio entre os 30 e 40 de Antonil.

Não pensamos pois que seja exaggerado admittir que de 50 a 60 mil escravos trabalhavam na lavoura da canna em fins do seculo XVIII, nos tres grandes nucleos bahiano, pernambucano e fluminense. Mau grado a mortalidade dos escravos, sobretudo a infantil, assim mesmo crescia a população servil, brasileira de nascimento. Se admittirmos que cada um dos homens radicados á lavoura assucareira teria pelo menos mulher e um filho chegaremos a um total de 100 a 150 mil escravos de engenho, estimativa que não nos parece exaggerada.

Falando do tabaco refere Antonil que em 1700 sua lavoura pouco mais de um seculo contava na Bahia. Mas não nos fornece dados estatisticos que nos habilitem a calcular qual seria a população servil a quem cabia a producção dos 25 mil rolos da Bahia e dos 2.000 das Alagoas e Pernambuco.

Aliás a parcella relativa ao fumo correspondia no computo da exportação total brasileira a menos de um setimo do que se arbitrava ao assucar.

Assim tambem tratando das lavras auriferas, recentemente descobertas, não menciona o illustre loyolista o numero de escravos que nellas labutava. Apenas diz que os paulistas se faziam servir por muitos indios. Para as catas concorriam multidões de brancos, pretos e pardos.

Veio a grande phase da mineração aurifera trazer notavel recrudescencia do trafico pois os escravos attingiram preços absolutamente phantasticos nas lavras mineraes. Assim nos inculca Antonil em sua tão conhecida tabella em que vemos escravos cotados a quinhentos a setecentos mil réis por cabeça o que hoje equivaleria a varias dezenas de contos de réis.

Provocara a mineração além do activamento do trafico africano forte corrente immigratoria do norte para o sul do Brasil. Escasseiavam os negros nos cannaviaes, e nas malhadas. Despovoavam-se estas verdadeiras minas do Brasil.

"E estes preços tão altos, e tão correntes nas minas, foram causa de subirem tanto os preços de todas as coisas como se experimenta nos povos das cidades e villas do Brasil e ficaram desfornecidos muitos engenhos de assucar, das peças necessarias; e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quase todos, aonde vendidos hão de dar maior lucro."


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO LVII

O Rio de Janeiro e a immigração africana nos dois primeiros seculos — Os computos do trafico — Avaliações diversas — Disparidades notaveis — Hypotheses de Calogeras, Rocha Pombo, Calmon, Renato Mendonça — Documentação falha — Aspectos parciaes

Não entra no escopo desta introducção ao estudo do trafico motivado pelo café dissertar quaes hajam sido as principaes procedencias dos africanos introduzidos no Brasil.

Nos primeiros seculos as grandes correntes de immigração negra forçada encaminhavam-se para o Norte do Brasil, sobretudo para a Bahia e Pernambuco como ninguem ignora.

O Rio de Janeiro recebeu muito menor affluxo apesar das reclamações das autoriddaes e povo fluminense.

Esta escassez de africanos em terras do Rio de Janeiro provinha de diversas causas; entre outras o alongamento da travessia maritima, o estado incipiente das lavouras de canna. As de Campos de Goytacazes só agora, em meiados do seculo XVII começavam a desenvolver-se realmente.

Haviam as bexigas em 1666, arrazado a escravatura e os mestres de taes barcos preferiam viajar para Pernambuco e Bahia por serem as travessias mais rapidas e os mercados mais ricos.

O Reconcavo bahiano, a tira do massapé pernambucano trouxeram contingentes negros enormes em relação á exiguidade da população branca, como é de todos mais que sabido.

O Sul, de culturas muito menos extensas, absorvia braços em quantidade incomparavelmente menor. As lavouras assucareiras do Rio de Janeiro desenvolveram-se lentamente; as de São Paulo cifraram-se ao insignificante surto do lagamar santense e da fimbria littoranea ao norte deste. Só no seculo XVIII é que a canna surgiria, como cultura extensa, nas terras de mediana altitude de Itú.

A descoberta do ouro é que traria para os nucleos de

Minas Geraes enormes levas africanas. O Rio de Janeiro passou a ser o grande entreposto de escravos do seculo XVIII. Por Santos foram as entradas pequenas. As que se valiam das estradas bahianas tinham muito maior importancia.

Os exploradores das catas auriferas verificavam de prompto quanto o minerador negro levava immensa vantagem sobre o vermelho. Os "muitos indios de que a principio se serviam os paulistas" segundo o depoimento de Antonil morriam como moscas e os negros resistiam á terrivel dureza de sua condição de cavouqueiros da fortuna.

Os almocafres e os alviões, os carumbés e as batelas continuamente trabalhavam nos veios taboleiros e grupiaras, revolvendo o cascalho até a piçarra. Continuamente tambem silvavam as longas tiras de couro dos azorragues, nos magros e cicatrizados dorsos dos infelizes africanos, porque, se no Brasil, jamais houve inexoraveis senhores e desalmados traficantes foram estes os mineradores os implacaveis aventureiros revolvedores do sólo aurifero e réos das hediondas barbaridades de que nos fala horrorizado um quase contemporaneo, o escrupuloso Cunha Mattos.

Parece-nos impossivel estabelecer uma cifra satisfatoria como computo do total de africanos arrebatados ao seu continente e violentamente transmigrados ás terras americanas.

Discordam immenso os autores que estudaram este assumpto. Entre elles ha positivas exaggerações e por contrapeso inacceitaveis estimativas, por muito baixas. Ha quem fale em cincoenta milhões, em trinta, em vinte e em menos.

No seu excellente estudo *La traite et l'esclavage des congolais par les européens,* monographia alicerçada em formidavel bibliographia, de muitas procedencias lucida e conscienciosamente perscrutada, affirma o P. Dieudonné Rinchon, missionario capuchinho contemporaneo, que só do Congo foram deportados para o Novo Mundo nada menos de treze milhões e duzentos e cincoenta mil negros. Verdade é que a região congueza passou a ser a principal fonte de abasto do trafico sobretudo para o Brasil.

Quantos escravos terá trazido para o nosso paiz o horrivel "commercio do ebano?"

Nada mais exacto do que estes conceitos de Calogeras. "Nenhuma estatistica sobre a importação total de escravos houve nos seculos XVI, XVII e XVIII de sorte que estamos reduzidos a formular hypotheses. Pode-se tentar inquirir da ordem de grandeza do facto, partindo de bases mais ou menos plausiveis, mas sempre arbitrarias."

Existem quando muito elementos parcellares e estes mesmos sobremodo deficientes.

Cita o illustre homem de estado uma tabella de Oliveira Vianna sobre a taxa demographica de crescimento. Entende o eminente autor d' *As populações meridionaes do Brasil* que são estes os coeficientes a se applicar ás populações de sangue africano:

	Livres	*Escravos*
Mulatos.	+ 0.92 %	— 2.19 %
Negros.	— 0.62 %	— 3.95 %

Pensa Calogeras que estes coeficientes devem ser inquinados de suspeição por não se estribarem em numero sufficiente de observações. Baseiam-se, dil-o, em um depoimento unico, o de Eschwege, referente a Minas Geraes, e a 1820. Já, nesta época, o abrandamento de costumes diminuira notavelmente o minotaurismo negro do regime servil americano. Já não se verificavam as formidaveis mortalidades assignaladoras das condições sob as quaes haviam trabalhado as levas africanas dos primeiros seculos.

Mesmo em Minas, por exemplo, não reinava mais aquella tremenda ancia pelo ouro pois bem se sabia que os jazigos estavam semi-esgotados.

Expõe Calogeras, por meio de engenhoso raciocinio, baseado em considerações de ordem mathematica, a sua crença de que a entrada media annual de africanos, durante duzentos annos, correspondeu a 54.500 cabeças. E partindo da premissa de que 4,5 % deve ter sido a taxa de diminuição annual no rebanho servil lembra que em 20 ou 25 annos deveriam ter desapparecido totalmente os negros importados no primeiro anno.

Logo para manter um nivel constante, impor-se-iam quatro ou cinco renovações integraes por seculo. Sendo de ...... 1.200.000 o numero de sobreviventes em 1820, significaria esta cifra um trafico de cinco a seis milhões por seculo, ou de dez a doze milhões no caso de se adoptar o periodo de 200 annos, de oito a nove se se achar mais acertado o de 150 annos. Seriam levas annuaes de 50 a 60.000 negros, analogas ás que se registraram no seculo XIX, após a abolição nominal do trafico. Acceita Calogeras como base uma entrada media annual de 55.000 captivos entre 1650-1850 ou um total de onze milhões e quinhentas mil cabeças. Tal é a ordem de grandeza das importações de gado humano.

Semelhante conclusão parece-nos sobremodo exaggerada. Assim por exemplo o seculo XVIII, de 1750 para o fim, assignala uma phase de seria depressão economica do Brasil e esta certamente reflectiu sobre o trafico. O esgotamento das minas não pode deixar de ter poderosamente influido sobre o decrescimo da importação de africanos.

Se assim for, sendo a media de 55.000 cabeças tão elevada, teria sido necessario que em principios do seculo viessem para o Brasil de oitenta a cem mil negros, annualmente, o que é demais, á vista de uma serie de indicios resultantes das informações da documentação.

Entre as cifras de Calogeras, e as de diversos autores, que estudaram os dados numericos do trafico, ha divergencias enormes.

O mais exaggerado de todos parece-nos ter sido Rocha Pombo.

Encerrando o capitulo da sua *Historia do Brasil*, em que tratou da avaliação conjectural do trafico, sem ter aliás examinado convenientemente a documentação relativa a tão importante caso, expende Rocha Pombo:

"Só depois do seculo XVI é que se estabeleceu, em larga escala, a importação de negros para o Brasil; e essa importação assumiu maiores proporções de meiados do seculo XVII até quase meiados do seculo XIX.

Não temos dados bem positivos para precisar o numero de escravos que entravam em portos do Brasil anualmente, nem mesmo restringindo a nossa observação ao indicado periodo.

Parece, no emtanto, que o calculo que mais se approxima da verdade é o que consigna para os dois seculos de trafico mais activo uma media annual de cincoenta e sessenta mil individuos.

Estimando para o seculo anterior uma equivalente á terça parte daquella outra media, cremos não ficar muito distante da cifra exacta fixando em quinze milhões o total de sangue africano que entrou aqui na fusão geral. Isto nos dá desde logo uma idéia da enorme importancia deste coeficiente na formação do nosso complexo ethnico."

Exaggeradissima a nosso ver esta cifra do historiador paranaense que suppomos a mais alta avaliação jamais feita do numero de africanos despejados no Brasil.

Renato Mendonça em seu excellente livro: *A influencia africana no portuguez do Brasil* reduz immenso a estimativa de Rocha Pombo.

Para elle o total de africanos importados (até 1830 entende-se) subiu a 4.830.000 cabeças de accordo com o quadro seguinte:

SECULOS	Regiões	Entradas Annuaes	Total Annuo	Total da importação
Seculo XVI	Todo o Brasil. . . .	—	—	30.000
Seculo XVII	Brasil Hollandez . .	3.000	—	—
Seculo XVIII	Brasil Portuguez . .	5.000	8.000	800.000
Seculo XVIII	Pará	600	—	—
Seculo XVIII	Recife	5.000	—	—
Seculo XVIII	Bahia	8.000	—	—
Seculo XVIII	Rio	12.000	25.000	2.500.000
Seculo XIX	Rio	20.000	—	—
(Até 1930)	Todo o Brasil. . . .	5.000	—	1.500.000

Total durante o trafico 4.830.000

Um *lapsus calami* do distincto autor fez com que avultasse o total do seculo XVII. O dominio hollandez tendo durado 24 annos a importação de africanos pelos batavos tem que ser reduzida de 300.000 a 72.000 peças. Por outro lado esqueceu-se o Sr. Renato Mendonça de reunir ao seu total do seculo XVIII a contribuição attribuida ao Pará 60.000 escravos. Feitas estas pequenas correções a sua hypothese admitte o transporte de 4.662.000 negros para o Brasil.

Notemos de passagem que a avaliação relativa ao seculo XVI parece-nos baixa.

Na sua *Historia do Congo* (Cf. p. 140) que goza de tão elevados creditos reporta-se o Visconde de Paiva Manso a um documento official em que se relata que só no mercado de Loanda, em quinze annos (1576-1591) foram vendidos .... 52.553 escravos embarcados para o Brasil o Reino e as Indias de Castella. Demos um terço para o Brasil e teremos em

15 annos 17.687 peças. Pensamos que o Brasil quinhentista deve ter recebido de 60 a 80 mil africanos.

Total mais baixo ainda admitte Roberto Simonsen com a seguinte avaliação que abrange o periodo de 1.600 a 1851.

Seculo XVII	400.000
Seculo XVIII e XIX . .	2.765.000
Total	3.165.000

A acceitarmos esta avaliação teremos um total de ..... 3.300.000 para o lapso de 1538 a 1853.

Emittiu Pedro Calmon em 1933 em sua *Historia da Civilização Brasileira* (2.ª ed.) a opinião de que o total dos africanos importados entre 1550 a 1850 tenha sido ainda menor; apenas 2.500.000 cabeças.

Suppomos que seja esta a cifra mais baixa annotada pelos recenseadores do trafico, correspondendo a uma média annual de 8.333 peças, que nos parece evidentemente baixa.

Alargando a sua analyse reformou o nosso illustre collega o seu juizo no bello livro do *Espirito da sociedade colonial* (1935) elevando o computo a um total de seis milhões de africanos.

Recorda Calogeras o relatorio de Domingos de Abreu de Britto a Philippe II, em 1592. E' o documento citado por Paiva Manso a que alludimos. Nelle se conta ao monarcha que nos dezeseis annos do periodo de 1575 a 1591 haviam sahido de Angola para o Brasil e Indias de Castella 52.553 negros ou cerca de 3.100 por anno.

Pensa o autor illustre das *Minas do Brasil* que se ahi incluirmos o grupo tributario do Cabo Verde e São Thomé terá o numero de dobrar.

Mas tambem devemos considerar que a parte relativa ás possessões hespanholas absorveria metade da importação servil, o que não é estranhavel quando reflectirmos que as Antilhas prosseguiam na sua grande phase assucareira e as minas mexicanas e peruanas cada vez mais rendiam, provocando hecatombes de escravos.

Se a importação de africanos foi realmente tão intensa no Brasil quinhentista não seriam apenas quatro mil os negros capazes de pegar em armas que Gabriel Soares dizia haver na Bahia em 1587. Os tres mil do computo de Calogeras se espalhariam por todo o Brasil, mas assim mesmo a porcentagem bahiana seria fatalmente muito alta.

Carradas de razão cabem-lhe quando recorda a insuficiencia dos dados com que lutamos para avaliar os resultados numericos do trafico.

Desappareceram muitos dos documentos a elle relativos. No Brasil não se desvendaram ainda e devem estar reduzidos. A esperança de seu encontro reside nas reservas archivaes de Portugal e das colonias luso africanas. Até agora porém não se offereceram ao exame dos estudiosos senão com notavel parcimonia.

Os proprios documentos adduzidos por Calogeras frequentemente contradizem a sua estimativa elevada.

João de Laet, no livro setimo de seus *Annaes*, relata que em 1619 a 1623, num quinquennio portanto, a entrada de negros em Pernambuco attingira 15.430 peças seja uma media annual de 3.143 cabeças. Outro tanto que desse a Bahia e mais outro tanto para o Rio, Espirito Santo, São Vicente, e o resto do Brasil, o que é muito elevado, e teremos, *grosso modo*, uma media de 9.000 cabeças.

Os paulistas estavam na phase intensa da escravização vermelha que supria muito os mercados do norte. Dahi a disparidade dos preços entre um negro da terra e outro do gentio de Guiné que em São Paulo chegava a custar cinco vezes mais caro do que o seu companheiro de infelicidade.

Neumann Waetgen, citado por Calogeras, affirma em seu *Imperio hollandez do Brasil* (1912) que as importações de negros africanos para o Brasil batavo foram em

	Cabeças
1636 de	1.031
1637 de	1.580
1638 de	1.711
1639 de	1.802
1640 de	1.188
1641 de	1.437
1642 de	2.312
1643 de	3.948
1644 de	5.565
1645 de	2.589

ou seja um total para o decennio de 23.168 cabeças.

Em 1646 Nieuhof admittia que o total da população captiva do Brasil batavo assucareiro fosse de 40.000 almas.

As exigencias annuaes da colonia eram de quatro mil cabeças, refere-nos Varnhagen.

Quer-nos parecer excessiva a avaliação das importações servis feitas por Calogeras. Entende que a media anual deve ter oscillado em torno de 50.000 cabeças, o que é sobremodo exaggerado.

No seculo XVII teria ella sido de 40.000 no seguinte de 55.000.

E' immensa, a nosso ver, esta media. Em principios do seculo XVII o maior mercado era ainda Pernambuco.

Relata o Visconde Paiva Manso que os escravos do Congo pagavam tres mil réis por cabeça, de direitos de exportação, quando destinados ao Brasil e seis quando despachados para outras procedencias.

Affirma Rocha Pombo, sem relatar comtudo como se documenta, que, em meiados do seculo XVII, a receita annual deste imposto attingiu duzentos contos de réis.

Se admittirmos que pelo menos a metade dos escravos conguezes se encaminhava para o Brasil teremos para o seu computo 33.000 cabeças, o que é forte demais. Accrescenta ainda o mesmo autor que, de meiados do seculo XVII em diante, tal receita triplicou, o que nos daria cem mil escravos annualmente, cifra sem duvida alguma astronomica.

A admittirmos o que affirma Rocha Pombo acerca do total das taxas arrecadadas, no Congo, em meiados do seculo XVII, teremos de reputar totalmente falsos os informes de Antonio Vieira que avaliava os escravos de Pernambuco, naquella época em 33.000 apenas. E os de Gaspar Dias Ferreira que os computava em 50.000.

Varnhagen admitte uma média, já lembrada e para nós razoavel de 40.000 captivos.

A predominancia de maior massa negra permittiria em Pernambuco a formação de quilombos como os dos Palmares. Se na região do Reconcavo bahiano houvesse tanta densidade negra quanto em terras pernambucanas veriamos certamente occorrer a formação de grande mocambos capazes de confronto com os da Troya negra.

Tanto mais quanto no nucleo bahiano avultavam os escravos de procedencia super equatorial, muito mais elevados intellectualmente do que a massa bantú da região pernambucana.

Occorria ainda uma circumstancia para favorecer a formação de taes quilombos, a dizimação dos indios do valle do Paraguassú senão o seu quase exterminio, graças ás expedi-

ções de Estevam Ribeiro Bayão Parente, Braz Rodrigues de Arzão e João Amaro Maciel Parente.

Não poderiam os canhamboras do Reconcavo receiar mais as hostilidades dos ferozes tapuyas.

O notavel alargamento da cultura assucareira sceiscentista trouxe parallelamente o do trafico. Não tardaria a intervir um segundo factor a provocar tal recrudescencia.

Verdadeira allucinação provocou em todo o Brasil a noticia dos maravilhosos achados dos pactolos do Espinhaço.

Despovoavam-se as lavouras de assucar; açodadamente partiam para a região das Geraes os lavradores e sua escravatura.

Com toda a razão escreve João Lucio d'Azevedo ao analysar curioso documento:

"Parecer em que se propõe os meios mais convenientes para suspender a ruina dos tres principaes generos do commercio do Brasil, assucar, tabaco e sola."

Com os negros emigrava juntamente o pessoal de raça branca, a gente habil dos engenhos, feitores, mestres, purgadores, carpinteiros das caixas, e outros, de officios necessarios á industria, que todos corriam alacres ao chamado da fortuna. Para as minas iam tambem os animaes de carga, mulas, bois, cavallos, tão preciosos para os engenhos, e disputados a estes, por elevadas sommas, para os transportes.

Em 1706, o governador do Brasil, D. Rodrigo da Costa, de retorno á Europa, representava caminhar o Estado para a ruina total por faltarem os escravos, todos vendidos para as minas mal chegavam aos portos. De facto toda a agricultura e industria, toda a producção do paiz dependia do braço dos negros.

Pedia D. Rodrigo da Costa que se prohibisse a sahida dos escravos dos engenhos para as lavras e até o commercio maritimo de negros de porto a porto do Brasil. Fossem as minas suppridas por intermedio da junta do Cacheu e o trato das Indias, criado especialmente para o trafico, reclamava D. Rodrigo da Costa em 1706. A côrte quase sempre deficientemente informada das coisas da colonia permittia pelo alvará de 20 de janeiro de 1701 que para as minas de São Paulo pudessem ser encaminhados annualmente duzentos escravos.

Era verdadeiro absurdo contra o qual já protestara o governador do Rio de Janeiro, D. Alvaro da Silveira de Albuquerque, a 11 de maio de 1703.

Pois se o trafico livre não chegava para supprir as exi-

gencias do trabalho das minas ainda se pretendia impor tal limitação?

Referindo-se aos paulistas allegava D. Alvaro (ap. J. L. d'Azevedo).

Não é justo que, sendo-lhes necessarios negros, e tendo com que os pagar, lhes impeçam o compral-os. Além disso eram taes negros, na maior parte os que transportavam os generos do Rio para as minas. Faltando a conducção cessava o commercio, com prejuizo dos que o exercitavam e das rendas publicas, sendo os negociantes de escravos os que maior parcella davam aos quintos. Considerando porém as necessidades da lavoura, o governador propunha de outro modo a partilha; ficar na capitania a quinta parte dos escravos que de futuro viessem; dos restantes dispuzessem os donos á vontade.

A capitação relativa aos escravos exportados para as minas foi a principio de 3$500; de 1721 em diante passou a ser de 4$500.

Os documentos fluminenses do Archivo de Marinha e Ultramar referentes ao rendimento deste imposto permittem-nos avaliar as cifras de exportação dos escravos.

Em seis annos (1715-1721) 13.440 no hexennio seguinte 13.926, o que nos dá uma media annual de 2.280 captivos.

No triennio seguinte (1725-1727) a media annual subiu a 5.714 cabeças computando-se em 50.000 cruzados annuaes o producto da taxa de 3$500 por captivo.

Baseando-se na circumstancia de que não deveria ter subido tão notavelmente o total da importação de africanos observa J. L. d'Azevedo:

"Por este modo, mais de metade dos negros ficavam no Rio de Janeiro, o que se não deve presumir. Estamos longe da quinta parte, que preconizava o governador em 1703. Não entrariam na conta os que iam para São Paulo, ou a differença se compensaria nos annos segunites, e por maneiras que escapam agora á verificação."

Tão alarmados os lavradores e negociantes do Norte com o exodo da excravatura que pediam a elevação da taxa capitativa para nove mil réis.

Debalde procuravam as autoridades reprimir o descaminho dos escravos. Era tão pertinaz e quiça tão cheio de proventos como o do ouro, mau grado a multiplicação de todos os obices; inventados pela acção governamental. Pouco valia a actuação das mais activas sentinellas de estradas; mau grado fossem ellas as mais vigilantes, argutas e dedicadas ao serviço real.

A remessa de escravos do Rio de Janeiro para as minas não era tão consideravel em 1727 pois sabemos que neste millesimo foi arrematado o contracto relativo ao imposto de exportação estabelecido a tal proposito por 17.500 cruzados ou sejam 7:000$000. Ora como cada escravo pagava a taxa de 4$500 rs. vemos que no maximo seriam dois mil ou dois mil e quinhentos negros em transito pois não era crivel que se desse tanta margem de lucros ao arrendatario, em detrimento da fazenda real. Admittamos que chegassem a tres mil e concedamos mais dois mil para o contrabando, teremos cinco mil para o total das importações de escravos em territorio mineiro pela mais frequentada de suas vias de accesso (cif. Arch. de Mar. e Ultr. 10.398).

Em 1930 sob o titulo *Motivos de historia Diplomatica do Brasil,* em volume reuniu o Sr. Consul Geral Mario de Barros e Vasconcellos — um dos mais prestigiosos membros sem favor algum do nosso corpo representativo no exterior — diversos trabalhos valiosos que já haviam tido publicidade dispersa.

São contribuições excellentes para a nossa ainda pouco trabalhada historia diplomatica.

Assaz largo estudo consagrou á analyse d'*A politica exterior do Imperio,* de Calogeras, em que fazendo justiça á valia desta grande obra oppõe-lhe reparos bem documentados e sobremodo criteriosos.

Assim não o convencem os numeros do illustre historiador relativos á importação de escravos. E declara que se elle se houvesse valido dos documentos archivados no Itamaraty teria certamente diminuido o seu coeficiente de 54.500 peças para a entrada annual dos africanos.

A tal proposito commenta:

"Este numero parece-nos exaggerado.

Tendo-se em vista as fortes perdas durante a travessia, a pequena arqueação dos veleiros, a duração de cada viagem redonda, além de alguns outros pequenos factores de eliminação, encontra-se que seria necessaria por anno, a entrada de 185 barcos com trezentas peças uteis, o que representaria uma frota de uns 500 veleiros exclusivamente empregados no trafego durante dois seculos e tanto."

São comtudo tão contraditorios os informes de que dispomos sobre a avaliação dos negros importados que em diversas referencias documentaes encontramos a denegação a este modo de ver do Sr. Mario de Vasconcellos.

Referem diversos missionarios capuchinhos reiteradas vezes que já no seculo XVII atravessavam o Atlantico navios

transportando seiscentos, setecentos e até novecentos escravos conseguindo desembarcar na Bahia quinhentos e seiscentos peças uteis.

Por outro lado vemos o anonymo francez do *Notre Dame de l'Epine de France* autor do raro *Journal d'un voyage sur les costes d'Afrique* (1702-1706) declarar que em principios do seculo XVIII a frota traficante da Bahia comprehendia 220 bergantins realizando duas viagens annuaes em termo medio. Este navio vendia escravos na Bahia, Rio de Janeiro, Colonia do Socramento e Buenos Ayres.

Ora esta esquadrilha, carregando os trezentos escravos admittidos pelo Sr. M. de Vasconcellos, estaria em condições de trazer para o Brasil, annualmente em 400 viagens a cifra fabulosa de 120.000 escravos. Não era necessario pois, para attingir a cifra de Calogeras, que a frota de tumbeiros attingisse quinhentos barcos, numero que o douto reparador acha excessivo.

Parecem-nos sobremodo procedentes estas suas ponderações. "O trafico é anterior de meio seculo, á descoberta do Brasil, e no emtanto em 1684 ainda era tal a escassez de barcos para esse commercio, que se expediu um regimento regulando a arqueação destes.

Os comboios negreiros para a travessia do Atlantico sul eram então muito poucos por anno, e por isso cada barco trazia sempre, e excedida a sua lotação.

Por essa época, o Rio solicitava de Angola tres navios por anno e não podia exceder de quatro o numero dos barcos em estação nesse porto africano."

Aponta M. de Vasconcellos e com muito bons fundamentos a notoria contradição entre os proprios numeros dos documentos angariados por Calogeras e o seu coeficiente altissimo. E recorda que a seu ver o autor de "Politica Exterior" incidiu em erro porque estabeleceu para a proliferação do escravo no Brasil, um coeficiente muito baixo o que o levou a augmentar proporcionalmente o do trafego.

Não aventam comtudo os *Motivos de historia diplomatica* hypothese alguma sobre o numero de africanos importados.

Os proprios documentos adduzidos por Calogeras contradizem a sua estimativa.

"Para Pernambuco, temos algarismos officiaes que vão de 1742 a 1777, trinta e seis annos, portanto. Constam do debate entre a Companhia de Commercio de Pernambuco e da Parahyba e as autoridades coloniaes, sobre as queixas dos colonos.

Os dados estatisticos constam da certidão passada a 7 de maio de 1778 pelo escrivão da alfandega do Recife.

Antes do estabelecimento da Companhia, e no prazo de 18 annos, as entradas haviam sido de 1742 a 1760:

De Angola, 38.383 mais 404 crias ou 38.737 cabeças; da Costa da Mina, 16.189 mais 5 crias ou 16.194 cabeças; ao todo 54.981 cabeças.

Para o periodo de trinta e seis annos, temos portanto, 93.138 escravos importados, ou cerca de 2.600 por anno.

Si Pernambuco apenas importava 2.600 cabeças annuaes e dermos o triplo para a quota da Bahia chegaremos a dez mil escravos. Concedamos outro tanto para o Rio de Janeiro, que então florescia notavelmente como entreposto de Minas Geraes e mais de dez mil para o resto do Brasil. Attingiremos a cifra de 30.000 escravos.

Diz-nos Santos Vilhena que a importação de africanos na Bahia attingira a 7.054 em 1798. O proprio Calogeras reproduz informações de Castro de Almeida para o periodo de oito annos (1797-1806) em que o total de importação servil bahiana attingiu 58.788 individuos ou seja uma media annual de 7.364 cifras abaixo de nossa estimativa.

Os navios negreiros do Brasil eram geralmente pequenos, relata Dampier do que viu na Bahia em 1699. Que seria um navio pequeno naquella época de tão reduzidas tonelagens?

Em 1717 avaliava *La Barbinais* em 25.000 cabeças a entrada annual de escravos na Bahia, cifra certamente exaggeradissima. Poucos já porém ficariam pois a cidade contava uma população de 15.000 almas apenas. O negocio era muito lucrativo mas as vezes não. Navios superlotados de escravos chegavam vazios á Bahia de Todos os Santos.

Morrera toda a carga victima das epidemias e do banzo!

Em 1792 affirmava Sir George Staunton, diplomata que na esquadra de Lord Macartney embaixador de Jorge III ao Imperador da China visitou o Rio de Janeiro — não passaram de 20.000 os africanos importados annualmente no Brasil. Os do Rio de Janeiro seriam cinco mil. Valiam uns pelos outros 140.000 esterlinos ou sejam 28 libras por cabeça.

Longe estamos pois da media admittida por Calogeras.

Elevados como eram os direitos da entrada de escravos havia com os africanos o descaminho que se notava com o ouro. Entravam numerosissimos introduzidos pelo contra-

bando, facillimo de se praticar em nossa costa immensa e despovoada.

Cita Calogeras um documento de Archivo Colonial certo parecer do Conselho Ultramarino de maio de 1735 sobre a existencia de uma sociedade defraudadora dos cofres regios graças ao contrabando de negros. Della faziam parte numerosos personagens grados, até o vigario geral e o ouvidor de Ilha de S. Thomé. Pensa Calogeras que a importação clandestina seria pelo menos igual á legitima. Assim analysando o contracto de arrematação dos direitos pagos pelos africanos em 1750, contractado por um tal José Francisco Ferreira por 37:050$000 annuaes para o Rio de Janeiro (a 4$500 réis por cabeça) chega á cifra de 8.233 escravos legitimamente importados ou cerca de 16.500 ao todo, ahi se incluindo o numero dos clandestinos.

Valendo-se de um "Mappa dos Escravos exportados desta Capitania de Benguella para o Brasil desde o anno de 1762, até 1799, que os direitos de cada um são 8$700 e subsidios $300 mas as crias de lá que chegam a medida pagão ½." documento inscripto sob o numero 15.153 no *Catalogo da Exposição de Historia do Brasil* em 1881 e assignado por Alexandre Botelho de Vasconcellos, governador de Benguella, achou Calogeras que, de 1762 a 1799, em trinta e oito annos, ao todo sahiram de Benguella para o Brasil em 561 navios 232.572 individuos o que fornece uma media annual de 6.119. As cinco capitanias africanas dariam o quintuplo como insinua o illustre historiador. Não é crivel. Se Angola entrava com o maior contingente Moçambique remettia muito menos escravos do que a sua contra costa.

A majoração devida ao contrabando era certamente compensada pela tremenda mortalidade da travessia oceanica.

Outro documento citado pelo mesmo autor (Cat. da Exp. de Historia do Brasil 1515) é uma "Relação dos escravos vindos da Costa da Mina em direitura, e pelas Ilhas do Principe e Santo Thomé que se despacharão e pagarão direitos nas Alfandegas da cidade da Bahia e ditas ilhas nos 5 annos que decorrerão do 1.º de janeiro de 1785 ao ultimo de dezembro de 1790."

Refere-as a seis annos e confessa uma importação de 12.223 escravos. Terceira relação comprehendendo os annos de 1791-1795 aponta uma entrada de 16.759 peças, ou em onze exercicios 28.982 africanos o que corresponde a uma média annual de 2.634 cabeças sahidas da costa da Mina.

Para o mesmo quinquiennio ultimo descobriu Calogeras

mais uns documentos sobremodo interessantes e ainda relativos á Bahia.

Assim, em 1791, de Angola, Benguella e Mina haviam entrado 6.261 escravos; em 1792, 6.261; em 1793, 6.690; em 1794, 8.056; em 1795, 7.080 ou seja um total de 34.348 cabeças o que dá uma media annual de 6.889 peças inferior a 7.000. O quatriennio de 1799 a 1802 aponta para as entradas legitimas 25.710 escravos ou 8.463 cabeças de media annual.

Notamos a quase coincidencia das cifras de Santos Vilhena e do documento alfandegario.

Si o Rio e a Bahia tinham uma media official de entradas correspondente a 15.000 cabeças não é crivel que o contrabando introduzisse em suas vizinhanças outro tanto. O resto do paiz pouco importava em relação a estes dois entrepostos salvo quanto a Pernambuco. A região paulista, estacionaria, com a sua agricultura mediocre poucos braços reclamava ainda.

No Pará, diz Manuel Barata tambem era escassa a entrada de africanos. Em 15 annos (1778-1792) apenas recebera 7.606 muitos dos quaes provindos de outras zonas do Brasil.

CAPITULO LVIII

Representação symbolica do trafico africano no Brasil — Avaliação de escravos introduzidos no paiz, devida a Roberto Simonsen — Computo baixo relativo ao café — Dados de Walsh, Pereira Pinto, do Foreing Office e Tavares Bastos

Attingimos assim o limiar do seculo XIX, a grande entrada em scena do café no conjuncto da producção brasileira.

Devia a cultura da rubiacea arrancar á Afria novas e enormes levas de captivos, num periodo aliás curto.

Se de uma maneira symbolica quizermos evocar, por meio de attributos iconographicos as principaes causas que levaram os colonos brancos da America a despejar sobre o seu continente os milhões de africanos, transportados pelo trafico, bastar-nos-á enfeixar hastes de canna de assucar, galhos de cafeeiro, ramos de algodoeiro, e caules de fumo.

Estas quatro culturas sobretudo, valeram aos miseros africanos tal massa de males que a rememoração de seu estabelecimento, nas terras americanas, trará sempre ao pensador compassivo a impossibilidade da separação de sua existencia da do martyrio que ellas impuzeram a raças menos desenvolvidas e portanto menos armadas do que as dos exploradores de seu labor forçado e cruel.

Das quatro a mais nefasta pela ancianidade e a extensão de suas áreas foi a canna, escusado parece lembral-o. Já em meiados do seculo XVIII philosophava um de nossos chronistas: "A lavoura da canna é de todos os ramos da industria agricola a que pertence especialmente ao trabalho escravo."

Muito mais recentes, mas sobremodo imperiosas pelas exigencias das levas escravas as do café, antilhano, e principalmente brasileiro, e do algodão sobretudo norte americano. O fumo exigiu menos mas, ainda assim, quanto não concorreu para a aggravação destes males como artigo de capital importancia nas transacções do trafico? ao lado de outro pro-

ducto americano, abastardador por excellencia, a aguardente, não menos precioso elemento para o resgate de escravos?

Recorda o douto João Lucio d'Azevedo haverem sido os portuguezes os popularizadores de dois generos mundiaes, o tabaco e o assucar, um delles reconhecido até a época das grandes expedições maritimas, o outro raro e avidamente buscado. Constitue o seu consumo uma das feições mais caracteristicas da civilização actual.

Artigos a principio medicinaes e privilegio de abastados, senão mesmo de ricos, passaram de drogas de luxo, como as especiarias orientaes, á categoria de generos modernos de primeira necessidade.

Esta precedencia em relação ao commercio dos dois grandes productos compensa a desidia com que se houveram os mesmos portuguezes em relação ao café. Inexplicavelmente deixaram que o seu commercio primitivo coubesse aos hollandezes.

Avaliando as cifras de escravos importados no Brasil expõe Roberto Simonsen em suas esplendidas paginas da *Historia Economica do Brasil,* tão cheias de conceitos lucidos quanto de informações valiosas e ineditas.

"A escravidão negra tomou impulso no seculo XVII, no periodo aureo da industria assucareira no Brasil. Não que attingisse as cifras extremamente elevadas admittidas por alguns notaveis historiadores. De facto a industria basica da colonia era o assucar. No seculo XVII, a producção annual deveria ter attingido a mais de 2 milhões de arrobas. O padre Vieira calculava que, em meados desse seculo, o Brasil teria 33.000 escravos; Varnhagen avaliava em 40.000 e Gaspar Dias Ferreira em cerca de 50.000. Na base de 60 arrobas por escravo, a producção assucareira seria assim de 2 — ½ milhões de arrobas. Outros chronistas admittem que, dos escravos 2|3 eram africanos. A producção total do assucar, no seculo XVII, está computada, de accordo com os graphicos que organizamos, em cerca de 180 milhões de arrobas.

Admittindo-se a producção media de 60 arrobas por escravo, o que não é muito para terras novas, e um desgaste tal que limite a 5 annos a vida effectiva de um escravo, concluiremos que o seculo XVII absorveu na producção assucareira, 600.000 escravos. Desses, teriam sido importados do

continente africano no maximo 400.000. Durante a sua occupação, os hollandezes, em dez annos, importaram cerca de 23.000 escravos e avaliavam em 1637 em 4.000 escravos annuaes as exigencias da colonia. (Varnhagen). O estudo de muitos documentos relativos aos antigos engenhos dão ainda uma producção por escravo maior do que a que apontamos. Não é portanto, exaggerado o limite maximo que calculamos para o seculo XVII.

A industria assucareira continuou a evoluir, havendo um declinio no volume de sua exportação em principios do seculo XVIII, uma melhoria de situação em meados, novo declinio no final do seculo e uma nova ascenção a partir de 1820, o total do volume de assucar exportado de 1700 a 1850 alcançaria, no maximo 450 milhões de arrobas.

Pelo criterio adoptado acima, verificaremos que seriam necessarios para a sua producção na peor das hypotheses, 1.500.000 escravos. Não será exaggerado calcular-se que uma quarta parte teria sido produzida pelo braço indigena e por escravos já nascidos no Brasil. Chegaremos, assim, a 1.125.000 escravos importados para esse periodo e a 1.525.000 entre 1600 a 1850 importados para a industria assucareira no Brasil.

O seculo XVII foi o da mineração. E' mister, porém, não exaggerar a quantidade de ouro extrahido e exportado, que, se era consideravel para a época, era no emtanto fraca para as grandes producções posteriormente verificadas nos Estados Unidos e na Africa do Sul.

O periodo de maior producção vae de 1741 a 1761, em que se extrahiram em media annualmente 14,6 toneladas de ouro. Ora, para essa mineração não poderiam ser utilisados mais de 40.000 escravos. E' verdade que, nos tempos de maior producção, havia consideravel quantidade de escravos trabalhando em pesquisas, em regiões de fraco rendimento, tal a febre de enriquecimento que se apossou da colonia. Esse periodo, no emtanto, foi de curta duração como teremos opportunidade de verificar.

Se, nos engenhos, eram utilisados menos de 50.000 escravos, seria muito natural que a procura para a mineração acarretasse uma desorganização nos trabalhos daquelles. Não acredito, porém, graças ao estudo da historia economica, que

se possa atribuir ao serviço affectivo da mineração mais de 20.000 escravos, como media annual para todo o seculo."

Um documento do precioso codice Costa Mattoso que pertenceu a Felix Pacheco e hoje é propriedade da Bibliotheca Municipal de S. Paulo dá-nos indicações de alta valia para o computo dos pretos habitantes dos districtos mineradores de Villa Rica, Sabará, Rio das Mortes, Serro de Frio e Marianna de 1735 a 1749 apontando um indice annual approximado de 95.000 escravos e forros arrolados para a capitação.

Este documento contradiz uma hypothese de Simonsen.

Talvez não seja exaggero elevarmos a média propugnada pelo illustre ensaista para 30.000.

Falando do café escreve R. Simonsen:

"O café só começou a apparecer, como valor nacional apreciavel em 1820. Em 1850 a sua exportação estava representada por cerca de 1.500.000 saccas, menos de 6 milhões de arrobas. A exportação total no periodo em que havia trafico africano, não attingiu a 150 milhões de arrobas. A producção annual media por escravo deveria ter sido superior a 100 arrobas. O café não é responsavel, portanto, pela importação de mais de 250.000 escravos.

Discordemos desta avaliação do brilhante analysta. Reputamol-a baixa.

Mauá em 1857, declarou na Camara dos Deputados que avaliava a media annual de africanos desembarcados em 54.000 até 1850 e Ferdinand Denis affirmou, com a sua autoridade que tal média devia ser de 90.000.

Ha ahi alguns reparos a fazer. A exportação official do Brasil em 1850 foi de 1.644.648 saccas de cinco arrobas como na época se usavam, ou sejam 8.223.240 arrobas.

E já em 1848 fôra de 2.093.369 saccas ou 10.466.845 arrobas.

No periodo de 1817 a 1851 a exportação cafeeira foi de 29.298.406 saccas de cinco arrobas ou sejam 146.492.030 arrobas.

Parece-nos muito modesta a estimativa do douto autor ao calcular as responsabilidades da importação de africanos pela lavoura cafeeira.

Affirma Walsh nas *Notices of Brazil* que a importação legal de escravos só pelo porto do Rio equivaleu a 302.564 cabeças num periodo de dez annos a saber:

		Escravos
Em 1820	. . .	15.020
Em 1821	. . .	24.134
Em 1822	. . .	27.363
Em 1823	. . .	20.349
Em 1824	. . .	29.503
Em 1825	. . .	26.254
Em 1826	. . .	33.999
Em 1827	. . .	29.787
Em 1828	. . .	43.555
Em 1829	. . .	52,600
Total	. . .	302.564

Isto nos dá uma media de 30.256 peças annuaes. Sabemos como era intenso o contrabando de escravos no immenso littoral brasileiro. Admittamos uma majoração de vinte por cento, para tal cifra, devida aos defraudadores do fisco. Isto nos elevaria a media das entradas na região fluminense para 36.000. E computemos as occorridas em Santos, S. Sebastião, Ubatuba, Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, Maricá, Cabo Frio, Macahé, S. João da Barra, Itapemirim, Victoria e São Matheus na media baixa de 9.000 escravos anuaes teremos 45.000 para o total dos africanos trazidos para o Sul do Brasil cafeeiro neste decennio. Mas admittamos ainda que destes 45.000 fosse um quinto distrahido para misteres diversos da lavoura da rubiacea ficaremos ainda assim com 36.000 africanos para o café.

Se em 1820 para uma producção de 97.498 saccas houvera uma entrada no Rio de Janeiro de 15.020 escravos e em 1829 as 375.107 saccas exportadas correspondiam á chegada de 52.600 africanos é natural que o grande alargamento da producção deste anno de 1829 em deante, haja trazido sensivel augmento de importação africana.

Se, em 1829, para 357.107 saccas, entraram 52.600 africanos, em 1839, para uma producção de 889.324 saccas, a importação de negros deveria ter sido de quase 131.000 cabeças. Não nos esqueçamos porém de que depois de 1831 houvera a prohibição official do trafico e a actuação dos cruzeiros inglezes. Reduzamos pois esta media a metade a 65.000 cabeças annuaes para todo o Brasil.

Menos não deve ter sido pois o commercio era muito rendoso apesar de tudo.

Em 1851 a exportação de café pela Guanabara foi de 1.343.484 saccas quadrupla, da de 1829. Seria o caso de admittirmos uma media de entradas de africanos alli de .... 210.000 cabeças pois sabemos quanto se haviam alargado e immenso os cafezaes fluminenses e os da Matta mineira.

Verdade é que a estas alturas eram immensas as restricções do trafico.

Mas assim mesmo não é crivel que haja desembarcado menos de um milhão de negros no Brasil todo, de 1816 a 1851 dos quaes seiscentos mil collocados nas lavouras de café.

As avaliações divergem notavelmente.

Tavares Bastos nas *Cartas de um solitario* calcula que entre 1788 e 1829 houve os extremos anuaes de 18 a 65.000. Como vimos Lord Macartney em 1790 calculara em 25.000 as entradas annuaes, José Bonifacio em 1823 na famosa representação abolicionista á Assembléa Constituinte Brasileira avaliava-as em 40.000 cabeças annuaes. Em 22 annos, de 1801 a 1823 recebeu Pernambuco 130.418 africanos escravos, ou seja uma média de 5.928 cabeças, documenta o Rezumo da Importação da Provincia de Pernambuco, datado de 1823 documento que conhecemos graça a gentileza de Alcides Bezerra. Tivesse a Bahia outro tanto caberia ao Rio de Janeiro de 20 a 25.000 visinho das cifras de Walsh. Expende Tavares Bastos a sua opinião a cerca de diversos annos com notaveis divergencias.

1840	30.410
1841	16.000
1842	12.200
1843	30.500
1844	28.000
1845	22.700
1846	52.600
1847	57.800

Ou seja um total de 250.210 em oito annos, ou uma media de 31.276 escravos por anno.

Lord Palmerston, falando na Camara dos Communs, em 1852, admittia, para antes de 1842, uma media muito mais baixa 17.000. Crescera depois e muito, sendo o numero de negros introduzidos em 1842: 17.435; em 1843: 19.095; em 1844: 22.849. Perêira Pinto na sua obra classica da *Collecção de tratados* declara, apoiado nos documentos do Foreign Office que o trafico cresceu, de 1845 em deante, de maneira

espantosa "apezar da pretendida vigilancia e das effectivas violencias do cruzeiro inglez" escreve Perdigão Malheiro.

E assim alinha as cifras:

1845	19.453
1846	50.324
1847	56.172
1848	60.000
1849	54.000
1850	23.000

Assim confrontemos os dados destas duas fontes, entre 1842 e 1847:

	Tavares Bastos	*Pereira Pinto*
1842	12.200	17.435
1843	30.500	19.095
1844	28.000	22.849
1845	22.700	19.453
1846	52.600	50.324
1847	57.800	56.172
Totaes	203.800	185.328

A differença é relativamente pequena entre as duas medias.

Tavares Bastos	33.966
Pereira Pinto	30.886

Estes calculos referem-se já a uma época de grande repressão ao já quase periodo final dos cruzeiros. E' certamente razoavel admittirmos que entre 1831 e 1840 a introducção de africanos tenha sido mais volumosa do que na década seguinte.

A media annual entre 1831 e 1840 não pode ter sido inferior a de 1820-1830 citada por Walsh: 30.251 cabeças.

Assim teremos para um calculo razoavel dos ultimos annos do trafico.

	Escravos
De 1820 a 1829 (Walsh) media de 30.251 cabeças ou sejam	302.514
De 1830 a 1839	302.514
De 1840 a 1847 (Tavares Bastos)..	250.210
De 1848 a 1850 (Pereira Pinto e Foreign Office).. ..	137.000
Total	992.236

Ponhamos mais 10.000 negros trazidos em 1851. Perdigão Malheiro pretende que, neste anno, desembarcaram 3.287, e mais tarde, até a extincção total do trafico. Chegaremos a um milhão de peças em trinta annos. Jamais operara o trafico com tamanha intensidade e isto se devia aos appellos da lavoura do café.

Não, nos parece possivel que só duzentos e cincoenta africanos tenha trazido para o Brasil a cultura do café. Não temos dados para o periodo anterior a 1820 senão muito fragmentarios. Relata Walsh que em 1806 o total de africanos importados attingira a cifra consideravel de 38.000 cabeças.

CAPITULO LIX

Impressões do Vallongo — Depoimento do R. Walsh em 1828 — Seriam os africanos no Brasil mais felizes do que em seu continente? Divergencia de opiniões entre Walsh e Holland — Os ciganos e o commercio de distribuição de escravos nas fazendas cafeeiras — Documentos de como se burlavam as leis contra o trafico no Rio de Janeiro, em 1843

Falando do Vallongo, do tão conhecido mercado de escravos carioca, de sinistra memoria, nada de novo nos ministra Walsh. Repete o que tantos dos nossos visitantes extrangeiros delle disseram. Era como que um mercado de animaes, pura e simplesmente. Sua unica nota particular vem a ser a seguinte: "Frequentemente vi senhoras brasileiras comparecerem aos leilões de escravos. Vestidas apparatosamente sentavam-se e, apalpando a mercadoria, examinavam as compras e iam-se com ellas com a mais perfeita insensibilidade.

Varias vezes notei grupos de mulheres bem trajadas como que correndo lojas (shopping) atraz de escravos, exactamente como as senhoras inglezas se divertem em percorrer os bazares."

E' pungente a descripção que Walsh nos deixou dos quadros do Vallongo e do seu encontro com os comboios sahidos do Rio em direção ás fazendas.

A' mercadoria humana, em 1828, fortemente se taxava: dez por cento do valor sempre que era objecto de qualquer transacção.

Montavam taes impostos a 5.500 rs. ao sahir do Rio; nova contribuição identica, ao atravessar-se o Rio Preto, e mais 600 rs. de pedagio, na ponte da Parahyba do Sul. Assim se um escravo era adquirido no Vallongo por 250.000 réis e revendido pelo comboeiro em Minas o governo imperial recebia 61.000 rs. nesta transacção, cerca de 8 libras esterlinas.

Ora como se vendiam 30.000 escravos em media no hinterland fluminense o thesouro auferia destas transacções

240.000 esterlinos anuaes, somma consideravel da qual, de um momento para outro, não podia ser desfalcada a receita do paiz.

Como na região fluminense vivessem negros de muitas procedencias e gente que não se harmonisava, o perigo do triumpho de uma revolta eventual não se mostrava tão grave quanto no Norte onde havia muito maior homogeneidade dos escravos. Ai dos fracos e indolentes luso brasileiros se tivessem de defrontar-se com a insurreição de seus escravos, robustos, athleticos!

Relata Walsh que os Angoleses e Conguezes eram os mais apreciados e os Gabões muito menos estimaveis por seu pendor ao suicidio, por vezes collectivo, a tanto instigados pelo horror ao captiveiro.

Nos ultimos dez annos a vigilancia dos cruzeiros inglezes ao norte do Equador havia feito com que o padrão dos escravos no Brasil baixasse muito pois agora as procedencias eram dos dois littoraes africanos, sub equatoriaes onde os negros se mostravam muito inferiores aos da Africa septentrional.

Declara Walsh discordar por completo dos que affirmavam serem os africanos no Brasil muito mais felizes do que no seu continente onde imperava prodigiosa anarchia e permanente estado de guerra.

Como prova de tal ahi estava o numero avultado de suicidios verificado entre os captivos do Brasil.

Apesar da relativa brandura de costumes era frequente ouvirem os transeuntes das ruas e bairros do Rio de Janeiro os gritos de dor dos escravos seviciados.

Tambem occorriam, em represalia, numerosos attentados contra os senhores, sobretudo por meio de envenenamento.

No dizer do nosso autor a furia escravista dominava o Brasil do alto a baixo. E tão intensamente que se viam negros alforriados comparticipes do trafico, indo á Costa d'Africa comprar escravos!

Aliás nada mais natural do que isto. O continente africano era multi-secularmente o reducto da escravidão.

Da facilidade da introducção de captivos decorria o descaso professado pelos agricultores brasileiros em relação ás machinas e aos vehiculos de tracção animal.

Seria até caso de risota se não fôra triste — exclamava José Bonifacio, verem-se filas de escravos carregando, á cabeça, cada qual a sua sacca, quando o mesmo serviço se faria tão facilmente por uma carroça puxada por uma parelha de mulas ou uma junta de bois."

Embora houvesse já forte sentimento publico no paiz em favor da abolição rapida do trafico, e da abolição gradual, a grande maioria dos brasileiros mostrava-se infensa á uma dança do *statuo quo* escravista. Ainda, havia a pouco, um homem do valor e da influencia de Bernardo de Vasconcellos defendera com todos os seus poderosos recursos dialectaes a necessidade da continuação do nefando commercio.

No Brasil calculava-se o numero de habitantes em ..... 2.500.000 dos quaes apenas 800.000 brancos. Entre os primeiros 600.000 eram livres de modo que havia 1.900.000 escravos e 1.400.000 livres, desproporção perigosa para o paiz que poderia converter-se em algum novo Haiti.

Diz Walsh que o numero de negros libertos pelos cruzeiros inglezes de junho de 1819 a julho de 1828 subiu a 13.281 cabeças.

Contemporaneo do autor das *Noticias of Brasil* em nosso paiz, expendeu James Holland opiniões diversas das de seu compatriota.

Antes de deixar o Rio de Janeiro visitou o mercado de escravos do famoso e sinistro Vallongo. E esta visita lhe inspirou longas paginas de considerações sobre o trafico e sua abolição.

Com criterio expende o seu modo de ver moderado. Vinha da Africa e lá muito ouvira falar dos horrores da vida entre as tribus ferozes que se moviam inexoravel e continua guerra.

Pensava que se os africanos transportados ao Brasil houvessem ficado no seu continente natal nelle não passariam melhor vida, sujeitos como estavam a um regimen de razzias escravisadoras e a violencias indescriptiveis a que não poderiam remediar, de todo.

A seu ver, a existencia na America lhes decorreria a menos cheia de sobresaltos e temores continuos pela conservação da vida.

A escravidão na Africa, de tribu a tribu, era muito mais feroz do que no Novo Mundo onde sempre havia algumas ensanchas do misero captivo não ser tão maltratado quanto em seu continente amaldiçoado.

Duas grandes autoridades moraes como as de Bowdich e Hutchinson, com o perfeito conhecimento de causa que lhes dera a longa permanencia nas terras dos Ashantis, traçavam o horroroso quadro de permanente crueldade que era o das regiões da Africa Equatorial.

O commercio da distribuição dos africanos desembarca-

dos no Rio de Janeiro era quase todo feito por ciganos senão por estes totalmente monopolisado. Mostravam-se absolutamente desalmados estes revendedores e é esta opinião unanime de todos os autores que sobre o caso escreveram como sejam de Freycinet, Walsh, Saint Hilaire, Debret etc. etc. Denotavam verdadeira ferocidade de instinctos para com a misera mercadoria humana, chegando a sua brutalidade a ser até antagonica de sua conhecida avidez.

Alguns delles senão muitos sahiam do Rio de Janeiro a testa de comboios, maiores e menores, de africanos recem importados e numerosos são os viajantes que relatam encontros com as suas caravanas avultadas de escravos, de ambos os sexos, geralmente moços, todos vestidos de cores vivas, chamariz empregado no sentido de atrair a sympathia dos adquirentes eventuaes dos infelizes captivos, quer nos povoados, quer nas fazendas.

A tal respeito transcreve J. B. de Oliveira China em sua excellente e tão interessante monographia *Os Ciganos do Brasil* assaz extensos depoimentos de prestigiosas autoridades da xeno-bibliographia brasileira do seculo XIX.

A esta mesma fonte recorramos para nos certificar de quanto em vesperas da promulgação do bill Aberdeen se realizava o desembarque intenso de africanos a duas ou tres dezenas de kilometros do proprio palacio Imperial do Rio de Janeiro.

Valendo-se do convite de um seu compatriota, ex-tropeiro que se convertera em comboieiro, resolveu Jules Itier, secretario da embaixada de Luiz Philippe I, ao Imperador da China e de passagem no Rio de Janeiro em 1844, ver um grande lote, recem chegado de *meias caras*, escravos africanos desembarcados clandestinamente.

Ludibriava-se como se vê, e completamente, a lei de 1831 phohibitoria do trafico.

Despejavam os navios negreiros o seu carregamento hediondo quase á entrada da barra da Guanabara!

Pretende o nosso viajante que a visita ao lugar onde se acoitava o lote de *cabiunas,* como tambem no tempo se dizia, cercou-se de uma série de medidas mysteriosas.

No caes Pharoux, onde tomou um escaler com o antigo almocreve, a sua presença causou real extranheza a dois individuos de tez bronzeada que na embarcação se achavam. Ficaram em expectativa algum tanto antipathica.

Mas depois de trocarem rapidas palavras que o viajante não comprehendeu, naturalmente porque eram em portuguez,

partiram dizendo o tropeiro-negreiro ao patricio que não conhecia o destino do seu bote. Não foi longa a viagem; desembarcaram os dois francezes na abra da *Boua Viagem* (sic) ficando Itier sciente de que os dois companheiros mysteriosos da travessia eram nada menos do que patrão e empregado; o armador e o capitão do navio negreiro.

Partiram os enigmaticos personagens á frente por causa do santo e senha a darem, atravez dos obstaculos a transpor.

Soube então o diplomata que o lote de africanos fôra desembarcado na Praia de Fora e encaminhado áquelle local.

Grande doubadoura reinava em torno do deposito dos infelizes captivos. Eram uns levados ao banho; a outros se dava aguardente; á maioria se distribuiam roupas que lhes substituissem os hediondos andrajos da travessia, saias de chita para as africanas, timões para os homens.

Assim se dissimulava a ausencia das camisas e era isto o que na technologia do officio se chamava "preparar a mercadoria".

Trinta negros moços se enfileiravam no jardim da casa, por ordem de altura.

Pobres diabos! de pernas finas, emmagrecidos pelos horrores do porão! A muitos cobriam as pustulas contrahidas no carcere nautico.

Poz-se o ex-tropeiro a examinal-os como se fossem as mulas que outrora comprava no Rio Grande do Sul. Arregalava-lhes as palpebras, procurando possiveis inflammações, revistava-lhes cuidadosamente a dentadura, apalpava-lhes as pernas, certificava-se da boa confecção dos pés e conformação da bacia.

Tudo isto com enormes minucias e sem perder vasa para apontar, aos vendedores, os defeitos da mercadoria.

Pediu, depois, para ver as mulheres; trouxeram-lhe um lote de crianças de 10 a 12 annos. Era o que chegara.

Declarou o comprador que não lhe causava o artigo o menor interesse. Não tinha pedidos para tal genero.

Disseram-lhe que o outro grande lote se achava perto dalli.

Assim resolveu ir vel-o. Embarcou com a sua commitiva com destino a outro ponto da bahia guanabara, que Itier sempre bem pouco ao par da toponymia denomina *Praja Grande*.

Curioso, perguntou o diplomata ao armador particularidades sobre o trafico. Queixou-se elle dos resultados da viagem, a 580 negros havia embarcado em Moçambique e no emtanto ao Rio de Janeiro só tinham chegado 220!

Oitenta dias durara a travessia daquella enorme e des-

graçada carga humana, empilhada num calhambeque de 180 toneladas apenas!

Sensibilizado com o que ouvia interpellou Itier ao capitão negreiro.

— Que horror devia ser, para o Senhor, a visita matinal ao seu porão, o encontro dos cadaveres ao lado dos agonisantes!

— Ah! meu caro senhor, respondeu-lhe o philantropico maritimo, realmente horrivel! Dia a dia via o meu lucro todo atirado ao mar! Durasse a viagem mais alguns dias e a viagem seria tristissima fechando-se o meu balanço com prejuizo!

Mas ainda salvei 220 cabeças que me darão uns trinta contos de réis, vendendo-se umas pelas outras a 140 mil réis. Ainda me sobrará alguma coisinha. Assim, concluiu cynicamente, louvada seja Nossa Senhora da Gloria que me protegeu!

Era o tal commerciante um sujeito intelligente e explicou ao interlocutor o mecanismo do commercio do "ebano". Havia sempre a conciliar os interesses dos traficantes africanos e os dos armadores negreiros.

Os primeiros geralmente, compravamos prisioneiros dos sobas africanos, pagando, por cabeça, preços que variavam entre 30 e 35 mil réis.

Tal pagamento era feito com os chamados artigos do trafico; polvora, espingardas, espadas, machados, fumo, missangas.

Os armadores negreiros pagavam um preço medio de 140$000 por cabeça desembarcada no Brasil, aos capitães dos navios, a quem cabia o desembolso da compra dos escravos na Africa.

Assim ganhavam immenso, pois frequentemente colocavam as peças com enorme margem de lucros. Chegavam ás vezes a vender negros a 700$000 réis!

Os lotes embarcados eram, em Africa, marcados a ferrete como os bois, tornava-se necessario distinguir uns dos outros, pertencentes, a diversos senhores, frequentemente.

Só depois desta operação passavam ao porão do navio onde os esperava o conforto dos troncos!

Fôra a travessia de *Bae-Viagem* a *Praja Grande* rapida. Não tardou que Itier visse o lamentavel rebanho de "meias-caras", dividido em dois grandes lotes de homens e mulheres.

Apesar do aspecto de profundo embrutecimento daquelles desgraçados, victimas da cupidez branca, vago sorriso lhes

occorria quando o capitão os apostrophava. "A expressão de uma alegria extincta parecia, por vezes, illuminar aquellas physionomias acabrunhadas, mas via-se que as almas partidas se mantinham alheias á convulsão dos musculos faciaes."

Para fazer valer a mercadoria aos olhos do comprador resolveu o capitão negreiro fazel-os dançar.

Desfechou uma paulada sobre uma mesa, a titulo de signal, e depois com os punhos cerrados reproduziu a cadencia rapida do tamtam.

Hesitavam os pobres mas logo os galvanisou o olhar do senhor "olhar que encerrava as promessas sinistras da chibata."

Movimentaram-se os mais recalcitrantes e a chorea moçambicana generalisou-se.

Era a mesma que Itier já conhecia, da propria Africa; os remeleixos e os requebros das posturas e gestos precipitados. Mas aqui os infelizes dansarinos como que se agitavam movidos por cordeis como os titeres. Quando o marujo deixou de marcar o compasso pararam todos instantaneamente.

Começou o ex-tropeiro a examinar os individuos que lhe pareciam compraveis. E o fez a modo de provecto alveitar com o maior rigor.

Assim recommendou, á vista do estado saburral das linguas, um purgante geral para todo o carregamento, no que foi immediatamente obedecido.

Ao fogo se poz um caldeirão de cannafistula (?) emquanto o ex-almocreve commentava displicente, e com o maior displante:

— Ah! se os Srs. philantropos da Europa vissem o carinho com que tratamos os nossos negros certamente muito perderiam em materia de preconceitos sobre a triste sina dos escravos!"

Pretende Itier, comtudo, que tal reflexão era o producto do embotamento da alma do seu patricio.

Pareceu-lhe inspirado pela melhor boa fé do mundo. A que ponto póde o criterio dos homens ser falseado pela pratica do crime!" exclama.

Notou o diplomata no rosto dos africanos, real expressividade intelligente. Admirou-se do desempenho com que muitos já iam falando o portuguez, em tão curto prazo!

Mas ai delles! dentro em breve o captiveiro lhes embotaria a intelligencia nativa. E em menos de um anno de todos aquelles entes humanos se diria com exacção; não passam de irracionaes!

Deixando os homens de lado foi o comboieiro examinar as pretas que se apresentavam trajadas de vistosas chitas. Pareciam não de todo insensiveis aos encantos da toilette. Orçavam entre os 14 e os 20 annos.

Depois de intermino exame, em que as peças foram submettidas a todos os *testes* do commercio negreiro offereceu o comboieiro por tres dessas raparigas 1:560$000.

Mas não houve meio de chegar a accordo com o traficante e assim partiu elle sem fechar negocio algum e depois de debate que ao diplomata pareceu infindavel.

Aos seus leitores communicava Itier novas particularidades sobre o trafico em 1843.

Empregava então, annualmente, cerca de uma centena de navios portuguezes e brasileiros.

Uns sessenta haviam recentemente realizado proficua travessia, desembarcando quiçá 30.000 negros. Isto apesar da vigilancia activa dos cruzeiros britannicos que tinham capturado cerca de 90 destas embarcações sinistras, algumas dellas carregadas e outras vasias, ao rumarem para a Africa.

Havia porém navios negreiros, que dos portos brasileiros, partiam para levar escravos a outras regiões americanas, onde realizavam fabulosos lucros.

Recrudescera e muito o trafico, nos annos proximos de 1843, affirma Itier.

No ultimo trimestre deste anno nada menos de trinta navios haviam chegado ás nossas praias, com o melhor exito. Apenas tinham os cruzeiros inglezes capturado quatro, que, fundeados no centro da bahia de Guanabara arvoravam a bandeira britannica!

Achavam-se repletos de pretos que esperavam o julgamento do tribunal mixto, de presas, anglo-brasileiro.

As penalidades attribuidas, aos traficantes eram as seguintes: a prisão para os negreiros, o confisco dos navios e a soltura dos africanos.

A proposito desta ultima circumstancia escreve o nosso viajante uma serie de conceitos acerbos sobre as instituições brasileiras.

E ao mesmo tempo aproveita o ensejo para alvejar duramente a actuação ingleza da repressão do trafico, acoimando-a de hypocrita.

O contracto entre a Inglaterra e o Brasil era que dos negros aprisionados seria depositario o governo imperial.

Este os distribuiria, a seu juizo, entre cidadãos brasileiros de reconhecida humanidade e inatacavel probidade. E por

cinco annos, que tantos bastariam para os affeiçoar á vida civilizada.

Findo tal prazo seriam livres cidadãos brasileiros. Mas qual! tanta philantropia apparente encerrava no bojo a mais negra cavilosidade interesseira.

Os agentes do governo brasileiro distribuiam os *cabiunas* entre os fazendeiros protegidos pela politicagem. Era uma gratificação com que o poder recompensava os seus protegidos e queridos do peito.

Uma vez de posse do *meia-cara* estava o gratificado dono de um escravo gratis. Deixava passar algum tempo e depois enviava ao Ministerio, a quem estava affecto este original serviço de proteção aos africanos, um attestado de obito do pobre preto revestido de todas as formalidades possiveis e imaginaveis!

Nada mais simples nem mais pratico!...

A principio e por meio deste subterfugio escapara o governo brasileiro (sic) á astucia e á oppressão dos inglezes. Mas estes, gente esperta e positiva, a quem era difficilimo ludibriar, haviam deixado de remetter os navios aprisionados ao Rio de Janeiro. Invocando as circumstancias eventuaes da navegação encaminhavam as suas capturas para a Guyanna Ingleza.

"Alli, escreve o nosso Itier, cheio de fel e de ironia, para com a classica "perfida Albion" alli daquelles bemaventurados negros para sempre protegidos por Albion, encontram tambem sob o honesto rotulo da aprendizagem civilisada, o trabalho forçado. Mas agora em proveito de fazendeiros inglezes. Se nesta nova phase da vida acharem meios de não morrer, pelo esgotamento physico ou a miseria ahi sim! estão livres de fallecer de fome. Pobres negros! raça por Deus abandonada! escolhe-se é possivel entre a proteção ingleza e a oppressão brasileira!"

Em 1843 no Rio de Janeiro, affirmou ainda o diplomata estava todo o trafico em mãos de brasileiros e portuguezes. Para vergonha de sua nação havia porém uma excepção, alistavà-se entre os traficantes um francez, certo barbeiro — arranca dentes, ou coisa que valha, morador em *Praja Grande*. Ganhara para cima de 700 contos de réis, com o infame commercio apesar de já ter sido preso pelos inglezes e passado dois annos encarcerado em Serra Leoa.

"Opprobrio a este miseravel!" exclama o nosso Itier pathetitcamente. Sentia, porém, ter-lhe esquecido o nome, pois

desejava agrilhoal-o ao pelourinho infamante da opinião publica franceza.

Seria porém sincera esta subita crise amnesica relativa ao nome do enriquecido barbeiro? Nella não occorreria alguma determinante ou instigação de ordem patriotica? E' bem possivel que sim...

Rendia então o trafico colossalmente.

Casos se conheciam em que num calhambeque de 200 toneladas haviam embarcado os negreiros setecentos captivos!

Que lhes importava que em tal empilhamento humano fossem postergadas as regras primordiaes das condições da existencia?

O traficante contava desforrar-se sobre a quantidade de captivos escapos á morte. Por pouco que se encurtasse a travessia o numero de sobrevivente era grande. Na viagem acerca da qual relata Itier particularidades haviam perecido 360 escravos num total de 580, quase 62 por cento!

Mas tambem decorrera longa e penosa a jornada. Em outra, esta felicissima, apenas perdera o commandante 14 escravos em 500, menos de tres por cento.

Admittia-se em geral um coeficiente medio de letalidade atlantica de 15 por cento.

Assim, um negreiro desembarcando quinhentas cabeças podia contar, para um desembolso já feito de noventa contos de réis, com uma receita de 250 contos. Em seis mezes ganhava pois 160 contos de réis que hoje representariam seguramente mais de oitocentos. Melhor negocio não havia pois... para os que tinham consciencia limpa.

"Eis uma especulação em extremo recommendavel aos escapos de nossos presidios, commenta o autor diplomata. "Infelizmente porém lhes faltaria o capital inicial para movimentar o philantropico negocio."

Informaram a Itier que os negros da costa oriental africana, os de Sofala, Inhambane e Quilimane, robustos e trabalhadores, passavam por tão submissos quanto intelligentes. Os de Cassange e Benguela tambem tinham muita procura dos fazendeiros.

Eram os do Congo pouco intelligentes, sendo-lhes preferidos os angolezes. Os menos apreciados vinham a ser os minas que, entretanto vinham muito para o Brasil.

A causa de tal depreciação era-lhes no emtanto, a mais honrosa; altivos, corajosos, intelligentes, por vezes indomaveis, occorriam frequentes entre elles os suicidios, pelo desespero da sorte. O desprezo pela vida frequentemente os tornava

perigosos a seus senhores. Preferiam a morte á existencia infamada. Varios assassinatos de fazendeiros demonstravam-lhes a força do caracter e os instinctos energicos.

A elles podia applicar-se aquella opinião dos romanos sobre os gaulezes: maus escravos! honra a todos os homens de quem tal se podia dizer!

Pouco ainda havia que oito escravos minas tinham mostrado a elevação dos sentimentos de homens livres. Maltratados por um fazendeiro perverso, seu amo, depois de o assassinarem haviam-se entrincheirado na casa da fazenda onde tinham perecido todos, de armas ás mãos.

"Para homens de tal jaez só faltava um Spartaco e este podia surgir por exemplo de uma guerra com a Inglaterra" hypotheses a nosso ver irrealizavel que o viajante admittia como muito plausivel.

Terminando as suas considerações de mal informado affirma Itier que os escravos da provincia do Rio de Janeiro estavam todos afiliados a uma série de sociedades secretas cujos presidentes eram negros livres. Tinha-se como certo que diversos homicidios de inexplicavel origem pareciam decorrer da existencia de tal maçonaria negra.

No relato que de sua permanencia em 1844 no Rio de Janeiro nos deixou o diplomata Carlos Humberto Lavollée, igualmente um dos secretarios da embaixada de Luiz Philippe I ao Imperador da China, ha uma narrativa curiosa do que elle percebeu das manobras do trafico clandestino ás portas da propria capital do Imperio!

Viu o diplomata francez as aguas da Guanabara empavezada por uma série das mais prestigiosas bandeiras do Universo sobretudo pelas da França, Inglaterra, Estados Unidos e Hollanda.

"As cores brasileiras só se desfraldavam sobre as fortalezas" annotou pouco amavelmente, para logo depois acrescentar uma nota ainda menos sympathica, mas correspondente a bem triste realidade.

Além dos navios da sua divisão naval mantinha o Governo britanico, no centro da bahia fluminense, grande pontão desmastrado que servia de deposito aos negros apreendidos a bordo dos barcos negreiros e capturados pelos navios do cruzeiro anti-escravista.

Assim se fazia a condemnação permanente do trafico naquelle paiz "que durante muito tempo delle vivera." O orgulho brasileiro sentia-se ferido, e a justo titulo, diz-nos o nosso autor. Mas é que então se estava nos annos criticos da

luta terrivel travada entre os negreiros do Brasil e os cruzeiros inglezes repressores.

Officialmente extincto desde 1831, com a lei de 7 de novembro, continuava o trafico, como todos sabem, a se fazer em numerosos pontos do nosso immenso littoral, onde desembarcavam milhares e milhares de pobres meias caras, encaminhados para os grandes centros de dispersão de captivos e dahi para as lavouras de café do Sul. Assim se dava nas vizinhanças de Angra dos Reis, de São Sebastião, de Paranaguá, na praia do Gargahú etc., etc.

Reclamavam os cafezaes braços e mais braços; subia enormemente o preço dos escravos, e assim, apesar de todos os riscos, e dos mais graves, mostrava-se em extremo lucrativo o negocio dos mercadores de ebano.

E estes não eram só brasileiros e portuguezes.

O proprio Lavollée não tardaria em encontrar um compatriota arrolado nessa digna classe de commerciantes de carne humana.

Era o mesmo a que se refere Itier. Provavelmente por uma questão de decoro nacional não lhe dá o nome mas menos discreto do que o seu collega de embaixada deixou-nos a inicial deste appellido pouco glorioso. Chama-lhe o Sr. L. antigo tropeiro no Rio Grande do Sul, arruinado pela guerra dos Farrapos.

Fugindo á hypocrisia dos que affirmavam ser a vida dos africanos no Brasil melhor do que no seu continente referia o diplomata o que com rude franqueza ouvira do commandante do navio negreiro consignado ao Sr. L.

Eram as guerras encarniçadas, de tribu a tribu que abasteciam com os prisioneiros dellas resultantes, os mercados de carne humana.

Os reis vendiam os seus subditos e os paes os filhos. Um homem na Costa da Africa apenas valia cem francos. Trocava-se por uma espingarda, réles, um pouco de polvora, algumas missangas e uma peça de panno de Guiné.

Cessara o trafico e este estado permanente da razzia immediatamente diminuira de intensidade.

Foi ainda o capitão quem fez notar ao seu interlocutor que os supplicios da travessia dos tumbeiros ultimamente se haviam aggravado.

Outrora, durante as viagens pelo Oceano podiam os negros respirar subindo ao convez, mas agora, com o terror dos navios do cruzeiro repressor, não havia um individuo de pelle negra a quem se deixasse sahir dos porões onde se apinhavam

os sãos, os doentes e os moribundos. Que importancia tinha a perda de algumas vezes cem francos quando a avultada carga humana conseguia attingir a costa brasileira? os lucros da operação compensavam os prejuizos, de modo decuplo.

Outrora recebia o Brasil annualmente 50.000 africanos. Cahira esta cifra a 20.000 mas ninguem avaliava o que era a esteira que, entre o Congo e o Brasil, se estendia, de cadaveres mergulhados no Oceano, de golilha aos pés.

Assim o direito que os inglezes se irrogavam de visita aos navios do Atlantico, se conseguira diminuir o numero de escravos dobrara o das victimas.

Pareceu a Lavollée que o capitão negreiro falava de boa fé e sentia certo pesar dos soffrimentos e miserias impostas aos miseros escravos que vehiculava, a desafiar a rigorosa fiscalização que já muitas vezes affrontara.

Praticava o trafico mas não o queria tão cruel. Para elle não passava de uma modalidade do contrabando, continua luta contra os elementos e os homens, pugna cujos perigos tanto apreciava quanto os proventos.

Commentando-lhe os conceitos expendeu o nosso viajante: "Emquanto os regulos africanos venderem homens e no Brasil a opinião publica não condemnar formalmente o trafico, collocando-o, como merece, no plano dos crimes de lesa-humanidade, o negreiro, protegido pela noite, a tempestade e a solidão do Oceano, atravessará a todo o panno a curta distancia que separa os dois continentes.

"As circumstancias alimentadoras do trafico, commenta Lavollée ainda tornam mais odioso este hediondo commercio, que offende todos os sentimentos de humanidade e de moral."

A Lavollée pareceu que o seu patricio aplicava á compra dos homens todo o apuro da pratica adquirida no commercio do almocreve. Adquiriu vinte homens por 1.400 francos, em moeda, por cabeça. Contava dentro de alguns dias collocal-os nas fazendas fluminenses a 1.700 francos. "Era como se vê um bom negocio".

Assim em 1843 a alguns kilometros da capital do Imperio americano se respeitavam as convenções anglo-brasileiras e as proprias leis nacionaes relativas á prohibição do trafico africano.

E' que os mais avultados interesses igualmente internacionaes contrariavam os esforços do adversario do hediondo commercio.

No seu livro de impressões de viagem sobre o Brasil: *Sketches of residence and travels in Brazil* inscrevia o Rev.

Daniel P. Kidder, norte americano nesse mesmo millesimo de 1843 estes conceitos expressivos que attingiam a sua propria gente: em quanto em Baltimore se construirem clippers expressamente para o trafico, emquanto os capitalistas britannicos fornecerem fundos para o manterem e emquanto as autoridades brasileiras, aberta ou secretamente fecharem os olhos em relação a este nefando commercio como poderá elle deixar de existir?

CAPITULO LX

Exame do livro de contas de um traficante do Rio de Janeiro — Negocios de um revendedor de escravos — Transações curiosas e variadas

Mercê da gentileza de um amigo foi nos dado o ensejo de percorrer as paginas de um livro de assentamentos de negocios de um traficante de escravos correspondente ao periodo de 1818 a 1830, anterior portanto á prohibição do trafico. Infelizmente está sobremodo esfrangalhado e faltam-lhe muitissimas paginas, achando-se outras quase illegiveis ora pela pessima letra ora pelo apagamento de tinta.

Escripto por um quase analphabeto os lançamentos que nelle se notam são os mais tumultuarios, os mais desordenados. Nem sequer nelles reina a ordem chronologica. Alli foram traçados como que a esmo antecedendo os de 1825 por exemplo aos de 1821, etc. Ainda bem que os referentes ao mesmo anno estão coordenados. O traficante já em 1818 dispunha de bons meios pois comprava no Rio de Janeiro partidas de 20 a 25 contos de réis aos mercadores do Vallongo, somma muito consideravel para a época. Alargou notavelmente o vulto de seus negocios em 1825; tinha em giro seus 150 contos e em 1830 uns trezentos adquirindo então grandes levas de captivos como em certa vez 292. Seus negocios eram serra acima e pensamos que não se associara ao trafico inter-oceanico limitando-se a comprar escravos no Rio de Janeiro para os dispersar pelos fazendeiros.

A sua graphia das palavras era a mais estrambotica, abusava immenso do *h* escrevendo *hescravos, himportancia, haluguer, hermão,* etc.

Eram as suas contas de movimento muito activas e deve o traficante ter contribuido largamente para o povoamento das lavouras incipientes de café nas mattas do Rio e de Minas.

Das toscas paginas do livro rude do negreiro procuramos

aproveitar alguns informes para o melhor conhecimento das operações de acquisição de braços entre os fazendeiros sob o primeiro Imperio.

A uma das contas mais extensas copiemos:

Conta dos hescravos que tenho comprado a Pedro José Gomes e seu hermão Antonio José Gomes Rio de Janeiro Anno de 1821.

20	Vinte negros 150$000 himportão todos . .	3:000$000
	Despezas de todos	49$640
10	Dez negros 110$000 himportão todos	1:100$000
	Despezas dos ditos	34$090
15	Quinze hescravos 130$000 himportam todos	1:950$000
	Dispezas dos quinze	150$000
10	Negros 160$000 himportão em	1:600$000
	Prejuizo de morte	87$160
	Vestuario comedorias	27$200
6	Negros comprados 172$240 himportão todos	1:022$144
	Despezas dos ditos	24$520
1	Negro comprado	204$800
	Despeza do dito	4$085
5	Negros comprados 194$000	970$000
	Dispezas	15$125
	Prejuizos (3.076) (palavra illegivel)	15$370
1	Negro por nome Fernam	200$000
	Despeza do dito	3$022
1	Negro por nome eLias	194$000
	Despezas	3$022
2	Negros	600$000
	Despezas	6$044
1	Negra (comprada de Venancia)	300$000
10	Negros..	3:300$000
	Ropa para elles	22$000
3	Negros para casa	1:020$000
	Despeza de cada hum	9$000
	Somma 85 negros	15:961$232

20	negros vendidos para as Vasçoiras a ..... 317$468 abate	8:889$102
3	negros novos vendidos a Caetano Garcia a 250$ abate	750$000
3	hescravos comprados por Paulo Marques a 440$ abate	1:320$000
	Mais dous dittos a 414$ abate	828$000
	Abate de 28 homens..	11:787$102
	Prejuizo em mortos	2:473$450
	Despezas e ropa	358$900

Assim o negreiro adquirira 85 escravos por 15:961$232 ou seja uma media de quase 188$000 por cabeça e vendera 28 por 11:787$102 ou seja em termo medio 420$ por cabeça.

Neste lote ganhara para mais de cem por cento! Havia porém a descontar deste lucro os prejuizos por morte e as despezas de comboio na importancia de 2:832$350. De modo que depois de haver vendido este primeiro lote o resultado liquido fôra de 8:954$725 réis. Assim a media por cabeça fôra realmente de 319$800.

Doze haviam sido os mortos, o negreiro ficava pois ainda com 45 cabeças a vender tendo que salvar do seu capital 7.006$480 o que correspondia a uma media por escravo a vender de quase 156$.

Destes 45 collocou o comboeiro 16 em Valença por .... 3:840$000 a um tal José Mathias Gonçalves. Assim lhe ficavam 29 para resarcir 3.166$480 e ainda vencer juros de vinte por cento (o que no tempo era corrente) da sua "viagem" sobre o capital inicial ou ao todo uns 7:500$000 o que o levaria a vender cada peça a 250$. Isto não lhe seria talvez muito facil. Assim esta campanha do digno mercador não lhe deve ter sahido muito rendosa. Infelizmente a sua escripturação é omissa para o fechamento do balanço. E isto em todas as suas contas a que chamava "lista dos creditos."

Curiosa é a distribuição de outro "lote" este muito maior, de 228 escravos comprados de diversos.

Conta dos negros que recebi do Sr. Baptista Garcia no anno de 1824:

De Bernardino Teixeira. . . .	99
De Antonio M. Pinto	84
De João Tavares	34
De Herculano Alves	10
De Caetano Siqueira	1
Somma	228

Disposicoens dos ditos escravos segundo a s/ordem:

Forão para Minas por Manuel Ferreira Albanas . . .	11
Forão para Minas por João Tavares	26
Ezistem fogidos	5
Vendidos que lhe entreguei as listas.	159
Que João Tavares trouxe e morreu em Mata Cães .	1
Dos que o Pinto trouce mortos até Vassouras	7
que o dito deixou na bemfica hum	1
que o Tavares deixou na Benfica	1
Morreu em casa de Francisco Marianno	1
Morreu em caza de Francisco José Moreira	2
Em casa de Pedro Nicolau	1
Mortos nas Vassouras	13

Assim de 228 infelizes africanos sahidos do Rio morreram 25! onze por cento!

"Saldou a conta (s. c. o tal Baptista Garcia) escreve o revendedor e remeteu as listas constantes de Venda dos Negros que fez."

Mais adeante ha outra conta: "Lista dos escravos Novos que vendeu Joaquim Carlos Lopes por minha conta, della sendo o principal meu e os lucros em partes iguaes". Este Lopes, entre parenthesis, devia ser portuguez pois ha umas linhas de seu punho no livro do socio onde apparecem por Vassouras e Valença Baçoiras e Balanssa.

Foram 27 escravos vendidos por 12:935$ a 21 fazendeiros, a metal todos, excepto a um Jeremias de Miranda que pagou em notas. Por este tempo (1827) havia a maior repugnancia por parte do publico em receber o papel moeda recem emittido por D. Pedro I. Em Minas não corria aliás que os mineiros o recusavam in totum.

Curiosa a nota reiterada do comboeiro: "O Sr. Joaquim Carlos Lopes entrou para a suciadade só com a sua agencia, sendo todo o principal meo, que elle deve dar-me dentro do prazo de hum anno."

Este Lopes numa viagem levou para Minas 30 escravos a 345$ ou sejam 10:350$ e recebeu de dous fazendeiros um conto de réis em cobre com um agio de 42 por cento.

A perturbação financeira reinante no interior do Brasil e a que se refere Walsh em suas *Notices of Brazil* reflecte-se nas paginas do livro de contos do escravista.

Assim assenta compras de escravos feitas na Côrte e pagas em moedas de 4$000. Passou-as logo adeante com um agio de 40 por cento. Outra vez com 143$ de prata realizou um lucro de 80$. Em diversos lugares trocou escravos por meios de sola como em casa de Procopio Alves que deu por um delles 46 meios.

A medida que os annos passavam alargou o comboeiro as suas operações sobretudo por Vassouras, Valença, Parahyba do Sul, Mar d'Hespanha e Parahybuna. Subira o preço dos escravos e as lavouras cresciam notavelmente. Assim o vemos em fevereiro de 1829 vender nada menos de 134 escravos só em Vassouras dos quaes 55 a conto de réis cada um, muitos a novecentos e oitocentos mil réis etc. Os mais baratos se cotavam a 320$. Provavelmente seriam rapazotes ainda. Haviam os escravos tido enorme alta. Os 134 da viagem acima renderam nada menos de 119:700$! Muitos destes tão caramente vendidos deviam ser comtudo já creoulos "ladinos e não boçaes" pois o comboeiro ao mesmo tempo declarava que acabava de adquirir 211 escravos novos a 380$ e mais 48 a 310$ num total de 95:060$000.

Nas paginas do registro de negocios do negreiro ha numerosos nomes de fazendeiros do Pirahy, Vassouras, Valença, Parahyba do Sul, Mar d'Hespanha. Parahybuna, seus clientes.

Nelles se fazem frequente referencias a um Bernardino que deve ter sido uma especie de capataz principal do comboieiro.

Assim em certa occasião sabemos que Bernardino levou a fazendeiros do Parahybuna, em 1824, setenta e um escravos na importancia total de 24:480$800; em outra, no anno de 1826 vendeu outro lote em Valença de 68 por 26:223$000 etc.

O traficante era o fornecedor de varios lavradores que depois se avantajaram muito em posses e cujos nomes figuram no nobiliario imperial e portuguez. Nos seus apontamentos figuram tambem listas de compromissos de fornecimento provenientes de pedidos de fazendeiros dos districtos fluminenses e mineiros que elle abastecia de braços. Nota-se que as encommendas se repetem sob os mesmos nomes. A princi-

pio, em 1820, os fazendeiros lhe pedem que lhes arranjem um ou dois ou, no maximo, quatro escravos; raro é o que encommenda um lote de dez captivos. Dez annos mais tarde os mesmos clientes fazem-lhe encommendas muito mais vultosas. Ha entre elles quem se candidate a 20 e mesmo 30 escravos, de uma vez, prova de que as suas lavouras se haviam dilatado largamente.

Os fornecedores do comboieiro por elle citados eram uns quatro ou seis dos muitos mercadores do Vallongo daquelles cupidos e inexoraveis ciganos do Rio de Janeiro tão perversos para com a sua mercadoria humana, no dizer unanime dos autores, especialistas na revenda de escravos importados pelos tumbeiros.

Os nomes citados são de uns Gomes, irmãos: Pedro José e Antonio José. Ha um terceiro Manuel José seria "hermão" dos outros?

Fala-se tambem de um José Manuel de Roza, João Luiz Pataca, de um Lourenço dos Santos, José Alecrim, Leandro Francisco Pimentel etc. nomes que nada nos dizem.

Muitos fazendeiros não tendo dinheiro para saldar as compras de braços entregavam em troca dos escravos café, animaes, couros, sola, toucinho, arreios, terras etc.

Assim um tal Pedro José Penarte tendo adquirido um escravo por 230$, em setembro de 1824, deu em café 124$000, em couros e meios da sola 50$840 e mais uma besta por 40$ ficando a dever 15$200 que prometteu pagar na passagem de volta do traficante.

Custodio Reis da Soledade adquirente de 4 escravos por 640$000 entrou com 225$ em café, tres mulas por 140$ e mais 72$ em toucinho, um sellim de 16$ ficando devedor de 187$. D. Ignacia Maria do Sacramento esta comprou cinco escravos por dois contos de réis cedendo em troca uma sorte de terras por 1:200$000, um paiol no valor de 100$ quatro bois carreiros (102$400) um cavallo (55$000), um credito sobre o boiadeiro Bernardo Sabino (140$) 160 arrobas de café a 2$500 e o resto (2$600) em cobre.

Ha outras transacções de escambo em que um escravo é trocado por animaes quase exclusivamente. Assim certo captivo, avaliado em 280$, foi cedido a um fazendeiro, ou sitiante Constantino Correa, e trocado por duas bestas (90$) um cavallo arreiado com sellim inglez (105$) outro cavallo com o respectivo silhão (78$) e mais sete mil réis em especie. Financiando as operações de outros revendedores delles re-

cebia o negreiro contas de movimento parcial, documentadores de seus avanços aos "collegas".

Assim um tal João Evangelista Pinto em setembro de 1824 apresentava-lhe a lista das vendas feitas de quatorze escravos, entre 300 e 350$ a onze fazendeiros e num total de 4.945.400.

Mas destes recebera apenas 1:740$000 ficando o resto compromissado para liquidação dentro de um anno. Neste prazo entrou Evangelista Pinto com duas prestações de Rs. 1:122$600 e 157$030 ou ao todo 1:279$630.

Assim, pois, ainda ficou devendo ao patrão (ou socio) 1:926$370. Mas este se mostrou pouco satisfeito, ao que parece, a vista da seguinte e laconica indicação: deu para garantia hum credito de Antonio Francisco da Paixam e outro do cap. Pinto (quiçá o pae, ou irmão deste João Evangelista) de que lhe dei recibo de mão.

Um outro committente de negreiro certo Manuel da Costa Fiuza levando 24 escravos avaliados em 8:643$600 tendo precisado de dinheiro para as suas "viagens" delle recebeu 342$600 deixando-lhe empenhado um credito sobre Domiciano Joaquim de Souza no valor de 810$000. Joaquim da Cruz Arantes indo para Minas e precisando de moeda em cobre tomou-lhe sessenta mil réis mas teve de dar-lhe mais 24$000 de agio do cobre.

Pelo nome de um dos agentes ou revendedores do negreiro temos a impressão de que elle devia ser africano um tal João Lucas Cassange. .

Seria algum africano forro que negociava em escravos? ou portuguez alcunhado com o toponymo africano? os velhos autores, aliás, como se sabe, falam-nos de antigos escravos que passavam a ser traficantes indo até á Africa vender a mercadoria. Arranjavam-se bem, como o famoso fluminense, o cháchá de Ajudá, Felix de Souza, de tão celebres appellidos nos annaes do trafico.

Uma "conta de que tenho recebido dos fazendeiros, por conta dos hescravos que vendi" é curiosa como demonstração de que os pagamentos dos lavradores tambem se faziam a prazo e em prestações. Nesta relação se nota o desordenado dos lançamentos como as repetições referentes ás mesmas pessoas.

Recebi de Francisco de P. dos Santos	100$000
José Alves	160$000
Antonio Costa	160$000
João Antonio	320$000

Antonio Soares	172$800
Lauterio Barboza	172$800
José Manuel de Souza	129$130
D. Clara Jacintha	100$000
João Jacinto	94$400
Francisco Rodrigues Souza	1:525$000
Antonio de Castro Soares	25$600
Alfredo Simpliciano	92$620
Manuel Joaquim de Sant'Anna. . .	21$760
Antonio Luiz de Sant'Anna	40$000
João Alves dos Santos	206$800
Antonio Joaquim de Azevedo . . .	152$000
João Cardozo da Silva	139$500
Cap. Jozé Thomaz de Souza	3:169$000
Joaquim Pinheiro	217$000
Dona Maria Clara	32$000
Dona Maria Clara	88$000
Joaquim Pinheiro	135$000
Dona Clara	24$000
Cap. João Thomaz	1:146$000

Aliás as referencias ás vendas por prestações são assaz frequentes. Em janeiro de 1829 escrevia o traficante: Vendi ao Sr. José Custodio hum negro por quatro annos em cuatro pagamentos, heguaes de que não passou credito: 320$000. Quem seria este adquirente prestigioso cuja responsabilidade era de mera parlapassada? A primeira prestação em todo o caso foi satisfeita. Das outras não ficaram vestigios. Ás vezes encetava-se uma campanha com os sobejos da anterior. Assim deste mesmo anno de 1827, restavam collocar 57 ainda, no valor de mais de onze contos de réis.

A alta continua dos preços dos escravos, de 1818 a 1830, que se reflecte nas paginas do livro do negreiro provinha certamente da enorme extensão da cultura cafeeira. Pelos assentamentos que vimos compulsando triplicou o valor dos escravos de 1828 a 1830, já havia duplicado de 1818 a 1825. Em todo o caso tão confusos os dados fornecidos pela fonte analysada que esta affirmativa se nos apresenta mais como impressão do que sob outra forma. Realmente um complexo de de circumstancias determinava o valor attribuido aos miseros captivos.

Seja como for no livro de negocios do negreiro não vemos nos primeiros annos, lançamento algum sobre preços de captivos acima de 400$ quando nas vizinhanças de 1830 surgem allusões a venda de peças por 900$ e até conto de réis!

CAPITULO LXI

Os protestos setecentistas contra o trafico africano — A actuação de Wilberforce — O Congresso de Vienna — As convenções de Portugal e do Brasil com a Inglaterra — O bill Aberdeen — A actuação de Euzebio de Queiroz — Cessação completa do trafico — A repercussão dahi decorrente sobre a economia brasileira

Assignala Perdigão Malheiros, em sua tão justamente reputada *A escravidão no Brasil,* que, depois de largo collapso de consciencia européa, acerca da sorte dos africanos transportados ao Novo Mundo, partiram da Igreja Catholica os primeiros brados de protesto contra o commercio de escravos.

Em 1741, Bento XIV lançou uma bulla reprovando toda e qualquer escravidão. Pouco depois, nos Estados Unidos, os *quakers* pregaram abertamente contra ella. Desde 1754 era dogma da seita que cada qual devia viver do seu trabalho e não do suor alheio. Em 1789 nenhum dos doutrinarios de William Penn possuia escravo algum mais.

A philosophia tambem chamou a si a questão demonstrando a iniquidade dos homens reduzindo os seus semelhantes a mero objecto de propriedade e delle fazerem mercadoria. Em 1750 Montesquieu publicava seu immortal *Esprit des Lois* onde no livro XV consagrou dezenove capitulos a este assumpto.

Já em 1749 eminente jurisconsulto inglez, Lord Mansfield, tendo de decidir-se um escravo, que das colonias fôra levado á Inglaterra, era livre ou não resolveu, com a elevação de espirito e os nobres sentimentos que o distinguiam, a favor da liberdade do pobre homem, a lembrar que não havia lei britannica que justificasse seu captiveiro.

Em 1773 echoou, pela primeira vez, em publico, uma das mais nobres vozes da philantropia humana, de todos os seculos, a do immortal William Wilberforce.

Nascido em 1759, já aos quatorze annos, mero estudante

de humanidades começara a escrever em prol de uma campanha que ia ser o empenho de toda a sua vida.

Em 1787, propoz no Parlamento a abolição do infame commercio, e afinal, em 1822, a da propria escravidão. Propagandista ardoroso, e auxiliado efficazmente por Pitt e Fox, Clarkson, Buxton Canning, Grenville, Sharp e outros conseguiu chamar a attenção dos povos e dos governos para tão grave assumpto.

Em 1792 a Assembléa Legislativa Franceza decretava a sua cidadania de francez. Incansavel prosseguiu numa propaganda sem esmorecimentos. Em 1807, após a publicação de seu famoso pamphleto *A letter on the abolition of the slave trade* obtinha o grande triumpho de ver o Parlamento Inglez decretar a abolição do trafico.

Era preciso que as demais nações acompanhassem a Inglaterra e todas as opportunidades foram boas para Wilberforce, como a restauração bourbonica, o congresso de Vienna etc. Não houve homem de prestigio, no grande scenario politico europeu, a quem este grande vulto da Humanidade não recorresse em prol de seu ideal. Depois de combater o trafico passou a guerrear a propria instituição servil, com o maximo vigor.

Pouco antes de morrer (1833) teria ainda o consolo de ver um forte baluarte do escravismo de então, o Brasil, promulgar a lei de 7 de novembro de 1831, repressora da introducção de africanos.

Nos Estados Unidos a constituição de 1787 admittira que o trafico devia cessar em 1808. Desta data em deante porém continuara activo o contrabando de escravos exercido por nortistas e sulistas.

Já não era porém possivel resistir á corrente de opinião que crescia e avolumava-se contra o trafico e a propria escravidão. Servia a politica poderosamente, a causa da humanidade e da civilização.

No tratado de Paris (30 de maio de 1814) e nos Congressos de Vienna (1815) a questão do trafico foi apresentada, discutida e resolvida; as grandes nações da Europa concordaram solemnemente em promover a sua abolição integral. A Inglaterra, sobretudo, ahi tomou uma posição superior.

"O christianismo recorda. P. Malheiros fôra ainda uma vez o guia certo, seguro e esclarecido, como a estrella do deserto outrora para os Reis; o Papa Pio VII concorreu poderosamente para aquellas deliberações."

Nos congressos de Aix la Chapelle (1818), e de Verona (1822), as resoluções anteriores se confirmaram.

Portugal já com a Inglaterra assignara o tratado de 19 de fevereiro de 1810, cujos plenipotenciarios foram Lord Strangford e o Conde de Linhares. Entre outras estipulações accordara-se que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas, com a promessa de abolição gradual para o Brasil.

A convenção de Vienna de 22 de janeiro de 1815, estipulou a abolição do trafego ao Norte do Equador.

Declarada a independencia do Brasil e continuando o trafico a desrespeitar as convenções referidas, o Governo Inglez que tomara a peito levar a cabo a empreza ingente da abolição do infame commercio, em todo o mundo, entrou em ajustes com o nascente imperio, desejando até a abolição da propria escravidão no Brasil.

As idéas da época, e a opinião, o favoreciam. Varias memorias e escriptos contra o trafico já se haviam publicado. Entre ellas se destacavam a de João Severiano Maciel da Costa, futuro Marquez de Queluz, em 1821 e a famosa representação de José Bonifacio de Andrada e Silva á Assembléa Constituinte publicada em 1825 e logo, em 1826, traduzida em inglez.

"Assim se ajustou a 23 de novembro de 1826, commenta Malheiros, entre o Imperio e a Grã Bretanha, uma convenção, confirmatoria das anteriores de 1815 e 1817. Por ellas se equiparava á pirataria o trafico acaso feito depois do prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição. E ainda se conferiu á Inglaterra o tão cobiçado direito de *visita e busca* nas embarcações suspeitas de o exercerem.

Pela mesma convenção foram creadas commissões mixtas para julgarem das presas, á semelhança de Portugal; as quaes deviam funccionar no Rio de Janeiro e Serra Leoa."

As leis brasileiras veiram em auxilio desta cruzada como o alvará de 1818, a Constituição de 1824, o Codigo Commercial de 1830 além de outros actos menos prestigiosos.

Entendeu o Governo Imperial reforçar a legislação e assim promulgou a lei de 7 de novembro de 1831 declarando livres todos os escravos, vindos de fora, que entrassem no territorio ou portos do Imperio, á excepção dos empregados em embarcações de paiz, onde a escravidão fosse permettida, e dos fugidos, de qualquer paiz, em iguaes circumstancias. Deveriam estes ser reexportados.

Mas seria impossivel deter-se commercio com tão profun-

das raizes na tradição colonial e no imperativo economico de um paiz que se expandia com enorme vigor.

Começaram desde logo, ou antes continuaram os abusos, em maior escala até, lembra P. Malheiros. Acostumados os brancos, sobretudo os lavradores, ao trabalho escravo, e a serem suppridos com facilidade, demandavam braços: os negreiros passaram a auferir maiores lucros por causa da prohibição e do risco da apprehensão pelos cruzeiros.

Com verdadeira audacia exerceu-se o contrabando. Os longos annos de vigencia do regimen servil não permittiam que a opinião publica verberasse taes processos.

Entendiam muitos que, não havendo substituição facil do braço operario pelo braço livre, a suppressão brusca da importação negra seria a ruina da lavoura, principal fonte da riqueza publica.

O governo de Guilherme IV levantou constantes exigencias usando de verdadeira prepotencia e queixando-se da falta de observancia dos tratados. Assim trouxe o Brasil em verdadeiro tormento por motivo ou a pretexto do trafico de africanos.

Exigia a Inglaterra, do Brasil, o cumprimento do tratado de 1826, suscitando constantes e sérias complicações. Não respeitava nem os principios do Direito das Gentes, nem mesmo os termos de tal tratado.

Recusava pagar as indemnisações por aprehensões improcedentes de navios julgados *más presas* pela propria Commissão mixta em Serra Leoa, constituindo o proprio governo britannico o unico e supremo arbitro dos casos. E, não contente com tamanha arbitrariedade, mandava os seus cruzeiros fazer a policia dos mares territoriaes e até dos portos brasileiros visitando os navios, apprehendendo-os e perseguindo-os até debaixo das nossas baterias.

Assassinatos, recorda P. Malheiros, chegaram a ser commettidos affrontando as autoridades inglezas, ignominiosamente, a soberania e a dignidade do Imperio.

Para que o trafico pudesse ser exercido era necessario a cumplicidade das autoridades coloniaes européas.

Passado 1830 os dois paizes europeus mais obstinadamente protectores do commercio do ebano foram Portugal e Hespanha.

Em 1839, a opinião publica ingleza estava de tal modo vehementemente trabalhada que Sir Robert Peel conseguiu, facilmente, do Parlamento, o *bill* de 24 de agosto, decretando que os navios inglezes ficariam autorisados a deter os negrei-

ros portuguezes e os tribunaes britannicos a julgar as equipagens capturadas.

Os protestos violentos do paiz attingido por esta violação do direito internacional de nada valeram. Pelo tratado de 3 de julho de 1842 o governo de D. Maria II concedia á Inglaterra o direito de visita, o julgamento pelos tribunaes mixtos e assimilação do trafico á pirataria, a condemnação dos culpados a penas, que não fossem a de morte e a libertação dos negros apprehendidos.

Com a Hespanha a Inglaterra não applicou tão drasticas medidas e o trafico continuou a encaminhar-se para Cuba e Porto Rico até depois de 1860!

Em relação ao Brasil cresceram, de anno para anno, as exigencias bretãs. Desejava o Governo Brasileiro a ellas acceder, quando razoaveis, não duvidando em admittir a apresentação das novas providencias sobre o trafico, datadas de 23 de agosto de 1840 e 2 de fevereiro de 1842 e emanadas de Lord Aberdeen. Mas eram exaggeradas, ameaçando de ruina o commercio licito e até a navegação de cabotagem, do paiz. Viu-se pois o Brasil forçado a não acceitar, offerecendo, no emtanto, um contra projecto por sua vez recusado.

Approximava-se a expiração do prazo determinado pelo tratado de 1826 e o Governo Inglez queria aproveitar esta circumstancia. Dahi a razão dos seus esforços. Effectivamente a 13 de março de 1845 occorreu tal terminação e a chancellaria brasileira lembrando ter cessado o direito de visita e busca, e a actuação das commissões mixtas, propoz comtudo a prorogação do *statu quo* até 13 de setembro seguinte, o que provocou novas questões diplomaticas entre a Grã-Bretanha e o Brasil.

Mas o Governo Inglez resolvera não abrir mão da faculdade de exercer a policia do trafico. O Bill de 8 de agosto de 1845, proposto por Lord Aberdeen, assimilou o trafico simplesmente á *pirataria* sujeitando os contraventores aos tribunaes inglezes. Para este fim ficavam os cruzeiros autorisados a visitar, dar busca, e aprehender os navios suspeitos. Protestou solemnemente o Governo Brasileiro, a appellar para o Direito das Gentes, e as razões da Soberania e dignidade das Nações, em nota de 22 de outubro de 1845 mas a Inglaterra não recuou de uma linha de seu proposito inabalavel. Desenvolveram os cruzeiros enorme actividade repressora. Passou o trafico a ser operação sobremodo arriscada tal o numero dos navios capturados, postos a pique e queimados, muitas vezes sob as vistas das fortalezas brasileiras.

O *Merchant's magazine* de 1861 trouxe uma estatistica a tal respeito mas nunca logramos vel-a.

Com a recrudescencia da repressão deu-se um facto curioso: activou-se o commercio do ebano novamente. E' que o rush cafeeiro tomara immensas proporções. Viu-se o governo de D. Pedro II em penosas conjuncturas collocado entre a ameaça ingleza e a revolta da opinião publica entre as classes ricas do paiz.

Agira, até então, o Governo Imperial com verdadeira dissimulação nos documentos solemnes que eram as Falas do Throno.

A começar por D. Pedro I que, a 3 de maio de 1830 não se envergonhara de lançar á publicidade esta declaração inaudita:

"O trafico da escravatura cessou, e o governo está decidido a empregar todas as medidas, que a boa fé, e a humanidade reclamam, para evitar sua continuação debaixo de qualquer forma, ou pretexto que seja: portanto julgo de indispensavel necessidade indicar-vos quanto é conveniente facilitar a entrada de braços uteis. Leis que autorizem a distribuição de terras incultas, e que afiancem a execução de ajustes feitos com os colonos, seriam de manifesta utilidade, e de grande vantagem para a nossa industria em geral."

As quatro regencias conservaram o mais profundo mutismo em relação ao trafico clandestino de escravos, que cada vez mais avultava.

Promulgado o bill Aberdeen era com a maior prudencia que o Imperador se referia ao caso, na fala de 3 de maio de 1846.

"A cessação das medidas convencionadas entre o Brasil e a Grã Bretanha para reprimir o trafico de escravos, foi notificada em tempo opportuno pelo meu governo ao de Sua Magestade Britannica, — annunciava D. Pedro II ás Camaras.

Depois desta notificação passou uma lei no parlamento britannico sujeitando á jurisdicção dos tribunaes inglezes os navios brasileiros suspeitos de empregados naquelle trafico.

O meu governo protestou contra este acto, dando deste protesto conhecimento a todas as potencias amigas. Fiel ao empenho contrahido de por termo ao trafico de africanos, não deixará comtudo o meu governo de defender as prerogativas de minha corôa e os direitos nacionaes. Para tão justos fins, conto com a vossa coadjuvação leal e patriotica."

Respondendo ao monarcha dizia o Parlamento:

"A camara dos deputados considera inconciliavel com os

principios de independencia e soberania nacional o acto do parlamento britannico, que sujeita á jurisdição de tribunaes extrangeiros os navios brasileiros suspeitos de se empregarem naquelle trafico, e por isso applaude, e toma parte no protesto, que o governo de Vossa Magestade Imperial apresentou contra este acto. A Camara apreciando a fidelidade, com que o governo de Vossa Magestade Imperial tem procurado satisfazer o empenho contrahido com a Grã Bretanha, acompanha tambem a Vossa Magestade Imperial e afiança a leal e unanime coadjuvação dos Brasileiros na sustentação das prerogativas da corôa, e dos direitos nacionaes."

Em 1847, a 21 de dezembro, apresentou o primeiro ministro lord Palmerston, ao Governo Imperial, nova proposta para a repressão do trafico. O Bill Aberdeen foi cada vez mais largamente posto em execução, viram-se os navios brasileiros aprehendidos até nas aguas e portos do Imperio, por ordem do governo inglez.

De 1847 a 1849 as *Falas do Throno* não consignam uma só palavra á questão repressora do trafico. O mesmo se deu em 1850.

De 1849 a 1851 foram tomadas, condemnadas e destruidas pelo cruzeiro inglez nada menos de noventa embarcações suspeitas de serem tumbeiras, mau grado os constantes e vehementes protestos do nosso ministro de extrangeiros, visconde do Uruguay. Casos houve em que se demonstrou do modo mais evidente que o apresamento correspondera a actos de perfeita injustiça.

Chegou o Governo do Brasil a declarar que para defender a soberania e a honra da Nação ver-se-ia forçado a por o seu commercio e navgeação sob protecção de alguma potencia maritima poderosa como os Estados Unidos.

Conflictos violentos occorreram então que quase trouxeram demonstrações navaes contra o Brasil como o de Paranaguá cuja fortaleza da barra abriu fogo contra um cruzeiro inglez, o de Guarapary etc.

Haviam estas miserias provocado movimento forte de opinião no nosso paiz, aliás já trabalhado por algumas publicações abolicionistas como as duas já lembradas de João Severiano Maciel da Costa, em 1821 (*Memoria contra o trafico*) José Bonifacio de Andrade e Silva em 1823 (*Representação á Assembléa Constitucional Brasileira*) e as mais recentes de Frederico Leopoldo Cesar Burlamaque em 1837 (*Memoria analytica sobre o commercio do escravos*) Henrique Velloso de Oliveira em 1845 (*Substituição do trabalho dos escravos*

pelo trabalho livre no Brasil). Corriam as traducções de livros extrangeiros, sobretudo inglezes, como o famoso *Os gemidos dos africanos por causa do trafico,* de Thomaz Clarkson e calavam no publico os artigos da imprensa diaria entre as quaes se destacavam os de J. J. da Rocha.

Já em 1836 a *Sociedade defensora da liberdade e independencia do Rio de Janeiro* pugnava fortemente em favor da extincção do trafico.

Em julho de 1850 a Sociedade Contra o Trafico a cuja testa estava o Dr. Nicolau R. dos Santos França Leite prestou relevante serviço ao Governo Imperial pelo muito que agitou a opinião publica.

Afinal, como é geralmente sabido, o golpe de morte desfechado contra o trafico proveio da actuação do illustre Eusebio de Queiroz Coutinho Mattoso da Camara pondo em vigor, como ministro da Justiça do gabinete de 29 de setembro de 1848 (Olinda) a famosa e benemerita lei de 4 de setembro de 1850 que "estabelecia medidas para a suppressão do trafico de africanos no Imperio."

Tal o rigor da actuação do Governo Imperial, vivamente estimulado pelo proprio Pedro II, que os escravos desembarcados em 1850 foram 23.000 e em 1851 apenas 3.287. Em 1852 baixou o numero a 700. Entre 1853 e 1856 dar-se-iam apenas mais dois desembarques (em Serinhaem e S. Matheus) num total de 512 africanos.

A Fala de 1851, quando justamente attingira ao maximo a acção repressora do governo brasileiro apenas consigna seis linhas a tão notavel assumpto, e as mais laconicas expressões.

"A lei de 4 de setembro do anno passado tem sido vigorosamente executada. A ella se deve principalmente o estado da quase extincção do trafego. Espero que continueis a coadjuvar o meu governo com todos os meios que possam ser necessarios para obstar a que reappareça ainda que em pequena escala."

No voto de graças em resposta á mensagem imperial dizia o Parlamento:

"Muito satisfatorio é tambem á Camara dos Deputados reconhecer que a lei de 4 de setembro do anno passado tem sido executada vigorosamente. A sua execução e os esclarecimentos da razão publica sobre o seu verdadeiro interesse devemos o estado da quase extincção do trafico. A camara continuará a coadjuvar o governo de Vossa Magestade Imperial com todos os meios necessarios para obstar a que reappareça ainda que na menor escala."

No mesmo anno assegurava o Imperador novamente ás camaras reunidas extraordinariamente:

"O meu governo continua, e continuará a empregar meios energicos até conseguir a completa extincção do trafico."

E no anno seguinte, levantando o diapasão do seu desabafo philantropico, affirmava Pedro II.

"O meu governo continua, e continuará, a reprimir o trafico o qual depois da ultima sessão legislativa ainda tem diminuido. Espero que mediante o vigor e attenção que elle emprega nesta tarefa, desapparecerão de todo as poucas e indignas expeculações com que a avidez do lucro procura embaraçal-a. Conto sempre com a vossa inteira coadjuvação para todas as medidas que a experiencia aponte como necessarias para a completa extincção de tão abominavel commercio."

E a Camara louvou os esforços imperiaes para conseguir o completo desapparecimento das poucas e indignas especulações com que a sordida avidez de ganho procurava embaraçal-o. Para a total extincção de tão abominavel commercio não havia medidas que a experiencia reclamasse, como necessarias, que o Corpo Legislativo, coadjuvando o governo de Sua Magestade Imperial, não desse com franqueza e dedicação o seu assentimento.

Commenta Perdigão Malheiro eloquentemente:

"Este grande impulso na civilisação do paiz, essa grande obra humanitaria, christã, e de immenso alcance utilitario e moral para o Estado, foi devido ao talento, energia, perseverança e legitima influencia de um brasileiro distincto por todos os titulos e dotes os mais elevados do espirito humano, do coração o mais bem formado, cujo nome a posteridade proferirá com a veneração devida aos grandes homens: Eusebio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara."

Outros, que lhe succederam, prosseguiram na mesma tarefa, com sempre louvavel zelo. Estavam nella empenhados a honra, a dignidade, e brio nacionaes, o bem e futuro do paiz, a humanidade, a religião, a civilização. As Nações da Europa tinham os olhos sobre nós. O mundo, a posteridade julgariam o Brasil."

Em 1853 emittia o Imperador estes conceitos categoricos:

"A fé dos tratados, e nosso proprio interesse, exigem, imperiosamente não só a completa cessação do trafico de africanos, mas tambem que se torne impossivel sua reapparição. Os meus ministros vos indicarão as medidas que parecem ainda precisas para conseguir-se este duplicado fim."

No anno seguinte reiterava o monarcha:

"O meu governo continua a exercer na repressão do trafico a mais activa e energica vigilancia, empregando os meios de que pode dispor para extinguir este abominavel commercio; e os seus esforços tem sido, até agora, coroados de feliz resultado.

Recommendo-vos o projecto de lei iniciado nos ultimos dias da sessão passada, que tem por fim tornar mais efficaz essa repressão."

E o Parlamento respondendo-lhe assegurava a adopção da lei pedida.

Em 1855 jubiloso annunciava o magnanimo principe:

"Comprazo-me em annunciar-vos que nenhuma tentativa tem havido de trafico de africanos. A adhesão do paiz, e a vigilancia com que continua a ser feita a policia do nosso littoral, dão-me a segurança de que não reapparecerá este criminoso commercio."

Mas eram os negreiros terrivelmente audazes e pertinazes. E assim em 1856 consignava a Fala do Throno.

"A despeito das providencias tomadas para a repressão do abominavel trafico de escravos, alguns aventureiros ousaram tentar novas especulações; mas a vigilancia do meu governo, auxiliada pela opinião publica, conseguiu mallogral-as, como espero que sempre acontecerá."

Agonisava o trafico, porém, e o Imperador, em 1857, lembrava ao Parlamento:

"O vigor com que foram reprimidas as duas ultimas tentativas de introducção de africanos em Serinhaem e S. Matheus, deve ter desacoroçoado os aventureiros, que julgavam a occasião azada para realizarem no Imperio suas criminosas emprezas."

E a camara exprimia-lhe que a repressão era mais uma prova de que o Brasil, a bem de seus brios e honra, empenhados na cessação completa de um flagello social, estava solidario com o seu Governo.

Deste millesimo em deante não mais se occuparam as *Falas do Throno*, com o momentoso e lobrego assumpto. Estava geralmente extincto o trafico no Brasil.

Já em 1856 o proprio Lord Palmerston assim reputava e em 1862 Christie, o famoso ministro britannico no Rio de Janeiro da "Questão christie" declarava *impossivel* restaural-o.

E com effeito, depois da ultima tentativa em 1856 nenhuma outra occorreu; assim foi proclamado categoricamente extincto no Imperio em 1866 pelo ministro da Justiça, conselheiro José Thomaz Nabuco de Araujo.

Em relação ás consequencias do trafico observa o illustre publicista a quem vimos acompanhando.

"A cessação do trafico, embora produzisse uma crise na sociedade e sobretudo no trabalho, não trouxe, mesmo á lavoura, os prejuizos que ella tanto receiava; esse terror era mais panico do que fundado. Pelo contrario, os capitaes aventurados em semelhante especulação procuravam emprego mais legitimo e honesto com vantagem de todos; o governo e os particulares cuidaram com mais interesse da colonisação, e da introducção de braços livres; os senhores cuidaram tambem em tratar melhor os escravos e os descendentes destes, visto como eram a fonte mais certa, immediata e quase unica de trabalhadores então existente.

A propria producção, que tanto se temeu diminuisse, não só não soffreu mas augmentou, como já se havia observado em relação ás colonias Européas; facto altamente digno de attenção e estudo, pois confirma a vantagem superior da moralidade do trabalho, e do sensato e honesto emprego dos capitaes.

Os trabalhos dos nossso estatistas contemporaneos como Sebastião Ferreira Soares e Dario Raphael Callado, patentearam em 1865 e 1866 ao publico brasileiro quanto se haviam enganado redondamente os prophetas de mau agouro que vaticinavam ao Brasil o maior descalabro financeiro com a cessação do trafico.

Era esta a lição dos numeros, em relação á importação e exportação:

Medias quinquiennaes	*Importação*	*Exportação*
1849-1850 a 1853-1854 . . .	80.422:800$000	67.989:600$000
1854-1855 a 1855-1859 . . .	112.141:800$000	100.514:000$000
1859-1860 a 1863-1864 . . .	131.594:000$000	121.978:800$000

Quanto aos principaes productos brasileiros expressiva tambem era a demonstração dos numeros.

Medias quinquiennaes	*Café arrobas*	*Assucar arrobas*	*Algodão arrobas*
1849-1850 a 1853-1854 . . .	8.850.183	8.654.251	956.236
1854-1855 a 1858-1859 . . .	11.718.588	8.243.867	950.000
1859-1860 a 1863-1864 . . .	10.310.488	7.644.718	950.694
Ultimo quinquiennio do trafico	8.233.952	7.551.000	844.827

Medias quinquiennaes	Fumo arr.	Cacau arr.	Borracha arr.	Matte arr.
1849-1850 a 1853-1854	499.223	272.905	105.780	404.220
1854-1855 a 1858-1859	413.321	208.995	135.513	446.945
1859-1860 a 1863-1864	759.902	231.617	184.391	254.474
Ultimo quinquiennio do trafico	326.242	190.203	37.597	331.517

Nada mais frisante do que, esta lição das cifras. O unico genero de que não houvera grande majoração nas quantidades exportadas fôra o assucar. Assim mesmo as medias post-trafico mostravam-se um pouco superiores ás de antes da sinistra navegação.

Cita Perdigão Malheiro um argumento altamente significativo em favor da philantropica decisão: é que o Brasil deixara de contribuir para alcoolisar a Africa!

"A aguardente, porém, diminuiu; porque a media quinquiennal do tempo do contrabando chegou a ser de 2.709.667 canadas (1844-1845 a 1848-1849), época da maior força do trafico, e desceu de modo que no quinquiennio ultimo foi de 2.022.255 canadas. Foi um mal? Ao contrario, mais um beneficio da suppressão definitiva delle, porque, como é sabido, o principal destino era a Africa; alimento para o contrabando e para o vicio."

Em resumo o trafico só servira para enriquecer a alguns poucos individuos, com grande prejuizo do bem geral, assim como da fortuna e interesses de particulares. A muitos destes arruinara quer entre os que praticavam tão abominavel e arriscada especulação, quer os que consumiam a tão sinistra mercadoria. Com a cessação do trafico para o Brasil, o preço dos escravos em Africa diminuira notavelmente.

Em relação ao continente negro as consequencias da abolição foram as mais preciosas. As guerras continuas em que ahi viviam os negros para fazerem prisioneiros e vendel-os diminuiram de modo notavel.

"O trafico barbarisava a Africa e de sua cessação proviria o incremento da civilisação e progresso do Continente Negro."



CAPITULO LXII

Um livro curioso de medico francez Conselhos ao lavradores em 1834 sobre o modo de conservarem saudavel a sua escravatura — Regras para a escolha dos bons escravos — As molestias dos negros das fazendas — A mortalidade infantil — Perigos que ameaçavam os senhores — Advertencias em relação aos envenenamentos

Chegado ao Brasil em 1831 resolveu o ex-cirurgião *adjudant major* da Marinha de Guerra franceza, Dr. João Baptista A. Imbert, doutor em medicina por Montpellier, escrever um *Manual do fazendeiro* ou *Tratado domestico sobre as enfermidades dos negros,* traduzido pelo bacharel em direito José Maria Frederico de Souza Pinto. Por signal que por vezes assaz deficientemente como por exemplo quando verte *matières fécales* para materias feculentas (sic!)...

Em 1843 imprimiu-o mediante subscripção previa de assignantes methodo generalisado, antigamente entre nós. Dedicou-o ao Parlamento Brasileiro este verdadeiro cartapacio de 341 paginas de formato avantajado, que não vemos aliás citado no tão minucioso diccionario de Sacramento Blake. Nelle não ha a menor referencia biographica ao nosso autor.

Movera ao Dr. Imbert a intenção de ser util aos lavradores isolados em suas propriedades, pelas distancias enormes. Dois milhões de escravos affirmava elle viviam então no Brasil. Geralmente muito mal tratados eram as constantes victimas do empirismo de curandeiros e daquelles que se irrogavam conhecimentos medicos applicando panaceas perigosas.

Por aquella época havia uma duzia de annos que furiosamente se usava no Brasil do purgante Leroy, o *Raluá* como lhe chamavam os pretos a deturparem o patronymico francez.

Este violento vomitorio-purgativo, applicado com a maior inconveniencia tornara-se responsavel por mil e uma affecções entre os escravos. Applicava-se tal panacea contra a dysente-

ria, a hydropisia, a pneumonia! e a cantiga popular do "quem comeu do boi" aconselhava aos envenenados que tomassem "raluá para não morrer" como ainda em 1885 se cantava no Rio de Janeiro, lembremol-o entre parentheses.

O conceito, espalhadissimo em todo o Brasil, de que os negros tinham resistencia physica muito maior do que a dos brancos era simplesmente falso. Affirma o Dr. Imbert que o contrario se dava.

Eram os pretos mais susceptiveis de contrahir algumas das enfermidades que affligem a especie humana muito mais que os seus senhores.

Havia a considerar, ainda, que viviam embrutecidos pela cachaça e amolentados pela preguiça. Para elles a verdadeira felicidade consistia na vida vegetativa. Comerem, dormir, demorarem-se sentados sem reflectir, entregues á abolição dos phenomenos cerebraes era o seu ideal.

Abre-se o livro do Dr. Imbert por uma série de conselhos aos fazendeiros candidatos á compra de escravos. Frequentemente lhes occorria adquirirem peças defeituosas, por se limitarem ao exame summario da bocca.

Havia grande differença entre as nações africanas vinha a ser obvio lembral-o. Ninguem no Brasil confundiria por exemplo um negro da Alta Guiné ou Costa do Ouro, com o da Baixa Guiné ou Reino do Congo. Os da Costa do Ouro reputavam-se os melhores escravos, á excepção dos Minas, comtudo individuos de estatura regular, mostravam-se fortes, bons trabalhadores, sobrios, e orgulhosos. Os Minas estes eram altos, bem conformados e de aspecto altivo.

Os da Baixa Guiné ou Reino de Benguella, eram de estatura baixa, peito comprido e reforçado e por natureza inimigos do trabalho; todavia as conguezes mereciam estima porque acostumadas no seu paiz a cultivar a terra mostravam-se em geral laboriosas.

Seria por certo superfluo recommendar que se não comprassem individuos de nações reconhecidamente más; tornava-se util porém, indicar alguns signaes podendo dar a conhecer os defeitos dos escravos de todos os paizes.

1.° Cabellos encrespados em demasia, testa pequena ou baixa, olhos encovados e orelhas grandes, denotavam ordinariamente máo caracter.

2.° Nariz demasiadamente chato, e ventas muito apertadas constituiam defeitos serios pois, incommodando a respiração, não permittiam a livre entrada e sahida do ar (sic).

3.° Lingua comprida muito expressa ou muito delgada,

dentes mal seguros, amarellos, ou pretos, avantajados ou muito pouco salientes gengivas molles, de cor livida, sangrando ao menor toque. respiração presa e fetida traduziam outras tantas imperfeições physicas a indicarem mau estomago, ou a existencia de vicios no sangue.

4.º Pescoço comprido, com espaduas elevadas muito inclinadas para a frente, tornando o peito estreito e o esterno curto, vinham a ser signaes certos de que os orgãos collocados nesta cavidade se achavam em mau estado.

5.º Devia ser recusado todo e qualquer negro que tivesse pernas finaes compridas, e os pés chatos, porque taes escravos nunca eram fortes e muito mais sugeitos do que os outros a ulceras, á inchação das pernas, donde provinham naturalmente esses tumores incuraveis dos pés desenvolvendo frequentemente a *elephancia*, molestia hedionda.

Assim, para que o preto apresentasse as condições mais favoraveis á saude, e aos serviços penosos que delle se esperavam nunca o fazendeiro comprasse individuos apresentando os defeitos acima enumerados. Pelo contrario adquirisse os que tivessem pés redondos, barrigas da perna grossas e tornozelos finos, o que as tornava firmes, pelle lisa, não oleosa, de bella cor preta, isenta de manchas, cicatrizes e odor demasiado forte; com as partes genitaes convenientemente desenvolvidas, isto é nem pecassem por excesso nem por cainheza; o baixo ventre não muito saliente, nem o umbigo muito volumoso, circumstancias de que se originavam sempre as hernias; peito comprido, profundo, sonoro, espaduas desempenadas, sem todavia estarem mui desviadas do tronco, signal de pulmões bem collocados, pescoço em justa proporção com a estatura do individuo não offerecendo aqui e alli mormente sob a queixada, tumores glandulosos signal evidente de affecção escrofulosa, conduzindo cedo ou tarde a uma tisica; musculos dos membros, peito e costas, bem salientes; carnes rijas, e compactas; e que enfim deixassem o escravo entrever no semblante aspecto ardor e vivacidade. Reunidas todas estas condições, ter-se-ia um escravo que apresentaria a seu Senhor todas as garantias desejaveis de saude, força e intelligencia.

Mas seriam, no Vallongo, frequentes estes typos se não apollineos mas pelo menos altamente eugenicos, acima descriptos?

Enumera o Dr. Imbert as principaes affecções que affligiam os escravos no Brasil; a dysenteria, a morphéa, o tetano, o impaludismo e o escorbuto, que sobretudo devorava os carregamentos de escravos, nas travessias oceanicas, as vermino-

ses, as molestias venereas, as alporcas, pustulas malignas, ascites, bobas ou pian, gastrite, hepatite, pleuriz, tuberculose, rheumatismo, variola e outras molestias da pelle, a sarna, erysipela, empingens, enfermidades das creanças, as molestias das mulheres, as infecções puerperaes etc. Consagra ainda o nosso autor uma secção da obra aos soccorros a se ministrarem aos asphyxiados e ao tratamento das ulceras e chagas.

Neste volume se compendiam as idéas de seu tempo sobre a physiologia e a etiologia das molestias européas e tropipicaes.

Assim por exemplo affirma o Dr. Imbert que para o apparecimento do tetano tinham enorme importancia a influencia da atmosphera e as variações da temperatura. Dizimava os moleques, sobretudo os recemnascidos, porque com mais facilidade se resentiam dos perigosos effeitos da humidade aerea, a hydrophobia podia provir da impressão de humor muito frio, em occasião de se achar o corpo suado "por effeito de huma demasiada exposição á acção de hum sol ardente" etc.

Depois de um formulario pharmaceutico assaz extenso redige o Dr. Imbert um plano "philosophico moral e hygienico" proprio para por elle dirigirem os fazendeiros do modo que se devia presumir mais philantropica e mais vantajosa, hum Estabelecimento agricola, contendo grande numero de escravos."

Aconselhava aos lavradores a installação de sua vivenda na encosta de outeiro bem exposta ao sol, casa espaçosa de um só andar de onde dominariam os cafezaes e cannaviaes, o laranjal etc.

A cincoenta passos da casa grande fosse construida outra mais modesta, feita de pedra, areia e cal, bem secca e arejada, do tamanho proporcionado ao numero de negros, a quem serviria de abrigo.

Junto aos dois lados desta casa haveria repartimentos de taboado "constituindo ao todo outros tantos quartos pequenos." No centro existisse grande e extensa sala, com varias janellas, para dar livre entrada ao ar, guarnecida toda em volta de uma linha de tarimbas, a tres palmos acima do chão cada qual composta de colchão e cobertor.

Houvesse tambem uma casinhola, que servisse de enfermaria com sua cozinha e gabinete de botica, e "telheiros em que se depositassem os productos das terras". Numa palavra, emfim dentro da Fazenda existisse tudo quanto devesse pertencer-lhe para assim tornal-a uma habitação deliciosa e saudavel.

Bom regimen alimentar para a escravatura era o seguinte que o Dr. Imbert parece ter applicado em alguma propriedade sua:

Tres comidas por dia: a primeira ás 9 da manhã; a segunda da uma para as duas da tarde; e a terceira depois do sol posto. Fosse esta ordem invariavel, com ella contassem os negros pela certa. "Temos o cuidado de fazer com que seja pontualmente executada" — affirma.

"O almoço consta de um prato de arroz com toucinho e um pouco de café. O jantar é mais substancial e consiste em carne secca, em quantidade que os satisfaça. A esta carne mandamos ajuntar legumes, e a negra encarregada das funcções da cozinha, tem ordem de variar os temperos ao gosto e vontade delles. Duas vezes por semana, em vez de carne secca, tem carne fresca, com a qual se faz boa sopa de maça, ou qualquer outra substancia nutriente.

Tendo em consideração que alguns escravos, já pela fraqueza da constituição, já por outros quaesquer motivos, que por ventura achemos ponderosos, com difficuldade tomam a comida sã, posto que grosseira, que serve de base ao seu regimen diario, a favor delles fazemos alguma excepção dando-lhes todos os dias, pelo menos mais amiudo do que aos outros, carne fresca. Além do que, constantemente, temos caldo de gallinha prompto para os doentes, ou para os que venham a adoecer de repente.

A ceia consta em geral de legumes cozidos, taes como feijão de todas as especies, ervilhas, batatas, etc. que colhemos nas nossas terras, ou vamos buscar a outras partes. E' inutil dizer que diariamente distribuimos por nossos escravos a farinha, de que carecem; porque fazendo esta substancia as vezes de pão, fôra crueldade faltar-lhes com ella. Por outro lado tambem consentimos que comam, com moderação fructas, taes como laranjas, bananas etc.

O uso razoavel do vinho contribue muito para suster as forças. Mas sendo, como é, este artigo mui caro no Brasil, e cumprindo ter o mais possivel em vista nossos interesses, sem todavia espesinhar os imprescindiveis direitos da humanidade, em lugar de vinho damos aos nossos escravos limitada quantidade de aguardente com assucar, desfeita numa porção grande de agua, a qual com aquelle adjunto constitue uma bebida igualmente sã e agradavel.

Antes dos negros sahirem para o trabalho, damos-lhes, todos os dias, de manhã, um copinho de cachaça, que bebem por cima de uma codea de pão. Desta graça se colhe a vanta-

gem de andarem satisfeitos, terem amor ao trabalho, e serem, de mais a mais, maior o desenvolvimento de suas forças musculares, e não estarem tão sugeitos a ceder á influencia das diversas emanações, que inspiram influencia essa sempre mais perniciosa em o estomago estando vazio."

Falando do modo pelo qual deviam os senhores vestir os servos escrevia o Dr. Imbert que por força da lei imperiosa que não permittia ao homem (a exemplo dos demais animaes) viver no estado em que viera ao mundo, adoptara para os seus escravos vestuario uniforme, constante de calças de panno ou de linho, conforme a estação, e camisola de algodão tecido, com mangas, servindo-lhes a um tempo de camisa e jaqueta. O continuo contacto desta camisola com o corpo lhes grangeava a importante vantagem de resguardar a parte mais delicada, o peito, da variada influencia da atmosphera, origem fecunda de constipação e catarrhaes e dessa temivel tisica, que a tantos cortava os dias de vida. Era inutil observar que cada um de seus escravos possuia duas ou tres destas camisolas e vestia uma, recem lavada, todos os domingos.

Quando, por effeito de chuvas copiosas, a terra estava lamacenta ou humida, cada escravo calçava o seu par de tamancos, precaução essencialmente hygienica, della resultando vantagens reaes para a conservação da sua saude.

Quanto ao repouso eram estas as normas da fazenda do medico cafeicultor.

"Deitavam e levantavam-se os escravos a horas certas, que nunca variavam senão com os imperativos das estações. O romper do dia era a hora marcada para se levantarem, deitavam-se passadas duas horas após o sol posto. Tinham por esta forma tempo bastante para, com o somno, restaurarem as forças e, no dia seguinte, sentirem-se com mais força para o trabalho. A senzalla mantinha-se sempre limpa e aceada; e no mesmo caso as tarimbas e os cobertores, de tempos a tempos expostos ao ar. Ninguem contestaria que por meio desta simples regra hygienica se tornava possivel prevenir o desenvolvimento dessa multidão de molestias de pelle que o desaceio origina. Com vistas ao mesmo fim exigia que todas as manhãs os escravos penteassem a cabeça e lavassem o rosto a bocca e as mãos. Como a Fazenda gozasse da preciosa vantagem de ser cortada por dois ribeiros de agua limpida, pelo menos uma vez por mez eram os escravos obrigados a tomar um banho de corpo inteiro.

Quanto á intensidade do labor a tal respeito pedia o Dr.

Imbert aos fazendeiros que não matassem os escravos pelo excesso de esforço muscular.

Era o trabalho indispensavel, ao homem para a conservação da saude, por desenvolver as forças musculares, o vigor corporeo, em consequencia da actividade, fornecida ás digestões; mas para poder produzir taes resultados, não devia ultrapassar justos limites, "por quanto, se por um lado a ociosidade amollesse, por outro lado demasiado cançasso enfraquece e debilita; "Não desejamos que nossos escravos caiam quer num quer noutro destes dois extremos. Exigimos por tanto que trabalhem porque a isso se acham por sua condição condemnados e cumprem a sentença fulminada contra nosso primeiro pae; mas este trabalho nunca lhes excede as forças, por isso que a nossa humanidade marca a direcção que deve ter, e demais não deixamos de os poupar (como nunca nos esquecemos que estamos entre os tropicos) nessas horas do dia, em que o sol com toda a força dardeja sobre a terra o seu calorico abrazador."

Enorme mortalidade infantil assolava as escravaturas, lembra o Dr. Imbert: Morriam incontaveis moleques do mal de sete dias, assim como muitas parturientes do tratamento barbaro das comadres que acorriam numerosas á sua cabeceira. Causa de innumeras mortes vinha a ser a mania das parteiras "curiosas" em quererem cortar o cordão umbelical muito longe do umbigo.

Outras causas havia ainda provocando numerosos obitos infantis.

As negras, sem attenderem a fraqueza dos orgãos digestivos dos recem-nascidos, davam-lhes, poucos dias após o nascimento, alimentos grosseiros tirados da propria comida. Era proceder fatal ás crianças. Com isto pensavam fortificar as crias subtrahindo-se em parte ás fadigas da criação.

"Não consintaes pois Fazendeiros, apostrophava-os o medico tratadista, que vossas escravas deem a seus filhos outro alimento que não o leite de peito, antes de terem cinco a seis mezes; então sim, deixae que lhes deem mingaus leves de arroz, sagú, tapioca, araruta etc."

Grande capitulo consagra o Dr. Imbert ao tratamento dos envenenados, pagina da maior importancia, dada a situação dos fazendeiros a dominarem pelo temor verdadeiras populações, forçadas á contenção de um trabalho que lhes causava horror.

A natureza do clima do Brasil, as necessidades do solo, e a consideravel disproporção que existia entre a immensa

extensão do territorio, e a fraqueza da população prescreviam por assim dizer, "ao fertil e formoso paiz americano a rigorosa precisão de mandar vir da Africa braços affeitos ao ardor de uma atmosphera abrazadora."

"A Africa, tão ignorante e barbara que julga muito a proposito vender os filhos, dos quaes proveito nenhum sabe tirar, de bom grado se prestou sempre a permutar o excesso da sua população pelos productos industriaes do Novo Mundo.

Entregou pois, á America, e sobretudo ao Brasil, uma porção do seu sangue, e esse manchado com o ferrete da escravidão: a humanidade, e o bom senso das nações civilisadas aboliram assim este trafico para sempre, para nunca mais existir, pelo menos assim o devemos esperar. Eis que os negros Africanos constituidos em legitima propriedade de outrem em consequencia de transacções autorisadas por elles, foram divididos por todos os pontos do Imperio, segundo as necessidades, mas sempre em muito maior proporção relativamente aos brancos, e pelas Fazendas do interior, onde nada tem de raro o contarem-se cem escravos para cada homem livre.

Ora, cercados de entes sem principios, sem educação, sem laços de parentesco nem de nacionalidade, e curvados ao jugo da escravidão por ventura não estarão os fazendeiros immediatamente expostos a toda a hora, e a todos os instantes, a grandes e immensos perigos? Que são muitos e grandes os perigos ninguem ousará negar; mas, tambem cumpre notar que cada vez maiores se tornam, por isso que um só momento não deixam de estar imminentes, que de dia a dia avultam mais, em virtude da irritação que de necessidade deve produzir o continuo contacto.

Acham-se conseguintemente os proprietarios de Fazendas ou seus feitores, em cima de um vulcão cuja explosão bem pode occorrer de um momento para o outro. E' verdade, não ha duvida, que o habito torna menos sensiveis os inconvenientes de semelhante posição; mas se por uma parte, felizmente assim acontece, não se ha de negar o perigo, que tal existencia encerra; porquanto, a segurança que inspira, faz com que geralmente se desprezem as necessarias cautelas que a prudencia reclama."

Para fornecer um argumento positivamente incontrastavel queria o nosso autor valer-se de um exemplo:

"Um de nossos amigos, homem atilado, dotado de summa coragem, militar antigo, que pelejara nas phalanges desse velho Exercito Francez, que por seus prodigios de valor infun-

diu admiração ao mundo inteiro, tendo hoje a seu cargo a administração de uma Fazenda recheiada de grande numero de negros, e por conseguinte na hypothese justamente que acabamos de descrever, ainda não ha muito, em carta que nos escreveu, nos dizia que estava collocado entre o ferro e o veneno.

Falava assim porque a novidade da sua posição ainda lhe não permittira fechar os olhos ante os perigos que o ameaçavam. Ainda mais, ditava-lhe a razão que lhe cumpria lançar mão de todos quantos meios de segurança houvesse de sugerir a prudencia, devendo o primeiro, dentre elles, consistir em munir-se em tempo de instrucções capazes de ensinar-lhe a paralysar os effeitos do veneno, o qual com justa razão julga um methodo de vingança, que, com bastante facilidade, podem por em execução os negros confiados á sua direcção. Chegou com effeito, a realizar-se o presentimento deste nosso amigo: ha pouco foi envenenado mas felizmente sem maus resultados para a sua existencia."

Por muitas e muitas vezes, e até dos pontos mais culminantes do mundo politico civilizado, dissera-se e clamara-se que a escravidão calcava aos pés as leis da Natureza.

E na verdade, despojado do direito de reger, a seu arbitrio, suas acções, sem poder, de modo algum, abrigar no coração a esperança de mais risonho porvir, derradeira consolação dos desgraçados; constrangido a dedicar-se a um trabalho, inteiramente despido de interesse, por isso que nem uma recompensa lhe promettia forçado a obedecer a exigencias, nem sempre proporcionadas á somma de suas forças: como não haveria do escravo permanecer em estado de constante hostilidade a respeito da sociedade em geral, e de seu Senhor em particular!

E desgraçadamente, não vinha a experiencia de todos os dias em abono da verdade que o autor avançava? Muito quizera ainda acrescentar sua penna indignada... mas a prudencia a continha.

Para o fim que tinha em vista bastava que tudo quanto dissera se compendiasse nas proposições seguintes:

1.º O negro escravo, por effeito de sua posição social, era o inimigo natural do branco: por abominar-lhe a autoridade e invejar-lhe a superioridade.

2.º Ardentes e violentas eram-lhes as paixões, sem ter em geral, sentimento algum moral capaz de as reprimir; e taes paixões o induziam, de ordinario, a não ver senão um

tyranno, ou um oppressor, naquelle que era quase seu bemfeitor, ou pelo menos sempre tinha interesse em sel-o.

3.º Que em virtude de sua curta intelligencia, e falta de cultura de razão, incapaz de pesar as consequencias de uma acção má, o escravo dava, de bom grado, ao peito, livre entrada á vingança. Ou sem difficuldade se prestava a ser instrumento da de outrem, cedendo ás suplicas ou á vontade de qualquer ou induzido pela promessa de recompensa por muito trivial que fosse.

Firme nestes principios, e tendo por certo que ninguem refutaria victoriosamente as proposições que acabava de enunciar em these geral, dellas concluia o Dr. Imbert que ós Fazendeiros não estavam tão seguros rodeados de seus escravos, como de certo se sentiriam no seio de uma sociedade em que todos gozassem igualdade de direitos. Assim pensaria certamente tambem o Sr. de La Palisse.

O choque dos elementos heterogeneos a que estavam expostos os collocava sob o perigo immediato de um atentado sempre provavel. No numero dos meios que melhor serviam para encobrir a vingança occupava o primeiro lugar o veneno. Deviam pois sempre precaver-se contra esta cobarde arma, por isso que tambem estava sempre á mão de seus inimigos naturaes; precisavam sobretudo precatar-se contra suas feridas mortaes, questão esta em que ninguem devia deixar de meditar e pensar muito nos paizes, em que o homem livre e o escravo habitavam lado a lado e em que o segundo continuamente receiava dos effeitos da autoridade e o primeiro os da vingança.

Paginas e paginas gastou o Dr. Imbert em aconselhar os fazendeiros a se defenderem dos effeitos dos toxicos que a seu ver se dividiam nas segunites categorias; narcoticos, narcoticos acres, irritantes, corrosivos ou escharoticos, acres e plumbeos.

Depois de se estender sobre a respectiva symptomatologia ministra os conselhos a seu ver recommendaveis pela mais avançada therapeutica do tempo.

CAPITULO LXIII

Um appello abolicionista de 1845 aos bons sentimentos dos senhores de escravos — As causas de reducção enorme dos captivos nas lavouras — Argumentos "ad rem" — Considerações curiosas de Ferreira Soares sobre o mesmo assumpto, vinte annos mais tarde — A cessação do trafico e a emigração de escravos do norte para as lavouras cafeeiras do Sul

Sob o titulo *Reflexões sobre a Escravatura das Fazendas no Brasil,* publicou-se em 1845 no Rio de Janeiro um libello de poucas paginas assignadas por O. Moniz que não sabemos quem possa ter sido. Affirma Tancredo de Paiva que provavelmente é um escriptor sergipano obscuro. Está repassado o opusculo de sentimentos philantropicos e tem o valor de adduzir uns tantos argumentos *ad rem* bastante impressionadores, apontando as causas da diminuição das escravaturas, com exemplos numericos.

"Por mais que pregue ninguem me quer ouvir, começa o fervente abolicionista, cujo nome não se enquadra no diccionario de Sacramento Blake, todavia, continuarei sempre a dizer a verdade expondo o que tenho visto no nosso Brasil, digno de melhor sorte.

Atacarei ainda esta vez, e o farei emquanto me permittem as minhas forças, um dos maiores males que soffre o paiz, que tanto tem de abusivo e prejudicial, como de degradante, e deshumano, o mal de que falo, é o mau trato da escravatura no Brasil, proveniente de que a mór parte dos homens que pisam o seu territorio assentam, que pretos, ou escravos não são raça humana, ou entes viventes, e sim meros automatas.

E se assim não fôra não se veria tanta barbaridade, tanta falta de caridade com que se trata os miseros escravos. Tenho combatido este abuso que tanto tem relaxado a consciencia de grande parte dos homens, que possuem escravos; abuso

este que já nos vem dos nossos maiores, e como tal se tem arraigado a vista, e face das autoridades policiaes, criminaes, e das camaras legislativas, a quem compete curar os nossos males; mas a tudo se tem fechado os olhos.

E porque? porque todos tem escravos, e com poucas excepções todos lhes dão o mesmo tratamento! Se os que devem dar remedio ao mal, se os que devem dar exemplo são aquelles mesmos que praticam o que desgraçadamente se vê, que não farão os outros?!"

Jactava-se o pamphletario de haver combatido semelhante peste verbalmente e por escripto: No anno de 1830 contra elle representara á Camara dos Deputados, e em 1833, tambem o fizera nas *Viagens de um Brasileiro;* tendo, já em 1815, na cidade bahiana da Cachoeira, mostrado exemplo igual ao que ia agora referir, "exemplo tão contrario ao procedimento actual: deixava aquelle por antigo, e ia relatar o que ainda existia."

No anno de 1840 casara-se o nosso autor nas Cachoeiras de Macacú, com a filha de uma viuva rica fazendeira de canna e café e ficara morando com sua sogra: Embora fosse esta senhora dotada das mais excellentes qualidades, optima mãe de familia, todavia seguia, á risca, o exemplo de seus maiores como entre as senhoras era muito usual. Assim tratava os seus escravos como quase todos os possuidores desta desgraçada gente. Havia perto de 50 annos que alli se estabelecera com o marido, e neste decorrer de tempo haviam chegado a possuir senão cem, ao menos oitenta cazaes de escravos: alli vivera casada uns trinta annos, e quando o esposo fallecera deixara-lhe cento e tantos escravos; dera alguns a cada filho, e o mais inteirara com terras: reservando-se oitenta e tantos escravos.

Vivera viuva vinte e tantos annos, e neste lapso comprara sempre novos escravos: Fallecendo em 1842, ficavam-lhe cincoenta e cinco, e não deixara dinheiro, porque tudo quanto fazia era para comprar escravos.

Depois de sua morte fôra o nosso autor o administrador da sua casa, e depois seu inventariante.

Seguira outro regimen na conservação dos escravos: e em dois annos, e dez mezes, ao se partilharem os bens da viuva, achavam-se sessenta e um escravos, em vespera de 63, por haver duas escravas pejadas, quando pouco antes não passavam de 55! E os rendimentos em dinheiro haviam montado a sete contos, e tantos mil réis.

"Quão feliz seria o Brasil commentava O. Moniz se au-

gmentasse em proporção destes dois annos, e dez mezes, que administrei oitenta e tantos escravos (com os nossos) e com os escravos de um meu cunhado doente, a meu cargo! Neste mesmo tempo tivemos, eu e elle, tres crias, que todas escaparam. Note-se, que em dois annos, e dez mezes não morreu um só escravo, nenhum fugiu, nem foi castigado; e os rendimentos da casa foram muito mal arrecadados, por falta de feitor que assistisse ao serviço dos escravos, e os fizesse trabalhar como deviam; porque, eu velho, cansado, e doente, apenas cuidava da conservação dos escravos.

Assim que os escravos passaram ás mãos de outros herdeiros morreram e, das escravas pejadas, a primeira lhe morreu a cria, depois de ter vivido uns mezes.

"E' triste, e vergonhosa a maneira porque morreu aquella desgraçada, ou melhor, aquella feliz criança; porque padeceu só emquanto innocente!" exemplifica o autor.

Talvez não se acredite, que se deixasse morrer uma criança de fome; porque a mãe não tinha leite, nem tempo para cuidar do filho, vindo este acabar os seus poucos dias pelo muito chorar, e coberto de piolhos! E' inqualificavel este procedimento; e assim acabam quase todos por isso, qual é o motivo porque os brancos, ou livres, augmentam consideravelmente, e os pretos desapparecem da mesma maneira, como adiante se verá?! Naquelles dois annos e dez mezes que administrei a casa de minha sogra podia ter havido muito maior rendimento de escravos, se uma parte das escravas já não estivesse esteril. Algumas dellas haviam tido numerosos partos, morrendo-lhes os filhos. Entre ellas uma havia com 25 filhos! E só escapara um!!

"A vista disto, quanto não soffre o Brasil de prejuizo na sua população, e por consequencia nas suas rendas!"

Entrementes a descendencia dos sogros do autor entre filhos, netos e bisnetos andava por trinta e tantas pessoas. Dentro em quarenta annos, attingiria cerca de cincoenta. Se os escravos augmentassem em proporção dos senhores, que numero não poderia haver procedido de oitenta casaes?

Outro exemplo adduzia o pamphletario:

No mesmo anno de 1842, fallecera o proprietario de uma das melhores fazendas do Rio de Janeiro: homem probo em toda a extensão da palavra, graças ás brilhantes qualidades. Tinha porém o defeito de tratar os seus escravos vergonhosamente, preconceito herdado de seus maiores. Possuia aquella grande propriedade havia 50 annos, pouco mais, ou menos, e neste lapso de tempo senão houvesse adquirido 200 cazaes de

escravos, ao menos teria tido 150. Pois bem quando fallecera nem 150 escravos deixara! Sua descendencia era mais numerosa do que sua escravatura! Já morrera um filho deste mesmo homem, que tambem explorara boa propriedade durante doze annos; tendo possuido em todo esse tempo pelo menos 50 casaes de escravos. Ao fallecer ficavam-lhe de trinta, a quarenta cabeças apenas! Em doze annos nem uma só cria lhe vingara, apesar da grande fecundidade das escravas. Só haviam vingado tres filhos que o fallecido tivera das suas captivas! Isto porque eram filhos do senhor, e como taes tinham outro tratamento. E os demais filhos de escravos como taes tinham tratamento miseravel e vergonhoso!

Assim podemos dizer que morreram os homogeneos, e ficaram os heterogenos!" — concluia o nosso reparador.

Que incongruencia! observava ainda. Graças a este máo procedimento e falta de economia os bens deixado pelo joven fazendeiro apenas haviam chegado para o saldamento das dividas; tendo sido no emtanto o fallecido bem aquinhoado pela herança materna.

Vou agora narrar os exemplos da minha familia, e da de meu cunhado doente, a meu cargo: tendo feito uma digressão afim de citar os casos que acabo de referir, para seguir uma ordem chronologica. Depois de partilhados os bens de minha sogra, ficámos, eu e meu cunhado, com 41 escravos, entre os que tinhamos, e os que herdámos.

Em 15 de setembro de 1845 mudamo-nos para Nictheroy, em uma chacara no Campo de S. Bento: os escravos (creio que extranharam o clima) adoeceram todos: eu era o enfermeiro, e dirigido por habeis medicos não morreu um só escravo. Entre os doentes houve alguns perigosos de febres intermittentes, e pleuriz. Felizmente estão presentemente todos sãos, robustos e acclimatados. Advirta-se porém que em nossa casa não veio um só homoepatha (sic!).

Assim devemos concluir que a mortandade dos escravos é procedida do máo trato que tem; do muito trabalho, e pouco alimento, e esse mesmo pessimo; das vigilias continuadas; de não serem tratados nas molestias; de andarem nús, com trapos sujos, e molhados, ás vezes de dia e de noite; expostos ás inclemencias das estações; de não dormirem em lugares agazalhados; as escravas trabalharem em serviços pezados até o dia em que parem, e muito poucos dias terem de resguardo. Entram logo em trabalhos extraordinarios; separam logo as creancinhas das mães, quando estas devem empregar todos os cuidados maternos, ou então andam nas costas das mães como

macacos, e é esta a causa porque ficam tortas e aleijadas, que faz compaixão!

Além de todos estes abusos, e outros, que ennumeral-os seria um nunca acabar, os escravos são castigados extraordinariamente, por uma pequena falta, a ponto de ficarem incapazes, e com a saúde estragada, que muito pouco duram; e é por isso que estão sempre a fugirem, e outros a suicidarem-se, e a assassinar as vezes, aos senhores, ou a quem os maltrata.

Note-se que a mór parte dos fazendeiros, ou aquelles que são tyrannos, quando procuram um administrador, não procuram um homem creador, procuram quem goste de dar pancada.

Afinal das contas, o escravo perde a vida, e o senhor o seu dinheiro, tudo isto em prejuizo do Brasil, tão falto de braços para manejar a sua agricultura, que vae definhando consideravelmente."

Terminando encerrava o philantropico autor as suas considerações por uma série de increpações amargas aos estadistas e legisladores. Viam e sabiam de tudo mas a este estado de cousas oppunham a indifferença, não procurando remediar a tantos males immediatos. Nem elles, nem os escriptores ainda se haviam lembrado de consagrar as luzes á misera escravidão, que tanto lhes suavizava a vida, visto como a desgraça do Brasil permittia que se fizessem servir por escravos.

Quanto melhor fôra que os redactores de periodicos incendiarios, propagadores de intrigas, e falsas doutrinas, se occupassem com objectos concernentes á lavoura, de que os escravos constituiam a parte principal, ou com o desenvolvimento da industria, dos riquissimos productos nacionaes emfim, com todos os objectos capazes de fazer a riqueza do Brasil! Tratassem de moralisar os povos, em vez de empregar os talentos em coisas tão inuteis, ou antes perniciosas, que só serviam para fomentar os partidos, corromper e desmoralisar os povos!

Á vista disto onde ficava a gloria de taes homens?

Ninguem se illudisse no Brasil!

Em quanto os costumes não se moralizassem, não se extinguissem os barbaros abusos praticados com os escravos, não tivesse execução a lei que igualava os direitos de todos os cidadãos, o Brasil não poderia ser feliz nem desenvolver as immensas forças, que em si encerrava.

Mas ao menos se começasse tratando melhor os escravos! Era da propria utilidade geral. Grandes seriam as vantagens

dos proprios donos, quando os vestissem melhor, os alimentassem como era preciso, os tratassem bem em suas enfermidades, e lhes dessem o descanço conveniente para recuperar as forças perdidas com o trabalho. Sem isto trabalhariam sempre mal, e pouco durariam; o que fatalmente traria o atrazo da agricultura nacional e portanto a ruina da Patria.

"Fazendeiros do Brasil, invocava o pamphletario, abri os olhos, e se quereis tirar bons fructos das vossas terras, tratae bem os braços que se devem regar e semeiar!"

Estudando os censos do Rio Grande do Sul em 1847 e 1848 emittiu Ferreira Soares curiosas conclusões sobre as más condições da persistencia da população servil.

Nenhuma das provincias do Imperio do Brasil estava, a respeito da escravatura, nas condições da do Rio Grande do Sul, pelo facto de que alli era a alimentação mais simples e mais sadia do que em nenhuma outra. A dos escravos se reduzia a carne fresca em abundancia, e a farinha e feijão em quantidade sufficiente para complemento da nutrição. Os trabalhos do pastoreio eram muito suaves em relação aos da cultura da canna e do café; e o trabalho das xarqueadas duravam sómente quatro mezes por anno, e mesmo tal trabalho era muito menos pesado que o da cultura do café, e do corte da canna e a fabricação do assucar. A alimentação da escravatura das provincias ao norte da do Paraná, se bem que abundante, vinha a ser menos saudavel do que a dos escravos riograndenses.

As taboas demographicas da quase totalidade da população do Rio Grande do Sul, em relação ao fallecimento de escravos, davam 2,08 %, quando as dos livres consignavam 0,85 %.

As dos nascimentos dos escravos apresentavam 1,88, e as dos livres 2,63 %.

A mortalidade infantil entre os escravos orçava por 30 % approximadamente; por consequencia, levando-se em consideração todos estes factores notava-se que os escravos no Rio Grande do Sul apresentavam uma diminuição annual constante de 0,76 %, compensada até 1850 pelos africanos recem importados. Cessado o trafico, o vacuo da maior mortalidade não pudera ser preenchido.

Da lição riograndense tirava o estatista esta conclusão:

"Tomando, pois, esta base para calcular a escravatura do Brasil sobre 1.728.000 existentes, segundo o recenseamento da população de 1817, e addicionando a esta somma 371.625 escravos importados da Africa de 1840 a 1851; e estimando

termo medio annual em 5.000 os escravos importados da Africa desde 1817 a 1839, que sommam em 110.000 escravos, teremos um total de 2.109.624 escravos, sobre os quaes vou applicar a diminuição de 0,76 % ao anno, que verifiquei no Rio Grande do Sul, augmentando-a de mais 1/4 deste decrescimento para as provincias do norte, o que faz uma diminuição de 0,95 % mais que a reproducção dos escravos, sem entrar em calculo a grande mortalidade que causou o cholera, e o resultado apresentará a população escrava do Brasil."

Uma estatistica do Municipio da Côrte, annexa ao relatorio do ministerio do Imperio de 1838, affirmava que a população escrava attingia, em 1837, um total de 37.137 individuos. Os nascimentos nesse anno haviam sido 2.198, ou 5,91 %, ao passo que os obitos tinham se elevado a 3.734 ou 10,10 %; o que correspondia a um descrescimo annual de 4,19 %.

Esta diminuição parecia excessiva, porque, durante a epidemia de cholera, a mortalidade sobre 5.000 escravos, seguros não chegara a 3 %, e todos sabiam que o morbo asiatico devastara mais os escravos do que os livres."

Não podemos de todo concordar com o estatista em relação á cifra da importação de africanos em 1817 a 1839. Nem comprehendemos como um homem de seus conhecimentos e intelligencia haja podido acceitar computo tão baixo e quanto esta media de cinco mil escravos anuaes. Pensamos que será muito mais curial eleval-a ao sextuplo.

"De accordo com os dados do recenseamento do Reino Unido, em 1817 o numero de escravos do Brasil seria de 1.728.000. Assim estabeleceu Ferreira Soares a seguinte equação para calcular a que estaria reduzido em 47 annos.

$$X = \frac{0{,}95 \times 47 \times 2.796.625}{100} = 1.246.137.$$

Calculava ainda que o cholera morbus carregara mais de cem mil pretos havendo a considerar além de tudo que muitos delles haviam sido libertos, asserção que nos parece arriscada quanto é uma estimativa vultosa.

Emfim na melhor hypothese não haveria no Brasil mais de um milhão de escravos. O desapparecimento destes era fatal observava ainda.

A cessação da escravatura era a seu ver inevitavel consequencia da terminação do trafico dos africanos em 1850; por-

quanto, como entendia ter demonstrado, até a evidencia a mortalidade dos escravos superior a sua reproducção, na provincia mais favorecida de todo o Imperio, era 0,76 %. Tinha a convicção de que em todo o Brasil, o decrescimo annual dos escravos era superior a 1,½ %; portanto podia-se mathematicamente calcular o anno em que de todo teriam desapparecido os captivos. A vista disto o principal cuidado do governo brasileiro devia ser o da introducção de colonos, livres, e laboriosos substitutos dos captivos deixando ao tempo a solução do problema da escravidão.

A seu ver os brasileiros civilizados seriam 11.280.000, dos quaes escravos 1.400.000 o que estava em contradicção completa com o conceito recentemente exarado.

Os seus dados são aliás sobremodo optimistas basta lembrar que attribuia a S. Paulo em 1865 novecentos mil habitantes o que era muito exagerado.

A rapida cessação do trafico viera por em apuros os lavradores, que a todo o custo haviam começado a recorrer aos povoados, para se preverem dos escravos para as suas lavouras. Dahi a origem de seus crescidos debitos, sob altos juros. Taes compromissos em 1859, segundo a estatistica official mandada organizar pelo Ministerio da Justiça, fizera avultar o total da divida hypothecaria do Imperio, que em geral procedia das causas apontadas. Interessante o quadro que por provincias organizou Ferreira Soares para o periodo de 1855 a 1859.

CAPITULO LXIV

Carlos Augusto Taunay, e seus conselhos aos lavradores em 1837 — Normas pelas quaes deviam reger os seus escravos — Conselhos philantropicos e criteriosamente moderados do abolicionista

No rol dos primeiros abolicionistas do Brasil, encabeçado pelo nome immortal de José Bonifacio de Andrada e Silva, e ao lado dos appellidos generosos de José Eloy Pessoa da Silva, Frederico L. Cesar Burlamaqui, Henrique Velloso de Oliveira, Caetano Alberto Soares, Aureliano Candido Tavares Bastos, Manuel da Cunha Galvão, Luiz F. da Camara Leal, F. A. Brandão Junior, A. da Silva Netto, etc. figuram dois brasileiros adoptivos o major de nosso Exercito Carlos Augusto Taunay (1791-1867) e seu irmão, o Consul Theodoro Maria Taunay (1797-1880).

Ambos nas assembléas da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional frequente e vehementemente levantaram a voz contra o hediondo trafico africano e em prol da libertação progressiva e rapida dos escravos brasileiros.

No seu *Manual do Agricultor Brasileiro,* publicado em 1837, e reeditado em 1839, expunha o primeiro aos seus leitores o que, a seu ver, deviam ser as relações entre senhores e escravos.

Desabusadamente começava o ardoroso abolicionista a exprimir com a mais rude franqueza o que pensava da sinistra instituição servil.

"A escravidão — contracto entre a violencia e a não resistencia, que tira ao trabalho a sua recompensa, e as acções o arbitrio moral, ataca igulamente as leis da humanidade e as da religião. E os povos que a teem admittido em sua organização, bem caro teem pago esta violação do direito natural."

A unica desculpa admiravel aos proprietarios de escravos era que não lhes cabia responsabilidade na existencia do ne-

fando instituto, velho como a Humanidade, e dententor de uma força atavica frequentemente irresistivel.

Dahi a imperiosidade de condições que frequentemente envolviam os proprios principios vitaes da existencia nacional.

Escrever no Brasil de 1837 sobre tão melindroso assumpto, a arrostar o consenso unanime da opinião publica era coisa que exigia summo tacto.

Assim teve o nosso autor de por vezes recorrer á attenuação dos sentimentos humanitarios.

Era bem verdade que a cessação do trafico oceanico não imporia certamente a melhoria da sorte das populações africanas ferozes, com as suas guerras de tribu a tribu e tendo a escravidão arraigada em suas instituições seculares.

Dentre os africanos, só soffriam, realmente, com o apresamento e o despacho á America, os oppressores de seus patricios no continente negro quando, por sua vez acaso escravisados. E os que na America, tinham a desventura de cahir em mãos de senhores desalmados.

Observa o major Taunay que se os traficantes constituiam uma classe de individuos sem moral nem entranhas as idéas então vigentes na Europa, sobre o bem estar dos humanos de humilde categoria não abonavam muito os sentimentos de philantropia universal. O transporte de soldados, degredados e até o de colonos, a cada passo se approximava, pelo desconforto do "gado humano", da crueldade reinante a bordo dos navios negreiros.

Passava depois o memorialista a assignalar a collocação occupada pelos africanos, em geral, na escala da civilização.

Eram o que se podia chamar "homens-crianças" carecendo viver sob perpetua tutela. Servindo-se habilmente deste argumento aproveitava o antigo officiál de Napoleão o ensejo para recordar aos brasileiros quão illusorios vinham a ser os beneficios que o elemento servil lhes trazia.

"E' pois indispensavel conserval-os, (uma vez que o mal da sua introducção existe) em um estado de escravidão, proximo á escravidão, porém esta funesta obrigação dá os seus pessimos fructos, e o primeiro golpe de vista nos costumes, moralidade e educação desengana o observador e convence que a escravidão dos pretos não é um mal para elles e sim para os seus senhores."

As condições do Brasil não permittiam ainda pensar-se em abolição, sequer na cessação, real do trafico. Era preciso contemporisar para se poder offerecer ás gerações futuras os

meios de se as libertar da praga social que os antepassados haviam criado.

Tornava-se inutil recordar que a escravidão, sem o espantalho da contenção e do pavor não subsistia. Sobretudo quando se tratava de raça sujeita aos apetites brutos do homem selvagem. Mas este temor devia comtudo ser applicado com muito systema e arte. Sem o rigor dos codigos militares da disciplina que exercito subsistiria no Mundo?

Aventava Carlos A. Taunay a idéa de se estatuir um codigo geral de trabalho servil para todo o Imperio, mau grado a opinião de muita gente que vivia a declamar contra esta idéa por attentatoria ao direito de propriedade.

"Os negros, nas colonias européas e no Imperio do Brasil, não são verdadeiramente escravos, sim proletarios, cujo trabalho vitalicio se acha pago, em parte pela quantia que se deu na occasião da compra, em parte pelos fornecimentos das precisões dos escravos e sua educação religiosa.

O legislador tem portanto, direito de se intrometter para que esta parte do contracto de que é fiador, seja fielmente executada: tanto mais quanto o interesse dos donos requer a mesma ingerencia.

Os escravos eram como os menores, verdadeiros tutelados. Mas não se fosse ao ponto de se lhes deixar a vida e a sorte, ao arbitrio absoluto dos senhores. Equivaleria isto a se blasphemar contra o legislador.

Estudando os principaes itens constitutivos da disciplina da escravatura entendia o major Taunay que se reduziam a seis. Assim os distribuia:

1.º o alimento; 2.º vestimenta e habitação; 3.º a tarefa diaria; 4.º os castigos; 5.º a direcção religiosa e moral; 6.º as relações dos sexos.

Eram os negros geralmente sobrios, aturando em seus desertos, jejuns extraordinarios. Ou dormiam ou andavam á caça de féras e homens, idéa esta que o desconhecimento de coisas africanas inspirava ao nosso autor e faz-nos sorrir pela quase ingenuidade.

Desconheciam pois a continuidade e a constancia do trabalho rigoroso da lavoura do Brasil que exigia substanciosa alimentação.

Devia ser a ração minima, diaria, dos escravos, no dizer dos entendidos, um decimo da quarta de alqueire (cerca de tres e meio decilitros) de farinha de mandioca e meia libra (230 grs.) de carne fresca ou quatro onças (112 grs.) de carne salgada ou peixe, e duas onças (56 grs.) de arroz ou de

feijão: subentendendo-se que, segundo as localidades se admittiriam os equivalentes em fubá, arroz, toucinho, peixe etc.

Estes dados, tão altos em relação á carne fresca e tão baixos quanto aos cereaes, mostram-nos que o nosso autor não devia estar muito ao par dos cardapios habituaes dos trabalhadores do eito, nutridos a feijão com toucinho e angú.

No interior do Brasil viviam geralmente os captivos bem alimentados. Mas não á beira-mar, e nas officinas industriaes, como fossem as olarias, serrarias etc. O mesmo se dava na industria da mineração.

Não era a deshumanidade a causa desta sub-alimentação e sim o desleixo dos proprietarios. Por desidia permittiam esta diminuição de seus capitaes causada pela desnutrição dos escravos.

A regularidade nos horarios das refeições tambem se mostrava muito importante; deviam os escravos comer por turmas.

Era este o *menu* recommendado pelo nosso agronomo:

"A comida de manhã pode ser leve; bastará um punhado de farinha ou bolo de milho, com uma fructa ou um calice de cachaça; ao meio dia carne ou peixe com pirão; de noite feijões, aboboras, arroz, carurús etc."

Parecia estranho a muitos leitores esta recommendação de se distribuir aguardente. A parcimonia de tal outorga compensaria qualquer maleficio neste sentido. Para os que seguiam a vida activa do agricultor "um copinho de manhã e outro aos domingos, de tarde" produzia bons effeitos sobretudo por afastar os negros das tascas, fócos de todos os vicios e crimes, theatro do infame trafico da cobiça com o roubo.

Recommendava o major Taunay aos fazendeiros que dessem hortaliças ou fructas abundantemente, á sua escravatura para lhes proporcionarem comida variada e saudavel.

Estas recommendações e os projectos de *menus*, recordemol-o, mostram-nos que o aconselhador não estava inteiramente ao par do que pelas fazendas de café da provincia do Rio de Janeiro ia em materia de cardapios.

Feijão com toucinho, angú de fubá era o *menu* diario, com as pequenas variantes da carne secca uma vez ou outra, da carne fresca aos sabbados ou domingos entre os bons senhores, ou de um picadinho de couve á mineira.

E a sobremesa café com rapadura ou quando muito assucar mascavo.

Quanto ao peixe, só o bacalhau na quaresma ou Semana Santa. E o que desse o anzol nos dias de folga. E' bem conhe-

cido o caso daquelle fazendeiro do Espirito Santo: avarento e gabarola dos sentimentos humanitarios. Aos escravos concedia plena liberdade aos domingos. Mas como não trabalhassem sentia-se dispensado de os sustentar neste dia. Assim lhes fornecia anzoes e mandava que pescassem no Itapemirim a exclamar: Que bellas peixadas vão vocês comer, cambada!

Na Africa, nús geralmente e habitando ranchos "que apenas serviriam para chiqueiros" haviam as condições de conforto dos chamitas melhorado com a transplantação ao Brasil, mesmo para as peiores senzalas.

Mas ninguem se esquecesse de que o Brasil era mais frio e mais humido que o continente fronteiro. Assim se tornava preciso cobrir, e cobrir bem, a escravatura sob pena de se lhe diminuir o capital saúde. No verão serviriam os bons tecidos de algodão mineiro, no inverno a baeta.

Fossem as senzalas sempre mantidas em rigoroso asseio e em logar alto do sólo, tivesse cada preto o seu girau, esteira e cobertor.

Apesar do preço crescente dos escravos não havia geralmente bastante cuidado com a sua saúde. Os miseros captivos, doentes, viviam a cada passo desleixados, senão abandonados.

E no emtanto, passavam os brasileiros por senhores mais humanos do que os das demais nações! A tal proposito exprimia o autor uma esperança. Era de esperar que a alta do preço dos negros e os menores rendimentos da agricultura tornassem os senhores mais solicitos no tratamento da escravatura.

Achava o major Taunay prudente que o fazendeiro tivesse meios de curar, por si ou um pratico, as doenças mais triviaes dos pretos e mantivesse á mão pequena pharmacia.

Ainda não apparecera o Chernoviz mais tarde tão famoso nas terras brasileiras. Recommendava o agronomo aos seus leitores fazendeiros, que aos captivos impuzessem o regime do trabalho exacto dos operarios livres. O preto por indole adverso a qualquer occupação regular, preferia frequentemente o jejum e o maior desconforto ao trabalho. Devia viver sob a actuação de dois poderosos motivos de constrangimento para que pudesse fazer render o capital que representava; a coação e o medo. Este pelo aspecto da prompta e inevitavel applicação de castigos, aquella pela vigilancia assidua.

Mas não abusassem os senhores de seus motores humanos! Não permittissem, de todo, a suppressão de repouso dominical! Não consentissem que as horas do eito passassem de dez, diarias, intervalladas de uma hora para o almoço e duas para o jantar.

Admittir-se-ia excepcionalmente, no inverno um serão até nove horas, mas consagrado apenas aos trabalhos caseiros.

Convinha comtudo attender-se ao imperio de certos periodos excepcionaes pelo genero de trabalho, como o tempo das safras.

Um senhor judicioso não podia deixar de bem combinar as tarefas extraordinarias e os trabalhos nocturnos, de forma que os captivos tivessem o equivalente em sustento e descanço.

"Os homens livres excedem muitas vezes, por ambição, a tarefa regular do trabalho; mas o lucro e satisfação fazem o contrapeso de tal excesso, observava o autor. O preto que nada tem a ganhar com este excesso de fadiga entrega-se ao desespero e brevemente definha.

A vigilancia de todos os instantes, por parte dos fiscaes, os feitores, impunha-se pois, senão o rendimento do trabalho servil baixaria mais e mais, tornando-se o mais exiguo, ninguem o ignorava.

E esta attenção se verificava mais efficaz quando o servo sabia que o desleixo lhe traria a applicação de penas corporaes.

Entendia o major Taunay que o maximo a se permittir a um senhor era a applicação de cincoenta chibatadas.

Os crimes mais graves como a fuga, os furtos consideraveis, a desobediencia e a ebriedade incorrigivel, a revolta contra os castigos, deviam ter a repressão perante a justiça de paz.

Crimes havia atrozes como o homicidio, o levante: estes as leis do Imperio não permittiam que os particulares os julgassem. Erros graves dos senhores constituia pretender subtrahir da alçada da justiça aquelles que della fossem réos.

Quando tinham más ovelhas em seus rebanhos o melhor era afastal-as irremediavelmente pela venda, para exemplo e escarmento dos que ficavam, pois sabiam estes que os parceiros incorrigiveis passavam á propriedade de senhores de uma dureza sem par de coração. Em summa em materia de castigos recommendava o nosso autor, procurando harmonizar o espirito do ambiente e seus sentimentos de adversarios da escravidão:

"Para os crimes domesticos de maior monta e para o genio do geral dos escravos, cincoenta pancadas, bastam. Tudo o que passar dahi é dantes dado á raiva e vingança do que á emenda do castigado; até não deve haver licença para repetir esta dose senão com o intervallo de uma semana."

E accrescentava dando largas ao sentimento da humanidade:

"A respeito dos troncos, cepos, anginhos e todo o innumeravel utensilio de tratos, restos da barbaridade antiga, que o governo já abandonou e por incoherencia e criminoso desleixo tolera ainda nas mãos dos particulares é evidente que a religião a humanidade e o bom senso imperiosamente ordenam que sejam reduzidos a cinzas.

Uma prisão para conservar alguns dias os pretos fujões, ou levantados, até haver occasião segura de os remetter para as cadeias, e collares de ferro para envergonhar aos olhos dos parceiros os preguiçosos e fujões, é tudo quanto a lei deve permittir que se conserve daquelle arsenal de machinas de tortura.

Os castigos das mulheres e crianças devem ser proporcionados ao seu sexo e debilidade e executados separadamente dos homens. O que temos dito da justiça, moderação e sangue frio de que o senhor deve revestir tem igualmente logar com estes antes mais fracos e doceis. O conselho de vender os pretos incorrigiveis é ainda mais obrigatorio no caso de pretas de má indole, que se não podem sujeitar á disciplina."

Lembrava o major Taunay aos senhores de escravos que o repouso dominical, de instituição divina, queria o Omnipotente que se estendesse até além do criado, e do escravo, ao boi e ao jumento. A Revolução Franceza alargara o prazo do descanso semanal para dez dias, com muito maus resultados. A experiencia miliar da Humanidade demonstrava que o periodo biblico era o ideal.

Recommendava e muito, ainda, o nosso agronomo, que tratassem os fazendeiros de estimular, quanto possivel, entre os captivos, o pendor religioso.

O catholicismo portuguez e brasileiro, muito propicio ao desenvolvimento das superstições, casava-se admiravelmente á indole dos negros.

"Os sublimes dogmas e considerações transcendentes da metaphysica estão pouco ao alcance de sua intelligencia, mas a pompa, as imagens, as orações, os escapularios, as glorias do Paraiso, as chammas do Inferno captivam a sua imaginação. A crença em um Deus e nos seus santos, e entre estes alguns da sua côr que não desdenham o pobre escravo, entretem a alegria e a esperança no coração dos pretos. A religião rehabilita a sua condição, e consagra suas relações com os senhores, que não apparecem mais a seus olhos como proprietarios ou como tyrannos, mas sim como paes, como retratos do

mesmo Deus, aos quaes devem amar e servir com sacrificio de todos os seus trabalhos e suores, para merecerem a benção do Céo e uma eternidade de bemaventurança."

Mas o descanso dominical não queria dizer: cessação de vigilancia. Pelo contrario era o domingo indicado para os cuidados exigidos pela hygiene, além da instigação á religiosidade.

"Da hora de se levantar até as dez horas, haverá limpeza e lavagem da roupa da semana, limpeza das senzalas, e inspecção rigorosa pelos feitores e administradores.

Das dez horas até a hora do jantar, a missa com toda a pompa possivel. Esta pompa não carece grandes gastos. Os ornamentos da capella e do altar, e muitas flores e folhagens é quanto basta."

Vinha depois uma recommendação que se nos afigura absolutamente estapafurdia: "o canto chão poderá ser executado pela escravatura."

Que pensariam os grandes Dom Guerenger e Dom Pothier, de seu compatriota e contemporaneo, que admittia a possibilidade de se confiar a africanos escravos a execução das neumas?

Do latim cantado por pretos em festas de igreja em Vassouras fica-nos uma reminiscencia de infancia.

Réco, réco, Chico disse! traduzido *verbatim* do liturgico: *Ressurrexit sicut dixit!*

Queria o major Taunay que, após o jantar, a musica e as danças afras e algumas justas de lutas occorressem. Bastavam para divertir aquella gente simples, até as horas do descanso precedidas de oração e ladainha solemne.

Mais uma suggestão cordial e civilizada fazia o bom agronomo.

"Approvamos muito que nestes jogos, ainda que não fosse senão uma vez por mez, alguns objectos de pouco valor, mas que os negros cobiçam v. g. missangas, chapéos mais finos, lenços de côr, apparatos, etc. se deem como premio aos mais dextros. Uma distribuição de cachaça ou de outro qualquer espirito não seria tambem fóra de proposito; tanto mais que toda a communicação com as tavernas, peste do Brasil e perdição da escravatura deve ser prohibida debaixo dos mais severos castigos.

A privação de assistir aos exercicios e divertimentos do domingo, poderá servir de castigo mais temido do que o proprio chicote."

Nada melhor tambem do que a instituição de elogios pu-

blicos. A concessão de premios aos captivos de boa conducta e alguma insignia de pouca monta, vestia, ou boné de côr mais brilhante, assignalaria esta promoção innocua pois o promovido deveria em tudo continuar submettido ao regime dos demais escravos.

Não seria talvez muito exacta a psychologia do nosso autor. Esquecia-se talvez que até entre os mais humildes servos reinava aquelle pendor pelo pennacho que avassalla todos os homens e fazia os jongueiros cantar, em sua lingua rude:

Nêgo do eito vira copeiro
Non oia mai p'ra seu praceiro

O bom official da Legião de Honra, por actos de bravura na batalha de Leipzig, *servatis servantis* insensivelmente assimilava o estimulo da posse de sua gloriosa fitinha vermelha ao da carapuça de côr mais brilhante, cubiçavel pelos pobres africanos.

Brandura, justiça e cordialidade, e mais brandura, justiça e cordialidade era o que insistiam recommendar aos fazendeiros lembrando-lhes os exemplos daquelles grandes mestres administradores da gente asselvajada que haviam sido os ignacinos.

"Das instituições mais singelas, uma vez arraigadas nos corações humanos obtem-se os resultados mais fecundos e duradouros. Podemos portanto afiançar aos senhores que seguirem o nosso plano (e elle antes tende a poupar despesas do que a augmental-as, exigindo somente paciencia, regularidade e uma vigilancia pessoal durante os primeiros annos) que em breve uma especie de civilização tradicional de usos e costumes se estabelecerá entre a sua escravatura, que ao depois andará quase de per si, com o unico cuidado de dar, de quando em quando, corda, mormente se se observar a regra de livral-a dos sujeitos incorrigiveis e de a não recrutar senão com pretos novos que os antigos formaram ao seu molde.

Os jesuitas, mestres consummados, na arte de disciplinar os homens, deixaram nas fazendas que o governo lhes confiscou, certos usos e tradições que ainda hoje duram."

Questão capital para os que possuiam escravos vinha a ser a dos problemas sexuaes. A America devorava os negros! e o trafico quando muito dava para manter o equilibrio das porcentagens pretas nas populações do Novo Mundo. Com o preço crescente dos escravos este problema do preenchimento dos claros tornava-se importantissimo para os proprietarios.

Procurassem ser humanos e veriam em pouco tempo o *crescite et multiplicamini* encher-lhes as senzalas de gente nova pois o que impedia os nascimentos era em grande parte o desespero dos progenitores desejosos de não transmittir á prole o horror de sua condição miseravel.

O sombrio, o sinistro aphorisma do *filius ventrem sequit*, justificava-se pelo imperativo interesse senhorial, recordava o nosso agronomo, a expor o abominavel sophisma dos velhos legisladores. Precisava o recem-nascido, para viver, do leite materno e este lhe era fornecido pelo pão do senhor!

Abolia-se a existencia da retribuição do trabalho em troco do alimento! E como prova de quanto as instituições amoldam os dictames da consciencia depara-se-nos este trecho:

"A lei considera que o senhor não trataria da cria e não faria desembolsos durante a longa duração da infancia, se não tivesse em perspectiva o trabalho do resto da vida. O voto da lei legitima a este respeito o jús do senhorio."

Passava depois o major Taunay a tratar de outro ponto agora muito delicado. Tinham os senhores o direito de obrigar os seus escravos a proliferar?

A solução dada não é de todo consoante a orthodoxia catholica.

"Responderemos que nem tem direito nem precisam disso, e que para o conseguir bastará não contrariar a natureza que convida os sexos a se reunirem. E estas uniões deverão ser legitimas ou passageiras?

A religião e boa ordem pedem que sejam legitimas, mas por outro lado parece injusto e duro impor novo captiveiro aos escravos, e especialmente ás mulheres, que se achariam com dois senhores; por consequencia, julgamos acertadadissimo deixar absolutamente á vontade dos interessados a legitimação da sua união ao pé do altar."

A miseria da condição servil não se coadunava á idéa da cohabitação dos casados senão para fins da reproducção da especie. Cada conjuge vivesse no rancho de seu sexo e só se permittisse a reunião dos esposos á noite para o somno em commum. Devia-se comtudo consentir que aos domingos marido e mulher gozassem da companhia reciproca, depois de cumprida a assistencia aos officios divinos.

Quanto ás uniões illegitimas era de se verberar o cynismo das recommendações do velho Catão que achava licito o amor remunerado de escravo e escrava. Seria isto converter o fazendeiro a sua fazenda em prostibulo.

Quanto ás uniões passageiras deviam ellas ser inteira-

mente secretas e desconhecidas de modo que se não compromettesse a decencia e a disciplina do estabelecimento agricola.

"As occupações e habitações dos dois sexos, como já observamos, estão separadas; deve haver difficuldade mas não impossibilidade, de se encontrarem, e como os Espartanos não castigavam o furto, mas sim a sua descoberta, os senhores devem da mesma forma castigar não a acção mas o escandalo, tendo aliás, na sua mão, os meios de promover ou restringir a disposição de se casarem legitimamente."

Temperando a heterodoxia das idéas assim expendidas queria o major Taunay que aos escravos casados catholicamente cercassem as leis de grandes garantias como a prohibição da separação pela venda ou herança eventual, salvo quanto aos casos de pessima conducta e incorrigibilidade.

Isto mesmo exigiria a audição dos juizes de paz e dos vigarios.

A gestação, o parto e o periodo da amamentação impunham aos senhores severos cuidados para com as suas pretas. Enorme era a mortalidade infantil, entre os africanos: a humidade do Brasil dizimava os creoulinhos que nasciam fracos graças aos abalos da viagem dos paes nos tumbeiros.

"A dieta que deve observar-se regulará pela disposição physica; e á proporção que se forem criando se lhes ensinarão a trabalhar, a rezar, a amar seus senhores, suportar o frio, o calor, a fadiga e a seguir á risca a disciplina da casa. O mesmo se observará com as crioulas, que serão criadas á parte. Desta nova forma uma geração mais instruida, geitosa, disciplinada do que a que ha pouco veio da Costa, supprirá as faltas desta. e pouco e pouco a substituirá inteiramente."

Os creoulos brasileiros, criados ao léo, morriam como moscas. Os que escapavam, crianças que haviam sido tratados com deshumanidade e desleixo apresentavam-se cheios de vicios e maldades, sobretudo se haviam encontrado a doçura e as fraquezas da educação junto aos senhores moços e tinham a desgraça de algum dia voltar á vida rigorosa e desprezivel de seus parceiros do eito.

A questão dos braços era capital num paiz como o Brasil onde a terra tão pouco valia ainda tinha. Na Europa dava-se exactamente ó contrario.

Em summa a escravatura negra exigia para o trabalho, efficaz e productivo, coação, rigor e justiça. O interesse dos donos impunha-lhes porém o bom tratamento dos escravos por meio de vigilancia continua e severa e sobretudo a immutavel regularidade da disciplina.

Assim aconselhava um homem a quem a instituição servil causava verdadeiro horror, como frequentemente de tal deu demonstrações publicas, nas sessões da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e pela imprensa.

Mas os tempos eram o que eram e não o que elle queria que fossem. E compondo um manual de agricultura numa época em que o fulcro da riqueza brasileira residia no braço escravo não podia exprimir-se de outro modo, desejando ser leal para com o seu publico.

Falando da condição servil no Imperio americano em 1840 expendeu Jorge Gardner, o illustre botanico inglez interessantes considerações, abonadoras do tratamento a que eram os escravos submettidos. E suas palavras têm a honradez de quem as enunciou e a autoridade de sua longa permanencia e de suas dilatadas viagens no nosso paiz.

"Antes de minha chegada ao Brasil, acreditava, pelos artigos publicados na Inglaterra, que as condições de vida da escravatura fossem as mais miseraveis que imaginar se pudessem e os informes obtidos ao desembarcar, ministrados por individuos que agora julgo pouco conhecedores do assumpto, confirmaram o que eu pensava.

Alguns poucos de annos de residencia no Brasil, durante, os quaes vi mais do que a maioria dos europeus, fizeram-me mudar estas primeiras impressões.

Não advogo a continuação da escravidão. Regosijar-me-ia ao vel-a extirpada da face da terra, mas não presto attenção áquelles que representam os senhores de escravos como monstros. Minha permanencia no meio delles foi grande e poucos os actos de crueldade que observei. O temperamento dos brasileiros é avesso a isso. São tardos e indolentes descuidados da fiscalisação do escravo, que seria punido severamente por gente activa e impetuosa. Os europeus que têm estas caracteristicas mais fortemente accentuadas são conhecidos não só como senhores mais duros como tambem por inflingirem castigos mais severos.

No Brasil, como nos demais paizes, ha mais crimes nos centros maiores do que nos districtos agricolas. Isto decorre da maior facilidade de obtenção de bebidas mais fortes. Mesmo entre a população preta, a bebedice não é observada tão frequentemente quanto no Rio de Janeiro.

Na maioria das fazendas os escravos são bem mantidos e parecem felizes.

Não ha duvida que um dos caracteristicos do negro, resultante da sua imprevidencia, é que logo se conforma com sua

sorte. Conversei com escravos de todas as partes do paiz, e poucos encontrei que exprimissem pezar pela transplantação do seu paiz, e o desejo de voltarem á Africa. Em varias das grandes fazendas em que passei curtos periodos, o numero de escravos attingia a trezentos e mesmo quatrocentos. Sem previo conhecimento deste facto, nunca teria eu achado, em virtude de impressão propria que fossem escravos.

Vi nucleos de trabalhadores bem dispostos e bem providos de recursos, sahindo de suas pequenas choupanas, algumas dellas cercadas de pequenos jardins, encaminhar-se para as suas occupações diarias e regressando á tarde, nada alquebrados e ainda menos esfalfados pela rudeza da tarefa. A condição do escravo domestico, é ainda melhor do que a dos demais; seu trabalho é mais leve e vê-se melhor alimentado e vestido.

Geralmente achei as senhoras brasileiras bondosas tanto para com os escravos como para com as escravas domesticas particularmente quando estas eram amas. Nas fazendas, onde não ha assistencia medica, encontrei diversas vezes as mulheres dos proprietarios em pessoa tratando dos doentes, nas enfermarias.

Os escravos no entanto têm indoles diversas, proprias de sua natureza de negros, pela conhecida deficiencia intellectual, ausencia de toda e quelquer educação e de conhecimento de sua posição na sociedade, sem esperança de subir.

Não é coisa que nos cause admiração pois que entre elles existem agitados, rebeldes a qualquer contenção e inclinados a todos os vicios. E' a frequente necessidade de punir os maus instinctos que faz pensar no emprego indiscriminado e universal do açoite. Se puzermos em confronto a capacidade intellectual do negro e a do indio, não é difficil, em muitos pontos, decidir a favor deste ultimo. Não ha demonstração mais evidente da deficiencia da evolução mental do negro do que o facto de que nas mais remotas partes do Imperio, tres ou quatro homens brancos mantem duzentos ou trezentos pretos no mais completo estado de sujeição.

Isto nunca poderia acontecer com Indios que outr'ora escravizados, ainda o são na fronteira norte e oeste embora illegalmente. Tem o indio instinctos animaes menos desenvolvidos que o negro; é mais gentil em suas disposições, mas ao mesmo tempo, é mais impaciente em sua submissão.

Para o conjuncto destas observações, tive ampla opportunidade, desde que deixei a America, percebendo o contraste de condições dos escravos deste paiz, dos coolis da ilha Mauri-

cia e da India, e particularmente de Ceylão. E se me perguntassem quem tem minha preferencia, certamente decidiria em favor da primeira ainda que não possa deixar de exclamar com Sterne: "Escravidão és a maior das deshonras!"

Não é desarrasoavel temer-se no Brasil, um levante da população negra, considerando-se a disproporção do numero entre ella e a branca. Se os pretos fossem todos solidarios isto de ha muito teria acontecido, mas os preconceitos e a hostilidade existentes entre as diversas raças africanas até agora impediram tal revolta."

Corroborando as opiniões de Gardner dizia James Fletcher em 1856 em seu *Brazil and the Brazilians* narrativa de sua assaz longa permanencia em nosso paiz:

"Não são sómente brasileiros os proprietarios de escravos no Imperio. Muitos inglezes, mantiveram africanos em escravidão, alguns por muitos annos e outros até compraram escravos já depois de 1843.

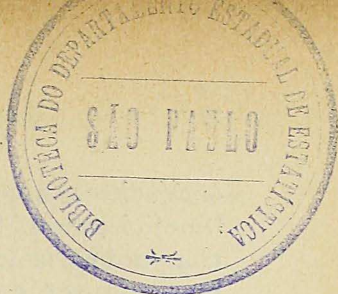
Isto quando a lei de Lord Brougham já se promulgara. E sabe-se que ella collocava fóra da lei qualquer inglez que comprasse ou vendesse escravos, em qualquer paiz do Mundo, ou continuasse proprietario daquelles a quem a Inglaterra protegia, sendo por este motivo passivel de processo perante as côrtes criminaes. Pois bem a Companhia Ingleza de mineração cujos donos residem na Inglaterra, mas cujo campo de operações é em S. João del Rey no Brasil a esse tempo possuia oitocentos escravos e alugava mais de mil."

E esta situação durou recorda Van Delden Laerne até 1879 quando devido aos esforços de Joaquim Nabuco e de Saint John, encarregado de negocios da Inglaterra, foi a Saint João del Rey Gold Mining, C. condemnado a alforriar 385 escravos que ainda possuia e pagar-lhes £ 70.000 de indemnisação por salarios illegaes!

"Francezes e allemães tambem foram senhores de escravos embora por esta causa não devessem motivo algum de satisfação ás suas respectivas patrias."

Concluindo estas palavras de equidade conclue o Rev. J. C. Fletcher:

"Os anglo-saxões a respeito do tratamento aos homens de côr differem completamente dos latinos. Incita-os certo dó generoso pelo negro a quem comtudo não admittem concessões de igualdade social. Os outros, tanto na Europa como na America já attribuem merito ao homem de côr.



CAPITULO LXV

Impressões de Ribeyrolles sobre o modo de vida e as condições de trabalho dos escravos nas lavouras cafeeiras — As senzalas — A revista — O trivial dos escravos do eito — Os castigos e o apadrinhamento — Os serões e os descansos dominicaes — Os divertimentos dos escravos — A falta de assistencia religiosa aos servos — A assistencia medica

Segundo affirmação de Ribeyrolles a fazenda brasileira era o correspondente exacto da *habitation* das colonias francezas. Pequeno centro territorial, constituia grande estabelecimento agricola, comprehendendo lavouras e agrupando em torno da casa do senhor, senzalas, fabricas, e curraes.

Depois de referir que no Brasil havia creação de gado grosso ou miudo, bovino, cerdum, lanigero, cavallar, cabrum, explicava aos seus leitores francezes que na provincia de São Pedro (Rio Grande do Sul) existiam tão boas estancias quanto nas mais ricas campinas da America Hespanhola.

Parece-nos comtudo que a creação de ovinos no Brasil de 1850 devia ser muito limitada.

Havia ainda fazendas de assucar, das quaes, as mais opulentas situadas em Campos dos Goytacazes, Pernambuco, e nos districtos agricolas da Bahia que outrora exportara tres quintos da producção nacional, graças á miraculosa uberdade de suas terras onde a canna se cultivava desde o 17° seculo. Durante o dominio portuguez o Brasil abastecera os mercados Europeus. Agora estavam as fazendas de assucar em decadencia, e a canna, assim como o arroz, só se cultivava nos terrenos baixos e improprios a qualquer outra lavoura.

Havia tambem algumas fazendas algodoeiras nas provincias de Minas, Maranhão, Pará, e principalmente na de Pernambuco.

O algodão produzido por essas provincias era, em geral de fibras compridas, e o pernambucano poderia fazer feliz concorrencia á Georgia, se os lavradores fiscalisassem, como

os Yankees, a colheita, o descaroçamento, e mais processos de beneficiamento. Sua materia prima de superior qualidade, vinha, ordinariamente inçada de caroços, areia, terra, e as fibras, em vez de se conservarem iguaes e rectas, appareciam immundas e ennoveladas.

Quando se sabia que o algodão constituia uma das materias primas de exigencia mundial, como os cereaes, e que o Brasil era das regiões onde o algodoeiro (quer herbaceo, arbustivo ou arboreo) melhor produzia tão appetecida materia prima causava lastima que tal cultura não fosse por excellencia, nacional e um imperio possuidor de mais de 1.200 leguas de costas (o algodão aprecia a vizinhança do mar) deixasse aos Estados Unidos a honra e o proveito de supprirem á razão de 2/3 as industrias de tecelagem do Universo.

Mas o verdadeiro estabelecimento colonial no Brasil, era a fazenda de café. Alli se concentravam as actividades, as ambições, os capitaes, graças a ella se deparavam as terras melhor beneficiadas, as officinas mais completas, as mais vastas, e amplas bemfeitorias. Havia fazendas de café, mais dilatadas e populosas do que muitas freguezias.

A fazenda era, por assim dizer, o Brasil.

Depois deste introito relativo a esses verdadeiros principados passou o publicista a redigir verdadeira monografia sobre o assumpto.

Começa expondo as condições de vida da população servil, espectaculo que lhe confrangera o coração.

Os negros das fazendas, casados ou não, habitavam casebres alinhados em renques, ou dispostos em grupos segundo a configuração do terreno. A noite, depois da ceia, o feitor os fechava. Esta medida era quase geral, tendo por fim prevenir evasões, conciliabulos sediciosos, ou entrevistas amorosas, evitando-se assim as intemperanças e fadigas nocturnas, que abateriam as forças, perturbariam a disciplina acabando por arruinar o estabelecimento. Isto recordava, salvo quanto aos apparelhos de contenção, os ergastulos da campanha romana nos tempos antigos.

Taes casas, construidas de barro, sem janellas, e cobertas de palha, chamavam-se senzalas em lingua da terra, e cada negro tinha a sua. Eram ordinariamente pouco aceiadas, infectas, e desprovidas de moveis. Entretanto não chegavam a ostentar a grande miseria dos subterraneos de Lille ou dos porões de certos bairros de Paris e Londres, declarava o escriptor. Era o meirinho desconhecido nessas cabanas da es-

cravidão, nellas não se via a mãe debruçada sobre o leito do filho para o disputar ao senhor.

E não havia frio por assim dizer.

Triste porém o reverso da medalha sob outros aspectos de como divergiam os dois canis humanos, o europeu e o brasileiro, em suas miserias! Lá, o operario, quando o trabalho rendia tinha as alegrias da familia, o vaso de flôr se ostentava ás janellas das mansardas, a chaminé, irradiava o calor, os pratos fumegavam sobre a meza, as crianças saltavam de contentes; livre e forte o homem reconhecia que vivia. Nos dias de privação, quando lhe faltasse o trabalho, tudo seria triste em seu derredor e pungentes angustias o torturariam porém não lhe venderiam os filhos, a mulher, ou a mãe.

Tinha como unico senhor o dever, como inimigo a fome.

Se a responsabilidade o esmagava, a liberdade alentava-o, e os brios d'alma fortaleciam-no.

No Brasil nada disto, frisava o philantropo abolicionista. O senhor dava a casa, a camisa, a comida. A macilenta fome não penetrava na senzala do escravo, nella ninguem morria inanido como em White Chapel ou Westminster; mas tambem não havia familia e sim a ninhada humana! De que valeria o pai entregar-se á austera e santa alegria do trabalho? Nenhum interesse o ligava á terra, nenhum proveito lhe proviria do suor do rosto e da colheita dos fructos do labor. O trabalho para elle, apenas significava a fadiga e a escravidão. Para que pois se desvelaria a mãe em conservar a casa e os filhos em ordem e asseio?

Os filhos poder-lhe-iam ser arrebatados, de um instante para outro, como os pintos ou cabritos da fazenda. Ella propria não passava de mero semovente!

E entretanto, nesses antros reinava ás vezes as distracções e os prazeres bestiaes da embriaguez, em que jamais se falava do passado, porque era a dôr, nem do futuro porque estava cerrado.

Pungente confronto estabelece o ardoroso abolicionista entre os sentimentos e condições de livres e captivos.

Vira certo dia, em um hospital de Londres, um operario francez que se finava. Pedira o velho chapeu, tomara um tronco de roseira seco e desgalhado, beijara-o e logo depois expirara. Que lhe diria esta roseira, que recordações lhe avivaria? A patria talvez, a mãe ou a amante!

Nas senzalas jamais a alguem se depararia uma flôr: era que o negro não tinha esperanças nem recordações!

Todas as manhãs, ao romper da aurora sahiam os escra-

vos, um a um, indo acocorar-se ou formar em linha no terreiro.

O feitor e seus capatazes, despertavam-nos pelo sino ou corneta; chegavam, para a revista, contavam as cabeças, distribuiam as taminas determinadas pelo administrador ou senhor, e, tomado o café, seguiam os servos para a roça. Antes de partir, em algumas fazendas, saudavam o senhor dizendo ao lhe passarem sob as janellas ou a varanda: Louvado seja Nosso Senhor Jesus Christo! E o senhor respondia: Para sempre. Amen! Estas cortezias matinaes eram de regra em todos os estabelecimentos, mas nas estradas se reproduziam, para cada branco que passava, e o publicista declara que muitas vezes parou ao ouvir "os crucificados, da terra balbuciarem, coagidos, o sacrosanto nome do Grande Libertador."

Era a *Vassuns Christo* ou *Soschristo* que os africanos haviam aprendido ao pisarem no Brasil quando de sua condição "de gente barbara vinham converter-se á santa fé daquelles que os tiravam pela industria, valor e força das armas, dos seus reinos e alojamentos só pelo interesse de os arrebatar á cegueira dos falsos deuses do gentilismo", como explicavam os chronistas do tempo, por meio de deliciosos euphemismos, formulas equatoriaes do proteiforme *video meliora proboque*...

"Como é longa esta ironia de Jerusalem!" commenta Ribeyrolles.

Chegados ao eito, ás varzeas da canna ou aos morros do café, os negros, homens e mulheres punham mãos á obra, cada qual segundo a sua tamina, e isto durava até ás 9 ou 10 horas.

Ahi vinha o almoço. O feijão cosido com toucinho e misturado com farinha era distribuido em cuias, e os dedos serviam por todo o eito de talher. Repousava-se meia hora então. Em certas fazendas concediam-se alguns minutos para o cachimbo: porém em todas dentro de uma hora recomeçava o trabalho. O feitor chamava as esquadras á fórma, e atacavam-se a capina ou a colheita, conforme as culturas e as estações.

O jantar era das duas ás tres horas: feijão e angú, como na primeira comida, eis o cardapio habitual dos trabalhadores. Desta vez porém permittia-se-lhes assaz estirada sesta. Não voltavam ao serviço senão depois de hora e meia, nelle permanecendo até a noite. Ao pôr do sol, voltavam á casa, e, passada nova revista pelo feitor, que contava as cabeças, a ceia encerrava o dia. Cangica, arroz ou feijão era o trivial destes ágapes vespertinos.

Cumpria entretanto dizer que, em muitas fazendas, os escravos recebiam, duas vezes por semana, ao jantar, uma ração de carne seca, ou carne fresca de vacca ou de porco.

Era bem parco tal cardapio, e Vatel esqueceria o seu saber em semelhante cosinha. Porém quantos indigentes na Europa não morriam e haveriam de morrer a mingoa de feijão, e carne seca ou verde?

Da inanição não chegara até a haver victimas immortaes como Saint Simon, o philosopho que tentara suicidar-se por motivo de fome? o grande poeta Hegesippo Moreau morrera victima de uma miseria de dez annos!

Miseria lá, miseria aqui! Na Europa havia falta de trabalho, nas fazendas do Brasil — de liberdade.

Trabalho e liberdade!... porque não os harmonisavam os homens.

Sem a dignidade, o pão de nada valia, mas como imaginar altivez sem pão?

Andavam os dois mundos enfermos!

Tratando de disciplina das fazendas contava Ribeyrolles que era de duas naturezas a do azorrague e a do dogma, a do padre e a do feitor.

Todos os fazendeiros possuiam capella, ou pelo menos oratorio, em suas propriedades, e algumas em menor numero, capellão effectivo. Quase geralmente o serviço religioso era celebrado nas fazendas, de dois em dois, ou de tres em tres domingos, por padres coadjutores dos Vigarios, ou pelos proprios curas. Chegavam a fazenda no sabbado á tarde, resavam na capella ou oratorio, e os captivos cantavam. No dia seguinte era a grande cerimonia, o mysterio da Hostia. Os escravos cantavam de joelhos como na vespera. Os senhores assistiam com as familias ao Santo Sacrificio e algumas vezes uma pratica religiosa rematava o serviço divino.

Asperamente commenta Ribeyrolles taes sermões indignado com as palavras de certos ministros do culto.

O que pregavam aos escravos esses pastores d'almas? obediencia absoluta, humildade, trabalho, resignação. Alguns não duvidam em lembrar que os negros são filhos de Cham — filhos do maldito. Para sua raça anathematisada não havia rehabilitação possivel na terra. Dupla maldição, a de Adão e a do filho de Noé, a da alma e a da pelle!

Muito mais humano e o consentaneo do seu ministerio seria outro proceder.

Sem despertar paixões, sem armar coleras, poderiam alentar essas almas amortecidas, e sobretudo consolal-as.

Acerbamente commenta o publicista "devemos dizel-o, e não duvidaremos em adduzil-o com o nosso testemunho: os padres catholicos, no Brasil, não evangelisam apenas fazem serviço profissional. Baptisam e casam escravos, mas não os instruem nem protegem. Servem os senhores por quem são estipendiados.

As penas disciplinares, impostas aos negros, são o azorrague, a palmatoria, o tronco, a prisão e a gargalheiras, nos casos graves ou de fuga. Nas cidades a lei intervem, regula e vigia; nas fazendas, porém a vontade do senhor tudo decide, e os feitores executam-lhe as ordens.

Quantas scenas terriveis occorrem pois nessas solidões?"

Ao negrume do quadro havia porém a oppor laivos menos sombrios, provindos de certa brandura dos brasileiros.

"O poder absoluto pode conduzir á embriaguez do arbitrio, aos ultimos extremos da demencia selvagem, e nada então ha mais cruel para o homem do que o proprio homem. No Brasil, entretanto, eram os costumes brandos e o interesse do proprietario resguardava um pouco sua mercadoria.

Além disso havia velha tradição, sempre respeitada, e muito humana. O patrocinio de um branco cobria o escravo delinquente: se este encontrasse um vizinho que se prestasse a apadrinhal-o bastava uma carta, uma palavra, o senhor perdoava e os feitores se desarmavam. Os proprios quilombolas voltavam ao trabalho e á senzala sem passar pela prisao.

Quando as instituições eram más, convinha que houvesse destes costumes sagrados, que poupavam o sangue. Mas quanto não seria preferivel que entre o homem a sua falta apenas houvesse de permeio a justiça e a lei?

Em quase todas as fazendas existiam officinas organizadas para occorrer ás necessidades essenciaes do trabalho. Além da carpintaria, ferraria, a alfaiataria e sapataria occupava pedreiros e machinistas. Uma fazenda brasileira, opulenta, dispunha além disto de pagens, copeiros, moços de cavallariça e da cosinha, criados para os homens e as senhoras. Constituiam o pessoal inactivo e ocioso; e salvo quanto a grammaticos e philosophos, classe que nos ultimos dois mil annos tinha alcançado grande melhoria de condições era bom lembral-o, encontrava-se na fazenda brasileira a antiga constituição domestica do patriciado romano.

Salvo tambem quanto aos gladiadores commentaremos nós, a menos que nas fazendas do sertão não quizessemos confrontal-os com os encostados, capangas e outros valentões.

Toda esta gente util trabalhava cada qual em seu officio,

mas folgadamente: dispunha de distracções, intrigas e colloquios; quando os senhores dormiam, o que acontecia frequentemente, bocejavam ou davam de lingua. Os officiaes viviam melhor trajados e mais bem nutridos, menos vigiados durante o trabalho, e mostravam-se muito mais civilizados do que os rudes trabalhadores do eito, principalmente quanto á pratica de velhacadas. Gente da copa dos fidalgos!

Os parceiros negros do eito ou de roça vestiam calças e camisas de algodão branco, renovadas duas ou tres vezes por anno. As mulheres usavam saias da mesma fazenda. A uns e outros distribuiam-se, as vezes, vestidos de lã, camisa ou camisola segundo os sexos. Toda esta roupa trazia a marca e o numero da matricula.

Quanto ao trabalho, que differença! Durante os tres mezes da moagem da canna e da fabricação do assucar (junho, julho e agosto e algumas vezes setembro) os miseros escravos labutavam noite e dia. Revezavam-se de quatro em quatro horas, e só os mais fortes eram escalados para o serviço das caldeiras. Tarefa deveras rude aquella! os officiaes do officio de certo não a supportariam.

No tempo da colheita do café, que começava em maio, e quando as chuvas estavam imminentes, corriam os dias bem longos e penosos. Era o inverno, verdade é que inverno de estufa, em que durante as dez horas da colheita o sol chammejava e transformava a terra em fornalha.

Eis ahi um bello exagero! Verdade é que Ribeyrolles argumentava influenciado pela excessiva sensibilidade que era a sua.

Todo o mundo trabalhava então nos morros, mas a mão das mulheres era mais ligeira e mais habil do que a dos homens. Cada preta podia olhar diariamente sete a oito alqueires de café. Ora, como quando o grão estava maduro era mister apressar-se para livral-o das trovoadas, os feitores não consentiam que a sesta das captivas se prolongasse.

Vivia-se mais folgadamente no gyneceu da fazenda, as mucamas posto que sob a vigilancia ciumenta da dona da casa, tinham razão para se compadecerem das irmãs do eito.

Em uma das suas excursões através das fazendas, ao longo do Parahyba, viu Ribeyrolles certo dia "uma dessas pobres filhas da velha Agar." Colhia o café do senhor, e carregava ás costas, dentro de uma manta, dois pequenos Ismaeis que dormiam. "Desgraçadas mães! Vejo-as ainda e vel-as-ei sempre!" exclamava o nosso philantropo.

Devia não obstante informar aos seus leitores da Europa

que na maior parte das fazendas as mulheres gravidas não iam trabalhar á roça, e apenas se empregavam nos serviços domesticos. Depois do parto dava-se-lhes melhor alimentação e local a parte. Emquanto amamentavam dispensavam-nas de trabalhos pesados, e seus filhos entregues, desde que começavam a andar, aos cuidados das pretas velhas, eram, até aos 16 annos, empregados sómente em candear os carros de boi ou pastorejar o gado.

O serviço medico variava conforme as fazendas. Algumas havia em que a presença do medico assim como a do capellão era permanente, e onde se encontravam bem providas pharmacias.

Em grande numero de estabelecimentos ruraes, era um dos medicos da redondeza, quem fazia as visitas e inspecções; e em outras o proprio fazendeiro, tratava os escravos, geralmente, por meio de globulos homeopathicos.

No sabbado a noite, encerrados os ultimos trabalhos, da semana, e nos dias santificados, de folga e repouso obrigatorios concedia o fazendeiro aos escravos uma ou duas horas para a dansa. Reuniam-se então no territorio, interpellavam-se, agrupavam-se, incitavam-se mutuamente e a festa começava.

"Aqui se via a *capoeira,* especie de dança pyrrhica, de evoluções atrevidas e guerreiras, cadenciada pelo tambor do Congo; alli o batuque de posições frias ou lascivas, que os sons do urucungo acceleravam ou retardavam, mais além tripudiava-se em dança louca, em que os olhos, os seios, os quadris tudo provocava á lascivia — especie de frenesi convulsivo inebriante á que se dava o nome de lundú.

"Alegrias grosseiras, volupias asquerosas, febres libertinas, tudo isto era nojento, era triste, os negros porém apreciavam estas bacchanaes, e outros que não elles nellas encontravam proveito. Não constituiam um processo de embrutecimento?"

Os senhores concediam algumas vezes a alforria em vida ou por disposição testamenteira. Mas taes graças eram mais raras nas fazendas do que nas cidades. Quase sempre recahiam sobre os officiaes mecanicos as pagens, e as mucamas.

A liberdade não ultrapassava o limiar da antecamara. Occorriam comtudo casos em que, por direito consuetudinario, as pretas adquiriam jús á liberdade; a saber quando tinham sete filhos vivos.

Nas cidades, quando o negro era laborioso e forte, podia accumular peculio e libertar-se. Não acontecia o mesmo nos

estabelecimentos ruraes. Em certos lugares concediam-se aos escravos pequenos lotes de terras, que cultivavam no domingo, ou dois dias por semana, quando obrigados a sustentar-se pelo proprio trabalho. Em vista porém do preço a que haviam subido os trabalhadores ruraes, sobretudo depois do cholera morbus e da abolição do trafico, os escravos do assucar e do café deviam perder a esperança da alforria. Qual delles accumularia 1:200$000 ou 1:600$000 com o producto da venda de alguns mantimentos!

Afóra estas duas grandes classes, a da casa e a das lavouras, a fazenda encerrava outros grupos dispersos e algumas especialidades curiosas: a elles pertenciam tropeiros, peões ou negros ou mulatos, raladores de mandioca, lavadeiras, quitandeiras, derribadores de matto, carreiros, conductores de liteira, ou bangueseiros, vaqueiros, pescadores, caçadores, cesteiros e estafetas.

Uma grande fazenda era uma sociedade em estado primitivo, o dominio e a tribu dos tempos antigos.

E que figuras exquesitas, que maravilhosos andrajos, exhibia! Collecção mais rica de trapos só conhecera o publicista francez a da Irlanda. Os negros, filhos do sol, envergavam melhor comtudo do que os homens pallidos do Norte os seus farrapos. Alguns viu sahirem da matta virgem verdadeiramente esplendidos sob os andrajos. Ostentavam descuidosos a mais revoltante nudez e os crivos da miseria, levada a um ponto com o qual nunca sonharia a imaginação de um Callot ou de um Gavarni.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO LXVI

O que o Brasil devia ao negro na opinião de Ribeyrolles — O trafico devorador de vidas — Os resultados da mestiçagem — Instituições politicas liberaes do Brasil — Recúo dos brancos ante os mestiços — A necessidade de recurso á immigração européa

Receioso da pecha da ingratidão e da offensa aos fazendeiros por quem havia sido tão cordealmente tratado declara Ribeyrolles que o seu quadro só abrangia generalidades, não visando particularizar lavrador algum.

O viajante extrangeiro não devia installar o seu tribunal no proprio lar que o hospedava. E elle, autor, não era dos que costumavam trahir no dia seguinte os obsequios e a hospitalidade da vespera.

Mas tanto á verdade, como á miseria, assistiam direitos; e quando se amava um paiz, e tinha-se a intenção de servil-o, cumpria não lhe occultar as chagas. A fazenda brasileira, viveiro de escravos, era uma instituição fatal: seus agentes de trabalho e producção não podiam renovar-se, e a sciencia, mãe das forças brutas, nella não penetraria emquanto a ignorancia e a escravidão fossem seus principaes agentes.

O dilemma era pois, este: transformar a instituição ou perecer.

Durara o trafico tres seculos, por assim dizer. Com effeito até quase os ultimos tempos, não encontrara obstaculo sério nem na politica, nem nas religiões, nem nos governos.

A Inglaterra, só se proclamara abolucionista depois de ter perdido as colonias do Norte, a França quando se vira cercada pelas tempestades heroicas, adversarias da Grande Revolução. Postos de parte alguns protestos de Roma, palavras ôcas lançadas ao vento, vivera o mundo christão a explorar tranquillamente o seu negocio do commercio humano como Shylock negociava em seu balcão.

O Brasil, como as demais colonias americanas, tivera pois

meios e tempo para povoar e amanhar o seu sólo. Não lhe era facultado e com a maxima liberdade, recrutar servos por modico preço e com elles carregar navios e mais navios? Não lhes estava o mar africano aberto, e a contra costa atlantica não era farto viveiro de cem milhões de humanos?

Não lhe decorrera tal commercio tão facil quanto seguro?

Em verdade as condições eram favoraveis; o trafico desenvolvera-se e produzira bastante.

O Brasil devia immenso pois ao negro.

Observando as condições do trabalho brasileiro em 1860 commentava Ribeyrolles:

Haviam os aventureiros paulistas, pesquizadores infatigaveis, descoberto a maior parte das minas brasileiras. Mas quem desmontara terras, abrira gallerias, desviara torrentes, lavara arêas, e achara ouro e diamantes? o negro.

Quem supportara e supportava esses trabalhos do eito tão penosos e rudes em plena zona torrida? quem trabalhava nas machinas, moinhos, portos, nas estradas? o negro.

Nas chacaras, fazendas, casas burguesas ou aristocraticas, lojas ou armazens, ruas ou praças publicas das grandes cidades? quem se incumbia de todos os trabalhos servis e domesticos? o negro.

Nas fabricas, estaleiros, engenhos, quem movia as galgas, e accendia os fornos? Limpava, afadigava-se e carregava; quem em summa realizava todos os serviços industriaes? o negro.

O africano era pois, em todas as coisas e em todas as especialisações do trabalho, o instrumento, a mão, a roda, a ferramenta. Intervinha em tudo como agente, nas producções, nos transportes, nas trocas. Cahiam-lhe todos os serviços, e trabalhos. Era a mão de obra brasileira.

E isto não datava de hontem. Havia dois seculos, pelo menos, que tal ordem economica se estabelecera. E que produzira? onde estavam as obras que restavam do capital vivo?

Não era facil computar-se neste longo periodo do trafico, o termo médio das importações de negros. Nos primeiros tempos, só havia como serviço o costeio da pecuaria e a producção do assucar e do pau brasil. Depois tinham surgido as explorações mineiras, e mais tarde o plantio do café. Isto sem falar no cultivo do anil, algodão e cereaes. Tal em materia de trabalho, o passivo do balanço.

Mas no Brasil trabalhado apenas pelo negro, que força activa e permanente não fôra preciso gastar-se para attender ás exigencias das diversas industrias?

Os ultimos carregamentos, antes da abolição do trafico haviam valido annualmente ao Imperio cerca de 60.000 a 80.000 cabeças. Se se avaliassem n'um terço sómente de tal cifra, em 25.000 por anno, portanto, durante dois seculos o computo total da transmigração africana forçada subiria esta a cinco milhões de creaturas para o Brasil. Se se sommasse a estas duas parcellas, a reproducção local, chegar-se-ia pelo menos, a dez milhões para o total da importação de filhos do continente negro.

Era este o contingente minimo que a Africa poderia ter dado. E que restava, em 1859 de toda esta força accumulada? Dois milhões de individuos apenas!

E ainda assim as obras realizadas por essas legiões offegantes de trabalhadores nada, ou quase nada, representavam. O Brasil era ainda terra sem amanho. A força que alimentava ao mesmo tempo a proliferação e o trafico, diminuira longe de crescer; ainda era o Brasil terra sem povo.

Tudo isto provinha do trafico: ficara um capital que se perdera, deixando miseraveis resultados de tamanho esforço iniquo.

Como explicar estes dois phenomenos? devia o observador fazer côro com o senhor de escravos arguindo ao trabalhador negro — a preguiça, vicios, inferioridade natural —; acompanhar os philantropos que accusavam o proprietario de orgulho, violencias, crimes? De certo houvera o lado humano em relação a servos ou senhores neste deficit de capital e resultados. Era preciso comtudo examinar de mais alto para bem ajuizar. O vicio procedia do proprio organismo social; da nefanda instituição que tudo punha a perder.

Verberando a hediondez servil exclamava Ribeyrolles:

"A campanha do fratricidio durou dois ou tres seculos. De geração em geração, as legiões de escravos introduzidos cresceram, e o sólo brasileiro lhe deveu todo o amanho que hoje apresenta. Seus filhos nasceram nessa miseria, viveram nesses trabalhos e nelles morreram; os que restam hoje ainda estão nas mesmas condições. Que fizeram os seus algozes em relação a paes e filhos?

A sociedade delles se servia, mas a lei só os reconhecia como meros instrumentos e mercadorias.

A religião os acolhia ao pé do altar, e lhes ministrava o matrimonio, mas não lhes garantia nem familia, nem filhos, nem esposa!

Plantavam, semeavam, cultivavam, colhiam, mas não tinham jús ao salario, e nada lhes poderia provir da terra. Nem

garantias civis, nem direitos individuaes, nem quinhão de lucros; elles proprios não passavam de apropriados!

Como não comprehender que sob semelhantes condições não hajam o trabalho soffrido, e a producção brasileira definhado?

"Se o trafico se renovasse, e se todos os portos do Imperio se abrissem a novos carregamentos de negros, não haveria proveito verdadeiro e duradouro. Sem lei, sem direitos, sem familia não se constituem os povos não havia organização séria e viva sem divisão de trabalho, sem liberdade responsavel, e sem repartição de accordo com os serviços. Ora a escravidão tudo isto exclue gerando a morte da sociedade e a das almas.

Eis a razão porque depois de tantas gerações transplantadas só se contavam no Brasil dois milhões de negros.

Innegavelmente representavam ainda uma força, força enorme de trabalho. Sem o seu concurso a producção nacional ficaria dentro em pouco esgotada. Mas que tempo duraria o novo prazo? não haveria extincção provavel ou crise forçada em futuro proximo?

Os caminhos para a Africa, e as fontes do trafico estavam cortados. Vigiando, cerceando, punindo o trafico como um crime de lesa civilização, os cruzeiros da Europa navegavam por toda a parte armados, attentos e o proprio governo brasileiro obrigado pelos tratados, guardava os portos contra os traficantes. Como doravante fazer provisão de escravos e tornar a povoar as terras? Tornara-se negocio impossivel até para os mais argutos contrabandistas, fôra-lhes forçoso vender os sinistros navios tumbeiros.

Mas se nas condições de transito livre e commercio legal, se na época em que era livre multiplicar no Brasil, ao gosto dos senhores e conforme suas exigencias, a população negra, esta em vez de crescer, diminuira, não se tornava evidente que o capital humano deveria descrescer de anno para anno, e não contar muito com os dois milhões de servos restantes no Imperio?

Da cruzada africana fala Ribeyrolles elogiosamente e lembra que já a mestiçagem euramericana paulista dera optimos resultados criando os homens infatigaveis e audacissimos das bandeiras.

A seu ver constituia forte e numeroso exercito, rico de energias, affeito ao clima, apto aos trabalhos duros, tropicaes, devendo á dupla origem, as duas qualidades essenciaes em qualquer paiz velho ou novo, a intelligencia e o vigor.

Diziam que os negros estavam embrutecidos, e isto não podia ser por menos submettidos como se achavam a certo regimen compressor. Os brancos se debilitavam, o sol e a ociosidade explicavam tal depressão, mas a raça dos mestiços, criação hybrida quanto á côr, tinha espirito activo, fortes musculos, natureza complexa maravilhosamente dotada.

A mestiçagem já alastrara de tal fórma que os mulatos, por toda a parte, sobresahiam no Brasil, nas carreiras liberaes, na politica, no funccionalismo, na Igreja. Mas não queriam saber do trabalho dos campos; afastavam-se da terra com a mira nos cargos publicos ou nas industrias particulares; faziam concurrencia decidida aos candidatos aos diplomas, ás eleições, á magistratura. Nos campos só permaneciam os escravos, os aggregados, e os pobres.

Os mestiços brasileiros contavam muitos captivos em suas fileiras e prendiam-se á raça servil pela côr; como não teriam repugnancia pelo trabalho degradante imposto pela contenção?

A constituição politica do Brasil, profundamente sábia sob um ponto de vista verdadeiramente humano, abria-lhes todas as vias sociaes. Como pois não se precipitariam esses mulatos, que conheciam a propria força em direcção ás carreiras privilegiadas, disputando aos senhores da vespera, as cadeiras, as dignidades, a autoridade? Esta febre de ambições politicas, era demais arraigada na natureza humana, e aliás uma das molestias do Brasil.

A ambição do mando desvairava os brancos filhos do Brasil. Arredados da administração, como párias, emquanto sua terra fôra colonia portugueza, viviam em suas propriedades, dedicando-se a exploração das minas e ás aventuras do sertão. Mas, conquistada a independencia, houvera extensa reacção e o assalto ás funcções publicas remuneradas.

Qual a ambição das familias brasileiras e a grande preoccupação dos seus mancebos? os diplomas litterarios e os empregos publicos, as carreiras liberaes, ou então as posições sociaes, como as bancarias, o commercio em grosso, as industrias ricas. Da agricultura nada desejavam.

Quanto aos brancos, de limitados recursos que não podiam aspirar ás funcções, nem aos cargos, estes vendiam os escravos pondo dinheiro a premio. Que se podia esperar da terra, quando não dispuzessem as lavouras de braços? que seria da economia do Imperio se por exemplo nova rajada de cholera morbus passasse por sobre os negros como recentemente succedera?

Desacompanhados em suas grandes plantações, lutavam

os fazendeiros. O assucar e o café havia trinta annos davam bello lucro; não custava muito a mão de obra, graças ás feitorias da Africa. Assim haviam podido pôr alguma coisa de lado. Mas vinham chegando os dias aziagos...

Era mister renovar a escravatura, e não se podia conseguil-o a não ser a peso de ouro. Faltavam braços á cultura, á colheita, ao transoprte. E no emtanto os fazendeiros não queriam colonos!

Pobre terra brasileira, tão generosa, tão bella, tão jovem e trahida por todos! exclamava Ribeyrolles numa apostrophe absolutamente ingenua de quem se mostrava tão pouco conhecedor da psychologia do povo entre o qual vivia, psychologia imposta pelas condições ineluctaveis da vida de paiz novo!

Tal o quadro que das condições de trabalho brasileiro traçava o publicista francez.

Os extrangeiros nada faziam como trabalhadores ruraes no Brasil.

Inglezes, francezes italianos, suissos, allemães, portuguezes, estes em maior numero, chegariam talvez a trezentas mil almas, em toda a extensão do Imperio. Mas outra gente, que não Purís e Botucudos, observava desdenhosamente. As artes, os officios, as industrias, o commercio, as obras publicas — canaes, estradas, caminhos de ferro, todas estas especialidades, eram por elles explorados com energia; estavam por toda a parte. E o que dahi cabia á producção nacional, á agricultura, á terra? Quase nada. Os extrangeiros armavam barracas, mas não faziam casa.

Não logrando exito ou pelo contrario fazendo fortuna, lá se iam embora.

Como propaganda de civilização, como força de trabalho e força momentanea, constituiam elemento precioso; como familia nacional para amar a terra e a patria, e dar-lhe cidadãos não existiam; não passavam de meros hospedes.

Concluia o publicista:

"Que se deve deduzir de tudo isto? Convocar lavradores, colonizar! colonizar!"

Como vemos, são tambem bastante falsas as conclusões de Ribeyrolles, pelo menos quanto aos portuguezes, que, sempre, tanto se radicaram no Brasil, aos allemães do Sul, e aos italianos.

Não ha duvida que os seus conceitos sobre a aversão destes extrangeiros pela agricultura eram geralmente exactos.

Mas a questão da adaptação dos europeus ao terrivel sol tropical não merecia acaso ser invocada?

CAPITULO LXVII

Idéias de Horacio Say sobre a conveniencia de abolição no Brasil, mas gradual — Depoimentos de Castelnau em 1843 e do Dr. Rendu em 1845 — Idéias do Barão do Paty do Alferes sobre o modo de se tratarem os escravos nas fazendas fluminenses cafeeiras

Homem de notavel elevação moral, não podia Horacio Say deixar de ser abolicionista convicto. Mas, ao mesmo tempo, como economista encarava, com a exacta visão das coisas, as circumstanias multiplas e temerosas que envolviam a solução do problema servil no Brasil.

Entendia que a abolição só podia ser gradativa, devido ao atrazo immenso, sob o ponto de vista da civilização, dos africanos. Era preciso, em primeiro lugar, solidamente vincular entre elles as noções de constituição da familia.

Havia depois a questão da indemnização a pagar-se aos fazendeiros, justisima em face de verdadeira desapropriação.

E ainda nova difficuldade: a de se affeiçoarem pretos livres, recem-escravizados, ao trabalho, regular e ordenado. Acaso se adaptariam elles a estas condições? Assim, era indispensavel, a seu ver, este periodo de transição.

Achava Horacio Say que o Brasil, sobretudo o meridional, constituia admiravel campo de expansão para os immigrantes da Europa, civilizando-se assim altamente um paiz onde a raça branca ainda era escassamente representada.

Estava o Brasil algo trabalhado por idéias de inveja e rivalidades regionaes de feitio desagradavel, áquelles a quem a desaggregação do Imperio representava uma idéia insupportavel. A entrada de novos affluxos de gente branca, de varias procedencias, seria optima para fazer desapparecer, gradualmente, estes motivos de dissidio.

E quando a liberdade individual fosse um facto em todo o Brasil, multiplicando os meios da producção e facilitando a exportação dos productos incitar-se-ia uma população nume-

rosa ao trabalho. Grande éra se abriria então para o Imperio Americano onde por muito tempo ainda não haveria falta de terras ferteis para os trabalhadores de boa vontade.

"No decurso de toda a minha jornada (1843), affirmava o Conde de Castelnau quase não vi captivos maltratados, senão por extrangeiros."

Por vezes eram submettidos a atrozes serviços, de tal não havia duvida, mas a culpa de taes crueldades, provinha da impulsividade da colera e do ciume. Se fosse possivel fazer-se executar uma lei que adiasse os castigos corporaes, por um periodo de vinte quatro horas, os escravos brasileiros, certamente, escapariam, em geral, aos maus tratos.

"O joven brasileiro educado no meio de escravos, crescendo entre elles, contando-os entre os companheiros, de folguedos infantis, constantemente cercado de servos, a estes tratava com brandura. Os numerosos negros que constituiam a domesticidade viam-se frequentemente alvo de melhor tratamento do que os criados das melhores casas da Europa."

Nas lavouras, sim, a sorte dos captivos vinha a ser mais dura, mas apesar de tudo a tarefa dos escravos era positivamente mais moderada do que a dos seus parceiros das colonias francezas. E muito mais ainda se a confrontassem com a dos escravos nos Estados Unidos.

Aliás, no Brasil, vivia o escravo protegido efficazmente pela brandura dos costumes, pois as leis que o defendiam jamais se applicavam. Os grandes calores do clima, o ocio, a incultura e a chaga do elemento servil exerciam a mais nefasta influencia sobre os costumes de certas classes.

Escrevendo em 1845 sobre a escravatura no Brasil dizia o Dr. Affonso Rendu medico, enviado ao Brasil pelo Ministerio da Instrucção Publica de França, para estudar as molestias tropicaes (missão que lhe tomou dois annos de trabalho acurado) que a praga do Brasil era a escravidão. A subita emancipação seria comtudo uma calamidade para o paiz e até para os proprios pretos.

Desde que faltasse áquelles africanos barbaros a contenção do captiveiro tornar-se-iam viciosos, borrachos dissolutissimos e sobretudo ladrões salteadores.

Não tinham o menor senso de previdencia, viviam no regimen do dia a dia. Liberto dos ferros não comprehendiam que deviam trabalhar para viver; tinham instinctivo horror a qualquer especie de labor.

Passando pelo Senegal, examinou nas vizinhanças dos estabelecimentos francezes as aldeias pretas e achou-as misera-

veis. Alli se via tudo a que resultara de um seculo de contacto com a civilização franceza!

A seu ver não era a raça negra susceptivel de se civilizar. Assistiria ao movimento de civilização mas della se alheiando.

Sob a denominação do senhor sua idéia fixa era trabalhar o menos possivel. Para os africanos não existia felicidade fóra do ocio e da satisfação de brutaes paixões. Anglophobo sustentava o Dr. Rendu que a campanha anti-escravista da Inglaterra visava, sobretudo, arruinar o Brasil, as colonias francezas, antilhanas, para alcançar o monopolio dos generos coloniaes das Indias Occidentaes.

No que os inglezes faziam, cohibindo o trafico, era preciso ver sobretudo o interesse commercial.

Invocassem razões de ordem philantropica e elle autor lhes lembraria que, na Africa Occidental Ingleza, as autoridades serviam-se de carros puxados por pretos; que as prezas feitas aos negreiros pelos cruzeiros de Sua Magestade Britanica eram levadas a Serra Leoa onde permaneciam vinte annos em disfarçado captiveiro. Os brasileiros tratavam os seus captivos com relativa doçura, muito melhor do que o fazia a generalidade dos extrangeiros vindos ao Brasil, em busca de fortuna.

Havia porém suas excepções honrosas sob este ponto de vista. Emfim, perplexo, não sabia o Dr. Rendu o que preconizar: se a continuação do captiveiro, se a emancipação dos escravos no Brasil. Se por um lado militavam a favor da primeira alternativa as circumstancias do imperativo economico por outro não menos exigentes se alçavam os brados da philantropia, conculcada pelos horrores do trafico e da vida nas lavouras sob a contenção do azorrague.

A Memoria sobre a fundação e custeio de uma fazenda da lavra do Barão do Paty do Alferes constitue pela autoridade de quem a redigiu, e a data de sua publicação, excellente documento, espelhador não só das regras agronomicas correntes como da mentalidade reinante em sua época.

E' a monographia, convem lembral-o, da lavra de um dos grandes fazendeiros fluminenses contemporaneos, da éra do maior florescimento da lavoura da Provincia do Rio de Janeiro, o *State Empire* da phase imperial.

Assim o seu depoimento, em relação aos conselhos offerecidos aos senhores de escravos, e referentes ao modo pelo qual deviam estes ser tratados, apresenta-se-nos singularmente precioso para traduzir opiniões moderadas de um senhor humanitario e intelligente.

Começa o agronomo por explicar quanto a seu ver o progresso do Brasil senão mesmo a manutenção de seu equilibrio economico exigia a existencia do regimen servil.

"A escravatura — affirmava — é o cancro roedor do Imperio do Brasil, que só o tempo poderá curar. A abundancia de braços captivos e o immenso terreno por cultivar, esquivam o trabalhador assalariado do cultivo de nossos campos.

O trabalhador livre era muito tentado a ludibriar o fazendeiro que despendera somma não pequena fazendo-o immigrar."

Explicava o Barão do Paty:

"Vê-se por experiencia propria que um colono, a quem vamos a bordo de um barco pagar a passagem, mal se sujeita a indemnizar seu amo, retirando-se ou evadindo-se muitas vezes sem ter cumprido seu contracto; mas porque? Por achar quem muitas vezes gratuitamente lhe offerte um pedaço de terra para trabalhar por sua conta, ou o inquiete com esperança de maior ganho, mediante menos afanoso trabalho."

Assim deviam os lavradores brasileiros recorrer aos escravos para a laboriação de suas terras, apesar dos graves contratempos que os podiam acommetter.

Imperiosa persistia a necessidade de se continuar com esse "cancro" cujo preço actual não estava em harmonia com a renda que delle se podia tirar. Accrescia ainda a immensa mortandade a que estavam sujeitos os escravos, a qual, devorando fortunas colossaes, trazia a infallivel ruina de honrados e laboriosos lavradores.

Haviam-se empenhado em constituir fortuna, e viam-se carregados de dividas não lhe chegando os bens para satisfazer a quem lhes vendera os escravos, traficantes velhacos que muitas vezes sabiam estarem a vender individuos carregados de enfermidade incuraveis.

Fazia pena ver o atrazo financeiro da maior parte dos agricultores brasileiros, carregados de fardo superior ás suas forças. Pouco a que faziam para satisfazer os credores. Por fim ia tudo á praça, não chegando mesmo o liquido para o desempenho dos compromissos! E porque? Porque lhes haviam morrido os escravos e elles se viam de braços cruzados lamentando a sua sorte! Outra vez digo, repetia o Barão, não está em harmonia o preço do escravo com o producto que delle se tira."

Mas é que tal preço procedia da inflexibilidade da lei da offerta e da procura.

O fazendeiro prudente não devia de forma alguma endividar-se comprando escravos a credito.

"A vista deste triste quadro, infelizmente verdadeiro, não compreis escravos fiados, aconselhava o agronomo, mercai-os quando tiverdes o dinheiro; porque, se vos morrem estão pagos, e a perda é menos sensivel."

Recommendava o Barão do Paty ainda, instantemente uma série de preceitos humanitarios e ao mesmo tempo intelligentes.

O escravo deveria ter livres os domingos e dias santos, ouvir missa, se a houvesse na fazenda, saber a doutrina christã, confessar-se annualmente. Era isto um freio que o sujeitava muito principalmente quando o confessor soubesse cumprir o dever, e o exhortava á moralidade, aos bons costumes, a amar ao trabalho, á obediencia cega aos senhores e a quem o regia.

O extremo aperreamento dessecava o coração dos captivos endurecidos e incliniva-os ao mal. O senhor devia ser severo, mas justiceiro e sobretudo humano.

Nas molestias fossem tratados com todo o cuidado e humanidade. Embora houvesse medico assistente, o senhor do escravo devia fazer repetidas visitas á enfermaria para animar os doentes, dar-lhes allivio acautelando alguma falta que porventura occorresse.

Nem se dissesse que o escravo era sempre inimigo do senhor: isto só succedia com os submettidos a dois regimens extremos, ou demasiada severidade, ou frouxidão excessiva. Esta os tornava irasciveis ao mais pequeno excesso do senhor condescendente e aquella os levava á desesperação.

Era o que compendiava o velho aphorisma paulista sobre os escravos indisciplinados: ou vivem no inferno ou vivem a meia com os senhores.

Tinham alguns destes o pessimo costume de não castigar a tempo e hora, e viver ameaçando os escravos. Diziam-lhes — deixa que has de me pagar tudo junto! ou vae enchendo o sacco, que elle ha de transbordar, e então nós veremos! e quando lhes parece agarravam-no e desapiedadamente o maltratavam. E porque? porque pagava tudo junto! Barbaridade impolitica...

O escravo devia ser castigado quando commettesse delicto, o castigo devia ser proporcionado a falta. Fosse justiça feita, recta e imparcial, ao captivo. Apesar da sua brutalidade, não deixaria de reconhecer isto.

Aconselhava vivamente o grande fazendeiro:

"Não mandeis á roça, por espaço de um anno, a preta que estiver criando: occupai-a no serviço da casa, como em lavar roupa, escolher café e outros pequenos serviços. Quando tiver o filho criado irá então, deixando o pequeno entregue a outra que deve ser a ama seca de todas as mais crias para laval-as mudar-lhes a roupa, e dar-lhes comida, apropriada á sua idade e forças.

Não mandeis o vosso escravo adoentado trabalhar se tiver feridas, sejam curadas completamente para então ir ao serviço. Tenho visto em algumas fazendas, felizmente em poucas, os escravos trabalhando as voltas com grandes ulceras. Mesmo assim lá andavam a manquejar em risco de ficarem aleijados ou succumbirem. Este proceder, além de deshumano, é prejudicial aos interesses do dono."

A questão da alimentação dos servos era absolutamente capital e a experiencia fazia o Barão do Paty ditar a seus leitores os conselhos do criterio.

"O escravo trabalhador de roça deve comer tres vezes ao dia: almoçar ás oito horas, jantar a uma hora e ceiar das oito até nove. Sua comida deve ser simples e sadia. Em Serra acima, em geral não se lhe dá carne; comem os escravos feijão, temperado com sal e gordura, e angú de milho, o que é alimento muito substancial. A farinha de mandioca é fraca e de pouca nutrição. Quando por necessidade me vejo obrigado a dar-lhes seguidamente della com feijão, começam a sentir-se fracos e tristonhos, e vêm requerer o angú: por isso o mais que faço é entremear uma comida com duas de angú."

Criticando acerbamente a avareza de certos senhores deshumanos commentava o nosso autor.

"Alguns agricultores adoptaram ha tempos a esta parte, o costume de só darem duas comidas aos escravos, ás 10 ou 11 horas do dia o almoço e o jantar, ás 5 da tarde. Taes lavradores não têm em vista os seus interesses: seus escravos devem fazer muito menos serviço, além de ir-se-lhes arruinando o estomago.

Como é que um homem ou mulher (ainda mais fraca) pode aguentar desde as cinco horas da tarde até ás 10 ou 11 do dia seguinte sem comer, trabalhando, desde o amanhecer, ao rigor do tempo, com uma enxada, fouce ou machado?!

Vae comer, já inanido de forças, enche demasiadamente o estomago que se acha fraquissimo, cahe em prostração, a digestão difficulta-se, e em breve espaço está doente. Eu acon-

selharia antes que essas duas comidas, embora menores, fossem divididas por tres: almoço, jantar e ceia, e ás horas acima prescriptas.

As funcções digestivas se estabeleceriam com regularidade, e o homem se tornaria mais satisfeito, e mais sadio, embora mais fraco pela falta de alimento necessario."

Sobre a hygiene do vestuario ministrava o autor os seguintes conselhos:

"No domingo de manhã, deve o escravo vestir roupa lavada, e a suja, na segunda feira, vá para a barrela, e enchaguar-se na terça. Quando por motivo de chuva se molharem devem os escravos mudar logo de fato, e estender na senzala o que se molhou, para o tornarem a vestir no dia seguinte, ao sahirem para o serviço, pondo de reserva a outra muda."

Recommendações bem inspiradas, philantropicas e intelligentes vinham a ser as que se referiam á concessão de pequenos pedaços de terras aos pobres captivos.

"O fazendeiro deve, o mais proximo que for possivel da séde da fazenda, reservar uma porção de terra onde os escravos façam as suas roças, plantações de café, milho, feijões, bananas, batatas, carás, aipim, cannas etc.; não se consinta porém que a sua colheita seja vendida a outrem e sim a seu senhor. Este deve fielmente pagar-lhas por preço razoavel para evitar extravios e frequencias das tavernas.

Este dinheiro serviria para os escravos comprarem tabaco e o fumo, de que eram grandes consumidores, alguma comida de seu regalo, roupa mais fina para sua mulher quando casado e a de seus filhos. Dever-se-ia porém prohibir-lhes severamente a embriaguez, castigando-os e punindo-os, depois de exhortados.

Estas roças, e o producto dellas auferidos, inspiravam aos escravos certo amor ao sólo, distrahia-os um pouco da escravidão. Entreter-se-iam com este pequeno direito de propriedade. Sem duvida o fazendeiro sentiria certa satisfação ao ver chegar o seu escravo da roça trazendo um cacho de bananas, alguns carás, cannas, etc.

Dá-nos aliás o Barão de Paty do Alferes, em diversos pontos de sua *Memoria*, demonstrações repetidas de que devia ser senhor humano. Assim por exemplo quando verbera certos fazendeiros que faziam os seus captivos carregar á cabeça cestos pesados como jacás, com a mandioca arrancada, fazendo dos pobres humanos bestas de carga, em tudo e para tudo."


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO LXVIII

Conselhos de um sacerdote fazendeiro de café em 1861 aos seus collegas de classe sobre o modo de tratarem os escravos — Inculcamento de praticas humanitarias

Sacerdote e agricultor, dono, forçosamente, de escravos, via-se o Padre Antonio Caetano da Fonseca, obrigado em seu *Manual,* publicado em 1861, a ministrar aos seus leitores, fazendeiros, uma série de conselhos de humanidade e, ao mesmo tempo, de economia num terreno escorregadio de conciliação entre os dictames da religião e da philantropia e os interesses financeiros. São interessantes as suas paginas sobre o modo pelo qual, ao seu ver, devia o senhor haver-se com a escravatura.

Reflectem a mentalidade da época temperada pelos deveres do estado sacerdotal.

Tratando do habitat dos escravos escrevia que quando se construissem as senzalas, escolhessem os fazendeiros, no quadro do terreiro, o lugar exposto ao vento do norte. Deviam ser mais altas um palmo que o chão exterior, de forma que as aguas das chuvas não lhes pudessem humedecer o interior. E por isto mesmo deviam ser apartadas dos barrancos, ou cavas, duas braças, para que a sua evaporação continua não humedecesse o ambiente. Estas senzalas seriam bordadas de uma varanda de seis palmos pela frente, e repartidas em quartos de quatorze palmos em quadra para cada preto.

Nada mais rude ao pensar do sacerdote agronomo do que o mobiliario da senzala indispensavel onde não haveria mezas nem cadeiras, nem sequer até bancos ou mochos.

"Em cada um destes quartos haverá uma tarimba de taboas, com a altura de dois palmos do chão, para o preto nella se deitar.

Em cada uma destas tarimbas haverá uma esteira de palha de bananeira, uma colcha de lã grossa, e um travesseiro de panno grosso de algodão cheio de farello lavado de milho."

Quanto á alimentação dos captivos assim se determinasse:

Ao romper do dia levantar-se-iam os pretos e depois de juntos resarem um Padre Nosso e uma Ave Maria, lavariam os braços, a bocca e o rosto na bica, ou chafariz, que devia haver na varanda recebendo então a benção do senhor. Depois disto cada um teria em sua cuia, ou tigella, duas chicaras de café e uma broa (bolo) feita de fubá, e doce, cozida ao forno, Se estivesse neblinando ficariam cinco minutos na varanda depois do café para se não constiparem. O almoço seria pelas oito da manhã, feito de feijão com couves, adubado com uma onça de toucinho pelo menos, para cada preto, e angú. O cardapio do jantar, pelas duas da tarde, constaria do mesmo feijão com duas onças de carne secca, cozida nelle, arroz e farinha. A ceia pelas sete horas feita de hervas, aboboras, ou arroz, e angú ou farinha; podia tambem ter batatas, mandioca ou carás. Devia constar destas substancias variadas. O mingao de cará e o arroz continuados muitos dias successivos azedavam o estomago, o que não acontecia trabalhando-se braçalmente depois da sua ingestão.

Ficasse bem estabelecido, sempre, que o preto devia ter por adubo, em cada comida, uma onça de toucinho ou banha, e duas de carne secca por dia.

Era pois o captivo bem nutrido por este senhor humano que recordava aos seus leitores quanto lhes aconselhava que nunca tratassem os escravos com rigor, á excepção de quando se mostrassem incorrigiveis. Procedendo os senhores de outro modo faltariam á humanidade, e caridade, dando provas de má educação pois estes infelizes deviam sempre enxergar em seus amos como que paes e bemfeitores e não tyrannos. Se isto se observasse não haveria tantas desgraças a que tinham dado causa a sevicia e maldade de senhores e feitores.

O escravo, por ser de côr preta, e reduzido a servidão, não deixava de ser nosso proximo e nosso semelhante; filho do mesmo pae e obra do mesmo Deus que mandava não fazer a outrem o que não quereriamos que nos fizessem.

Quando um escravo merecesse castigo seria este applicado com moderação, pois nunca a ira deveria tomar lugar da justiça. Por isto quando se contractasse um feitor ou administrador mister se tornava attender se as suas qualidades moraes, pois devia ser humano, recto, e de bons costumes; e se casado melhor ainda. Os feitores deshumanos, e de costumes impuros, tornavam-se muitas vezes a causa de sublevação dos escravos.

Era ainda o que levava o Padre Fonseca a recommendar a maior humanidade em relação ao tratamento das escravas.

"As pretas regulam o mesmo tratamento que os pretos mas o seu serviço deve ser menos pesado; pois a sua constituição é mais debil. E assim, no tempo da menstruação e gravidez, devem merecer alguma attenção; portanto nestas occasiões evitarão os calores fortes dos dias de sol, e o fogo das fornalhas; pois o calor excessivo nestas occurrencias causa hemorrhagias uterinas e abortos. Podem comtudo trabalhar ao tempo até ás dez horas do dia, e das tres da tarde por diante, ou em outros serviços domesticos, como o fiar, tecer etc. As mulheres, no tempo da sua regra, não devem pisar na lama nem metter os pés dentro dagua fria, porque isto pode causar a sua suppressão e graves enfermidades. As pretas neste tempo, e no da sua gravidez, não devem ser tratadas com rigor; porque isto muitas vezes é causa de abortos, suppressão das regras, e de muitos outros inconvenientes."

E appellando para a corda sensivel, sensibilissima de numerosos de seus leitores recordava-lhes o autor que tratassem de defender o seu capital não deteriorando a saude de seus escravos e escravas.

Na occasião do parto devia a escrava merecer a mesma attenção que a sua senhora e o recemnascido os mesmos cuidados que os seus jovens senhores. Praticar o contrario seria faltar á humanidade e aos dictames do interesse. No tempo de amamentação não fossem as mães expostas aos raios do sol nem dessem o seio quando cançadas, porque o leite neste estado era nocivo. Fosse o seu serviço nesta época moderado. Tambem era nocivo aos meninos o leite da mãe febril. As creanças não deviam dormir com as mães e sim em seus berços. O contrario fôra causa de morrerem muitos asphyxiados ou esmagados.

Vinham depois os conselhos de uma pediatria elementar.

Fossem as creanças lavadas em agua morna, duas vezes por dia, e se lhes mudassem as roupas diariamente, sempre que estivesse humidas ou sujas. No tempo da dentição todo o cuidado com os pequenos vinha a ser pouco; pois era o tempo critico da infancia. Nesta occasião acommettiam-nos as lombrigas e a diarrhéa. Quando chorassem demasiadamente por motivo de colicas fossem purgados com manná ou oleo de ricino, preferivel este por anthelmintico. Advertia-se que os vermes davam cabo de grande numero de creanças portanto assim que algum apresentasse signaes de lombrigas, deviam ir tomando, com prudencia, remedios anthelminticos;

quando principiassem a comer digerissem arroz, caldos de carne, e mingáos recusando-se-lhes feijão, favas e outros farinaceos por proprios a criarem lombrigas.

Quando os pequenos principiassem a engatinhar evitar-se-ia com todo o cuidado sentarem-se na terra fria. Deviam fazel-o em esteiras ou nos assoalhos. Quando mais crescidos comessem todos juntos em vasilha propria; e nessa occasião fossem inspeccionados pelos senhores ou por quem lhes fizesse as vezes. Deviam os pequenos ser tratados com affabilidade pelos senhores; pois assim lhes criariam amor; e o coração humano raras vezes deixava de ser grato ao carinho e á affabilidade.

Recordava o Padre Fonseca quanto era indigno que os meninos brancos maltratassem os pobres captivosinhos.

Os senhores destes innocentes em nada se deslustravam em acarinhal-os; e assim tambem não deviam consentir que os seus filhos os maltratassem. A humanidade, de qualquer modo que estivesse revestida, tinha sempre o direito de ser bem tratada e a todos aquelles que detinham algum poder, ou dominio, sobre os seus semelhantes cabia o dever de minorar o mal do infeliz sob sua inspecção.

Mas a mentalidade do senhor de escravos voltava á tona mesmo nesse sacerdote caridoso pois admittia que um menino de cinco annos já podia ser utilisado no conjunto do trabalho das fazendas.

"Quando os meninos passarem de cinco annos devem ir aprendendo alguma doutrina christã, e principiar a trabalhar em serviços compativeis com as suas forças, porém por pouco tempo; pois é isto somente para moralisal-os e desenvolver e fortificar-lhes os musculos e não para tirar fructo do seu trabalho; pois só de dez annos em diante podem dar algum serviço a seus senhores. Os meninos devem comer mais vezes que os adultos, porque assim o requer a sua constituição.

Se os africanos e os creoulos do Brasil não progrediam em numero, como os brancos, era que se viam obrigados a residir em casas insalubres, supportavam trabalho excessivo impunham-lhes vigilias, e davam-lhes mau tratamento quando enfermos. Outro factor importante os dizimava: a falta de casamentos.

Recommendava o Padre Fonseca aos fazendeiros que promovessem os matrimonios de seus captivos.

Os fazendeiros se lembrassem que os seus escravos tambem eram homens tendo, como elles, a mesma propensão ao amor. Por isto deviam facultar-lhes casarem-se á sua vontade;

dahi proviria o socego e moralidade dos escravos, assim como o lucro e tranquillidade dos senhores. O prêto casado ordinariamente tinha filhos, e os devia amar, assim como a sua mulher; portanto melhor se apegaria á casa de seu senhor. E se este tratasse bem de seus filhos lhe crearia amor, em virtude de sympathica retribuição. Estaria isento de passeiar á noite e perturbar as familias dos vizinhos e por isso soffrer alguns desastres. Além de tudo sua prole enriqueceria ao senhor. Advertia-se porém, que os escravos casados não deviam viver promiscuamente com os solteiros no mesmo pateo. Deviam ter pateo separado, e receberem suas mulheres á noite.

E inculcando regras de moralidade aos lavradores escrupulosos e tementes a Deus recordava-lhes que a escola da educação dos escravos era a dos proprios filhos. Para a moralização e a policia das fazendas dictava:

"Assim que os creoulinhos chegarem a dez annos serão separados das suas parceiras, e somente terão ingresso no quarto de seus paes; porém as negrinhas ficarão em companhia das adultas, e com ellas trabalharão separadas dos homens, tanto nas capinas como nos outros serviços. Estas terão por feitora uma preta casada, de bom procedimento e das mais velhas. Nunca se deve dar lugar ás escravas para se encontrarem com os homens; mas se apesar das cautelas necessarias, apparecer alguma pejada, não seja maltratada, porque isto ordinariamente é causa das escravas promoverem o aborto."

O feitor do terreiro todos os domingos de manhã faria a inspecção da roupa e das senzalas para se certificar se estavam limpas, e rendidas. E na mesma occasião receberia a roupa suja e entregaria a lavada. Além disto examinaria cuidadosamente se a roupa de algum escravo tinha piolhos (muquiranas). Se assim acontecesse as separaria das outras, e as mandaria ferver com bosta de vacca. Soffreria então o paciente um exame minucioso na cama, e mais objectos que lhe pertencessem para o exterminar dos piolhos pois este insecto era a causa de ficarem os pretos cinzentos e magros. Para regularidade desta inspecção seria marcada toda a roupa dos escravos com o numero dos respectivos quartos. Nos domingos e dias santos de guarda seriam os escravos dispensados do trabalho; pois era este o dia de descanso, excepto em algum serviço indispensavel, como tapar cercas dos pastos ou concertar o rego do moinho, serviço de primeira necessidade. Mas se o preto quizesse trabalhar em serviço proprio devia ser tolerado, porque este trabalho lhe distraia o espirito. Nada

affligia mais o pobre escravo do que o trabalho forçado dos domingos.

Procurassem os senhores, sobretudo, fugir á concupiscencia de suas captivas.

Deviam tratar as escravas com toda a honestidade; condição indispensavel para a boa harmonia da sua familia, e para della merecer o devido respeito. Nada enfurecia mais um escravo contra seu senhor do que o ciúme. Grandes desgraças haviam acontecido por este motivo. Emfim era grande infelicidade, para uma familia, o amor impuro de um senhor para com suas escravas.

Entendia o Padre Fonseca que o preto não podia render mais que o trabalhador branco, como pretendiam alguns senhores desalmados e além de tudo estupidos, porque exigindo de seus servos mais do que podiam dar matavam a gallinha dos ovos de ouro.

O trabalho servil precisava ser regulado pelo ordinario livre, compativel com as forças do escravo.

Muitos fazendeiros deshumanos obrigavam os escravos por via do chicote a um labor desproporcionado das suas forças. Estes infelizes esgotando-se até o ultimo alento, terminavam a existencia em pouco tempo, com grande prejuizo dos barbaros senhores.

"Os homens desalmados acabam pobres ordinariamente como tenho muitas vezes observado, concluia o nosso autor. Pelo contrario os fazendeiros humanos que tratam bem dos escravos, e dão-lhes trabalho proporcionado ás forças, prosperam á vista dos olhos. Percorra o leitor a provincia de Minas, e ahi verá esses fazendeiros que tem enriquecido pela producção dos escravos, e a regularidade dos seus serviços. Quem corre pressuroso cansa antes de chegar á meta de seu destino; mas quem caminha com diligencia regular chega sempre aonde quer."

Ao trabalho regulasse a luz solar. Nos dias pequenos tivesse o trabalhador uma hora para almoçar e outra para jantar, e nos dias grandes duas para jantar; emfim o trabalho diario não devia exceder dez horas. Mais valia o serviço de um trabalhador robusto e diligente em uma hora, do que o de um preto esfalfado e morto á fome em quatro. De noite os escravos só deviam fazer milho, destalar fumo, e descascar favas ou feijão verde; isso mesmo até ás oito horas e nada mais. O serviço nocturno enfraquecia muito aos escravos. A noite se reservasse ao descanso; embora o preto dormisse

poucas horas o seu espirito precisava ter algum repouso para conseguir um somno tranquillo.

Assim mesmo, como vemos, era o serviço das fazendas durissimo, embora quando de senhores humanos.

Dez horas diarias de enxada e de terreiro, e serão! ainda por cima de tudo!...

Depois de muito recommendar aos fazendeiros que educassem as familias o mais religiosamente possivel, fazendo-as observar os preceitos da Igreja, e os mandamentos da Lei de Deus acrescentava o Padre Fonseca.

Como provavelmente podia acontecer não haveria sacerdotes para todas as fazendas, os fazendeiros se cotisassem, entre quatro ou cinco, para, cada um ter, pelo menos, uma missa mensal.

Nos dias de missa á tarde teriam os pretos licença para folgar por espaço de duas horas, mas isto se entenderia somente nas fazendas de seus senhores, e com os escravos da mesma. Neste dia o senhor lhes daria um ou mais marranos ou aves domesticas (conforme o numero dos escravos) para fazerem, ao seu modo, um jantar mais lauto.

Todo este apparato enthusiasmaria o espirito do preto, adoçando-lhe o captiveiro. O fazendeiro faria a sua familia confessar todos os annos dentro da quaresma. Neste dia teria o escravo descanso para rezar a sua penitencia.

Não comprehendiam muitos agricultores quanto as praticas religiosas serviam de instrumentos de contenção de seus escravos.

O confessor devia ser o mesmo capellão, com permissão do respectivo parocho; mas este confessor precisava ser sacerdote escrupuloso, e que bem cumprisse os seus deveres. Um bom confessor era o melhor mestre para moralizar uma familia e a confissão o antidoto das insurreições: porque o confessor fazia ver ao escravo que o seu senhor estava em lugar de seu pae. Devia-lhe portanto amor, respeito, e obediencia. Era o trabalho necessario ao homem para a sua subsistencia. Nada era a vida em comparação da Eternidade; e o escravo soffredor com paciencia do seu captiveiro angariaria a recompensa no reino do céo, aonde todos se tornavam iguaes perante Deus.

Estes conselhos, dados com affabilidade faziam impressão na alma do preto; tranquillisavam-lhe o espirito produzindo maravilhoso effeito.

"Posso assegurar, sem receio de errar, que se todos os fazendeiros do Brasil observassem esta regra, a insurreição

seria um crime desconhecido entre nós," garantia o Padre Fonseca.

Mas infelizmente as doutrinas irreligiosas do seculo passado, espalhadas entre o povo, pela leitura de escriptos licenciosos, haviam causado incalculaveis males, esfriando entre os paes de familia o cumprimento de tão salutar dever.

Commentando o que sabia da attitude de muitos lavradores em relação ás queixas que seus escravos lhes faziam de enfermidades reaes ou fingidas escrevia o Padre Fonseca:

E' um dos deveres do fazendeiro tratar seus escravos nas suas enfermidades. Assim quando algum se queixar de doença deve ser attendido, ainda que o senhor se persuada que sua molestia é fingida; pois muitos escravos tem morrido victimas do cruel abandono dos senhores, suppondo fingidas as partes que dão de doentes.

E' mais justo e prudente dar-se um fazendeiro por enganado do que abandonar o escravo que se queixa de doença; excepto quando se conhecer claramente que ha fraude, e estas reincidencias se observarem muitas vezes.

Não se persuadam os fazendeiros que o escravo somente está doente quando o pulso se mostra duro, e grosso e a testa quente; symptomas estes que unicamente impressionam muitos fazendeiros, para se certificarem que seus escravos estão doentes, despresando todos os demais de enfermidades bem graves, que a sua ignorancia desconhece, e entretanto a humanidade soffre. Seria mui conveniente que os lavradores soubessem alguma coisa de medicina, não só para atalharem o progresso das enfermidades, como para conhecerem as graves, e mandarem chamar os facultativos a tempo de as remediarem. Em todo caso o fazendeiro deve ter medico do partido."

Por esse fim se cotisariam maior ou menor numero de lavradores e ajustariam medico, que os soccorresse quando preciso. Mas este não devia morar mais de duas leguas distantes das fazendas mais remotas afim de acudirem a tempo. Além disto devia o agricultor, precavido ter botica em casa, e alguns instrumentos de pharmacia para soccorrer os enfermos nos casos urgentes; pois muitas vezes estava o medico em casa, e emquanto se ia á botica a enfermidade fazia progresso, e tornava ineficaz o curativo.

O desembolso com o medico e a botica não era despeza propriamente dita, e sim emprego de capital que dava lucro, porque livrava de grandes prejuizos.

Não era só a botica necessaria para o tratamento dos enfermos: tambem se tornava preciso um pequeno hospital ou

enfermaria aonde fossem recolhidos os doentes da fazenda. Consistiria em sala grande, bem arejada, com maior ou menor numero de leitos, e camas competentes, conforme as forças do fazendeiro e o numero dos seus captivos, pois não deviam ser tratados em suas senzalas nem tarimbas.



CAPITULO LXIX

Um depoimento valioso, o de Agassiz sobre o encaminhamento da emancipação no Brasil — Opiniões do Visconde de Sinimbú em 1865 — Falta de assistencia religiosa ás pessoas de côr, observada pela Sra. Agassiz — Observações do viajante Corrêa Juninor relativas a uma fazenda pertencente a um ecclesiastico bondoso em 1869 — Considerações generalisadas sobre a crueldade do regimen servil

A 30 de julho de 1865 estava o casal Agassiz em pleno Atlantico ao largo de Maceió a conversar com eminente companheiro de travessia o Senador do Imperio, futuro visconde de Sinimbú. Com elle travaram longa troca de ideias sobre a escravidão no Brasil.

Trazia, entre outras, a grave questão no bojo o que nos Estados Unidos causava grande apprehensões aos mais ardentes abolicionistas. Que se reservaria aos negros recem-libertos como quinhão social? A ausencia de restricções a respeito dos antigos escravos, sua elegibilidade ás funcções governamentaes, o facto de todas as carreiras lhes serem abertas, abolidos os preconceitos de côr, permittiriam formar opinião de sua capacidade e aptidão ao progresso.

"O Sr. Sinimbú pretendia que os resultados eram em geral a favor dos pretos. Affirmava que sob o ponto de vista da intelligencia e actividade os negros livres supportariam o confronto com os brasileiros e portuguezes. Mas era necessario notar, querendo transportar a comparação para os Estados Unidos que o preto no Brasil tinha contacto com uma raça menos activa e poderosa que a anglo-saxonica. O Sr. Sinimbú emittira ainda a crença que a emancipação se faria gradualmente por meio de medidas progressivas cujas primeiras já estavam realizadas.

Grande numero de escravos era annualmente posto em liberdade pelos senhores; maior numero ainda comprava a liberdade graças as proprias economias; desde muito tempo o

trafico acabara. Nestas condições era inevitavel que a escravidão findaria por si. Infelizmente não depressa, a instituição continuava sem cessar a obra infernal da depravação e enervamento dos brancos e dos pretos simultaneamente.

Os proprios brasileiros não o negavam. A cada momento queixavam-se da necessidade de se separar dos filhos para os crear longe da perniciosa influencia dos escravos domesticos. Com effeito, se sob o ponto de vista politico a escravidão apresentava mais no Brasil do que em outros paizes a perspectiva de se extinguir sem grande difficuldade era ahi, no sentido moral que occorriam os factos mais revoltantes provenientes da nefasta instituição, parecendo então mais odiosa ainda, se possivel fosse, que nos Estados Unidos.

Teve Mme. Agassiz o ensejo de assistir, nos arredores do Rio de Janeiro, ao casamento de dois pretos. Assim o commenta: O senhor exigira a cerimonia religiosa ou irreligiosa, parece-me que assim se deveria dizer para este caso. A noiva, preta, cor de ebano, vestida de musselina branca trazia o véo de renda grosseira que as mulheres de sua côr faziam; o noivo estava todo de branco. A joven esposa parecia muito pouco a vontade pois havia numerosos extranhos e sua posição era embaraçosa.

O padre, portuguez de ar arrogante, olhar ousado, interpellou os noivos e com precipitação nada religiosa falou aos nubentes sobre os deveres do casamento em rudes palavras que interrompeu diversas vezes para os reprehender, principalmente á noiva, porque nao acompanhava assaz attentamente a cerimonia a que desvirtuava, aliás com a sua brutalidade e aspereza de modos.

Em tom de imprecação mais do que de oração ordenou que os desposandos se ajoelhassem ante o altar; depois de proferir a bençam gritou um amen, lançou estrepitosamente o livro de orações sobre o altar, apagou as velas e despachou os recem-casados como se enxotasse um cão da capella. A moça sahiu sorrindo atravez das lagrimas e sua mãe, aproximando-se, esparziu-lhe á cabeça um punhado de petalas de rosas. Assim se realisou este acto de consagração em que a unica graça baixada sobre a nova esposa fôra a bençam materna.

Se essa pobre gente pudesse reflectir, que extranha confusão não se estabeleceria em seu espirito! Ensinara-se-lhe que a união do homem e da mulher era peccaminosa quando não consagrada pelo santo sacramento do matrimonio. Haviam vindo procurar tal consagração e tinham encontrado um homem mau que reemungava palavras a elles incomprehensiveis

entremeadas de tolices e grosserias que sobejamente comprehendiam.

Aliás com os proprios filhos cresciam pequenos escravos de pelle branca cuja presença praticamente mostrava quanto o homem branco não observava a lei que impunha ao preto. Que monstruosa mentira deveria-lhes parecer todo este systema se algum dia meditassem sobre tal assumpto!

Acrescenta a viajante:

"Sei muito bem que este exemplo não dá a medida exacta do que geralmente é a instrucção religiosa nas fazendas. Sem duvida alguma ha bons padres que ensinam e moralisam os parochianos, mas o facto de um serviço religioso celebrar-se na fazenda e effectuarem-se os casamentos solemnemente não abona o facto de se mostrarem estas praticas verdadeiramente instructivas, sob o ponto de vista religioso.

Seria injusto falar, no facto que acabo de relatar, do lado nobre da questão. Era o recem-casado livre; foi sua mulher liberta e recebeu ainda, da liberalidade do senhor, um lote de terras como dote.

Ao viajante portuguez Corrêa Junior em sua viagem á grande Fazenda de Santa Fé, em Sapucaia, no anno de 1869 impressionou mal as condições de vida dos escravos, apesar de repetidas vezes lembrar quanto eram bem tratados os de propriedade de Monsenhor Francisco Bacellar, a seu ver o mais humano dos senhores.

A infelicidade daquella pobre gente, constituida em machina braçal, para explorar as riquezas que avultavam ao senhor, não se cifrava simplesmente, no nascer e morrer algemada pelas ferreas cadeias da escravidão. Estava no seu alimento, no seu trajar, na cama em que dormia, na casa em que habitava, nos castigos por que passava e finalmente no desprezo a que era lançada quando o braço-machina já não tinha forças para o trabalho, porque a idade e o trabalho lhes havia consumido, a largos tragos, a força vital!

Quem de perto analysasse a alimentação desta infeliz parte da Humanidade, haveria de por força, se tivesse coração tremer diante de um quadro de miseria.

O sustento do negro em geral, na maxima parte das fazendas do interior do Imperio, de clima quente e humido, era tão parco e nocivo á saúde, tão defficiente, que admirava como podia elle trabalhar tanto e prolongar-se-lhe a vida, ainda que a mortandade e as deonças assaz lhe reduzisse o numero.

A cozinha dos escravos lembrava a dos cevados. Duas panellas ou caldeirões, em proporção do numero de pessoas,

uma para cozer feijão e outra para tornar em massa a farinha de milho, e sem o menor tempero, "nem o triste sal", eram os artigos culinarios que, fervendo pela acção do fogo, iam servir de repasto a essas machinas-humanas que nas roças accummulavam riquezas para o seu alto senhor!

Qualquer destas duas substancias assim lançadas no estomago, longe de nutrientes, motivavam relaxação pelo seu muito peso e demora de digestão, além de por demais indigestas.

Em terrenos quentes e humidos como em algumas zonas fluminenses e da provincia de Minas, tal tratamento era incompativel com as forças arrancadas do braço do negro, a trabalhar desde o romper do dia até ao anoitecer, exposto aos rigores solares e da humidade do sólo, não tendo alguns até tempo para comer o parco alimento que lhes davam: o fubá e o feijão!...

Resultava deste máo tratamento que os negros entregavam-se ás bebidas alcoolicas, para facilitar a digestão da comida que lhes pesava ao estomago e dahi se tornarem bebados profissionaes, chegando a roubar o que se lhes apresentava á mão para comprar cachaça e embriagar-se, levados pelo instincto, primeiro de conservar a saúde, e depois pelo vicio que se lhes ia entranhando no corpo!

A estas objecções atabalhoadas, de improvisado biologo amador, destituido de qualquer autoridade para discorrer sobre tal assumpto apporia annos mas tarde a lucida intelligencia de Luiz Pereira Barreto um estudo em que demonstrava quanto o regimen alimentar dos trabalhadores ruraes brasileiros escravos vinha a ser não só o mais adequado mas até de uma composição sábia o feijão, o fubá, e toucinho e a carne discretamente ingerida formavam magnifico complexo proprio para reparar o desgaste provindo dos grandes esforços musculares.

O traje dos negros de algodão grosso e branco, assim como era quente, mostrava-se frio quando o suor o traspassava e o unia á pelle, criticava Corrêa Junior, a seguir.

Os negros em geral recebiam, apenas, durante o anno, duas roupas completas, calça e camisa, sendo que algumas fazendas nem sequer lhes mandavam lavar e remendar o fato e por muito favor lhes davam tempo para o fazer, e quando muito linhas para se remendarem!

De sorte que quando os pobres mudavam de roupa, ainda que o fizessem todos os oito dias, estava a que lhes sahia do corpo tão negra quanto elles e cheia de terra ou de lixo da roça ou do engenho!

As camas em que dormiam e a casa em que miseras machinas de trabalho habitavam estavam em relação á comida e ao traje.

Mal reparadas, as senzalas, com as grandes tarimbas núas, onde moravam e dormiam amontoados, sem uma esteira que os preservasse da humidade da madeira, com uma simples manta para os agazalhar nas noites frias, tão frequentes quanto os dias de intenso calor era tudo quanto tinham.

Ahi estava em leves traços, desenhado o quadro penoso do viver do escravo no geral das fazendas, abstrahindo-se ainda a parte relativa aos tormentos por que passava com o regimen dos castigos corporaes.

Nada mais horroroso, nem mais barbaro do que o castigo infligido a essa pobre gente.

Não vira (felizmente, porque a fazenda onde mais se demorara, na de Santa Fé, era coisa excepcional a applicação de castigos e poucas outras, no tratamento dos escravos, onde desde o mais pequeno ao mais velho todos eram humanamente tratados), castigar nenhum escravo, mas tivera o cuidado de averiguar o modo pelo qual o eram.

Contaram-lhe horrores do tronco e do bacalhau e do tratamento dos suppliciados após os castigos a salmoura que aliás imaginou destinada a augmentar o tormento dos flagellados!

E os parceiros, la estavam em forma ao lado do padecente que desesperado de appellar para o perdão do senhor... implorava de Deus que tocasse o coração do barbaro sorridente ante o martyrio de sua victima!...

....

Não tinham explicação os martyrios do infeliz escravo! Qualquer motivo os levava ao supplicio do chicote do feitor. Assim bem se comprehendia que disposto ao suicidio para fugir a tão triste condição em que vivia frequentemente recorresse ao assassinio do seu algoz.

Commettia um crime, era certo, mas dando uma lição aos governos que não cohibiam a origem do mesmo crime, qual o de consentir que em tempo de plena liberdade existisse tal instituição.

Que innumeros crimes desta natureza não se tinham commettido pelo interior do Imperio?

Noticiava-se a morte de um feitor, de um administrador e até do proprio senhor, mas não se verberava a origem de taes attentados!

A tolerancia pois, do governo que não olhava pela escra-

vatura, visto que a não queria exterminar, se devia o commettimento de tantos crimes quantos os assassinatos commettidos no interior do Imperio, pela mão do escravo, no meio do seu furor de vingança e desconhecimento completo dos deveres religiosos!

Houvesse educação religiosa para o escravo, ensinassem-se-lhe os deveres do homem para com Deus, dissessem-lhe que era homem como os demais, ao menos mais util a si e á sociedade que o desprezava e olhava como um ser bestificado!

Mas isto não convinha aos senhores, especialmente aos fazendeiros, porque, se fosse mais ou menos educado, civil e religiosamente, no momento de cahir em si conhecendo a sorte que o esperava, a de morrer escravo, acabaria com a existencia, como alguns faziam.

A triste sorte do escravo ia ainda mais longe em amarguras. Quando velho, cego ou aleijado, quando já deixava de ser machina de trabalho era atirado ao desprezo... abandonado... como um animal leproso a que ninguem se chegava, sendo o senhor o primeiro a dizer: esse negro já não presta... deixal-o para ahi andar até levar o diabo! nem vale a agua que bebe!...

Este feitio dos senhores desalmados levava o nosso Corrêa Junior a uma pagina de objurgatoria contra os desalmados exploradores da força do servo, pagina repassada de eloquencia de duvidoso gosto. Vale pelo menos como demonstração de sentimentos humanitarios. Verbera furibundamente esses fazendeiros fieis seguidores dos conselhos do velho Catão, cujos tapetes, cochins, alfaias, e brazões provinham do suor do negro do eito e deixavam os seus escravos velhos e doentes exhaustos de forças, vaguear por entre os cafezaes, repellidos, quando mortos para o trabalho e para a vida, imploravam um bocado de pão da mesa do senhor ou um catre no antro de um hospital, a lhes dizerem — "vae-te maldito... já não pódes trabalhar morre para ahi, animal, que nem vales a agua que bebes, nem o ar que respiras."

Para esta a situação da pratica da deshumanidade, que dizia generalisada, appellava o autor portuguez para os governantes do Brasil criticando asperamente "a incurial tolerancia dos poderes legislativos."

Com suas oiças lusitanas ainda não affeiçoadas a elocução do portuguez pelos larynges africanos affirma Corrêa Junior que os escravos saudavam os senhores e os brancos em geral a dizer "*Seja Christo sa benção.*" (sic) quando sabemos que tal saudação era *Sôs Christo!* ou *Abença!*

Admirou-se muito de que os pretos chamassem paes aos parceiros mais velhos.

"Era uma collecção de paes sem filhos e de filhos sem paes que louvavam ao Senhor.

Quando fui para a roça é que de todo me convenci desse uso entre a negralhada.

Ha entre estes, usos e costumes curiosissimos. Vi que obedecem cegamente aos senhores, e são extremamente tementes a Deus, ainda que os ha que não são capazes de aprender o padre-nosso! São no geral, uma massa bruta, mas digna de compaixão.

Só quem os avalia de perto é que conhece o materialismo desta pobre gente, que a ganancia e o atheismo dos homens tornou escrava, fazendo della um genero mercantil, que, ou se vende nos leilões publicos a quem mais dá ou se aluga pelo maior preço!"

Terminando o seu capitulo de impressões sobre as condições de vida da escravatura escreveu Corrêa Junior longas paginas ainda contra a instituição servil que esperava ver desapparecida do Brasil dentro em breve. E redigiu-as em phrases vehementissimas em que aponta á execração publica, sobretudo, os traficantes de homens alguns dos quaes mercavam os proprios filhos.

"Abaixo essa infame mercancia e anathema sobre o governo que não raspasse as paginas do livro da historia do Brasil escriptas com o sangue do escravo! escrevia no auge da indignação, para depois citar trechos de autores abolicionistas, infelizmente de envolta com opiniões proprias nem sempre muito felizes como imagens, conceitos e comparações.

Antes se limitasse a transcrever sem commentarios um trecho magnifico de São Gregorio Magno de condemnação á instituição servil.

Voltando ao caso brasileiro noticiava:

"Sabemos que houve um governo, no Imperio, que quiz abolir a escravatura mas o actual poz-lhe pedra em cima e nada respira. E porque?... porque todos têm... escravos!

As palavras de S. Gregorio davam pleno testemunho da igualdade dos homens, e querer sustentar a desigualdade, era preciso primeiro fazer mergulhar no Oceano o estandarte bicolor que se desfraldava aos ventos e dizia: liberdade!

"Liberdade firmada no sólo onde existe escravidão é im-

possivel e a escravidão neste seculo é o pregão da mais refinada anti-liberdade."

Eis como termina o nosso Antonio Pinto Corrêa Junior mais recommendavel pelos sentimentos philantropicos do que pela capacidade de os poder exprimir.

QUARTA PARTE

O Café e a industria de seu transporte



CAPITULO LXX

A importancia das tropas no Brasil de antanho — Depoimentos sobre as feiras de Sorocaba — Saint Hilaire, Eschwege, Hercules Florence, Abreu Medeiros, Eduardo Prado — O papel dos tropeiros na abertura das primeiras lavouras cafeeiras

Valendo-se de dados estatisticos de Walsh em suas valiosas *Notices of Brasil* escreve, Calogeras considerações as mais criteriosas sobre o volume da exportação brasileira do Rio e de Santos, no decennio de 1818 a 1828.

Fôra o café vehiculado para o Rio:

	Arrobas
Em 1818	371.072
Em 1820	759.947
Em 1824	1.146.456
Em 1826	1.300.000
Em 1828	1.839.930

Assim em dez annos quintuplicara a exportação fluminense. E o consumo interno augmentara muito. As 65.000 saccas de 1819 haviam passado para as 367.986 de 1828. Pois naquella época eram as saccas de cinco arrobas ainda.

Parte deste enxurro cafeeiro chegara ao porto do Rio por mar, mas o grosso da producção viera do interior das terras sobre bestas de cangalha.

A massa de assucar exportado da zona fluminense sahia nos antigos e irracionaes caixões de vinte e cinco e cincoenta arrobas em barricas de seis a oito arrobas e em saccas de 4, ½ arrobas.

Em 1826 haviam sahido dos primeiros 19.126 arrobas, dos segundos 465, dos terceiros 1.386. E em saccas umas

250.000 arrobas. O assucar vinha da zona campista quase todo e pouco seria transportado a dorso de mula na região fluminense. O mesmo não se dava na paulista.

Affirma Walsh que, em 1826, sahiram de Santos ...... 600.000 arrobas, provindas, certamente, e em geral, de Campinas e Itú, e vehiculadas á costa atravez dos asperos declives da Serra do Mar.

O accrescimo da producção brasileira provocara o desenvolvimento extraordinario de uma ramo de pecuaria o da criação de mulas de carga que desde os principios do seculo XVIII se accentuava e attingiria o apogeu nas vizinhanças de 1850.

Começaram a affluir ao grande mercado distribuidor de Sorocaba as pontas enormes de mulas dos campos do actual Paraná, antiga comarca de Curityba, do Rio Grande do Sul, do Uruguay e da mosopotania correntina e entreriana.

Dahi a influencia immensa assumida pelas feiras sorocabanas, como liame nacional, no sul do Brasil, e o papel preponderante do tropeiro na nossa formação, considerando-se a sua funcção uma das mais elevadas na escala social.

Em 1864 descrevia Francisco Luiz de Abreu Medeiros, em suas interessantes *Curiosidades brasileiras,* quão rude era o tropear. Apesar de exigir o commercio de bestas vida ardua e laboriosa e sempre cercada de perigos, comtudo nelle se empregavam homens de todas as classes e numerosas procedencias.

Entre os vendedores encontrava-se mais avultado numero de paranaenses e rio-grandenses do sul, e entre os compradores mineiros, uns e outros acompanhados de sua camaradagem e escravos.

A vida do tropeiro era sem duvida a mais cheia de sobresaltos, inquietações e soffrimentos affirmava o autor das *Curiosidades.*

"Romper sertões extensos, só habitados por indigenas e féras bravias; penetrar até os mais reconditos lugares do Rio Grande do Sul, e ás vezes transpor os limites da provincia; ir até os *Castelhanos* em busca de melhor *fazenda* e negocio mais vantajoso; voltar debaixo de rigoroso sol e copiosas chuvas com uma tropa de quinhentas, oitocentas e mil bestas; correr a extensão dos campos, e entranhar-se pelas espessas mattas após aquelles animaes que fogem da *ronda,* que se extraviam e morrem continuamente e que por um pequeno, *se entreveram* com tropas de outros donos; atravessar com grande risco de vida os rios caudalosos que cortam as estra-

das; comer ao romper do dia e á noite, o mal cozido *feijão do caldeirão* e o velho churrasco, saboreando tambem o infallivel e provrbial *matte ximarrão*: ver-se obrigado pela falta de barraca ou a impossibilidade de armal-a, a dormir ao relento, sem outro tecto mais que a abobada celeste, estendido á beira de um arroio, sobre chão duro, apenas forrado da *xerga* e *carona* repassadas do suor do *matungo lerdo e cansado,* tendo por travesseiro o *lombilho,* unico arrimo que se offerece por esses despovoados para amparar a cabeça de um pobre corpo alquebrado pelas fadigas do dia; acordar sobresaltado pelo contacto das aguas do insignificante riacho crescido repentinamente com a chuva inesperada e cahida lá pelas cabeceiras: Parece que semelhante vida só deveria ser propria a homens do campo: a ella affeitos, desde a infancia, e que pessoas educadas com mimo e delicadeza, e outras já de alguma fortuna não deixariam seus bons colchões e todas as suas formalidades para abraçal-a."

Mas não é assim. Como o negocio de bestas tem sido um dos mais vantajosos á excepção de alguns annos ruins muitos dos nossos patricios, nascidos nas cidades, e criados com todas as regalias, se tem dedicado á vida de tropeiro, soffrendo com animo todas as privações."

Descrevendo as feiras sorocabanas dá-nos o autor estes pormenores sobremodo curiosos:

"Nos mezes de abril e maio começam a concorrer á feira de Sorocaba de um lado os compradores e de outro os vendedores com suas bestas em numero mais ou menos de 40 a 50 mil, que dão o resultado de dois a tres mil contos de réis.

As tropas são conservadas nas vizinhanças da cidade, em campos reiunos ou de aluguel, e *rondadas* pelos *camaradas* ou *pionadas* até serem vendidas e seguirem seu destino; ou então até voltarem para as *invernadas* por falta de compradores, a esperarem a feira seguinte, o que é um grande transtorno para os donos das mesmas.

Neste tempo é quando tambem concorrem os *mascates, dentistas, joalheiros, relojoeiros, pellotiqueiros, companhias dramaticas, cavallinhos, cantoras, tangedores de instrumentos* e os socios ou caixeiros das casas commerciaes do Rio de Janeiro, conhecidos por *cometas* que vão ao encontro dos seus devedores para lhes darem um abraço e ajudal-os a vender as tropas.

Apparecem os cambistas para receberem o dinheiro das letras vencidas e descontarem outras; modo de vida a que se dão muitos individuos do lugar.

Surgem tambem os *negociantes* exclusivos da certa especie a titulo de comprarem tropas, cujo commercio unico é o jogo; os *patoteiros* que vão enganar os incautos *baralhos preparados;* os passeadores vadios, *pelintras, traficantes,* e até as *mulheres de vida alegre.*

A cidade como se pode fazer idéa, prasenteira e ruidosa, sobrepuja a muitas capitaes de provincias. As ruas são cruzadas por uma multidão de cavalleiros, que interrompem o socego publico, ou o repinicar das ferraduras dos animaes, que batem fortemente sobre as calçadas. As casas ficam ninhadas de gente de fóra e por um aluguel fabuloso, ao ponto de excitar a cobiça de alguns individuos mais necessitados que alugam tambem as suas propriedades, passando a residir por alguns dias em pequenos casebres mais baratos, ou com seus amigos e parentes.

Os espectaculos abundam, os divertimentos redobram, as despesas crescem e o dinheiro gira em grossas sommas.

Aqui e alli veem-se grupos de pessoas a pé, umas conversando em altas vozes, e outras lendo cartazes pelas esquinas, pregados naquelle instante, ao som da musica e do estrepito dos foguetes; compradores e vendedores, uns a desfazerem negocios quase concluidos, e outros a falarem mal da fazenda alheia, a engrandecerem as suas tropas, dizendo com orgulho que a sua *mullada é de flor, redondinha de gorda, de berro grosso, bico arcado e rasto grande*: expressões estas empregadas pelos verdadeiros *monarchas das coxilhas.*

Engraçadamente descreve o nosso autor as manobras dos aproveitadores da largueza dos tropeiros.

"Vêm-se *cometas* agarrados ao congote de alguns pobres devedores, a influirem os mineiros e affirmarem que tal e tal tropa (que elles não viram e nem della entendem) é muito boa.

Tanto *apertam* que alguns tropeiros muitas vezes se vêm obrigados a fazer má venda de suas bestas para despegarem as *sanguesugas;* os vendedores que procuram com antecedencia saber dos cambistas se querem descontar certas letras, para então effectuarem os seus negocios; os capitalistas, que da mesma sorte, se informam se as firmas são de *primeira agua* os *mascates* e *joalheiros* que não se esquecem de espalhar milhares de annuncios a esbarrarem uns nos outros, e qual primeiro a bater palmas nos corredores e alguns já invadindo o interior das casas offerecendo suas fazendas (alcaides) do mais apurado gosto, seus brilhantes, obras de ouro faqueiros, castiçaes de prata, e ricos relogios do muito conceituado *Plak*

Mik por um valor quadruplicado; os *carcamanos,* com harpas e realejos, ás costas, rabecas, flautas e outros instrumentos desafinados, com os quaes de espaço a espaço para attrahirem a attenção, aturdem os ouvidos da pobre humanidade; marmanjos vestidos porcamente a offerecerem obras de folha de Flandres, a mostrarem panoramas ordinarios pelo preço de dois vintens e outros a fazerem dançar micos enfeitados? as cantoras perguntando a todos se querem ouvir a sua voz de *sereia,* mais parecida com a de um *touro* e um bando de moleques assobiando atraz de todos estes especuladores que são continuamente interrompidos em suas passagens pelos *sios! sios!* dos bregeiros que logo se escondem, fazendo assim andarem elles procurando pelo *homem da capa preta,* até que, descoroçoados proseguem seu caminho sendo novamente interrompidos por outro *sios!*

Vêm-se tambem os comicos a passarem bilhetes para uma duzia de beneficios, elogiando a boa peça que vae á scena; as velhas com papeis de subscripções para casamento de orphãos e amparo de familias desvalidas; rapagões esfrangalhados, que exigem uma contribuição para levantarem uma cazinha, ou para concerto da que está para cahir; varios irmãos de opa, com suas salvas, saccos ou caixinhas de madeiras seguras ao pescoço por correia, a pedirem para este ou aquelle santo; dois ou tres casaes de pretos velhos e doentes, que seus senhores, por *compaixão* consentem que suppliquem de porta em porta alguns magros vintens para sua liberdade; e finalmente, uma ou outra *donzella de vida alegre* com uma salva de prata, a qual se chega aos coritibanos e lhes fala com sua voz *enternecida*:

— Esmola para uma missa de *premessa.*

A' noite então faz-se muita coisa. O povo emprega-se em espectaculos, jogos, passeios e outros divertimentos; e quando alguns inexperientes cahem nas ratoeiras penam e deixam as pennas.

E no meio de todas estas barafundas ouve-se de continuo as palavras bestas, burros, cavallos á vista a prazo, boas firmas, dois marços, dois tapados etc., etc.

Rompe-se finalmente a feira!

E' vendida a primeira tropa!

— Rebentou a feira! rebentou a feira! gritam todos.
— A tropa de fulano foi vendida a tanto!

— Nada! foi a mais.

— Qual! foi a menos.

— Eu presenciei o negocio.

— Elles se combinaram para guardarem segredo, sobre o preço.

— Não ha quase tropas.

— Ha tantas como formigas.

Os vendedores exageram quanto aos preços das tropas já vendidas, e os compradores os diminuem.

A venda de uma tropa é feita, mais ou menos do modo seguinte:

Pela manhã o comprador e o vendedor ambos a cavallo, dirigem-se ao campo onde se acha a tropa, e, se aquelle é ladino, já tem dado ordem particularmente á sua pionada para, no acto de parar o rodeio, trazer as bestas a rebenques, afim de representarem maiores e sem refugos aos olhos do comprador que sendo novato, e entendendo pouco do riscado, leva da manta espiga ou mandioca.

Nem todos os vendedores são destes ladinos, pois ha muitos que fazem seus negocios com a maior boa fé.

A venda pode ser feita a puxar a madrinha, e neste caso cae a tropa com todos os refugos, ou então de uma parte com exclusão de todas as bestas mais ordinarias, ou só de algumas, conforme o contracto.

Pode tambem ser a venda de duzentas ou trezentas bestas escolhidas, ou cortadas de uma tropa de seiscentas, oitocentas ou mais. O corte é feito do modo seguinte:

Recolhem toda a tropa em uma mangueira, ou em falta desta encostam aquella em um logar apertado, junto a um banhado, e ahi promovem um total revolvimento entre as bestas, confundindo as melhores com as mais ordinarias, e depois de uma completa mistura salina, fazem sahir as mesmas daquelle redomoinho, indo adiante a madrinha que é um animal vaqueano, manso, que anda com um sincerro ao pescoço.

Nesta occasião um cavalleiro incumbido de fazer o corte — colloca-se a certa distancia, e vae contando promiscuamente as bestas que passam, e, ao completar o numero contractado grita — UP — e rompe rapidamente em seu cavallo pelo meio da tropa, deixando para um lado as bestas vendidas — ao mesmo tempo que a pionada rebate ou espanta as mais para outro lado."

O illustre Hercules Florence em 1830 assistiu a uma das maiores feiras havidas em Sorocaba, feira em que se negociaram mais de cincoenta mil animaes. Relata em seus aponta-

mentos ineditos — que a gentileza de seus dignos filhos, o douto geologo Dr. Guilherme Florence e o bello compositor maestro Paulo Florence, nos permittiu conhecer — pormenores sobre o "corte da tropa" que Abreu Medeiros não consigna.

Assim nos conta que, uma vez ajustada a transacção, podia o comprador recusar o resultado do primeiro e do segundo corte, mas já não mais o terceiro.

Desta operação nos deixou Florence precioso "croquis" que nos apressamos em fixar num quadro a oleo para a collecção do Museu Paulista.

No primiero plano do quadro, immovel, sobre alto cavallo, está o comprador, tropeiro velho, a observar a manobra do *cortador* que, a todo o galope de seu pingo, atirou-se no meio da ponta de bestas, separando-a nos dois lotes entreverados, dos quaes um deve ser o escolhido. Prosegue o nosso autor das *Curiosidades brasileiras* com os seus interessantes informes:

"A tropa é entregue ao comprador, que toma conta della com os seus camaradas, e quando lhe convem partir — manda puxal-a pelos suburbios da cidade, passa a ponte ou o rio, quando está baixo — e vae seguindo sua viagem, tendo pago os competentes novos impostos. Os outros direitos provinciaes pertencem aos vendedores, pelo que, na administração do registro de Sorocaba — apresentam fiadores idoneos, que assignam letras por um anno á vista das guias que aquelles trazem da barreira de Itapetininga, nas quaes estão mencionados os numeros de suas respectivas bestas que por lá passaram.

Sobe a muito alto a importancia de todos os impostos e outras despesas que se fazem com uma besta, desde que ella sahe da estancia, do primeiro vendedor, até a cidade de Sorocaba, pois que há varios registros ou barreiras no Rio Grande, Santa Catharina, Paraná e S. Paulo onde se cobram extraordinarios tributos.

Peza tudo isto sobre o pobre tropeiro, que, em uma feira ruim, não chega a tirar o capital empregado, além de perder o seu immenso trabalho."

E', aliás, sobejamente sabido quanto os bons e os maus resultados da feira sorocabana repercutiam favoravel e desfavoravel na opinião publica sulina.

Uma das coisas que mais irritação produziram entre as populações criadoras de equinos no Rio Grande do Sul, pelas vizinhanças de 1835, foi exactamente a série de prejuizos de-

correntes dos resultados nullos da venda de suas pontas no mercado de Sorocaba.

Estas transacções desfavoraveis encontraram alto e vehemente éco nas paginas da literatura revolucionaria dos farrapos. Proclamações e manifestos traduzem o queixume dos criadores contra as exorbitancias do fisco imperial que parecia induzido a promover o anniquilamento da criação muar riograndense.

As observações de Abreu Medeiros consignam o facto de que após a pacificação de 1845 proseguiu o regime fiscal antigo a escorchar os tropeiros.

Falando do movimento das feiras escreve o nosso autor:

"Aberta que seja a feira vão-se vendendo quatro, seis, oito e mais tropas por dia, sendo conduzidas, umas após outras, com a maior cautela, dos camaradas para não se entreverarem.

Os vendedores, á proporção que vão liquidando os seus negocios, recebendo suas roupas novas das mãos dos alfaiates, as obras de prata dos ourives, e munindo-se do necessario para a viagem — fazem vispora com as algibeiras cheias de dinheiro — e quase sempre de letras e tretas. Alguns regressam apressadamente sem se importarem com as boas festas que tem de haver naquelles dias.

Todas as pessoas de fóra vão deixando encordoadamente a cidade para se recolherem a seus lares — umas felizes — e outras caipiras em seus negocios, jogos, amores, etc.

Aquella animação — o *fervet opus* que alli reinava se vae amortecendo pouco a pouco até extinguir-se de uma vez — ficando substituido pelo trabalho e commercio dos habitantes que, naquelles primeiros dias — parecem ter sahido de um verdadeiro sonho — vendo tudo novamente em seu estado normal."

A iconographia, nossa conhecida, sobre as feiras de Sorocaba resume-se a um numero muito reduzido de peças.

Duas muito interessantes aliás, estampa Abreu Medeiros em seu primeiro volume. Muito mais antigas, porém, são outras, provenientes do espolio artistico de Hercules Florence, e até hoje ineditas.

Fizemol-as reproduzir, exigindo que os oleos conservassem a mais rigorosa fidelidade em relação aos desenhos do illustre naturalista franceze. E assim se pintaram os quadros do *Corte de tropa* a que já alludimos, e do *Rodeio de tropa chucra*.

Neste ha grande ponta de mulas entreveradas e embola-

das em torno da qual cavalleiros galopam. Parecem pelos trajes pertencer á camaradagem do tropeiro que, a certa distancia do lote avultado de muares, observa o movimento do rodeio.

Como era de esperar criou-se em Sorocaba prestigiosa escola de peões cujos ensinamentos se compendiam no, hoje muito raro, *Methodo de domar mulas para sella e carro para servir os que frequentam o curso de Sorocaba,* obra, aliás pouco extensa, de Manuel Januario de Vasconcellos, discipulo como se confessava, do famoso hippologo brasileiro Luiz Jacome de Abreu e Souza, o prof. dos Principes Imperiaes e autor do *Livro do Ferrador,* do *Diccionario hippico,* etc., etc.

Em sábios capitulos explica o nosso sorocabano o modo de se pegarem mulas chucras sem laço, ensina os domadores a cabrestear, a pé e a cavallo, enfrenar e ensilhar, etc.

Parte do volumezinho corresponde aos *engrandecimento,* flexões da queixada, pescoço, garupa etc.

Assim Sorocaba — quem o ignora aliás? — representou, graças ás suas feiras, capital papel na obra da amalgamação do sul do Brasil.

Já Eduardo Prado insistira muito em frisal-o quando consultado pelo illustre Elyseu Reclus, que neste momento redigia o volume de sua *Geographia Universal — Terra e homens,* consagrado ao Brasil.

Foi a meditação desta circumstancia que nos levou a propor como divisa da cidade natal do grande fronteiro de Matto Grosso e fundador de Cuyabá. *Pro una libera patria pugnavi,* mote inscripto no listel do escudo municipal cujos supportes são dois unicornios, os cavallos heraldicos, evocadores das feiras de antanho.

Nesse volume excellente de pensador e sabedor que vem a ser: Os *Traços da Economia social e politica do Brasil colonial* inscreve Felix Contreiras Rodrigues uma série de conceitos magnificos sobre o papel das feiras sorocabanas e as agruras do tropear. Assim os conclue:

"Em Sorocaba ennodou-se o extremo sul ao centro da colonia e por intermedio desta ao extremo norte, formando-se indissoluvelmente uma Patria unica de differentes partes.

Acostumaram-se os seus habitantes ás entrevistas nas grandes feiras que fortaleciam a consciencia da unidade despertada a principio pelo amor ao seu Rei, em nome de quem conquistavam e defendiam as terras, depois pela sympathia da linguagem commum."

Quando principiaram a effectuar-se as feiras sorocabanas

é o que não se pode precisar. Parece positivo, porém, que devem ter tido começo já no segundo quartel do seculo XVIII.

Já em 1731 trazia o grande Christovam Pereira largas tropas de equinos dos campos hoje uruguayos e riograndenses do sul, fazendo-as atravessar as terras do planalto, a cortar o Uruguay (Pelotas) o Iguassú, o Itararé, á Mantiqueira, ás terras auriferas de Minas Geraes, onde attingiam altissima remuneração.

Curioso, porém, que o arguto e velhaco autor do *Divertimento admiravel* não haja, em 1783, consagrado uma unica palavra ás feiras de Sorocaba. Limita-se a dizer: "Os moradores da estrada de Viamão, como são os da villa de Sorocaba, vivem do fabrico de algodão, de criar seus animaes e tirar seu ouro das faisqueiras dos seus suburbios e ultimamente do commercio dos que labutam neste negocio e por isso ha suas casas ricas".

Este negocio seria o da criação de equinos?

"Os moradores de Itapetininga, prosegue Cardoso de Abreu — vivem tambem da criação de animaes, da exploração de faisqueiras auriferas, assim como da venda de mantimentos aos tropeiros, "porém com tal temeridade que isto não dá augmento."

Trata depois o intelligente autor do modo de vida das populações do sul paulista, hoje Paraná, Santa Catharina e, ao se referir ás da Lapa e de Lages, relata que criavam "animaes cavallares e vaccuns para os venderem aos que iam de S. Paulo a este negocio."

Assim pensamos que a primeira noticia circumstanciada sobre o grande mercado muar e cavallar sorocabano proveio-nos de algumas paginas que Augusto de Saint-Hilaire lhe consagrou quando, deixando S. Paulo, continuou em sua jornada á extrema fronteira meridional do Brasil.

Sahindo de Porto Feliz, em fins de dezembro de 1819, foi Augusto de Saint Hilaire ter a Sorocaba, onde passou o Natal. Antes de attingir a villa encontrou a casa da guarda onde dois milicianos cobravam taxas de barreira sobre os animaes que vinham do sul.

Contava então o antigo povoado seiscentista de Balthazar Fernandes 1.777 habitantes, relata-nos o illustre botanico, fundado em estatistica de Ayres do Casal. Vista de longe era de muito agradavel aspecto, impressão que o interior da villa fazia por completo desvanecer-se.

O commercio de mulas chucras constituia sua riqueza e

não a agricultura. Era o entreposto das tropas ou manadas de bestas bravas trazidas, em geral, do Rio Grande do Sul.

Estas pontas punham-se em marcha em setembro ou outubro, quando as pastagens começavam a reverdecer e principiavam a chegar de janeiro a março.

Havia tropeiros que effectuavam a viagem sem se deterem onde quer que fosse. Outros porém levavam as pontas ás invernadas de Lages e Curytibanos, onde permaneciam assaz longamente.

Annos havia em que chegavam a Sorocaba trinta mil mulas do Sul. Em 1818 como apenas apparecessem no mercado dezoito mil o preço dos animaes subira mais de trinta por cento.

Refere-nos Saint Hilaire o que eram os direitos cobrados por cabeça de muar. A' entrada de Sorocaba 3.500 réis, dos quaes mil revertiam aos cofres riograndenses, comprovada a legalização de uma guia expedida pela barreira de Santa Victoria, em triplicata e para um só effeito, afim de se cohibirem as manobras dos malversadores.

Metade dos 2.500 restantes era arrecadada como *direitos do contracto* para o arrendatario do imposto, triennalmente lançado em praça. A outra metade constituia os *direitos de casa doada,* imposto originariamente criado em beneficio de quem abrira a estrada de São Paulo ao Sul e mais tarde incorporado ás rendas provinciaes paulistas.

Admirou-se Saint Hilaire da elevação da tal taxa de 3$500 que no seu tempo correspondia a 21 francos. Equivaleria hoje a mais de cincoenta mil réis certamente.

Mas havia mais; os animaes depois de tal pagamento, ainda eram novamente taxados, ao entrarem na provincia de Minas Geraes.

"Ora observa o celebre naturalista, as bestas de carga, são os unicos agentes de transportes, numa area immensa do Brasil. Onerar-se de tal imposto a criação é certamente favorecer muitissimo pouco o commercio e a agricultura num paiz em que estes ramos tanto precisam ser estimulados."

Em 1801, relata Eschwege em seu *Einige statistiche Tabellen uber die Capitanie von São Paulo,* inserta do *Journal von Brasilien* (vol. 1.º) haviam sido 7.504 os muares e 5.330 os cavallos ou seja um total de 12.834 equinos, taxados pelas barreiras de São Paulo.

Referindo-se a 1813 lamentava o illustre geologo que nos dados officiaes paulistas não figurassem os da entrada de

cavallos e mulas inteiramente esquecidos apesar de constituirem um dos ramos mais importantes da capitania."

Mais de vinte e cinco contos de réis haviam produzido as taxas de entrada dos equinos chamados de Curytiba. No relatorio que lhe deu o Conde da Barca, verificou porém a existencia de rubrica na importancia de 25:656$532, no orçamento da capitania. Na opinião de Saint Hilaire corresponderia tal arrecadação ao facto da entrada em territorio paulista de 20.525 mulas, numero que subiria muito no decennio seguinte pois attingiria trinta mil.

CAPITULO LXXI

Palavras de Saint Hilaire e de Daniel Pedro Müller — Documentos curiosos do archivo do Barão de Vassouras — Papel capital do tropeiro na expansão da cultura cafeeira — Um relato de Eschwege

Era o café o que provocara este accrescimo de importação que continuou crescendo. Pensa Saint Hilaire que a importação de cavallos em São Paulo sendo muito diminuta não haveria motivos para pensar-se que a parcella a ella referente alterasse sensivelmente tal computo.

Na tabella numero 9, de seu jamais assaz louvado *Ensaio dum quadro estatistico da Provincia de São Paulo,* tabella referente ás finanças provinciaes, e ao regime fiscal paulista, escreve Daniel Pedro Müller:

"Direitos do Rio Negro. Foi estabelecido este direito para augmento das Rendas Publicas desta Provincia no anno de 1747. Consiste em pagar 2$500 réis cada burro ou besta 2$000 cada cavallo $960 cada egoa que se crião aquem (sic) dos limites desta Provincia até o Registro. São cobrados pelos collectores."

E' evidente que houve ahi um *lapsus calami* do Marechal estatista: aquem por além.

Na receita provincial de 1838 lê-se a rubrica: *Animaes no Rio Negro* 81:869$950 réis o que na opinião de Saint Hilaire correspondia a 32.745 bestas pois, mais do que nunca, estaria diminuta a introducção de cavallos com a guerra civil riograndense.

E' difficil avaliar-se, á falta de estatistica, qual tenha sido o movimento de animaes nas feiras sorocabanas. Decresceram de importancia á medida do desenvolvimento da viação ferrea, servindo sobretudo aos districtos cafeeiros que sobre o lançamento dos trilhos exerciam naturalmente maior attracção.

O commercio mundial de café alargava-se anualmente e provocava a expansão das lavouras brasileiras. E assim a pro-

cura das mulas, vehiculadoras unicas das colheitas, cada vez mais se intensificava.

Em documentos particulares antigos, hoje tão raros, com o descaso que entre nós geralmente acompanha a conservação dos archivos familiares pudemos encontrar alguns papeis illustradores da acção capital representada pelos tropeiros na economia das fazendas de café.

No archivo do Barão de Vassouras (Francisco José Teixeira Leite) afazendado já em 1828 na sua propriedade da Cachoeira, nas vizinhanças da villa depois cidade de cujo nome lhe viria o titulo, deparam-se-nos alguns papeis de certo interesse para nosso estudo.

Ha nos livros de assentamento da fazenda numerosas referencias a transações com um tropeiro Joaquim da Silva Cardoso, ou da Silveira Cardoso, pois sempre apparece o seu nome sob a abreviatura S.ª Devia ser mineiro este homem, como aliás mineiro, sanjoanuense, o Barão de Vassouras (1804-1884).

Era esperado de Sorocaba, da Parahyba do Sul, de Valença e de Cantagallo e viajava para Parahybuna (Juiz de Fora) Presidio, Rio Preto, S. João d'El-Rey etc.

Curiosa esta conta de uma transacção de animaes:

"O Sr. Francisco José Teixeira Leite deve:

Da besta ruana	60$000
Da bestinha gateada	45$000
Do lote que eu trouxe de Surocaba por sua Incomenda	220$000
Do grapuava (s. c. cavallo de Guarapuava) ruzio (rosilho)	50$000
Do lote que comprei para o tenente Manuel Giz	260$000
Da volta da barganha da mula cramussa (camurça)	25$000
Da pareia da encomenda Sr. Cap. Francisco J.e Teixeira	100$000
Dita de duas mullas de cangaia pa. o Sr. Cap. Francisco Leite	80$000
Dita das seis mullas p'ra o Sr. Cap. Custodio ..	330$000
Somma	1:170$000

Receby

(a) J.m da Sª. Cardozo

Villa de Vassouras, 10 de fevr.º 1826."

Devia este Joaquim Cardoso commetter ao seu correspondente o cuidado de distribuir entre os seus numerosos parentes que então abriam lavouras na provincia do Rio de Janeiro, em uma e outra margem do Parahyba, os animaes tangidos de Sorocaba. Se é que o não os ia buscar muito mais ao sul, em Lages e nos Campos Novos dos Curytibanos, como dão a entender algumas allusões de cartas ainda constantes do archivo do Barão de Vassouras, ou de seus livros de assentamento.

Como modelo de tal correspondencia transcrevamos uma dessas missivas oriundas de um parente do seu destinatario. Reproduzimol-a *ipsis verbis* conservando-lhes a singela e solecistica redacção:

Illmo. Sr. Primo Fr.co José Teixeira Leite

Meu Primo e Am.º

Muyto estimarei que esta axe a V. Mcê, minha Prima e toda a familha, no gozo da graça de Deus e de boa saude.

Venho pedir a V. Mcê uma obrigação da qual me desculpará.

Joaquim Cardozo, quando passou por esta sua caza, me disse que V. Mcê lhe tinha incommendado um lote grande de boas mullas que elle — deverá trazer de Sorocaba e que V. Mcê queria dispor de alguns animaes.

Como estou percizando muyto de uns animaes de tropa peço a V. Mcê que escreva me dizendo quando o dito Joaquim Cardozo lhe disse que passaria de volta, ahi na sua fazenda, porque então eu irei até ahi ver se fasso negocio com elle ou com V. Mcê

Penso que elle vae voltar com uma grande mulada conforme me disse. Dos tropeiros que por estas bandas andão é o de mais confiança, sem comparação. E é por isto muito estimado.

Mas talvez não volte aqui nesta viagem pois as vezes vende toda a tropa que traz, pelo caminho, sobretudo em Bananal, onde pagão muito bem. Mas como é omem de palavra e disse a V. Mcê que lhe haveria de trazer os animaes é que com certesa ha de mesmo desempenhar o prometido.

Ha muita falta de bons animaes por estes lados e as mulas estão por um preço desconforme. Ha muito pedido para as lavouras da Mata e as fazendas novas que estão abrindo no Rio Preto, na Paraibuna e aquellas redondezas todas.

O primo Chiquinho, que pousou conosco, no mez passado,

comprou algumas bestas para a sua tropa, por um preço como nunca se viu por aqui.

E não erão bestas de primeira pelo que nos contou. Mas é que elle precisava delas com muito aperto, para puxar o seu café para baixo.

E' o defeito destas parajens que já estão longe. Mas isto se remediará com o tempo pois está entrando muita gente, plantando muito café, nas derrubadas grandes que houverão este anno. Vierão muitos de nossas bandas e soube que o primo Antonio, apezar da idade, tambem está querendo conhecer vida nova, experimentando o café.

As terras são superiores e de uma producção desconforme. O que estraga é o preço dos negros e a lonjura por uns caminhos do que ha de roim onde muita besta de sella e de cangalha tem quebrado as pernas e o pescoço.

Fico muito grato a V. Mcê de não se esquecer de me prevenir e desejando a V. Mcê e a minha Prima muita saude sou de V. Mcê pr.º ami e cr.º obr.º

No archivo do Barão de Vassouras encontramos diversas cartas não assignadas, apontamentos de negocios desse Joaquim Cardoso com o fazendeiro ou outros lavradores de Vassouras, parentes ou conhecidos deste. A letra é a mesma da conta acima transcripta.

Reproduzamos dois destes papeis rudes e curiosos. São interessantes e pensamos que jamais se offereceram ao publico documentos desta natureza, valiosos para a ainda tão mal esclarecida historia da civilização brasileira.

A escripturação do tropeiro mostra-se a mais trapalhona e aliás consentanea do tempo e da confiança depositada nos seus clientes.

Conta da compra das bestas

6 bestas 50.000 cada huma e somão	300$000
8 bestas 41.000	328$000
1 besta	44$000
3 bestas	100$000
1 besta comprada a João Luiz de Lima	51$000
19	824$000
1 redondo	45$000
1 estrelo (estrello)	60$000
21	929$000

2	vendidas ao Liodoro (sic)	70$000
1	(A) Hum homem de Minas	35$000
		829$000
2	Morrerão duas no Liodoro	
2	morrerão athé fevr. de 1826	
14		
1	Morreu hum 14 de fevro de 1826	
1	Morreu hem (sic) Simão Antonio	
1	Sumida perdeuse	
1	Ficou no caminho hindo para Minas	
1	Morreu na Villa	
8		
4	Mais quatro bestas	200$000
		1:024$000
12		
	Restam ao tempo passado	452$000
		571$850
	Despesa da tropa	200$000
		771$850

Do exame destes apontamentos concluimos que ao fazer estas singelas contas dispunha o tropeiro de doze mulas para um desembolso de 771$850, o que dava uma média elevada de quase 64$300 por animal. Pouca margem de lucros lhe ficaria. Tambem fôra muito infeliz em sua viagem pois perdera 8 por morte e dois por extravio; dois quintos portanto da ponta! Curioso vem a ser o facto de que não computa o valor dos animaes mortos e extraviados.

Deste Joaquim Cardoso achamos outra conta relativa a uma viagem da sua tropa de cargueiros. Está infelizmente truncada.

Continuado (transporte)	187$800
Vendi huma Besta	60$000
Recebi de alugueis	72$680
Recebi de alugueis	77$650
Receby de alugueis	30$000
Receby no prim. de Fevro	60$000
	488$230

Recebi 4 de fevr.	48$880
Ultima (?) viaje	14$120
	551$130
Deve despezas	152$940
	425$190
Dei para dispezas q.do fui pa. Minas	16$000
	409$190
Paguei ao Ariador (arreiador)	36$940
	372$250
Vendi duas bestas ao Teodoro	80$000
	452$150

Diversas outras contas do tropeiro encontramos no archivo dos negocios do Barão de Vassouras. Num caderninho de assentamentos do fazendeiro as numerosas referencias ao nome de Joaquim Cardoso revelam a importancia que este homem tinha em relação aos seus committentes. E como era ansiosamente esperado. "Joaquim Cardoso está para chegar". "Joaquim Cardoso escreveu que só vem em março". "Encommendei a Joaquim Cardoso mais quatro bestas para meu Pae a serem entregues na Ilha (s. c. na fazenda da Ilha, do Barão de Itambé, em Conceição da Barra).

Em outros papeis ha contas de arreios, jaezes e arreatas onde se lêm preços correntes. Sellins inglezes a 36$ sellins nacionaes a 25$ id. de pagem a 16$000; id. Madamas a 4$. Coldres a 5$760; loros a 1$960 recadeiras (?) de prata 15$000 pares de esporas a 12$.

Em outros ha contas de despesas de transportes de Vassouras á "cidade" fretes por vezes muito elevados. O café dava para tudo. O aluguel de uma mula de cangalha arreada regulava então 7$000 não sabemos por que prazo.

Descrevendo a vida do tropeiro dizia em 1811 o illustre Eschwege, referindo-se ao Porto da Estrella:

"Porto da Estrella é um povoado cuja subsistencia decorre da hospedagem dos tropeiros (tangedores de burros que trazem e levam mercadorias). Estes homens transportam os generos, em geral queijos, toucinho, ou algodão, por mar, ao Rio e, dentro de poucos dias, voltam com carga de retorno.

Neste interim deixam no pasto os seus animaes, ás vezes cincoenta de cada tropeiro.

Durante a viagem são as mulas distribuidas em lotes, de cinco até oito animaes. E cada lote tem o seu tocador que o guia por meio de brados e assovios, pois os animaes, andam soltos, não se ajoujando uns aos outros. Carrega cada mula de 6 a 12 arrobas e o frete vulgar, do Rio a Villa Rica, importa em mil réis a arroba. E o frete de Villa Rica ao Rio, em geral, em 800 réis apenas, por não ser tão procurado, pois dalli a exportação é pouca."

Referindo-se ao seu tropeiro narra o celebre patriarcha da geologia brasileira:

"O nosso tropeiro dispunha de 30 animaes, carregados na maioria com sal em surrões, cozidos de couro, contendo cada um de 2 ½ até 5 arrobas. E' o sal artigo de grande commercio no interior do paiz. Em Vlila Rica vende-se um sacco de 5 arrobas por 4$000 réis.

Do Porto da Estrella em diante nada nos faltou; tinhamos tudo de que necessitavamos, trem de cozinha, toucinho, sal, pimenta do reino, feijão preto e farinha com o que nos restaurassemos. E dilatando-se a viagem sempre iamos comprando novas provisões. Assegurava o tropeiro que nunca vivera com tanta fartura; todavia para quem esta habituado á cozinha européa, tal abundancia parecerá exquisita e exigir muitas renuncias. Causava-me arrepios comer feijão preto logo pela manhã cedo. Entretanto sabendo o viajante o que pode levar consigo facilmente remediará este mal.

Criamos poder seguir viagem no dia seguinte, mas dois dos meus animaes se tendo extraviado no pasto, foi preciso nos resignarmos á espera. E' circumstancia que muito frequentemente occorre, e atraza a viagem, sobretudo quando são muitos os animaes.

O modo pelo qual os tocadores tratam as mulas é o seguinte:

Logo que chegam ao pouso, são descarregadas com toda a promptidão, levantando-se as cangalhas e deixam-se as assim ficar uns minutos para refrescar, depois retiram-se, sendo então o pó e o suor dos animaes raspados a facão, que os almocreves trazem á cinta numa bainha de couro, atraz no cinturão. Depois soltam-se as bestas para que possam espojar-se, o que lhes parece fazer grande bem. Esta distensão

dos membros como que as reanima; dá-se-lhes em seguida um pouco de sal.

Na vizinhança do pouso ficam então as mulas a pastar até anoitecer. Entrementes pensam-se os ferimentos de algumsa, são outras ferradas, concertam-se as cangalhas mal adaptadas aos animaes, corta-se lenha para a cozinha e tambem se batem os pregos soltos das ferraduras. Com estas incessantes occupações vem chegando a noite; tocam-se as mulas para reunil-as, pendura-se á cabeça o sacco com a ração de milho. Quando acabam de comer, são enxotadas para um ponto onde haja boa pastagem.

Os melhores pastos nas regiões de mattas são aquelles onde depois do roçado cresce a capoeira com arvoredo novo. E' tanto melhor quanto mais novo. Ás vezes esta capoeira é muito alta e frequentemente tem sahidas. E ainda com mais frequencia são de grande extensão de modo que os animaes se escondem e perdem-se. Quem tiver pressa de caminhar vê-se forçado a abandonar a mula extraviada. Muito cedo, no dia seguinte, são os burros de novo tocados para se ajuntarem, e de novo raspados a facão. Os embornaes adaptam-selhes ás cabeças e emquanto comem collocam-se-lhes as cangalhas e depois a carga.

Falando de epizotia frequentemente nas pontas das mulas brasileiras e a que se dava o nome de mal de cadeiras ainda escreve Eschwege:

"As mulas de pernas altas, fogosas (mais as femeas do que os machos) estão sujeitas a esta doença que se attribue a inflamação provocadora do grande derreio de anca. O tolhimento abrange até a junta inferior do pé. Cahem os animaes e não mais se podem por de pé. Quando é muito forte a manqueira, suspende-se a parte trazeira, abraza-se com aguardente forte a anca, que tambem se fricciona com toucinho superaquecido, ahi se applica um emplastro para puxar e quanto ao mais o tempo encarrega-se de completar a cura. Quando se trata de eguas verifica-se que nesse estado mais rapidamente se restabelecem quando dellas se faz approximar um garanhão; porém nunca mais recuperam as forças de antes. Descadeirada, diz-se da mula que contrahe essa doença muito commum nos animaes cargueiros.

CAPITULO LXXII

O café, a criação de equinos no Sul e as feiras de Sorocaba — A funcção e a vida do tropeiro — Paginas magnificas de Calogeras — Informes de Eschwege, de C. de Ribeyrolles e A. d'Assier

Sem a organização das feiras de Sorocaba apoiada na industria da criação equina do sul do Brasil, e regiões castelhanas adjacentes, a lavoura do café não teria podido alcançar o enorme surto que lhe conhecemos, antes do estabelecimento da rede ferroviaria.

O café determinaria as directrizes dos primeiros alinhamentos do caminho de ferro, como já immenso fizera crescer o commercio dos equinos, sobretudo o dos muares.

Outro meio de transporte teria sido impraticavel nas regiões montanhosas onde a rubiacea surgia substituindo a floresta, na zona fluminense e na matta mineira. As terras de derrama suave de S. Paulo permittiam, até certo ponto, o emprego de viaturas, mas havia o alto paredão da serra maritima a vencer, inutilisando qualquer tentativa de vehiculação em carros de motor animal.

Depois de reproduzir os dados das estatisticas insertas nas *Notices of Brazil* de Walsh e notar que as tonelagens vehiculadas, em assucar, café, fumo e algodão não eram, para a época, minguadas, em 1828, traça Calogeras magnificas paginas sob a constituição das tropas e a vida dos tropeiros num artigo subordinado ao titulo *Transportes archaicos* inserto na collectanea d'O café (1,90).

Demonstra mais uma vez quanto admriavelmente conhecia as cousas de sua terra o illustre escriptor que em vasta obra deixou diversos livros da mais alta e merecida autoridade.

Impossivel se torna realizar melhor synthese do que era o tropear no Brasil do seculo XIX, até 1870.

A vida do tropeiro, a sua influencia social, a organização do seu commercio de transito, o seu papel de agente da civi-

lização, os modos do jornardear incessante, a sua psychologia são tratados por mão de mestre nestas paginas onde não ha o que acrescentar nem o que retirar.

Seja-nos permittido transcrever este quadro magistral:

"Si exceptuarmos o Reconcavo bahiano, escreve Calogeras, no qual a multiplicidade de rios navegaveis facilitava o emprego de verdadeiras esquadrilhas de embarcações, o grande, quase unico elemento de transporte utilisado foram os muares.

Innumeras zonas mineiras, fluminense, bahianas, e paulistas, criavam mulas para transportes regionaes. Não bastavam, comtudo. Do sul, tanto do Rio Grande como da Mesopotamia, entre Paraná e Uruguay, vinham tropas riograndenses e correntinas, affluindo a Sorocaba que era o mercado distribuidor.

Amansavam-se os animaes, ora para sélla, ora para cangalha. Dos primeiros exigia-se muito: belleza de formas, insenção de qualquer defeito ou tára, andares e por vezes requintes de apuro de doma; aos segundos mais numerosos, pedia-se menos: saúde, fortaleza e resistencia.

Com as montadas, percursos diarios de seis a sete leguas (nas regiões accidentadas do Brasil Central) poderiam fazer-se durante semanas a fio, não havendo descuido com o lombo e os cascos, geralmente ferrados, e com o forrageamento. Contrario, pois, do que se dá no Norte, onde o cavallo domina e corre mais ligeiro e desferrado; ainda em opposição com o Sul, no qual, na coxilha, a andadura é mais veloz e os animaes de muda são de regra.

Como os cargueiros, o escopo é outro. Não ultrapassam as marchas tres a quatro leguas por dia. O essencial é a resistencia ao peso. Em geral de oito a dez arrobas de 15 kilos, excepcionalmente doze.

Organizar e conduzir um lote requer talento especial e grande pratica para não inutilizar os animaes quer por excesso de peso, pisaduras dos arreios ou esforços demasiado. Cumpre acertar com precisão a cangalha, equilibrar o conjuncto, nem sempre symetricamente repartido, recorrendo para isto a varios artificios, alceando desigualmente as cargas, ou usando dos contrapesos, a que chamam "dobros" — ou ainda, com o "cambito ou arroxo", dando o "aperto" do lado conveniente.

Cada lote contava sete, nove ou onze bestas, os de sete eram mais communs, na antiga provincia do Rio de Janeiro; os de nove, em geral caracterizavam a tropa mineira; os de onze, a tropa goyana. O "arrieiro" usualmente, ia montado, e

os camaradas a pé. Quando varios grupos se juntavam, costumava haver um capataz.

Cada grupo de muares tinha "madrinha", cavallo ou besta mais segura, a servir de guia na marcha, e centro de reunião dos animaes no apascentar nocturno.

Era habito velho dar-lhes arreios especiaes, com fitas e pannos vistosos, e mais guisos e muita prataria nas cabeçadas. Pouco a pouco, a disciplina se firma e espontaneamente o lote se arruma atraz da madrinha, na estrada, ou ao alcance do "cincerro", campainha que se lhe ata ao pescoço, ao serem soltos á tarde nos pastos para descanso e alimentação.

Ahi, dão-se manifestações curiosas da economia naturista. Como na fazenda de gado, onde a vaidade e a competição residiam no numero de cabeças possuidas, na riqueza de alfaias das capellas e das joias financeiras; como na fazenda de cultura, onde sentimento igual se traduzia na extensão das terras e no numero de escravos; na tropa o ponto de honra e a superioridade se encontravam na uniformidade do pello dos animaes, na igualdade de porte e de resistencia das unidades componentes, nos ornatos dos arreios e especialmente dos da madrinha.

No conjuncto dos systemas de vehiculação — carros de bois, barcos, muares — o tropeiro e seus auxiliares representavam uma aristocracia. Nos tempos do apogeu da tropa, seu dono era personagem de destaque.

Não viajavam com seus animaes; o capataz de confiança, escravo por vezes, guiava e cuidava dos lotes, emquanto o dono com uma "comitiva" escolhida de bestas de estimação, com numerosas mudas á dextra, arreios faiscantes de prataria e mesmo com peças de ouro, partia dias ou semanas depois, e, viajando mais rapidamente a alcançar os primeiros já proximo a seu destino final.

Nem sempre coincidiam os itinerarios.

A tropa, apparelhada para a viagem, no primeiro dia pouco marchava, apenas o sufficiente para acertar as cargas e se collocar nas condições, normaes de seu trabalho. Do segundo dia em diante começava o rithmo constante, que reinaria, durante toda a expedição.

De madrugada, ia o camarada, com o bornal de milho, ou a cuia de sal, buscar os animaes no pasto, ou no "encosto", onde haviam sido soltos. Nas primeiras noites, para evitar que "puxassem para traz" pelo habito de voltarem as suas querencias, ficariam peados, quando o campo não fosse fechado ou seguro. No fim de dois ou tres dias, alongando-se a

viagem, amadrinhavam-se em torno do "cincerro" e assim o campeiro via sua missão facilitada.

Tocados para o rancho ou, quando este não existisse ou já estivesse occupado, para o acampamento improvisado na vespera, atavam-se os animaes ás estacas, que se transportavam muitas vezes entre o couro da coberta e a sobrecarga. Raspados, amilhados, recebia cada qual sua cangalha e as cargas respectivas, methodicamente empilhadas na vespera, formando corredores e recintos fechados "suadouros" para o ar para enxugarem o suor da marcha anterior, posta cada carga fronteira ao arreio respectivo, resguardado o conjuncto contra as intemperies, pela cobertura dos couros. Ao amanhecer o dia, a tropa estava arreiada e prompta. A camaradagem já tinha comido o feijão e tomado o café de coador preparado pelo cozinheiro. Um menino, ou um tocador, punha a madrinha na estrada e, a poder de gritos guturaes, ordenava o sequito; aos recalcitrantes, com retumbantes golpes de arroxo no couro da cangalha, ou mesmo uma varada nas ancas, reduzia á obediencia.

Caminhavam legua e meia ou duas leguas na fresca da manhã. Na calma do meio dia, desarreiavam á beira de uma aguada, para recomeçar o avanço de tardinha, até ás quatro ou cinco horas. E assim, durante semanas, percorriam de tres a quatro leguas por marcha.

Quando acontecia faltar agua no percurso, traziam-na em ôdres de couro, as "borrachas", e a distribuiam parcimoniosamente aos sedentos cargueiros, quando não preferiam viajar "de agua a agua", isto é, cruzando sem pausa o trecho arido.

Descarregavam á tarde o lote, sempre com o mesmo methodo. O cosinheiro, personagem importante, temperava o feijão que já vinha cozido e fazia a "janta"; fincava em algum esteio do rancho o "mancebo" com o coadouro, e esperavam, para comerem juntos, que os campeiros voltassem do pasto onde haviam deixado os animaes. Cahia a noite. Em torno do fogo, appareciam as violas e as sanfonas, e davam largas á sua inspiração os cantores, contemplativos, ingenuos, poetas natos das estradas sertanejas. Ao lado, o cozinheiro punha ao lume, na "trempe", o feijão do dia seguinte e durante toda a noite o vigiava.

Essa, a vida monotona, invariavel, de sol a sol, do pessoal da tropa. Durava mezes. Accidentes ou imprevistos, quase não havia. Travessias de rio. Atoleiros, onde animaes afundavam. Intemperies. Uma ou outra discussão, que por vezes desfechava em tiro ou facada, e, no chapadão ou na matta,

uma cruz tosca assignalava o tumulo da victima que havia tombado.

Outra, a viagem do dono da tropa, do "tropeiro" propriamente dito.

Era um mensageiro da civilização. Era o homem que tinha ido á Côrte, ou pelo menos, a logares nos quaes se tinha noticia do que se passava na Côrte, esse tempo, em que raros jornaes circulavam, sem assignaturas no interior, linhas postaes seriam escassas, quando não inexistentes, a tradição oral no interior valia como meio quase unico de contacto com os acontecimentos do littoral e do extrangeiro. Coisa muito semelhante ao papel que, na meia idade desempenhavam mercadores ambulantes ou troveiros.

Por elles, chegavam ao sertão longinquo rumores dos successos littoraneos, isto é, das alternativas politicas pelas quaes tanto se interessavam, os chefetes regionaes, dos preços das mercadorias a comprar e dos generos a vender. Por ellas se faziam encommendas não sendo das menos importantes as incumbencias do elemento feminino das fazendas.

Por esses tempos não havia bancos, nem meios de remessa de dinheiro senão por "positivos", "proprios", portadores ou mensageiros especiaes. Ainda era o tropeiro, conhecido e abonado, o intermediario normal para taes operações.

Por seu negocio e suas relações commerciaes, tanto quanto pelo convivio social forçado, tinha de se aperfeiçoar constantemente. Novos meios, novos horizontes, intercambio em circulos sociaes mutaveis tudo agia como fomento para seu progresso continuo, auxiliando e confirmando a superioridade psychologica que o tinha levado a trocar, por uma vida de intensa actividade e movimento incessante, a modorra da propriedade rural ou o quase nenhum bulicio da existencia nos arraiaes.

Tambem, em regra, pertencia á gente melhor da provincia: para compra das tropas, para registos e direcção de sua industria, era conveniente possuir certa instrucção e algum capital, exigencia que limitava o recrutamento dos membros de sua categoria e a fixava na classe dos mais abastados. Selecção profissional e social, portanto.

Ainda, praa manter e alargar o influxo e prestigio, teria de convencer e aconselhar a quantos frequentava. Banqueiro dos fazendeiros tinha de lhes merecer fé.

De facto, esta era a base insubstituivel de taes relações economicas no sertão; a confiança reciproca entre vendedores e compradores, no interior e no mercado consumidor, atravez

do tropeiro ouvido e respeitado. O ambiente em que se moviam era de mais estreita e rigorosa honestidade.

Comprehende-se, dest'arte, o ascendente social exercido. Hospede nas fazendas, querido e anciosamente esperado, trazia as novidades, aviava as encommendas femininas, geria interesses financeiros do chefe da casa. Todos igualmente lhe votavam amizade, até os escravos de estimação aos quaes premiava os pequenos serviços.

Na ha como escurecer ou minguar a valia de sua missão progressista. Foram pioneiros de civilização social e de progresso economico. Desempenhavam funcções do mais alto relevo, e não ha extranhar o destaque com que, na litteratura da época, são descriptos pelos melhores romancistas, por Bernardo Guimarães entre outros.

Em paiz falto de estradas, possuindo meros trilhos nas serranias e apenas, nas chapadas, as largas faixas de percurso do gado, facil é comprehender que os meios de transporte se adaptassem e experimentassem o influxo dos accidentes geographicos.

A tropa, por toda parte, prestava os maiores serviços. Mesmo correndo risco de pilherias intuitivas, não ha negar a immensa divida do Brasil para com o burro elemento de prosperidade e de progresso de Norte a Sul do territorio. Mas onde sua influencia reinou sem contraste foi na região amorrada das Serras do Mar, da Mantiqueira, das Vertentes, no Brasil do Sul e do Centro, em summa. Tinha concorrentes nas demais zonas."

Tropeiros sahiram das melhores familias do Brasil e diversos dentre elles attingiram os mais altos postos na administração imperial, nos Conselhos da Côrte, no Senado vitalicio, nos mais elevados graus da hierarchia nobiliarchica.

Quantos dentre elles, vivendo na adolescencia e na primeira mocidade a vida cansativa do tropeiro sobremodo se civilizaram e abriram o espirito á experiencia do mundo?

Le premier que fut roi fut un soldat heureux, sentencia um dos mais celebres alexandrinos do theatro classico francez. *Servatis servandis* o mesmo poderemos applicar a diversos dos maiores tropeiros do Brasil.

Como tropeiro começou João da Silva Machado (1782 a 1875) que acabaria Senador pelo Paraná, Grande do Imperio e Barão de Antonina, Fidalgo Cavalleiro da Casa Imperial, Veador de Sua Magestade a Imperatriz, Grande Dignatario da Rosa e Official do Cruzeiro, Brigadeiro Honorario do

Exercito, Commandante Superior da Guarda Nacional, Administrador Geral dos Indios.

Em seu pittoresco brazão de armas, em que se ve um leão de purpura, tendo na espadua um machado de ouro, a apresentar a um indio, que acaba de depôr as armas, um cathecismo e um rosario de ouro, figuraria honrosa e avantajadamente o par de chilenas symbolico do inicio da longa vida do illustre tropeiro riograndense fallecido senador do Imperio e Barão de Antonina, batedor de sertões, colonizador de europeus, abridor de estradas sertanejas, coberto de serviços á causa do Brasil e da civilização.

Os nossos antigos viajantes consagraram numerosas paginas a transmittir aos seus leitores o que puderam observar da vida do tropeiro e do valor de seus animaes.

Abysmou-se Eschwege do vigor e da resistencia dos muares brasileiros e a tal proposito dá-nos interessantes pormenores sobre estes animaes.

Frequentemente pôde admirar a cautela e as forças physicas das bestas do Brasil. Não raras vezes acreditara na impossibilidade de atravessarem ellas pantanos ou subirem e descerem escarpados rochedos. No emtanto sempre haviam vencido todos os obstaculos, sem que os cavalleiros fossem obrigados a descavalgar, o que volta e meia seria necessario. "A força de seus pulmões deve ser tão extraordinaria, annota, quanto as dos seus nervos e musculos, porque subiram a alta montanha de Matto Grosso (perto de Angra dos Reis) que avaliei ter no minimo 3 mil pés de altura, em hora e meia e isto continuamente em passo accelerado. A meu pedido paramos duas vezes, para descançar o que geralmente não se faz."

As mulas do Brasil são, geralmente, de estatura muito menor do que as de Portugal e da Hespanha. Criam-se aos milhares, especialmente nos grandes campos da Capitania do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Emquanto novas os seus proprietarios as marcam a ferro em braza e mais tarde, quando querem vendel-as tangem-n'as em grande pontas para outras Capitanias. Para pegar um animal deste rebanho bravio, sabem os arrieiros com muita arte lançar-lhe o laço em volta do pescoço ou das pernas. Uma mula chucra custa no campo do creador quatro a seis mil réis e quando conduzida aos mercados de Minas ou do Rio de Janeiro de 14 a 20$000. Com a creação de cavallos procede-se da mesma maneira, naquellas Provincias.

Descreve Ribeyrolles, pittoresca e vivamente, o que per-

cebeu das tropas em marcha para o interior fluminense, em 1858.

Antes de deixar Iguassú e sua hospedaria, onde se movia uma ninhada de pardinhos, e suas casas baixas, teve o ensejo de ver grande tropa de mulas carregadas. A frente, pimpona e vistosa, vinha a madrinha que abria a marcha arreiada de penachos, campainhas, e ricos arreios; por testeira trazia uma chapa de prata onde lhe brilhava o nome do dono. O bello animal, graças ás arrobas supplementares do lombo, sem duvida, não gingava; pelo contrario caminhava "com calma altivez e dignidade". As outras mulas marchavam em linhas, ou em pequenos pelotões, seguindo os barrancos, mas sempre com passo regulado: era a ordem em disciplina livre, sem brutalidade, sem chicotadas, quase sem commando.

A vista da tropa incutiu no republicano exaltado uma apostrophe do mais duvidoso gosto.

"O' multidões humilhadas e vassallas, que caminhaes penosamente sob o peso dos fardos, arrastando cadeias, porque não tendes o animo e a firmeza das mulas?"

Assim explica Ribeyrolles a constituição das tropas:

"As mulas partem das fazendas carregadas e divididas em 8, 10 ou 12 lotes que formam o que se chama uma tropa. Cada lote de sete mulas marcha sob a vigilancia de um negro que dellas cuida, e a quem se chama *tocador*. O chefe da tropa é o arreador, homem livre depositario de confiança do *senhor* e responsavel pelo exito da viagem. Funcciona como thesoureiro, capitão e veterinario. Tem algumas vezes, como estado-maior, dois ou tres cães que velam á noite nos pousos; mas quase sempre anda só.

As primeiras horas, após a partida, são penosas e difficeis. E' preciso equilibrar as cargas mal arranjadas, fazer cessar os trotes forçados, aligeirar as albardas que ferem. E' um pequeno mundo que se põe em ordem de marcha; e esse mundo de mulas, tem, como qualquer outro, caprichos e fantasias.

Mais ao attingir o primeiro pouso no rancho, tudo está em ordem. As sete mulas do lote de testa approximam-se do arreador. Descarregam-nas, mas sem se lhes tirar os arreios; vem depois o segundo, e toda a tropa desfila, assim, lote por lote, deixando no chão, sob os telheiros, os fardos de café, que se alinham com todo o esmero como se fossem barras de ouro.

Durante dez horas as mulas livres mas encabrestadas vão pastar um pouco de capim fresco; e os negros tocadores re-

pousam. Fica apenas o encarregado da faina que vae apanhar gravetos secos ou verdes e cosinha o feijão do rancho.

Depois desta curta sesta, com todo o sol de fóra ou de baixo do telheiro, pegam-se as mulas, tiram-se-lhes os arreios sob a inspecção escrupulosa do arreador que acompanha com o olhar, besta por besta, assignala as cangalhas das que estão feridas e manda todas ao pasto. E' então a hora de se arranjarem as albardas, e cuidar das refeições dos tocadores.

Depois, por volta das quatro da tarde, o arreador manda outra vez buscar as mulas, amarradas de distancia em distancia, para um exame minucioso das ferraduras, arreios, e feridas. Pensam-n'as, raspam, cauterisam, ferram, afinal distribuem o milho e os animaes voltam ao pasto. Mas se houver favoritismo, privilegiados para essa prebenda de milho distribuindo-se o farnel a algum antes dos mais, occorrerá no rancho, revolução, couces, mordidelas, verdadeiro ruido de quartel amotinado.

Sahidas as mulas, e accesos os fogos da noite, o arreador janta a parte, só. Depois estende-se em um couro entre duas paredes de fardos que lhe servem de alcova. Quanto aos negros deitam-se aqui e acolá sob o rancho ou ao acaso pelas urzes; e o grande silencio nocturno invade o acampamento.

Alludindo á condição servil dos tropeiros exclama Ribeyrolles com exuberancia piegas:

"Dormi trabalhadores! Dormi em paz, homens do feijão! Vossas caminhadas são rudes, e marchaes sempre de serra em serra sem grandes esperanças, nem grande repouso: mas já diviso uma estrella sobre vossas cabeças, estrella que vem do norte e descerá sobre vós! Dormi em paz *tocadores* de mulas, em breve não haverá mais tocadores de homens."

Ás cinco da manhã ou mais tarde, conforme a estação, a tropa solta deixava o pasto descendo ao tropel de uma mula montada. Era a hora dos negros almoçarem. Davam milho aos animaes, carregavam-n'os e cada lote continuava a marcha até ao proximo pouso, geralmente a tres leguas d'alli.

Quando as tropas chegavam, quer em Iguassú, quer em São Fidelis ou S. João da Barra, ou outro ponto de desembarque, o arreiador fazia descarregar os seus animaes à porta do correspondente. Este lhe dava um conhecimento e novos saccos para o reensaque do café.

Apenas cheios estes saccos eram pesados devendo conter quatro arrobas cada um, e, quando tal trabalho acabado, o arreador e o caixeiro haviam enchido o armazem, o consigna-

tario entregava o recibo da expedição, e desde então a responsabilidade da partida passava ao intermediario de Iguassú.

Este monopolio da consignação estava em mãos de portuguezes: havia oito casas que o exerciam, para as despesas da tropa ou frete percebiam 100 rs. por arroba.

A casa do Rio que recebia o grão do consignatario de Iguassú tirava por sua vez tres por cento de commissão. Mas tudo isso se regulava, liquidava-se com a venda ou a troca de mercadorias. Tal commercio era firme. Falando dos nossos tropeiros e arreiadores, a quem conheceu, diz Adolpho d'Assier que geralmente os viu de apparencia indiatica, gente de cabellos lisos e compridos, alta e tisnada pelo sol. Os reflexos epidermicos denunciavam-lhes a forte predominancia do sangue indio.

D'onde viriam quando pela primeira vez se haviam apresentado ao fazendeiro propondo-lhe a venda de um lote de mulas? Das duzentas e trezentas que tangia? Provinham geralmente das fronteiras, dos rincões meridionaes mais longinquos do Imperio, jornadeavam por quinhentas ou seiscentas leguas por vezes atravez de longas solidões, deitando-se ao relento, comendo diariamente alguns punhados de farinha de mandioca.

Paravam para pedir pousada aos fazendeiros e refazer-se um pouco dos mezes de caminhada. Depois, seduzidos por esta hospitalidade larga que só se encontrava praticada pelos nababos do Novo Mundo e pela vastidão da pastaria circumvizinha da fazenda, pediam aos lavradores que alli deixassem invernar a sua tropa.

Desta circumstancia occorria o travamento de boas relações e o tropeiro estabelecia na fazenda do seu novo amigo o quartel general de suas irradiações commerciaes. Sahia, com pequenas pontas, a vender mulas mansas pelas vizinhanças e como retribuição prestava tambem bons serviços a quem lhe emprestava o chão.

Consumado amansador, domesticava as mulas chucras do amigo, ensinava a rapaziada a laçar e promptificava-se a servir de acompanhador dos viajantes de distincção e ao padre capellão a quem frequentemente acolytava.

Quando tinha liquidado o seu stock de muares voltava para o Sul em longa ausencia a fazer novas compras, perlustrando as mesmas estradas, e, passado um anno, reapparecia, novamente, á testa de grande ponta.

Era o commercio rendoso como raros. Não havia quase despesa a fazer por parte do tropeiro pois a permanencia nas

terras dos grandes fazendeiros nada lhe custava. Não pagava a hospedagem propria e a de seus escravos, nem a pastagem de seus animaes. Comprava bestas novas em regiões onde o numerario era muito escasso, pagava-as barato e revendia-as amansadas nas fazendas ricas de café e assim realizava enormes lucros.

Eram homens de singular energia estes criados na vida solta das tropas, e intelligentes, apesar da rudeza do officio, accessiveis á vaidade. Assim muitos se orgulhavam de ter filhos formados nas faculdades superiores do Imperio.

A tal proposito relata d'Assier uma anecdota interessante:

"Um destes tropeiros enriquecidos, que encontrei muitas vezes, em casa de um nababo da provincia do Rio de Janeiro, mostrou-me, certo dia, uma carta do filho, estudante de Direito em S. Paulo, carta em que lhe pedia uns tantos livros.

Guardei, como indice do gosto litterario dos jovens brasileiros, a lista dos autores que o rebento do tropeiro assignalava ao Pae — Brantôme, Alexandre Dumas, La Fontaine, Paulo de Kock, Parny, Eugenio Sue, Byron, Boccacio, Parent-Duchâtelet etc.

Ao lado destes nomes tão exquisitamente misturados debalde procurei outros de jurisconsultos. E' que o estudante certamente reservava as leituras serias para o anno seguinte. Fosse como fosse, para arranjar esta série extensa dos "livros didacticos" do joven academico era preciso que o pae gastasse dois contos de réis, preço de vinte e cinco bestas. O bom do tropeiro entendia que o filho bem poderia *"instruir-se mais barato"*. Pensava em propor uma reducção da lista, coisa que lhe custasse o sacrificio de duas ou tres mulas e o seu interlocutor deu-lhe toda a razão."

O arreiador era outro alto personagem das fazendas de café, narra d'Assier. Geralmente mulatos aquelles que exerciam taes funcções. Incumbiam-se de levar aos portos de embarque o café, o assucar e outros productos das fazendas.

Chegado ao porto fazia o desembarque das mercadorias e tomava os generos requisitados pelo patrão geralmente sal, azeite, carne seca, bacalhau, vinho, farinha de trigo.

Desde este momento precisava redobrar de vigilancia para impedir que o seu pessoal procurasse furar as caixas e furtar as provisões. Queixavam-se os fazendeiros da fidelidade de taes delegados pois raras as chegadas em que se fizesse a exacta conferencia dos generos e facturas.

Mas todos estes furtosinhos nada eram em materia de preoccupações em relação aos cuidados que as mulas exigiam,

sobretudo no tempo das aguas quando as longas chuvas haviam ensopado o sólo, cavando grandes caldeirões e tornando as estradas quase intransitaveis.

Ao cabo de uma hora de marcha offerecia a caravana o mais deploravel aspecto; iam as bestas mancando, bufando, arfando, enterrando, a cada passo, nos caldeirões, os cascos desferrados, e as vezes em atoleiros profundos e constituidos por uma argila tenaz até que, frequentemente, cahissem de estafadas e incapazes de se levantar.

Aos gritos do tocador estacava a tropa e o arreador apparecia a berrar ordens. Descarregava-se a besta atolada, passava-se-lhe o laço ao pescoço e todos os camaradas puxando o couro, procurava arrastar o animal, que seu chefe estimulava por meio de grandes relhadas.

Após meia hora de inuteis esforços, e gritos improficuos, não havia remedio para o arreador senão abandonar a mula semi-moribunda e continuar o caminho.

Para não perder as oito arrobas de café da carga, no valor de quarenta mil réis, ordenava aos seus negros que as repartissem pelas cangalhas das demais mulas validas. Mas estas sentindo um accrescimo de peso sobre os já tão carregados lombos reagiam aos pulos e coices. Recomeçava a marcha mas o caminho continuando como o trecho de traz não tardava que outro e outros animaes succumbissem.

Chegava-se a uma situação irremediavel; não havia mais como fazer sobrecarga aos pobres muares que ainda resistiam. Outro remedio se não apresentava se não empilhar os saccos de café á beira da estrada. Dentro em breve estariam perdidos atacados pelas myriadas daquelles pequenos roedores que formigavam nas florestas brasileiras. Emquanto isto os urubús banqueteavam-se com as carnes do pobre equino.

"Lembro-me, conta d'Assier, de haver testemunhado uma destas descidas de caravanas, na Serra do Mar, em lugar muito frequentado por tropas que levavam ao Rio de Janeiro os productos do interior. Era após as chuvaradas estivaes e á estrada assignalava nas duas encostas do morro uma série continua de destroços de toda a especie, sobretudo por tal quantidade de ferraduras que com ellas se poderia ferrar um regimento completo de cavallaria.

De distancia em distancia encontravamos carcassas de bois e mulas sobre as quaes se haviam abatido revoadas de urubús. Tal a consciencia de que ninguem os inquietaria, á vista da utilidade de suas funcções, que estes abutres não ligavam a menor importancia á nossa presença. Era o fetido

insuportavel. No alto da serra encontrei um tropeiro que parecia muito triste. Relatou-nos as suas infelicidades: Partira da fazenda com cincoenta juntas de bois, afim de puxar, serra acima, quatro caldeiras para uma fabricação de assucar. Pois bem perdera a metade dos seus bichos na ascensão daquelles resvaladouros alcantiladissimos. Tivera de parar e mandar os seus tocadores buscar, em casa do patrão, mais cincoenta bois para poder continuar a jornada."

Estes pormenores, observa o autor francez, permittem avaliar o que seja o pavoroso consumo de animaes de carga que as fazendas do Brasil fazem. Assim cada uma dellas trata de constituir uma reserva de mulas novas compradas do Sul e amansadas pelos peões.

No norte de S. Paulo era muito commum o emprego de boiadas no transporte do café dos municipios ribeirinhos da Parahyba para Ubatuba, e São Sebastião. Escolhiam-se animaes seleccionados e uma boa junta de "bois da Serra", mercava-se por elevado preço, informou-nos Felix Guisard Filho.

Subindo a serra do Mar em 1839 de São Paulo a Santos dizia Daniel Kidder dos tropeiros avistados:

"Os primeiros typos que me chamaram a attenção foram dois tropeiros. Não estavam montados, preferindo seguir a pé, afim de dispensar maior attenção aos animaes e bagagem. Esta, muito mal arranjada, e difficilmente contrabalançada, causava-lhes grandes transtornos, pela propensão que tinha de afrouxar e cahir.

O chefe da tropa era um homem alto, athletico, apparentando 30 annos, de feições extremamente grosseiras, e usando bigodes que lhe tornavam a palavra indistincta. Trazia os braços, pés e pernas nuas até os joelhos, com a camisa de fóra, mostrando uma pelle tisnada e bastante amarella.

Seu companheiro, e provavelmente irmão mais moço não era tão grande, parecendo, porém, egualmente vigoroso. Estava melhor trajado e andava curvo. Os cabellos negros de azeviche, trazia-os compridos, pendendo em anneis pelo pescoço. Tinha olhos escuros e brilhantes e seus traços não eram dissemelhantes aos de um indio norte americano.

Taes personagens eram typicos tropeiros paulistas, que, como classe, muito differem daquelles que visitam o Rio de Janeiro.

Possuem certa selvageria no olhar, que, juntando-se á intelligencia e algumas vezes á benevolencia, empresta-lhes ao semblante peculiar expressão.

Usam, universalmente, grande faca afiada, presa atraz,

ao cinturão. Este facão talvez lhes seja mais necessario do que a faca do marinheiro.

Serve para cortar matto, remendar arreios, matar e curar animaes, cortar os alimentos e, em caso de necessidade, á defeza ou ataque.

Sua lamina apresenta uma curva especial, e para servir deve possuir tal tempera que lhe permitta fazer mossa em grosso pedaço de cobre sem vergar ou quebrar.

Arma quase sempre favorita, ostenta muitas vezes cabo de prata e algumas vezes, bainha, embora seja geralmente trazida desembainhada.

Proseguindo a caminhada em direcção a S. Paulo, serra acima, fala Kidder da agrura da montanha.

"Em taes logares, alguns passos em falso do animal o atirariam e ao cavalleiro, fóra do alcance de qualquer soccorro.

Nossa ascensão tornou-se mais interessante pelo facto do encontro successivo de tropas de mulas.

Ouviamos primeiramente a voz áspera dos tropeiros, a incitar as suas burradas, e soando tão directamente do alto que parecia vinda das proprias nuvens, depois distinguiamos o tropel dos cascos e por ultimo avistavamos os animaes *erectis auribus*, impellidos, quase que irresistivelmente para baixo, sob as pesadas cargas de seus lombos.

Era-nos preciso encontrar algum desvio emquanto passavam as diversas divisões da tropa; logo depois o seu passo ressoante e o echo das vozes perdiam-se abaixo, na matta.

Nas caravanas das tropas passavam mulheres cujo aspecto levou o viajante a estes reparos:

"Era de se esperar, devido a falta de carruagens, que as mulheres paulistas apesar de viverem inteiramente como que sequestradas em casa fossem habeis amazonas. Mais tarde tivemos repetidos ensejos de lhes presenciar a dextreza no manejo da redea e a firmeza do estribo.

Difficilmente nos deixámos levar a lhes admirar o estylo da equitação, não obstante sua habilidade e a vivacidade dos cavallos. Além disso a falta dos silhões tornava difficil suggerir melhor methodo de montaria. Os chapéos masculinos pareciam em moda entre ellas, tanto para a equitação como para os passeios.

As tropas, ou caravanas, tão frequentemente encontradas nesta estrada, constituem espectaculo interessante. Compõem-se de cerca de 200 a 300 mulas cada qual, acompanhada por numero sufficiente de pessoas, para protegel-as e dirigil-as.

Os animaes são em geral, simplesmente arreiados com albardões, carregando de cada lado cangalhas bem contrabalançadas, contendo saccas de assucar ou outros generos."

Não notou Kidder, a presença do café nos transportes tropeiros da Serra do Mar.

"Um dos animaes, é amestrado para servir de guia — continua elle. Escolhido por causa de seu conhecimento das estradas, e outras qualidades, adorna-o o capricho de seu amo com uma testeira fantasticamente enfeitada de conchas maritimas e galões, e coroada por um penacho de pennas de pavão. Usam tambem de campainhas e não cedem a dianteira a nenhum dos outros animaes.

O chefe de cada tropa vae bem montado, levando um laço no arção do arreio, prompto para a qualquer momento, ser atirado a algum animal desgarrado.

Em 1853 dizia Fletcher das tropas encontradas no Caminho do Mar:

Nas visinhanças da villa de São Bernardo ha consideraveis plantações de café e chá.

Encontrei constantemente tropas de mulas carregadas de café, a caminho de Santos, ou passando de volta da costa para o interior. Convem notar que este modo de transporte de ida e vinda da costa é feito com regularidade e systema, não obstante o trabalho que dá. Muitos fazendeiros possuem um numero sufficiente de bestas para mandar toda sua producção ao mercado; outros não e dependem, mais ou menos, dos tropeiros profissionaes. Cada tropa fica sob a guarda de um conductor, que superintende não só os seus movimentos como as transacções sobre os generos transportados. Geralmente descarregam assucar e outros productos agricolas, trazendo de volta sal, farinha e toda variedade de mercadorias importadas. Fui informado que duzentas mil mulas annualmente chegam a Santos com suas cargas. Um senhor que durante muitos annos se serviu destes tropeiros para o transporte de generos, garantiu-me que raramente, ou nunca, um artigo deixara de chegar ao seu destino.

CAPITULO LXXIII

Os antigos caminhos de accesso ao hinterland fluminense e mineiro — O "caminho velho" — A variante de Bernardo Soares de Proença — Novas estradas trazidas pela propagação cafeeira — A Estrada de Mangaratiba a S. João Marcos — A variante do Caminho Novo — O caminho da Serra — O caminho do Commercio e o da Serra — Movimento enorme do porto de Estrella — O seu anniquillamento — Mauá e Marianno Procopio

A alta cortina montanhosa, que delimita a área exigua da baixada fluminense foi, talvez, pela primeira vez, atravessada por civilizados quando os quatro componentes da expedição de Martim Affonso de Souza a transpuzeram, a mandado do illustre navegante e conquistador, ao permanecer sua frota durante mais de tres mezes ancorada na Guanabara, a partir de 30 de abril de 1531.

Dois mezes gastaram os rudes marujos do Senhor de Alcoentre a fazer um percurso "de sessenta e cinco leguas de montanhas mui grandes e cincoenta por um campo mui grande."

A segunda entrada, documentada, esta tomou proporções de larga expedição militar e data de 1597. Commandava-a Martim Corrêa de Sá e parece fóra de duvida que venceu a serra maritima pela via de Paraty a Cunha, atravessando o Parahyba entre S. José do Parahyba e o ponto onde, mais tarde, se levantou Pindamonhangaba, subindo a Mantiqueira até attingir o rio Verde.

Durante o seculo XVII não consta que nenhuma vereda persistente se tenha aberto atravez do *hinterland* fluminense e o territorio do sertão das Cataguás hoje mineiro.

Desde que começavam as primeiras encostas da montanha imperava o deserto onde vagavam purys, coropós e outras tribus. A communicação terrestre, entre S. Paulo e o Rio de Janeiro, fazia-se com uma solução de continuidade maritima, a de Paraty a Sepetiba.

O avanço do povoamento paulista para o noroeste da villa do Campo de Piratininga processou-se com lentidão, pontuado por Mogy das Cruzes em 1611, Taubaté em 1636, Guaratinguetá em 1657.

Já nesta época, porém, se fazia a viagem de S. Paulo ao Rio, pelo caminho terrestre, demandando Paraty. Assim nol-o conta Pedro Taques, ao relatar a jornada de D. Ignez Monteiro de Alvarenga, a famosa paulista do seculo XVII cognominada a "Matrona."

A descoberta das Minas Geraes provocaria a fundação do pequeno nucleo "das roças de Bento Rodrigues" em Guaipacaré, depois Lorena e freguezia de 1724, pouco adeante de Guaratinguetá.

Dahi rumavam os bandeirantes pela garganta do Embahú para as terras altas, mantiqueiranas.

Em Lorena, durante largos annos, estacou a penetração de Cachoeira e Queluz apparece em 1800, com o aldeamento para as terras fluminenses, pois só de 1780 datam os principios dos Purys alli feito, a mandado do Capitão General Antonio Manoel de Mello e Castro e Mendonça, sob a direcção do veneravel cathechista, padre Francisco das Chagas Lima.

Cruzeiro, a antiga Conceição do Embahú, começara um pouco antes, em 1781, com a capella edificada pelo sargento-mór Antonio Lopes de Lavre. Data Bananal de 1783, Silveiras e Areias já do seculo XIX. Mas todos estes logares eram, ao começar o seculo, pobres arranchamentos de meia duzia de casebres em torno de toscas capellinhas.

Do lado fluminense, ao longo da via ferrea actual, o avanço se fez muito lentamente. Largo trecho do Parahyba, em uma e outra margem, hoje seguido pela Central do Brasil, estava coberto de densa e admiravel floresta, refugio dos Purys até depois de 1830, quando o café começou a enxotar estes indios definitivamente das terras de seus avoengos.

Basta lembrar que Barra Mansa foi criada parochia, em 1839 quando os agricultores mineiros, guiados pelo benemerito coronel Custodio Ferreira Leite, Barão de Ayuruoca, de tão philantropica memoria, começaram a derrubar as suas enormes mattas para abrir fazendas de café nessa terra então prodigiosamente fertil.

Barra do Pirahy, esta data de 1864, apenas, e foi uma criação do commercio de café, por iniciativa do Barão do Rio Bonito. Rezende, sim, é muito mais antiga. Já nas vizinhanças da actual cidade morava, em 1744, rodeado pelos Purys, o paulista Simão da Cunha Gago. Mas era pequeno e insignifi-

cante pouso, freguezia em 1756, só elevada a villa em 1801 pelo Mestre de Campo Fernando Dias Paes Leme, bisneto do grande Fernão Dias Paes, São João Marcos, a antiga São João do Principe, singela capellinha setecentista, de 1737 (?) só foi villa em 1811 e Rio Claro em 1849.

Curiosa esta solução da continuidade na via terrestre entre a capital paulista e o Rio de Janeiro! E' mesmo inexplicavel a quem ignora a nossa historia, e no emtanto a mais plausivel desde que se saiba que uma causa de ordem superior desviava do curso natural a directriz indicada pelo alveo do Parahyba.

Tal desvio causara, em fins do seculo XVII, a descoberta, no immenso e deserto sertão de Cataguazes, hoje Estado de Minas Geraes, pelas bandeiras de São Paulo, do primeiro ouro abundante do Brasil, o que provocou o formidavel "rush" dos primeiros annos setecentistas, para o territorio dos grandes "placers" do Espinhaço, nas vizinhanças de Ouro Preto, Marianna, Sabará, Caeté, Santa Barbara, etc. e ás margens do Rio das Mortes, em S. João e São José d'El Rei.

Foi então que as veredas ligando São Paulo ás localidades do valle do Parahyba, com o seu transito enormemente augmentado, passaram a constituir verdadeira estrada batida, constituindo percursos cujas jornadas, desde os primeiros annos da mineração, conhecemos graças a documento preciosissimo, impresso em 1711 e no emtanto escapo milagrosamente a total destruição, comminada por iniqua sentença regia de exterminio, emanada do alto do throno de D. João V.

Queremos nos referir a este livro insubstituivel da documentação historica brasileira colonial, preciosissimo, repetimol-o, sem receio de exageração, a *Cultura e opulencia do Brasil por suas drogas e minas,* assignada por André João Antonil, cryptogrammo que não resistiu á argucia e á erudição do eximio sabedor das nossas coisas, o nosso prezado e illustre mestre Capistrano de Abreu.

E' Antonil, o illustre Ignacio João Antonio Andreoni, quem primeiro nos dá pormenorisada noticia do rude sulco que servia de liame de São Paulo á base da Mantiqueira, á altura de Lorena, percorrido pelas caravanas dos famelicos do ouro, encaminhados para as catas e lavras do sertão de Cataguazes pela instigação das noticias maravilhosas que de lá desciam.

Em valioso estudo inserto no *O Café no segundo Centenario de sua introducção no Brasil* e subordinado ao titulo: *Os caminhos antigos pelos quaes foi o café transportado do*

interior para o Rio de Janeiro e outros pontos do littoral fluminense annota Basilio de Magalhães:

De Paraty costeando o mar, havia veréa tambem aberta pelos guayanazes, que, por Ubatuba, Natividade, Parahybuna e Mogy das Cruzes, era o meio mais curto de communicações terrestres entre o Rio de Janeiro e a cidade de São Paulo.

A estrada de Paraty a Guaratinguetá tomou o nome de "Caminho Velho", nos ultimos annos do seculo XVII ou nos primeiros annos do seculo XVIII, quando entrou em trafico o "caminho novo", aberto por Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes, o caçador das esmeraldas".

Pelo "Caminho Velho", por ainda não permittir o "novo", em abertura, o trafego de animaes viajou Arthur de Sá e Menezes governador e capitão-general da Repartição do Sul (1697-1701), primeiro dos delegados regios que neste caracter visitou o "hinterland" mineiro. Partiu do Rio de Janeiro a 23 de agosto de 1700 e só voltou á séde do seu governo a 1.° de julho do anno seguinte."

E não regressou "de mãos abanando" como diz a curiosa expressão popular. Trazia nada menos de quase seiscentos kilos de finissimo ouro, quarenta arrobas de metal! viatico modesto, presente mesquinho dos paulistas com quem se avistara na faina de revolver leitos de rios e ribeirões!

Dentro de alguns annos transmittiria este enorme cabedal ao seu sobrinho, o Marquez de Fontes e Abrantes o grande amigo e protector de Bartholomeu de Gusmão.

Estas communicações do Norte de São Paulo com o Rio de Janeiro por meio de via mixta maritimo-terrestre, cuja segunda parte se iniciava em Paraty, longamente duraram. Em pequena monographia de nossa lavra: *O caminho terrestre entre S. Paulo e o Rio de Janeiro* (cf. *Ansaes do Museu Paulista,* III, 194-245) pormenorisadamente historiámos o caso do estabelecimento do liame entre as duas cidades.

O caminho maritimo de Sepetiba a Paraty continuou a ser o preferido, por uma razão muito simples: a das suas grandes e reaes vantagens, quanto ao encurtamento e commodidade sobre qualquer picadão traçado atravez do terreno dobradissimo de toda aquella região, montanhosa em extremo. Já nesta época porém o *hinterland* fluminense fôra rasgado por estrada a que punha em communicação o districto das lavras auriferas a cidade guanabarina, sua verdadeira capital geographica.

Ao filho illustre do grande Fernão Dias Paes se deveu este notavel commettimento.

Diz Basilio de Magalhães que exhaustivamente estudou este assumpto:

"Garcia Rodrigues Paes, mediante a licença que em 1698 obteve de Arthur de Sá e Menezes, placitada pelo soberano portuguez, tendo-se estabelecido á margem do rio Parahyba no ponto onde surgiu a hoje cidade de Parahyba do Sul, atacou immediatamente o serviço, tanto para o *hinterland* aurifero quanto em demanda do Rio de Janeiro, de sorte que, em fins de 1699, já era praticavel por pedestres a "picada" entre a bahia da Guanabara, em estrada larga, por onde passassem tropas, trabalhou seis annos, consumindo nisso todos os recursos de que dispunha, pois a obra foi feita á sua propria custa."

Antes de acabal-a veio-lhe em auxilio o cunhado, Domingos Rodrigues da Fonseca, que nella gastou cinco mezes e meio, em 1704, ou 1705. Mas sua conservação della e as variantes para a facilitação da descida da Serra do Mar, até ao porto, exigiram novos esforços. Amador Bueno da Veiga o paulista famoso da *Guerra dos Emboabas* offereceu-se para completar a tarefa; mas pediu em troca tantas mercês, que a rainha-regente, D. Catharina, viuva de Carlos II da Inglaterra, e irmã de Pedro II de Portugal, lhe indeferiu o requerimento. Coube ao sargento-mór Bernardo Soares de Proença sua ultimação devendo-se-lhe presumivelmente a variante que terminava no Porto da Estrada. Affirma uma provisão regia que este atalho tornara a distancia quatro dias mais breve que a do trajecto anterior e livre do rigor da Serra do Mar."

Não se sabe a data precisa em que se deu essa intervenção de Bernardo Soares de Proença; mas, deve ter sido posterior a 1711. E é de crer que pela sua estrada haja transitado a tropa de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho sahida de Minas para acudir ao Rio de Janeiro, assolado pela esquadra corsaria de Dugay-Trouin.

Na obra insubstituivel de Antonil descreve-se summariamente o percurso desta estrada que em muitos trechos iria indicar a directriz de linha ferrea suplementar do tronco da Central do Brasil, depois de longamente servir de estrada das tropas carregadas de café.

Nas *Minas do Brasil* effectuou Calogeras algumas identificações dos pousos indicados por Antonil.

Em torno deste caminho mestre divergiam as variantes multiplas.

Escreve Feu de Carvalho em seus *Caminhos e roteiros nas Capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas.*

"Em 1717, D. Pedro de Almeida ao rei asseverava, por carta escripta do Rio de Janeiro, que desta capitania para Minas Geraes existiam varios caminhos e muitas veredas.

Devido a variedade de caminhos e veredas, é que o Conde insistia com o soberano para que o registo que se achava em Iguassú, fosse transferido para a Parahyba, porque só deste modo se evitaria que alguma pessoa passasse do Rio de Janeiro para Minas com negros e fazendas; e, assim tudo iria ter á casa do registro.

Evidentemente, a Parahyba era a chave das Minas.

Relatava o Conde de Assumar que a primeira coisa que procurara adquirir quando viera governar fôra uma verdadeira idéia da sua capitania de São Paulo e Minas, tendo, averiguado existirem tres caminhos principaes que eram os que até 1717 se tinham descoberto desde as costas da capitania do Rio de Janeiro para o reconcavo de Minas Geraes.

Um a que chamavam o — *Velho* — desde Paraty, pelas serras Muriquipiocaba, e Vimitinga, até a Borda do Campo que chamavam — Apparição.

Outro de Santos por São Paulo, passando pela villa de Taubaté que se juntava com o caminho acima referido na villa de Guaratinguetá.

O terceiro começava em Iguassú ia ao Parahyba e Parahybuna rios destes nomes, até a paragem que chamavam Campos.

Todas estas tres estradas eram asperas e fragosas, apertadissimos desfiladeiros; pela eminencia das montanhas e o espesso de bosques e muito difficeis.

No fim destas estradas começavam então as maiores e mais consideraveis povoações das Minas Geraes, como fossem Villa Rica, Villa do Carmo, Rio das Velhas etc.

Foi por estas veredas que durante um seculo transitaram os comboios que traziam ao Rio de Janeiro as preciosidades metallicas e mineraes das Minas. Continuava a capitania do Rio de Janeiro a ser uma zona densamente florestada de terras inaproveitadas, em virtude de sua rude topographia, e a densidade escassa de população.

Ao café caberia operar rapida e enorme transformação no facies daquella região reflectindo-se sobre as vias de penetração.

Escreve Basilio de Magalhães:

"Para que se faça idéa do impulso que tomou essa cultura no territorio fluminense, basta que se saiba que em 1828 se entregavam a ella, na zona confinante com a fazenda na-

cional de Santa Cruz, 173 lavradores, os quaes, com o auxilio de 6.309 escravos, colheram no referido anno 173.820 arrobas (v. "O Tombo", Rio de Janeiro, 1829, pags. 169-175).

Ora, esse desenvolvimento da lavoura cafeeira, operado em fins do seculo XVIII foi justa compensação da baixa do rendimento das lavras auriferas, phenomeno a que se vincula capitalmente a inconfidencia mineira de 1789. Os comboios que traziam o ouro para a bahia de Guanabara (para nenhum outro porto podia elle ser conduzido, em razão da carta regia de 18 de março de 1711, que sujeitou a praça de Santos ao governo do Rio de Janeiro, prohibiu que das Minas houvesse communicação com aquella e só a permittiu com este pelo "caminho novo", como se vêm na collecção "Governadores do Rio de Janeiro", I. XX, fls. 25 do Archivo Nacional) foram sendo substituidas por tropas que transportavam café e outros productos da regiao sertaneja, até que em meiados do seculo XIX, se iniciasse a primeira via ferrea de penetração do interior fluminense paulista-mineiro.

Antes de serem fincados os trilhos da E. F. Mauá e da E. F. D. Pedro II, só existiam, com variantes e ramaes que a necessidade do trafego obrigou a abrir, o "caminho velho", dos Guayanazes e o "caminho novo", de Garcia Rodrigues Paes, Domingos Rodrigues da Fonseca e Bernardo Soares de Proença."

O reparo que entendemos oppor ao douto sabedor das nossas coisas é que ha exageração de suas palavras.

Em fins do seculo XVIII a producção cafeeira do Brasil era insignificante ou antes, por assim dizer, nulla e geralmente oriunda da faixa littoranea, como aliás elle proprio lembra, referindo-se aos vizinhos de Santa Cruz.

Referindo-se ao escoadouro dos cafés do planalto do Oeste fluminense e nordeste paulista commenta Basilio de Magalhães:

No "Caminho velho" em vez do primitivo ponto terminal no Atlantico, que era Paraty, surgiram os de Jurumirim. Ariró, Itanema, Frade, Mambucaba e Sitio Forte, todos no grande golfo angrense. Neste é que se despejava a producção de quase todo o sul e sudoéste fluminense, do chamado norte paulista, da zona meridional de Minas e ainda de Goyaz. Até 1864, a antiga povoação dos Santos-Reis-Magos foi, depois do Rio de Janeiro, o porto mais movimentado do sul do Brasil.

Para attender-se a tão activo commercio, impoz-se o franqueamento de novas estradas dalli para Bananal, S. José

dos Barreiros-Rezende, para Bananal-Cruzeiro, para Rio Claro Barra Mansa, para S. João Marcos e outros pontos. Algumas como o terreno o propiciasse, não precisaram de calçamento e ficaram conhecidas por "estradas de barro", qual a de Angra e Rio Claro; outras foram macadamizadas, parcialmente, pelo menos.

Taes são: a de Mambucaba, que occupa em parte o "caminho velho", trifurcando-se, entre a Serra Geral e a Serra do Frade, para Cunha, para Arêas e para Bananal. Bananal — ponto de onde partiam caminhos para Rezende e para Barra Mansa (este ultimo depois transformado na E. F. Bananalense) — liga-se por boas estradas aos portos angrenses de Jurumirim, Ariró, Frade e Bracuhy, ás quaes se deveram principalmente a intensificação da lavoura cafeeira nas zonas do sudoeste fluminense e do nordeste paulista: Rio Claro, além da "estrada de barro", para Angra, ainda a esta se liga pela "estrada do Caramujo", bem como a Jurumirim, pela "estrada de João de Oliveira".

Todos esses caminhos devem ter sido abertos ou melhorados de fins do seculo XVIII até a primeira metade da centuria seguinte. A maior actividade do trafego por ellas realizado foi entre 1840 e 1864. Em 1845, por exemplo, havia em Jurumirim uma das mais pujantes casas commerciaes do sul do Brasil: — a de José Francisco da Silva que como commissario de café e outros generos , possuia em movimento um capital de cerca de 4.000:000$000 (equivalente talvez a 40.000:000$000 de hoje (1927), e, para o transporte maritimo dos productos em que negociava dispunha de tres navios a vela e de mais 16 barcos pequenos.

Ao lado de Angra dos Reis prosperava notavelmente Mangaratiba cujo porto era igualmente grande escoadouro de café do planalto. A sua viação deixou Basilio de Magalhães de referir-se. A "estrada velha" verdadeira picada que punha o porto em communicação com as terras altas não passava naquella época, de vereda tortuosa, ingreme e estreita, que na sua maxima extensão não se prestava senão ao transito de animaes de carga. E mesmo para este nas estações chuvosas, em alguns lugares se tornava intransitavel, porque tantos e taes eram os atoleiros formados no leito da estrada que infallivel era a perda do animal que nelles cahia.

Os cofres provinciaes fluminenses começavam a custear os melhoramentos desta via e esta despesa avultou muito. Em dezoito annos, de 1836 a 1854, nada menos de 623 contos de

réis, diz Fereira Soares em seu *Historico da Companhia Industrial da Estrada Mangaratiba*. Organizou-se depois, em 1855, uma empresa para o estabelecimento de uma via de rodagem, organizada pelo Desembragador Joaquim José Pacheco, com um capital vultoso para a época, de 2.400 contos de réis que realizou obras notaveis, senão enormes, sob a direcção do engenheiro Webb.

Apesar da immensa concurrencia de mercadorias e avultadas safras de café a empresa falliu. A' administração do Desembargador Pacheco seguiu-se a do Barão de S. Gonçalo; subiram muito acima da estimativa os gastos de construcção e apesar dos auxilios prestados pelo governo da Provincia foi a 13 de outubro de 1860 decretada a fallencia da Companhia cuja existencia fica documentada pelos vestigios notaveis de seus grandes trabalhos.

Concluiu-se a penoso traçado de perto de trinta kilometros entre Mangaratiba e São Marcos, mas estavam exaustos os recursos da empresa que assim mesmo construira, no consenso unanime dos technicos e do publico, a primeira verdadeira estrada de rodagem do Brasil.

Por ella deviam transitar uma média annual de dois milhões de arrobas de café segundo um quadro de Ferreira Soares, a saber:

De S. João Marcos	382.800
De Rio Claro	33.600
De Pirahy	521.500
De Barra Mansa	761.300
De Rezende	170.800
ou fossem	1.830.000

arrobas de cafés fluminenses e mais ainda 170.000 paulistas e mineiros procedentes de Bananal e Baependy.

Mallograra-se pois o intento dos sonhos dos que queriam levar a sua estrada a Barra Mansa vencendo terrenos difficeis. Aliás dentro em pouco o avanço da Central teria inutilisado tamanhas despesas desviando a producção para a Guanabara.

Estudando outros velhos caminhos fluminenses commenta Basilio de Magalhães com a maior exacção:

"A variante do "caminho novo" devia provavelmente a Bernardo Soares de Proença e que ficou ultimada antes de 1725, vinha de pouco abaixo de Paty do Alferes até á Serra dos Orgãos e dahi ao porto da Estrella, no rio Inhumirim.

Outra estrada, ainda mais curta do que essa foi franqueada depois, em data que se não póde precisar, — da agora chamada Encruzilhada — pois por alli passava o "caminho novo" e com este se cruzou e ainda mais novo, abaixo da cidade de Parahyba do Sul, vinha por Cebolas, Pampulha, Padre Corrêa, até á fazenda da Mandioca (que pertenceu a Langsodorff e foi depois adquirida pelo governo imperial, que alli estabeleceu uma fabrica de polvora), onde entrava na variante anteriormente aberta. Por esse ultimo caminho foi que viajou o Tiradentes, de Villa Rica para a cidade do Rio de Janeiro, em março de 1789, pregando em todos os pontos onde passou a independencia do Brasil sob a forma republicana.

Em 1819 e 1820, a Junta do Commercio do Rio de Janeiro afim de facilitar o trafego com a região do noroeste fluminense, e do sul e oeste mineiros, fez uma estrada que partia do "caminho novo", em Iguassú, e em vez de atravessar a Serra da Viuva, passava por outra parte della, que se ficou, por isso, chamando serra da Estrada Nova; dahi seguia para Vassouras, onde, subindo a esquerda para o logar chamado Desengano e a direita para o ponto denominado Commercio, ambos ás margens do Parahyba, ia encontrar as vias communs, já existentes, para Valença e Rio Preto e para o valle do Parahybuna. Esse novo meio de communicação, preferido pelas boiadas e varas de porcos, com que a zona pecuaria mineira do rio das Mortes abastecia o Rio de Janeiro, ficou sendo conhecido (como se vê em Saint-Hilaire, "Voyage aux sources du Rio de São Francisco et dans la province de Goáis", Paris, 1847, t. I, pag. 23) pelas denominações de "caminho do commercio", "caminho novo" e "estrada nova".

Finalmente, o "caminho da serra", como vulgarmente se chamou na primeira metade do seculo XX, e que ficou sendo o preferido para as communicações com Minas Geraes, era o da ultima variante do "caminho novo", já mencionada acima até ao porto da Estrella. No seu percurso até a cidade da Parahyba do Sul, era o seguinte (consoante com as informações de Raymundo José da Cunha Mattos, "Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas provincias de Minas Geraes e Goyaz, Rio de Janeiro, 1836, 2 volumes) : — do Rio de Janeiro, a Porto da Estrella, 5 leguas; de Porto da Estrella a Mandioca, 2 leguas; (3 leguas, segundo Saint Hilaire); de Mandioca a Padre Corrêa, 5 leguas; de Padre Corrêa a Rancho do Almeida, 3,½ leguas; do Rancho do Almeida a Boa Vista da Pampulha 2,½ leguas; de Boa Vista da Pampulha a Fazenda do Governo, 2,½ leguas; da Fazenda do Governo a

cidade da Parahyba do Sul, 2 leguas. Eram ao todo 22.½ leguas notando-se que a maior distancia era a do trajecto da cidade do Rio de Janeiro ao Porto da Estrella, passando pela Penha, assim como por entre Pavuna e Merity, até attingir ao Pilar e logo adiante ao Porto da Estrella. Quem queria fazer essa viagem mais rapidamente, commodamente, por mar, embarcava no antigo caes dos Mineiros (assim chamado por que por isso preferiam os filhos da terra dos Inconfidentes), e, dentro em seis horas chegava ao Porto da Estrella, distante apenas duas leguas da foz do Inhumirim, no fundo da bahia de Guanabara."

Teve a Estrella formidavel commercio de transito a que se referem numerosos viajantes como Mawe, Spix Martius, Walsh, Suzannet, Saint Hilaire.

O declinio do Porto da Estrella como emporio de trafego commercial, deu-se ainda mais cedo do que o dos portos do golfo angrense, e foi motivado pela construcção da E. F. Mauá, por um lado, auxiliada pela rodovia União e Industria, e pela E. F. D. Pedro II, por outro lado.

Do Visconde de Mauá não ha o que mais se diga depois que Alfredo de Faria apontou com tamanha exacção a benemerencia de extraordinario brasileiro. Inaugurada a sua pequena estrada de Ferro, de Mauá á Raiz da Serra, pretendia o grande homem levar outra de Petropolis ás margens do Parahyba. Este traçado porém só muito mais tarde o construiria a E. de F. Principe do Grão Pará.

Mas outro compatriota nosso, de larga visão pratica e tambem de benemerencia por serviços inestimaveis — Mariano Procopio Ferreira Lage — muito concorreu para transformar em realidade, embora de outra forma o projecto de Irineu Evangelista de Souza. Foi a estrada de rodagem União e Industria, cuja concessão é igualmente de 1852. Construiu-se apenas o trecho de Petropolis a Juiz de Fóra. O plano de Marianno Procopio era, entretanto, complementar do de Irineu Evangelista de Souza, porquanto a concessão obtida pela Companhia União e Industria era, — e isso quando ainda não se cogitava da E. F. D. Pedro II, — para uma estrada carroçavel, que partindo da então villa de Parahyba do Sul, fosse ter a Porto Novo do Cunha; deste ultimo ponto sahiriam dois ramaes, um para Mar de Espanha, com destino a Ouro Preto, e o outro para o rio das Velhas, passando por Barbacena, donde se faria um esgalho para S. João del Rei. Esse plano gigantesco, que a Companhia União e Industria só executou

em pequena parte, parecia uma previsão do movimento rodoviario contemporaneo, provocado pelo invento do automovel.

Sobre a União e Industria escreveu Eloy de Andrade ao apreciar os grandes serviços de Marianno Procopio cujo nome se prende immorredouramente á hsitoria do café:

"Relevantissimo serviço prestou Marianno Procopio Ferreira Lage, ao assombroso progresso da Provincia do Rio de Janeiro, construindo a magnifica estrada União e Industria em seu tempo sem par no mundo.

O que era aquella estrada só poderão falar os que a viram trafegar no decennio de 1860 a 1870. Ia de Petropolis a Juiz de Fóra, com varios ramaes para Bemfica, Porto das Flores, etc.

Tão larga que dez carroças poderiam caminhar ao lado uma das outras sem se tocarem.

Macadamisada e cuidadosamente conservada não se ouvia quase o rodar surdo das diligencias. Após as tempestades de verão conservava-se unida e limpa como uma alameda de jardim. De um e outro lado do leito tufos de bambús proporcionavam deliciosa sombra nas horas de calmaria.

Turmas de dez trabalhadores trabalhavam todos os dias conservando-a. Havia constantemente cinco turmas em serviço.

As carroças partindo de Mathias Barbosa, Rancharia, Registo do Parahybuna, Serraria, Entre Rios, abarrotadas de café iam descarregar na Raiz da Serra.

Mudas folgadas de 18 em 18 kilometros tornavam continuo o trafego dia e noite.

Atarracado baixo e um pouco gordo, sempre severo, apparecia Marianno Procopio sem ser esperado providenciando com criterio e força de vontade indomavel. Certa vez o administrador e o escrivão de uma das principaes estações melindrados pediram-lhe contas.

Sem se perturbar, sem indagar das causas daquella resolução, mandou chamar o chefe das cocheiras e ordenou-lhe que assumisse os cargos de administrador e escrivão até segunda ordem.

E, indagando se estavam pagos os que lhe tinham solicitado demissão, ordenou-lhe que se dirigissem naquelle mesmo dia ou no seguinte ao escriptorio central se por ventura fossem credores da Companhia.

Sabe-se como morreu. Director da Pedro II, hoje Central do Brasil, achava-se incommodado, quando leu certo artigo no "Jornal do Commercio" sobre serviços da estrada. Não to-

lerando censuras lá foi ver o que havia, tudo era pura fantasia. O incommodo aggravou-se e elle morreu no seu posto.

Nada mais exacto do que estes conceitos eruditos de Basilio de Magalhães a que temos acompanhado.

Seja como fôr, os antigos caminhos — quer franqueados pelos indios nas suas incursões do interior para o littoral, quer o aberto por Garcia Rodrigues Paes, Domingos Rodrigues da Fonseca e Bernardo Soares de Proença, por causa das riquezas metallicas descobertas pelos intrepidos bandeirantes paulistas no "hinterland" mineiro — representaram papel relevante em nossa evolução economica e chegaram ao apogeo da sua importancia commercial em meiados do seculo XIX, graças principalmente a lavoura cafeeira nas terras fluminenses, mineiras e paulistas. Foi a intensificação dessa nova cultura que impoz novos caminhos ou variantes dos velhos. E, finalmente, foi ainda ella que concorreu poderosamente para que sobre dilatada porção dessas primitivas vias de communicação se lançassem trilhos, sem os quaes o progresso do interior não teria nunca a marcha accelerada, que patenteia o vigor da nossa operosa gente e a bondade da nossa privilegiada terra."

Das estradas de Oeste fluminense cafeeiro não tratou Basilio de Magalhães em seu bello artigo provavelmente por entender que não eram caminhos antigos. E realmente a zona de oeste, excentrica em relações a Minas Geraes, conservara intacta o seu feitio florestal até os annos da Independencia do Brasil.

No relatorio de Paulino de Souza futuro Visconde do Uruguay a Assembléa Provincial em 1839 ha extensos e valiosos annexos descriptivos da viação oriental da Provincia.

Refere-se á estrada de Porto das Caixas e Cantagallo como exigindo grandes despesas. Havia pontos de transito realmente perigosos como por exemplo o vadeamento do rio Macacú, pelas tropas, que estava exigindo uma ponte.

O terreno accidentadissimo reclamava obras vultosas serra acima nesta via de penetração que se encaminhava ás terras de Matta Mineira do sul espiritosantense e serviam de transito de uma lavoura cada vez mais rica, a de Cantagallo. Os fazendeiros de Cantagallo pensaram em abrir melhor sahida para o mar via Macahé vencendo muitas agruras das altas serras de oeste. A picada antiga estava horrivel. Já Cantagallo exportava duzentas mil arrobas para Porto das Caixas a razão de oitocentos réis por arroba de frete.

Só mais tarde é que o coronel Custodio Ferreira Leite, futuro Barão de Ayuruoca e seu irmão Francisco Leite Ri-

beiro emprehenderiam a estrada de Magé a Sapucaia e Mar de Hespanha que tantos e tão grandes sacrificios demandou.

Falando da difficuldade com que as familias dos fazendeiros fluminenses de 1850 iam de suas propriedades á capital do Imperio, escreve Galdino Pinheiro nas suas interessantes "Narrativas brasileiras" a proposito de uma viagem de Pirahy ao Rio de Janeiro num percurso inferior a cem kilometros no emtanto:

"A' *Cidade,* isto é ao Rio de Janeiro, só iam os ricos, os muito ricos, e assim mesmo de longe em longe!

O preparo para a viagem era feito com antecipação de tres mezes. As mucamas viviam em uma dobadoura; o corte dos vestidos, as costuras, os crivos, as rendas, os engommados absorviam a attenção da dona da casa, que até das gallinhas e dos pintos se esquecia; as meninas mechiam e remechiam em incessante movimento durante o dia e passavam as noites em scismas e sonhos agradaveis; os animaes de sella, os cargueiros a liteira, as canastrinhas, os *picoás* de matalotagem preoccupavam o chefe da familia, até o dia da partida, que era um dia de desordem em casa, transformada em verdadeira casa de Orates!

Tudo isso, porém, nada era em comparação com a viagem, que se fazia em cinco dias, quando corria bem. Mas se alguma chuva convertia o caminho da serra em atoleiro, ou as vargens e brejos *Itaguahy* e *Santa Cruz* e de tremendaes, então verieis o que era viajar naquelles tempos, que felizmente vão longe!

Imaginai, ó leitor, os horrores de um naufragio, que fareis uma approximada idéa das contrariedades, sustos e afflições, que perturbavam a marcha das caravanas."

CAPITULO LXXIV

O café e o surto ferroviario brasileiro — As primeiras tentativas para a construcção de estradas de ferro — Os primeiros decretos neste sentido — Feijó e Barbacena — Cochrane e Mauá — Os Teixeira Leite e o "Movimento de Vassouras" — O misoneismo dos politicos — Primordios da construcção da Estrada de Ferro de D. Pedro II — O avanço da grande via ferrea — Resultados notaveis de sua exploração — Expansão da cultura cafeeira por ella determinada

Caberia ao café a gloria de trazer ao Brasil as suas primeiras ferrovias. Em relação aos demais paizes civilizados não foi das mais apressadas a entrada de noso paiz no movimento ferroviario. Havia bem um quarto de seculo que elle se encetara na Inglaterra quando se levou a cabo, no Imperio, a construcção de sua primeira estrada de ferro. Nem tal primazia na America do Sul tocaria ao Brasil e sim ao Chile.

Em 1830 corriam os primeiros comboios, quase simultaneamente, na Inglaterra e nos Estados Unidos e o mundo occidental todo procurava integrar-se neste movimento de tão alta potencialidade civilizadora.

Não podia deixar de reflectir-se no Brasil pelo menos em anceios de funda espectativa.

Escreve José Palhano de Jesus em sua *Rapida noticia da viação ferrea do Brasil*:

"No Brasil, apesar das frequentes guerras e commoções politicas que precederam a data da revolução de 1822 e que infelizmente ainda perduraram por largo numero de annos, encerrado revolucionariamente o curto periodo do primeiro Imperio e declarada a maioridade do joven imperador D. Pedro II, cogitou logo o poder central dos meios de dotar o paiz do novo systema aperfeiçoado de transportes terrestres, que acabava de ser posto em pratica em outras regiões, não tendo escapado ao espirito esclarecido de Diogo Antonio

Feijó, os resultados que semelhante melhoramento nas communicações traria á approximação e harmonia dos diversos nucleos de população que constituiam o Brasil."

Recorda o autor com perfeita exacção de conceitos quanto, no Brasil, inçava-se o problema de difficuldades.

Entre nós era o problema mais difficil de realizar do que nos grandes paizes industriaes. Faltavam-nos as solicitações directas de grandes fontes de producção, anteriormente servidas por estradas aperfeiçoadas de outros typos, e tambem o accumulo de capitaes exigidos pelas novas e dispendiosas construcções."

Não allude Palhano de Jesus a outra circumstancia e das mais graves obstadoras do tentamen: as enormes difficuldades topographicas da região que se apresentava como capaz de receber os primeiros trilhos, a cafeeira, o vencimento desta alta barreira que, a algumas dezenas de kilometros do mar, exigiria sacrificios immensos para os quaes não estava o Brasil apparelhado. Paiz sem economia accummulada não se achava o Imperio em condições de emprehender tão alto tentamen.

Commenta Palhano.

"Ser-nos-ia preciso attrahir do extrangeiro capitaes. Não se prestava, entretanto, a isso a lei n. 101, que o regente Feijó promoveu e assignou em 3 de outubro de 1835."

E realmente como que os legisladores, não estavam ao par do que realmente seria pratico realizar-se. Basta lembrar que na lei 101 nem se cogita do systema de tracção a utilizar-se! Mas os devaneios da phantasia que a inspirara revelavam-se extraordinarios. Em 1835 pensava-se na possibilidade da construcção de uma via ferrea que ligaria Porto Alegre ao Rio de Janeiro e á cidade d'O Salvador!

As vantagens acenadas aos constructores pela lei de 1835 não eram de natureza a indicar os commettimentos ferroviarios no Brasil.

Eram estes seus favores e obrigações:

Privilegio por 40 annos para o serviço de transporte.

Não damnificar as estradas existentes, podendo occupar qualquer dellas, contanto que se construisse outra igual sem exigir nenhuma taxa sobre o transito nella effectuado.

Servir ás cidades e villas que o Governo designasse.

Não receber por transporte de uma arroba de peso mais de $020 por legua, nem mais de $090 por passageiro e por

legua ($202 por tonelada-kilometro e $014 por passageiro-kilometro, tomada a legua usual, de 3.000 braças).

Isenção de direitos de importação, durante os cinco primeiros annos, para todas as machinas, instrumentos e outros artefactos de ferro ou qualquer metal.

Cessão gratuita de todos os terrenos necessarios para a estrada e dependencia, no caso de pertencerem estes ao Governo, e direito de desapropriação por utilidade publica, no caso de pertencerem a particulares.

Marcara a lei dois annos para o inicio das obras e estabelecia a extensão minima de 5 leguas (33 kilometros), a serem construidas em cada anno; estabelecida a applicação de multas no caso de infracção de qualquer artigo. Não definia nem delimitava a zona privilegiada e, quanto ao resgate, dispunha que as taxas que a companhia estabelecesse em seu beneficio pelo transito da estrada, seriam consideradas premios do capital nos primeiros 40 annos, reservando-se á Nação, passado esse prazo, o direito de remir as obras pelo valor e modo que fosse estabelecido, a juizo de arbitros, se não preferisse prorogar o privilegio por mais outros 40 annos, findos os quaes reverteriam á Nação todas as obras sem indemnisação alguma, obrigando-se a companhia a entregal-as em bom estado.

Dado o estado economico do paiz, é evidente que os favores consignados nesta lei não eram sufficientes para permittir o emprehendimento da vasta estrada projectada e bem capazes de attrahir do extrangeiro os capitaes necessarios.

Conta Christiano Ottoni que Feijó incumbira ao Marquez de Barbacena de estudar as disposições financeiras da praça de Londres, o grande mercado de capitaes, para ver o que seria possivel delle obter para as ferro vias projectadas no Brasil. Trouxera Caldeira Brant Pontes a convicção de que só seriam viaveis as emprezas com altas garantias de juros.

Teve a lei de Feijó reflexo quase immediato em sua terra natal.

O governo da Provincia de S. Paulo, seguindo o exemplo do Governo Geral, decretou tambem em 1836 e modificou em 1838 um plano de estradas de terro, combinado com a navegação interior, plano que não produziu resultado. Tratava-se da ligação de Santos ás cidades de S. Paulo, S. Carlos (Campinas), Constituição (Piracicaba), Itú ou Porto Feliz e Mogy das Cruzes.

Em terras paulistas impunha a barreira maritima o mais sério obice ao progresso geral da provincia. Era de transpo-

sição muito mais penosa ainda do que na região fluminense, com o seu feitio de paredão abrupto.

Tem toda a procedencia as ponderações de Affonso A. de Freitas em seus *Capitulos de Geographia de S .Paulo*.

Em 1836 a provincia exportava assucar, café, toucinho, fumo, feijão, milho e solla, cujo preço médio de transporte para o porto de Santos regulava, por unidade arroba, 400 réis a partir de São Paulo, 720 de Itú, 800 de Campinas, ou de Porto Feliz, 960 de Piracicaba, etc. constando a importação, de sal, farinha de trigo, fazendas, chapeus, ferragens, vidros, louças, vinho, bacalhau, objectos de cobre, etc. que pagavam tambem por arroba e para as mencionadas localidades, de 200 a 1.400 réis conforme a distancia percorrida e a natureza da carga transportada.

Comparando-se o valor da moeda daquella época com o da actual verificamos ser elevadissimo o preço de transporte de então: esta circumstancia, a grande massa de generos a transportar, o mau estado das mercadorias, principalmente do assucar e do café quase sempre deterioradas pelos aguaceiros apanhados em caminho, a perda vultosa de animaes de carga cujos esqueletos alvejavam a serra do mar, levaram os paulistas a pensar no estabelecimento de uma estrada de ferro ligando o porto de Santos ao interior da Provincia."

Em 1835 o allemão Frederico Fomm incumbiu a expensas suas, ao engenheiro inglez Mornay o encargo de estudar a possibilidade da construcção de uma via ferrea pelo systema de planos inclinados, atravez da Serra do Mar. Verificada a exequibilidade deste projecto, requereu e obteve da Assembléa Provincial no anno seguinte, a indispensavel concessão em nome da firma Viuva Aguiar, Filho & C. da qual era socio e gerente.

Tratava-se de empresa gigantesca porém e a massa de producção paulista não remuneraria os capitaes invertidos em commettimento de tamanho vulto. Nada conseguiu Fomm de pratico na sua tentativa de levantar capitaes inglezes. A finura de senso pratico do capital não permittiria que os banqueiros se envolvessem nesta aventura tão altamente aleatoria.

O Brasil de 1840 ainda não estava em condições de se incorporar ao ról, das nações ferroviarias.

Continuavam as tentativas e os devaneios.

Thomaz Cochrane, em 1839, lembra Palhano de Jesus, requereu ao Congresso, e mais tarde ao Governo Central, privilegio exclusivo para construcção e exploração commercial de uma estrada incluida no plano da lei geral de 1835; par-

tindo de Pavuna, nas proximidades da Capital do paiz transporia a Serra do Mar e iria alcançar a barranca do Rio Parahyba do Sul, cujo curso acompanharia até á Villa de Rezende.

Depois de ouvida a Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação e a presidencia da Provincia do Rio de Janeiro, foi-lhe finalmente outorgada a concessão em 1840. Conseguiu o concessionario organizar a Imperial Companhia de Estradas de Ferro, com capital de 8.000:000$000, dividido em 16.000 acções de 500$000. Ao enthusiasmo dos primeiros tempos succedeu o desanimo geral, não obstante a constancia de que deu prova o primitivo concessionario, que debalde appellou para o capital inglez (1843 a 1845). A concessão não era de vulto a attrahir capitaes tão notaveis; os favores concedidos inferiores aos que o Governo Britannico outorgava para caminhos de ferro do seu proprio territorio.

Querendo attrahir capitaes, a Russia adoptara o regime de garantia de juros, no que fora imitada por varios outros paizes e em 1850 pelo proprio Imperio Britannico em relação á India.

Percebendo que esta garantia era indispensavel á realização dos seus projectos, pediu-a Cochrane e chegou a obter, em 1848, parecer favoravel do Conselho de Estado; mas o assumpto foi sujeito ao estudo da Camara dos Deputados, onde não teve andamento.

Nestes e noutros esforços infructiferos chegou o Brasil ao anno de 1852 e o unico resultado positivo destas mallogradas tentativas foi ficar evidenciado que a attracção de capitaes para nova industria exigia favores mais amplos por parte da Nação, e entre elles a concessão de garantia de juros.

O governo provincial fluminense fizera tambem suas tentativas, acompanhando o influxo do governo central em 1830.

São disto provas: a lei de 9 de maio de 1840, relativa á concessão de uma estrada de ferro entre a Villa de Iguassú, e um ponto da Bahia de Nictheroy e a lei, de 28 de maio de 1846, que concedia ao visconde de Barbacena uma estrada de ferro, que, partindo do Porto do Brejo, na Freguezia de Santo Antonio de Jacutinga se dirigisse até o Guandú com o direito de lançar um ramal para a Villa de Iguassú.

Explica Palhano o que se passara no periodo de 1835 a 1852.

Conhecidas as disposições financeiras da praça de Londres, e as garantias julgadas indispensaveis pelos capitalistas inglezes, para a construcção da extensa rede ferroviaria deli-

neada na lei de 1835, para o que havia Diogo Antonio Feijó incumbido especialmente o marquez de Barbacena, de abrir verdadeiro inquerito na Europa, conforme affirma Christiano B. Ottoni, ficou plenamente evidenciado que se tornava indispensavel estabelecer o regime da garantia de juros. Sob o imperio destas circumstancias foi votada e sanccionada a lei de 26 de junho de 1852, que já se não referia a toda a rede primitiva, mas simplesmente a linhas de ligação do Municipio da Côrte, com indeterminados pontos das provincias de São Paulo e Minas Geraes. Para qualquer outra linha o Governo poderia fazer a concessão, mas dependentes da approvação do Corpo Legislativo, que se reservava o direito de resolver sobre a conveniencia da estrada projectada e a opportunidade da sua construcção em face dos onus acarretados ao Thesouro.

Todos os favores da lei n. 101 foram reproduzidos na de 1852 em termos mais explicitos e em disposições melhor concatenadas; o prazo do privilegio podia attingir 90 annos, em vez dos 40 do regime anterior; as clausulas de isenção de direitos, da cessão gratuita dos terrenos pertencentes ao Governo e de direito de desapropriação por utilidade publica se reproduziram com pequenas ampliações. O direito das companhias de cobrarem taxas pelo serviço de transporte foi regulado, ficando estabelecido que os preços seriam fixados pelo Governo de accordo com as companhias. Não se limitou a importancia do preço maximo das tarifas de passageiros e mercadorias, mas consignou-se que o preço dos transportes não poderia exceder ao custo actual das condições. Appareceu pela primeira vez na legislação a garantia de zona privilegiada, e esta com a extensão de 5 leguas para cada lado do eixo da linha ou fossem trinta e tres kilometros.

A disposição principal da lei relativa á garantia de juros redigiu assegurava á companhia o juro até 5 % do capital empregado na construcção do caminho de ferro, ficando ao mesmo Governo a faculdade de contractar o modo e tempo do pagamento deste juro.

Não havia limitação do capital a ser empregado; a garantia se extendia ao total invertido na construcção. Quando a exploração do trafego permittisse dividendos superiores a 8 %, começaria o reembolso dos juros despendidos pelo Thesouro, de accordo com uma escala de porcentagens estabelecida para cada caso.

A reducção dos preços dos transportes seria feita, quando attingido o dividendo maximo fixado pelo Governo, de accordo com a companhia.

Os prazos para inicio e conclusão das obras se fixariam nos respectivos contractos. Mantendo-se ao Governo a faculdade de effectuar o resgate, nas condições de tempo e preço, estabelecidas em cada concessão.

A obrigação das companhias não possuirem escravos, a fiscalização technica dos serviços pelo Governo e outros dispositivos salutares, agora consignadas, já haviam sido ensaiados na lei paulista de 1838, reconhecida pelo Governo Geral por decreto do Poder Legislativo do mesmo anno.

Recordando a realização notabilissima de um dos maiores brasileiros de todos os tempos, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá que então alcançaria o primeiro tropheu de uma longa serie de tão assignalados serviços á Patria e á Civilização commenta Palhano de Jesus:

"Se é certo que só o regime da garantia de juros é que póde dar o indispensavel impulso á construcção da rêde ferroviaria do vastissimo territorio do Brasil, não é menos verdade que o nosso primeiro trecho de estrada de ferro foi construido e inaugurado independentemente de tal concessão e sem se filiar á lei, que acabamos de analysar."

No proprio anno de 1852 (a 27 de abril) concedera a Provincia do Rio de Janeiro a Irineu Evangelista de Souza o direito de construir uma estrada de ferro desde o Porto de Mauá, na Bahia de Guanabara, até á raiz da Serra de Petropolis, concessão mais tarde completada (a 12 de junho) pela da navegação entre aquelle porto e a cidade do Rio de Janeiro. A serra de Petropolis continuaria a ser vencida por estrada de rodagem.

Ousado e emprehendedor, metteu Mauá hombros á empreza, e, tendo incorporado a Imperial Companhia de Petropolis, inaugurava, a 30 de abril de 1854, 14,½ kilometros de linha ferrea da bitola de 1.676 no meio de grandes festas, presididas pelo proprio imperador D. Pedro II, acompanhado do que havia de mais luzido na sua Côrte.

Como é expressiva a presença da, hoje celebre, *Baroneza*, a primeira locomotiva que rodou sobre trilhos brasileiros, no brazão de armas, concedido em 1855 a Mauá, agraciado com o baronato, no proprio dia da inauguração de sua estrada de ferro! Locomotiva e trilhos de sable em campo de ouro, a figurar num escudo partido em faxa onde ainda ha um navio a vapor, de prata, em mar do mesmo campo e bicos de gaz de ouro com chammas de vermelho. Ao brazão apresentam dois mercurios de carnação com manto azul, caduceu e bolsa de ouro como tenentes. Que lindas armas falantes da neo he-

raldica imperial americana! como traduzem a vida e os feitos do seu immortal portador, cuja divisa era o vulgar mas ahi exactissimo: *Labor improbus omnia vincit!*

O vencimento da serra dos Orgãos era empresa acima das forças de Mauá e não a mais recommendavel para uma linha que devia ligar a zona cafeeira á capital do Imperio.

E realmente as maiores lavouras estavam mais para a esquerda do seu eixo, na zona mais oeste da Provincia do Rio onde se achavam os maiores centros cafeeiros de todo o paiz, este bloco que comprehendia os municipios de Vassouras, Parahyba do Sul, Pirahy e Barra Mansa.

Dahi a idéa do traçado da Pedro II propugnado pelos vassourenses, instigados pelos Teixeira Leite.

Commentando o misoneismo de Bernardo de Vasconcellos, Paraná e seus adeptos procurava o Conselheiro Manuel da Cunha Galvão, em 1869, desculpal-os, em sua obra conhecida sobre os caminhos de ferro no Brasil

Não emittia juizo sobre os erros atribuidos a tão distinctos brasileiros, nota apenas quanto era natural que os Srs. Vasconcellos, Paraná, Barão de S. Lourenço e Macedo, formados em direito, errassem, tratando de estradas de ferro, de que não cuidam os cursos juridicos.

Verberando a extensão deste esteril lapso inicial do grande trecho, entre o "hecho" e o "fecho", do conhecido proverbio hespanhol amargamente observava Cunha Galvão:

"As estradas de ferro não tem tido no Brasil o desenvolvimento que fôra para desejar.

O governo do paiz e os seus habitantes occupam-se de preferencia da politica, e entretem-se na parte especulativa, abandonando em geral o que diz respeito ao bem estar material do povo.

A tribuna legislativa tem sido abrilhantada por longos discursos, muito eloquentes, mas cujo resultado final, pode-se bem dizer: *Inania verba et preterea nihil.* A nossa legislação é já immensa, as leis anuaes e os regulamentos do governo formam grossos volumes. O espaço, porém percorrido pelas nossas vias ferreas está na razão inversa dos discursos proferidos nas camaras, da legislação e das decisões do governo.

Os grandes homens do paiz, são os que mais falam; e quanto mais falam, mais sobem.

Nesta atmosphera não podem medrar as estradas de ferro."

Commentou Christiano Ottoni igualmente o misoneismo dos nossos estadistas, alguns delles do porte dos illustres Ber-

nardo de Vasconcellos e Paraná numa pagina altamente elucidativa de seu *Esboço historico das estradas de ferro do Brasil.*

Ao tratar das primeiras tentativas para a construcção da Estrada de Ferro Dom Pedro II escreveu o eminente engenheiro:

"Nasceu esta empreza, como todas as vias ferreas do Brasil, da lei de 26 de junho de 1852, que decretou a linha, dotou-a com a garantia do minimo juro de 5 %, estipulou e limitou os mais favores, que o governo poderia outorgar á respectiva companhia."

Annos antes fôra concedido ao Dr. Thomaz Cochrane privilegio para a construcção de uma estrada de ferro, communicando a Côrte com a provincia de S. Paulo...

Sobremodo louvavel a intenção do ministro que referendara o decreto a ella relativa.

Era Antonio Carlos de Andrada, que ministro em 1840, tivera a nobre ambição de ligar o nome á primeira concessão de estrada de ferro no Brasil. Já antes se havia occupado do assumpto o governo de Feijó, encarregado o marquez de Barbacena de estudar as disposições da praça de Londres acerca da organização de importante companhia de estrada de ferro para Minas e S. Paulo.

"A crescente facilidade das communicações com a Europa; o desenvolvimento dos caminhos de ferro em todo o mundo; os debates tão illustrados do parlamento francez, de 1838 a 1842, para a decretação da grande rede, debates ecoados pela imprensa universal; a cessação do trafico africano em 1850, e consequente desemprego de largos capitaes taes haviam sido as verdadeiras causas que valorisavam o projecto alimentando a esperança do tão desejado melhoramento.

Occorrera ahi a intervenção de um grupo de grandes capitalistas irmãos residentes em Vassouras.

Affirma Ottoni categorico:

"Não se pode pensar nas origens da estrada de ferro de D. Pedro II sem que ao espirito accuda, como idéa, a cidade de Vassouras."

"Foram os homens illustrados de Vassouras, foi o Dr. Joaquim José Teixeira Leite, foram seus distinctos irmãos Francisco José Teixeira Leite, futuro Barão de Vassouras, Carlos, Antonio Carlos, João Evangelista, Custodio, José Eugenio Teixeira Leite, foi o seu parente Dr. Caetano Furquim de Almeida os propagandistas que se puzeram em luta contra a incredulidade de nossos maiores estadistas.

Vasconcellos dizia: E' estrada de ouro e não de ferro;

carregará no primeiro mez toda a producção realizada, e ficará trinta dias ociosa!

Paraná respondeu aos Vassourenses: Cahisse do céo promptinha a estrada que todos desejam, a renda não seria bastante para o custeio.

"Votar a lei, adjudicar a concessão, e organizar a companhia deviam ser actos successivos. Aos capitaes recolhidos da Africa dava-se assim excellente emprego.

"Entretanto ministro, tudo transformou; abriu hasta publica, recolheu propostas, rejeitou-as e depois de muitas hesitações, affectou o negocio á legação de Londres.

Em Londres o nosso ministro depois de tratar e destratar a organização da companhia, adjudicou a construcção da 2.ª secção a E. Price, por quantia fixa, e reservou o governo a faculdade de organizar companhia nacional."

No fim da vida, ao redigir a sua autobiographia ainda o recordaria Christiano Ottoni do modo mais cabal.

"A idéa da via ferrea entre a capital do Imperio e as provincias de S. Paulo e Minas, vinha de longe, mas encontrara sempre a descrença por parte de nossos estadistas: Construam dizia, ainda em 1849, o grande intellectual Bernardo Pereira de Vasconcellos os trens carregarão no primeiro do mez tudo o que ha no interior para transportar e ficarão ociosos por vinte e nove dias. O Visconde de Itaborahy era tambem incredulo: "A melhor cabeça do Ministerio (em 1852) a grande intelligencia do marquez do Paraná, estava paralysada pela descrença julgava a estrada de ferro uma utopia e com relutancia cedia á pressão, primeiro dos Teixeira Leite, depois da opinião publica.

Foram os Teixeira Leite que deram maior impulso á opinião publica a reclamar a lei de 26 de junho de 1852, autorisando a garantia de juros a 5% aos capitaes para uma estrada de ferro partindo da Côrte bifurcando-se além da serra, dirigindo um braço para Minas outro para S. Paulo.

Era uma familia rica, influente, considerada, e seus creditos concorreram para facilitar a associação de capitaes. Não pareciam animados do simples desejo de ganhar dinheiro, mas possuidos da ambição da gloria de prestar ao paiz um bom serviço. Contando com a concessão, fizeram despesas, relacionaram-se com capitalistas, fizeram vir dois engenheiros, os irmãos Waring, que a custa delles, futuros concessionarios, instituiram um reconhecimento da Côrte até a margem do Parahyba.

Ouvi o Dr. Joaquim, chefe da familia Teixeira Leite,

que os seus engenheiros, os irmão Waring, regressando do reconhecimento technico que instituiram haviam dito: "Se não fôr possivel na cordilheira um desenvolvimento accessivel ás locomotivas, construiremos uma estrada de ferro atmospherica."

Occorreu depois assaz longo periodo em que se discutiu a situação juridica da concessão feita ao Dr. Thomaz Cochrane. Chegara elle em Londres, a organizar um esboço de companhia executora dos trabalhos da projectada ferrovia.

A 20 de outubro de 1852 recebia a Secretaria do Ministerio do Imperio tres propostas.

João Baptista da Fonseca e Theophilo Benedicto Ottoni, obrigavam-se a construir a estrada de ferro sem garantia de juros.

O Visconde de Barbacena, pedia 4 % de garantia para o capital empregado.

Joaquim José Teixeira Leite, Caetano Furquim de Almeida e Carlos Teixeira Leite pediam para o mesmo fim 4,½ % de garantia.

Em um parecer da secretaria do Imperio dizia-se que a proposta Ottoni viera complicar de modo imprevisto a questão. Se por um lado o governo não podia prescindir de offerta tão favoravel, antes de certificar-se pela experiencia, de sua inexequibliidade; por outro Cochrane rejeitaria, evidentemente, taes condições. A consequencia seria o adiamento indefinido ou antes a morte de tão grandiosa idéa.

O meio unico de aplainar todas as difficuldades seria obter o governo, de Cochrane, a rescisão do contracto revalidado em 1849, acceitar a proposta Ottoni com a condição de incorporar este a companhia dentro do prazo de um anno sob pena de nullidade da concessão.

O ministerio do Imperio a 12 de novembro de 1852, fez ver ao Dr. Cochrane que a sua proposta era a mais favoravel, mas que o governo não lhe concederia mais seis mezes além do prazo do privilegio para apresentar as plantas do caminho de ferro projectado.

Mas a companhia ingleza não reduziu o seu pedido de garantia de juros de cinco por cento e assim o contracto de Cochrane foi declarado caduco.

Por edital de 9 de fevereiro de 1852, convocou o Governo Imperial concurrencia á construcção da estrada de ferro sem mencionar o privilegio de Cochrane.

Com a sua indiscutivel autoridade, historia Christiano Ottoni:

"Os Teixeira Leite não obtiveram a concessão da E. F. D. Pedro II, como aliás fôra justo. O Governo chamou propostas e não achando-as aceitaveis, confiou o negocio ao nosso ministro em Londres, Sergio Teixeira de Macedo, que assignou a 9 de fevereiro de 1855 com Ed. Price o contracto para construcção de um bom e solido caminho de ferro, de um ponto do lado Norte da estrada de São Christovam nos arrabaldes do Rio de Janeiro a outro ponto proprio para uma estação em uma planicie junto ao rio Guandú, que corre entre as fazendas denominadas do Bom Jardim e Belém.

O contracto foi depois vivamente censurado, duvidou-se até da honestidade do nosso representante.

Havia clausulas verdadeiramente ruinosas; que habilitavam o empresario a fazer o que bem lhe parecesse, desarmando de todo a fiscalização do Governo, e portanto da companhia sobrogada em seus direitos. Não duvido porém da seriedade do intermediario Sergio de Macedo, nosso ministro affirma C. B. Ottoni, era um homem honesto e intelligente, mas não tinha ao seu lado auxiliar technico: disse depois que procedeu em virtude da declaração que lhe fez o ministro do Imperio nestes termos: "O Imperador quer que a questão se resolva seja como fôr. Price especulou com este empenho de prompta solução."

Sob os auspicios do Governo organizou-se de facto uma companhia com o capital de trinta e oito mil contos, ex-vi do decreto, de 9 de maio de 1855. Durante a construcção os accionistas receberiam juros annuaes de sete por cento e durante o periodo da exploração do trafego tambem se lhes garantia dividendos nunca inferiores aos mesmos sete por cento.

Furquim de Almeida julgava necessario quarenta mil. Paraná arbitrariamente e sem base, propunha garantir só trinta mil. Ás observações até certo ponto autorizadas do Dr. Furquim, nada oppunha: passeiou pela casa pensativo, e calado chegou á mesa escreveu em uma tira de papel .... 38.000:000$000 e lançando-a entre os discutidores disse: "ahi está meus senhores não dou mais." Foi pois a determinação do capital um puro arbitrio; mas, ou acaso ou adivinhação do grande talento do marquez seria elle sufficientissimo sem os excessos do contracto de Londres, para a primeira secção. Estudos posteriores o demonstraram."

Na primeira reunião dos accionistas foi eleito director Christiano Benedicto Ottoni.

A 8 de novembro de 1858 era aberto ao publico o trecho do Rio de Janeiro a Belém. Ahi começaram as grandes diffi-

culdades a superar. E a escolha das duas vias de accesso o do vencimento da Serra do Mar perpendicularmente a sua direcção ou pelo aproveitamento do valle ou antes do cañon do Rio Sant'Anna para o qual propendiam alguns dos vassourenses.

Escreve Palhano:

"Desde o anno de 1856 todas as vistas da companhia estavam, porém, voltadas para o arduo problema technico e financeiro, que dizia com a construcção da segunda secção, em que se tinha de transpor a Serra do Mar."

Contractou-se na America do Norte uma commissão de engenheiros, de que fazia parte os notaveis irmãos Andrew e William Elison, a quem a nossa viação ferrea ficou devendo assignalados serviços pela excellente escola pratica constituidos pelos trabalhos que presidiam com alta competencia, grande e infatigavel ardor.

A conquista da Serra, do Mar pelos trilhos da estrada, atravez de varios grandes tuneis, constitue um padrão de gloria para a engenharia nacional, sob o influxo de tão illustre profissionaes.

"Raros os kilometros desta estrada, declarou o eminente Francisco Pereira Passos, que eu não tenha percorrido a pé, observando a topographia: aquem e além da serra tenho reconhecido, alterações possiveis que melhorariam o traçado; na segunda secção nunca vi um metro de linha que se pudesse mudar com vantagem, para a direita ou para a esquerda."

Inaugurara-se em 1863 a estação de Rodeio. E os vassourenses queriam immenso que vencidas as difficuldades do rompimento do Tunnel Grande a linha obliquasse de Mendes para a sua cidade. Não o conseguiram. Estava a companhia exhausta de recursos porém e Conselheiro Paula Souza, ministro da Agricultura, pugnou pela sua encampação que afinal se realizou graças ao decreto de 1.º de julho de 1865.

Verberava Cunha Galvão, em 1869, energicamente esta decisão governamental.

O conselheiro Ottoni, que exercera o cargo de presidente da directoria da extincta companhia desde a sua origem, passara a exercer o cargo de director da estrada de ferro, com funcções marcadas nas instrucções approvadas pelo aviso de 28 de setembro daquelle anno.

O erro, commettido pelo Governo Imperial de chamar a

estrada de ferro para o dominio do Estado, não podia deixar de produzir resultados.

O progresso da estrada de ferro daquella data em diante tornou-se muito lento, em quatro annos quase se podia dizer, que pouco mais existia do que aquillo que a extincta companhia deixara contractado.

No modo de entender do reparador o governo não podia nem devia ser emprezario da construcção, nem o administrador da exploração de grandes emprezas industriaes.

Ottoni, que durante dez annos prestara relevantissimos serviços, á estrada de ferro, e pela energia, capacidade, e intelligencia superior dominara os obstaculos incessantes que se lhe antepunham, cahira do fastigio do brilho ao que podia conquistar o funccionario publico.

Em dezembro de 1865 foi nomeado o Dr. Bento José Ribeiro Sobragy, director da Pedro II, cargo que exerceu até em maio de 1868.

Era um administrador economico e capaz.

Substituiam-no o Dr. A. A. Monteiro de Barros, e Marianno Procopio Ferreira Lage em janeiro de 1869.

"Possa a estrada de ferro medrar e desenvolver-se nas mãos do Estado, mas é minha opinião: que ella só attingirá todo o seu desenvolvimento quando estiver livre e desembaraçada das peas administrativas do governo", exclamava o intransigente adversario do Estado administrador de emprezas ferroviarias.

Não era porém porque a estrada não se visse amparada, e fortemente, pela producção cafeeira fluminense e mineira.

Escreve Christiano Ottoni:

"Os 7 % garantidos pelo Estado aos capitaes da estrada de ferro, tanto emittidos em acções, como por via de emprestimo, desde a fundação da companhia até a sua dissolução, em 30 de julho de 1865 montava a 10.628:843$021, tal o debito da conta de garantia nos livros da empreza. Mas os rendimentos votados ao governo em encontro desta garantia no mesmo lapso de tempo elevaram-se a 4.267:181$331, o que reduz o sacrificio do Thesouro em dez annos a 6.361:661$090, que correspondem a pouco mais de 4 %. Nenhuma empreza garantida no Brasil offereceu ainda resultados analogos.

E realmente nada mais eloquente do que as cifras dos quadros adduzidas por Galvão para demonstrar quanto a Dom

Pedro II fez entre 1859 e 1868 em pról do progresso e da civilização das provincias do Rio de Janeiro e Minas Geraes.

Annos	*Custeio*	*Renda*	*Porcentagem*
1859	606:870$492	720:900$543	84,18
1860	611:402$672	920:765$784	66,40
1861	688:506$150	1.073:731$050	64,12
1862	800:934$211	964:996$982	82,99
1863	849:421$671	969:621$542	87,60
1864	964:199$300	1.211:615$205	79,57
1865	1.088:183$594	1.756:488$520	61,96
1866	834:057$521	1.848:783$351	45,71
1867	1.082:284$327	2.506:836$961	43,11
1868	1.242:011$191	2.808:342$250	44,09

Subira notavelmente, immenso mesmo a renda de mercadorias, quase que duplicara num decennio.

O maximo da tarifa era de 20 rs. por arroba-legua para os generos de exportação e de trinta para os de importação. Proviera a receita portanto de uma taxa média de vinte réis por arroba-legua. E como o transporte á costa de mulas, custava cerca de seis vezes mais por arroba-legua, seguia-se que o commercio e a lavoura haviam realizado uma poupança em toda esta remessa de productos de cem réis por arroba-legua. Havia portanto a seguinte economia:

1860	2.810:214$250
1861	3.422:627$200
1862	2.966:814$600
1863	2.913:040$950
1864	3.926:250$350
1865	6.757:945$085
1866	6.577:406$135
1867	9.409:836$390
1868	9.892:627$165
	48.676:762$125

Só no periodo de tempo decorrido, de 1860 a 1868 fizeram a lavoura e o commercio uma economia de .... 48.676:762$125 no transporte de seus productos; o que de-

monstrava a toda a luz as vantagens resultantes para o paiz da construcção das vias ferreas.

No anno de 1868 a receita liquida da estrada foi de	1.566:331$000
A economia resultante para o commercio e lavoura de	9.892:627$000
	11.458:958$000

Isto é, só num anno a estrada de ferro produzira um beneficio para o Estado, para o commercio e lavoura de ..... 11.458:958$000. Isto significava que em tres annos o lucro real cobre o custo da estrada, attingira: 28.589:653$000.

A abertura do trafego das diversas estações de Pedro II e da Estrada União e Industria haviam determinado o mais notavel accrescimo na producção dos cafés mineiros escoados pela Guanabara como eloquentemente exemplifica a seguinte tabella:

	Arrobas
1857-1858	753.733
1858-1859	802.342
1859-1860	634.936
1860-1861	1.427.014
1861-1862	893.977
1862-1863	1.145.486
1863-1864	1.144.536
1864-1865	1.297.724
1865-1866	1.422.977
1866-1867	2.390.226
1867-1868	2.149.354

Assim quase triplicara o volume do café num decennio.

CAPITULO LXXV

O surto ferroviario paulista — As primeiras tentativas — A São Paulo Railway — A Companhia Paulista — A Estrada de Ferro de Cantagallo — A rede brasileira em 1869 — As estradas do café

Na collecção de mappas antigos de S. Paulo e do Brasil, da America do Sul, doada ao Museu Paulista pelo dr. J. de Alcantara Machado e outróra pertencente ao Brigadeiro Machado de Oliveira, seu illustre Avô, duas cartas occorrem sobre as primeiras tentativas de viação ferrea em S. Paulo, com interessantes elementos informativos sobre a expansão da lavoura cafeeira na Provincia.

Data a primeira de 1858 e foi traçada pelo Engenheiro Brunlees. Fixa o traçado que a S. Paulo Railway executou.

Afim de dar uma idéa dos recursos agricolas das zonas, a que viria beneficiar a estrada, inscreveu no seu mappa, ao lado dos nomes dos principaes centros, indicações relativas a seus productos.

Assim as cidades do Norte de S. Paulo, desde Jacarehy até Bananal trazem os disticos "Plantações de canna e café."

Mais interessante é a zona do Oeste, delimitada para a cultura cafeeira. Abrange, como pontos extremos, as encostas da serra do Japy e seus contrafortes entre Itú e Sorocaba, a área comprehendida entre o Tietê e o Piracicaba (até certa distancia de Constituição e Pirapora (Tietê) não muito consideravel) os territorios de Campinas, Itatiba, Mogy Mirim, Bragança, Limeira, Rio Claro.

No valle de Mogy Guassú o extremo é Pirassununga, Araraquara surge tambem num dos pontos do mappa mas sem designação especial alguma.

Anterior a este mappa deve ser outro, anonymo, e não datado, da mesma procedencia: *Part of the Brazilian Province St. Paul, with the line of the proposed Railway.*

Esta estrada iria de Santos a S. Paulo, bifurcando-se

ahi; o ramal de leste seria traçado em direcção de Mogy das Cruzes e Escada sobre o Parahyba onde começava o rio a dar navegação até Cachoeira. Esta traria ao termino da linha as colheitas de Jacarehy, S. José, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena e Cachoeira.

O romal de Oeste destinava-se a ligar a S. Paulo-Jundiahy, Campinas e Piracicaba. Cortava uma zona gabada como tendo o *perfect natural level* atravez de *extensive plains* e *rich country*. Um sub ramal ligaria Jundiahy a Itú. Os cafezaes, segundo a carta, começavam á altura de Itú assignalando a cultura de chá nas immediações de S. Paulo. Do Sul de Minas diz o projectista: esta região abunda em gado tanto quanto a Inglaterra indicando para a descida dos rebanhos uma estrada por Jaguary e Atibaia.

Em S. Paulo desde a primeira decada da existencia das estradas de ferro pensara-se constantemente na necessidade imperiosissima da construcção de uma via ferrea que, galgando a Serra do Mar, puzesse o porto de Santos em communicação rapida com as terras ferteis do Oeste, onde a cultura cafeeira tomara enorme impulso.

Um decreto do poder legislativo de 12 de setembro de 1855 autorizou o Governo Imperial a conceder favores a uma companhia que ligasse Santos ao Rio Claro passando por São Paulo e Campinas. Outro decreto de 26 de abril de 1856 autorizou a incorporação de uma companhia ligando Santos a Jundiahy, concessão feita ao Marquez de Monte Alegre, Visconde de S. Vicente e Barão de Mauá.

Os estudos do engenheiro James Brunlees com a modificação proposta pelo engenheiro C. Lane foram approvados em 1858.

Em 1859 elevara-se o prazo de concessão para 90 annos sendo os estatutos da companhia approvados a 6 de junho de 1860 e as obras de construcção da via ferrea iniciadas a 24 de novmbero de 1860.

O capital empregado em tal obra era todo inglez e equivalente a £ 2.650.000 sobre o qual o Governo Imperial garantia juros de sete por cento annuaes.

Houve durante a construcção muitas duvidas entre a Companhia da São Paulo Railway e os empreiteiros Robert Sharp e Filhos e depois entre elles o Barão de Mauá cessionario dos Sharp.

Estas questões tiveram desfecho judiciario no fôro de Londres, sobremodo demorado, tendo a S. Paulo Railway ganho de causa mas ficando arraigada na opinião publica a

convicção de que a empreza britannica agira do modo mais injusto para com Mauá de quem rceebera os mais importantes auxilios em occasião em que estivera em vesperas de completa ruina.

O trafego regular da S. Paulo Railway encetou-se a 15 de agosto de 1866.

Em 1869 dizia o Conselheiro Manuel da Cunha Galvão:

Das estradas de ferro subvencionadas pelo Estado, é esta a que se acha em melhor pé de prosperidade. A sua renda attingiu taes proporções, que as suas acções teem estado ultimamente na praça de Londres ao par e acima de par.

O relatorio do Ministerio das Obras Publicas de 1869, diz:

"Comquanto não lograsse ainda acabar de todo com a concurrencia, que lhe fazem outros meios de transporte, pode já ser considerada como uma empreza commercial, cujos lucros compensam satisfatoriamente os capitaes nella empregados.

O desenvolvimento progressivo da agricultura na provincia de S. Paulo, produzido tanto pela fertilidade de suas terras, aptas para todas as lavouras, como pela extensão o que alli ha tomado a cultura do algodão, tem contribuido para o estado florescente desta empreza, e promette-lhe futuro ainda mais animado, não sendo para admirar que dentro de poucos annos a renda liquida da estrada se eleve a 7 % ficando o Thesouro nacional e o provincial isentos do anus da quantia a que se obrigaram.

Sua receita no anno passado (1868) foi de .... 1.756:000$000; elevou-se a despesa a 612:378$328; realizando-se assim um saldo liquido de 1.143:622$371.

Em 1870 a receita subira a 1.932:577$ e a despeza a 785:599$. Avolumara-se pois o saldo que agora era de ..... 1.206:777$. O café transportado em 1867 attingira a ...... 18.327.442 kgm. e a 29.503.783 em 1868!

Vencidos os grandes obstaculos da Serra a topographia paulista era sobremodo favoraveis ao prolongamento das vias ferreas.

Capitaes brasileiros haviam com enthusiasmo acolhido a idéa de se estender a linha de Jundiahy a Rio Claro, ante a frouxidão que a S. Paulo Railway demonstrava em relação a esta construcção com extraordinaria falta de visão. Houve negociações de que resultou a desistencia da empreza britannica. A 28 de novembro de 1868 fundava-se a Companhia Paulista de Estradas de Ferro com um capital de cinco mil

contos, subscriptos por 654 accionistas, a que se assegurava um juro de sete por cento ao anno.

A 11 de agosto de 1872 estabelecia-se o trafego definitivo entre Jundiahy e Campinas. Tão promissor o futuro das zonas novas que a Paulista custearia a construcção da linha de Campinas a Rio Claro sem garantia de juros.

A 26 de novembro de 1870 inauguravam-se os trabalhos de construcção da linha de Jundiahy a Itú da Companhia Ituana cujo capital era de 2.500 contos de réis, e cuja extensão total devia ser de 68 kilometros. A 24 de março de 1870 instituia-se a Companhia Sorocabana com privilegio para 90 annos, capital de quatro mil contos e garantia de juros de sete por cento para uma linha em territorio aliás não cafeeiro ainda.

Na provincia do Rio de Janeiro as zonas central e occidental podiam valer-se da Pedro II mas o mesmo não se dava com a região oriental grande productora de café penosamente escoado para o Porto das Caixas.

Dahi a idéa da construcção de uma nova estrada de ferro a de Cantagallo acerca de cujas origens escreve Manuel da Cunha Galvão.

O decreto n. 1809 de 23 de agosto de 1865 autorisou o visconde de Barbacena a incorporar a companhia organizada debaixo da denominação — Companhia Estrada de Cantagallo — cujo objecto era a realização do contracto celebrado com o governo provincial do Rio de Janeiro para a construcção desta estrada coberta de pranchões.

O capital da companhia era de 3.600:000$000, divididos em acções de 200$000.

O decreto n. 1992 de 21 de outubro de 1857 autorisou a encorporação da companhia, organizada pelo Barão de Nova Friburgo, Candido José Rodrigues Torres futuro Barão de Itamby e Joaquim José dos Santos Junior, de conformidade com o contracto celebrado com a presidencia da provincia do Rio de Janeiro(sob a denominação de — Companhia da estrada de Cantagallo — para a construcção e exploração de uma estrada de ferro do Porto das Caixas á raiz da serra de Friburgo, e approvou os respectivos estatutos.

O capital da companhia era de 2.000:000$000 divididos em dez mil acções de 200$000 cada uma.

Muito lento foi o progresso dos trilhos desta linha. Em 1869 o seu trafego apenas cobria 49 kilometros, de Nictheroy á raiz da Serra dos orgãos. O seu movimento financeiro mos-

trou-se mediocre basta para tanto observar os resultados dos tres exercicios.

	Receita	*Despesa*
1860-1861	225:531$000	200:824$000
1864-1865	167:880$000	182:827$000
1868-1869	258:039$000	170:240$000

Assim mesmo recebia notavel quantidade de café: em 1869 arrobas 640.608. Neste anno a extensão total das linhas ferreas brasileiras attingiu a 736.840 metros dos quaes cabiam:

	Km.
A Pedro II	272
A S. Paulo Railway	139
Recife a S. Francisco.	124
Bahia a S. Francisco	123
Cantagallo	49
Mauá	18

Assim, pois, teremos que dos 736 kms. construidos 478 eram de estradas do café. Mas onde se evidencia a superioridade do trafego das vias ferreas cafeeiras; desde os primeiros annos, é nestes quadros de Galvão, referentes ao anno de 1868.

	Receita	*Despesa*
Estrada de ferro de D. Pedro II.	2.808:342$250	1.566:331$059
Estrada de ferro de S. Paulo . .	1.756:000$699	612:378$328
Estrada de ferro de Pernambuco	615:636$390	433:375$601
Estrada de ferro de Mauá . . .	581:749$779	358:556$099
Estrada de ferro da Bahia . . .	399:322$774	431:260$534
Estrada de ferro de Cantagallo .	268:666$418	227:168$620
Somma	6.429:718$310	3.324:750$373

Relação da receita para a despesa:

	Saldo	*Deficit*
Estrada de ferro de D. Pedro II.	1.566:331$059	
Estrada de ferro de S. Paulo . .	1.143:622$371	
Estrada de ferro de Mauá . . .	223:193$680	
Estrada de ferro de Pernambuco	182:260$780	
Estrada de ferro de Cantagallo .	31:413$717	
Estrada de ferro da Bahia . .		31:937$760
Somma	3.146:821$807	31:937$760
Saldo liquido		3.104:967$937

Quanto ao volume do trafego é expressivo outro quadro:

	Arrobas
Estrada de ferro de D. Pedro II . .	6.612.427
Estrada de ferro de S. Paulo . . .	5.096.565
Estrada de ferro de Mauá	3.676.527
Estrada de ferro de Pernambuco .	2.786.181
Estrada de ferro de Bahia	1.176.985
Estrada de ferro de Cantagallo . .	834.347
Total	20.183.057

E quanto ás despesas da construcção assim as avaliava o mesmo autor:

	Contos de réis
D. Pedro II	28.589
S. Paulo Railway	23.555
Bahia	16.000
Pernambuco	14.982
Cantagallo	2.000
Mauá	2.000
Total	88.126

As linhas de Pedro II que progrediam para leste e oeste attingiriam Entre Rios em 1867, Chiador em 1869 e Barra Mansa em 1871.

O quadro de sua receita e despesa mostra quanto suas linhas haviam contribuido para o desenvolvimento e a civilização das zonas a que servia.

Annos	*Receita*	*Despesa*
1858	302:278$000	205:589$000
1860	931:297$000	620:849$000
1862	1.036:545$000	827:287$000
1865	1.775:352$000	1.110:732$000
1867	2.529:534$000	1.112:795$000
1868	2.819:831$000	1.255:514$000
1869	4.348:184$000	1.956:192$000
1870	4.466:537$000	1.919:427$000
1871	5.456:069$000	2.462:513$000
1872	5.766:499$000	3.272:911$000

Estes accrescimos continuos provinham sobretudo da progressão das lavouras cafeeiras servidas por estradas tributarias que vinham entroncar-se na linha mestra da grande via ferrea central. Assim por exemplo a União Valenciana com estatutos approvados em 1867 e trabalhos inaugurados no mesmo anno.

Em S. Paulo a São Paulo Railway de anno para anno via avolumar-se o seu trafego e as porcentagens de sua renda liquida.

Estes eram os resultados do hexennio de 1867 a 1872:

Annos	*Receita*	*Despesa*	*Café (sac.)*
1867	1.237:423$000	305:140$000	222.732 (66-67)
1868	1.856:000$000	612:378$000	423.819 (67-68)
1869	2.278:051$000	846:736$000	507.348 (68-69)
1870	1.992:577$000	785:599$000	502.640 (69-70)
1871	2.683:408$000	819:949$000	437.580 (70-71)
1872	1.998:380$000	982:271$000	404.605 (71-72)

Convem lembrar que o decrescimo notado na exportação cafeeira por Santos de 1870 em deante foi devido a terrivel geada deste anno que no Oeste da Provincia causou prodigiosos damnos aos cafezaes.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

QUINTA PARTE

Agronomia do Café




DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO LXXVI

As primeiras obras da bibliographia cafeeira no Brasil — Domingos Borges de Barros, visconde da Pedra Branca e sua memoria

A nossa bibliographia cafeeira nacional parece ter começado, realmente em 1813, com os artigos publicados anonymamente, por Domingos Borges de Barros, o tão conhecido Visconde de Pedra Branca n'*O Patriota*.

Precisoso documento da cultura do seu tempo foi este jornal "literario politico e mercantil etc." redigido por Manoel Teixeira de Araujo Guimarães, a primeira revista publicada em nosso paiz.

Durou apenas dois annos de 1813 a 1814. Sua collecção de artigos, verdadeira *bric à brac* de assumptos, tornou-se uma das maiores raridades de nossa bibliographia, a ponto de serem a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro Instituto Historico Brasileiro os unicos detentores, de séries completas de seus numeros.

Poder-se-á adduzir que é bastante posterior aos tomos d'*O Fazendeiro do Brasil* de Frei Velloso consagrados ao café. E com effeito assim succede. Mas os dois volumes das "bebidas alimentosas" do franciscano illustre não passam de conjunto de traducções como tivemos o ensejo de notar em nossos *Subsidios para a historia do café no Brasil colonial.*

Nelles não ha uma unica nota de cunho brasileiro. O que Frei Velloso pretendeu foi apenas ensinar aos agricultores brasileiros os processos inglezes, e sobretudo francezes, da cafeicultura, nas Antilhas.

Tambem é bom que se recorde quanto na época da apparição de sua obra não havia ainda lavoura cafeeira no Brasil e sim apenas canteiros de café por assim dizer.

Já na *Memoria sobre o café, sua historia cultura e amanhos* a que assignava B. (Borges de Barros) apparece-nos a "prata da casa", embora modesta, modestissima até. No histo-

rico da introducção da rubiacea no Brasil claudica e muito o nosso illustre bahiano, que ignorava *in-totum* a actuação de Palheta no Pará e do Chanceller Castello Branco no Rio de Janeiro.

Em 1813 ainda era muito restricta a maré enchente da cafeicultura brasileira, mas já preoccupava vivamente os espiritos, á vista dos lucros notaveis que a industria deixava. E Borges de Barros invocando o famoso distico de Ferreira relativo ao amor nacional entendia fazer obra de patriotismo ensinando a seus patricios uma série de preceitos uteis aos lavradores inexperientes da agronomia cafeeira. Muitos dos seus conselhos nos provocam hoje o sorriso do scepticismo caridoso.

Muito cuidado com a escolha das terras, era a sua primeira advertencia.

Plantassem os lavradores em terreno humido mas não encharcado, ainda menos nas orlas de praia recem-abandonadas pelo mar. "Seccando-se com facilidade, graças aos ardores do sol, inchavam vedando todas as passagens á agua, de que tanto careciam as raizes do cafeeiro."

Tambem não convinham, pela mesma razão, as terras argilosas. Boas as vermelhas e saibrosas, em sitios bem regados pelas chuvas.

Queria o café terra solta e pedregosa, nos logares expostos ao calor, quadrando-lhe muito o terreno roteado de fresco. Como o sólo brasileiro era muito rico de terra vegetal os lavradores veriam o seu cafezal produzir boas colheitas, tres annos após a plantação. Convinham por isto e para tirar partido da terra, aproveital-a com a cultura de outras plantas uteis.

Desaconselhava o nosso agronomo — poeta autor do "Põe na virtude filha querida", outrora tão famosa, o plantio em morros por causa da erosão rapida. Em São Domingos a terceira colheita em terra de grande declive já se apresentava fraquissima.

Causa de grande vantagem, era plantar as arvores em logares baixos e abrigar os cafeeiros dos ardores do sol por meio de alas de arvores, como ensinava, para a Guyana, o agronomo Lescalier.

Distrahido não levava em conta o nosso aconselhador a questão da latitude...

Milho e mandioca podiam entremeiar-se aos renques dos cafeeiros, sem inconveniente, ou antes com grande conveniencia.

Mas não a batata, de modo algum!

Plantar café em clareiras de matta dava maus resultados. Cresciam as arvores muito bem, mas as colheitas se apresentavam muito minguadas, e de má qualidade, pois o cafeeiro se aprazia ao sol e ao ar livre, sob pena de produzir mesquinho fructo.

Em terra velha e não amanhada, plantar café, aqui e acolá, equivalia a forjar com ferro frio. Só obteriam os lavradores duas colheitas.

Andavam certos agronomos a ensinar disparates. Assim o francez Barré admittia que o cafeeiro vicejava entre as temperaturas extremas de 10 graus abaixo e 22 acima de zero!

E o caso de Java, da Guyana, do Rio de Janeiro? indaga o nosso articulista, que, prudentemente, argumenta com as temperaturas elevadas e não se refere a essa minima negativa de dez graus compativel com o cafeeiro torravel e torrado pelas geadas até o raizame.

Os cuidados dispensaveis aos viveiros não provocam grande attenção aos reparadores de hoje. Aconselha Borges de Barros a escolha de boa semente, bem madura e fresca, abrigarem-se as mudas do sol, em terra bem limpa e bem amanhada e a rega frequente das plantinhas. E apenas, a titulo de curiosidade, lembra que Mr. de Cossigny recommendava o despolpamento das sementes plantaveis que deviam ser estercadas com cinza.

As regras para a boa transplantação ministradas pelo memorialista, não são das que nos pareçam hoje deslocadas pois preconisam o arrancamento com maior numero possivel de raizes, depois das chuvas, quando a terra se apresentava bem molle. E todo o cuidado era pouco para que as raizes consigo arrastassem o maior torrão.

Ainda não se sonhava com a pratica dos "viveiros de jacasinhos". Como as coisas por mais simples que sejam custam a impor-se! Aconselha Borges de Barros a transplantação das mudas arrancadas em cestas largas, com terra fresca ao fundo.

"Põe-se as plantas sobre esta, encostando-se ás bordas do cesto; assim dispostas lança-se terra fresca sobre as raizes; por cima desta camada arranja-se outra ordem de plantas, cobre-se o todo com folhas de bananeiras e leva-se neste estado para o sitio da plantação."

Não se depositassem atabalhoadamente as mudinhas nas covas. Todo o cuidado fosse pouco para que as radiculas ficassem bem estendidas.

A melhor disposição para o plantio do cafezal era a do parallelogrammo alongado com as bases para o nascente e poente. Os carreadouros deviam distar uns dos outros 150 toezas (quase 300 metros) em ruas direitas e largas, emmolduradas por arvores fructiferas de preferencia.

Arroubadamente proclamava o futuro senador do Imperio: "Um cafesal bem disposto é talvez o mais lindo quadro que a agricultura offerece; a brancura brilhante das flores e o encarnado dos fructos, contrastando com o verde das folhas, apresentam o mais agradavel matiz a que mais realça o aroma que das flores se eleva."

Quanto á distancia a escolher-se, de cova a cova, debatiam-se correntes de opiniões entre os lavradores do tempo. Queriam alguns reduzil-a apenas a 4 palmos (0,88). Assim se conservava a frescura do sólo, obtinha-se a diminuição das carpas e maior abundancia de fructos. Illusorio tudo isto, objecta sabiamente Borges de Barros: só se daria isto com a primeira colheita. Logo depois occorreria o emmaranhamento fatal das arvores que se desenvolviam "privando-se mutuamente dos influxos atmosphericos."

Cahiriam as colheitas, e muito, e ás vezes só produziria a haste do cafeeiro. A distancia, ensinava o nosso bahiano, o patriarcha do feminismo no Brasil, devia variar segundo a qualidade das terras. Tanto maior quanto maior, tambem, a fertilidade do sólo, advertencia a mais sensata. Menor distancia de planta a planta, e maior de linha a linha.

A minima de cova a cova devia ser na sua opinião nove palmos (1,98) Admittia comtudo que pudesse chegar ao dobro. O que mais tarde se praticou e hoje tanto se costuma exceder.

Nada mais procedente. Ficava o trato mais dispendioso mas balançava com esta difficuldades as vantagens obtidas. As arvores mais formosas produziam o quadruplo. Sendo as alas mais espaçosas menos se molhavam os trabalhadores com o orvalho tão abundante em nossas terras tropicaes.

E o espaço livre dos renques de cafeeiros permittia maior área para os mantimentos dos tres primeiros annos da formação das lavouras.

Havia já lavradores que, com todas as forças, se oppunham ás roças entre os cafezaes. Outros menos intransigentes, permittiam-n'as em terras excepcionalmente ferteis. Pensava o nosso agronomo "que melhor seria occupar a terra com plantas uteis do que com as inuteis que augmentavam o trabalho das limpas."

Covas para as plantações fossem de 6 a 7 pollegadas de profundidade quando a terra se mostrasse boa. Convinha, de todo, evitar que as raizes das mudas entrassem em contacto com maus fundos.

Fosse a transplantação realizada em tempo chuvoso, mas não quando a terra se reduzisse a lama, pois quando esta seccasse, com isto muito soffreria a plantinha.

Decotar-se (cortar por cima e arredondar) o cafeeiro era pratica corrente em muitas regiões cafeeiras. Em S. Domingos não se permittia que a arvore subisse acima de um metro. Já na ilha de Bourbon admittia-se uma altura maxima de seis pés (1m.95); havia porém quem até reduzisse as arvores a dois e meio pés (80 centimetros). Mas tambem em outros logares viam-se os cafeeiros attingir 24 e 26 pés (quase oito metros e mais de oito metros e meio) "a altura que a Natureza lhes assegura."

Se o lavrador quizesse fazer o decote precisava completal-o com o desbaste dos galhos. Não podendo crescer, passava a arvore a ser mais ramosa. Este decote devia ser realizado em cone truncado ou em "pão de assucar" e nos mezes em que os arbustos estivessem menos seivosos.

Nas incisões expostas ás chuvas havia o perigo da carie e a consequente atrophia das plantas. Era preciso barrear as feridas com uma pasta de lama.

Discordava o futuro negociador do segundo casamento de Dom Pedro I das opiniões do agronomo Mr. Barré. Era este o risco da carie e não o de parasitarem aos arbustos os piolhos e outros insectos.

O decote dos cafeeiros apresentava vantagens, produziam as plantas mais e melhores fructos; facilitava-se a colheita, resguardava-se o cafezal dos furacões e os ramos não quebravam sob o peso dos fructos.

Emfim nos logares onde as chuvas abundavam e a terra era muito rica, mostrava-se o decote util até como sangria, pois não era raro morrerem as arvores pelo excesso de seiva."

Esta pratica do decote recommendada por Borges de Barros deve ter se generalizado no Brasil, por muitos annos. As primeiras vistas de cafezaes que a nossa inconographia arrola de tal nos dão abundantes provas. Assim occorre por exemplo com a estampa, hoje rarissima, a do tão curioso album de Stressman que Martius aproveitou em sua *Reise in Brasilien.*

"Com a transplantação e o decote lembra o nosso aconselhador de fazendeiros de café, assaz ingenuamente, aliás, não estão acabados os cuidados que o cafeeiro pede."

Era preciso cuidar das capinas, trazer-se o terreno limpo, mormente ao pé das plantas, até o segundo anno. Para tanto, a mais adequada ferramenta era a enxada, mas quando muito cautelosamente empregada, para que se não offendessem as raizes do cafeeiro.

E ahi occorria recommendação preciosa; em terreno de montanha a enxada mal dirigida era a alliada da erosão.

A melhor das limpas vinha a ser a manual, quando praticavel, como succedia quando as hervas estavam pequenas ainda. E tal limpa mostrava-se mais economica. Aos ramos parasitarios "ladrões", galhos seccos, se removessem incontinente. Quando quebrados, ou lascados, fossem cortados e sobre elles applicada terra molhada.

Cafeeiro de folhagem amarella estava doente pela certa; o remedio era escavar o sólo ao pé da planta, afim de se lhe examinarem as raizes. Se estas tivessem bichos fosse a terra substituida por outra misturada com cinza, terra esta que devia ser calcada. Tornava-se indispensavel porém decepar certo numero de galhos em proporção á perda das raizes arrancadas. Se a arvore não sarasse devia ser serrada, cerce com o sólo.

Dos renovos convinha reservar apenas o mais forte, cortando-se os demais, com alguns dias de intervallo. Acaso morresse, fosse o cafeeiro arrancado, atirada a terra de seu raizame para longe deixando-se a cova aberta e exposta ao sol e á chuva.

Podiam os piolhos ser combatidos, facilmente, com a esfregação das raizes e com lama, além da pulverização do tronco com cinza.

A ferrugem negra das plantas envelhecidas parecia provir do extravasamento da seiva. Os mesmos curativos se applicavam a este caso.

Nada de deixar por terra os cafeeiros derrubados pela ventania. Deviam voltar a ser erectos e calçados de pedra. Dentro em breve estariam restabelecidos. Quando o cafezal ficava muito velho convinha podal-o rente com o chão; deste modo, depois de estercado, renascia, podendo produzir quinze e mais annos ainda. Decepar era menos trabalhoso que replantar. As arvores podadas produziam em dois annos e as replantadas só dentro de quatro.

Os cafeeiros velhos davam menos fructos e cerejas mais miudas; mas o que se perdia, em quantidade, ganhava-se com a melhoria do typo commercial.

Quanto á duração dos cafeeiros lembra Borges de Barros

que a experiencia do Brasil nada podia ainda ministrar a tal respeito. Raynal attribuia uma existencia de 25 a 40 annos ás lavouras de boas terras mas o Sr. Brulley affirmava ter visto, no Haiti, cafezaes com oitenta annos de productividade notavel.

Aos lavradores brasileiros aconselhava o nosso autor muito cuidado com a indução em erro que lhes podia trazer a leitura de certas obras, da aliás já então extensa bibliographia cafeeira.

"Convem não tentar esta tarefa sem primeiro se armar dos principios necessarios para raciocinar com os livros e não seguir ás cegas o que elles dizem porque de outro modo facil é enganar-se com perda de tempo e prejuizo de bens."

E realmente, autores existiam da maior leviandade, publicando coisas que não traziam a sanção da experiencia. O que estes proclamavam só existia em suas visões. Muito cuidado tambem com os ensinamentos de outros autores, cujos conselhos podiam ser proficuos para as zonas que conheciam e nefastos no Brasil.

"Grande mestra a theoria — enunciava o futuro embaixador do Brasil á Côrte de Carlos X, a guisa de remate ás advertencias aos lavradores, seus patricios. Mas deve dar as mãos ás lições da Pratica."

Assim encerrava Domingos Borges de Barros a série dos seus conselhos honestos e intelligentes pelas columnas d'*O Patriota,* de junho de 1813 o decano das revistas nacionaes, que a oitocentos réis por numero, se vendia na loja de Paulo Martin filho, á rua da Quitanda n. 34, na mui heroica e leal cidade sebastianense.

Quatro mil réis custava a subscripção semestral, preço elevado para a época, pois representava um pagamento hoje por certo, correspondente a uns cincoenta mil réis annuaes.

Mostra isto o apreço em que os leitores tinham ao magazine "literario, politico e mercantil" decano das revistas do Brasil.

Na colheita estava a recompensa do lavrador, enuncia Borges de Barros, a emittir uma ingenuidade. Os agricultores brasileiros nunca a praticassem antes de ver as cerejas do cafezal homogeneamente vermelhas.

Não imitassem os lavradores de Maritius que colhiam antes do tempo receiosos dos prejuizos causados pelos ratos e outros animaes gulosos das fructas maduras. Dahi a pessima qualidade de seu café.

Reprovava o nosso conselheiro, e com carradas de razão,

que os colhedores corressem a mão pelos ramos, offendendo os rebentões e arrancando as flores. A melhor pratica era a dos arabes que estendiam lençóes por baixo das arvores e a estas sacudiam. Como os fructos não amadureciam homogeneamente tornava-se preciso pensar no grave problema de uma colheita parcial para não prejudicar as que se lhe seguiriam.

Não nos esqueçamos, entre parentheses, que quando Borges de Barros escrevia estas observações eram os nossos cafezaes ainda só os quase contiguos ao mar onde não se processava a homogeneidade da maturação dos climas de serra acima.

Cinco ou seis colheitas anuaes se faziam nestas lavouras, declara o futuro Visconde de Pedra Branca.

Tres typos inferiores de café surgiam: aos grãos enfezados ou prematuros, por falta de bom tempo ou boa vegetação, cumpria eliminar logo que começassem a fenecer; tambem aos grãos de ramos "sobrecarregados de medulla" sem força para sustentar o peso de seus fructos e nem seiva para lhes fornecer o preciso sustento. E, afinal, aos grãos chôchos que sobrenadam nos lavadouros e ainda não chamados *boia* naquelles tempos primevos da cafeicultura brasileira.

Colhido o café, levassem-no aos terreiros; havia-os de terra batida, formando eiras. Apresentavam alguns uma camada de cinza á superficie da eira. Em outros era este sólo gramado. Tambem havia lavradores que calçavam as eiras; dando-lhes declive para o esgotamento pluvial.

Espalhavam-se os grãos pela manhã. A' noite precisavam ser amontoados e protegidos por esteiras. Entendia o nosso autor que o systema era mau. Provocava a fermentação do café. Melhor seria cobrir simplesmente o que estava enterrado ou seccar a colheita em estufa. Na ilha Bourbon os cafés amontoados fermentavam e ficavam detestaveis, pelo menos aos paladares brasileiros.

Discutindo a questão do despolpamento e não despolpamento, commenta o nosso autor:

"Pensam alguns que o suco mucilaginoso da polpa pode communicar ao cheiro á fava, porém temos experiencias em contrario, e antes viu-se que até perdia o gosto de verde, que de ordinario só perde com o tempo.

Os que secam o café com a polpa (o que desaprovo) tem a seu favor a commodidade de não precisarem de moinho, porém tem contra si a grande perda de tempo, e por tanto o risco das chuvas e a acção de volvel-os descasca alguns, que por isso tomam côr diversa e dá por consequencia má venda.

e o trabalho de separar augmenta de mais o muito tempo, que se emprega em secal-o dá lugar a que fermente quando o que está só com o pergaminho ou pelicula, secca melhor, e mais depressa, e está livre de fermentar; attenda-se mais ao tempo empregado em pizar, limpar, escolher, e eu estou que emquanto se amanha uma carga de café secco só com a pelicula se não faz o mesmo a tres de café secco com a polpa."

Quatro eram então os processos para o beneficiamento do café no Rio de Janeiro. Socal-o em pilões eis o que havia de mais simples. Vinha depois o emprego do "moinho"; duas rodas de madeira macissa com seis pés de diametro (1m.98) e espessura de 12 pollegadas (0m.33). Estas rodas giravam numa tina movidos por um eixo de 21 pés (quase 7 metros) de alto que as atravessavam.

Havia quem se servisse de mós e outros das machinas empregadas nos lagares de azeite, seriam estas as que passaram a chamar-se *ribas* e *ripes* no Rio de Janeiro e Norte de S. Paulo e *carretão* no Oeste paulista.

O café precisava permanecer immerso nagua tres dias separando-se então o boia. Passava depois aos terreiros por vinte dias e ahi podia ser beneficiado.

O terceiro methodo preconisava a não lavagem dos grãos e sim a sua exposição ao sol, por dez dias, para depois se realizar o tratamento pelas machinas. O quarto processo residia no despolpamento integral da colheita, de regra geral nas Antilhas.

Mr. Brulley recommendava banhar os grãos em leite de cal diluido o que reduzia immenso o prazo da sécca. E o nosso Borges de Barros, applaude vivamente esta pratica productora de cafés de suave aroma.

A lavagem prolongada mostrava-se nefasta, basta dizer que desenvolve gazes inflammaveis e detonantes.

A Mr. Tussac se devia um seccador a que baptisara *Klain*. O nosso Borges de Barros descreve-o muito summariamente. Devia ser sobremodo singelo: simples tambor giratorio, dividido em compartimentos conjugados a uma estufa. Tinha este cylindro oito pés de circumferencia (2m.64) e 15 de comprimento (cerca de cinco metros).

Fora elle Borges de Barros, em Paris, procurar o inventor, conhecido botanico inglez, tanto para ver a machina como para conhecer o licor que extrahia da polpa do café. O homem se negara a dizer o que quer que fosse sobre a distillação, aliás muito gabada até por lentes da Universidade de Paris. E não gostara muito da observação do brasileiro de que o

seu seccador prejudicaria o aroma dos cafés confessando apenas que estes perdiam algum peso com a operação.

Aos pequenos lavradores aconselhava o futuro Visconde de Pedra Branca só pilarem o café depois de o exporem dois dias ao sol, sob pena dos grãos se esmagarem apresentando-se esbranquiçados.

Depois de pilados deviam ser joeirados e expostos ao sol. Já havia joeiradores mecanicos, como os empregados para o trigo. Era a escolha a mão menos difficil para os cafés submettidos ao joeiramento mecanico.

O café insolado devia ser posto, embora ainda quente, em barricas e coberto com muito cuidado. Esta precaução melhorava-lhe muito a qualidade enrijando o grão e restituindo-lhe a côr tirada pelo actinismo solar.

Ficasse embarricado por mais cinco ou seis dias e depois ainda tomasse mais um dia de sol.

A humidade eis a grande inimiga do café! e a causa da ruina de suas qualidades! Para o ensacamento não havia coisa melhor do que os saccos de folhas de palmeira, tanto pelo preço como pela fraca hygrophilia. Com duas capas mostravam-se então optimos.

A bordo convinha collocar o café longe de materias olorosas que lhes communicassem os seus aromas. Nada de o arrumarem perto de cachaça, fumo, especiarias. Müller referia o caso de um carregamento de café que chegara á Europa perdido, pelo gosto de pimenta do reino. Nada tambem de se depositarem os saccos em logar humido.

Frequentemente tambem ficava com cheiro de marezia. O melhor meio de se combater este defeito grave era lançal-o á agua, fervel-o alguns minutos e depois seccal-o sob um sol ardente.

Terminando apontava Borges de Barros aos governantes do Brasil o exemplo dos de Cuba, onde as autoridades promoviam o incremento da lavoura da rubiacea instaurando premios aos lavradores que apresentassem melhores productos.

No Brasil as culturas chamadas coloniaes podiam ser muito mais viçosas do que nas Antilhas; aqui as arvores tinham um viço que lá não possuiam. O que ainda faltava era uma escola de aprendizagem agricola e os concursos para o aperfeiçoamento dos productos.

Referindo-se ao avultado premio concedido a um tal Dom Antonio Robredo, pelo Governo de Cuba e a Sociedade Patriotica de Havana commentava o futuro Visconde de Pedra Branca:

"Não é o valor pecuniario dos premios o que mais incita os homens outros ha elevam a alma e são mais apreciaveis ainda; por quantos milhões daria um General Romano a Corôa de Loiro que recebia no Capitolio depois do triumpho?

Incitava aos agricultores do café a que lessem o relatorio sobre os trabalhos excellentes de Robredo de que fazia os maiores elogios.

"Ali se estipulava o capital necessario para se estabelecer uma plantação de café, despesas annuaes que ella exige e beneficios que produz e por achar que vale a pena ser lido, convido a quem puder obter aquelle periodico que lance as suas vistas sobre o artigo em questão.

E quando este escripto, filho de uma pena pobre de idéas e só rica de patriotismo não causar outro bem ao menos annunciando as obras dos autores que tem escripto sobre o café, ao mesmo tempo que incita a curiosidade encaminhe-a para se poder satisfazer o que é sempre um bem."



CAPITULO LXXVII

A Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e o "Auxiliar da Industria Nacional" — As memorias insertas nesta revista — As memorias de José Silvestre Rebello e José Caetano Gomes — O major Carlos Augusto Taunay e o seu "Manual do Agricultor Brasileiro"

Corriam os annos e o Brasil se civilizava. Occorriam novas manifestações de seu affeiçoamento á cultura. Demonstravam-no o alargamento de seu commercio de livros, o desenvolvimento da imprensa, a apparição de agremiações cogitando do progresso sob seus diversos aspectos culturaes e materiaes.

Era o reflexo do que ia pela Europa, agora avassallada pela progressão geometrica do avanço determinado pela nova éra da civilização da machina a vapor.

Mudara James Watt a face do Mundo offerecendo á Humanidade o que ella jamais conseguira ter, senão muito mesquinhamente, recursos de energia propulsora.

Deante do renovamento de todas as industrias, agora apparelhadas de motores e ferramentas incomparavelmente superiores aos de outrora, a sciencia agronomica tambem progredia notavelmente, principiando a ter a assistencia capital das conquistas da chimica.

Ao Brasil meridional immenso enricava o café, e no emtanto da cultura da rubiacea nada se regulamentara ainda em terra brasileira. Era feita a esmo, valendo-se os lavradores, quando muito, dos conselhos de summaria pratica dos tratadistas extrangeiros, sobretudo francezes e inglezes, expostos ao publico nacional em traducções de mediocre valor e minuscula divulgação.

Era preciso tomar-se alguma medida no sentido de se demonstrar ao mundo que o Brasil tambem se achava em condições de provar o seu interesse pelas coisas do avanço da Sciencia.

Dahi a iniciativa da fundação da Sociedade Auxiliadora

da Industria Nacional formada no Rio de Janeiro por um grupo de homens esclarecidos.

Realizou-se esta fundação a 28 de fevereiro de 1828, sob os calorosos applausos do Governo Imperial e da opinião publica.

Promoveu-a acima de qualquer outro, o esforço persuasivo do Conselheiro Ignacio Alvares Pinto de Almeida, abastado negociante, que tambem foi um dos fundadores do Instituto Historico e Geographico Brasileiro em 1838.

Não nos esqueçamos de lembrar, entre parentheses, que o Instituto Brasileiro, a gloriosa instituição a que o Brasil deve immensa copia de serviços, é filha dessa Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Foi em seu seio que surgiu e medrou a idéa de Cunha Mattos, São Leopoldo e Januario da Cunha Barbosa de onde procedeu a criação deste gremio illustre, hoje centenario.

Em torno de Pinto de Almeida congregaram-se varios espiritos esclarecidos. Eram homens do maior prestigio no meio fluminense, como João Ignacio da Cunha, Visconde de Alcantara, o integerrimo magistrado que tambem foi senador do Imperio, o Conselheiro João Rodrigues Pereira de Almeida, Barão de Ubá, o opulento fazendeiro grande amigo de Saint Hilaire, o Brigadeiro Francisco Cordeiro da Silva Torres, e outros conhecidos como João Ferreira Lopes, Manoel José Onofre, Francisco Madureira Pará.

Foram estes os primeiros "funccionarios" da novel aggremiação como elles proprios pittorescamente se intitulavam.

Muito modestos se mostraram os seus primordios. Tomou a Sociedade notavel desenvolvimento, porém quando, em 1834, decidiu publicar um orgão expressor de sua actuação. Appareceu o primeiro numero deste periodico a 15 de janeiro de 1835, e trazia derramado titulo muito ao sabor do tempo. *O Auxiliar da Industria Nacional* ou *Collecção de memorias e noticias interessantes aos fazendeiros, fabricantes, artistas e classes industriaes no Brasil, tanto originaes como traduzidas das melhores obras que neste sentido se publicam nos Estados Unidos, França, Inglaterra, etc.*

Prevenia o programma dessa revista ecletica, mas sobretudo agronomica, que a sua publicação seria mensal. A seu rosto epigraphava o distico do que *Quae mox de depromere possim* a que acompanhavam, como prata da casa, uns versos do inconfidente Manoel Ignacio da Silva Alvarenga:

Cresça a prospera Industria que alimenta
Os solidos thesouros
Derramando por tantos meios novos
A ditosa abundancia sobre os povos.

Já nesta época ia a Sociedade de vento em popa. O prospecto de seu orgão annunciava, com certo envaidecimento, que, ao se encetar o anno de 1835, ella mantinha uma galeria de exposição onde figuravam 89 machinas agricolas e modelos "valiosos para a demonstração dos principios mecanicos dos movimentos differentes."

Constava a sua bibliotheca de 171 volumes especializados além das collecções de muitos jornaes scientificos.

E mais a dedicação de seus socios chegara ao ponto de ter instituido, na propria séde da aggremiação um "curso de geometria applicada ás artes."

O *Auxiliar da Industria Nacional* sahiu com regularidade de 1835 em deante, sem soluções de continuidade. Até 1881 tinha 48 volumes publicados.

Constitue repositorio de informações as mais variadas. Nos primeiros annos o grosso da materia consta de traducções mas tambem apparecem em suas paginas contribuições originaes, embora em pequeno numero.

Nesta miscellanea, a principio desordenadissima, surgem-nos trabalhos sobre enorme latitude de materias, numa baralhada a mais pittoresca. Mas não podia ser de outro modo tratando-se de litteratura daquelle jaez, titubeante, em paiz tão pouco affeiçoado á cultura ainda como o Brasil daquella época.

Assim percorrendo-lhes as paginas, se nos deparam memorias sobre a guaxima, o canhamo, a cochonilha, a cera vegetal, o urucú ao lado da descripção dos processos empregados para a fabricação, em pingadeira, das velas de cebo, no tempo indispensaveis. As coisas do fabrico do assucar e da plantação dos mantimentos se avizinham das receitas contra a hydrophobia, a sarna e a diarrhea do gado cornigero, os processos do raticidio, os melhores meios de se afiarem as navalhas de barba etc., etc.

As culturas novas de paizes exoticos provocam a curiosidade dos redatores como as do girasol, do rhuibarbo, dos tomates. E entremeiam-se aos artiguetes cheios de conselhos sobre as dores de dentes, a tintura dos cabellos, os meios de se grudarem os vidros partidos, etc. etc.

A exposição dos processos novos extrangeiros da apicultura, da salga das carnes, da conserva do toucinho, da serici-

cultura acompanham os conselhos contra as lesmas, as hervas peçonhentas, os mofos, as mordeduras de cobra, sobre a installação dos para-raios, a factura de betumes vedadores da agua nos encanamentos furados etc. Fala-se das vantagens immensas da vaccina jenneriana ao lado da dos ensinamentos modernos dos methodos de castração, fabrico da manteiga, do vinagre e do vinho.

Recordando os progressos da chimica agricola, ramo incipiente da sciencia lavoisieriana, já então se cogitava das fermentações dos estrumes pelo acamado das hervas parasitas. E a fructicultura ensaiava os primeiros balbucios brasileiros por meio de conselhos sobre o plantio de bananeiras, laranjeiras e marmelleiros.

Recommendava-se aos lavradores que ensaiassem o plantio do aipo e da araruta, do amendoim e do aracachá ao par de se lhes ministrarem receitas para pós de dentes e a conservação dessas concreções calcareas dos maxillares a que Candido de Figueiredo sabiamente chamou ossos. A apicultura silvestre era coisa muito a ser estudada num paiz de tantos vespideos melliferos productos de deliciosas secreções. Do trigo se cogitava e da caneleira, das batatas, do chá, da creação dos peruns que ainda não eram definitivamente chamados perús, do milho, da creação de animaes lanigeros, da dos bombicideos, e arachnideos, sericigenicos, dos barcos de vapor, do fumo etc., etc.

Assim como vemos era immensa a latitude dos assumptos versados nas paginas curiosas, pittorescas e uteis desse patriarcha do periodismo agronomico e industrial brasileiro que foi o *Auxiliador da Industria Nacional*.

A partir do seu quarto tomo o de 1839, já se apresenta melhor a distrbiuição da materia. Divide-se a revista em secções consagradas á Agricultura, Economia Industrial, Economia Rural.

Em casa de ferreiro... Era de esperar que as culturas do Brasil occupassem a melhor parte dos textos dos numeros do *Auxiliador*. Deviam sobretudo avultar os artigos sobre o café, o grande enriquecedor do Brasil contemporaneo. Mas tal não se deu.

Auspiciosamente começara esta série, comtudo, por um trabalho de José Silvestre Rabello, no quinto fasciculo do tomo V: *Memoria sobre a cultura do cafeeiro*. Viera depois no tomo II o primeiro artigo publicado no Brasil sobre assumpto de capital importancia. *Bichos que destroem o café* ao lado de uma traducção do *Nouveau Cours d'Agriculture* na

parte referente a um tratado de Commercio, propriedades, usos, sultura e preparação de café.

No tomo III occorre uma memoria do Conselheiro José Caetano Gomes "socio honorario da Sociedade Auxiliadora na idade de 85 annos", circumstancia que os redactores da revista assignalam prazeirosamente.

Versa sobre os trabalhos em Cuba, de Reboredo, nome então prestigiadissimo nos meios cafeicultores do Universo, divulgando os seus methodos de plantação das arvores e preparação do grão. Affirmava-se que se fossem os seus methodos seguidos ver-se-ia uma capitalização de cem por cento, num periodo de quatro annos.

Com o decorrer dos annos a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional cresceu immenso em prestigio. No seu cadastro vemos figurar nomes da maior grandeza na politica brasileira. Notaveis vultos das Regencias e do Segundo Reinado nelle se inscreveram. Concorriam ás suas sessões e pertenciam ás suas directorias, sobre tudo os que, dentre elles tambem representavam grande papel na lavoura e no commercio do café.

Assim nas actas das suas sessões apparece a clara e constructiva intelligencia philantropica de Vergueiro, o colonizador primeiro da immigração branca nas lavouras do café paulista e quantos mais desta pleiade preclara de homens de estado que tanto illuminou a grande phase do parlamentarismo imperial.

Outro serviço, e relevante, prestou a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional o de promover o apparecimento de publicações autonomas, alheias ao seu orgão official. Assim por exemplo em 1836 a *Pequena memoria sobre a cultura do café* pelo Padre João Joaquim Ferreira de Aguiar etc.

Em 1837 publicava o major Carlos Augusto Taunay um dos mais zelosos socios do gremio o seu *Manual do Agricultor Brasileiro,* cuja edição se esgotou rapidamente, rapidissimamente até para o Brasil daquelle tempo.

Esta segunda tiragem teve como collaborador, para a parte botanica, Ruiz Riedel, o afamado scientista explorador de Matto Grosso e da Amazonia na expedição desastrada do Barão de Langdorff, mais tarde director do Jardim Botanico e dos jardins imperiaes. Constitue um volume de grande formato, com 320 paginas a que, de espaço em espaço, illustram umas estampas ingenuas, perfeitamente representativas do estado embryonario das artes graphicas brasileiras em 1839.

E' o *Manual* do major Taunay acabado especimen das artes typographicas no Brasil das vizinhanças da Maioridade.

Deve ter passado em seu tempo como livro primorosamente confeccionado. Formato grande in 4.° comprehende 119 paginas, distribuidas por dezoito capitulos a que acompanha volumoso appendice de duzentas paginas, constando de numerosos artigos sobre agricultura em geral zootechnia, horticultura, mecanica caseira, lacticinios, sericicultura, oleos, botanica systematica etc.

A esta serie de assumptos ainda accrescenta o intelligente autor uma dissertação sobre a colonização de nossas terras, memoria preconisadora da substituição do trabalho servil pelo livre "Ideia grande já occupava todos os brasileiros verdadeiramente liberaes e generosos desejosos de subtrahir a sua patria ao labeu e desgraça de nutrir no seu seio a escravidão."

Era uma conferencia por elle proferida perante os consocios da Sociedade Auxiliadora, pregoeiro fervoroso da abolição, como aliás seu Irmão o Consul Geral Theodoro Maria Taunay (1797-1880), igualmente autor de generosos escriptos em prol da cessação immediata do trafico e da libertação rapida dos escravos.

Ao livro do major Taunay illustram assaz numerosos clichés. podemos bem avaliar o que representam. Basta nos lembrarmos que se trata de documentos da arte da clicheteria brasileira, em 1839.

São em geral ingenuos como, em geral, os da parte zootechnica. Assim mesmo passaveis para o tempo.

Ainda hoje numerosissimos trabalhos sahem das nossas officinas sobretudo das officiaes, com illustrações muito peiores.

Hontem singularmente vivaz e cheio de intelligencia, bravura e inalteraveis bom humor e optimismo consagrou Carlos Augusto Taunay a vida ao serviço de seu paiz natal e da sua patria adoptiva, o Brasil.

Nascido em Paris a 17 de agosto de 1791, filho primogenito de Nicolau Antonio Taunay, pintor da escola franceza, membro do Instituto de França, e um dos fundadores de nossa Academia Nacional de Bellas Artes (1755-1830) entrou para o exercicito francez aos dezeseis annos de idade. Em 1811, como tenente de caçadores fez a campanha de Hespanha em que por tres vezes foi ferido seriamente. Serviu na *Grande Armée* em 1813 e 1814 recebendo, de um cossaco, na batalha de Leipzig tremenda cutilada no rosto o que entre parentheses lhe valeu o officialato da Legião de Honra. Ainda em 1815 tomou parte na campanha de França.

Cavalheiro da Legião de Honra em 1811 promovido como

dissemos em 1813 foi após Warteloo excluido do exercito francez, por bonapartista e emigrou com o Pae para o Brasil.

Em 1822 arrolou-se no nosso exercito para defender a causa da Independencia. Mandado servir na Bahia ahi se desaveio com o seu patricio Labatu esteve a ponto de ser fuzilado por ordem deste pelo facto de conspirar contra o seu commando. Tambem serviu no Piauhy e Maranhão no exercito libertador destas provincias.

Major do exercito imperial reformou-se neste posto, por invalidez decorrente dos antigos ferimentos e consagrou-se á vida de publicista e de fervente cultor das letras trabalhando até os ultimos dias da assaz longa existencia, encerrada a 22 de outubro de 1867.

Humanista de valor traduziu para o verso francez as *Comedias* de Terencio impressas numa edição de 1859, hoje summamente rara. Debalde e por longos annos procuramos adquiril-a. Afinal nos veio ás mãos graças a um gesto da saudosissima amizade de Felix Pacheco.

Publicou muita coisa, sobretudo relativamente a questões de agronomia e, ao mesmo tempo, distinguiu-se como fervoroso abolicionista, imprimindo desde 1834, pamphletos neste sentido.

Na Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional destacou-se o major Taunay pelo ardor com que combateu o trafico e o elemento servil, por cuja extincção gradual propugnava, querendo parallelamente, incrementar os estudos agronomicos no Brasil.

Assim publicou em 1837 este *Manual do Agricultor Brasileiro* que o colloca na lista dos que em nosso paiz primeiro trataram de assumptos agronomicos.

Esta obra deve ter tido grande sahida pois já em 1839 como lembrámos della se imprimia segunda edição, publicada pela Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e companhia.

Nunca podemos ver um exemplar da primeira tiragem. Os da segunda tambem são hoje de grande raridade. Longos annos estivemos a esperar pela posse de um que afinal nos descobriu o Sr. Tancredo de Barros Paiva.

Analysando o que via de aperfeiçoavel nas fazendas fluminenses aconselhava o major Taunay, em 1839, aos agricultores que fossem mais abertos ás idéas novas. Assim tratassem, e muito, de melhorar estradas e caminhos.

No Brasil daquelle tempo a arte de se fazerem ruraes era ainda totalmente desconhecida.

Nada menos racional do que a abertura de veredas verdadeiras onde dois vehiculos não se podiam cruzar. E no emtanto numa largura de 20 palmos... (4.40) era quanto bastava para se ter bello caminho de accesso.

Nos terrenos alcantilados da provincia fluminense as chuvas tornavam taes veredas intransitaveis. E' que ninguem cogitava de valletas de esgoto e sargetas.

Tão atrazados os processos da época que, até nos arredores do Rio, viam-se pontes constituidas por dois lances que se reuniam em angulo por vezes sobremodo agudo. Assim as que ligavam o caminho da Quinta Imperial da Boa Vista ao aterrado do Mangue "verdadeira vergonha dos engenheiros".

As veredas para o serviço de communicações das lavouras podiam ter quatro ou quando muito cinco palmos de largura (0m.88 ou 1,10) A questão do declive, cuja taxa maxima devia ser de 10 a 15 por cento, tinha a maior importancia. Quanto á conserva não se mostrava assim tão pesada. Para uma fazenda de vulto uma turma fixa de tres homens, trabalhando o anno todo, traria os caminhos e carreadouros em perfeito estado.

O estado das estradas no Brasil não permittia os vehiculos de eixo movel. Só mesmo o carro de boi, com o seu eixo fixo, vencia os obices ao transporte, impostos pelos atoleiros. Mas não havia necessidade de carros tão pesados e com tantas juntas. Um vehiculo do mesmo genero, mas menos pesado, com uma só junta, faria serviço muito mais apreciavel.

Como as lavouras eram em morro as carroças de uma só besta podiam ser utilisadas ou até os carrinhos de mão, desconhecidos até então, por assim dizer, no Brasil. A questão era não se traçarem os carreadouros pelas linhas de maximo declive das montanhas. Os carrinhos poupariam muito os escravos forçados a carregar á cabeça os balaios de alqueire de café. Transportariam os pretos o dobro de peso, por viagem, com fadiga muito menor.

A ferramenta agricola tambem andava bem atrazada. Assim não se dava á pá a importancia que devia ter. Os machados fabricados em Portugal eram muito inferiores, pelo afiado do corte e a largura da folha, aos norte americanos.

Varias paginas consagra o nosso agronomo aos agricultores de conselhos quanto ao uso do arado, quando tivessem terras destocadas, varzeas e declives de muita suavidade.

Algumas de suas considerações são as mais procedentes, outras a nosso ver inadequadas ás circumstancias que regiam

o Brasil, e ás condições da lavoura em terrenos tão asperos como os fluminenses de serra acima.

Incitava o major Taunay aos brasileiros que imitassem quanto possivel os exemplos dos americanos "os grandes mestres em civilisação e industria cujos processos superavam os dos proprios europeus.

"Nós cá do Brasil, sahidos apenas da infancia colonial devemos nos cingir por emquanto a uma marcha humilde," e avançar só passo a passo na carreira do aperfeiçoamento. Deixemos ao lavrador americano modificar os methodos e os instrumentos em uso, inventar outros, e aperfeiçoar a theoria e a pratica da arte! Nós teremos feito muito quando tivermos substituido a nossa cega rotina por uma pratica razoavel se bem que singela."

Uma serie de conselhos intelligentes encerrava o capitulo; a exhortação aos fazendeiros para que criassem largos pomares e hortas, "mananciaes de fartura e delicias" e sobretudo derrubassem a matta o menos possivel. Respeitassem rigorosamente, e com o maior carinho, as que coroavam os outeiros, as fraldas da montanhas e as paredes dos barrancos. Eram as productoras do humus, as mantenedoras das fontes. Rompiam a violencia dos furacões e entretinham a salubridade dos ares.

Constituiam as grandes reparadoras da erosão, fatal ás terras em declive.

Tratando da cultura do café expendia o major Taunay uma série de conceitos judiciosos. Facil por quase não exigir capital inicial permittia a qualquer lavrador encetal-a, tendo como unicos fundos dois braços vigorosos.

No Brasil prosperara e muito ainda crescia mas no emtanto serios perigos a ameaçavam; a imminencia do mal da concurrencia extrangeira. A rubiacea se acclimava em enormes áreas da America, Asia e Africa. Assim viria breve o grande barateamento do genero pela superproducçção, prophetisava o nosso autor.

"Só permittirá elle que continuem a fazer deste genero um ramo de exportação aquellas nações que, pela perfeição da cultura ou do terreno, o derem de qualidade superior, fazendo-lhes conta mesmo um diminuto preço."

Com effeito lembrava o major Taunay:

"A lavoura do café está ao alcance do lavrador que trabalha somente com os seus dois braços, e do capitalista que quer empregar muitos contos de réis na fazenda: As operações que esta cultura pede são simples, asseiadas e successivas;

a realização em dinheiro quase certa. Hoje, na praça do Rio de Janeiro o café é genero que por assim dizer, corre como metal, e do qual se faz a maior extracção."

O cafeeiro dava-se bem em muitos sólos; nos de massapé e nos de barro vermelho, até nos areientos, comquanto fundos e humidos.

Exigindo muita humidade, as arvores plantadas em terrenos de massapé ou de areia soffriam notavelmente com a secca, o que não se dava tanto com as das encostas dos morros.

Esta observação levava os lavradores a preferir os declives ás varzeas, embora se soubesse que no Surinam havia cafezaes magnificos plantados em mangue e paues da beira dos rios.

As arvores protectoras ainda não tinham grande emprego no Brasil. Em São Paulo, temerosos dos ventos frios e da geada, plantavam os agricultores bananeiras nos cafezaes.

Se não se desse esta circumstancia, a colheita do café seria em São Paulo, mais regular e abundante do que em qualquer outra provincia do Brasil, o que provava de sobejo quanto o café prefere um clima temperado e uma atmosphera humida. Os habitantes do Rio de Janeiro tinham na proximidade da sua "urbs" exemplos desta disposição. O melhor café do seu mercado vinha da Serra da Tijuca a duas leguas de distancia. E ali o clima muito differente do da cidade parecia-se com o de São Paulo. As serras que a rodeiam, por outros rumos. mandavam tambem muito café; e as maiores fazendas deste genero achavam-se situadas serra acima.

Os cafezaes fluminenses fructificavam bem aos quatro ou cinco annos e davam a maior carga aos seis. Viviam mais dez ou doze annos. Havia regiões em que chegavam a vicejar até mesmo os dezeseis e os vinte annos. Dahi em diante passavam a ser *caput mortuum*. Por que? tudo isto se devia á erosão.

De todos os cafés do mundo o do Brasil era o que gozava peior reputação. Provinha esta má fama dos methodos da colheita, da mistura de grãos, da maturação differente, da humidade dos terreiros, do encharcamento de origem pluvial.

Havia lavradores que se esmeravam por produzir bons typos mas eram poucos e os seus processos ainda se mostravam muito atrazados.

A pratica ensinava que o melhor distanciamento, de arvore a arvore, vinha a ser de uma braça (2m.20). A plantação de roças no cafezal só se recommendava nos dois primeiros

annos. Depois não; enfraqueciam as terras de rapida exhaustão como as de montanha.

A luta com a erosão eis o problema maximo para os fazendeiros intelligentes que, frequentemente deixavam na terra o matto carpido o que diminuia a lavagem pluvial. Dava bons resultados o methodo de se limpar á enchada, somente um circulo de terreno, de dois pés de diametro ao redor de cada cafezeiro, e roçar o resto da plantação á fonte duas vezes por anno. Desta forma as raizes do capim e outro matto conservavam melhor o terreno, sem tirar o ar ambiente e os succos aos pés de café. "Todavia, estas experiencias não foram tão repetidas, nem em porção de terreno tão extenso que possam fazer lei", advertia o autor.

O facto de haver matta a coroar os morros plantados era a perfeita demonstração de quanto as arvores agradeciam o humus proporcionado pela floresta. Os cafeeiros mais proximos da orla sylvestre tinham viço incomparavelmente superior aos demais.

Os hollandezes em Java tentando resistir ao empobrecimento erosivo collocavam verdadeiros paredões de cafeeiros plantados juntos. de distancia em distancia de modo a represarem a corrida do humus. Era o caso de se applicar o processo ás lavouras fluminenses.

No Brasil de 1837, escrevia o major Taunay, ter engenho de assucar era privativo dos capitalistas. Os homens de medianas posses podiam porém aspirar á posse de lavouras de café e sereaes. A classe mediana (e até a pobre) dos moradores de serra acima e da baixada fluminense a tanto se dedicava. O algodão e o fumo eram proprios das terras sertanejas; os cereaes em larga escala, das provincias meridionaes do Imperio; parecia o cacau, privilegio do Pará. O anil, a coxonilha, o opio, a canella, a pimenta e o cravo pareciam mortos. O cultivo do chá é que dava algo que falar de si.

O fazendeiro de café precisava não perder de vista o axioma de que da fazenda devia tirar o maior proveito sob a forma das mais variadas producções exigidas pela sua manutenção. Produzir o mais possivel, comprar o menos possivel! Ter mantimentos e carnes para si, os seus, e a sua escravatura. Fiar e tecer algodão indispensavel á vestimenta de seu pessoal. Economizar, economizar! Conseguir *superavit* que lhe permittisse augmentar o numero de captivos ou pelo menos restaurar-lhes o numero no caso de alguma epidemia.

A economia, a parcimonia, eis as bases unicas da prospe-

ridade daquelles roceiros, que partindo da enxada, haviam constituido diversas das maiores fortunas do Brasil.

Os tempos não corriam favoraveis aos lavradores. Havia outróra escravos baratos e colheitas bem pagas. Ao reverso da medalha tinham trazido os ultimos annos.

Entendia o autor que o insignificante ensino profissional colonial ainda soffrera real retrocesso no Brasil com a Independencia e o Imperio. Definhava a civilização do Brasil, filha da de Portugal já por si notavelmente atrazada.

"O Governo, bem longe de promover a instrucção e aperfeiçoamento das artes, e de instituir escolas para as conservar, estimava que decahissem do ponto em que tinham vindo da metropole. E com effeito um official grosseiro formava discipulos inferiores, alterando-se progressivamente as tradicções até o atrazamento que hoje presenciamos pois que os monumentos, igrejas, engenhos e edificios que se levantam agora por todas as provincias e mesmo na Côrte não podem geralmente falando, sustentar comparação com o que se fez antigamente."

Assim a architectura rural brasileira apresentava aspectos selvaticos que precisavam desapparecer.

Entendia o major Taunay que a fachada anterior das casas grandes devia dominar a entrada das fazendas e a posterior as frentes de todas as dependencias. Terreiros, senzalas, paioes, officinas, cavallariças podiam formar tres lados de grande rectangulo. Geralmente tal não se dava, era regra quase geral que do pretorio da casa senhorial devia o fazendeiro ter sempre a possibilidade de ver o que ia pelos seus terreiros.

A vizinhança da agua impunha premente imperativo bem o sabia, mas não devia ser o exclusivo.

Refere-nos o agronomo de 1837 um facto interessante: é que ao chão das officinas e senzalas constituia frequentemente um apisóado feito de uma mistura de barro, tabatinga, areia e bosta de boi. Soccada, tornava-se quase tão dura quanto os ladrilhos, servindo bem para argamassar os terreiros e os pavimentos.

Convinha muito caiar, e caiar sempre, a miudo, por dentro e por fóra, sem se exceptuarem as mais humildes palhoças: A saude e o asseio assim o exigiam. Os pretos, ninguem o ignorava, viviam em permanente conflicto secular com as mais elementares regras da hygiene.

E os brancos do Brasil immenso ficavam a dever ás exigencias do asseio domiciliar. Causava summa estranheza aos

extrangeiros verificar a disparidade ante o asseio individual e o das habitações. Causava asco por exemplo a existencia dos lamaçaes e dos esterquilinios contiguos ás cozinhas, nascidos dos despejos das aguas servidas. Delles se exhalavam miasmas, insupportaveis ao olfacto e nefastos á vida.

Outro e deploravel habito o descaso pela manutenção dos caminhos deaccesso até mesmo ás mais ricas habitações ruraes. Atravessavam a cada passo os viandantes horriveis charcos causados pela passagem de cavalleiros, viaturas e boiadas antes de chegar á porta de opulentos fazendeiros.

Magnificos engenhos, frequentemente erguiam-se como ilhas de paredões e edificios, no centro de lagoas de lama.

Ninguem pensava em drenar os terrenos, estabelecer valletas, reparar os estragos causados pelas aguas, aos terreiros e pavimentos. Todos estes cuidados eram no emtanto essenciaes á economia, á boa saude de brancos e pretos. Outro erro: o dos paioes communs para productos diversos. Cada artigo devia ter o seu compartimento separado; os generos de consumo local e os de exportação precisavam dispor de locaes á parte.

E ahi occorria a reminiscencia classica insopitavel ao humanista que traduzira para o verso francez as comedias de Terencio.

"Socrates dizia que a boa ordem e symetria faziam a belleza de tudo quanto existe, e que, até as panellas da cozinha, estando perfiladas na progressão dos tamanhos e resplandecentes de limpeza regosijavam a vista."

CAPITULO LXXVIII

José Sylvestre Rebello e sua Memoria inedita de 1833 — Conselhos aos fazendeiros de café — O tratado do senhor de Laborié — Adaptação do processos antilhanos ao Brasil — Progresso da cafeicultura nas lavouras brasileiras

Na sessão de 7 de fevereiro de 1833, da Sociedade Auxiliadora Nacional leu José Sylvestre Rebello assaz longa memoria interessante e valiosa pelo facto de reflectir as idéas correntes acerca da cafeicultura no Brasil vinte annos após o trabalho de Borges de Barros. Conservou-se manuscripta, até os nossos dias, segundo nos consta.

'Algodão, assucar, e café, começa o illustre brasileiro adoptivo e diplomata da Independencia, são os tres productos da zona torrida que mais gasto tem hoje no Mundo. Deste ultimo ainda se deve esperar o augmento. O consumo annual excede já a trezentos milhões de libras" (cerca de cinco milhões e trezentos mil de nossas saccas actuaes).

Igual quase á producção que pouco maior era affirmava, a denunciar como que o começo dessa super-producção afflictiva dos nossos dias.

Como a pratica diariamente provava que o uso do café era nimiamente conveniente, seguia-se que o consumo augmentaria e portanto a cultura da rubiacea haveria de ser, por annos consecutivos, de utilidade visivel ao lavrador, principalmente na provincia do Rio onde, graças á prudencia, actividade e industria, a cultura necessariamente concorreria para a felicidade daquelles que nella se empregassem.

Aqui não havia como nas Antilhas, os furacões periodicos, que ás vezes privavam, por tres annos pelo menos, os fazendeiros de suas colheitas.

Exaltava o articulista a sabedoria agronomica de Mr. de Laborié, agricultor de S. Domingos, que a revolta negra exilara para a Jamaica, onde a cultura do café era então muito mal praticada. Datava o livro de 1797, tendo edições ingleza

e hespanhola. Trazia ensinamentos de que a memoria de Borges de Barros era omissa.

Depois de um historico mediocre da origem da propagação cafeeira no Universo contrariava J. S. Rebello sem se documentar comtudo a versão de que os cafeeiros do Sul do Brasil tivessem vindo do Pará.

No Brasil não parecia que o cafeeiro se propagasse do Norte para o Sul; o certo é, que, um hollandez por nome Hopoman, que se achava estabelecido aqui na Côrte, no tempo do vice reinado do marquez do Lavradio, plantou arvores de café. Emfim uma bebida, que ha trezentos annos era pouco usada por algumas tribus selvagens da Africa, é hoje a favorita de mais de metade do genero humano.

Depois de expor o que se sabia na época sobre a botanica e a chimica do café citando a Jussieu e aos chimicos Cadet, Brande e Creu cujos nomes são bem apagados, diz Rebello que no pensar de Laborié, em S. Domingos as terras pouco elevadas, vizinhas das planicies, produziam mal o café e muito peior, se lhes chegava o ar do mar. As terras elevadas do interior, com clima mais refrigerado, onde chovia amiudadamente, eram as que criavam melhores cafeeiros, sendo o seu producto sempre muito apreciavel. A maior latitude meridional, aonde a arvore vivia bem era 25º,00 e os locaes onde o thermometro de Fahrenheit descesse abaixo de 50 serviam muito mal para a vegetação da planta.

Os melhores terrenos eram os que se apresentavam misturados com a terra entre pedras soltas; e á falta destas uma especie de barro com quatro ou cinco pés de profundidade, pelo menos; era preciso comtudo que este barro não fosse pegajoso e antes se granulisasse facilmente e portanto contivesse alguma areia.

Tornava-se absolutamente necessario, para que o cafeeiro vivesse bem que as aguas das chuvas penetrassem até as raizes.

O melhor signal de bondade dos terrenos era a bella vegetação das mattas virgens, e das trepadeiras misturadas com as arvores.

Terras abundantes de iriribás, jacarandás, vinhaticos, e arvores resinosas, e as que nutriam grandes palmeiras, não se mostravam proprias as ricas colheitas de café; tambem não serviam as terras que já haviam creado cannas, algodoeiros e anil, nem os campos planos. As que apresentavam cedros, e arvores de madeira macia, palmeiras pequenas, como fossem avermelhadas e profundas, eram as melhores para o cafeeiro:

sólos com estas qualidades tendo varias exposições á atmosphera dariam, humanamente falando, colheitas abundantes.

Os fazendeiros que não plantassem de forma alguma os cafeeiros directamente! e sim em viveiros feitos expressamente para tal fim. Depois de bem preparada a terra, entre renques de bananeiras novas, fossem com um pequeno saxo abertos regos pouco profundos nos quaes se fazia a semeadura dos grãos, em terra plana ou em declives muito suaves. Abertos os regos fossem plantados grãos maduros, dos maiores, e das arvores mais frondosas sem casca, e polpa e semeados separadamente a uma pollegada de distancia, cobrindo-se-os com muito pouca terra.

A roda do viveiro se abrissem regos capazes de conduzir para fóra do mesmo as aguas das chuvas; nunca estas ao viveiro deviam lavar; e á falta das mesmas fossem elles molhado a regador.

Não se semeiasse planta alguma mais no viveiro, pelo contrario todo o cuidado se empregasse em arrancar as hervas do matto. Deviam as duas favas ser separadas porque acontecia muitas vezes que arrebentasse uma antes da outra e estando unidas, a que arrebentava carregava a outra e como a expunha ao sol este a destruia perdendo-se assim, ás vezes, metade das sementes. Ainda que no mesmo tempo nascessem nem por isso deixava de ser mau o effeito; porque como estivessem juntas vegetariam mal passando a dar plantas franzinas.

O tempo mais proprio para os viveiros, na Provincia do Rio eram certamente agosto, setembro e outubro, porque então tem o sol menos força e ainda que não chovesse commumente a isso se suppria com as regas; e ainda que as arvorezinhas devessem ser criadas apanhando algum sol, não lhes convinha quando pequenas, que a insolação fosse muita, dahi a vantagem das bananeiras. Houvesse todo o cuidado em conservar o viveiro limpo e as plantas bem viçosas e aviventadas do bom estado das plantinhas nos viveiros dependia o bom resultado das futuras colheitas; mudas más nunca davam boas arvores.

As melhores eram as que mostravam quatro raminhos em cima, o que se deixava ver quando tinham um anno de vida.

Depois do terreno bem cavado e destacado fossem abertas covas em distancia de sete ou oito pés, em quadra. Quanto mais grossas as terras, tanto mais profundas as covas; no ponto onde se cruzassem as diagonaes de cada quatro covas fosse aberta mais uma; systema chamado *quincuncio* pelos francezes e empregado nas Antilhas. Podia-se facilmente des-

truir os tocos das arvores destroçadas dos roçados novos, descascando-se-as e ás raizes, até onde fosse possivel; expostas ao sol morreriam muito depressa; a atmosphera, as chuvas e a luz decompunham a madeira então com grande facilidade e assombrosa rapidez.

Não se arancassem as plantinhas do viveiro á força; tal operação as torcia ou descascava; sahissem com a terra que lhes abarcava as raizes e isto com ajuda de uma saxolla fossem desprezadas as que tivessem manchas amarellas nas folhas, ou raizes muito franzinas; taes faltas não as apresentavam communmente as plantas criadas, com cuidado, nos viveiros.

Na escolha das plantas se ouvisse a Mr. Guissan, capitão da Infantaria, e Engenheiro do governo em Cayena a proposito de certos cafeeiros, que inutilisavam quase o lugar que occupavam, pois davam muito poucos fructos, e nunca tomavam forma tão bella quanto os outros.

Facilmente se distinguiam pela differença das folhas maiores e mais aplanadas, do que as das outras arvores; de madeira mais quebradiça casca menos lisa e mais anegrada; cobria-se mais facilmente de musgo; lançava mais rebentões que de nada serviam excepto para sugar a substancia da arvore; facilmente seccavam alguns dos seus ramusculos, tanto que parecia sempre murcho; as plantas com taes signaes deviam ser regeitadas.

Se taes observações de Mr. Guissan eram bem fundadas podia-se dizer, que o cafeeiro exhibira os dois sexos distinctos; em tal caso em cada geira de plantação deviam pelo menos ser plantadas cinco das arvores descriptas por Mr. Guissan. Uma em cada angulo e uma no centro para fecundar as outras.

Postas as mudas nas covas, não se deitasse nestas a terra dellas tirada mas sim outra, da beira das mesmas covas. Quando se houvesse lançado como quatro polegadas de terra, com a mão esquerda fosse a planta segura e com a direita recalcada a terra docemente tendo-se cuidado de ter as plantinhas um quase nada suspensas. Logo se continuasse a lançar terra e a calcar a mesma com as mãos, até que a cova estivesse quase, mas não de todo cheia, e assim se deixasse devendo os raminhos inferiores da planta ficar juntos á terra. Então a estaca que servira para marcar o lugar onde os serventes deviam fazer as covas, se enterrasse junto ao lado superior da cova, para servir de signal afim de se plantar outra alli, se a primeira muda morresse.

Terminada a plantação, poder-se-ia semear no primeiro anno, entre as arvorezinhas, feijões, milho, repolhos, e nos barrancos bananeiras.

Finda a colheita destes generos no primeiro anno, nunca mais nada se plantasse. Os cafeeiros deviam estar absolutamente sós.

Continuo fosse o serviço de se mondar o chão entre as novas plantas, nenhuma mais do que o cafeeiro exigia terra sem matto; as arvores crescidas entre capim tornavam-se amarellas e franzinas e quando grandes davam pouca flor, e quase nenhum fructo. Era necessario, comtudo, arrancar as hervas sem revolver muito a terra, principalmente nas encostas dos morros, afim de que as aguas a esta não acarretassem.

As arvores arrancadas precisavam ser lançadas fóra do local excepto quando o sol fosse quente, e bem forte; então podiam deixar-se no mesmo lugar, porque o calor as seccava e destruia o que não succedia em tempo humido, no qual se fossem largadas tornariam muitas a pegar. Seria bom, podendo sel-o, evitar que houvesse brejos e terras sem arvores, na direcção donde reinavam geralmente mais os ventos, afim de que estes não trouxessem para o cafezal as sementes seccas.

Em lugares muito quentes, seria bom plantar bananeiras da terra de distancia em distancia, como protectoras dos pequenos cafeeiros. Logo que estes se desenvolvessem fossem cortadas. Se a despeito de todos os cuidados apparecessem algumas plantas amarelladas, e com vegetação adoentada, o melhor remedio era arrancar as plantas enfermas e plantar outras, tendo-se cuidado de pesquisar se o mal não proviera da existencia de algum insecto na cova entre as raizes. Neste caso, antes de se plantar de novo, fossem taes insectos mortos e deixada a cova exposta ao sol por quinze dias e depois plantada como se dissera.

Logo que o cafeeiro chegasse á altura de quatro pés era preciso cortar-lhe a ponta. Então teria elle tres braços de cada lado, acima de dois terceiros se cortaria a planta.

Esta operação evitava que a arvore crescesse muito e facilitava portanto a colheita sem que se tornasse preciso puxar os ramos, e quebrar os mesmos á maior parte das vezes. A arvore assim tratada adquirira mais vigor nos troncos e nos ramos, e portanto dava mais fructos ficando menos expostas aos ventos. Tornava-se mais bella á vista conservava sempre todos os ramos inferiores, os quaes estando mais perto da terra vegetavam melhor e davam mais fructo.

A operação de decotar dependia do local, da qualidade do

terreno, da força dos ventos e da distancia em que as arvores houvessem sido plantadas: attendendo-se a alguma destas circumstancias o decote devia praticar-se nunca a mais de cinco pés de altura, e podia ser feito até a dois; só a experiencia do local podia servir de regra a esta operação necessaria e desprezada geralmente no Brasil e no emtanto prolongadora da vida da arvore até oitenta annos nas Antilhas, quando no Brasil pela aversão de se as não decotarem fructificavam commumente até os dezesete annos apenas.

Totalmente decotadas então produziam novos ramos que não carregavam mais de sete annos findos os quaes ficava a arvore esteril.

A operação do decote parecia oppor-se á marcha natural da vegetação, e ao crescimento que a natureza daria á planta, deixando-a só aos seus cuidados. A experiencia comtudo provava o contrario concluia Rebello, piedosamente, e demonstrava que o homem fora posto pelo Creador, entre tudo o que vive, para substituir e terminar o que não cabia na Creação universal e nos principios geraes do movimento.

Como o decote empeçasse o crescimento, em certa direcção, a força vegetativa surgia no pé da arvore abaixo dos ramos e por entre os mesmos no tronco apresentando muitos rebentões que convinha destruir. Fossem pois estes cuidadosamente cortados tanto os que apparecessem abaixo dos ramos inferiores, como os que se notassem entre os ramos, e isto sem perda de tempo. Dos que rebentassem entre os galhos, se conservassem os mais grossos; os de côr verde e nós pouco separados e crescendo com inclinação para os lados. Tambem na junta dos ramos se se notassem ás vezes rebentões inclinados mais para cima do que para os lados; fossem tambem cortados deixando-se só um o de melhor apparencia a se inclinar para os lados. Para cortar taes rebentões lembrava o nosso autor bastaria fazer uso das unhas, tendo cuidado em se não descascar o ramo, porque isso o destruiria.

Esta operação quase nada custava e qualquer servente a fazia bem logo que lha explicassem uma vez. Era preciso, comtudo, renovar a mesma todos os annos, menos o decote do ramo central, que só se cortaria de novo em circumstancias particulares. Este serviço era tão preciso, que em S. Domingos havia homens vivendo do officio de decotadores, assim como no Brasil os havia quem tivesse como profissão ser mestre de assucar.

Se o decote fosse praticado com cuidado, necessariamente as arvores conservariam ramos fecundos e então toda a nutri-

ção se applicaria por si mesma ás raizes, ao pé, ao tronco, e aos ramos convenientes. Era até muito util cortar os rebentões inferiores, afim de que o sol e o ar entrassem tocando as arvores, e assim se evitava a rapida criação do musgo que as cobria e era muito damnoso.

Esta operação se fazia ainda mais precisa nas localidades frias, porque nestes lugares ainda se tornava mais necessaria a entrada de alguns raios do sol entre as arvores, afim de as aviventarem. Emfim conservando-se em bom estado vital os ramos primarios da arvore, fazendo-se circular o ar e entrar algum sol entre os cafeeiros podendo ver-se o renque de um extremo a outro com o decotar as lavouras se obteria o que se tinha em vista.

Terminada a operação do decote era preciso limpar as arvores do musgo; esta operação fosse pelos serventes realizada a navalha de páo havendo grande cuidado em se não arranhar a casca; serviço fastidioso, mas não fatigante e portanto devendo fazer-se com attenção e diligencia.

Além deste decote primario, havia outro como a se fazer annualmente assim como a limpeza do musgo; a operação era a mesma, havendo ainda o cuidado em não se permittir que no extremo da arvore existissem muitos ramos, que por serem demasiados tomariam forma de chapeo de sol; um ou dois que restassem bastariam com tanto que fossem os mais fortes e apresentassem vegetação mais verde e mais potente.

Era evidente que as arvores todas, com o tempo, perderiam o vigor e o poder vegetativo quando lhes sobreviesse a velhice Nada, ou muito pouco produziriam até que por fim viessem a morrer.

Ainda que se não pudesse evitar os effeitos da idade totalmente podia-se-lhes comtudo prolnogar a existencia vigorosa por mais annos usando de certo methodo de adubação que o nosso autor passava a expor.

Haveria na fazenda uma estrumeira e esta constituida, principalmente, com as casca sdo café, bananeiras cahidas e o esterco dos animaes, tendo-se cuidado em que o local não fosse lavado pelas aguas das chuvas.

Logo que as arvores tivessem mais de vinte annos, decotar-se-iam deixando-se-lhes unicamente algum garfo, ainda bem vigoroso. Fosse depois aberto um rego com um pé de largura e, distante da arvore outro pé; ao mesmo rego se daria a profundidade que se quizesse. Como certamente se encontrariam as raizes das arvores fossem cortadas as que parecessem más, e das outras aparadas as fibras fracas e franzi-

nas. Ao rego se enchesse depois de terra, na qual se misturaria bem uma quarta parte do estrume preparado como acima se aconselhara; cheio o rego fosse a terra bem calcada afim de que as aguas a não lavassem e mesmo amparada, da parte de baixo, quando preciso, por toras de bananeiras.

Fazendeiros havia preferindo abrir novas lavouras a prolongar a vida das arvores velhas; certo era que este systema trazia comsigo muito graves inconvenientes: 1.° a distancia em que ficavam as arvores da casa, e portanto o gasto de tempo para o transporte das colheitas; 2.° a especie de desolação que se apresentaria á vista á roda da casa da fazenda; 3.° era muito justo que cada qual se lembrasse que a fazenda haveria de ser gozada pelos seus herdeiros, isto é, pelo proprio fazendeiro sob outra forma, e que quanto mais mattas virgens possuisse, tanto maior valor teria para o futuro.

Era igualmente necessario que se lembrasse o lavrador, que os cafeeiros como todas as demais plantas, produziam mais em certos annos do que em outros e portanto era vantagem alcançar colheitas anuas iguaes fazendo o decote e limpeza alternadamente de modo que viesse a safra a ser a mesma em cada anno, habilitando-se assim a poder dispor de renda igual em cada doze mezes.

Na Europa a época das colheitas, muito principalmente o tempo das vindimas trazia dias de dansa e festa geral; a da moagem nos engenhos do Brasil era-lhe igual; então nestes estavam todos gordos e nedios. Se o da colheita do café não era tempo tão divertido devia-se isto ao facto de que o trabalho da pilagem era dificil, penoso e até talvez destruidor da vida dos serventes quando se fazia a braços; este mal ia se evitando com a introducção das machinas que acabariam por substituir braços humanos.

A colheita na Provincia do Rio principiava commumente em abril e desde então até novembro sempre havia o que apanhar.

Cada colhedor devia dispor de um cabaz de aza, e, de distancia em distancia, ter dois cestos, com um bambú nos extremos, do qual estariam pendentes. Os apanhadores, á medida que enchessem o alqueire, transportado de arvore em arvore, viriam despejar o mesmo nos cestos e estes, uma vez cheios seriam levados pelos carregadores ao despolpador ou descascador. O trabalho da confecção de jacás e cestos era occupação para convalescentes, na enfermaria, pelo anno todo.

Aos apanhadores positivamente se ordenasse que colhessem os fructos maduros; puxassem os ramos suavemente e

colhessem os grãos sem desfolhar os galhos. Cada um delles devia trabalhar entre duas linhas de arvores, afim de não perder tempo andando de um lado para outro. A quota que cada apanhada devia apresentar de café verde era de duas mil libras (pouco mai sde 60 arrobas) durante toda a colheia e isto em uma fazenda, aonde as arvores dessem, uma pelas outras, duas a tres libras.

Dois methodos para o descascamento do café eram no Brasil correntes. Tinham ambos seus partidarios. Queriam uns que o grão se seccasse tal qual viera da arvore, serviço que exigia pelo menos vinte dias de tempo secco; outros pugnavam pelo systema de se descascar o fructo logo colhido deixando-o com a casca de dentro ou pergaminho, como se lhe chamava. Neste estado seis dias de sol bastariam para a secca. "A mim parece escreve nosso autor que o segundo methodo deve ser o preferido ao primeiro pelas razões seguintes:

"A casca encontrada do café cobre uma polpa doce que medeia entre ella e a casca de dentro ou pergaminho. Esta polpa como é doce, contém assucar. Antes que se seque, caso não venha passada da arvore, passa por uma fermentação vinhosa, o que se sente muito bem pelo cheiro, e depois provavelmente por outra acetosa. Que a fermentação vinhosa não prejudica o café, eu o creio bem; vinho combinado em certa proporção com outros ingredientes nunca fez nem faz, nem fará mal a ninguem. O contrario se deve crer do vinagre, que tem prestimo para outros fins, mas que misturado com café presta para maldita coisa, e facilmente poderá qualquer desenganar-se deitando uma pequena porção do dito vinagre na sua chicara de café" (sic).

Depois destas considerações ingenuas continua Silvestre Rebello.

"E' verdade que o café com duas cascas, pesa mais tres por cento; mas esta pequena vantagem não equivale ao destroço que a presença do vinagre faz insensivelmente no mesmo. Os tres por cento que o café pesa de mais, demonstram evidentemente a presença de outro corpo misturado com o café: ora, sendo este vinagre, como provavelmente é, pense cada um o que se ganha com a tal mistura. Deve advertir-se mais, que quando o tempo está muito secco, e o sol muito forte, que então talvez o café seque antes de que tenha tempo a fermentação vinhosa de passar para a acetosa; neste caso o café nada perderá, antes trará consigo assucar, que é para os homens um dos mais proficuos ingredientes de que os mesmos se sustentam."

Preferido pois o systema de se descascar o café logo que deixasse a arvore, devia armar-se um moinho, só para tal fim. Podia constar de dois cylindros parallelos, postos horizontalmente, mas com uma inclinação de vinte e cinco graus. O sentido do movimento devia ser de modo que ambos gyrassem para dentro, entre elles cabendo, sómente, um grão de café descascado. Por baixo do moinho houvesse um tanque de agua limpa. Lançados os grãos entre os cylindros estes o comprimiam e descascavam-nos e depois os deixavam cahir na agua. Quando o tanque estivesse cheio, cessasse o movimento dos cylindros, e com uma espumadeira fosse o café revolvido muito cuidadosamente e lavado, e então se alguns grãos boiassem fossem retirados por meio da espumadeira, e deitados á parte afim de se venderem opportunamente com a escolha.

Para que o serviço se fizesse com regularidade, bom seria armar este moinho em lugar por onde corresse agua; á falta deste porém, um poço com bomba, e que poderia estar debaixo do mesmo telheiro que cobria o moinho, suppriria a agua corrente muito bem.

Revolvido e lavado bem o café, esgotava-se o tanque por um vasadouro do fundo, e o café seria em cestas carregado para o terreiro, se otempo estivesse secco, ou para uma tulha no caso contrario. Esta devia ter as paredes cheias de frestas, afim de que fosse bem ventilada, e assoalhada a um pé pelo menos acima do chão, para o que se lhe poriam vigas da mesma grossura. O soalho devia ser de taboas estreitas e não aplainadas, porque de tal não precisava, e mal juntas. Bem se percebia a causa de tal precaução, o café assim posto, ainda que chovesse, escorria em um só dia, pois que o ar circularia livremente por cima e por baixo; ora como em tempo de chuva poderia proseguir a colheita, não ficaria o café humido amontoado, não se encheria do mofo, nem adquiriria bafio e mau cheiro, o que muito o prejudicava e desacreditava.

A inclinação de vinte e cinco graus, dada aos cylindros sobre o tanque, servia para facilitar a separação e acarretação das cascas encarnadas, logo que os grãos em pergaminho se separassem.

Segundo a lista das ultimas cotações correntes de Londres, o café das Colonias Inglezas vendia-se entre setenta e cinco shillings e noventa e seis; esta differença no valor, parecia ao autor que só se devia attribuir a que o de menor valia fôra secco com todas as cascas á moda brasileira e o da maior descascado logo que deixara as arvores em cereja, lavado e tratado do modo explicado. O café do Rio, para a

exportação, valera cincoenta e cinco dos mesmos shillings, apenas!

Secco o café, era prceiso retirar-lhe a segunda casca ou pergaminho. Este serviço custava mais e devia ser bem feito; delle dependia em grande parte o valor do producto nos mercados. "Para vender bem observava o nosso agronomo, não se trata só de que, o que se vende, seja bom; é preciso e muito preciso que tambem o pareça. A primeira machina que se inventou para descascar café, foram pilões a braços; a estes se seguiram os mesmos movidos por agua, e provavelmente alguem os terá movidos por animaes."

Como por meio de todos estes modos se consumia muito tempo, querendo os lavradores abreviar o serviço, quebrava-se e pisava-se muito café. Já porém se podia dispor das machinas mais modernas abreviando o serviço sem maltratar o café.

Havia moinhos fazendo gyrar em uma especie de calha uma roda vertical, com um movimento limitado em si mesma, mas tambem vertical; caso estivesse o café bem secco, tal machina descascava, mas não lhe dava certo polimento e brilho, que muito o recommendavam nos mercados.

Havia outra, algum tanto parecida com os moinhos de trigo: A *Sociedade auxiliadora* a exhibia em sua exposição. A roda inferior apresentava certa concavidade e a superior a proporção relativa de convexidade. O café entrava junto ao eixo de um deposito igual aos dos moinhos communs, e cahia em baixo descascado, caso estivesse bem secco; ao sahir faltava-lhe o polido, assim como no caso do descascador antecedente.

Outras machinas haviam surgido; mas todas mesmo as que melhor descascavam, não poliam o café, como os exportadores reclamavam; seguia-se pois claramente, que o uso dos pilões seria corrente até o dia em que algum inventor os substituisse por algum dispositivo que o nosso autor desconhecia qual pudesse ser.

Os pilões a braços eram a morte dos infelizes escravos, e consummiam muito tempo. Os movidos por agua abreviavam muito o serviço, economisavam a força animal, mas quebravam e pisavam, commumente, muito, o grão. Certo brasileiro inventara um systema de regularização dos pilões, alterando portanto a violencia das suas pancadas. Quer se usasse de agua, quer da força animal, como motor, o serviço feito era pelo menos o dobro e portanto util.

O inventor de tal mecanismo obtivera patente precedida de um informe da Sociedade Auxiliadora; installara uma de

suas machinas, dando bons e visiveis resultados, na Fazenda de Luiz José de Araujo, na Volta Grande, junto ao Parahyba, em Pirahy.

Outros fazendeiros, vendo seu exito haviam determinado collocar iguaes; e o inventor, Joaquim Theodoro da Roza, achava-se no momento occupado em installar outras pelas redondezas de Pirahy. Talvez fosse o melhor methodo a escolher o emprego das duas machinas na mesma fazenda. O moinho, apressava muito o descascamento em grosso; os pilões de Joaquim Theodoro aperfeiçoavam o descascamento, dando ao café o polimento que a outra machina lhe não dava, logo o uso consecutivo das duas era provavelmente necessario. A força motora quando hydraulica melhor seria. Quando animada podia empregar-se simultaneamente dobrando-se, ou consecutivamente fazendo andar uma machina após a outra. Pouca agua bastava para a mover; onde fosse escassa, devia o diametro da roda supprir a falta do liquido.

Os fazendeiros das Antilhas preferiam empregar a machina que volteiava verticalmente na calha. Para elles era a melhor, porque quebrava pouco grão. Parecia ao autor que tambem o não polia e portanto nos pilões, ainda que se quebrassem alguns grãos, e quanto o movimento não fosse muito violento, poucos se quebrariam; assim se preparavam os cafés para o mercado sempre com mais vendavel apparencia.

Nas Antilhas uma Fazenda de cem escravos comportava uma lavoura de cem mil cafeeiros e, uns annos pelos outros, colhia cem mil libras de café (3125 arrobas), produzindo ao mesmo tempo viveres para o consumo da casa, e ás vezes para a venda; portanto rendia quase sempre doze contos de réis; com este resultado vivia o proprietario "livre de dividas, respeitado e gozando de bastante influencia moral e politica entre os seus vizinhos."

Assim as melhores medias antilhanas regulavam com as da provincia do Rio de Janeiro.

Achando-se neste estado certo dia, no meio da fazenda que fundara, deixara-se o Sr. de Laborié arrastar a uma expansão de feliz vangloria e exclamara: "Tudo isto que aqui está é criação minha! Os Céos a Terra e a minha Patria enchem-se de contentamento ao ver o resultado dos meus trabalhos." Vivo em verdade longe de um mundo vão, e aliciador, mas, tambem, sinto-me livre das suas intrigas, vilanias e trapaças: os meus dias escoam-se sem desordem, e durmo sem os sonhos da ambição e as picadas da consciencia; quando acordo, só me lembro dos cuidados que devo á Humanidade padecente;

os que me cercam, anhelam o prolongamento da minha existencia; e quando esta acabar, os meus escravos virão, com as suas lagrimas, humedecer a minha sepultura; meus filhos, ou herdeiros, abençoarão a memoria do homem a cujos trabalhos e calculos serão devedores do bem-estar neste mundo."

"Pergunto, continuava o modesto Laborié, se neste estado não ha felicidade, aonde existirá ella sobre a terra? *O fortunatos nimium sua si bona norint Agricolas!*" Assim falou o modesto, o modestissimo Sr. de Laborié, homem que tanto admirava o que fizera por si e só por si, e cujos trabalhos enchiam os Céos a Terra e a sua Patria de enthusiasmo! Homem adorado de seus escravos plangentes, parte daquella Humanidade padecente que elle poderia se quizesse ter alliviado libertando os seus pobres servos. Homem a ser exaltado pela gratidão dos filhos e herdeiros!

A sua citação das *Georgicas* seria muito mais apropriadamente substituida por outra relativa ao estado daquella gente de pelle negra a quem se applicava muito melhor o conceito terenciano do *duræ est servituti addictus* do que a famosa apostrophe virgiliana aos homens do campo desconhecedores da ventura que acompanha a vida rural...


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

Indice




DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

SEGUNDA PARTE

Influencia preponderante do surto cafeeiro sobre o regimen financeiro nacional, o Cambio Internacional e a Economia do Imperio

CAPITULO XXXIX

CAPITULO XL

CAPITULO XLI

CAPITULO XLII

CAPITULO XLIII

CAPITULO XLIV

CAPITULO XLV

CAPITULO XLVI

CAPITULO XLVII

CAPITULO XLVIII

CAPITULO XLIX

CAPITULO L

CAPITULO LI

CAPITULO LII

CAPITULO LIII

CAPITULO LIV

CAPITULO LV

TERCEIRA PARTE

O problema do aproveitamento de braços para a lavoura cafeeira

CAPITULO LVI

CAPITULO LXII

CAPITULO LXIII

CAPITULO LXIV

CAPITULO LXV

CAPITULO LXVI

CAPITULO LXVII

CAPITULO LXVIII

CAPITULO LXIX

QUARTA PARTE

O Café e a industria de seu transporte

CAPITULO LXX

CAPITULO LXXI

CAPITULO LXXII

CAPITULO LXXIII

CAPITULO LXXIV

CAPITULO LXXV

QUINTA PARTE

Agronomia do Café

CAPITULO LXXVI

CAPITULO LXXVII

CAPITULO LXXVIII

Impresso nas Officinas
Graphicas dos IRMÃOS
PONGETTI — Rio de
Janeiro



Impresso nas Officinas
Graphicas dos IRMÃOS
PONGETTI — Rio de
Janeiro

